



**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**O curso de mestrado em História da Universidade Federal Fluminense:
Estado, universidade e desenvolvimento historiográfico nos anos 1970**

Wesley Rodrigues de Carvalho

Niterói, 2019

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

C331c Carvalho, Wesley Rodrigues de
O curso de mestrado em História da Universidade Federal Fluminense : Estado, universidade e desenvolvimento historiográfico nos anos 1970 / Wesley Rodrigues de Carvalho ; Marcelo Badaró Mattos, orientador. Niterói, 2019. 447 f.

Tese (doutorado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PPGH.2019.d.12694784780>

1. História da historiografia. 2. Intelectuais. 3. Universidade. 4. Produção intelectual. I. Mattos, Marcelo Badaró, orientador. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de História. III. Título.

CDD -

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**O curso de mestrado em História da Universidade Federal Fluminense:
Estado, universidade e desenvolvimento historiográfico nos anos 1970**

Wesley Rodrigues de Carvalho

Tese apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em História da
Universidade Federal Fluminense
como requisito parcial para
obtenção do título de Doutor em História

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos

Niterói, 2019

**O curso de mestrado em História da Universidade Federal Fluminense:
Estado, universidade e desenvolvimento historiográfico nos anos 1970**

Wesley Rodrigues de Carvalho

Tese apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em História da
Universidade Federal Fluminense
como requisito parcial para
obtenção do título de Doutor em História.

Aprovada em 28 de março de 2019

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos (UFF)

Prof. Dr. Marco Marques Pestana (INES)

Prof. Dr. Felipe Abranches Demier (UERJ)

Prof. Dr. Rafael Barros Vieira (UFF)

Prof^ª. Dr^ª. Virgínia Maria Gomes de Mattos Fontes (UFF)

Resumo

Essa tese tem como principal objeto as dissertações produzidas pelas três primeiras turmas do curso de mestrado em História da UFF. Observamos, quantitativa e qualitativamente, a presença de temas, recortes, fontes, perspectivas teóricas, metodológicas, e referências bibliográficas. Esse esforço é realizado principalmente nos três capítulos que compõem a “*Parte 2 – Novos historiadores em Niterói*”, onde apresentamos as dissertações e os perfis intelectuais dos principais docentes do curso.

Na primeira parte da tese – “*Estado, universidade e desenvolvimento historiográfico*” - analisamos como foram determinantes para os rumos da produção científica em História o quadro político e institucional engendrado pela ditadura e disposições burocráticas internas do programa de mestrado.

A última parte - “*História da historiografia*” - pretende compreender os trabalhos defendidos no mestrado da UFF no conjunto da produção historiográfica nacional, estabelecendo suas contribuições, especificidades e principais tensões intelectuais. Por fim, analisamos o sentido político das dissertações.

Palavras-chave: História da historiografia; intelectuais; universidade

Abstract

This research has as its object the theses produced by first three classes of the History master's degree course of Universidade Federal Fluminense (Fluminense Federal University - UFF). It is analyzed quantitatively and qualitatively the presence of themes, chronological and geographical approaches, sources, metodological and theoretical perspectives and bibliographical references. That is the content of the chapters of Part 2 – New historians in Niterói, where it is introduced the theses and the intelectual profile of the main professors of the course.

In the first part of this thesis, “State, University and historiographical development”, we analyse the political and institutional dictatorial context and how it influenced the scientific production of History.

The last part, “History of historiography”, intends to understand the theses of the UFF History marster's degree course as part of the national historiographical production, observing the contributions, especificities and political and intelectual tensions.

Key-words: History of historiography; intellectuals; university

Agradecimentos

Muitos me ajudaram com a leitura crítica do material, transcrição de entrevistas, comentários em eventos acadêmicos, empréstimo de livros e conversas sobre as agruras da pesquisa. Agradeço a Marco Pestana, Pollyana Labre, Luiz Guilherme Bulamarqui, Eduardo Daflon, Rafael Vieira, Fábio Frizzo, Paulo Jorge Campos e Larissa Viana. Na UFF, ministrei uma disciplina sobre História da historiografia e tive com os graduandos inscritos discussões que me foram muito importantes. Em coisas acadêmicas e em muitas outras, o Pedro Cassiano foi um companheiro valioso.

As pessoas que entrevistei, algumas dela abrindo as portas de suas casas para mim, animaram muito essa pesquisa. Espero ter honrado sua história e suas memórias, ainda que isso possa significar não estar de acordo com elas. Agradeço também os gestos de Richard Graham, que teve o cuidado de me enviar pelo correio alguns documentos impressos; e de Aydil de Carvalho Preis, que me disponibilizou alguns papéis de seu arquivo pessoal.

O Badaró, meu orientador, me causou desespero com as críticas que fazia aos meus textos, mas foi um estímulo constante com sua inteligência e seu exemplo de profissional e pessoa. Agradeço também à contribuição dos membros das bancas de qualificação e defesa: Sonia Mendonça, Rafael Vieira, Virgínia Fontes, Felipe Demier, Marco Pestana e Demian Melo. Funcionários de arquivos, bibliotecas (em especial a Central do Gragoatá) e da secretaria do programa cumpriram um trabalho dedicado. Meu reconhecimento também a todos aqueles que se dedicam a disponibilizar gratuitamente material acadêmico na internet.

Muito dessa tese veio da conversa e da biblioteca da Ludmila, e também por isso está dedicada a ela. À minha família, agradeço por tudo e mais.

*Aos amigos e amigas que militaram
no movimento estudantil da UFF.*

*À Ludmila, com disposição para
a alegria e para a felicidade*

Essa tese contou com o auxílio financeiro da CAPES

Lista de quadros e tabelas

- Quadro 1** Docentes que ofertaram disciplinas no curso até 1979...81
- Quadro 2** Professores estrangeiros atuantes no curso até 1979...87
- Quadro 3** Programas de Pós-Graduação em História e suas áreas de concentração em 1976...97
- Quadro 4** Dissertações da primeira turma...131
- Quadro 5** Dissertações da segunda turma...202
- Quadro 6** Dissertações da terceira turma...277
- Tabela 1** Quantitativo de disciplinas por docentes no período 1971-1979...88
- Tabela 2** Quantitativo de orientações por orientador no período 1971-1979...89
- Tabela 3** Quantitativo das disciplinas oferecidas pelos professores da primeira turma...129
- Tabela 4** Quantitativo das disciplinas oferecidas para a primeira turma...129
- Tabela 5** Quantitativo dos orientados da primeira turma por orientador...130
- Tabela 6** Quantitativo das dissertações da primeira turma por eixo temático...179
- Tabela 7** Quantitativo de autores na bibliografia das dissertações da primeira turma...184
- Tabela 8** Quantitativo de disciplinas oferecidas no período 1974-1975...194
- Tabela 9** Quantitativo de disciplinas oferecidas por docentes no período 1974-1975...197
- Tabela 10** Quantitativo de orientandos por orientador da segunda turma...198
- Tabela 11** Quantitativo da divisão por eixo temático das dissertações de segunda turma...251
- Tabela 12** Quantitativo da presença de autores em bibliografias da segunda turma...258
- Tabela 13** Quantitativo de disciplinas oferecidas no período 2/1975-1/1977...263
- Tabela 14** Quantitativo de disciplinas oferecidas por docentes no período 2/1975-1/1977...266
- Tabela 15** Quantitativo de orientações por orientador da terceira turma...266
- Tabela 16** Quantitativo das dissertações da terceira turma por eixo temático...337
- Tabela 17** Quantitativo da presença de autores em bibliografias da terceira turma...346
- Tabela 18** Quantitativo de trabalhos discentes defendidos até 1979 nas pós-graduações de História depois da Reforma Universitária...362
- Tabela 19** Ano de início das defesas de dissertações e teses em História das universidades no pós-reforma universitária até 1979...362
- Tabela 20** Presença de autores marxistas clássicos nas bibliografias das dissertações...381
- Tabela 21** Autores mais presentes nas bibliografias das dissertações...383
- Tabela 22** Divisão das dissertações das três primeiras turmas em eixos temáticos...385
- Tabela 23** Recortes cronológicos das dissertações...390
- Tabela 24** Recortes geográficos das dissertações...391
- Tabela 25** Fontes mais frequentes nas dissertações...392
- Tabela 26** Principais conjuntos de temáticas e recortes das dissertações...394

Sumário

Introdução.....	13
Parte 1 Estado, universidade e desenvolvimento historiográfico.....	16
Capítulo 1 – Curso da História.....	16
1.1 Estado e campo.....	16
1.2 Controle.....	33
1.3 Construção.....	66
1.4 Conclusão.....	101
Parte 2 Novos historiadores em Niterói.....	104
Capítulo 2 A primeira turma (1971-1974/6).....	110
2.1 Discentes.....	110
2.2 Docentes, disciplinas e orientações.....	113
2.3 Dissertações.....	131
2.3.1 Desenvolvimento e crédito (1m e 2m).....	132
2.3.2 Município (6m e 7m).....	137
2.3.3 Produção e empresa (5m e 11m).....	142
2.3.4 Militância feminista (3m).....	151
2.3.5 Republicanismo (8m e 10m).....	154
2.3.6 Constituinte (4m).....	159
2.3.7 Católicos e tenentes (9m e 13m).....	162
2.3.8 Diplomacia (14m).....	168
2.3.9 Chile e Colômbia (15m e 16m).....	170
2.3.10 Educação (12m).....	174
2.4 Panorama e conclusões.....	177
Capítulo 3 A segunda turma (1974-1977/9).....	191
3.1 Discentes.....	191
3.2 Docentes, disciplinas e orientações.....	193
3.3 Dissertações.....	202
3.3.1 Café (17m,18m e 31m).....	203
3.3.2 Petróleo (19m).....	214
3.3.3 Banco (24m).....	217
3.3.4 Minério (44m).....	219
3.3.5 Economia e operariado (25m).....	220
3.3.6 Estadistas e maçons (20m, 23m e 29m).....	224
3.3.7 Estado e disputa (21m, 22m e 28m).....	231
3.3.8 Opressão e luta (26m e 30m).....	235
3.3.9 Tribunal (45m).....	239
3.3.10 Literatura (27m).....	244
3.3.11 Nacionalismo (32m).....	247
3.4 Panorama e conclusões.....	251

Capítulo 4 A terceira turma 1975-1978/9.....	262
4.1 Discentes.....	262
4.2 Docentes, disciplinas e orientações.....	263
4.3 Dissertações.....	277
4.3.1 Café (33m e 42m).....	278
4.3.2 Economia nacional (40m).....	287
4.3.3 Propriedade fundiária (46m).....	289
4.3.4.Comércio internacional (43m)....	293
4.3.5 Açucareiros e industriais (54m e 55m)....	295
4.3.6 Estadistas (39m, 47m, 48m, 50m).....	303
4.3.7 Indígenas (49m).....	303
4.3.8 Conflito social (38m).....	310
4.3.9 Coronéis (51m).....	317
4.3.10 Igreja (41m, 53m).....	326
4.3.11 Educação (34m).....	333
4.4 Panorama e conclusões.....	337

Parte 3 História da historiografia.....350

Capítulo 5 Historiadores, intelectuais.....	350
5.1 Esperando Marc Bloch.....	350
5.2 Marxismo (ou “marxismo”).....	371
5.3 Recortes, temas e fontes.....	385
5.4 Política...396	
5.5 Conclusão...412	

Considerações finais...416

Bibliografia.....	421
Dissertações.....	438
Entrevistas.....	447
Outras fontes.....	447

Introdução

“Desde o começo, pesa uma maldição sobre o espírito, a de ser maculado pela matéria...”
(K. Marx & F. Engels, *A Ideologia alemã*)

Em várias passagens de sua obra, Pierre Bourdieu registra a dificuldade e a resistência de intelectuais a se pensarem sociologicamente. Esse exercício autorreflexivo confrontaria autorrepresentações calcadas em suposições de liberdade e de desinteresse (isto é, o interesse exclusivo na verdade, na razão). O olhar sobre a competição entre intelectuais, a desigualdade material entre eles, suas diferentes posições nos espaços de poder institucionais, sua busca por prestígio, a relação do seu campo com o campo político, etc., fere uma espécie de imagem oficial sobre o fazer científico. Estes são, entretanto, elementos das *“condições sociais do progresso da razão”*, terreno no qual a criação intelectual necessariamente se dá. Com essas referências, a presente tese baliza a compreensão de nosso objeto – uma fração da historiografia brasileira da década de 1970.

A discussão teórica dessa perspectiva - relacionando Estado, universidade e produção científica - é realizada principalmente ao longo do nosso primeiro capítulo, que remete ao concreto quadro vivido sob a ditadura empresarial-militar. Polemizamos aqui com a compreensão teórica que entende ser a “cultura política” uma chave interpretativa adequada sobre a academia naquele período. Trazemos o histórico dos cursos de História¹ do Rio de Janeiro, desde os anos 1930, salientando sua heteronomia, o controle, e a violência que marcaram profissionais e estudantes da área – processo que configura institucional e cientificamente o ambiente dos mestrados que estudamos.

¹ A polissêmica palavra “história” é grafada de duas formas diferentes nessa tese: quando referente à disciplina ou produção científica, usamos a inicial maiúscula. Quando similar a passado, com minúscula.

Aqui também discutimos a noção, bastante difundida, de que o curso de mestrado em História da UFF, e esta universidade de uma forma geral, foi um ambiente à parte, ou relativamente à parte, da política discricionária e repressiva da época. A criação da pós-graduação em 1971 e aspectos científicos e burocráticos de sua organização são compreendidos com referências à estrutura de poder na universidade: abordamos o processo de expansão e reforma universitárias, a dinâmica de contratações (com o polêmico recurso a professores dos EUA) e a definição das áreas de concentração do curso. São elementos atravessados por disputas à época, mas também hoje, com memórias divergentes sobre eles – o que também se torna tema de nossa reflexão.

De um total de 56 dissertações defendidas entre 1974 e 1979, estudamos 51 delas. Esse número corresponde ao produzido pelas três primeiras turmas do curso (as outras cinco pesquisas concluídas no período pertencem ao quarto grupo, fora de nosso escopo). A nossa “parte 2” dedica cada um de seus capítulos a uma turma diferente e seus trabalhos. Não se trata de uma divisão meramente formal, mas uma que ajuda a evidenciar que nesses primeiros anos do curso, com uma alta rotatividade de docentes, os mestrandos tiveram experiências distintas de formação e, conseqüentemente, influências também distintas sobre sua produção historiográfica. Estes capítulos (que também versam sobre os principais docentes daqueles anos, suas disciplinas e orientações) procuram expressar quantitativamente aspectos historiográficos das dissertações (temas, recortes, conceitos, referências bibliográficas, etc.). Esse procedimento a partir de umas dezenas de trabalhos é importante para que afirmações sobre a história da historiografia não se baseiem em impressionismo (por exemplo, sobre a influência de certo autor ou certa corrente) - e a nossa pesquisa, como se verá, detectou incorreções nesse sentido². É importante também para que não se pense a

² A falta de embasamento empírico de trabalhos sobre história da historiografia com conseqüentes erros

historiografia apenas através de alguns autores destacados.

Por fim, nosso quinto e último capítulo procura apresentar sinteticamente, a partir dos dados levantados, que História foi contada pelos mestrandos da UFF, e pensar essa produção relacionando-a ao conjunto da historiografia brasileira. Observamos tensões historiográficas acadêmicas (que se apresentam, em suma, como renovação x tradicionalismo) e avaliamos as formulações de inspiração marxista presentes nas dissertações que estudamos. Em complementariedade com o que trabalhamos no primeiro capítulo, estabelecemos comparações entre a produção da UFF e a de outros programas de pós-graduação de História, onde notamos a importância de se pensar a especificidade de cada lugar institucional para explicar a evolução historiográfica brasileira. Por fim, são apreciadas posições políticas expressas nos escritos.

de análise já foi notada por MALERBA, Jurandir. “Em busca de um conceito de historiografia. Elementos para uma discussão” IN: *Varia Historia*. n. 27, julho de 2002.

Parte 1 – Estado, universidade e desenvolvimento historiográfico

Capítulo 1 – Curso da História

“Dois peixinhos estão nadando e cruzam com um peixe mais velho que vem nadando no sentido contrário, que os cumprimenta dizendo: “Bom dia, meninos. Como está a água?” Os dois peixinhos continuam nadando por mais algum tempo, até que um deles olha para o outro e pergunta: “Água? Que diabo é isso?”. (David Foster Wallace, “Isto é água”³)

1.1 Estado e campo

A exemplo de Pierre Bourdieu, podemos dizer que *esquemáticamente* há duas formas de se compreender uma história das ideias, como são a história da ciência, da literatura, ou, no nosso caso, da historiografia⁴.

Uma delas é “idealista” ou “internalista” e remete, limitante, às dinâmicas internas das ideias considerando que surgem, se modificam, se somam, se opõem, se aperfeiçoam, desaparecem. Um exemplo de autor que teorizou sobre a história da ciência dessa forma é, segundo Bourdieu, Thomas Kuhn, para quem um paradigma se ergueria quando outro se desgastasse⁵. Entre os “defensores desse fetichismo do texto autonomizado”, também estariam os pós-modernistas que entenderiam que a letra do texto seria “o alfa e o ômega” da leitura para fora da qual não há nada mais para ser conhecido⁶. Para a historiografia, trazemos o exemplo de Frank Ankersmit. Em “*Historiografia e pós-modernismo*”⁷ não se trata de explicar a mudança historiográfica, uma vez que não seria proveitoso ou mesmo possível empreender reflexão que associe o

³ WALLACE, David Foster. *Ficando longe do fato de já estar meio que longe de tudo*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2012.

⁴ BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência. Por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo. Editora UNESP, 2004.

⁵ BOURDIEU, Pierre. “O campo científico” IN: ORTIZ, Renato (org.). *Bourdieu – Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

⁶ Sobre os pós-modernistas, “*Esquematizo um pouco. Mas bem pouco.*” BOURDIEU, Pierre. *Os usos...*p. 19.

⁷ ANKERSMIT, Frank. “Historiografia e pós-modernismo” IN: *Topoi*. Rio de Janeiro, março de 2011.

texto a aspectos da realidade, do passado: “..os pós-modernistas também estão pouco interessados (...) sobre como se relacionam ciência e sociedade.”⁸. Seu foco, pela própria “natureza fundamentalmente pós-moderna” da historiografia⁹, é a “informação científica em si”, pois “...a ciência e a informação são objetos de estudo independentes, que obedecem às suas próprias leis”¹⁰. Dessa forma, o principal em uma análise sobre a historiografia deve ser sua estética, seu estilo – e apenas assim o debate na História poderia avançar significativamente.¹¹

Uma leitura idealista não necessariamente se apresentará sob forma tão radical, explícita e autoconscientemente negando na sua teoria, seja por que motivo, contextos amplos sobre os desenvolvimentos artísticos e científicos, ou, no caso da historiografia, a reduzindo a um caráter estético. Entendemos que a renitência da presença do idealismo pode se dar como forma de escamoteamento dos jogos de dominação de que participam os intelectuais no campo (acadêmico, científico, “historiográfico”), onde se veicula uma visão irenista sobre a produção e o desenvolvimento das ideias – algo, aliás, fundamental para o poder dos intelectuais dominantes¹². Porém, se não quisermos fazer denúncia, podemos também apontar que o idealismo se impõe quando tão simplesmente não é o caso de autores se proporem a uma reflexão detida sobre causalidades na evolução das ideias. Isto vemos em balanços historiográficos que sugerem uma mudança linear pautada pelo simples aperfeiçoamento intelectual ou

⁸ Idem. Ibidem. p.118.

⁹ Idem. Ibidem. p. 121.

¹⁰ Idem. Ibidem. p. 118.

¹¹ Idem. Ibidem. p. 122.

¹² A exemplo, ver Bourdieu, Pierre. “Como liberar os intelectuais livres” IN: *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983a. : “É notável que pessoas que todos os dias, todas as semanas, impõem arbitrariamente os veredictos de um pequeno clube de admiração mútua, gritem contra a violência quando os mecanismos desta violência são de repente revelados. E que estes profundos conformistas se atribuam assim, por uma extraordinária reviravolta, ares de audácia intelectual e até mesmo de coragem política (eles quase nos convencem que se arriscam ao "Gulag"). O que não se perdoa ao sociólogo é que entregue ao primeiro que apareça os segredos reservados aos iniciados. A eficácia de uma ação de violência simbólica é proporcional ao desconhecimento das condições e dos instrumentos de seu exercício.”

expansão quantitativa de trabalhos e informações; ou ainda em “manuais” de teoria e metodologia – alguns, em realidade, sendo menos isso que História da historiografia - onde nos é mostrada a sucessão das características de diferentes “paradigmas” ou “escolas”. Outro exemplo vem de ensaio de Eric Hobsbawn, insuspeito materialista, que, ao discorrer sobre o progresso historiográfico que seria a passagem de uma historiografia narrativa e descritiva para outra analítica e conceitual, se limita explicativamente a elementos como interesse e capacidade intelectual de historiadores.¹³ Como em uma narrativa em História da historiografia nem sempre se promove uma reflexão sistemática, ou mesmo mínima, sobre a associação do desenvolvimento intelectual com outros elementos da vida social, pode-se resultar por exemplo, que as perspectivas dos Annales surgiram e tiveram sucesso através da inteligência e do poder de convencimento de dois historiadores franceses, ou que o marxismo declinou como referência dos historiadores simplesmente porque nos anos oitenta alguns foram percebendo que “economia” não explicava todas as coisas.

A segunda forma do esquema apresentado por Bourdieu é a “contextualista”, e procuraria compreender as transformações nas ideias a partir de referências ao meio social que exerceria influências e determinações de forma variada. Assim, o impulso e o refluxo da historiografia sobre o trabalho guardariam relação com os momentos de maior ou menor atividade política de trabalhadores e sindicatos¹⁴; a valorização da economia por parte dos historiadores estaria ligada à crise de 1929 que evidenciou claros limites às leituras que privilegiavam ações de homens de Estado para a compreensão da história¹⁵; as elucubrações de E. P. Thompson sobre classes sociais e

¹³ HOBBSAWN, Eric. “A história progrediu?” IN: *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

¹⁴ BATALHA, Claudio, “A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências”, in FREITAS, Marcos Cezar (org.), *Historiografia brasileira em perspectiva*,. São Paulo: Contexto, 2001.

¹⁵ DOSSE, François. *A História em migalhas. Dos Annales à Nova História*. Bauru: EDUSC, 2003.

sua história estariam em sintonia com discussões políticas candentes e movimentos de seu tempo¹⁶; a queda do muro de Berlim e o fim da URSS seriam eventos sintomáticos ou geradores de um certo contexto político e cultural no qual a perspectiva marxista perde expressão¹⁷.

Esta tese é uma História da historiografia que se propõe a questão de situar o contexto de produção explicativo daquelas dissertações de Niterói da década de 1970. Mas não se trata de supor uma dicotomia entre idealismo e contextualismo, que foi mobilizada por Bourdieu para fins de apresentação. Consideraremos como relevantes analiticamente a lógica interna da atividade textual e elementos como a criatividade e a tradição intelectual. Entender que elementos do mundo social são determinantes das características e transformações dessa historiografia não rejeita a ideia de que as ideias tenham uma dinâmica de autonomia relativa¹⁸.

A primeira parte de nossa hipótese é que o fato de o curso de mestrado em História da Federal Fluminense ter sido criado durante a ditadura empresarial-militar lhe conferiu profundas marcas e foi determinante para as definições científicas das dissertações produzidas no período. Não se trata de termos encontrado uma chave-mestra com a qual se abre todas as portas explicativas sobre as 51 dissertações, ou supor que a ditadura foi a grande fonte conferidora de sentido à historiografia niteroiense, capaz de revelar seu real significado como um derivado produto histórico. Antes, a nossa muito pedestre proposta, a ser desenvolvida principalmente neste capítulo, mas também nos seguintes, é evidenciar que certas especificidades políticas e institucionais

¹⁶ MATTOS, Marcelo. *E. P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2012.

¹⁷ FONTANA, Josep. *História depois do fim da História*. Bauru: Edusc, 1998.

¹⁸ Para uma noção de determinação, remeto a obra de Raymond Williams. Combatendo suposições deterministas e teleológicas, Williams propõe um entendimento sobre determinação que implique “limites” e “pressões”. WILLIAMS, Raymond. “Determination” IN: *Marxism and Literature*. Oxford University Press, 1977. Do mesmo autor, “Base e superestrutura na teoria da cultura marxista” IN: *Cultura e materialismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

em que os mestrandos trabalharam foram condicionantes de suas pesquisas e escritas, sendo portanto capazes de iluminar várias características das dissertações produzidas. Que especificidades contextuais seriam essas?

Compreenderemos o Estado (e, conseqüentemente, a ditadura empresarial-militar) como o fazem Antonio Gramsci¹⁹ e Nicos Poulantzas²⁰. A explicação deste rejeita o que chama de Estado-Sujeito, que é aquele que teria sua vontade como instância racionalizadora da sociedade. Além de não considerar as conexões sociais do Estado, supondo-o instância que paira sobre o que abaixo seria a sociedade, uma compreensão de Estado-Sujeito não abordaria com complexidade a universidade, pois poderia ou completamente identificá-la com o Estado em um todo monolítico; ou reduzi-la a um objeto passivo da esfera governamental, cujos interesses e lógicas de atuação viriam de dentro do próprio Estado que manteria sempre uma relação de exterioridade e superioridade com as demais esferas sociais. A outra modalidade a que Poulantzas se opõe é o Estado-Coisa, visão instrumentalista, onde todo o aparelho é reduzido a uma classe ou grupo (a considerar o nosso caso, seriam, como queiram, burguesia, militares ou burocratas). Dessa forma, a universidade (e, conseqüentemente, o programa de pós-graduação que estudamos) seria meramente parte de uma correia de transmissão dos interesses de um grupo ou classe, o que redundaria em uma compreensão engessada incapaz de admitir, mesmo para um regime marcado pela violência, o caráter relativamente autônomo das instâncias estatais, os atos de resistência e as brechas que existiriam.

A leitura gramsciana de Poulantzas, impedindo-nos de abordar o Estado apartado da sociedade civil, faz entender que as diferentes reproduções históricas do Estado são

¹⁹ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Volume 3. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2000.

²⁰ POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

permeadas de lutas políticas. Ou seja, esses embates não são posteriores ou externos ao Estado, mas o permeiam e lhe são estruturantes. Entender teoricamente que o Estado condensa relações sociais nos conduz a historicamente fundamentar suas diferentes configurações e também a abrigar a ideia de que, material e ideologicamente, assim como há domínio e hegemonia de uma classe (ou fração de classe), há também contradição, fissuras e luta²¹. Nas palavras de Gramsci,

“O Estado é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias “nacionais”, isto é, o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem mas até determinado ponto.”²²

Para avançar na caracterização histórica desse Estado, primeiramente recorreremos à leitura que ressalta o caráter burguês do golpe de 1964²³. Na esfera que nos interessa mais de perto, a política universitária, também se mostra adequada a caracterização da ditadura como empresarial-militar (e não apenas militar) Na realidade, segundo Luiz Antônio Cunha, não seria nem mesmo adequado, com alguma exceção, chamar de militares as políticas educacionais formuladas e implementadas durante o regime²⁴.

Destacamos nesse sentido o projeto privatista da ditadura na área da educação superior,

²¹ Idem. Ibidem. p. 131-5.

²² GRAMSCI, Antonio. *Cadernos...*p.42-3.

²³ Considerando a historiografia produzida, o tema é discutido em MELO, Demian. “O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão” IN: MELO, Demian (org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

²⁴ CUNHA, Luiz Antonio. “O legado da ditadura para a educação brasileira” IN: *Revista Educação e Sociedade*, v. 35, n. 127, abr-jun 2014. Ao encontro desta concepção, mas sem enfatizar o caráter burguês da política universitária, temos também a conclusão de Motta: “Os militares não tinham projeto próprio para o ensino superior. Na verdade, foram civis os formuladores dos planos, enquanto a liderança militar contribuiu com a decisão política e o comando.” MOTTA, Rodrigo. *As universidades e o regime militar. Cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 351.

que marcou um aumento dos recursos destinados a entidades privadas em detrimento das estatais e que fez, de 1964 a 1984, as matrículas do ensino superior público caírem de 75% para 25% do total nacional²⁵. A ditadura também continuamente propôs o pagamento de mensalidades, que chegou a ser concretizado em algumas unidades onde, segundo Cunha, o movimento estudantil era mais frágil. Mas o ponto que mais nos interessa - pela sua repercussão científica dentro da universidade pública e por melhor evidenciar o caráter burguês – é o das concepções que marcaram os planos e a reforma universitária que se concretizou em 1969, procurando submeter o desenvolvimento universitário à demanda de um específico desenvolvimento capitalista dependente²⁶: o significado estreitamente economicista que se tinha da educação, em que seria inclusive necessário abandonar o critério da demanda social que teria presidido a expansão do ensino superior por um outro que levasse em conta a demanda dos três setores da produção; um essencial entrosamento de cursos com empresas; a intenção da reforma de 1969 de colocar a universidade a serviço da produção de uma nova força de trabalho demandada pelo capital no que “...*toda ênfase foi dada aos cursos de ciências (exatas?) e de tecnologia, bem como de ciências econômicas, nas quais se ensinava uma das línguas oficiais do poder.*”²⁷ Mencione-se a influência, para a política para o ensino superior, de projeto elaborado pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), órgão empresarial de grande atuação no golpe e nos governos militares²⁸. E também a enorme participação dos EUA na formulação da reforma, o que nos remete à relação

²⁵ CUNHA, Luiz Antônio & GÓES, Moacyr. *O golpe na educação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. p.49.

²⁶ LEHER, Roberto. “Ditadura de 1964: uma universidade para o capitalismo dependente.” IN: IASI, Mauro & COUTINHO, Eduardo Granja. (orgs.) *Ecos do golpe. A persistência da ditadura 50 anos depois*. Rio de Janeiro: Mórula, 2014.

²⁷ CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade reformanda. O golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. São Paulo: Editora Unesp, 2007 p. 67-8; 90; 287.

²⁸ SOUZA, Maria Inez Salgado. *Os empresários e a educação. O Ipes e a política educacional após 1964*. Editora Vozes, 1981.

política e econômica subordinada que o Brasil tinha com aquele país.

Outra fundamental faceta dessa reforma universitária a ser destacada é a “segurança”. Para concretizar seus planos, não apenas para a universidade, mas também para o país, precisaram lançar mão de uma violenta repressão e da criação de uma estrutura centralizada e autoritária que implicava forte controle sobre reitorias, cargos de direção, e todo o conjunto das atividades docentes e estudantis²⁹. Por último, destaquemos que a ditadura acentuou a heteronomia “...deslocando todo o suporte para a pesquisa [para] fora da universidade e condicionando as pesquisas aos programas e projetos prioritários...”, com os órgãos de ciência e tecnologia “...crescentemente controlados por representantes das corporações ou por sujeitos a elas vinculados (membros de conselhos diretores de empresas públicas e privadas, dirigentes de entidades empresariais, indicações partidárias associadas a grupos econômicos)”.³⁰

Sem evocar o histórico de resistência, as nuances e outros significados que podem ser apreciados quando se analisa, por exemplo, o fim do regime de cátedras vitalícias ou a necessidade de absorção de um contingente populacional crescente, damos conta apenas, com as referências trazidas até aqui, de sentidos gerais da modernização universitária levada a cabo pela ditadura: a reforma, mudança quantitativa e qualitativa de grande magnitude, ocorreu principalmente atendendo a demandas burguesas e através de centralismo e repressão. Esta síntese, conforme nos orientam Gramsci e Poulantzas, não deixa de acomodar a ideia de que a universidade construída na ditadura foi disputada por outras forças sociais com demandas e posicionamentos bem diversos: o corporativismo de funcionários, o idealismo revolucionário de militantes, a mera necessidade de se ter um curso funcionando

²⁹ PEREIRA, Ludmila. *Nenhuma ilha da liberdade: vigilância, controle e repressão na Universidade Federal Fluminense (1964-1987)*. Tese de Doutorado. UFF, 2016.

³⁰ LEHER, Roberto. “Ditadura de 1964: uma universidade...” p. 137 e 138.

normalmente através de profissionais qualificados, interesses pessoais de clientelismo, entre outros. Essa situação gera resultados como a contratação e a atuação de marxistas nos mesmos ambientes em que o marxismo foi perseguido, a recontração de professores que pouco tempo atrás haviam sido expulsos por motivos políticos ou mais estritamente “pessoais”, ou o crescimento material das ciências sociais que não cumpririam nenhum papel direto nas estratégicas atividades produtivas da economia nacional e que em alguma medida poderiam até contribuir para a crítica do regime. São situações em que uma lógica – arbitrária, conservadora, burguesa - se aplica de forma preponderante, ao passo que ainda há espaço, mesmo que em nível menor e subordinado, para a existência de perspectivas de tendência anti-hegemônica, ou outras que passem ao largo dos principais interesses do grupo no poder. Nas palavras de Poulantzas,

*“A política do Estado se estabelece assim por um processo efetivo de contradições interestatais, e é precisamente por isso que, num primeiro nível e a curto prazo, em suma do ponto de vista da fisiologia micropolítica, ela aparece prodigiosamente incoerente e caótica.”*³¹

Entretanto, na historiografia há outra interpretação para fatos “incoerentes” e “caóticos”. Em um extenso estudo, Rodrigo Motta enfrenta essa questão, que procura resolver através da “inovadora chave interpretativa”³² que seria o conceito de “cultura política”: “conjunto de valores, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, expressando uma identidade coletiva à base de leituras comuns do passado e inspirando projetos políticos direcionados para o futuro.”³³. No

³¹ POULANTZAS, Nico. *O Estado...* p. 137.

³² MOTTA, Rodrigo. *As universidades...* p. 13.

³³ Idem. *Ibidem.* p. 12.

regime militar, essa cultura política teria se expressado como tendência à conciliação e à acomodação, sendo assim estratégia utilizada para evitar conflitos agudos, além de ser marcada também pelo personalismo entendido como prática de privilegiar laços e fidelidades pessoais³⁴. Sem este conceito, diz Motta, iam nos parecer caóticos e irracionais³⁵ eventos da história da universidade no regime militar como: demitir professores e depois recontratá-los; apreender livros e depois permitir que fossem publicados e circulassem; contratar professores marxistas quando uma das bases ideológicas do regime era o anticomunismo. Para o autor, se houve repressão e arbítrio – aliás, bastante documentados em seu estudo - a história não teria deixado de se desenrolar com disposição ao compromisso, à negociação, ao arranjo, e com a recusa de definições rígidas e a repulsa aos conflitos.³⁶ “Cultura política” seria a grande síntese explicativa não só da universidade sob o regime militar mas, aparentemente, de toda a história brasileira, da independência a Lula³⁷.

A explanação das nossas referências teóricas já nos parece suficiente para a rejeição da “cultura política” como eixo explicativo. Isto não porque cultura deva significar menos que “materialidade” – como se interesses políticos pudessem ser mobilizados fora de um quadro cultural – mas porque o entendimento de “cultura” por parte de Motta é apriorístico e essencialista em relação a toda dinâmica social em que ela está inserida e pretende explicar, conforme já observado por Ludmila Pereira em sua apreciação do autor³⁸.

Há, contudo, outros questionamentos relevantes: ainda que aceitássemos a centralidade explicativa de uma mentalidade específica, por que, em um país de

³⁴ Idem. Ibidem. p. 13.

³⁵ Idem. Ibidem. p. 15.

³⁶ Idem. Ibidem. p. 291-2.

³⁷ Idem. Ibidem. p. 14.

³⁸ PEREIRA, Ludmila. *Nenhuma ilha...*p. 18.

escravização longeva, de ampla concentração e controle de terras e propriedades, com história republicana cheia de ditaduras, golpes, torturas, assassinatos e atuação de Polícia Militar, a cultura política acionada seria definida como “*tendência à conciliação*” e não simplesmente pela tendência mais direta à agressividade e à brutalidade? Um regime que se impôs pelas armas, que prendeu e torturou desde o dia um - tendo inclusive a universidade como um de seus principais alvos - deveria ser compreendido teórica e historicamente com ênfase em sua “*flexibilidade*”?

Motta não nega factualmente a violência e seu trabalho é uma grande referência para conhecê-la, mas teoricamente ele a entende como algo que aconteceu *em paralelo* aos “*jogos de acomodação*”, o que nos conduz a uma leitura contempladora de uma suposta complexidade dos expedientes do poder: ora permissivo, ora repressivo. O erro aqui nos parece ser desvalorizar a violência enquanto marca constituidora da relação política dentro da instituição: ou seja, não deve ser o caso pensar que a repressão ocorreu quando não houve a “*conciliação*” e a “*flexibilidade*” (ou vice-versa), mas que ela, a violência, dá o tom geral de toda a relação social dentro da universidade. Em vários momentos de seu texto, Motta se antecipa a críticas que poderiam lhe chegar colocando que não pretende defender a ditadura nem “*atenuar as violências*”³⁹. Muito embora entendamos que, de fato, a leitura de Motta concorra para difundir um sentimento de “*atenuação da violência*”, no nosso argumento não se trata de algo como apontar uma maior quantidade de repressão, mas de ajustar a compreensão teórica sobre a coerção na estrutura das relações.

Como também já apontado por Pereira, a análise factual de Motta depõe contra o seu postulado teórico: com elementos do seu próprio livro podemos perceber que “*cultura política*” é um conceito, antes de errado, dispensável. Assim, vê-se que a

³⁹ MOTTA, Rodrigo. *As universidades...* p. 17.

contratação de opositores do regime pode se explicar não pela “cultura política” de recusa aos conflitos, mas porque simplesmente se precisava deles para que a universidade funcionasse em um momento de carência de profissionais qualificados – além do bônus de que a recepção a esses intelectuais reduzia a oposição à ditadura no meio acadêmico⁴⁰. Esse é caso de muitos intelectuais e principalmente da “Operação Retorno”, tentativa da ditadura de reintegrar ao país os cérebros que havia expulsado. Igualmente, quando comenta a presença de comunistas nos quadros universitários, nos aponta ser essa tolerância de poderosos traço tradicional já há muito inscrito na cultura política nacional. Porém, ato contínuo, Motta nos traz as evidências não culturalistas para tal comportamento: a competência profissional de comunistas; a dificuldade de, em certo momento, se encontrar profissionais que não tivessem um registro político de esquerda; e, algo que não é nada tolerante ou conciliatório, a suspensão da relação se o comunista deixasse a discricção, manifestasse suas ideias e questionasse seu superior⁴¹.

Da mesma forma, a opção dos poderosos em não aplicar as penalidades mais duras previstas no decreto 477 - substituindo-as por absolvição ou outras formas de punição e processo – deve mesmo ser entendida principalmente como expressão de cultura política “*arraigada*” na alma brasileira de políticos, militares e burocratas? Ou, conforme nos explica o mesmo Motta, devemos interpretar esse expediente mais terrena

⁴⁰ “Pela ótica do Estado, como se mostrou, a explicação era sobretudo o interesse em aproveitar pessoas competentes, e em segundo plano a estratégia fomentada por alguns líderes do governo de reduzir a oposição dos intelectuais”. Idem. Ibidem, p. 322.

⁴¹ “Pode-se dizer que essa prática [manter intelectuais de esquerda nos empregos] já possuía tradição no país e estava inscrita em certos traços de sua cultura política. A tolerância pode ser atribuída a puro pragmatismo, ou seja, era vantajoso manter nos cargos essas pessoas por sua competência profissional. Mais ainda: em certas áreas acadêmicas, nos anos 1970, sobretudo nas ciências sociais e humanas, era difícil encontrar profissionais sem algum tipo de registro politicamente comprometedor; fosse militância efetiva em grupos de esquerda, fosse participação em protestos e passeatas. E isso parecia mais verdadeiro no estrato de intelectuais mais talentosos e competentes. Por outro lado, essas decisões eram tomadas com base em arranjos que colocavam o compromisso pessoal acima das ideias e dos valores políticos (tema a ser retomado no próximo capítulo). Naturalmente, o compromisso tácito só funcionava enquanto o “comunista” em questão mantivesse atuação discreta, sem chamar atenção para suas ideias e em especial sem questionar o chefe, sob pena de perder a proteção.” Idem. Ibidem. p. 269.

e simplesmente como forma de evitar os problemas políticos de maiores reações e protestos por parte de integrantes da vida acadêmica, em especial os estudantes?⁴² Isto porque mesmo atuando com a coerção, a ditadura necessitava de certo nível de legitimidade e dosar a ação repressiva era não uma forma de suspender o domínio, mas algo essencial para efetivá-lo: não seria sustentável ao poder ditatorial a multiplicação de casos como os da UNB em que 80% do seu corpo docente (223 professores) pediram demissão em protesto⁴³, ou o ocorrido no curso de Economia na UFF em que, por conta da solidariedade manifesta ao professor Ayrton Queiroz que fora preso e torturado, 23 docentes do curso foram expulsos, com outros dois tendo pedido demissão⁴⁴. Por parte dos próprios agentes da coerção havia a leitura de que muita repressão seria “*contraproducente*”⁴⁵. Conforme bem interpreta Motta,

*“As estratégias moderadas sugeridas por esses agentes de repressão eram parecidas com as defendidas por autoridades do MEC, e os objetivos eram os mesmos: não oferecer estímulo para protestos radicais, tentar desmobilizar os espíritos, evitar a má publicidade decorrente de atos repressivos. [...] Além disso, esses agentes “moderados” não eram contra o uso da repressão, queriam apenas graduar a força e reservar a “munição pesada” para os líderes efetivamente “subversivos”. Alguns desses agentes “moderados” poderiam estar sob a influência de valores liberais, como o que defendeu a importância do debate eleitoral para formar jovens democratas, porém, tratava-se antes, de pragmatismo. O uso adequado da repressão iria gerar maior eficiência, enquanto a aplicação indiscriminada da força implicava risco de instigar o radicalismo da oposição”*⁴⁶

Em vários momentos de seu texto, a “cultura política” é o recurso conceitual a

⁴² “*Em meio a esse quadro [de rebelião estudantil, por conta de uma certa situação na USP], a reitoria encaminhou abertura de inquérito para aplicação do Decreto 477 contra três estudantes. Entretanto, como houvesse possibilidade da eclosão de protestos estudantis ainda mais intensos em defesa dos três líderes, o reitor decidiu utilizar dispositivos do regimento interno como forma de punição.*” Idem. Ibidem. p. 163.

⁴³ Idem. Ibidem. p. 38-43.

⁴⁴ PEREIRA, Ludmila. *Nenhuma ilha...*

⁴⁵ Idem. Ibidem. p. 299.

⁴⁶ Idem. Ibidem. p.299.

que se recorre quando não se observa a repressão: “*autoridades optaram por atos moderadores e conciliatórios quando tinham à disposição o recurso a métodos repressivos. E isso demanda uma explicação [qual seja, cultura política].*”⁴⁷ No parágrafo supracitado, entretanto, Motta deixa claro que suspender algum ato de violência não poderia significar, e é notável que isto apareça em um nível consciente dos agentes históricos, evitar e o escamotear de conflitos, como deveria ser o sentido do comportamento dos supostamente guiados pela tal cultura política brasileira⁴⁸. Explicita-se que marcam a lógica da atuação o domínio e o controle - e não a conciliação, a tolerância, a flexibilidade e a moderação. Pelo mesmo motivo, no caso da UFF estudado por Pereira e em muitos outros, a repressão não se assumia formalmente como tal, muito embora tivesse todo o aparato legal para fazê-lo. Antes, justificava suas ações como sendo de ordem meramente profissional ou trabalhista⁴⁹. A necessidade política de se aplacar as críticas foi também expressa pelo General Golbery do Couto e Silva que entendia que cumpririam um papel nesse sentido as melhorias na universidade, como, por exemplo a instituição do regime integral para os professores⁵⁰. Há momentos do estudo de Motta em que se contempla a relevância explicativa desse complexo de lutas políticas – indo ao encontro do que seria uma concepção gramsciana⁵¹ - mas eles não tomam lugar quando o autor se dedica a discorrer

⁴⁷ Idem. Ibidem. p. 293.

⁴⁸ Idem. Ibidem. p. 292.

⁴⁹ PEREIRA, Ludmila. *Nenhuma ilha...*p. 239-41.

⁵⁰ MOTTA, Rodrigo. *As universidades...*p. 102.

⁵¹ Por exemplo, “*A Lei n.5.540 [da reforma universitária de 1968], portanto, foi o resultado das ações e dos projetos de forças díspares, que se aliaram e/ou se enfrentaram ao longo dos anos 1960, com destaque para estudantes, professores, cientistas, militares e técnicos da área econômica [e burgueses, acrescentaríamos nós]. O poder militar fez apropriação seletiva de demandas e propostas apresentadas em anos anteriores, às vezes provenientes do ideário de seus inimigos políticos. Combinando em graus diversos negociação, cooptação e imposição à força, o comando militar apostou em medidas modernizadoras necessárias a seu projeto econômico e úteis para reduzir a oposição nos meios universitários. Os estudantes foram o grupo com menor acesso às instâncias decisórias, e sua proposta de universidade popular e crítica certamente foi derrotada. Não obstante, de maneira paradoxal, o movimento estudantil teve influência apreciável no processo, exercendo uma espécie de “poder de veto” implícito. Assim, por temor dos protestos, parte dos acordos com a Usaid foi bloqueada, assim como*

teoricamente ou quando coloca - por exemplo, no subtítulo de seu trabalho - qual seria o sentido explicativo geral da história da universidade. Ao fim e ao cabo, “cultura política”, na obra de Motta, é menos categoria de análise que uma etiqueta a que se recorre quando simplesmente se observa que o arbítrio e a violência não foram tudo o que houve (e como poderiam ter sido?), pois sempre haveria o quinhão da relação social reservado à “moderação”, à “flexibilidade” e à “conciliação” constitutivas da tradição nacional⁵².

A caracterização que traçamos até aqui é tão fundamental quanto insuficiente. Bourdieu nos informa sobre um certo “universo intermediário” a ser considerado para nosso objeto:

“Digo que para compreender uma produção cultural (literatura, ciência, etc.) não basta referir-se ao conteúdo textual dessa produção, tampouco referir-se ao contexto social contentando-se em estabelecer uma relação direta entre o texto e o contexto. [...] Minha hipótese consiste em supor que, entre esses dois polos, muito distanciados, entre os quais se supõe, um pouco imprudentemente, que a ligação possa se fazer, existe um universo intermediário que chamo o campo literário, artístico, jurídico ou científico, isto é, o universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência. Esse universo é um mundo social como os outros, mas que obedece a leis sociais mais ou menos específicas”⁵³

cobrança de mensalidades. Sobretudo, a pressão estudantil serviu de estímulo político para que a arrastada discussão sobre reformas no ensino superior saísse dos planos e se tornasse realidade.” Idem. Ibidem. p. 108.

⁵² Há um outro elemento negativo na interpretação de Motta, tratado aqui em nota de rodapé porque não concerne diretamente ao nosso objeto: trata-se da suposição, fartamente trabalhada pelo autor, de que há um paradoxo entre a modernização e a repressão. Ou seja, expandir os *campi*, criar programas de pós-graduação, aumentar vagas, instituir departamentos seriam, para Motta, de alguma forma contraditórios com as ações arbitrárias e coercitivas. Rafael Vieira critica esta compreensão de Motta, argumentando longamente que modernização e violência, longe de serem fatores de naturezas distintas que porventura se tocariam, fazem parte de um mesmo processo orgânico, de relação estrutural. Não caberia, assim, alegar dicotomia entre esses diferentes elementos. VIERA, Rafael. “Monumento de cultura – monumento de barbárie: Uma crítica da leitura de Rodrigo Motta sobre as políticas para a universidade no Brasil durante a ditadura empresarial-militar (1964-1985)” IN: *Anais do Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2017 De O capital à Revolução de Outubro (1867 – 1917)*. <http://www.niepmarx.blog.br>.

⁵³ BOURDIEU, Pierra. *Os usos...*

O campo é “espaço”, mais ou menos institucionalizado, onde agentes tem interesses, estão em luta e são marcados por uma distribuição desigual de poder (capital). Para o conhecimento do campo científico ou acadêmico, nos é importante a ideia de que há duas espécies fundamentais de “capital”, com lógicas de acumulação e dinâmicas diferentes:

“...de um lado, um poder que se pode chamar temporal (ou político), poder institucional e institucionalizado que está ligado à ocupação de posições importantes nas instituições científicas, direção de laboratórios ou de departamentos, pertencimento a comissões, comitês de avaliação, etc., e ao poder sobre os meios de produção (contratos, créditos, postos etc.) e de reprodução (poder de nomear e de fazer carreiras) que ela assegura. De outro, um poder específico, “prestígio” pessoal que é mais ou menos independente do precedente, segundo os campos e as instituições, e que repousa quase exclusivamente sobre o reconhecimento, pouco ou mal objetivado e institucionalizado, do conjunto de pares ou da fração mais consagrada dentre eles...”⁵⁴

Com isto, novamente se reforça que não poderemos entender o desenvolvimento da historiografia se estivermos atentos a questões estritamente textuais, ou científicas, sob o risco de uma visão acrítica ou até ingênua. Antes, na história das ideias científicas concorrerão tendências que remetem ao exercício de poder dos agentes em suas facetas “temporal” e “específica”. Dessa forma, toda ação intelectual é uma ação de poder dentro do campo e todo conflito intelectual é um conflito de poder interno⁵⁵. Entretanto, não se trata de colocar que a historiografia tenha se desenvolvido unicamente em função da disputa entre intelectuais por prestígio e pelo controle de recursos materiais: Bourdieu argumentou longamente contra aqueles que supunham a lógica assim

⁵⁴ Idem. Ibidem. p. 35.

⁵⁵ “Assim, pelo fato [...] de que eles são o lugar de dois princípios de dominação, temporal e específico, todos esses universos são caracterizados por uma ambiguidade estrutural: os conflitos intelectuais são também, sempre, de algum aspecto, conflitos de poder. Toda estratégia de um erudito comporta, ao mesmo tempo, uma dimensão política (específica) e uma dimensão científica, e a explicação deve sempre levar em conta, simultaneamente, esses dois aspectos.” Idem. Ibidem. p. 19.

reducionista do campo⁵⁶. O “político” e o “científico” dos agentes não tem caráter isolado de forma que “...é inútil distinguir entre as determinações propriamente científicas e as determinações propriamente sociais das práticas essencialmente sobredeterminadas”⁵⁷

Não será a nossa intenção formular uma história do Programa de Mestrado como campo científico ou acadêmico. Muito embora não pretendamos mergulhar nas lógicas internas do campo e dos agentes, a conceituação que trazemos nos serve para balizar o contexto em que produziram os intelectuais que investigamos. Também por uma questão de recorte - ou de capacidade - nosso objeto não será o *homo academicus*, mas a produção intelectual. É por isso que dispensamos a conceituação de “habitus”, que diz respeito tanto à interiorização de normas quanto às capacidades de agência por parte dos intelectuais. Essencial à nossa análise, entretanto, há uma outra dimensão que trata do campo face às “pressões externas” ou às “leis sociais externas”.

Muito longe de supor que esse “universo intermediário” é algo como o mais determinante das atividades intelectuais, Bourdieu nos encaminha a uma análise que o integre em relação ao exterior que lhe pesa, com intensidades variadas, tanto com demandas intelectuais em relação à sua produção, como através de intervenções sobre a distribuição interna de capital. Essa invariável relação do campo com poderes externos não significa que a produção científica será meramente a encomenda para interesses gestados alhures, ou que os seus meios de produção sejam exclusivamente operados por gente de fora:

⁵⁶ Bourdieu, Pierre. *Para uma sociologia da ciência*. Lisboa: Edições 70, 2004a. Ver principalmente capítulo 1, em que Bourdieu analisa propostas de sociologia da ciência “encantadas” e “ingenuamente maquiavélicas”.

⁵⁷ BOURDIEU, Pierre. “O campo científico”...

“Uma das manifestações mais visíveis da autonomia do campo é sua capacidade de refratar, retraduzindo sob uma forma específica as pressões ou as demandas externas [...] Dizemos que quanto mais autônomo for um campo, maior será o seu poder de refração e mais as imposições externas serão transfiguradas, a ponto, frequentemente, de se tornarem perfeitamente irreconhecíveis. O grau de autonomia de um campo tem por indicador principal seu poder de refração, de retradução.”⁵⁸

Ou seja, as pressões externas se exercem, necessariamente, por intermédio do campo, sendo mediatizadas pela sua lógica interna (o que como resultado pode dar, novamente, o “caótico”, o “incoerente” e o “irracional”). Um campo pode ser muito heterônomo, mas os poderes internos não atuarão necessariamente como meros retransmissores dos poderes externos.

É com base nessas noções que encaminhamos as questões deste capítulo, atentos sobre as demandas que a ditadura teria sobre a historiografia produzida na pós-graduação e sobre o conhecimento histórico de forma geral; às formas com que os poderes externos ou internos intervieram em questões de repercussão científica; e às possibilidades de autonomia no interior do campo.

1.2 Controle

“Se você deseja triunfar sobre um matemático, é preciso fazê-lo matematicamente pela demonstração ou refutação. Evidentemente, há sempre a possibilidade de que o soldado romano corte a cabeça do matemático...”⁵⁹

A interferência de poderes externos sobre as instituições científicas marcou amplamente o desenvolvimento historiográfico, tendo como um de seus efeitos (e intenções) principais o constrangimento à atuação de pensamentos combativos ao status

⁵⁸ BOURDIEU, Pierre. *Os usos...* p. 22.

⁵⁹ Idem. p. 32

quo. Essa atuação estatal com uma lógica estranha ao funcionamento específico do campo científico foi marcada por expulsões, prisões, vetos para contratação e ocupação de cargos, aposentadorias compulsórias, censura a temas, entre outros. Note-se que se trata de atuação de poder político diferente daquele das hierarquias temporais (cátedras, bancas de seleção, cargos de direção, coordenação, etc.), ou seja, no dizer de Bourdieu, “*armas não específicas*”.

Compreender o curso de Mestrado em História da UFF surgido em 1971 requer levar em conta o histórico das atividades de vigilância, controle e repressão sobre a comunidade acadêmica e científica. E aqui é necessário observar não apenas a instituição niteroiense, mas também as de outras regiões, já que havia fluxo dos intelectuais entre elas. E também a ação sobre outras áreas do conhecimento, seja porque a História tem relação intelectual próxima com algumas delas, como também porque os ataques sobre qualquer ponto da universidade (ou de outras instituições) repercutem amplamente em medo e autocensura. Nosso objetivo principal nesta seção é pontuar que o arbítrio e a violência foram fundamentais no desenvolvimento da historiografia da qual foram herdeiros os novos historiadores de Niterói da década de 1970; e que uma estrutura de controle e vigilância pesava sobre eles e afetava seu desenvolvimento científico.

Recuando à década de 1930, temos que a história do curso de História da Universidade do Distrito Federal (UDF)⁶⁰ é capaz não apenas de ilustrar a relação entre poder estatal e historiografia, mas também de contribuir na explicação, como parte de um processo longo, do desenvolvimento historiográfico no Rio de Janeiro. A UDF foi criada em abril de 1935 por iniciativa do então prefeito do Rio de Janeiro, Pedro

⁶⁰ Para a UDF, salvo quando indicado diferentemente, nossa fonte é FERREIRA, Marieta. *A História como ofício. A Constituição de um campo disciplinar*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2013.

Ernesto, e estava sob o comando do secretário municipal de educação Anísio Teixeira—duas personagens que sofriam cargas por parte dos setores mais reacionários de então. A UDF tinha propostas estatutárias bastante originais, inclinada para a produção do saber e não apenas para a difusão e conservação de conhecimentos. Em relação ao curso de História, apesar da grande importância dos cursos da área pedagógica, as disciplinas ministradas revelavam que não deixava de haver uma preocupação com a formação de pesquisadores, o que também é evidenciado pelo esforço do curso em localizar, organizar e disponibilizar documentos. A valorização das disciplinas de História Antiga e História Moderna possivelmente tinha relação com o fato de serem as áreas de dois professores de vulto na constituição do curso, Eugène Albertini (latinista de reputação na França e na Argélia e crítico da hegemonia da história política) e Henri Hauser (autor de um trabalho inovador e participante desde os anos 1920 das articulações para o lançamento da *Annales d'Histoire Economique et Sociale*). A pouca relevância dada ao estudo de História do Brasil guarda relação com o contexto internacional: por conta do trauma da Primeira Guerra Mundial, a Comissão Internacional de Ciências Históricas, criada na Europa em 1930, procurou estruturar críticas aos nacionalismos belicistas e difundir uma política pacifista de convivência entre as nações. Segundo Ferreira, “*essa diretriz se desdobrava numa concepção de História que defendia a supressão das histórias nacionais, marcadas pela excessiva valorização do político e pelo culto dos grandes heróis, em favor de uma história das civilizações voltada para o estudo das sociedades.*”⁶¹. Essa orientação já havia encontrado forte eco no Brasil em 1931 quando no ensino secundário “História do Brasil” foi substituída por “História das Civilizações”, e tornou-se ideia fundamental da grade curricular do curso da UDF, combatendo assim os modelos de História que privilegiavam os grandes eventos políticos e personagens.

⁶¹ Idem. *Ibidem*. p. 29.

Pelo conhecimento das ideias universitárias e científicas de nomes como Delgado de Carvalho e Luiz Camillo, e lembrando também que Gilberto Freyre foi professor da UDF e que Sérgio Buarque atuou ali como assistente de Henri Hauser, pode-se notar que essa universidade guardava interessantes possibilidades de desenvolvimento historiográfico, apesar de ser difícil, como sublinha Ferreira, verificar até que ponto foram implementadas essas propostas do curso ou seu impacto sobre a única turma de estudantes que teve.

Essas possibilidades foram abortadas devido à vitória reacionária concretizada no Brasil a partir de 1935. Desde sua fundação, a UDF, e o governo de Pedro Ernesto de forma geral, vinham sofrendo pressões. Entre elas, a de grupos católicos que acusavam a direção “socialista” da universidade. O Estado Novo acabou fechando a UDF e transferindo seus estabelecimentos de ensino para a Universidade do Brasil (UB) (posteriormente, UFRJ), criada em janeiro de 1939. Alceu Amoroso Lima, um dos ferrenhos adversários de Anísio Teixeira, e grupos católicos passaram a exercer papel relevante na definição dos cursos e na contratação de professores e, nesse contexto, o curso de História assumiria novas feições e concepções.

Temos assim que a ditadura do Estado Novo interditou a intelectualidade que se gestava dentro da UDF na década de 1930 e promoveu na Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi) da UB, com longa consequência, uma outra que lhe era afinada política e ideologicamente. A história do curso de História da FNFi da UB- que mais tarde seria o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da UFRJ - nos interessa por conta da sua grande relevância política e intelectual nos anos 1960⁶² e porque foi grande o número de estudantes e professores que teve em comum com a UFF. Entre os mestrandos que estudamos, a UB/UFRJ foi a segunda instituição que mais forneceu

⁶² Idem. *Ibidem*. p. 73.

discentes: 10 (cerca de 20%), sendo 25 (cerca de 50%) os formados em Niterói. Também evidenciando o intercâmbio, várias pessoas atuaram, como discentes ou docentes, nos dois lados da Baía⁶³. Assim, para compor a História do mestrado que estudamos, não nos parece que a trajetória do curso de graduação na FNFi seja menos relevante que aquela da graduação em Niterói da Faculdade Fluminense de Filosofia (FFF), que abrigava o curso de História que viria ser o da UFF.

Criada em 1939, a FNFi era parte explícita de um projeto do Estado Novo para a educação superior, com o objetivo de formar professores de ensino secundário que fizessem parte do processo de legitimação ideológica do Estado. A contratação dos primeiros docentes teve direta ingerência do governo (os primeiros concursos são de 1945), marcando uma política clientelista.⁶⁴ Na FNFi, o curso de História foi agregado ao de Geografia (ao contrário daquilo que era a proposta da UDF). Seus conteúdos agora buscavam o fortalecimento da identidade nacional, além de não mais estimular a pesquisa. Houve uma diferença visível no quadro de professores. Os franceses que vieram para a FNFi diferiam dos que haviam se dirigido para UDF, tendo forte vinculação com a Igreja Católica e com uma concepção de História “*évènementielle*” e ligada aos grandes heróis⁶⁵. As cadeiras de “História da Civilização” da UDF que expressavam a crítica à História Política tradicional, tiveram seus nomes alterados e a carga horária de História do Brasil aumentou. Uma das expressões mais fortes do “espírito” do curso da FNFi era o catedrático de História do Brasil Hélio Vianna, um

⁶³ Considerando dos anos 1960 até o início dos anos 1980, Maria Yedda Leite Linhares, Francisco Falcon, Eulália Lobo, Ciro Cardoso, Maria Bárbara Levy, Hugo Weiss, Ilmar Mattos, José Luiz Werneck da Silva, Arthur César Ferreira Reis, José Honório Rodrigues, Lysia Maria Cavalcanti Bernardes, Luiz Cezar Bittencourt Silva, Maximiano de Carvalho e Silva e Pedro Freire Ribeiro. Fonte de parte dessa lista é UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. *Memória dos Cursos de Pós-Graduação. Perfil do Mestrado em História e sinopse das dissertações apresentadas para a obtenção do grau de Mestre em História*. Niterói. Eduff, 1986.

⁶⁴ PEREIRA, Ludmila. *O historiador e o agente da história: os embates políticos travados no curso de história da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (1959-1969)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 2010. p. 19-21.

⁶⁵ FERREIRA, Marieta. *A História...* p. 38.

monarquista⁶⁶ de passado integralista que tinha uma concepção de História bastante conservadora, com enfoque na História Política detalhada de datas e nomes, sem oferecer estímulo à pesquisa dos estudantes ou maiores reflexões interpretativas em sala: “...em classe, se um aluno levantasse um dedo, ele mandava baixar. A aula era dele, e ele não queria saber de conversa”⁶⁷. Politicamente, mantinha a preocupação com a formação da nacionalidade brasileira e de um poder central⁶⁸. Não nos parece também irrelevante sublinhar que, segundo muitas referências de ex-estudantes, as aulas de Vianna eram marcadamente tediosas⁶⁹. Apontando para a relação da afinidade entre profissionais da FNFi e o Estado Novo, temos ainda que Vianna, nome escolhido para a cátedra de História do Brasil em 1939, fora funcionário do DIP⁷⁰, e que Sílvio Júlio, catedrático de História da América a partir de 1941, também trabalhara no setor de censura do Ministério da Educação⁷¹.

Depois da ditadura do Estado Novo, há a lei de autonomia universitária que, para autores como Fernandes e Fávero⁷², não significou uma real autonomia intelectual frente ao Estado. Uma das chaves para compreendê-lo é observar o regime de cátedras vitalícias, que instituiu uma forte hierarquia na organização política interna da universidade. A atuação dos catedráticos é comumente marcada pelo “despotismo” e por um “exercício feudal” que bloqueava a circulação de ideias na universidade a respeito de questões de ensino, pesquisa, finanças, entre outras, evidente também pelo controle que exerciam sobre a política de concursos e sobre os professores assistentes que

⁶⁶ Se houver espaço para indiscrição em uma tese, corria boato na FNFi de que Vianna inclusive participava de cerimônias de beija-mão em Petrópolis (Entrevista de Falcon em FERREIRA, Marieta. *A História...* p. 278).

⁶⁷ Entrevista de Linhares a Ferreira em FERREIRA, Marieta. *A História...* p.229-0.

⁶⁸ Idem. Ibidem. p. 43-4.

⁶⁹ Entrevistas de Falcon, Falci e Lobo. Idem. Ibidem. pp. 246; 277; 319.

⁷⁰ Idem. Ibidem. p. 140.

⁷¹ Idem. Ibidem p. 140-1; 149.

⁷² Apud. PEREIRA, Ludmila. *O historiador...*

selecionavam. Nas palavras de Ciro Cardoso, estudante de História na FNFfi a partir de 1962, “*Os catedráticos decidiam sobre carreiras de outras pessoas porque se eles não convidassem a pessoa para trabalhar não tinha como entrar nessas cátedras. Havia a ideia de que o catedrático era o dono daquele setor do conhecimento.*”⁷³ Uma lembrança de Maria Yedda Linhares, que fora catedrática de Moderna e Contemporânea, evidencia esse exercício de “propriedade” sobre o conhecimento por parte de catedráticos como Vianna: “*Quando foi extinta a cátedra, em 1967, montei meu programa de pesquisa. Hélio Vianna foi contra, e eu disse: “Dr. Hélio Vianna, acabou a cátedra. O senhor não manda mais na História do Brasil.*””⁷⁴ Sobre o papel negativo no curso de História da FNFfi, há vários relatos sobre o desestímulo e a inibição que os catedráticos Silvio Julio (de América) e Hélio Vianna (de Brasil) exerciam sobre os Professores Assistentes⁷⁵ – resultando em um empecilho para a renovação de ideias historiográficas, em especial aquelas contestatórias ao status quo. O sistema de cátedras, dessa forma, promove no curso de História a continuação do que foi construído intelectual e politicamente na ditadura do Estado Novo. Essa estrutura, entretanto, sofreria abalos a partir de finais da década de 1950, no bojo de uma alta politização do seu alunado e a FNFfi se tornaria um importante espaço de gestação do pensamento

⁷³ Idem. Ibidem. p. 51. Entrevista de Ciro Cardoso a Pereira.

⁷⁴ Entrevista de Linhares em FERREIRA, Marieta. *A História...*p. 237. No ano de 1967 a que se refere Linhares houve mudança legislativa que reduziu bastante as prerrogativas da cátedra. No entanto, foi apenas em 1968 que a cátedra foi de fato extinta. Ver FÁVERO, Maria Lourdes de Albuquerque. “Da cátedra universitária ao departamento: subsídios para discussão.” Disponível em <http://23reuniao.anped.org.br/textos/1118t.PDF> Acessado em janeiro de 2018.

⁷⁵ “*Quanto aos assistentes, tínhamos uma dificuldade enorme de produzir, porque os catedráticos, muitas vezes, não estimulavam (...) Fui assistente do Silvio Júlio. Ele tentou me inibir, mas não conseguiu*” (Depoimento de Eulália Lobo IN FÁVERO (coord.). *Faculdade Nacional de Filosofia: Depoimentos*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1989, p. 214. Apud. PEREIRA, Ludmila. *O historiador...*p. 28-9.) “[Hélio Vianna] *Admitiu, sim [Manoel Maurício de Albuquerque como Professor Assistente], mas o obrigava a assistir sentado às suas aulas, sem abrir a boca. E dizia, alto e bom som, que era para ele aprender.*” (Entrevista de Falci em FERREIRA, Marieta. *A História...* p. 320) “[Professor] *Assistente do Hélio Vianna tinha que estar lá, sentadinho. Fazia a chamada e ficava assistindo à aula.*” (Entrevista de Falcon em FERREIRA, Marieta. *A História...* p. 278).

crítico⁷⁶.

Para conhecer o impacto negativo da ditadura implementada em 1964 sobre a historiografia acadêmica, um primeiro olhar deve ser sobre o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)⁷⁷, onde se passou um dos eventos mais dramáticos da história da historiografia no Brasil quando do lançamento de um material didático de História naquele ano. Criado em 1956 como órgão do Ministério da Educação e Cultura, o ISEB, discutindo questões nacionais, viveu ao longo dos anos forte tensão política. Como parte de seus profissionais era engajada, promovendo atividades junto a sindicatos e no movimento estudantil, o ISEB sofria forte carga de setores reacionários na imprensa, dentro do governo e mesmo da CIA e do departamento de Estado norte-americano, que infiltrou informantes entre estudantes e pressionava o governo brasileiro a lhe cortar verbas⁷⁸. No ano de 1961, chegou a ser retirado do orçamento do Ministério, o que forçou seus profissionais a redobrar seus esforços para manter a instituição funcionando.

Em março de 1964, o ISEB lançou as 5 primeiras monografias de História Nova do Brasil, o material didático formulado por um grupo de jovens historiadores cariocas principalmente formados pela FNFi⁷⁹, sob a liderança do veterano Nelson Werneck Sodré. Houve grande repercussão na imprensa: só o Estado de São Paulo lhe dedicou cinco editoriais de ataque. O “História Nova” também foi motivo de comentário na TV, onde foi apresentado como material subversivo. No dia 1º de abril de 1964, primeiro dia

⁷⁶ Ver PEREIRA, Ludmila. *O historiador...*

⁷⁷ Nossa referência para as informações sobre o ISEB é, salvo quando indicado diferentemente, SODRÉ, Nelson Werneck. *História da História Nova*. Petrópolis: Vozes, 1986.

⁷⁸ MOTTA, Rodrigo. *As universidades...* p. 115.

⁷⁹ PEREIRA, Ludmila. *O historiador...* p.66. Segundo um dos autores, Joel Rufino dos Santos, a “História Nova” foi escrita no ISEB, mas “o espírito que nos possuía era o da FNFi”. (SILVA, José Luiz Werneck da. *A deformação da História ou Para não esquecer*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 1985. p. 62). A frase de Santos refere-se ao grande engajamento contestatório que havia naquela faculdade desde finais dos anos 1950. Sublinhando a FNFi como um dos espaços – ainda que informalmente - de formulação da obra, ver LOURENÇO, Eliane. “História Nova do Brasil: revisitando uma obra polêmica” IN: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 28, n° 56, p. 385-406 – 2008.

da ditadura empresarial-militar, o ISEB foi invadido e depredado em uma ação orquestrada pelos órgãos policiais da Guanabara. Naquele momento, se encontravam nas dependências 3 funcionários (um copeiro, um zelador e um faxineiro): eles ficaram presos por 2 meses no DOPS. Sob a interinidade de Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara, a extinção do ISEB foi o primeiro ato oficial do pós golpe. Entre os autores do livro, afora os exilados, Maurício Martins de Mello, Pedro de Alcantara Figueira e Joel Rufino dos Santos foram sequestrados e torturados. Parte das semanas em que estiveram presos passou-se sem que suas famílias soubessem de seus paradeiros. Nelson Werneck Sodré ficou 60 dias preso. Também o foram Caio Prado Júnior e seu filho, diretores da editora Brasiliense que viria a publicar já sob ditadura outros números da coleção História Nova. Ênio da Silveira, que não era editor do História Nova, foi detido como tal.

Há uma discussão sobre o conteúdo do livro que passa, por exemplo, se era ou não de inspiração marxista (segundo Sodré, não – apesar de todos os seus autores serem do PCB⁸⁰). Não nos interessa aqui uma caracterização exata sobre a obra (aliás, ignorada por repressores até no nível factual: pensando que se tratava de Ligas Camponesas, CGT e temas então atuais, não sabiam que seu recorte ia até o século XIX). O que nos interessa é pontuar que um conteúdo oposto às forças reacionárias, engendrado por profissionais ligados a sindicatos e movimentos estudantis, foi atacado com grande brutalidade nos momentos que precederam e sucederam o golpe de 64.

Voltando-nos agora às universidades, temos que o regime de 1964 logo fez delas, depois dos sindicatos e das organizações de trabalhadores rurais, alvos prioritários das ações repressivas. As universidades tinham relevo na polarizada discussão e atuação políticas nacionais, apesar de professores universitários de esquerda serem minoria

⁸⁰ Sobre o História Nova e o PCB, ver LOURENÇO, Eliane. “História Nova....”.

antes do golpe⁸¹. Não se sabe quantos universitários e professores foram detidos no momento do golpe, mas há uma estimativa de que o número total de vítimas (ou seja, considerando outras áreas) seja de 20 a 30 mil. O Relatório da Comissão Nacional da Verdade estima entre 800 e 1000 o número de acadêmicos perseguidos entre 1964 e 1985⁸², mas estes números parecem pequenos diante das evidências trazidas por estudos que citaremos abaixo.

Ao longo do ano de 1964, foram 100 os professores demitidos ou aposentados e neste número só estão incluídos os afetados direta e formalmente (uma estratégia para se conseguir o expurgo por meio indireto era o processo administrativo por abandono de cargo, utilizado contra professores presos ou escondidos). A repressão a livros também logo se mostrou intensa⁸³. Dezenas de estudantes foram expulsos das universidades e outros tantos abandonaram seus estudos por conta do clima de repressão. Os ministros do MEC deixavam clara sua intenção de fazer uma “limpeza” no meio acadêmico brasileiro e ela repercutia com uma onda de denúncias internas entre os que trabalhavam nas instituições. O afastamento de reitores (6 naquele ano) ou sua renúncia também tiveram grande peso para gerar um clima de medo e instabilidade geral (há ainda um caso de reitor preso, o da URRJ, futura UFRRJ). Foi notável nesse sentido que 80% do corpo docente da UNB (223 professores) tenham pedido demissão em 1965⁸⁴. A ditadura também logo instituiu nas universidades os Inquéritos Policial-Militares (IPMs), que muito embora não tivessem o poder de condenar ou demitir, instalaram ansiedade e angústia entre os profissionais, além de criar condições para que sofressem

⁸¹ MOTTA, Rodrigo. *As universidades*. p. 23-5.

⁸² “Violações de direitos humanos nas universidades” IN: Comissão Nacional da Verdade. Relatório. *Volume II. Eixos Temáticos*. Abril de 2014: <http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/Volume%20II-%20Eixos%20Temáticos.pdf> (Acessado em fevereiro de 2017). O portal Ciência na Ditadura reúne grande material sobre perseguição contra cientistas na ditadura: http://www.mast.br/ciencia_na_ditadura/index.html (acessado em fevereiro de 2017).

⁸³ MOTTA, Rodrigo. *As universidades*....p. 26-7; 57.

⁸⁴ Idem. *Ibidem*. p. 38-43.

assédios morais. A ditadura chamou de “Operação Limpeza” suas primeiras investidas contra a universidade. Como consequência, houve nos anos seguintes uma “evasão de cérebros” para outros países e uma tentativa por parte do governo para que estes profissionais qualificados retornassem (a “Operação Retorno”).⁸⁵

A partir do AI-5, uma nova onda repressiva se abateu sobre os campi. Em 1969, 120 professores, 1% do total das universidades federais e estaduais, foram formalmente afastados. Sublinhe-se novamente que não se trata do total de docentes vítimas de perseguição, mas apenas os que foram formalmente atingidos. Não constam deste total, por exemplo, as cassações veladas (que são, por exemplo, a não-renovação de contratos). Como forma de efetuar sua “limpeza” ideológica, o governo baixou um ato que impedia atingidos de voltar a trabalhar em outros lugares⁸⁶.

Por conta da grande agitação e do seu alunado, que fazia da FNF i um dos espaços mais politizados da universidade brasileira⁸⁷, havia ali atuação da polícia política mesmo antes do golpe, com vigilância, além do movimento estudantil, sobre professores como Maria Yedda Leite Linhares⁸⁸, que tinha notável engajamento na discussão sobre reforma universitária e ensino universitário e secundário de História e presença pública como diretora da rádio MEC. Consumado o golpe, os ataques contra discentes e docentes se intensificaram. Em 1964, foram 19 estudantes expulsos por atividades políticas realizadas no pré-golpe⁸⁹. Eremildo Viana, catedrático de História Antiga e Medieval e então diretor da Faculdade, acompanhado de dez alunos armados, invadiu a Rádio MEC para destituir a então presidente Maria Yedda Linhares e tomá-lo o cargo – tendo logrado sucesso posteriormente⁹⁰. Logo após o golpe, alguns

⁸⁵ Idem. Ibidem. p. 83-5.

⁸⁶ Idem. Ibidem. p. 173.

⁸⁷ FERREIRA, Marieta. *A História...* p. 73.

⁸⁸ PEREIRA, Ludmila. *O historiador...* p. 94.

⁸⁹ MOTTA, Rodrigo. *As universidades...* p. 31.

⁹⁰ PEREIRA, Ludmila. *O historiador...* p. 100.

professores não voltaram à universidade, e outros voltaram mesmo com o receio de serem presos⁹¹. Uma comissão para investigar a subversão na faculdade denunciou professores e estudantes, inclusive alguns recém-formados. Entre os professores atingidos formalmente em 1969 estavam Maria Yedda Leite Linhares (catedrática de História Moderna e Contemporânea, que veio a ser presa 3 vezes ao longo de 1969 e liberada sob a condição de ir para o exterior⁹²), Eulália Lobo (catedrática da cadeira de História da América desde o ano anterior, e que viria também a ser presa); Guy de Holanda (não se sabe o motivo da expulsão desse professor, já que ele não era de esquerda⁹³), Hugo Weiss (assistente da cadeira de História Moderna e Contemporânea), Manoel Maurício de Albuquerque (assistente da cadeira de História do Brasil, que viria depois a ser preso e torturado). Outros professores que continuaram atuando sofreram pressões e perseguições como Francisco Falcon e José Werneck da Silva. Há registros de documentos de órgãos de repressão, como o DOPS, que mostram que vários desses professores foram investigados e vigiados até a década de 1980, evidenciando mais uma vez o alto grau de monitoramento das atividades intelectuais e políticas⁹⁴.

O IFCS, onde passou a funcionar o curso de História da agora chamada UFRJ, vivia um forte clima de tensão com ameaças de grupos como o Comando de Caça aos Comunistas. Em 1968, uma forte bomba estourou no interior do instituto⁹⁵. As cassações deixaram a instituição carente de professores⁹⁶. Na década de 1970 teve grande poder no

⁹¹ PEREIRA, Ludmila. *O historiador...*, p. 91.

⁹² Depoimento de Maria Yedda Linhares em SILVA, José. *A deformação...*p 92.

⁹³ Entrevista de Arno Wehling a FERREIRA, Marieta. *A História...*p. 431.

⁹⁴ PEREIRA, Ludmila. *O historiador...* p. 93-8; p. 118-24.

⁹⁵ PEREIRA, Ludmila. *O historiador...* . “Nós já estávamos na suspeita de que haveria uma invasão, e como os alunos eram os mais visados, considerados altamente subversivos, tiramos as fichas da associação deles, com endereços, telefones e tudo, que iam servir direitinho para a polícia prender aquela gente toda. Arrombamos os armários deles e tiramos todo material que mesmo que não fosse, pudesse ser considerado subversivo. [...] Depois houve aquela bomba no Instituto, que dizem que foi do Parasar, mas não posso afirmar. Mas não foi uma bomba caseira, ficou uma cratera no jardim, as janelas e portas explodiram.” Lobo, Eulália. Entrevista concedida à revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 5, n.9, 1992, p. 9. Apud PEREIRA, Ludmila. *O historiador...* p.118.

⁹⁶ Entrevista de Nara Sallete a FERREIRA, Marieta. *A História...*p. 444.

interior do curso e no instituto Eremildo Viana, que veio a ser largamente reconhecido como personagem infame da repressão no interior da universidade, e que no auge de seu poder escolhia pessoalmente os docentes de História⁹⁷. Como efeito da política ditatorial na universidade, até o momento da anistia deixou-se de produzir pesquisa e mesmo o material bibliográfico foi destruído: interrompeu-se a aquisição de revistas científicas, e as que haviam estavam dispersas ou trancadas em cômodos⁹⁸. Passaram a fazer parte do cotidiano espiões em sala de aula e corredores, além de pessoas armadas nas portas do prédio. A vigilância afetava também a relação de professores com discentes, já que era malvisto ter boas relações com o alunado⁹⁹.

No departamento de História da Universidade Gama Filho, praticamente todos os professores pediram demissão no início de 1969 devido ao clima de repressão perpetrado por sua reitoria¹⁰⁰. Sobre cursos abertos de História promovidos no Rio de Janeiro por historiadores havia também ameaças de bombas¹⁰¹.

Na USP, em relação aos que pesquisavam História, ainda que não necessariamente historiadores de formação, tivemos antes do fim da década de 1960 a aposentadoria compulsória de Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Paula Beiguelman, Paul Singer, Emília Viotti da Costa (esta do curso de História), além de outros da área de humanas e filosofia que se punham intelectualmente contra o regime vigente. É importante olhar para a USP e para seu departamento de História porque este era o que tinha a maior tradição em pesquisa histórica no país com cursos de pós-graduação mesmo antes da reforma universitária de 1968, tendo formado

⁹⁷ Sobre alguns desmandos de Eremildo Viana, ver entrevista das professoras Nara Salletto e Eulália Lobo a FERREIRA, Marieta. *A História...*

⁹⁸ Segundo Eulália Lobo, durante a década de 1970 apenas 3 pesquisas “mínimas” foram feitas no IFCS. Entrevista a FERREIRA, Marieta. *A História...*, p. 257.

⁹⁹ Depoimento de Eulália Lobo em SILVA, José. *A deformação...* p. 88-9. Entrevista de Nara Salletto a FERREIRA, Marieta. *A História...* p.448.

¹⁰⁰ Depoimento de Eulália Lobo em SILVA, José. *A deformação...* p.89.

¹⁰¹ SILVA, José. *A deformação...* p. 13-5.

alguns dos docentes que atuaram no mestrado da UFF na década de 1970¹⁰² Como efeito da repressão, Fernando Novais, professor de História durante o período ditatorial, diz que o curso “*se enfraqueceu não só em razão das saídas das pessoas, mas o fundamental é o clima pesado que foi criado*”, onde havia colegas denunciando colegas¹⁰³. Laura de Mello Souza, que se tornou aluna do curso em 1972, também recorda que o ambiente era marcado pelo medo do debate, pelo histórico de perseguições a cadeiras (o que teria produzido um curso fraco), pelas “muitas prisões” e pelas delações entre estudantes¹⁰⁴.

A partir de 1968, também recrudescceu o ataque aos estudantes, que teve como uma de suas expressões o decreto 477, que previa exclusão de alunos, intervenções em DCEs, DAs, etc.. Este impacto na vida estudantil também repercute e determina o desenvolvimento científico, uma vez que estudantes da década de 1960 constituíam uma importante força para a renovação intelectual da universidade. Em certas faculdades, durante o grande momento de rebeldia de 1967 e 1968, os estudantes passaram a dar o tom dos debates, influenciando na definição dos programas curriculares e sabotando as aulas dos professores conservadores. Na Faculdade de Filosofia da USP, às vezes era necessário que os professores negociassem com estudantes o conteúdo dos cursos¹⁰⁵ - algo também lembrado por Paulo Arantes que destaca a importância naquele curso da

¹⁰² Entre os doutores pela USP que atuaram na UFF até 1979 estão Nícea Luz, Aydil de Carvalho Preis (coordenadora), Ismênia de Lima Martins e Victor Vincent Valla.. Depois de 1970, tivemos Afonso Marques dos Santos, Berenice Cavalcanti, Dylva Moliterno, Luiz Werneck Vianna e Sônia Bayão Vianna. UFF. *Memória...* p 16-18.

¹⁰³ MORAES, José Geraldo Vinci de & REGO, José Márcio. *Conversas com historiadores brasileiros*. São Paulo: Ed. 34, 2002., p. 122.

¹⁰⁴ Idem. p. 367: “*ingressei em 1972, um momento muito difícil, o curso era fraco – mas ainda com alguns grandes professores -, sobretudo por ter sofrido muito com as perseguições. Hoje em dia, quando vejo alunos se queixando do curso atual, fico recordando o curso que fiz e a diferença positiva que há. Havia umas cadeiras muito fracas, impossíveis de cursar; havia as que tinham sido atingidas, e, sobretudo, o medo incrível de se debater certos assuntos, pois ocorreram casos de delação entre alunos – para não falar no caso extremo, o de Emilia Viotti, ocorrido entre os professores – e muitas prisões.*”

¹⁰⁵ MOTTA, Rodrigo. *As universidades...* p. 98.

exigência estudantil por leituras de Lenin, Rosa Luxemburgo, Mao Tse Tung, etc..¹⁰⁶ É interessante a colocação de Motta de que, enquanto autoridades eram obcecadas pela ideia de que docentes faziam a cabeça dos estudantes, várias fontes mostram que muitas vezes acontecia o contrário¹⁰⁷.

No caso dos historiadores, devemos citar como evidência da força intelectual estudantil a criação do Centro de Estudos de História em 1958, que passou a publicar o Boletim de História na FNFi, que, apesar de alguma diversidade em suas publicações, fazia uma crítica ao ensino universitário de História marcado profundamente pela memorização factualista, apontava para a necessidade de renovação de livros didáticos e do ensino secundário. O Boletim também falava da importância de historiadores trazerem questões do presente, intervirem na realidade e contestava a ideia de imparcialidade, além de seus artigos serem críticos à estrutura da universidade¹⁰⁸. Essa entrada em cena dos estudantes acirrou as disputas intelectuais e políticas entre docentes do campo: em 1958, ainda antes dos momentos mais turbulentos da Faculdade, o Boletim publicou que Yedda Linhares (catedrática de Moderna e Contemporânea) era exceção entre professores porque estudava: *“Quando vi aquilo, soube imediatamente que estava liquidada. Como de fato ocorreu: fui acusada de usar os alunos, de ser usada por eles, etc.”*¹⁰⁹. Cabe lembrar que com Bourdieu entendemos que a luta por prestígio intelectual (“capital específico”) é uma das dinâmicas fundamentais do campo acadêmico e científico.

Nos primeiros anos da ditadura de 1964, vê-se também a importância do alunado

¹⁰⁶ ARANTES, Paulo. *Um departamento francês de Ultramar. Estudos sobre a formação da cultura filosófica uspiana. (Uma experiência nos anos 60)*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1994. p. 55-6.

¹⁰⁷ MOTTA, Rodrigo. *As universidades...* p. 62.

¹⁰⁸ Sobre o Boletim, PEREIRA, Daniel Mesquita. *Boletim de História: uma experiência de vanguarda na Faculdade Nacional de Filosofia - 1958-1963*. Dissertação (Mestrado) - Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1998.

¹⁰⁹ Entrevista em FERREIRA, Marieta. *A História...* p. 228.

nos rumos científicos com, por exemplo, a pressão que faziam para que os professores de História Moderna e Contemporânea da FNFfi promovessem leituras marxistas¹¹⁰, o que de fato acabou influenciando a cadeira.¹¹¹ Ainda considerando a FNFfi, Neyde Thelm, professora de História no curso desde 1967, também conta da demanda do alunado em torno do marxismo, mas adicionando seu ponto de vista de que tinham atitude politicamente sectária¹¹². Por conta da pressão estudantil, foi afastada a professora Alaíde Costa Pereira, Assistente da Cadeira de História da América do catedrático Silvio Júlio¹¹³.

Em outros cursos do IFCS, deixamos o registro aqui do afastamento de Vanda Torok, conservadora e liderança da Campanha da Mulher pela Democracia, mas também julgada como professora incompetente, contra quem estudantes se mobilizaram porque estava em jogo a disputa por uma cátedra com o professor Evaristo de Moraes Filho, que viria a ser aposentado pelo AI-5. Em 1968, Torok saiu da sala de aula para atuar como assistente da reitoria. Há também o caso do professor de filosofia e padre Weimar Penna que pediu exoneração do cargo em setembro de 1968 alegando não haver condições de lecionar no IFCS por conta das pressões estudantis. Ambos os casos foram acompanhados pelo aparato repressivo¹¹⁴. Estudando o caso da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca, o historiador Cleber Santos Vieira observou mobilização de estudantes impedindo renovação de contrato de professor (que conseguiu se manter no cargo apenas depois de recorrer a instância externa à universidade). O autor também colocou que manifestações de solidariedade procuravam contrabalancear a força da triagem ideológica nas contratações¹¹⁵.

¹¹⁰ PEREIRA, Ludmila. *O historiador...* p. 66-7.

¹¹¹ FERREIRA, Marieta. *A História...* p. 290;306-7.

¹¹² Idem. p.362.

¹¹³ Idem. p. 302.

¹¹⁴ Cujos registros foram fontes para o relato de MOTTA, Rodrigo. *As universidades...* p. 99-100.

¹¹⁵ VIEIRA, Cleber Santos. *Ensino Superior e Regime Militar no Brasil: a trajetória da Faculdade de*

É importante reparar que após o AI-5 (finais de 1968), a “limpeza” afeta proporcionalmente mais estudantes que professores, em sentido oposto ao que ocorrera em 1964¹¹⁶. Houve mesmo casos de professores e dirigentes punidos por incentivar ou não coibir a rebeldia estudantil. Essa foi justificativa de pedido de aposentadoria contra Marina de Vasconcelos, diretora do IFCS¹¹⁷. Inicia-se um período em que a mobilização estudantil perde vitalidade e com ela as possibilidades de desenvolvimento científico que apontem críticas ao regime em particular e ao status quo de forma geral.

A partir do início da década de 1970, ou seja, mesmo depois de duas ondas repressivas terem se abatido sobre os campi no Brasil (1964 e 1968/9), a ditadura monta uma estrutura mais organizada de vigilância e controle¹¹⁸. Ela contava com órgãos atuando em todo o MEC, incluindo o CNPQ e a CAPES, e no interior das universidades. Um desses órgãos eram as Assessorias de Segurança e Informação (ASIs). Com essa estrutura, se pode ter maior controle sobre a contratação de professores, de quem eram exigidos “nada constas” expedidos por órgãos policiais. Para a renovação do contrato, um novo atestado ideológico se fazia necessário – e nisso vários professores foram afastados da atividade universitária. Os órgãos de informação das diferentes universidades brasileiras se comunicavam para saber os antecedentes políticos dos docentes e discentes. Os vetos a professores não se resumiam à contratação, mas também à concessão de bolsas¹¹⁹, viagens, candidaturas a cargos de

Filosofia, Ciências e Letras de Franca (1963-1976). Dissertação de Mestrado em História. UNESP, 2001.

¹¹⁶ MOTTA, Rodrigo. *As universidades...* p. 160.

¹¹⁷ Idem, p. 180-1.

¹¹⁸ Para o conhecimento da atuação dessa estrutura sobre as universidades, e em especial sobre a UFF, nossa referência principal é Pereira, 2016. Ver também, resumidamente, PEREIRA, Ludmila. “Perseguição e Vigilância na UFF (1964-1987)”. IN: *Marx e o Marxismo - Revista do NIEP-Marx*, [S.l.], v. 4, n. 6, p. 182-186, aug. 2016. ISSN 2318-9657. Disponível em: <<http://www.niepmarx.com.br/revistadoniep/index.php/MM/article/view/165>>. Acesso em: 26 de abril de 2017.

¹¹⁹ Os vetos ideológicos nas concessões de bolsas CAPES são analisados em BARBOSA, Caio. *Ciência em transe: a Capes nos anos 1970*. Dissertação de Mestrado em História. UFB, 2013. Nos final dos anos 1970, o antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira, da UnB, recusou-se a assumir a direção da CAPES porque não foi aceita sua condição de eliminação do veto ideológico na concessão de bolsas. Esse fato é

direção e órgãos colegiados. Essa organizada e ampla estrutura de controle e vigilância atuou também para vigiar e censurar congressos acadêmicos, atividades culturais e circulação de livros e apostilas. Ela organizava ainda a atuação de espões dentro da vida acadêmica, destruía documentos que evidenciavam o arbítrio na universidade e cooperava com as forças policiais¹²⁰.

Para nos referirmos agora mais diretamente à Universidade Federal Fluminense, um dos primeiros passos é destacar que existe a ideia de que seus cursos não sofreram as agruras repressivas do poder empresarial-militar. Em um estudo da década de 1980 chega-se a dizer que a UFF foi uma “ilha da liberdade”¹²¹. Tal visão é provavelmente fomentada pelo fato de a UFRJ (antes, Universidade do Brasil) ter sido mais ferozmente atacada. Mas dois estudos publicados em 2016¹²² reduzem à esfera da ilusão a noção de que a UFF fora em algum nível poupada, demonstrando a ampla presença em Niterói de todos os expedientes ditatoriais da política universitária. Houve caça às bruxas desde os primeiros momentos do golpe, em que mesmo perseguições motivadas por disputas internas de poder eram justificadas com referência à fidelidade política à “Revolução de

contado por Claudio de Moura e Castro, que assumiu em seu lugar (p.102). Os vetos ideológicos não eram assumidos, configurando o que se chama “cassação branca” (p.103). Um dos procedimentos é relatado por uma assessora da CAPES: “Apesar de seu ar tranquilo, seu governo [Médici] foi o pior de todos, inclusive com sacrifício de vidas. Quando voltei a CAPES, como Assessora de Programas, o agente do SNI não era mais aquele professor do período inicial, mas um militar (...). Para mostrar eficiência [o agente do SNI em 1970], fez um questionário: tínhamos que preencher o nome do bolsista, sua proveniência, seus compromissos com a CAPES. Depois, para serem respondidas pelo bolsista, vinham umas perguntinhas, entre as quais uma totalmente risível: ‘Gosta de música? Quais são seus autores preferidos?’ Obviamente, se fosse comunista de verdade, só responderia Mozart Beethoven, porque era escolado, mas se não fosse e escrevesse Geraldo Vandré, estaria perdido. Como baixou o nível, que coisa incrível!” (p.103).

¹²⁰ Veja-se, por exemplo, o caso de Fernando Santa Cruz que fora aluno da UFF. Sobre ele, três dias antes de seu sequestro e desaparecimento em fevereiro de 1974, houve pedido de informações à universidade por parte de órgão de informação. Em 3 de junho, o chefe da ASI/UFF envia ao DSI/MEC fotografia e endereço de Fernando. (Ver PEREIRA, Ludmila. *Nenhuma ilha...*) Santa Cruz segue até hoje como desaparecido e dá nome ao DCE da UFF.

¹²¹ Tal caracterização está em BARBOSA, Angela Coelho; OLIVEIRA Jr, Antonio Ribeiro & KOCHER. *A UFF nos anos de chumbo. Memórias de resistência na vida acadêmica do ICHF (1968-1978)*. Relatório de pesquisa preliminar do Laboratório de História Oral e Iconografia (LABHOI) do Departamento de História da UFF. Niterói, dezembro de 1990. Apud PEREIRA, Ludmila. *Nenhuma ilha...*

¹²² PEREIRA, Ludmila. *Nenhuma ilha...* E ADUFF-SSind. *Ditadura e resistências. A rebeldia dos professores da UFF. Do golpe de Estado à formação da ADUFF-SSind*. Niterói, 2016.

1964”); vigilância, perseguição e censura ao movimento estudantil; censura à circulação de livros; atuação sobre a promoção de congressos, simpósios e permissões para saída do país; atuação para prisão de docentes e discentes; vetos para contratos e cargos de direção nas universidades; colaboração com órgãos externos de repressão, etc.. Na lista elaborada por ADUFF, a Seção Sindical do Sindicato Nacional de Docentes do Ensino Superior (ANDES) foram localizados 37 professores cassados, que pediram demissão ou foram impedidos de assumir após prestarem concurso, por razões político-ideológicas – número que provavelmente foi maior, mas não pode ser precisado dado o extravio e a planejada destruição dos arquivos¹²³.

O curso de graduação em História da UFF não recebeu por parte de historiadores a mesma atenção que o da UB/UFRJ, que tinha um movimento estudantil de relevância política na cidade e mesmo a nível nacional na primeira metade dos anos 1960, como já apontamos. É possível afirmar que o nível de tensão em Niterói foi menor, desde que isso não signifique supor um espaço resguardado em relação à repressão. Conforme coloca Falcon, que foi professor e estudante universitário em Niterói,

“Muitas e muitas vezes nos perguntamos, ou fomos indagados, sobre como vivemos, ou sobrevivemos ao longo desses anos 1970. Diante do clima de terror que se criou no IFCS/UFRJ, sobretudo no departamento de história, e ao qual já fizemos referência em trabalho sobre a história da pós-graduação em história no Largo de São Francisco (FALCON; CARVALHO; FERREIRA 2012c), criou-se o mito de que “em Niterói teríamos desfrutado de uma tranquilidade quase total [...]”. Bem, nem tanto ao mar, nem tanto à terra. Os ambientes eram diferentes, assim como as condições de trabalho e a liberdade de lecionar e pensar. Mas tivemos também nossos fantasmas. Por sorte, porém, tivemos pessoas cujo caráter se tornou uma barreira às tentativas de incursões dos agentes da intolerância. Várias pessoas, na verdade, mas, em primeiro lugar, aquele que foi uma espécie de nosso patrono: o professor Luiz Cezar Bittencourt Silva, titular de história antiga e medieval. Houve espionagem de algumas aulas, boatos

¹²³ Idem. p. 58-62

*atemorizadores, perseguição contra alguns professores, inclusive o funcionamento de um esdrúxulo critério de “ficha política limpa” para o professor poder vir a ser contratado. Tivemos também alunos perseguidos e alguns até desaparecidos. Eram tempos difíceis, mas, apesar de tudo isso, seguimos em frente!*¹²⁴

Na graduação de História – e é necessário entender que se trata de espaço muito distinto da pós – parece ter sido possível um crescimento da presença de perspectivas marxistas. O tema exige maiores pesquisas, mas, de acordo com o que trouxeram nossos entrevistados, a graduação passou por uma transformação muito rápida. Em meados da década de 1960, o curso era marcado pelo factualismo tradicional: para Almir Chaiban El-Kareh, estudante da graduação em História da UFF nos anos 1960 e professor ainda nessa década, *“Ninguém falava em conceitos. No curso de História, história são fatos, não se falava em conceitos. Não havia teoria era só fatos.”*¹²⁵. Para Ismênia Martins, que também foi aluna na década de 1960, a “erudição” era uma forte marca do curso sendo, por parte de alguns docentes, demandada a estudantes através da memorização e recitação de livros¹²⁶. Entretanto, já na primeira metade da década de 1970 se poderia falar de uma preponderância do marxismo: de acordo com Sonia Mendonça, discente no início dos anos 1970: *“Como eu sempre brinco, toda minha geração foi alfabetizada no marxismo. No curso de história da graduação (não tanto na pós, muito pelo contrário – [...]), todo mundo era marxista. Tirando algumas exceções [...]”*¹²⁷. Para El-Kareh, se trataria de *“perfumes de marxismo”*¹²⁸. Mesmo que esse marxismo da graduação possa ter sido majoritariamente como aquele ministrado por El-Kareh, distante de polêmicas

¹²⁴ FALCON, Francisco. “História e memória: origens e desenvolvimento do programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense” *História da historiografia*. n. 11. Ouro Preto, 2013 p.27.

¹²⁵ Entrevista Almir El-Kareh ao autor. 26/02/2015

¹²⁶ Entrevista de Ismênia Martins ao autor 13 e 22/07 de 2015

¹²⁷ Entrevista de Sonia Mendonça ao autor. 28/04/2013 e 3/10/2013.

¹²⁸ Entrevista de Almir El-Kareh ao autor.

partidárias ou de questões políticas candentes¹²⁹; ou um que, influenciado por Althusser, estivesse confinado em abstrações e ignorando agências humanas¹³⁰; ou ainda marcado pela timidez¹³¹, não deixa de ser significativo que um pensamento associado à subversão tenha progredido. Por outro lado, é significativo também que o engajamento militante não tenha tido a mesma intensidade daquele que ocorria na FNFi dos anos 1960. O ministro Jarbas Passarinho colocaria em entrevista de 1969 que seria aceitável um professor ser comunista, desde que não fizesse propaganda¹³². A frase é cínica, já que a perseguição política estava a pleno vapor, mas ela retrata que havia alguma concessão ao mesmo tempo em que uma imposição de limites. Já nos referimos aos aportes teóricos capazes de nos fazer entender esse tipo de situação nos seios das instituições sob batuta ditatorial. Nesse sentido, nos auxilia ponto trazido por Ismênia Martins de que mudanças na área de História estão muito relacionadas ao caráter “provinciano” ou “secundário” de Niterói, colocação que remeteria à ausência de repercussão e importância do que se passasse na cidade¹³³. Assim, tão importante quanto evidenciar a existência do pensamento científico de tendência contestadora ao regime é trazer à baila os limites, circunstâncias e as forças que concorreram para constrangê-lo e eliminá-lo.

Segundo Sonia Mendonça, aluna de graduação na primeira metade da década de 1970 e mestrande e docente logo após, *“Cansamos de sair com corredor polonês de*

¹²⁹ “Mas eu fazia questão de sempre em sala dizer que eu não era de nenhum partido (e não era mesmo – eu sempre procurei ser independente). E discutíamos marxistas franceses que criticavam os marxistas stalinistas russos. Ficava muito claro no meu curso que eu não fazia apologia da URSS nem do Partido Comunista. Por uma questão de opção intelectual e para deixar claro que eu não estava envolvido com nenhum partido.” Entrevista de Almir El-Kareh ao autor.

¹³⁰ Alguns de nossos entrevistados apontam que Althusser, no início dos anos 70, era a principal referência teórica do marxismo em Niterói. Entrevista de Pedro Demo [docente do mestrado nos primeiros anos do curso] ao autor 5/5/2014 . Entrevista de Sonia Mendonça ao autor. Entrevista de Rachel Sohiet ao autor. 4/7/2 2013.

¹³¹ Para Falcon, docente na graduação na década de 70, seus cursos tinham orientação marxista, embora discretamente “como mandava o tempo”. Em relação ao curso, “É, de fato se pode dizer que tinha uma forte tendência marxista, mas não de bandeira asteada. Eu diria subliminar.” Entrevista de Francisco Falcon ao autor em agosto 2013.

¹³² MOTTA, Rodrigo. *As universidades...* p. 244.

¹³³ Entrevista ao autor.

guarda, de soldado. E a gente com mão na cabeça, inclusive eu já professora.”¹³⁴, havendo também a presença de estudantes infiltrados¹³⁵. Almir Chaiban El-Kareh, professor da graduação desde os anos 60, cita que foi ameaçado com a abertura de um inquérito caso proferisse palestra sobre modo-de-produção asiático. A advertência formal veio minutos antes da palestra, que acabou não acontecendo¹³⁶. Como parte do clima em que vivia a universidade, El-Kareh foi uma vez comunicado de que haveria um processo contra ele por parte de órgãos de segurança, e que colegas o consideravam um “*porra-louca*” por ministrar leituras marxistas abertamente. Relata também rumores de que teria entrado no radar na vigilância¹³⁷. Falcon, docente talvez desde a década de 1950, chegou a ter desconfiança de colegas: “*E a gente não sabe ao certo quantos daqueles nossos colegas, deviam ser pouquíssimos, eram agentes duplos. Tinha lá uns dois que eu desconfiava que eles levavam mensagens, até onde eu não sei.*”¹³⁸

O acervo da Assessoria de Segurança e Informação da UFF, ASI/UFF, nos pode dar alguma dimensão da atuação controladora sobre a academia, apesar da política deliberada de destruição de arquivos e seus extravios¹³⁹. Abaixo, elencamos algumas ações da vigilância e repressão da universidade. Não se trata de um exame exaustivo de fontes e menos ainda de uma narrativa bem ordenada: colhemos os dados a partir do publicado por Pereira (2016) e ADUFF (2016), ou do levantado por nós nas pastas

¹³⁴ Entrevista ao autor.

¹³⁵ Entrevista de Sonia Mendonça ao autor.

¹³⁶ Entrevista ao autor.

¹³⁷ “*Mais tarde, essa Ana Maria de quem eu falei pra vocês (não me lembro o sobrenome), essa Ana Maria que havia sido namorada do Ivan [Mota Dias, aluno do curso de História e desaparecido. Ver PEREIRA, Ludmila. “Nenhuma ilha...” p. 275], ela me telefona e diz: “Professor, tome cuidado”. O irmão dela era amigo de um dos rapazes que havia sequestrado o embaixador dos EUA. E na casa dele, haviam pego documentos e algum documento falava de mim, mas falava como professor – eu não tinha envolvimento com a guerrilha. “O sr. Toma cuidado porque eu já fui chamada e o seu nome faz parte da lista.” Mas eu não fui chamado. Eu recebi também um telefonema da irmã do Ciro dizendo que no Cinema tem um processo muito grosso sobre você. Eu pensei: então são todas as minhas apostilas, que eles pegaram e levaram para lá. Só podia ser isso.*” Entrevista ao autor.

¹³⁸ Entrevista ao autor.

¹³⁹ Sobre o destino desses arquivos, ver MOTTA, Rodrigo. *As univerisidades...*

digitalizadas por Pereira cujos títulos remetiam a informações sobre professores. É um pequeno esforço diante do conjunto de documentos digitalizados, mais de dez mil. E também porque não buscamos por estudantes, nem conhecemos o nome de todos os docentes de História, o que não tornou possível identificá-los na documentação caso a referência ao curso não estivesse colocada. O levantamento, contudo, ilustra a capacidade de observação e intervenção daqueles que queriam neutralizar os opositores políticos e intelectuais do regime dentro da UFF. Eles se referem a profissionais principalmente da graduação, mas também da pós, aos quais sinalizaremos quando for o caso.

Em 1969, houve a aposentadoria compulsória do professor Hugo Weiss¹⁴⁰, de História da América. No mesmo ano, vigilância sobre Acyr de Paula Lobo que havia sido auxiliar de História da América¹⁴¹. Considerando também anos posteriores, Acyr entrou no radar por manter relação com o DA de Direito, caracterizado como de esquerda, por defender estudantes enquadrados na Lei de Segurança Nacional e por movimentação para criação de associação de docentes¹⁴². Ainda em 1969, como parte das investigações sobre Vera Wrobel e Liszt Benjamim Vieira, estudantes e militantes, o Exército pede para que a universidade “convide” para depor Acyr de Paula Lobo e Luiz César Bittencourt, também da História – além de Silva Neuma Aguiar Walker, e Antônio Carlos Quaresma (Vieira viria a ser preso e torturado)¹⁴³.

Em 1971, a Assessoria Regional de Segurança e Informação do MEC (ARSI/MEC) questionou a contratação do professor Jorge Miguel Mayer por não possuir o nada consta do DOPS. A ARSI/MEC responsabilizou Ronaldo Livramento

¹⁴⁰ Aduff, *Ditadura e...* p. 60.

¹⁴¹ Seção de Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 9.

¹⁴² PEREIRA, Ludmila. *Nenhuma ilha..* p. 272.

¹⁴³ Idem. p. 99.

Coutinho, vice-diretor do Instituto, pela contratação “irregular” e passou a também investigá-lo – evidenciando que a necessidade de controle estava para além dos diretamente suspeitos de “subversão”. Em resposta à ARSI/MEC, a ASI/UFF anexou o programa de curso do professor Jorge Miguel e prometeu sua demissão, o que foi efetivado através da não renovação do seu contrato e mesmo depois de ter ela própria pronunciado que o professor não gerara nenhum problema administrativo ou suspeição ideológica¹⁴⁴. Haveria também investigação sobre que leituras Jorge Miguel indicava aos estudantes¹⁴⁵.

Em 1972, houve pedido de informações por parte da Assessoria Regional de Segurança e Informação do MEC (ARSI/MEC) e respondido pela ASI/UFF, sobre Ângela Maria de Castro Gomes¹⁴⁶, que havia concluído sua graduação em História em 1969 e que mais tarde seria docente da pós-graduação. Esse é um dos casos em que não conhecemos a motivação do pedido. No mesmo ano, vem um pedido de informações confidencial sobre Maria Bárbara Levy por parte da ARSI/MEC. A UFF responde dizendo que a professora tinha contrato até o final de 1971, mas rescindido porque ela se ausentou do país em outubro e deixou de ter ligação com a universidade¹⁴⁷. Em 1973, ARSI/GB entra em contato para saber sobre Marcos Waldemar¹⁴⁸. O mesmo a respeito de Ilmar Mattos. A UFF, além de passar dados como filiação e endereço, responde dizendo que observa este professor com cuidado por conta de sua possível ligação com Francisco Falcon¹⁴⁹. De acordo com ofício do ano de 1973, a universidade não renovou o contrato do professor Gerson Moura, muito provavelmente por conta de ausência de

¹⁴⁴ Idem. p. 227-9.

¹⁴⁵ Idem. p. 234.

¹⁴⁶ Seção de Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 5.

¹⁴⁷ Seção de Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 8.

¹⁴⁸ Seção de Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 5;

¹⁴⁹ Seção de Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 5.

atestado ideológico do DOPS¹⁵⁰. No ano seguinte, haveria comunicação confidencial e interna da UFF sobre este professor¹⁵¹.

Sobre o professor Luiz César Bittencourt, professor de Antiga e Medieval e originalmente vinculado à Faculdade de Direito¹⁵², também houve, em 1976, pedido de informações pesando questionamento sobre sua conduta moral e suas ligações com “agitadores” na universidade. Em resposta, a ASI/UFF provê vários dados sobre o professor (inclusive recente falecimento de esposa), dizendo que ele não manifesta opinião sobre assunto políticos, que discorda de agitadores na universidade, que não há restrição à sua conduta moral, e que é estimado por parte colegas¹⁵³. No mesmo ano, 1976, registrava-se sobre Antônio Edmilson Martins Rodrigues, docente Auxiliar da História que teria sido autor de um documento que denunciava a repressão no IACS e que teria difundido verbalmente a situação na PUC¹⁵⁴

Como praxe, há um encaminhamento de ficha por ocasião do pedido de viagem para curso de doutorado no Texas em 1976, por parte da professora Vânia Fróes, de Medieval, que fora mestre da primeira geração¹⁵⁵. Ainda nos arquivos da ASI/UFF, localizamos, de 1977, um nada consta de Gizlene Neder quando cogitada para ocupar o cargo de professora¹⁵⁶. Em 1978, a PUC-RJ envia um documento confidencial à UFF se dizendo preocupada com conflito de horários de Ilmar Mattos, Francisco Falcon e José Nilo Tavares, que trabalhavam em ambas instituições. A UFF informa o horário de trabalho dos professores, alguns coincidentes com os da PUC, segundo informado.

¹⁵⁰ Aduff, *Ditadura e...* p. 59-60.

¹⁵¹ Seção de Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 6.

¹⁵² Conta Ismênia Martins que quando foi criado o curso de História, não sabemos se na FFF ou já sob federalização, Bittencourt, que era um juiz, iria se inscrever como aluno por conta de seu gosto pela área. Antes disso, recebeu convite para se tornar docente de Antiga e Medieval. “*Ele contava isso rindo*” Entrevista de Ismênia ao autor,.

¹⁵³ Seção de Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 19.

¹⁵⁴ Seção de Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 19.

¹⁵⁵ Seção de Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 10.

¹⁵⁶ Seção de Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 15.

A Assessoria tem documentos sobre evento da ANPUH que precisou se justificar para ser realizado nas dependências da UFF em de 1979¹⁵⁷. Depois, os órgãos de informação guardaram relatório (“moção”) feito por Francisco Falcon sobre o evento. Ali se conta sobre manifestações da plateia em favor da volta de professores cassados, denúncias contra demissões de vários professores de ensino superior do Rio de Janeiro, atrito não especificado entre Aydil e um repórter do Jornal do Brasil, etc..¹⁵⁸

Em documento de 1983, evidenciando mais uma vez a longevidade da espionagem, a UFF recebe pedido confidencial sobre Francisco Carlos Teixeira da Silva, que fora mestrando do programa, por parte da ASI da DEMEC-RJ em que se pergunta sobre a *“possibilidade de obter dados que permitam caracterizar o nominado quanto aos seguintes aspectos: -probidade administrativa; - eficiência funcional ou profissional e; - conduta civil”*¹⁵⁹

Sobre os profissionais que almejavam cargos de direção e coordenação nas faculdades, os serviços de informação atuavam para garantir que fossem escolhidos apenas aqueles com adequado perfil ideológico e político. Há fichas confidenciais de Aydil de Carvalho Preis¹⁶⁰, coordenadora do Mestrado em História durante toda a década de 1970, de quando postulava o cargo de vice-reitora na década de 1980; e de Marcos Waldemar de Freitas Reis¹⁶¹, no momento em que postulava o cargo de diretor do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia (ICHF) na década de 1980. Passaram pelo crivo dos órgãos de informação Hildiberto Ramos Cavalcante Albuquerque Júnior (que

¹⁵⁷ Seção de Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 7.

¹⁵⁸ Seção de Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 5.

¹⁵⁹ Seção de Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 3.

¹⁶⁰ Seção de Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 13. Aydil de Carvalho Preis foi formada pela Faculdade Fluminense de Filosofia (FFF) – que posteriormente seria parte da UFF- e professora da graduação desde 1957.

¹⁶¹ Seção de Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 13. Marcos Waldemar foi formado pela FFF em 57, professor assistente de 58 a 80, e se tornou professor adjunto em 81.

foi estudante da primeira turma de mestrados em História e professor na graduação (e na pós, depois)); assim como Marcos Waldemar e Francisco Falcon, quando concorriam a diretor e vice-diretor do ICHF, possivelmente em 1974¹⁶²; Marcos Waldemar e Célio Pereira da Silva (mestrando da primeira geração e docente desde a década de 60¹⁶³) foram analisados em função do cargo para Chefia e Sub-Chefia do Departamento de História, não havendo registro de veto. Célio Pereira da Silva¹⁶⁴, Marcos Waldemar e Hildiberto Ramos Cavalcante Albuquerque Júnior constam em lista sêxtupla de 1978 para o cargo de vice-diretor do ICHF. Nela, Hildiberto é identificado ideologicamente como democrata (ou seja, não sendo um comunista ou esquerdista ou um “sem posição definida”), um integrado à revolução de 64 (as outras opções na ficha eram “adesista”, “contrário”, “contra-revolucionário” e “sem posição definida”) e alguém sem registro de atividade subversiva. Marcos Waldemar, por sua vez, foi registrado como “democrata”, sobre o qual não havia conclusão sobre posição em relação à “revolução” de 1964 ou seu histórico de ações subversivas¹⁶⁵. A ocupação desses cargos universitários nos é relevante porque obviamente influenciavam em grande medida a produção científica no interior da universidade. Sobre o significado político desses que tiveram o “capital temporal” do campo, apesar de nos faltar base empírica para pensar o que se passou na UFF, temos colocações de Motta de que muito embora houvesse certa margem para a atuação, a permanência no cargo exigia o atendimento das diretrizes autoritárias:

“E quanto aos dirigentes das universidades públicas, teriam alguns deles também resistido? A pergunta está longe de ser ingênua, em vista das atuais implicações políticas. O assunto é complexo, porque se tratava de pessoas que ocupavam funções públicas por indicação do próprio regime. Embora reitores e diretores fossem escolhidos a partir de listas

¹⁶² Seção de Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 25.

¹⁶³ Segundo nos informado por Ismênia. Entrevista ao autor.

¹⁶⁴ Formado pela FFF em 64. Assistente desde 65 até 78 pelo menos.

¹⁶⁵ Seção de Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 20.

sêxtuplas, cabia ao governo escolher um nome para a função. No exercício dos cargos, evidentemente, eles estavam sujeitos ao cumprimento das leis e normas, sob o risco de punições e afastamento da função. Formalmente, os gestores das universidades públicas eram parte da máquina estatal – nesse sentido seria absurdo imaginá-los resistentes. Se o governo determinava que órgãos estudantis não podiam realizar eventos políticos, os reitores precisavam obedecer, o mesmo ocorrendo em outras situações, como a triagem ideológica dos professores. Não obstante, entre o plano das determinações oficiais e o das práticas concretas há todo um universo de possibilidades, e aí se encontram episódios em que dirigentes universitários resistiram a certas pressões ou usaram artifícios burocráticos para proteger pessoas visadas.

[...]

Entretanto, deve-se ter cautela antes de classificar todos esses episódios de atos de resistência. Como já foi mencionado, por vezes tratava-se apenas do interesse em contar com profissionais competentes, sem relação com suas ideias políticas. Por outro lado, em certos momentos a motivação dos dirigentes era preservar-se de problemas com a comunidade universitária, que costumava protestar e submetê-los a pressão. Deve-se ter em mente também que os dirigentes que evitaram ações repressivas, em outras ocasiões, censuraram e puniram. Teria sido impossível para um diretor de instituição estatal assumir postura de resistência ou recusa total às demandas repressivas, pois ele seria visto como opositor ao governo, e rapidamente excluído ou pressionado a se afastar do cargo...”¹⁶⁶

Sem referência a datas, temos registro de vigilância sobre Geraldo Beauclair, docente da graduação que foi da primeira turma do mestrado: uma das acusações contra um estudante perseguido de Ciências Sociais seria sua proximidade com este professor¹⁶⁷. Também sem podermos precisar o momento, há lista de vários professores de História que teriam apoiado o Manifesto de Paulistas, que não sabemos do que trata. Mencionando apenas os que passaram pela pós, alguns depois do período que estudamos, temos: José Honório Rodrigues, Francisco Falcon, Nilson Lage, José Nilo Tavares, Berenice Brandão, Célio Pereira da Silva, Luiz César Bittencourt Silva, José

¹⁶⁶ MOTTA, Rodrigo. *As universidades...*p. 308-9.

¹⁶⁷ PEREIRA, Ludmila. *Nenhuma ilha...*, p. 278. Sem data.

Luiz Werneck da Silva, Luiz Carlos Soares, Maria Teresa Toubio (na grafia correta, Toribio), Maria Yedda Linhares, Vânia Fróes, Victor Valla, Ana Maria Bastos, Sonia Mendonça, Francis Morton, Gizlene Neder, Gérson Moura, Maria Bárbara Levy e Carlos Augusto Addor¹⁶⁸.

Sobre os professores do curso de Mestrado, nos arquivos do ASI temos de Carlos Daniel Valcarcel Esparza e Victor Valla¹⁶⁹ uma ficha. Do professor Stanley Hilton, em documento confidencial de 29 de novembro de 1972, houve por parte do DSI do MEC pedido de informações sobre sua atividade profissional e sobre que conceito lhe teria a reitoria da UFF. Em função desse pedido, a ASI/UFF informa ao reitor, anexando cópia do relatório de trabalho do Hilton, que ele atende ao que lhe foi solicitado. Não sabemos o que teria motivado o pedido de informações¹⁷⁰. Em 1974, a ARSI, em documento confidencial, pede informações detalhadas e linha político-ideológica do professor Maximiano de Carvalho e Silva, que atuava nas disciplinas de Estudos de Problemas Brasileiros (EPB). Houve também observação sobre professores Leslie Bethell e Francisco de Solano cogitados para trabalhar com História da América em 1976¹⁷¹, o que acabou não se efetivando. Encontramos também ficha sobre a professora Ismênia Martins em que é categorizada como “*agitadora*”¹⁷². Sobre Aydil de Carvalho Preis, coordenadora do mestrado, temos ficha confidencial com informações genéricas sobre ela¹⁷³. Preis – além de outros professores¹⁷⁴ - é largamente reconhecida como alguém que amortecia as investidas arbitrarias¹⁷⁵. Mas é importante perceber que

¹⁶⁸ Seção de Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 26.

¹⁶⁹ Seção de Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 9.

¹⁷⁰ Seção de Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 8.

¹⁷¹ O documento pede informações sobre professores estrangeiros em 1975. Seção de Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 10

¹⁷² Seção de Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 21

¹⁷³ Seção de Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 21

¹⁷⁴ Nesse sentido, há referências a Arthur César Ferreiras Reis, um dos principais docentes do mestrado na década de 1970, e Luiz César Bittencourt, professor da graduação. Ver FALCON, Francisco. *História e...* p.27.

¹⁷⁵ “*Ela sempre se comportou de maneira muito coerente. Nunca denunciou ninguém. Sempre protegeu as*

ela também colaborou com o controle político das atividades universitárias: participou da apreensão de 96 cópias de apostila escrita por José Nilo Tavares intitulada “*Radicalização política na década de 30*”, e de seu envio ao órgão de controle ideológico¹⁷⁶; informou a seus superiores a presença de escritos na universidade contrários à ditadura¹⁷⁷; e se opôs, em junho de 1984, à mobilização estudantil que ocupava, de forma “*totalmente inaceitável*”, os jardins da reitoria, estabelecendo um prazo de 48 horas para sua retirada¹⁷⁸.

Outro elemento nos mostra a relação entre o desenvolvimento historiográfico no mestrado, as lutas políticas e as mudanças na configuração estatal. Por volta do ano que iria marcar o processo de anistia, 1979, no bojo de um arrefecimento ditatorial, são incorporados ao programa diversos professores que ou haviam se retirado do país dadas as condições políticas e acadêmicas ou outros cujas práticas políticas e profissionais os haviam feito alvo anteriormente. Que a volta dos “exilados”, como às vezes são referidos, imprime uma certa melhoria na pós-graduação é um consenso mesmo entre aqueles que advogam diferentes interpretações sobre o que foi o curso nos seus primeiros dez anos. O impacto da vinda desses professores aparece na memória de agentes tendo como pano de fundo o debate, iniciado ainda na década de 70, sobre a qualidade do curso e das dissertações nos primeiros anos. A coordenadora Aydil de Carvalho Preis assim se pronuncia:

“Disseram que o curso de História só tinha começado a se desenvolver a partir da presença dos exilados - isso você vai encontrar em tudo quanto é coisa. Essa não é uma versão que me agrada, não por mim, mas porque eu acho que não é

peçoas.” Entrevista de Ismênia Martins ao autor. 13 e 22/7/2017. Entrevista de Rachel Sohiet ao autor. Entrevista de Sonia Mendonça ao autor. Ver também “Homenagem à Prof^a Aydil” - LABHOI UFF e PPGH- UFF. Disponível em labhoi.uff.br. Acessado em janeiro de 2019.

¹⁷⁶ PEREIRA, Ludmila. *Nenhuma ilha..* p. 235.

¹⁷⁷ PEREIRA, Ludmila. *Nenhuma ilha..* p. 214.

¹⁷⁸ Seção de Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 21.

verdadeira. Nós começamos em 1971, em 1974 já tínhamos um número razoável de dissertações. Todas elas feitas com fontes primárias. E em todas as nossas bancas examinadoras, foram escolhidos os especialistas brasileiros que tinham mais prestígio, produzindo realmente História. Você pode ver pelas bancas escolhidas que eram historiadores notórios. Não tivemos nenhuma tese reprovada. Ao contrário, nós tivemos até indicações de publicação. Então, dizer aquilo não é verdadeiro.

Agora, você pode dizer uma coisa que é verdadeira: o curso tinha fragilidades? Tinha. [...]

E o que aconteceu depois disso? Chegam os professores que vão assumir definitivamente. Há uma mudança? Há. Há uma melhoria? Há. Isso é inegável. Agora, você só não pode desqualificar o que houve antes. Você pode falar das fragilidades da situação anterior mas você não pode dizer que a qualidade fosse inferior.”¹⁷⁹

Nas palavras de Falcon, desde o início – como veremos - um crítico da organização do curso,

“a mudança [...] é 79. A mudança é a anistia, é a ida do Ciro [Cardoso] para lá. O Ciro começou a cair de pau nesse negócio [refere-se às perspectivas teórico-metodológicas das dissertações], e aí realmente não houve mais campo para se fazer esse tipo de dissertação. Depois, vieram Eulália [Lobo], Bárbara [Levy], [Maria] Yedda [Linhares] e não havia mais clima. O mundo até 1979 lá é um, depois é outro. Falava-se muito mal de alguma dessas dissertações. Não me lembro mais detalhe das bancas, era uma coisa muito complicada. É claro que com o que eu estou te dizendo aqui, outros vão ficar furiosos. Mas a ideia que a gente tinha era que realmente aquilo tinha que mudar. E felizmente mudou com a entrada de novos professores. Acabou o Zé Honório saindo, um outro lá de Antropologia. Enfim, foi uma grande mudança que se deu 79 e 80.”

[...]

“Antes de 79, as reuniões do colegiado eram mais burocráticas do que acadêmicas. Eram para despachar processos, eram para organizar bancas, organizar processos de seleção. Não tinha nenhuma discussão. Não se discutia, e uma das razões que criaram a cisão após 79 é que justamente muitos de nós preocupados com a baixa qualidade de algumas dissertações (e sem querer defender A, B ou C), nós aprovamos uma proposta [...] para evitar que dissertações ruins (estava acontecendo isso, ruins mesmo) fossem para exame de banca

¹⁷⁹ Entrevista de Aydil Preis ao autor, 7/11/2013

inclusive com professores de fora.”¹⁸⁰

A adequada avaliação do que colocam esses entrevistados deveria ser sustentada pelo exame empírico e volumoso das dissertações e do trabalho docente do curso no pós-1979, tarefa de que não nos ocuparemos. De qualquer forma, muito embora não possamos avançar na definição do que teria sido o impacto desses professores que regressaram, nossa pesquisa não encontrou elementos que apontem um questionamento ao estabelecimento de 1979 como um marco intelectual e político para o mestrado.

O que empreendemos nesta seção é apenas um estudo preliminar. Só uma pesquisa mais extensa e cuidadosa poderia refletir melhor sobre os impactos das estruturas de vigilância, controle e repressão sobre as atividades intelectuais¹⁸¹. A respeito do que se abateu sobre a UFF, é importante destacar que ela atua em um cenário

¹⁸⁰ Entrevista ao autor.

¹⁸¹ Estes expedientes não são exclusivos de ditaduras, mas também fazem parte das chamadas democracias. Na Inglaterra, por exemplo, Eric Hobsbawm, Rodney Hilton, Christopher Hill e E. P. Thompson tiveram correspondências e ligações telefônicas violadas, microfones instalados em seus locais de reunião, além da espionagem atingir também familiares e amigos, havendo assim não apenas interesse em atividades públicas, mas também em questões íntimas. A atuação do MI5 foi também determinante para que Hobsbawm não conseguisse uma posição em Cambridge. Thompson também teve sua carreira afetada desligando-se de Warwick em 1971 depois de denunciar espionagem sobre o professor David Montgomery, descoberta por estudantes nos arquivos da universidade que estavam ocupando. Ver FORTES, Alexandre, NEGRO, Antonio & FONTES, Paulo. “Peculiaridades de E.P. Thompson” IN: THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora Unicamp, 2001. p. 29; NORTON-TAYLOR, Richard. “MI5 spied on leading British historians for decades, secret files reveal” IN: *The Guardian*. 24 de outubro de 2014. <https://www.theguardian.com/world/2014/oct/24/mi5-spied-historians-eric-hobsbawm-christopher-hill-secret-files>. Acessado em janeiro de 2019; COBAIN, Ian. “Historian EP Thompson denounced Communist party chiefs, files show” IN: *The Guardian*. 26 de setembro de 2016. <https://www.theguardian.com/uk-news/2016/sep/28/historian-ep-thompson-denounced-communist-party-chiefs-files-show>. Acessado em janeiro de 2019. A manchete desta matéria pode conduzir a erro. O fato a que ela se refere é que Thompson fazia críticas internas ao caráter ditatorial da liderança do Partido Comunista Inglês.

Assim como a CIA observava o trabalho de intelectuais (entre eles historiadores) no Brasil, ela também o fez em outros países. Em documento da agência produzido na segunda metade dos anos 1980 e liberado recentemente, agentes fazem um balanço do cenário intelectual francês, que àquele momento estava sendo julgado como relativamente positivo pois estaria havendo uma “deserção” de intelectuais de esquerda em relação ao marxismo, ao socialismo e ao governo de François Mitterrand. <https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP86S00588R000300380001-5.PDF> Acessado em junho de 2017. Nos EUA, os expurgos do macartismo dos anos 1950 chegaram próximos de eliminar o marxismo e os marxistas da universidade, ao mesmo tempo que se acentuava sua ligação com o complexo militar-industrial e as políticas de governo. HELLER, Henry. *The capitalist university. The transformations of higher education in the United States, 1945-2016*. Londres: Pluto Press, 2016. p. ix

já devastado: a principal carga já se havia dado nos anos 60, quando foram agredidos e derrotados estudantes de História e historiadores do Rio de Janeiro que ocupavam, inclusive, posições de repercussão nacional. Quando as pós-graduações encontram seu momento de expansão no final da década – o mestrado em História da UFF iniciaria em 1971 - elas já não contariam com uma parte da intelectualidade, expulsa ou acuada – estudantes inclusive. E se desenvolveriam em uma estrutura universitária que estava nas mãos de pessoas que atendiam aos ditames ditatoriais em níveis variados: de capatazes entusiastas àqueles que, mesmo com pudores, tendo introjetado as normas excluíam “naturalmente” do seu horizonte aquilo que poderia contrariar o status quo. No caso da História no Rio de Janeiro, todo esse processo havia se iniciado na UB/UFRJ, uma das antessalas do Mestrado da UFF e palco onde se desenrola sua pré-história. Apontando no sentido de continuidade e ruptura entre o acontecido nos dois lados da Baía, nos parece correta a comentário de Ferreira de que uma pós fluminense de História tenha se concretizado em Niterói porque ali, diferente da UB/UFRJ, não havia um “*passado*”¹⁸². É considerando esses elementos que se deve analisar a caracterização de que o mestrado de História (ou, para alguns, a UFF de uma forma geral) esteve à parte de turbulências e ingerências mais diretas: para Rachel Soihet (mestre em 1974), na graduação foram “vivenciados excessos” mas na pós-graduação “*não tivemos maiores problemas*”¹⁸³. Nesse mesmo sentido, Sonia Mendonça coloca que nunca percebeu censura no período em que cursou o mestrado (1974-1977) (apesar de sublinhar que havia diferenças entre as experiências na graduação e na pós)¹⁸⁴. Ismênia Martins confirma haver receios em relação à censura na graduação, mas na pós “*isso era mais distendido. Porque como as*

¹⁸² FERREIRA, Marieta. *A História...* p. 436

¹⁸³ Entrevista ao autor.

¹⁸⁴ Entrevista ao autor.

*turmas eram pequenas não tinha muita militância na pós-graduação.*¹⁸⁵ Para Ubiratan Rocha (mestre em 1979), a repressão “*afetava o contexto*” mas “*não era uma coisa localizada*”¹⁸⁶. Entretanto, se, além de considerarmos o muitas vezes silencioso aparato de controle da Fluminense, também diminuirmos o zoom para maior abrangência temporal e geográfica, então se poderá de fato começar a contemplar, para além de impressões de contemporâneos, o efeito das ações estatais negativas sobre o conjunto dos profissionais de História e seus trabalhos. Se a graduação, mesmo mais reprimida, pode viver progressos no seu conhecimento histórico (maior atenção a questões teóricas e conceituais, abertura para maior senso crítico), a pós – e isso se verá quando analisarmos as dissertações - teve que esperar mais tempo. Sendo pequeno institucionalmente, menos relevante então para o desenvolvimento de carreiras, e com uma produção que não encontrou repercussão social, o mestrado em História era menos suscetível a pressões políticas e intelectuais vindas de baixo e manteve-se na década de 70 com uma estrutura centralizada de tomada de decisões resumida à coordenação. A “paz” do curso foi cheia de circunstâncias.

1.3 Construção

“Eles podem correr mais ou menos, melhor ou pior, ganhar ou perder prêmios, mas nunca de motu próprio: o seu élan é uma coisa, outra, a vontade que dirige e determina o aproveitamento de suas forças.”
(Florestan Fernandes, “Os dilemas da reforma universitária consentida”, 1968)

Tendo se encarregado de um grande projeto econômico-social (desenvolvimentismo, concentração de renda e capital, controle político) e realizando

¹⁸⁵ Entrevista ao autor.

¹⁸⁶ Entrevista ao autor, 9 de julho de 2013.

um maciço investimento universitário, o que a ditadura empresarial-militar esperaria das ciências sociais? Para Bourdieu,

*“...enquanto a classe dominante concede às ciências da natureza uma autonomia que se mede pelo seu grau de interesse nas aplicações das técnicas científicas na economia, ela nada tem a esperar das ciências sociais, a não ser, no melhor dos casos, uma contribuição particularmente preciosa para a legitimação da ordem estabelecida e um reforço do arsenal dos instrumentos simbólicos de dominação.”*¹⁸⁷

Esse tipo de demanda implicaria um “*desenvolvimento tardio e sempre ameaçado das ciências sociais*”¹⁸⁸, evidenciando assim seu papel relativamente secundário para os dominantes. Reservando a outro momento a observação do investimento ideológico da ditadura sobre o conhecimento produzido em nossa área, notemos por ora que, na reforma universitária, as ciências sociais, apesar de sua grande expansão, cresceram por terem algo como pego uma carona. Para Ismênia Martins, professora na época, “*O governo não queria criar cursos de história. As ciências humanas, sobretudo a história, souberam “com engenho e arte”, como diziam os cronistas do século XVI, aproveitar-se da conjuntura e fazer levar adiante seu projeto*”¹⁸⁹. Nas palavras de Motta, o desenvolvimento institucional das ciências sociais aconteceu bafejado pelos ventos da expansão de verbas - e apesar da má vontade de alguns setores do regime militar¹⁹⁰. Sua expansão cumpria também uma função de “*...aplar o descontentamento dos meios acadêmicos oferecendo-lhes um lado “bom” do regime autoritário.*”¹⁹¹ Se em 1961 no Brasil havia 6 cursos de pós-graduação, em

¹⁸⁷ BOURDIEU, Pierre. *O campo...*

¹⁸⁸ Idem.

¹⁸⁹ Entrevista de Martins a Côrrea em CORRÊA, Maria Amelia Ayd. *De que lugares fala essa história? As matrizes teórico-metodológicas da produção discente do programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História da UFF (1989-1996)*. Dissertação de Mestrado em História Social. Rio de Janeiro. UFRJ, 2001.

¹⁹⁰ MOTTA, Rodrigo. *As universidades...*, p. 272

¹⁹¹ Idem. p. 282

1974 o número passou para 403¹⁹² e a porcentagem de cursos dedicados às ciências sociais é, em 1978, 10,5%¹⁹³ - o que não significa a mesma proporção de recursos já que se trata de uma formação muito mais barata que a de outras áreas. Analisando dados da CAPES no início da década de 1970, Barbosa considera Humanas e Sociais o “patinho feio” da política de bolsas¹⁹⁴. Não apenas as ciências sociais, mas também as ciências “puras” foram preteridas porque sua produção não teria utilização econômica imediata. Porém, apesar de o grosso dos financiamentos irem para as áreas estratégicas e centros de pesquisa tecnológica, os recursos eram de tal ordem que houve disponibilidade aos demais setores universitários¹⁹⁵.

Mas há outros elementos a considerar na explicação sobre a criação de pós-graduações de História. A reforma universitária de 1968, visando todo o espectro universitário, havia postulado a indissociabilidade entre ensino e pesquisa. Ela anula lei anterior que contemplava a existência de cargos de pesquisadores universitários em paralelo ao de professores¹⁹⁶, e os substitui pelas classes de Professor Titular, Professor Adjunto e Professor Assistente, agora necessariamente pesquisadores. Dessa forma, ela impõe a ideia de que

“...todo professor deve investigar e todo pesquisador deve ensinar. E pouco importa que alguns sejam mais professores e outros mais pesquisadores: o que não se deseja é colocar em compartimentos estanques a docência e a pesquisa.”¹⁹⁷.

¹⁹² Idem p. 257

¹⁹³ Idem. p. 260

¹⁹⁴ BARBOSA, Caio. *Ciência em transe...*p. 47

¹⁹⁵ MOTTA, Rodrigo. *As universidades...*p. 263

¹⁹⁶ Os cargos de pesquisadores eram Pesquisador-Chefe, Pesquisador-Associado e Pesquisador-Auxiliar. Os cargos de professores eram Professor Catedrático, Professor Adjunto e Professor Assistente. JUREMA, Aderbal. “O pesquisador e o professor pesquisador no magistério superior” IN: *Revista de Informações Legislativas. Ano 21, Número 81, Janeiro/Março de 1984.*

<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/181502/000406297.pdf?sequence=3>

¹⁹⁷ Jurema, 1984. Discutindo o problema no calor do momento, Florestan Fernandes coloca que, muito embora fosse ideal que os profissionais combinassem os papéis de professores e pesquisadores, o requisito “...não deve ser transferido, sem mais nem menos, para o plano da organização e do crescimento da universidade. Ele deve estruturar-se e desenvolver-se de tal modo que as funções do ensino e as funções da pesquisa não interfiram entre si, debilitando-se e esclerosando-se. Por causa

Seguindo esse princípio, a legislação passou a demandar mestrado aos aspirantes a uma carreira docente universitária (o mesmo não valia para os que já se encontrassem nos cargos): a partir de 1968, haveria um prazo máximo de 6 anos para que se cobrasse o título de mestre dos candidatos a Professor Assistente¹⁹⁸. E mesmo para os Professores Auxiliares, que eram temporários contratados por dois anos renováveis, passou a haver exigência: no prazo máximo de quatro anos (não sabemos se de serviço ou a partir da data da lei, por conta da falta de clareza do texto), o Auxiliar de Ensino deveria obter certificado de aprovação em curso de pós-graduação, sem o que seu contrato não poderia ser mais renovado¹⁹⁹.

Essa situação pesou para vários jovens professores da graduação da UFF que atuavam ali desde a década de 1960 e necessitavam ou da continuação de seus contratos como Auxiliares ou do ingresso na carreira docente estável como Assistentes. Pesava também para a própria continuação do curso, em vista da permanência de sua força de trabalho. Na ausência de uma pós de História no Grande Rio e na justificativa de atender a esses problemas, Aydil de Carvalho Preis, docente de História e então diretora do Instituto e Ciências Humanas e Filosofia (1970-1974), passou a se movimentar para a implementação de um curso de mestrado²⁰⁰. Dessa forma, o objetivo, que seria expresso também em no primeiro plano para pós-graduação de 1975, é o de “*formar professorado de alto nível que possa atender à expansão quantitativa do curso*

mesmo da interdependência dessas duas ordens de funções, e das diferenças de seus significados e importância práticos para a coletividade, deverá existir – tanto no corpo de ensino, quanto no da pesquisa – especialistas de níveis intermediários exclusivamente voltados para um mister básico, de ensino ou de pesquisa.” FERNANDES, Florestan. *Universidade brasileira: reforma ou revolução?* São Paulo: Alfa e Ômega, 1975. p. 239

¹⁹⁸ Decreto-Lei n. 465, de 11 de fevereiro de 1969. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0465.htm#art10art3

¹⁹⁹ Lei número 5.539 de 27 de novembro de 1968 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L5539.htm.

²⁰⁰ Entrevista de Aydil Preis a Côrrea, 2001, p. 172.

*superior...*²⁰¹

Formar docentes para atuação no ensino superior é intento diferente daquele cultivado por docentes e estudantes da FNFi na década de 1960 que tinham ampla mobilização intelectual e política para renovar a História e a estrutura universitária. Seus olhares estavam para o livro didático e o ensino secundário. Veja-se por exemplo o impactante “História Nova do Brasil” que, como mencionado, apesar de ser feito no ISEB sob liderança de Sodré, tinha o “*espírito da FNFi*” dos seus demais autores, nas palavras de Joel Rufino dos Santos²⁰². Ou ainda o Boletim de História, “*experiência de vanguarda*” e iniciativa estudantil da FNFi, em que se criticava o livro didático usado nas escolas e propunha um ensino atento às questões do presente²⁰³. Para Maria Yedda Leite Linhares, catedrática engajada nesse movimento, foi justamente essa dedicação ao ensino que teria levado a FNFi a ser “*erradicada de forma tão brutal e definitiva*”²⁰⁴. Se pensar a educação básica era algo já traçado no perfil institucional da FNFi, também encontrava sua razão de ser na alta politização vivida na faculdade – e no país – que via maior significado político e repercussão intelectual na área da educação básica de História²⁰⁵. Não se trata de argumentar que planejada e deliberadamente o governo desviou a pós-graduação de um trabalho voltado ao ensino básico. Em realidade, trata-

²⁰¹ UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. *Regulamento do curso de pós-graduação em História do Departamento de História*. Sem data. Do arquivo pessoal de Aydil Preis.

²⁰² SILVA, Luiz. *A deformação...* 1985; LOURENÇO, Eliane. *História nova...*

²⁰³ PEREIRA, Daniel. *Boletim de História...*

²⁰⁴ SILVA, José. *A deformação...* p. 91

²⁰⁵ Inclusive, diria Linhares em comparação com a USP que “*A grande diferença entre os colegas paulistas e nós do Rio residia na maneira de encarar o papel que cabia à Universidade no tocante à História. Aqui, pensávamos que tínhamos algo a fazer quanto à formação do professor de História para o Ensino Médio.*” LINHARES, Maria Yedda Leite. “40 anos da ANPUH – Balanço de uma professora.” IN: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MATTOS, Hebe Maria; FRAGOSO, João (org.). *Escritos sobre história e educação – Homenagem à Maria Yedda Leite Linhares*. Rio de Janeiro: Mauad; FAPERJ, 2001. Com efeito, Maria Janotti, professora de História da USP, referindo-se à graduação paulista, menciona que sua concepção é a de “*...formador de professores especialistas e pesquisadores de alto nível.*” (intento que, entretanto, estaria sendo frustrado na década de 1970 por conta de uma queda de qualidade.) JANOTTI, Maria. “Alguns problemas do curso de pós-graduação em História na Universidade de São Paulo.” IN: *Revista de História da USP*, N. 110, Segundo semestre de 1977. p. 422.

se de levar em consideração que uma pós-graduação construída de forma não centralizada e respeitosa das autonomias poderia encontrar em profissionais e estudantes dos vários cursos ambições distintas de desenvolvimento. Ou, antes disso, caberia perguntar se haveria mesmo um volume de investimento tão grande para uma pós-graduação se esta não fosse necessidade colocada por instância externa às faculdades: não seriam também os recursos aplicados no que chamamos hoje projetos de extensão que tornassem profissionais e estudantes de História próximos a trabalhadores, movimentos sociais, centros de alfabetização, tal como feito no ISEB²⁰⁶? Também não é o caso fazer exercícios de contrafactualidade, mas da necessidade de se apontar que todo um processo de debate e propostas sobre História foi interrompido com o golpe de 1964²⁰⁷, com o governo passando a conduzir sua política educacional de forma centralizada.

Assim, e estendendo a digressão, é fundamental não naturalizar a existência da pós-graduação que temos hoje, criação na ditadura, menos ainda como uma evolução lógica do fazer científico de História. O formato de pós isolada do ensino básico, tornado dominante no país, não teria sido o único possível, e aqui podemos lembrar, como exercício de alteridade, que para os historiadores da escola metódica da academia francesa o saber escolar era central, sendo indissolúveis os processos de profissionalização e “professoralização”, com questões pedagógicas (consoantes ao poder de Estado) sendo a justificação última do trabalho do historiador²⁰⁸, processo

²⁰⁶ Sobre essa característica do ISEB, ver LOURENÇO, Eliane. *História nova...* p. 390-1

²⁰⁷ FALCON, Francisco. *História e...* FERREIRA, Marieta. “O ensino da história, a formação de professores e a Pós-Graduação” IN: *Anos 90*, Porto Alegre, v. 23, n. 44, p. 21-49, dez. 2016. p. 27.

²⁰⁸ “Na concepção dos historiadores metódicos, o ensino primário e secundário não é só um lugar de difusão dos saberes amadurecidos da Sorbonne, mas uma preocupação constante e fundamental. Abundam as menções a esse vínculo íntimo entre a universidade e o sistema escolar. Os dois apêndices da *Introduction aux études historiques* são consagrados um ao ensino secundário (*Seignobos*) e o outro ao ensino superior (*Langlois*). A maioria dos historiadores reconhecidos participa da *Revue Internationale de l'Eiseignement* [...]. Em 1907, conta Monod que ele mesmo escreveu 37 artigos referentes ao ensino nas colunas de *Revue Historique*. Um sinal desse investimento é o comprometimento

diametralmente oposto ao verificado na História brasileira. Caracterizando a graduação em História, Marieta Ferreira aponta que a partir da década de 70 a pesquisa – na realidade, uma certa forma de pesquisa - passou a ter papel dominante em detrimento da formação para a docência, o que remete à preponderância da pós-graduação na estrutura universitária e o desprestígio das atividades de ensino básico na formação. Só muito recentemente se desenvolveu em larga escala na pós-graduação algo voltado para a docência no nível básico, o “Mestrado Profissional”²⁰⁹.

Há um outro sentido em que o direcionamento para a formação – ou melhor dizendo, titulação – de professores universitários promoveu um isolamento da pós em relação aos profissionais do ensino básico, e podemos observá-lo na USP. Sua clientela de volume muito superior aos dos outros programas²¹⁰ era, na década de 1970, composta principalmente de professores do ensino secundário²¹¹. Entretanto, como seus estudos não engendraram progresso profissional e sem apoio material, era muito grande o número de desistências. Os professores das universidades públicas, ao contrário, tinham

*dos universitários com a redação de manuais escolares (tanto da escola primária quanto do ensino secundário), até então a cargo dos professores dos grandes liceus de Paris. Aliás, são convergentes os efeitos esperados das reformas e da codificação do trabalho do historiador: trata-se de produzir novos professores. O processo de “profissionalização e professoralização” (Gérard, 1938:81) forma um casamento indissolúvel. Debruçar-se sobre as questões pedagógicas não é, para esses historiadores, sinal de fracasso. Muito pelo contrário, é a justificação última do trabalho do historiador, pois, segundo Seignobos (1907b:273), essa disciplina tem “primordialmente um valor pedagógico”. Ela é essencialmente útil enquanto método muito higiênico para a mente, que ela cura da credulidade” (Langlois e Seignobos, 1992: 256) e porque permite compreender o presente. Traduzida em termos escolares, ela “é um instrumento de educação política”. Atualização científica e reivindicação de um magistério cívico são inseparáveis e se exprimem, em particular, na produção e na difusão de uma história nacional.” DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick. “O momento metódico” IN: *Correntes históricas na França. Séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. p. 106*

²⁰⁹ Um relato da emergência do Mestrado Profissional pode ser encontrado em FERREIRA, Marieta. “O ensino da história...”. Ferreira é, de 2013 até a presente data (2018), coordenadora nacional do Mestrado Profissional em Ensino de História. Sua narrativa para esse empreendimento recente tem características contra as quais Francisco Falcon alertou quando problematizou a escrita da história das pós-graduações: é “*asséptica*” e “*triumfalística*” (FALCON, Francisco. “A Pós-Graduação como objeto histórico” *Revista Maracanan*, ano 1, n.1, UERJ, 1999/2000), onde não se localizam, por exemplo, aqueles elementos que Bourdieu entende como fundamentais na história do campo.

²¹⁰ Enquanto a USP tinha 597 matriculados, a PUC/SP tinha 105 e a UFF, 56. WESTPHALEN, Cecilia “Situação da Pós-Graduação em História” IN: *Revista de História da USP*, N. 110, Segundo semestre de 1977.

²¹¹ JANOTTI, Maria. “Alguns problemas...”

maior sucesso na execução de tarefas e na conclusão dos trabalhos da pós-graduação amparados por suas instituições de origem e pela CAPES, cuja modalidade principal de bolsas em certo momento da década de 1970 foi as do Programa Institucional de Capacitação dos Docentes (PICD)²¹². Janotti observa assim que a pós da USP absorvia melhor os professores de graduação de outros estados que seus próprios recém-egressos discentes²¹³. Havia então uma estrutura de mestrado e doutorado que, majoritariamente – apesar de não exclusivamente - referendava nas posições acadêmicas aqueles que já se encontravam nelas e não buscava contato com aqueles que não almejassem a carreira universitária. No caso da UFF, mais da metade dos formados que estudamos eram professores universitários quando de seu ingresso²¹⁴. Essa proporção é bem maior na primeira turma composta principalmente por professores da casa²¹⁵ buscando se adequar às novas exigências da carreira.

O projeto preliminar da pós de História da UFF previa que os inscritos fizessem uma prova de seleção²¹⁶, mas quando isto foi a debate no departamento de História²¹⁷, decidiu-se que os professores da graduação teriam garantido seu ingresso no mestrado independente de provas e número de vagas. Em texto de 2013 que citamos acima, Falcon coloca que esta foi uma decisão “*lógica*”. Em outro momento, entretanto, foi mais crítico:

²¹² BARBOSA, Caio. *Ciência em transe...* p. 76.

²¹³ Para Janotti, a desigualdade de condições materiais para o curso teria como consequência que, dificilmente, a pós graduação seria “*obtida exclusivamente pelos mais habilitados intelectualmente*” JANOTTI, Maria. “Alguns problemas...” p. 425. Para a reversão desse quadro, propõe maior política de bolsas e valorização por parte das secretarias estaduais dos titulados que atuam no ensino secundário.

²¹⁴ Fichas cadastrais, na Secretaria da Pós-graduação em História da UFF. Dos 51 mestres que analisamos, 29 trabalhavam em instituições de ensino superior.

²¹⁵ O perfil dos discentes será abordado melhor no próximo capítulo.

²¹⁶ Universidade Federal Fluminense. *Comissão de Pós-Graduação. Curso de Mestrado – Projeto Preliminar*. Sem data. Do arquivo pessoal de Aydil Preis.

²¹⁷ Universidade Federal Fluminense. *Ata da reunião do Departamento de História de 25 de agosto de 1971*. Do arquivo pessoal de Aydil Preis.

“Alguns tinham pressa, queriam começar o quanto antes, do jeito que desse. Discutiu-se, então, como seria o ingresso, e este foi o primeiro momento no qual eu balancei quanto à minha permanência ou não no curso. No texto da Comissão eu tinha proposto prova de seleção, mas quando o assunto foi ao departamento os maiores interessados no mestrado, que eram os professores do próprio curso, aprovaram uma medida isentando-os de fazer provas, ou seja, dando a eles mesmos o direito de se matricular diretamente. A posição da Comissão foi rejeitada e não pudemos fazer nada; nós éramos apenas uma comissão departamental.”²¹⁸

Os ingressantes tinham pouca ou nenhuma experiência com pesquisa, que não era o foco dos que se graduavam então²¹⁹. O curso de mestrado, que lhes apareceu imposto de cima pelo governo, significava uma prática profissional quase inteiramente nova. Várias referências apontam para uma inexperiência dos estudantes nos domínios de pesquisa. Segundo Richard Graham, um dos primeiros docentes do curso:

“Creio que o primeiro curso que dei na UFF foi sobre método de pesquisa histórica, em aulas semanais de três horas. Os alunos eram todos formados, e--em muitos casos-- professores de história na graduação. Na primeira reunião falei um pouco sobre fontes primárias e secundárias, notando que a distinção é arbitrária; por exemplo, se o assunto é o trajeto intelectual de um Sérgio Buarque, as suas obras são fontes primárias, mas se o assunto é a organização urbana nos tempos coloniais, a mesma obra é uma fonte secundária. Então pedi aos alunos que indicassem algumas fontes primárias sobre o século XIX no Brasil, enquanto eu iria anotá-los no quadro-negro. Eles logo listaram as coleções de leis do império, e os debates no congresso e no senado. Ai pararam. Ninguém podia pensar em outra fonte primária. Finalmente, alguém pensou nos jornais. (Note-se que essas seriam todas fontes impressas e quase todas sobre a história política). Eu realmente fiquei surpreso, e imediatamente mudei o que ia pedir que fizessem no intervalo entre este dia e a reunião da semana vindoura. Dei para eles uma lista de tipos de fontes primárias (umas cinco ou sete) e pedi que cada um fosse procurar um exemplo de cada

²¹⁸ Entrevista de Falcon a Côrrea, *De que lugares...* p. 166

²¹⁹ Entrevista de Aydil Preis a Côrrea, p. 172. Entrevista de Richard Graham à Revista de História da Biblioteca Nacional. <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/entrevista/richard-graham> Acessado em fevereiro de 2015.

tipo e viesse dizer o que que tinham descoberto.”²²⁰

No mesmo sentido vai a fala de Almir Chaiban El-Kareh, discente da primeira geração e docente na graduação desde os anos 1960, que nos revela, além do caráter impositivo da exigência federal, o desconhecimento bastante comum à época sobre pesquisa:

“...a gente tinha que fazer os relatórios e nos relatórios vinha assim: “metodologia”, e a gente não sabia o que era metodologia. Eu tive que aprender. A gente recebia que a gente tinha que fazer um relatório de nossas pesquisas – nós éramos obrigados a fazer pesquisa sem saber fazer pesquisa. E vinha uma obrigação: você tinha que dar suas horas todas no departamento. E a gente dizia, “Como é que a gente vai fazer pesquisa histórica dentro do departamento? A gente tem que sair porque as fontes estão nos arquivos.” Nós batalhamos. “Ah, então, vocês podem ficar tantas horas fora, mas tem que trazer um recibo da instituição de que vocês estiveram lá”. A coisa era assim. E vinham esses relatórios: “metodologia”, “técnicas”, “objetivo”, “objeto”. O que era objetivo? O que era objeto? A gente não sabia. Ninguém sabia nada disso. (...) Enfim, isso eles nos pediam sem nós nunca termos recebido isso. Era uma loucura você ficar diante de um papel que te pedia coisas de que você não sabia o significado. (...)”

Mas nós professores, antes do mestrado, nós não tínhamos nenhuma formação teórica, nenhuma. Estou dizendo que não tínhamos noção alguma do que fosse conceito. Nós éramos totalmente diferentes do que vocês são. Quando vejo meus alunos que saíam dos anos 70 formados, eles tinham uma formação teórica muito melhor que eu.”²²¹

Se o que explica mais fundamentalmente a existência do curso é a exigência federal por titulação enformada pela ideia de indissociabilidade de ensino e pesquisa, há outras circunstâncias que tornaram possível a criação em Niterói, como o apoio institucional por parte da reitoria da UFF. Segundo Aydil de Carvalho Preis, um

²²⁰ Entrevista ao autor, 25/02/2014. Sobre sua primeira turma de mestrandos, ver também entrevista de Richard Graham à Revista de História da Biblioteca Nacional.

<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/entrevista/richard-graham> Acessado em fevereiro de 2015.

²²¹ Entrevista de El-Kareh ao autor.

acontecimento determinante para este apoio foi uma capa da revista *Veja* que, em tom de denúncia, dizia que a História do Brasil estava sendo escrita por historiadores americanos e que fontes documentais importantes estavam sendo levadas para os EUA:

“Um fato muito importante ocorreu em 1971, quando saiu publicada na Revista Veja uma matéria de capa intitulada “A História do Brasil está sendo escrita nos Estados Unidos” Falava-se das facilidades oferecidas aos pesquisadores estrangeiros em nossos arquivos, inclusive com a compra de valiosos acervos de documentos da nossa história e sua transferência para o exterior. Tratava-se, portanto, da desnacionalização de nossos arquivos e da historiografia brasileira. Foi graças a essa publicação que consegui apoio institucional e político para a criação do curso. Esta matéria produziu o efeito de uma bomba no Conselho Universitário da UFF. (...) O então reitor da UFF se tocou muito com aquela revelação. Fui logo autorizada a tomar as primeiras providências para a implementação do referido curso”²²²

Barbosa faz um destaque importante para se pensar esse momento quando coloca que as instituições universitárias buscavam criação de cursos de pós-graduação por uma questão de prestígio²²³, e também porque *“Oferecer cursos de pós-graduação passou a ser uma condição importante à obtenção de maiores recursos financeiros.”* e os *“...órgãos de financiamento passaram a ver os departamentos das universidades com programas de pós-graduação como aqueles mais capacitados a receber[recursos].”²²⁴*

Segundo o relato, o apoio institucional da reitoria para a criação do curso veio em fins de 1971. Porém, desde setembro de 1970, a diretoria do ICHF se movimentava para a implementação de uma pós-graduação²²⁵. Em dezembro de 1970, decidiu-se que

²²² Entrevista de Aydil a Córrea, p. 173.

²²³ BARBOSA, Caio. *Ciência em transe...* p. 92

²²⁴ Idem, p. 97. Existe também a argumentação de que a expansão da pós graduação obedeceu à ideia de abrigar graduados que não eram absorvidos pelo mercado de trabalho (p. 99). Com efeito, como mostra Barbosa, a CAPES na década de 1970 entendia que em grande medida seu trabalho deveria ter sentido “social”, e não “puramente” científico.

²²⁵ Um relato sobre a criação do curso, com ênfase nos trâmites burocráticos, pode ser encontrado em CÔRREA, Maria. *De que lugares...* p. 26-31.

o ICHF deveria priorizar a criação de um curso de mestrado em História, já que outras áreas de ciências humanas possuíam, no Rio de Janeiro, cursos de pós-graduação em funcionamento ou em processo de instalação (Antropologia no Museu Nacional e Ciência Política no IUPERJ)²²⁶. Destacou-se uma comissão com o objetivo de planejar e orientar a implantação do curso e o projeto desenvolvido foi aprovado pela Comissão de Pesquisa e Pós-graduação (COMPEG) em 21 de setembro de 1971²²⁷. Em novembro, as atividades do curso se iniciaram com a docência de Nícia Vilela Luz, que veio da USP.

Entre 1971 e 1974, além da UFF, seriam feitos mestrados em História na USP, PUC-SP, UFPR, UFGO, PUC-RS, FFCLSCJ/Bauru (logo desativado) e UFPE. Até 1979, apareceriam cursos de mestrado também na UFSC, UnB, UNICAMP e UFRJ²²⁸. Esses cursos fazem parte da reforma universitária aplicada a partir de 1968 e não devem ser confundidos com os que existiam antes: *“O chamado “antigo regime” da Pós Graduação não estava enquadrado em formalidades administrativas (matrículas, disciplinas, créditos, prazos), pautando-se pela orientação individual e direta da pesquisa, sob responsabilidade direta dos catedráticos”*. No “antigo regime”, a única instituição universitária que promovia pesquisa em volume considerável era a USP, com 83 teses defendidas entre 1951 e 1973²²⁹.

Eram evidentes naquele momento as várias carências materiais para a constituição de um programa voltado para o desenvolvimento da pesquisa. Situação,

²²⁶ Universidade Federal Fluminense. *Comissão de Pós-Graduação. Curso de Mestrado – Projeto Preliminar*. Sem data. Do arquivo pessoal de Aydil Preis. Universidade Federal Fluminense. Ofício 15/71 de 15 de janeiro de 1971, do Arquivo pessoal da Professora Aydil Preis.

²²⁷ UFF. *Memória...* p. 11-2. Esse texto foi escrito por Falcon, que em princípios da década de 1970 era professor na UFF e um dos organizadores do curso do mestrado. À época da publicação deste documento, era coordenador da pós-graduação.

²²⁸ FICO, Carlos & POLITO, Ronald. *A História no Brasil (1980-1989). Elementos para uma avaliação historiográfica*. Ouro Preto, Editora UFOP, 1992. p.33

²²⁹ Mesmo defendidas após o momento de criação da pós-graduação “moderna” em 1971, algumas teses são de pesquisas iniciadas ainda sob os marcos do regime antigo. CAPELATO, Maria Helena Rolim; GLEZER, Raquel; FERLINI, Vera Lucia Amaral. “A escola uspiana de História.” IN: *Produção histórica no Brasil 1985-1994. Catálogo de dissertações e teses dos programas de cursos de pós-graduação em História*. São Paulo: Xamã, 1995. p. 19.

aliás, comum ao cenário nacional de criação de pós-graduação como um todo²³⁰: no final da década que assistiu à expansão das pós-graduações, o diretor da CAPES entenderia que vários programas eram “*sucata*”, criticando a lei de exigência de titulação que motivou suas criações²³¹. Além de bibliotecas e outras instalações básicas, sentia-se também falta de profissionais titulados para se tornarem docentes no mestrado, mesmo considerando aqueles formados em pós-graduações anteriores à reforma universitária de 1968. O requisito para se lecionar no mestrado em História da UFF era o doutorado²³² ou “*a livre docência com teses defendidas nos moldes da legislação vigente ou com notório saber, como era o caso dos antigos catedráticos*”²³³. A maior parte dos doutores brasileiros que poderiam se tornar docentes na pós-graduação foram formados pela USP, mas era difícil atraí-los para Niterói, tanto pela dificuldade de constante traslado quanto por questões salariais²³⁴: discutindo o problema ainda persistente em 1976, José Honório Rodrigues sublinha que o salário pago pela USP, então a única universidade do Brasil que tinha tradição em formar pesquisadores, era muito maior que o oferecido pelas federais - segundo estimativa, três ou quatro vezes mais.²³⁵ Note-se a dificuldade em encontrar professores com a titulação mínima também pelo fato de que, apesar de a USP ter formado 83 doutores no “antigo regime”, o seu curso de doutorado em História pós reforma universitária iniciado em 1971 formou

²³⁰ FERNANDES, Florestan. *Universidade brasileira...* p. 227.

²³¹ BARBOSA, Caio. *Ciência em transe...* p. 92. No pós-79, o grande debate na CAPES era sobre massificação da pós-graduação, que teria acontecido em detrimento da qualidade. Nesse momento, a política da agência será mais restritiva (p.90-6).

²³² Entrevista de Aydil Preis ao autor, 7/11/2013. Universidade Federal Fluminense. *Regulamento do curso de pós-graduação em História do Departamento de História*. Sem data. Do arquivo pessoal de Aydil Preis.

²³³ Entrevista de Ismênia Martins a CÔRREA, Maria. *De que lugares...* p. 177. Enquanto na UFF o requisito era o doutorado, temos registros de alguns mestres atuando em pós-graduações em História brasileiras (8 em um total de 95, em 1976) ver WESTPHALEN, Cecília. “Situação da pós...” p. 416.

²³⁴ Entrevista de Preis a CÔRREA, Maria. *De que lugares...* p. 174. Entrevista de Falcon a CÔRREA, Maria. *De que lugares...* p. 165

²³⁵ RODRIGUES, José Honório. “Os estudos brasileiros e os brazilianists” IN: (Separata da) *Revista de História*, n 107. São Paulo, 1976. p. 192..

apenas 6 profissionais até 1976²³⁶. Apesar da distância geográfica, na Federal de Goiás o mestrado em História, cuja criação em 1972 foi justificada com a necessidade de titulação dos professores universitários no estado²³⁷, realizou um convênio com a USP que enviava seus professores até o Centro-Oeste. Curiosamente, no início, os custos de passagens, hospedagem e remuneração dos visitantes foi custeado pelos próprios professores goianos, sendo apenas posteriormente assumidos pela UFG²³⁸. As dificuldades materiais levaram à cogitação de fechar o curso²³⁹.

Em Niterói, os planejamentos para a organização do curso já levavam em conta o baixo número de profissionais disponíveis e indeterminações quanto aos contratados. Em documento de janeiro de 1971, planejava-se o início das atividades para o segundo semestre do mesmo ano com professores convidados (um para ministrar curso, outros quatro para seminários mensais) e contava-se com uma estabilização apenas no segundo semestre de 1972, quando se estaria *“a esta altura com 3 ou quatro professores [do departamento da UFF] com o título de Mestre e um ou dois com o título do Doutor”*²⁴⁰

²³⁶ WESTPHALEN, Cecília. “Situação da pós...”

²³⁷ Há outras justificativas. Uma das criadoras do curso, Lena Freitas, coloca que tinha como intenção fazer com que jovens não se envolvessem com política: *“E também porque eu sentia como alguém que tinha sido convocada para um determinado papel. E esse papel era o seguinte: fazer com que aqueles moços que estavam ali dentro tivessem um ensino de boa qualidade, estivessem motivados para o trabalho intelectual e o menos possível eles se envolvessem na política, porque eu entendi que aquele momento desafiar a política resultava perdas para o sujeito mais fraco. Então, nós temos um certo sentido histórico, o meu fio histórico me dizia que naquele momento histórico era o de “baixar a bola” e esperar a hora de reivindicar mudanças.”* Como lembra Borges, autora de estudo sobre cursos de História em Goiás, desviar jovens da política para outras atividades foi também intenção do governo ditatorial, cujo principal empreendimento nesse sentido foi o “Projeto Rondon”. BORGES, Simone. *Os cursos de História da Universidade Católica de Goiás e da Universidade Federal de Goiás: um olhar histórico* Dissertação. Faculdade de Educação. Universidade Federal de Goiás, 2006. p 206. Sobre o Projeto Rondon, ver MOTTA, Rodrigo. *As universidades...*

²³⁸ BORGES, Simone. *Os cursos de História...*p. 207.

²³⁹ Idem. p. 211. O que, para uma das criadoras do mestrado goiano, teria outras intencionalidades que demonstram as tensões políticas na universidade: *“Na verdade, falta de recursos e alegadas preocupações didático-pedagógicas camuflavam a intenção de determinados setores da Universidade, no sentido de apagar realizações que pudessem ser atribuídas a indivíduos ou grupos que não privilegiavam a política partidária no meio acadêmico.”* SALLES, Gilka V. F. de ; FREITAS, Lena C. B. de. “O Mestrado em História das Sociedades Agrárias: uma abordagem histórica (1972–1995)”. IN: *História Revista – Revista do Departamento de História da UFG*, Goiânia, vol. 1, 1-18. 1996.p. 9–10.

²⁴⁰ Universidade Federal Fluminense. Ofício 15/71 de 15 de janeiro de 1971, do Arquivo pessoal da Professora Aydil Preis.

Planejamento mais modesto foi posto pelo Projeto Preliminar escrito pela Comissão de Pós Graduação: o curso começaria com um professor contratado no segundo semestre de 1971; passaria a um contratado e um do ICHF no primeiro semestre de 1972; a dois contratados e um do ICHF, ou o inverso, no período seguinte; e se estabeleceria apenas em 1973, quando se faria o processo pedindo o credenciamento, com número não especificado de professores próprios e contratados. Essa condição de carência (e, justo acrescentar, imprevisto) já era inclusive considerada pela Comissão de Pesquisa e Pós-Graduação (COMPEG) que no item 10 de sua Estratégia Executiva de Pesquisa e Pós-Graduação dizia:

*“A fim de atender às necessidades mais prementes considerando, inclusive, o problema de futura recontração de professores já com pós-graduação, a COMPEG poderá apoiar, em caráter temporário ou transitório, a realização de atividades de pós-graduação que atendam apenas a um ou outro crédito, quando o setor respectivo não puder ainda realizar um trabalho mais amplo e sistemático para os efeitos de credenciamento”.*²⁴¹

Com efeito, o quadro docente dos primeiros anos acabou sendo marcado por uma alta rotatividade dos profissionais:

²⁴¹ Citado por Aydil Preis em entrevista a CÔRREA, Maria. *De que lugares...* p. 173-4

Quadro 1: Docentes que ofertaram disciplinas no curso de mestrado em História da UFF até 1979 ²⁴² .									
	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
Nicia Luz	x	x							
Stanley Hilton		x	x	x					
Richard Graham		x	x	x					
Pedro Ribeiro		x	x	x	x				x
Pedro Demo			x	x	x				
Bailey Diffie				x					
Michael Morris				x					
Richard Morse				x					
Lysia Bernardes				x	x				
Ismenia Martins				x	x	x	x	x	x
Arthur Reis					x	x	x	x	x
Carlos Esparza					x	x			
José Rodrigues					x	x	x	x	x
Luiz Faria					x	x			
Victor Valla					x	x	x	x	x
Francis Morton						x	x	x	
Ronny Seckinger						x	x	x	
Roy Glasgow						x	x	x	
Salma Muchail						x	x	x	
Adeline Daumard							x		
Ruy Bergsthom							x	x	x
Francisco Falcon							x	x	x
Nilo Bernardes							x	x	x
Ariosto Fernandes								x	
Carlos Neto								x	
Cayo Garcia								x	
Deoclecio Machado								x	
Peter Flynn								x	
Rudolph Bauss								x	
Margarida Neves								x	x
José Calasans									x
Regis Duprat									x
Robert Slenes									x
Steven Topik									x
Ciro Cardoso									x

²⁴² Nossas fontes são UFF. *Memória...* e a lista de disciplinas armazenada no sistema eletrônico da secretaria do programa. Estão excluídos dessa tabela Rita Drummond, que deu um curso sobre redação, e também os professores responsáveis por Estudos de Problemas Brasileiros, já que não há uma lista completa dos que ministraram essa disciplina. No registro eletrônico, consta que uma professora chamada Adalgisa Campos ofertou uma disciplina chamada História da América Independente na qual estava inscrito apenas um aluno. No histórico impresso desse mesmo aluno, entretanto, aparece que outro professor, Carlos Esparza, a ministrou. Como o nome de Adalgisa não consta em nenhuma outra parte (por exemplo, na lista de UFF. *Memória...*), resolvemos excluí-la.

Em 1971, feitos convites a professores de São Paulo, conseguiu-se apenas a adesão da professora Nicea Villela Luz²⁴³, que já era aposentada pela USP. Em novembro, Luz ministra uma disciplina que concluirá em fevereiro de 1972. Essa disciplina inicia-se apenas algumas semanas após a aprovação do projeto de curso pela COMPEG, e ela provavelmente já havia sido iniciada quando a reitoria da UFF passa a apoiar a criação do mestrado em História por estar, segundo Preis, sensibilizada com a capa da Revista Veja, que é de 24 de novembro. A coordenação do curso ficou a cargo da diretora do ICHF, a mesma Aydil Preis, que estaria à frente do mestrado em História até 1983.

No primeiro semestre de 1972, juntou-se ao curso um segundo docente, Pedro Freire Ribeiro, especialista em História da América e catedrático da Universidade do Estado da Guanabara²⁴⁴ e doutor²⁴⁵ pelo antigo regime da pós-graduação titulado pela UB²⁴⁶. No segundo semestre desembarcam dois norte-americanos, Richard Graham e Stanley Hilton. A chegada e atuação desses professores estão envoltas em algumas polêmicas que também foram expressas em registros posteriores sobre o curso e são fortes na memória de alguns atores. A primeira delas é sobre o recurso feito a profissionais estrangeiros para preencher as vagas, uma questão que perpassa Graham e Hilton e se estende a toda a década de 1970 haja vista o grande número de profissionais de fora do país que atuaram em Niterói. Eles serão uma das principais marcas – ou a principal – pela qual o curso será conhecido. Abra-se um parêntese para sublinhar que a maior parte das referências sobre o tema, ao se referir ao conjunto de estrangeiros, usa o

²⁴³ Entrevista de Preis a CÔRREA, Maria. *De que lugares...* p. 173-4

²⁴⁴ Ver Resolução número 130/62 da Universidade do Estado da Guanabara que classifica o pessoal da instituição. http://www.boluerj.uerj.br/pdf/re_01301962_31051962.pdf

²⁴⁵ Entrevista de Aydil Preis ao autor.

²⁴⁶ UFF. *Memória...* p. 17.

termo “brasilianistas”, sem perceber que nem todos os professores estrangeiros que vieram a Niterói eram especialistas em História do Brasil, ou que ministraram aulas sobre outros países da América Latina: esse é o caso de Richard Morse, Michael Morris, Francis Morton, Roy Glasgow e Carlos Esparza. Ignora-se também que cerca de 1/3 não era norte-americano. De qualquer forma, a série de reflexões e incômodos dessa presença estava associada à muito mal vista atuação geral dos historiadores estadunidenses sobre assuntos brasileiros desde a década de 1960.

São impressionantes os dados que mostram o tamanho da empreitada norte-americana para a escrita da História do Brasil nas décadas de 1960 e 1970. Isso incluía melhor acesso aos arquivos brasileiros, traslado para os EUA de bibliotecas e fontes, número de profissionais dedicados, publicações, etc.. Segundo Rodrigues, seriam 600 os “brazilianists” formados de 1960 a 1970.²⁴⁷ Como se sabe, o apoio material do governo dos EUA e de outras organizações deveu-se a interesses imperialistas, que sentiram maior necessidade de conhecimento sobre os países da América Latina após a Revolução Cubana. Segundo Massi, veículos midiáticos brasileiros de vários tipos tinham uma leitura muito negativa sobre os brasilianistas, abordando sua presença na historiografia brasileira como um escândalo e denunciando seus significados políticos. Mesmo em grandes jornais, “brasilianista” teria se tornado um rótulo pejorativo. Essa visão só teria arrefecido na década de 1980.²⁴⁸ Cabe salientar que a crítica à presença de brasilianistas não partia apenas da esquerda que os associava ao imperialismo: José Honório Rodrigues, em texto já citado, lamenta o tamanho da produção historiográfica estrangeira e sua presença em universidades brasileiras motivado por pureza nacionalista: em 1976, momento inclusive em que era professor do mestrado da UFF,

²⁴⁷ RODRIGUES, José Honório. “Os estudos brasileiros

²⁴⁸ MASSI, Fernanda Peixoto. “Brazilianismos, “brazilianists”, e discursos brasileiros” IN: *Revista Estudos Históricos*. v.3, n. 5, 1990.

sugeria limitar o número de brasilianistas em cada departamento, já que um sério perigo “multinacionalizador” estaria ameaçando a mocidade²⁴⁹.

Segundo a coordenadora Aydil de Carvalho Preis, Graham e Hilton, assim como os outros que vieram ao longo da década de 1970, não foram uma escolha da coordenação do curso, mas sim uma oferta da CAPES, que lhes pagava o salário. Se por um lado Preis nos informa de que esteve à parte na seleção dos profissionais, por outro, ciosa de afirmar a autonomia do curso em relação ao oferecimento da CAPES, coloca também que nenhum nome lhe foi imposto, e que o currículo dos professores era analisado pela coordenação do curso antes de efetivada a contratação. Segue agora um trecho da entrevista que a Professora Aydil Preis concedeu a Côrrea:

E: Como a senhora avalia a opção pela contratação de tantos brasilianistas? Por que vocês solicitaram a participação deles?

AP: Não, nós não solicitamos. A CAPES, em decorrência da rápida expansão de cursos de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado no início da década de 70, começou a desenvolver um programa para fortalecer estes cursos, porque havia interesse em formar uma massa crítica de pesquisadores. Foi a CAPES que nos propôs esta alternativa de financiar a vinda de professores estrangeiros. Não fomos nós que solicitamos, foi a CAPES que ofereceu. Nós aceitamos a vinda deles, mas não aceitamos nenhuma imposição. Queríamos o currículo do professor e um resumo de uma tese dele para serem examinados e ele era aprovado ou não pela Comissão de Pós-Graduação. Todos os brasilianistas foram avaliados para serem aceitos no programa e era indispensável que tivesse produção recente.²⁵⁰

Em entrevista concedida para este trabalho, Preis repete os termos de suas resposta sobre a relação entre a CAPES e a coordenação, e acrescenta:

“A Capes aceitava nossa avaliação. A indicação era deles mas a avaliação era nossa. Eu não escolhia um professor aqui e

²⁴⁹ RODRIGUES, José Honório. “Os estudos brasileiros ...”p. 195

²⁵⁰ Entrevista de Aydil Carvalho a CÔRREA, Maria. *De que lugares...*p. 175-6.

*pedia a Capes para financiar, isso não ocorreu: vinha deles a indicação e a avaliação era feita por nós livremente. Quem disser que isso não é verdade, aí eu discuto.”*²⁵¹

Faltam-nos documentos que nos permitam conhecer com mais propriedade a dinâmica de contratação dos professores, e o papel desempenhado pela CAPES. Mas, com certeza, havia margem para escolha de docentes por parte da coordenadora, e não unicamente de uma instância externa. Em cartas trocadas entre Aydil Carvalho e Richard Graham, vemos a coordenadora pedindo que seja encaminhado um convite a um professor em quem há interesse para vinda imediata²⁵². Em outra oportunidade, a coordenadora explica que tem contato com o diretor da CAPES para a (segunda) vinda de Graham²⁵³. De acordo com Ismênia Martins, Francis Morton, que atuou em tal momento, se juntou ao curso não por conta da ação de algum convênio internacional, mas por estar disponível no Brasil, onde atuava como diretor de uma empresa multinacional²⁵⁴. Quando perguntamos ao sociólogo Pedro Demo como lhe surgiu a oportunidade de trabalhar no curso, ele cita seu *“bom relacionamento com a Aydil”*²⁵⁵. Ou seja, não se confirma a imagem de uma agência externa ditando os nomes dos profissionais (estrangeiros - ou brasileiros) a serem contratados e de uma coordenação limitada a acatá-los ou não.

Por outro lado, também fica evidente o poder de definição da CAPES na escolha dos nomes, o que aponta para o caráter heterônomo do processo de contratação. O ponto tem especial relevo quando lembramos que a grande presença de professores norte-

²⁵¹ Entrevista de Aydil Carvalho ao autor.

²⁵² Carta de Aydil de Carvalho Preis a Richard Graham de 22 de agosto de 1974. Do arquivo pessoal de Richard Graham.

²⁵³ Carta de Aydil de Carvalho Preis a Richard Graham de 1 de novembro de 1976. Do arquivo pessoal de Richard Graham.

²⁵⁴ Entrevista de Ismênia Martins ao autor.

²⁵⁵ *“Porque era professor no departamento de sociologia e tinha bom relacionamento com a Aydil, além de ter doutorado (era condição rara ainda)”* Entrevista de Pedro Demo ao autor. 5 de março de 2014.

americanos nas diversas áreas das universidades brasileiras tem ligação direta com a grande cooperação existente entre a ditadura e os EUA para a construção da política universitária nacional, articulada dentro do projeto político-ideológico de ambos os países²⁵⁶. Motta observou em uma série de documentos as intenções estratégicas dos EUA junto ao Brasil, que não mudaram significativamente durante o período da ditadura e tinham a ver com ações militares, cooperação em política internacional, proteção e expansão de investimentos privados e da posição comercial norte-americana no país. Especificamente sobre educação, pretendia-se encorajar a formação de educadores e estudantes orientados para os “*objetivos norte-americanos*”²⁵⁷. No campo das ciências sociais, o governo norte-americano acompanhava a tendência ideológica nas academias brasileiras e tinha interesse em influenciá-la. Sua principal iniciativa de combate às ideias de esquerda no meio intelectual brasileiro foi “...*financiar centenas de bolsistas em seu país, na esperança de que adotassem seus valores e abandonassem as ideias radicais.*”, algo também feito através de entidades privadas, principalmente a Fundação Ford que atuava em atenção à política de Estado²⁵⁸. A vinda de professores norte-americanos não deixava de contemplar os amplos objetivos dos governos brasileiro e estadunidense entrosados.

Entretanto, seria um grosseiro equívoco, como já alertou Motta²⁵⁹, partir desses dados para tachar politicamente os docentes trazidos de fora, em especial dos EUA. Ademais, é fundamental perceber que a vinda desses professores também está ligada à carência de pesquisadores experientes e com titulação no Brasil, algo que é inclusive reconhecido por Falcon, forte crítico dos brasilianistas (por uma questão mais

²⁵⁶ Ver o capítulo “A Usaid e a influência norte-americana” em MOTTA, Rodrigo. *As universidades...*

²⁵⁷ Idem, p. 113-4.

²⁵⁸ Idem, p. 274-5.

²⁵⁹ Idem, p. 275.

intelectual do que propriamente política)²⁶⁰. Temos assim que a vinda dos estrangeiros não obedece a uma única circunstância. E, se era uma a intenção que governava os esforços institucionais centrais, seus efeitos só podem ser deduzidos a partir do exame empírico do perfil e atuação desses docentes.

Nesse sentido, cabe primeiramente verificar o volume da presença desses estrangeiros. Temos que eles são 17 dos 35 que atuaram no curso até 1979, ou seja, cerca de metade:

Quadro 2: Professores estrangeiros atuantes no curso de mestrado até 1979²⁶¹			
Nome	Ano inicial	Origem	Universidade de titulação
Stanley Hilton	1972	EUA	U. do Texas
Richard Graham	1972	EUA	U. do Texas
Bailey Diffie	1974	EUA	U. de Madrid
Michael Morris	1974	EUA	U. John Hopkins
Richard Morse	1974	EUA	U. de Columbia
Carlos Esparza	1975	Peru	U. de Madri
Victor Valla	1975	EUA	U. de São Paulo
Francis Morton	1976	Canadá	U. de Oxford
Ronny Seckinger	1976	EUA	U. da Flórida
Roy Glasgow	1976	EUA	U. Americana
Adeline Daumard	1977	França	U. de Paris
Ariosto Fernandes	1978	Uruguai	U. do Uruguai
Cayo Garcia	1978	Argentina	U. de Córdoba
Peter Flynn	1978	Inglaterra	U. de Oxford
Rudolph Bauss	1978	EUA	U. de Nova Orleães
Robert Slenes	1979	EUA	U. da Califórnia
Steven Topik	1979	EUA	U. do Texas

Mas a melhor forma de avaliar numericamente suas atuações, uma vez que

²⁶⁰ FALCON, Francisco. *História e memória...*

²⁶¹ UFF. *Memória...* p. 16-18; e CÔRREA, Maria. *De que lugares...* p. 127-133

permanecem por períodos muito distintos, é contabilizar suas orientações e disciplinas²⁶².

Tabela 1 Quantitativo de disciplinas ofertadas por docentes no período 1971-1979. ²⁶³		
1°	Pedro Demo José Honório Rodrigues Victor Vincent Valla	10
2°	Pedro Freire Ribeiro Ismênia de Lima Martins	9
3°	Francis Morton	8
4°	Arthur Cézar Ferreira Reis	7
5°	Francisco Falcon Nilo Bernardes	6
6°	Stanley Hilton Salma Muchail	5
7°	Richard Graham Luiz de Castro Faria Roy Arthur Glasgow Ronny Leroy Seckinger Ruy de Carvalho Bergsthom	4
8°	Carlos de Araújo Steven Topik Ciro Cardoso	3
9°	Nicia Villela Luz Lysia Maria Carlos Daniel Cayo Garcia Margarida de Souza Neves Regis Duprat Robert Slenes José Calasans Brandão da Silva	2
10°	Outros	1

²⁶² Para a contagem, nossa fonte foi UFF. *Memória...*

²⁶³ Fonte: UFF. *Memória...*

1°	Arthur Cézar Ferreira Reis	16
2°	Pedro Freire Ribeiro	11
3°	Ismênia de Lima Martins	7
4°	Victor Vincent Valla Richard Graham	5
5°	Stanley Hilton Francis Morton	3
6°	José Honório Rodrigues Ronny Leroy Seckinger	2
7°	Francisco Falcon Roy Arthur Glasgow	1
	Total	56

Os professores estrangeiros orientaram 34% (19) das 56 dissertações defendidas até 1979, ano que, segundo vimos, marca uma mudança importante no curso. Chegamos a um resultado semelhante quando contabilizamos as disciplinas oferecidas por esses docentes. De um total de 138 ministradas até 1979, 36% (50) estiveram sob sua responsabilidade. Esses números ratificam a noção de uma presença significativa de professores “de fora”. Ao mesmo tempo, eles servem para relativizar a leitura de Francisco Falcon que, a nosso ver, superdimensiona a importância dos estrangeiros ao longo da década de 1970. Escrevendo em 1985²⁶⁵, Falcon periodiza o curso nos anos 1970 nomeando o período 1972-1976 como “*Os “brazilianistas”*”, principalmente por conta da influência de Richard Graham e de Stanley Hilton nos primórdios do curso; o seguinte, 1976-1978/9, como “*A estabilização*”, quando o quadro de professores se

²⁶⁴ Fonte: UFF. *Memória...*

²⁶⁵ O texto de UFF. *Memória...* é de sua autoria.

mantém estável e é contínua a tendência à contratação de estrangeiros; e, por fim, 1978/9-1983 como “*A época das transformações*” quando diminui a porcentagem de estrangeiros e se alteram as áreas de concentração (ou, como diz em outro momento, “...este foi o período em que acabou o domínio dos brasilianistas”²⁶⁶). Seu texto sugere os “brasilianistas” (estrangeiros) como elemento central para definição do curso, visão que é comprometida pelos dados expostos. Não apenas quantitativa, mas também qualitativamente a visão de Falcon conferirá protagonismo a essas personagens – o que também é questionável, como veremos abaixo.

Uma segunda polêmica envolvendo os brasilianistas (e esta restringe-se a Graham e Hilton) diz respeito à definição das áreas de concentração (a.cs.) do curso e foi levantada por Falcon que participou das primeiras formulações sobre a criação do programa. As a.cs. haviam sido inicialmente propostas como História Econômica, História Política e História Social pelo “Projeto do Curso de Pós-Graduação em História”, documento resultado dos trabalhos de uma comissão e de debate departamental no segundo semestre de 1971. Posteriormente, em 1972, as a.cs. foram definidas como História Econômica e Social e História Política e Social²⁶⁷. Mas com a chegada de Graham e Hilton, em 1972, elas passariam a ser História do Brasil e História da América, o que para Falcon se deveu certamente à influência desses brasilianistas²⁶⁸. A criação da área de concentração em História do Brasil teria significado, para Falcon, um ajustamento do curso às características profissionais e preferências temáticas desses recém-chegados²⁶⁹ (e aqui cabe notar suas palavras de que Hilton vinha ao Brasil “*dando as cartas*”²⁷⁰). A outra área de concentração, História da América, ainda

²⁶⁶ Entrevista de Falcon a CÔRREA, Maria. *De que lugares....* p. 167-8.

²⁶⁷ UFF, 1986. p. 11-2.

²⁶⁸ Entrevista de Falcon a CÔRREA, Maria. *De que lugares....*, p. 164

²⁶⁹ FALCON, Francisco. *História e memória...*p. 26

²⁷⁰ Entrevista de Falcon a CÔRREA, Maria. *De que lugares....*, p. 165.

segundo Falcon, “vai entrar a reboque, em função principalmente da disponibilidade de Pedro Freire Ribeiro...Então, simplificada, foi História da América por causa do Pedro Ribeiro e História do Brasil por causa dos brasilianistas.”²⁷¹

Para Falcon, a redefinição das linhas e a presença dos “brasilianistas” foram um retrocesso²⁷², marcaram o curso com termos “*paroquiais*”, pouco modernos²⁷³, com pouco estímulo, rejeição e desconfiança às discussões teóricas e metodológicas²⁷⁴, e isso teria acabado por influir na baixa qualidade das dissertações:

“Mas eu acabei sendo derrotado e estabeleceram História do Brasil e História da América. História do Brasil acabou sendo aquela coisa dos brasilianistas. Você deve ter a relação das dissertações, que no meu entender duas ou três se salvam.”²⁷⁵.

Segundo ainda coloca, foi inclusive este quadro que, não lhe parecendo promissor, o fez se afastar do programa de 1973 a 1976 e se dedicar à pesquisa²⁷⁶. Outros personagens da década de 70 também entendem o caráter do trabalho dos “brasilianistas” como mais empirista, e a opção pelas linhas de História do Brasil e América como mais tradicional frente à primeira alternativa tida como renovadora, de vanguarda e mais prestigiada²⁷⁷.

Entretanto, com adjetivação diferente da empregada por Falcon, essa característica dos brasilianistas aparece em algumas falas como um contraponto positivo a tendências bastante em voga:

²⁷¹ Entrevista de Falcon a CÔRREA, Maria. *De que lugares...* p. 165

²⁷² Idem. *Ibidem*.

²⁷³ FALCON, Francisco. *História e memória...*, p. 26.

²⁷⁴ Idem. p.28. Entrevista de Falcon a CÔRREA, Maria. *De que lugares...* O professor pontua que uma possível exceção entre os brasilianistas seria Robert Slenes, que veio anos mais tarde (entrevista a CÔRREA, Maria. *De que lugares...* p. 166). Em entrevista ao autor, coloca também que não se considerava à época o americano Victor Valla como parte dos brasilianistas.

²⁷⁵ Entrevista ao autor.

²⁷⁶ FALCON, Francisco. *História e memória...* p. 26

²⁷⁷ Entrevista de Vânia Fróes (mestre em 74) a Correa, p. 152. Entrevista de Aydil ao autor. Entrevista de Ismênia Martins a CÔRREA, Maria. *De que lugares...*, p. 177.

“Acho que eles tiveram uma responsabilidade grande na nossa formação, porque até então nós fazíamos uma história muito teórica, a la Caio Prado, Celso Furtado, que é maravilhosa, mas que era muito preocupada com as grandes sínteses”²⁷⁸.

Também entendendo a existência de uma diferença entre as duas propostas historiográficas, mas procurando equilibrar seus valores, Richard Graham assim aprecia a questão:

Autor: O sr. se lembra de algum debate, com outros professores ou com a coordenação, sobre a organização do curso (o caráter das disciplinas, das orientações, etc.)?

Richard Graham: É claro que os professores brasileiros foram os que tiveram a principal responsabilidade em organizar o curso. O professor Falcon foi especialmente criativo e enérgico neste sentido. Ele trazia consigo o modelo da USP e indiretamente o da França. Desde que nem eu nem o Hilton conhecíamos bem esta tradição, foi para mim muito esclarecedor observar o contraste. Lembro-me de uma reunião em que se debateu precisamente a organização do curso. Nos EUA era e ainda é costumeiro nos departamentos de história pensar a organização dos estudos em termos de lugar e época. Isto é, por exemplo, Itália antiga, Alemanha nos tempos medievais, ou Estados Unidos no século XIX. Claro, que dentro destas categorias a gente escolhe o assunto de pesquisa e estudo, podendo-se concentrar na história política, econômica, ou artística, etc. Mas o lugar e a época são básicos. Em contraste, o sistema brasileiro começa através de um outro critério, ou seja, a história econômica, social, política, intelectual, etc. Só depois é que se decide no lugar e a época. Creio que a diferença é reveladora de uma coisa que vai muito além da organização de um curso, pois toca n'um problema universal, isto é, a tensão entre o particular e o geral. Como é que abordamos qualquer problema intelectual? De baixo para cima ou de cima para baixo?²⁷⁹

Há ainda um dado que parece relativizar a oposição entre as duas propostas de áreas de concentração. Segundo Vânia Fróes,

²⁷⁸ Entrevista de Fróes a CÔRREA, Maria. *De que lugares...* p. 153 ; Entrevista de Sohiet ao autor.

²⁷⁹ Entrevista ao autor.

“Na prática, História da América e História do Brasil não substituíram as outras como área de concentração. O cotidiano mostrou que os formadores que ministravam mais a História Política estavam mais ligados à História da América e os de História Econômica e Social mais ligados à História do Brasil”²⁸⁰.

Esta consideração é compartilhada por Aydil Preis²⁸¹. O notável é que na fala de todos reconhece-se que há duas perspectivas historiográficas em jogo, que podemos definir apenas de forma genérica: uma promovida pelos estrangeiros e voltada sobretudo para o trabalho empírico; e outra que buscaria formulações teóricas e conceituais advogada por Falcon.

Para os propósitos de nosso trabalho, não nos parece útil abordar os brasilianistas em conjunto, enquanto grupo historiográfico de certas características. Primeiro porque, se os brasilianistas não são “modernos”, tampouco o eram dois dos historiadores brasileiros numericamente mais influentes no programa²⁸², Pedro Freire Ribeiro e Arthur César Ferreira Reis²⁸³ – os quais podemos identificar como historiadores “tradicionais” nos moldes dos que foram criticados, com incorreta generalização²⁸⁴, pelos Annales. Mas principalmente porque, como poucos se destacaram numericamente em suas atividades, são mais apropriadas abordagens individualizadas que tentem, a partir dali, avaliar em linhas gerais o perfil historiográfico dos docentes, estrangeiros ou não – esforço que empreenderemos no próximo capítulo.

Além desse confronto historiográfico que expressariam as propostas, levantamos um outro ponto sobre as a.cs: há uma contradição factual entre o relato de Francisco

²⁸⁰ Entrevista a CÔRREA, Maria. *De que lugares....* p. 152

²⁸¹ Entrevista ao autor.

²⁸² Ver os dados sobre orientações e disciplinas oferecidas.

²⁸³ Discutiremos a obra desses autores no próximo capítulo da tese.

²⁸⁴ DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick. “O momento metódico”...

Falcon e o de Aydil de Carvalho Preis, para quem a escolha por História do Brasil e História da América havia sido feita antes da chegada dos brasilianistas²⁸⁵ e obedecendo a outros fatores que não uma adequação ao perfil dos americanos:

“Se você fizer uma avaliação, vai ver que naquela época as Áreas de Concentração no Brasil eram mais voltadas para o econômico-social e o político-social. Mas as áreas geográficas nos pareceram importantes na ocasião. Eu fui uma das pessoas que pensou assim, Pedro Ribeiro pensou assim. Nós achamos que deveria ter História do Brasil. Mas há divergências nas opiniões. Por exemplo, a tendência era realmente você denominar as Áreas de Concentração como o padrão que seguia as outras universidades, como Campinas que era Econômico-Social. Principalmente, a área econômica era bastante privilegiada e prestigiada. O Pedro Ribeiro era professor titular de História da América. Ele foi o primeiro professor dentro do Departamento de História que tinha titulação, os outros não tinham. Porque precisava ser professor titular doutor para poder ministrar aulas de pós-graduação. Então, se ele era o orientador ele iria levar os alunos dele para fazer pesquisa dentro da área que ele conhecia melhor. Em compensação, Dona Nicea Villela Luz era professora de História Econômica do Brasil. Então, foi feita uma combinação: quem fez História do Brasil estudava mais história econômica, e quem fez História da América estudava mais história política, que era a área de pesquisa e estudo do professor Pedro Ribeiro. Não foi diferente disso, a ideia foi essa.

Depois, quando saiu aquela revista [reportagem da Veja de 1971 denunciando a atuação dos brasilianistas na historiografia brasileira], nós achamos que realmente precisávamos falar de História do Brasil. Depois, outra coisa importante: nós não conhecíamos o continente latino-americano. Não se conhecia bem a literatura e a história latino-americanas. Então, a gente começou a considerar isso como uma necessidade. Mas isso não foi uma coisa discutida com uma comissão, foi uma coisa mais contingencial.”²⁸⁶

Aydil Preis segue a resposta se contrapondo à leitura assumida por Côrrea, historiadora que primeiro se debruçou sobre a questão, que defende a mesma

²⁸⁵ Entrevista de Aydil Preis a CÔRREA, Maria. *De que lugares....* p. 175

²⁸⁶ Entrevista de Aydil Preis ao autor.

interpretação de Falcon, isto é, a de que a definição das a.cs. foi uma decisão de Graham e Hilton ajustada às suas características intelectuais:

“Na interpretação dessa historiadora [Côrrea], que teve outras informações, nem tudo que ela disse eu concordei. Mas ela teve informações que deram a ela base para isso. Porque da mesma forma que se pergunta a mim se pergunta a outros.”²⁸⁷

Veja-se que essa questão nos suscita reflexões importantes à medida em que versa tanto sobre a dinâmica de poder no interior do curso quanto sobre a memória dos atores, para quem ela ecoa ainda hoje com muito significado desde aquele início dos anos 1970: Falcon entende ter sido sua proposta historiográfica rejeitada pelas figuras dos primeiros norte-americanos (batalha que, de acordo com sua narrativa, embora perdida em 1972, seria vitoriosa a partir de 1979 com o retorno dos “exilados”). Aydil Preis, por sua vez, advoga a correção do proceder que levou à definição das a.cs e a qualidade do que foi produzido naquela década em que tantos estrangeiros atuaram em Niterói. Essa querela nos é, por um lado, insolúvel, dada a carência de documentação que permita cotejamento e alguma independência frente aos relatos orais mais recentes (as primeiras atas dispostas na secretaria do programa são de 1977); e por outro lado, ela nos é de importância reduzida pois as definições que o curso de mestrado tomará, bem como os significados das áreas de concentração junto aos discentes, não dependerão de alguma decisão localizada, mas de condições mais amplas e em um intervalo de tempo que ultrapassa a presença dos professores Graham e Hilton (que atuaram apenas até 1974, com Graham retornando em 1977). Por isso, discordamos do peso que Falcon atribui à decisão pelas áreas de concentração para a definição do – a seu ver, ruim - desenvolvimento historiográfico do curso. Pensando a mesma questão, Côrrea chega à seguinte conclusão:

²⁸⁷ Entrevista ao autor.

“Diante da divergência das memórias construídas e dos dados coletados e avaliando-os decidiu-se considerar que História Econômico-social e História Político-social deram as primeiras diretrizes para o curso de mestrado. Isto pôde ser percebido nos primeiros cursos para graduados e em quase todos os documentos produzidos inicialmente para a criação do curso. Estas, e não América e Brasil, devem ser consideradas como as Acs implementadas em 1971, ainda que o primeiro credenciamento, encaminhado em 1977 e aprovado em 1978 definisse História do Brasil e História da América como Acs desde 1971. Considera-se que História da América e História do Brasil foram implementadas a partir do segundo semestre de 1972. Embora todas as dissertações defendidas em 1974 fossem sobre a história do Brasil, a primeira dissertação defendida em uma AC em História do Brasil data de 1975 e em História da América de 1976.”²⁸⁸

Consideramos que a preocupação de Côrrea sobre qual das opções de a.cs. (ec.soc – pol.soc. ou Brasil – América) estaria de fato valendo nos diferentes momentos do mestrado seja uma redução formal e burocrática do problema. Para o conhecimento efetivo dos rumos historiográficos vividos em Niterói são necessários uma ampliação dos dados e análises mais detidas sobre, por exemplo, o perfil dos professores e das disciplinas. Por esse mesmo motivo, não se pode fazer uma comparação entre os cursos de pós-graduação do Brasil apenas levando-se em conta os títulos de suas áreas de concentração. Saber quais elas eram em 1976, entretanto, não nos fará nenhum mal:

²⁸⁸ CÔRREA, Maria. *De que lugares....* p. 36

Quadro 3: Programas de Pós-Graduação e suas áreas de concentração em 1976²⁸⁹		
Instituição	Programas	Áreas de Concentração
USP	História	História Econômica História Social
UFPR	História do Brasil	História Econômica História Demográfica História Social
UFF	História	História do Brasil História da América
UFG	História do Brasil ²⁹⁰	
UFPE	História	História Econômica e Social do Brasil História da Cultura
PUC/SP	História	História do Brasil História da América
PUC/RS	História	História da Cultura Brasileira História da Cultura Portuguesa História da Cultura Hispânica
UNICAMP	História do Brasil	Brasil Império Brasil República
UNB	História do Brasil	História Política História Diplomática
UFSC	História do Brasil	História Social História Oral

Tendo as mesmas áreas de concentração que o mestrado da UFF, a PUC/SP, que passou a dar frutos em 1977, não produziu, pelo menos até 1984, nenhuma dissertação em História da América²⁹¹. O “Curso de Pós-Graduação em América Latina” na UNESP de Assis, criado em 1980²⁹², só terá, passados dez anos, uma única dissertação que cuida

²⁸⁹ WESTPHALEN, Cecília. “Situação da pós...”...p. 411.

²⁹⁰ Cecília Westphalen (“Situação da pós...”), não contabiliza o programa de mestrado da UFG por não considerá-lo autônomo ao da USP. Salles e Freitas, que participaram dos esforços de criação do curso, nos falam que ele se tornou autônomo em 1974. Segundo essas autoras, o curso definia-se como História do Brasil, sem que tivesse área de concentração. SALLES, Gilka. & FREITAS, Lena. “O Mestrado...”... p. 10.

²⁹¹ CÔRREA, Carlos Humberto org.. *Catálogo das dissertações e teses dos Cursos de Pós-graduação em História. 1973-1958*. Florianópolis. Editora da UFSC, 1987.

²⁹² CORRÊA, Anna Maria Martinez. “Curso de Pós-Graduação de História da América Latina” IN:

da América Latina não brasileira²⁹³. Será bem diferente o quadro em Niterói: das 56 dissertações produzidas até 1979, 21 (37,5%) são com esse recorte.²⁹⁴ A nosso ver, essa é a principal especificidade do curso em seus primeiros anos, o que se revela também pelo fato de que, em período posterior, de 1980 a 1996, em um universo de 240 trabalhos (entre dissertações e teses), apenas 8 (3,3%) são dedicados ao continente.²⁹⁵ Em um momento em que a História brasileira, principalmente em termos de trabalho empírico original, era largamente inexplorada²⁹⁶, dedicou-se copiosamente aos países vizinhos. Tanto interesse nesse recorte geográfico não veio espontaneamente dos discentes nem é tributário de sua formação prévia: o ritmo numérico das dissertações que trabalham com História da América está determinantemente ligado aos docentes que trabalharam no período: Pedro Freire Ribeiro, especialista em História da América foi um dos poucos professores que atuaram por toda a década de 1970, se não ministrando disciplinas, como orientador; além disso, a disponibilidade de professores estrangeiros, nem todos brasilianistas, fez também com que América fosse altamente valorizada em disciplinas e orientações. É esse tipo de condição que vigorou pela década que nos permite explicar o desenvolvimento intelectual no curso, e não uma única decisão tomada, a depender de quem está falando, em 1971 ou 1972 sobre quais seriam as a.cs.. Ou seja, conforme demonstraremos no próximo capítulo, foram principalmente os docentes, com suas aulas e orientações, que promoveram várias das características dos trabalhos discentes, mais notadamente o recorte geográfico idiossincrático. A ideia de que os professores

Revista brasileira de História. São Paulo, março de 1983.

²⁹³ CAPELATO, Maria Helena Rolim; GLEZER, Raquel; FERLINI, Vera Lucia Amaral. IN: Capelato, Maria Helena Rolim. *Produção histórica no Brasil 1985-1994. Catálogo de dissertações e teses dos programas de cursos de pós-graduação em História. Volume 2*. São Paulo: Xamã, 1995.

²⁹⁴ Não contabilizamos outras três dissertações que são sobre América e Brasil. A nossa fonte de informações sobre as dissertações da década de 1970 é UFF, 1986.

²⁹⁵ Os números sobre as dissertações dedicados a “América” estão em CÔRREA, Maria. *De que lugares...* p. 38-9. Contabilizamos as 240 dissertações com base no gráfico da página 184.

²⁹⁶ Ver, por exemplo, IGLÉSIAS, Francisco. “A pesquisa histórica no Brasil” IN: *Revista de História* n. 88. USP, 1971. p. 374

influenciam o trabalho dos discentes, conquanto banal, se mostra central para a compreensão do direcionamento científico das dissertações, isto é, da história da historiografia. Ela aponta para o fato de que a dinâmica de contratação dos profissionais (para cujo conhecimento, infelizmente, esse tese muito pouco poderá contribuir) foi, aí vai outra trivialidade, ponto nevrálgico na constituição do campo.

Para influenciar ideologicamente a universidade com valores de patriotismo, anticomunismo e religiosidade, a ditadura instituiu a disciplina de Estudos de Problemas Brasileiros (EPB) tanto na graduação quanto na pós. Ela seria a versão para o ensino superior da Educação Moral e Cívica. Havia a iniciativa de fundar centros de formação de professores de EPB e pressão sobre os centros universitários para que a disciplina acontecesse como o planejado. Na USP, por exemplo, órgão de informação observou que os conteúdos da disciplina estavam sendo subvertidos e entendeu que o expurgo ali não havia sido suficiente.²⁹⁷ Em Niterói, em 1971, chegava uma circular do MEC preocupada com a infiltração comunista na disciplina pedindo que a UFF resolvesse plano para que EPB fosse ministrada de acordo com as intenções pré-determinadas. Em 1977, o MEC envia novo documento à universidade pedindo informações sobre os programas das disciplinas de EPB, a relação dos professores que as ministravam e o número de horas-aula. Em resposta, a UFF avisa que em suas pós-graduações, EPB funcionava em um semestre de trinta horas-aula²⁹⁸.

Nós não temos uma lista completa dos professores de EPB que atuaram no mestrado em História. Maximiano Carvalho e Silva, filólogo lotado no Departamento de Letras, foi coordenador da matéria na década que estudamos. Em 1974, como vimos, o serviço de vigilância da universidade pediu informações detalhadas e linha político-

²⁹⁷ MOTTA, Rodrigo. *As universidades...* p. 191

²⁹⁸ Seção de Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF.

ideológica do professor. Em 1975, Maximiano fez curso na Escola Superior de Guerra, talvez como parte da formação para a tarefa que assumiu²⁹⁹. Outros dois professores que atuaram na pós de História com EPB foram Nilo Bernardes, geógrafo de significativa produção³⁰⁰ (e que também ministrou Geografia para os mestrados na História), e Luiz Cézar Bittencourt, a quem já nos referimos, professor na graduação em História e lembrado como alguém que, mesmo não sendo de esquerda, lutava contra o arbítrio na universidade³⁰¹.

Apesar dos esforços e da pressão de órgãos, em alguns locais a EPB teve pouco impacto³⁰². Esse foi o caso no mestrado em História da UFF. No histórico dos discentes consta suas participações nos cursos, mas, ao que tudo indica, não se tratou de uma experiência significativa:

Era um curso dado aos sábados, em auditório. Eu sei que os professores burlavam a lei, digamos assim. Então, o conteúdo que era dado não era o conteúdo que a ditadura queria. Isso eu me lembro. Eu me lembro que queriam que fizesse uma apologia do Estado, os professores não faziam isso. [...] Eram professores de sociologia, acho que de História também, mas não me lembro. Não funcionou. Foi uma das falhas da ditadura³⁰³.

Os valores que a ditadura quis veicular com EPB não tiveram grandes repercussões na produção científica dos mestrados, e nem foram maiores seus esforços para dirigir ideologicamente os conteúdos das pesquisas. Isso não significa, para voltar à colocação de Bourdieu com que iniciamos essa seção, desprezo dos dominantes sobre o conhecimento na área de História. Na realidade, sua atenção esteve na educação básica

²⁹⁹ Curriculum Vitae de Maximiano de Carvalho e Silva. Disponível em <http://www.filologia.com.br/arquivos/curriculos/Maximiano%20de%20Carvalho%20e%20Silva.pdf>. Acessado em janeiro de 2018.

³⁰⁰ ALVES, Flamarion Dutra. “História da Geografia Agrária brasileira: Nilo Bernardes” IN: *R. Ra'eGa*. Curitiba. Vol. 36. Abril de 2016.

³⁰¹ FALCON, Francisco. *História e memória...* Entrevista de Ismênia Martins ao autor.

³⁰² MOTTA, Rodrigo. *As universidades...* p. 186-92.

³⁰³ Entrevista de El-Kareh ao autor.

nacional, onde realizou um projeto de grande magnitude: Fonseca nos fala de uma “*destruição das humanidades dentro dos currículos*” a fim de minar a crítica e a resistência ao regime autoritário³⁰⁴.

1.4 Conclusão

“*Deus lhe pague*”
(Chico Buarque)

Neste capítulo, procuramos levantar elementos do contexto em que professores de História passariam na UFF a se dedicar a novas práticas acadêmicas, de pesquisa e escrita, em um também novo espaço institucional, a pós-graduação. O estudo da história dos cursos de História não é muito volumoso³⁰⁵, apesar de crescente. Com o apoio de poucas fontes secundárias para o nosso objeto, temos de lidar com assuntos pouco explorados empiricamente. Nosso recurso às entrevistas, conquanto ilumine pontos, passa pela série de dificuldades metodológicas típicas da História Oral. Por exemplo, nossa busca por contato com as personagens não deixou de ser marcada por recusas, e resistências também restringiram a profundidade com que temas poderiam ser explorados, bem como a gravação de certas colocações importantes para a nossa pesquisa. Ademais, nossos entrevistados não são representativos do espectro numeroso de docentes e discentes que passaram pelo mestrado. Assim, ao longo do texto, tivemos o cuidado de que hipóteses importantes não tivessem como sustentáculo apenas uma ou outra declaração. Não obstante, maiores confrontos com o que disseram se fazem necessários, e nós detectamos vários erros factuais em suas falas. Procuramos também continuamente apontar os limites das nossas inferências, muito embora isto fosse

³⁰⁴ FONSECA, Selva Guimarães. “Revisitando a história da disciplina” IN: *Didática e prática de ensino de História. Experiências, reflexões e aprendizados*. Campinas: Papyrus, 2012.

³⁰⁵ FERREIRA, Marieta. *A História...*p. 12-3.

dispensável ao leitor de olhar crítico. Obviamente, a documentação escrita também não deve escapar da análise crítica, e em relação a ela também é necessária uma ampliação das referências.

Se o conhecimento histórico do curso ainda é marcado por lacunas, por outro lado há características salientes das quais procuramos dar conta nesse capítulo. Exploramos a ideia de que os acontecimentos do curso de História da FNFfi, na cidade do Rio Janeiro na década de 1960, são fundamentais para a compreensão do típico desenvolvimento do mestrado na UFF. A repressão impactou o espaço institucional da História. Se outrora ele fora parte do clima “*irreconhecivelmente inteligente*” do país na fórmula consagrada de Schwarz³⁰⁶, ou seja, de efervescência cultural e engajamento político principalmente no pré-golpe, na década de 1970 ele se desenvolveria sem as mesmas vibrações da luta social brasileira. Mesmo em um terreno já pacificado e na relativa calma provinciana deste lado da Baía de Guanabara, um anafado aparato de vigilância estaria atuante. A monumental expansão institucional da pós-graduação, e do ensino superior como um todo, chegou de cima para baixo cega para as especificidades (regionais, científicas) e ciosa de controle burocrático. No centralismo federal foram definidos seus objetivos, formatos e recursos, e os aspirantes a uma carreira universitária foram precipitados em uma formação educacional nova cujos contornos científicos foram se desenhando no improvisado e na dependência material de agências externas hipertrofiadas³⁰⁷. Escrevendo em 1968, Florestan Fernandes, que esteve atento e engajado em relação ao que se passava na educação superior brasileira, sublinhava que

³⁰⁶ SCHWARZ, Roberto. “Cultura e política, 1964-1969.” IN: *Cultura e política*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

³⁰⁷ Ver FERNANDES, Florestan. *Universidade brasileira...* E BARBOSA, Caio. *Ciência em transe...* Por exemplo, “*A responsabilidade no processo avaliativo dos cursos de pós-graduação vai tornar a Capes não só uma agência de fomento, mas uma espécie de agência reguladora. O contexto elaboração do I PNPG, possibilitou pela primeira vez que houvesse uma unificação, ou melhor, um reconhecimento de um método avaliativo que deveria ficar sobre a responsabilidade da Capes.*” (p.70).

uma reforma universitária de qualidade só poderia acontecer em contexto democrático³⁰⁸. Com sua análise no calor dos acontecimentos que concretizavam a reforma, colocou que a nossa universidade ia se propondo a incorporar a pesquisa científica como uma “*dimensão burocrática de sua existência*”, ou como um “*ornamento*”³⁰⁹. Nesse quadro, que tipo de conhecimento histórico produziriam os novos historiadores em Niterói?

³⁰⁸ FERNANDES, Florestan. *Universidade brasileira...* p. 229.

³⁰⁹ *Idem.* p. 257.

Parte 2 – Novos historiadores em Niterói

“Estão menos livres mas levam jornais...”
(Carlos Drummond de Andrade)

O objetivo principal dos três capítulos seguintes é a apresentação das dissertações daqueles que identificamos como as três primeiras turmas do mestrado em História da UFF. Vamos expor cada trabalho discente, identificando principalmente seus objetivos principais, seus rumos metodológicos, suas escolhas argumentativas, temáticas, suas discussões teóricas e conceituais, suas principais hipóteses, suas discussões historiográficas, as fontes trabalhadas e as referências bibliográficas. Neste momento do nosso estudo, a intenção não é realizar uma crítica das dissertações, mas fazer um levantamento de suas características. A nossa atenção está voltada para os termos com os quais os próprios discentes apresentaram seus trabalhos. Então, se toda historiografia tem uma teoria, uma metodologia e hipóteses, nós nos ocuparemos somente daquelas que explicitamente foram discutidas.

Mas conhecer e apresentar os diferentes elementos das dissertações nem sempre significa lidar com dados de fácil localização e exposição. O nosso objeto não pode configurar no nosso estudo, por mais ideal que isto fosse, independentemente da nossa própria atuação como construtores do conhecimento. Mesmo a definição do corte geográfico de uma dissertação, questão de aparência bastante objetiva, em alguns casos deve envolver uma leitura mais detida e uma escolha de nossa parte para uma classificação de fins quantitativos. Os exemplos que aqui temos em mente são uma dissertação sobre diplomacia brasileira no México e outra sobre o Banco Mauá no Uruguai.

Dificuldade maior temos quando lidamos com a classificação das dissertações em eixos temáticos - política, economia e cultura - termos cuja a história de definições e

discussões é astronômica. Esse objetivo de classificação deve nos fazer considerar não apenas as características do nosso objeto (a historiografia), mas também os diversos pressupostos orientadores da nossa leitura de historiógrafos. Se, conforme apontam várias tradições intelectuais, a cultura tem significados de poder no meio social, ou se, como defendem culturalistas, a base do comportamento político é cultural, como cultura poderia ser algo diferente de política ou como poderia haver um estudo do político que não fosse um estudo da cultura? De pontos de vista marxiano e gramsciano, que ressaltam as relações de produção e a imbricação entre sociedade civil e sociedade política, o “político” seria “econômico” e vice-versa, sendo a diferenciação entre “política” e “economia”, inclusive, fruto de uma visão liberal de mundo reificadora do capitalismo³¹⁰. Uma vez que, em paralelo ao “político”, ao “econômico” e ao “cultural”, historiadores de diversos matizes também classificam temática e historiograficamente trabalhos como “social”, podemos notar o quanto a mera mobilização dos termos nos remete a muitas referências com as quais dialogar. Com prejuízo de reflexões mais profundas, mas com consciência dos limites que isso acarreta, vamos lidar com sentidos usualmente reconhecidos de “política” (administração Estado, disputas de poder no interior do Estado, revoltas contra situações opressivas, etc.), “economia” (administração de empresas, produções agrícolas, atividades monetárias, etc.) e “cultura” (jornais, literatura, educação). Nesse momento do estudo, trata-se de uma abordagem suficiente para o reconhecimento dos escritos dos mestrandos, que serão aprofundados, e com eles a nossa própria leitura, em momento posterior desta tese. As dificuldades que nos restam são de menor expressão: os estudos que apresentam de forma mais equilibrada elementos de diferentes eixos, como se vê na dissertação que

³¹⁰ WOOD, Ellen. “A separação entre o “político” e o “econômico” no capitalismo” IN: *Democracia contra capitalismo. A renovação do materialismo histórico*. São Paulo. Boitempo: 2003.

trata de empreendimentos petrolíferos (economia) e ditadura (política) na Venezuela; ou no estudo que tem duas metades bem definidas e desconectadas, uma sobre características econômicas e outra sobre movimento de trabalhadores na Argentina. Estes exigem apenas uma ponderação maior e não comprometem a apresentação do quadro estatístico da divisão de eixos temáticos.

Tivemos que enfrentar outras dificuldades referentes à lógica de organização do nosso texto. Os objetivos e as hipóteses principais das dissertações nem sempre estão expostos com clareza nas primeiras páginas. Há casos extremos de redação muito confusa, com vários assuntos trazidos seguidamente sem que muitas vezes se consiga observar algum nexos ordenador do fluxo do texto e do processo histórico analisado. Em uma dissertação, vimos até mesmo o tema de certa seção não condizer com seu subtítulo. Não raro precisamos, mesmo para o simples intuito de apresentar a dissertação, discordar da própria descrição que os autores fazem sobre seus trabalhos: há um autor que entende “*fugir à polêmica*” sobre um ditador uruguaio e diz nos apresentar uma leitura “*equilibrada*”, quando, na verdade o que temos é um esforço contínuo de justificação dos atos ditatoriais através de colocações como a de que o estadista não agia por interesses particulares, mas visando o bem da nação.

Uma dificuldade maior que a de apresentar os objetivos e as hipóteses das dissertações é a relacionada a explicações teóricas e metodológicas. Como teoria, entendemos, como colocou Cardoso, um sistema de ideias organizado como hipóteses que se referem a determinado tema que sistematizam partindo de um axioma do qual se deduzem consequências lógicas. Como método, o conjunto de recursos de que dispõe a ciência para propor-se problemas verificáveis e para submeter à prova os resultados ou soluções que venham a ser sugeridas por tais problemas³¹¹. Como apontamos, uma

³¹¹ CARDOSO, Ciro. *Uma Introdução à História*. São Paulo. Brasiliense, 1981. p. 13, 23, 57.

teoria e uma metodologia invariavelmente acompanham um historiador, mas neste momento vamos tratar apenas daqueles que explicitamente desenvolveram suas reflexões. Tratam-se de poucos: era um momento em que havia, pelo menos entre os historiadores em Niterói, baixa tradição de discussão e exposição desses pressupostos, sendo mais forte o trabalho factual.

Apesar da nossa intenção de nos atermos às formulações próprias dos autores, nossa leitura e conseqüente exposição de uma dissertação podem conter uma avaliação crítica e teórica da nossa parte. Por exemplo, ao nos referirmos a dois trabalhos que se debruçam sobre dinâmicas econômicas dos municípios tendo como objeto principal o espaço, sublinhamos que não são trazidos a primeiro plano, em especificidade, os agentes sociais (muito embora não estejam de todo ausentes) – o que aponta para um limite analítico dessas dissertações. Isso evidencia a impropriedade de supor uma dicotomia entre uma parte da abordagem que seria “objetiva” (a de apresentação dos trabalhos) e outra “subjetiva” (de interpretação sobre eles), apesar do nosso esforço em aprofundar a leitura das dissertações em momento posterior, deixando para este uma caracterização mais fria.

Por isso também neste capítulo discorreremos sobre cada uma das dissertações, inclusive, na maior parte dos casos, considerando o trabalhado em cada capítulo delas. Apesar de isso ter resultado em um texto longo e cansativo, a intenção é permitir ao leitor maiores dimensões dos trabalhos e construir ele próprio entendimentos outros, diferentes dos trazidos por nós – o que seria mais difícil com exposições demasiado sucintas ou com uma que apenas evocasse o texto analisado em função do argumento que se estivesse desenvolvendo. A extensão do texto dedicado a cada uma das dissertações varia bastante e guarda relação com o quanto elas discutiram os elementos

que são pertinentes à discussão que propomos. O leitor menos ocioso poderá ignorar as apresentações das dissertações e ter uma visão sucinta na seção “panorama e conclusões”.

A exposição das dissertações foi ordenada considerando-se primeiramente as turmas de alunos (que definiremos melhor abaixo). Depois, consideramos para a ordem de apresentação as de história econômica, seguidas das de política e de cultura. Por vezes, em uma subseção do capítulo juntamos mais de uma dissertação que tem alguma característica qualquer em comum (geográfica, temporal, etc.).

Ao final, tomaremos as dissertações em conjunto para termos um panorama numérico desses elementos. Esses dados – como, por exemplo, os sobre referências bibliográficas - devem sempre vir acompanhados de uma análise qualitativa, sob o risco de serem enganadores, como se verá.

A leitura dessas 51 dissertações pode conter deslizes, principalmente no sentido de não termos identificado dos trabalhos as características que buscávamos neles. Essas eventuais falhas, entretanto, não comprometerão a nossa análise, pois ela não se fia em singularidades, mas naquilo que toma maior expressão numérica.

Faz parte também deste capítulo o conhecimento sobre os docentes, principalmente para os pensarmos como influência intelectual sobre as dissertações. O ideal seria recuperar o cotidiano de suas aulas e orientações, que são suas interações com os discentes, mas essas são experiências intelectuais que não deixam registro escrito. Elas ficam nas memórias dos atores, mas, além das inúmeras dificuldades básicas que tem aqueles que recorrem a qualquer relato oral sobre o passado, tem-se também que uma análise equilibrada a partir de entrevistas deveria lidar com uma quantidade enorme delas, impossíveis de ser obtidas e trabalhadas com qualidade no

tempo de pesquisa de que dispomos. Ter como base principal as poucas entrevistas que fizemos para o trabalho poderia significar render-se ao impressionismo causado por várias falas e às grandes contradições entre elas. Dessa forma, para compor um perfil historiográfico dos docentes e nos aproximarmos a que influência intelectual tiveram sobre os alunos, recorreremos à sua produção bibliográfica publicada próxima ao momento em que lecionaram e que tratava dos temas explorados em seus cursos e orientações. Abordamos apenas aqueles professores mais expressivos em número de orientações e disciplinas, verificando principalmente que temas, recortes e perspectivas historiográficas o corpo docente mais promovia.

A divisão do capítulo em 3 turmas é orientada pela hipótese de que esses grupos de alunos sofreram influências distintas dos diferentes docentes (então em grande rotatividade) que os ministraram disciplinas, o que acabou por repercutir nas dissertações.

Capítulo 2 - A primeira turma (1971/2-1974/7)

2.1 Discentes

São da primeira turma os 16 discentes que cursaram disciplinas de 1971/2 até o primeiro semestre de 1974. Tal é o que define o comum de experiências que tiveram³¹². Eles, entretanto, defenderam as dissertações em momentos distintos: 8 em 1974, 1 em 1975, 6 em 1976 e 1 em 1977³¹³. Nos catálogos³¹⁴ em que nos referenciamos, se tratam das dissertações de números 1-16.

A “ficha cadastral” dos alunos, localizada atualmente na Secretaria de Pós-Graduação, contém, além de dados pessoais como idade e endereço, espaço para as seguintes informações: “Formação universitária”, “Títulos superiores obtidos”, “Trabalhos publicados” e “Magistério Superior”. Infelizmente, em muitas fichas alguns desses espaços não foram preenchidos e principalmente algumas referências a datas não estão claras. Entretanto, com aquilo que temos e buscando referências complementares no currículo Lattes de alguns, podemos compor um perfil desses estudantes.

Considerando a tradicional divisão binária de gêneros, há um predomínio de mulheres: os homens são apenas um pouco mais de $\frac{1}{4}$. No começo do curso, a idade dos alunos, que vai de 23 a 41, tem uma média de 31 anos. Apenas 4 não são naturais do Rio de Janeiro, mas todos têm residência no Estado. Quanto à residência, apenas 4 não eram de Niterói: três do Rio de Janeiro e um de São Gonçalo. Dos que moravam no lado mais tranquilo da Baía de Guanabara, todos eram de bairros próximos à universidade,

³¹² Há a exceção de 3 discentes que chegaram a cursar algumas disciplinas no segundo semestre de 1974 e em 1975.

³¹³ As datas em que as dissertações foram finalizadas, e que constam em suas capas, não necessariamente coincidem com o ano de suas defesas.

³¹⁴ Universidade Federal Fluminense. *Memória dos Cursos de Pós-Graduação. Perfil do Mestrado em História e sinopse das dissertações apresentadas para a obtenção do grau de Mestre em História*. Niterói. Eduff, 1986. Universidade Federal Fluminense. *Programa de Pós-Graduação em História. Catálogo de Teses e Dissertações, 1974-1995/ Vânia Leite Fróes, coordenação geral*. Niterói: UFF; Brasília: CNPQ, 1996.

sendo a maioria de Icarai.

Sobre o local e o momento da graduação, não há informações completas de todos os alunos. Aparentemente, apenas um não tinha graduação em História, mas em Filosofia. Há informação de duas alunas graduadas em História pela Universidade do Estado da Guanabara (não por mera coincidência, ambas residentes na cidade do Rio de Janeiro). Como a maioria tem residência em Niterói, podemos supor, para aqueles de quem não dispomos os dados completos, que se formaram na UFF³¹⁵ (há alguns casos em que se diz apenas “Licenciatura em História” talvez estando subentendido “na UFF”). Há ainda o incomum da formação de Almir Chaiban El-Kareh, com doutorado em História pela Universidade do Chile em 1968 além de especialização, na mesma universidade, em Ciências Sociais; e da especialização em História do Brasil em 1968-9 na FNFi por parte de Rachel Sohiet.

Tinham experiência no Magistério Superior na UFF como professores assistentes: Sônia Viana (História da América), Vânia Fróes (História Medieval), Almir El-Kareh (Introdução aos Estudos Históricos), Célio Silva (História do Brasil), Geraldo Beauclair (História Econômica), Hildiberto Albuquerque (História do Brasil) e Marize Arcuri (Moderna e Contemporânea). Na UFF, também são professores (esses não assistentes): Berenice Brandão, Ana Maria dos Santos e Dylva Moliterno. Fora da UFF, são professores em ensino superior: Maria Azevedo (Professora Assistente de Estética e História da Arte da Faculdade de Arquitetura em de Barra do Pirai da Fundação Rosemar Pimentel e Professora de Arte na Escola de Belas Artes da UFRJ); Hildiberto Albuquerque (Professor Titular em História do Brasil da FACEN e do CETRERJ). Temos então o registro de 11 professores com alguma experiência em ensino superior, o que é praticamente $\frac{3}{4}$ do total.

³¹⁵ Ou na instituição a partir da qual ela foi formada, a Faculdade Fluminense de Filosofia (FFF).

Na parte da Ficha Cadastral sobre publicações constam apenas um artigo de El-Kareh em livro não especificado e, de autoria de Rachel Sohiet, uma contribuição sobre Estudos Sociais para o livro “Fundamentos da Educação Moral e Cívica”.

Em suma, o que temos como perfil médio dessa mestrandade da primeira geração, não obstante alguma precariedade nas informações, é o seguinte: mulher, de 31 anos, residente em Niterói³¹⁶, formada em História pela UFF nos anos 1960, com experiência de magistério superior na própria universidade e sem bagagem de produção acadêmica. Infelizmente, não temos dados sobre origem socioeconômica e cor da pele.

Não se pode recuperar com precisão quais eram as principais referências teóricas e bibliográficas desses discentes em suas formações e em seu trabalho cotidiano. Muitas falas apontam para que o marxismo e influências “francesas” tinham grande prestígio entre eles³¹⁷. Conforme mencionamos no primeiro capítulo, o curso de graduação em História parecia estar passando por uma transição entre uma ênfase no factualismo para uma maior reflexão conceitual. Técnicas de pesquisa, entretanto, eram ainda bastante ignoradas e, segundo Pedro Demo, sociólogo que se juntou ao corpo docente logo em 1972, os alunos chegavam “destituídos” de conhecimentos de epistemologia e metodologia já que a graduação “*não cuidava disso*”³¹⁸

A nova experiência da pesquisa a que seriam introduzidos e o volume de disciplinas que cursariam significariam para esses discentes uma nova formação, a ser conduzida pelo corpo docente do mestrado.

³¹⁶ E possivelmente tendo essa mesma cidade como origem, quando somamos o dado, confirmado em alguns, de terem concluído a graduação na UFF.

³¹⁷ Entrevista de Demo ao autor (05/03/2014). Entrevista de Aydil a Correa. Entrevista de Fróes a CÔRREA, Maria. *De que lugares...*

³¹⁸ Entrevista ao autor (05/03/2014)

2.2 Docentes, disciplinas e orientações

Nícea Villela Luz foi a primeira professora a lecionar no curso, de novembro de 1971 a fevereiro de 1972. Aposentada pela USP quando veio à Niterói, era especialista em temas de urbanização e industrialização. No primeiro semestre de 1972, a professora ministraria uma outra disciplina. Os cursos da professora Luz foram importantes para que alguns alunos iniciassem e definissem suas pesquisas sobre áreas do Recôncavo da Guanabara³¹⁹.

No primeiro semestre de 1972, soma-se ao curso o professor Pedro Freire Ribeiro, especialista em História da América, e que se tornaria, em números de orientações e disciplinas, um dos principais nomes entre os docentes na década de 1970. Foi nesse período o segundo em número de orientações (11) e está entre os quatro professores que mais ofertaram cursos (9). Lecionou de 1972 até 1975, retornando em 1979 para dar uma disciplina. Teve atividades de orientação nos anos de 1976, 1977 e 1978, ou seja, sua presença estende-se por toda a década. Os cursos oferecidos foram todos sobre América Latina do período de independência até o início do século XX. Não há registro da bibliografia utilizada em nenhum deles, apenas as ementas³²⁰ com descrições genéricas.

Da biografia de Pedro Freire Ribeiro, temos bem pouco. Foi catedrático da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Estado da Guanabara, estando, pelo menos desde 1962, entre aqueles professores de maior classificação na instituição³²¹. Publicou em 1945 *“A reforma de Clistenes e a democracia ateniense”*. Em 1957, *“Base da política imperial dos Aquemenidas”*. Em 1965, *“A Missão Pimenta*

³¹⁹ Entrevista de Almir Chaiban El-Kareh ao autor. (26/02/2015) Entrevista de Frões a CÔRREA, Maria. *De que lugares...*p. 152.

³²⁰ As ementas dos cursos foram obtidas através do arquivo eletrônico da secretaria do Programa de Pós-Graduação em História da UFF.

³²¹ Ver Resolução número 130/62 da Universidade do Estado da Guanabara que classifica o pessoal da instituição. http://www.boluerj.uerj.br/pdf/re_01301962_31051962.pdf

Bueno (1843-1847)”, que se trata de uma compilação de documentos diplomáticos expedidos pela Secretaria de Estado. A publicação é fruto da Comissão de Estudos de textos de História do Brasil do Ministério das Relações Exteriores. À época de sua entrada no curso era doutor³²² pela Universidade do Brasil³²³.

Seu livro fruto de maior pesquisa e que guarda relação com o conteúdo das aulas ministradas no curso de mestrado é “*Raízes do pensamento político na América Latina*”, lançado pela editora da UFF em 1995 (não encontramos, na Revista de História da USP, trabalhos de sua autoria na década de 1970, o que seria melhor indicativo do seu perfil historiográfico para os alunos). O texto, cuja metade é a publicação de documentos, não apresenta discussões conceituais ou teóricas, mas se ocupa, através de algumas referências a fontes secundárias, com estabelecimentos causais no processo de independência da América espanhola. Assim, as atitudes e pensamentos políticos “revolucionários” teriam sido influenciados por fatores geográficos, demográficos, econômicos, educacionais, religiosos, e o processo de independência não deve ser explicado apenas por fatores isolados³²⁴. Uma de suas preocupações é oferecer uma visão de conjunto sem perder as peculiaridades nacionais³²⁵, o que significa uma exposição de como, em cada país, o processo que levou à independência e à criação de novos Estados teve velocidades e tonalidades distintas.

Sua explicação coloca primeiramente os problemas dos colonos com a Coroa, principalmente por conta de imposição de preços e controle comercial. Em sua narrativa, então, as colônias vão gradativamente adquirindo, em ritmos diferentes, a

³²² Entrevista de Aydil Preis ao autor

³²³ UFF. *Memórias...*p. 17

³²⁴ RIBEIRO, Pedro Freire. *Raízes do pensamento político na América Espanhola (1780-1826)*. EdUFF. Niterói, 1995.p. XI e 1.

³²⁵ Idem. P XVIII

consciência desses problemas (que seria a base do nacionalismo) e apresentando a sua solução, que ao fim seria a independência (ou “revolução”). Boa parte do estudo de Ribeiro é dedicada mostrar como essa “consciência” vai surgindo e evoluindo em vários personagens da América espanhola, tendo como fontes discursos e escritos de líderes.

A questão de fundo de seu estudo é a dificuldade e o êxito para a independência e para a formação de uma nação, onde os atores privilegiados e os carregadores do sentido do processo histórico são os crioulos líderes³²⁶. Assumindo como problema histórico o projeto de nação (ou como diríamos nós, “de poder”) dos líderes crioulos, em alguns momentos os juízos políticos do autor são visualizados quando, contemplando conflitos sociais classistas e querelas internas, entende que estes devem ser superados tendo como horizonte a compactação nacional. O caráter antidemocrático da perspectiva, bem como a evidência de sua centralidade, nota-se a partir da epígrafe escolhida pelo autor: uma frase de Bolívar queixando-se de que os “*sistemas inteiramente populares*” poderiam trazer ruína, já que certas qualidades não existiam entre seus compatriotas. Nesse mesmo sentido, Ribeiro entende as tendências federalistas na Venezuela como uma “...*falta de amadurecimento político dos cidadãos, não habituados a reconhecer seus deveres mínimos diante do Estado.*” e assume a necessidade centralista do Bolívar para que se contornasse o “*caos*”³²⁷. Da mesma forma, assim comenta um discurso de San Martín que se inicia com a frase “*O gênio do mal vos há inspirado o delírio da federação*”:

“Esta é a linguagem sincera de um compatriota que deseja uma situação centralista não por ambições pessoais, mas por temer que os conflitos existentes pudessem levar o país à anarquia. À frente de um poderoso exército, recusava-se à

³²⁶ Idem. p. 45

³²⁷ Idem. p. 129

*participação em uma luta fratricida, apelando para o bom senso e patriotismo de seus conterrâneos. Buscava um consenso e não o esmagamento de um partido.*³²⁸

Pedro Freire Ribeiro se encaixa bem naquelas características clássicas com que se classifica a historiografia que os Anales combateram. Sua perspectiva estatal e nacional com o protagonismo dos grandes homens toma mesmo feições psicologizantes (como pode ser visto pela citação acima), além de acríticas e positivadas. Começa assim uma citação de Bartolomé Mitre sobre Francisco Miranda, que para Ribeiro é a melhor síntese de suas atividades americanistas:

*“Por esta época, havia algum tempo que percorria o mundo um excelente apóstolo da liberdade humana, precursor da emancipação sul-americana. Era um sonhador com ideias confusas e conhecimentos variados e inconexos, um guerreiro animado de uma paixão generosa e sobretudo um grande caráter. (...) teve a primeira visão dos destinos da América republicana e foi o primeiro que arvorou a bandeira redentora por ele inventada nas mesmas praias descobertas pelo gênio de Colombo.”*³²⁹

Em 1972, chegam para trabalhar em Niterói os brasilianistas Richard Graham e Stanley Hilton. Richard Graham é ainda hoje um estudioso do século XIX brasileiro, debruçando-se naquele tempo principalmente sobre temas como modernização e urbanização, enquanto Hilton se dedicava sobretudo a análises políticas sobre a Era Vargas. Ambos estiveram no programa entre 1972 e 1974 (Graham retornaria em 1977). Para a primeira geração de alunos, Graham ministrou 3 disciplinas e foi orientador de 5 dissertações, enquanto os números de Hilton são de 5 cursos oferecidos e 3 trabalhos orientados.

³²⁸ Idem. p. 137-8

³²⁹ Idem. p. 48

Richard Graham publicou um livro no mesmo ano que chegou a Niterói, “*Britain and the onset of modernization in Brazil 1850-1914*”³³⁰. O tema do livro foi retomado em uma de suas disciplinas ofertadas, “*O contexto histórico do imperialismo inglês no Brasil*”. Neste estudo, uma das primeiras questões de Graham é tentar definir o momento em que o país possa ser considerado moderno. Desconsiderando que a modernização tenha acontecido em 1930, 1914 ou 1889, o autor prefere situar o seu início em 1850, ainda que a data, como reconhece, seja discutível. A sua definição de modernização está centrada em um conjunto de certas características como tecnologia, volume comercial, produtividade industrial, mentalidade empresarial (como ousadia para investir), desenvolvimento de imprensa e circulação de ideias, declínio de visões de mundo pré-científicas (mágica, religiosidade), urbanização, e disposição social não estratificada capaz de oferecer mobilidade. O seu avanço e o seu recuo no Brasil dependeriam de fatores políticos, ideológicos e econômicos como a força do movimento abolicionista, a emergência dos cafeicultores paulistas (que seriam de tendência modernizadora), e a estabilidade do regime imperial.

Outro texto que utilizamos para conhecer o perfil desse historiador foi o livro lançado em 1979 pela editora Perspectiva, que consta de uma série de ensaios que haviam sido escritos para periódicos americanos (à exceção de um para a Revista de História). “*Escravidão, reforma e imperialismo*”³³¹ mostra que seu interesse principal no século XIX tinha três questões predominantes: a estrutura de classe de uma economia baseada na escravidão; as transformações que acabaram com a escravidão sem destruir esta estrutura; e a dependência do Brasil dentro da realidade econômica

³³⁰ GRAHAM, Richard. *Britain and the onset of modernization in Brazil 1850-1914*. Cambridge University Press, 1972.

³³¹ GRAHAM, Richard. *Escravidão, reforma e imperialismo*. São Paulo. Editora Perspectiva, 1979.

internacional³³²

No primeiro capítulo, um levantamento historiográfico sobre a escravidão escrito em 1967 e publicado originariamente em 1970, observa principalmente as análises de autores paulistas como Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Emília Viotti da Costa e Paula Biguelmann, expondo seus principais argumentos. Para Graham, esses autores representam um progresso do ponto de vista metodológico frente à tradição deste país em que *“as obras históricas não foram cuidadosamente elaboradas a partir de fontes “primárias”*”. Aqui refere-se principalmente a Caio Prado Jr., cuja trabalho poderia apoiar asserções dogmáticas sobre a escravidão³³³. Graham não faz uma oposição de maiores significados entre seus fundamentos teórico-metodológicos e aquele dos brasileiros, investindo em questionamentos mais pontuais do tipo: *“Nenhum desses autores deu-se conta da dificuldade desta interpretação quando é invertida: se a escravatura era o resultado de um economia colonial, como se explica que a economia colonial persista até hoje, ao passo que a escravidão acabou no século XIX?”*³³⁴ Graham também lança críticas que ele próprio circunscreve a uma questão de estilo. Nesse sentido, Cardoso é afoito, imaginoso e mais teórico; enquanto Fernandes seria o mais opaco de todos, *“e somente com persistência e paciência é possível, finalmente, chegar à [sua] compreensão e apreciação”*³³⁵

É bastante interessante que Graham situe os estudos sobre escravidão brasileira nas tensões sociais e políticas então contemporâneas, como o debate sobre reforma agrária dos anos 1950 e 1960, observando como a abolição foi insuficiente para a melhoria da condição dos negros³³⁶. Mostrando-se um historiador de sensibilidade

³³² Idem, p. 9

³³³ Idem, p. 19

³³⁴ Idem, p. 23

³³⁵ Idem, p. 19

³³⁶ Idem, p. 15

política, em outro artigo aponta que a implementação do sistema republicano teria posto fim ao sonho de reforma agrária, “*como outros golpes puseram fim a outros sonhos*”³³⁷. O estudo de escravidão seria importante também para “*esmagar a visão oficial da realidade brasileira*” que insiste em ideias de harmonia como forma de ocultar a opressão³³⁸. Boa parte do artigo de Graham caminha justamente nesse sentido de evidenciar a iniquidade e a dureza na escravidão brasileira, o que inclui a crítica ao paternalismo.

Em “*Causas da abolição da escravatura no Brasil*”, publicado originalmente em 1966, Graham desenvolve seu argumento primeiramente contra “*a impressão geral de que o Parlamento brasileiro sancionou a lei libertando os escravos em resposta a sentimentos humanitários e à pressão da opinião pública incitada por uma campanha de propaganda...*”³³⁹. Fundamentado principalmente em fontes secundárias, o autor entende que as mudanças fundamentais na vida econômica e social que levam ao entendimento das forças que levaram à abolição são: a ascensão das exportações de café e a expansão das novas regiões cafeeiras; e o crescimento das cidades³⁴⁰. Sobre a primeira, diz o autor que a região cafeeira de São Paulo ergueu-se com empresários rurais de espírito inovador que, por exigências mais modernas, precisavam de uma mão-de-obra mais abundante e flexível que aquela que a escravatura poderia oferecer³⁴¹. Sobre a última, defende que o mundo urbano propiciou uma mentalidade contrária à escravidão, seja da parte de profissionais liberais, seja da parte de industriais. Mas Graham soma outros fatores como a pressão inglesa fomentada não por interesses capitalistas, mas pelos valores da classe média britânica que tendiam a dominar a

³³⁷ Idem, p. 11

³³⁸ Idem, p. 15

³³⁹ Idem, p.60

³⁴⁰ Idem, p.62

³⁴¹ Idem, p.63

nação³⁴²; e a resistência escrava e a mobilização abolicionista.

Podemos concluir que sua compreensão não é marcada pela “*falta de relações causais*”, como uma vez Sodré classificou os trabalhos dos brasilianistas³⁴³, e como estes são reconhecidos de forma geral. Por outro lado, realmente não há nenhuma intenção nomotética e pouco investimento em debates conceituais e teóricos de maiores proporções. Graham, entretanto, não circulou como um estranho pelas referências brasileiras, e mesmo não compartilhando de suas metodologias e ênfases, se aproximou delas com seus temas e perspectivas mais específicas. Trata-se também de um autor que guardou sensibilidades políticas em relação à opressão e à desigualdade em seus efeitos contemporâneos.

Sobre a experiência de Graham no curso, é bastante recorrente a referência de que ele, como outros brasilianistas, foram fundamentais para o aprendizado do trabalho com fontes primárias, de que os professores do Rio de Janeiro e Niterói careciam muito. Aqui não falamos, do que já foi referido, da veiculação de uma visão “empirista” que fez contraponto ao “teoricismo” que estaria em voga entre os estudantes; mas do próprio trabalho empírico que faz parte da atividade básica do historiador. Como mencionado no capítulo anterior com as próprias palavras de Richard Graham, o trabalho com fontes era uma coisa pouco explorada na formação dos professores de então.

Stanley Hilton, que chegou com Richard Graham, teve uma importante presença entre os alunos da primeira geração do curso entre 1972 e 1974. Foi orientador de 3 dissertações e lecionou 5 disciplinas: “*Teoria e prática da pesquisa histórica: Brasil século XX (época Vargas)*” (Primeira Parte e Segunda Parte), “*História diplomática dos EE. UU. na época de Franklin Roosevelt (1933-1945)*”, “*A economia política da época*

³⁴² Idem, p. 71

³⁴³ SODRÉ, Nelson Werneck. *História e materialismo histórico no Brasil*. São Paulo. Global, 1987. p. 27

de Vargas (1930-1945)” e “*Historiografia*” (curso cuja ementa não ficou registrada). De acordo com as ementas, vários desses cursos procuravam estimular o trabalho com fontes primárias.

Stanley Hilton fez estudos em História do Brasil na Universidade do Texas, onde inclusive foi aluno de José Honório Rodrigues em 1963. Desde o mestrado, concluído em 1964, estudou questões relativas à política internacional e economia no primeiro governo de Vargas. Entre 1966 e 1971, empreendeu pesquisa de fôlego que geraria “*O Brasil e as Grandes Potências. Os aspectos políticos da rivalidade comercial. 1930-1939*”³⁴⁴. Este livro foi lançado primeiramente em inglês em 1975, ganhando uma edição nacional dois anos depois pela Civilização Brasileira com tradução de Carlos Nelson Coutinho e do próprio Hilton.

Seu objeto de estudo foi, como define, a forma de defesa que tomaram os brasileiros para resguardar os interesses da Nação³⁴⁵. Ele se inscreve em uma preocupação geopolítica de entendimento da política de países de Terceiro Mundo frente aos interesses das potências mundiais. Trata-se de um tipo de conhecimento de relações internacionais importante em uma época de Guerra Fria e não parece por acaso que tenha recebido financiamento também do National Defense Foreign Language Fellowship Program³⁴⁶. Como coloca, “*Em certo sentido, este livro é um estudo sobre o fracasso da diplomacia da Boa-Vizinhança numa área de relações externas cara aos estrategistas do New Deal*”³⁴⁷ Segundo José Honório Rodrigues, que prefaciou o livro, Hilton não reconhece o caráter imperialista das relações que estuda³⁴⁸.

O trabalho com fontes foi vastíssimo e, segundo o próprio Hilton, ele pode

³⁴⁴ HILTON, Stanley. *O Brasil e as Grandes Potências. Os aspectos políticos da rivalidade comercial. 1930-1939*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1977.

³⁴⁵ Idem. p. 11

³⁴⁶ Idem. Ibidem.

³⁴⁷ Idem. p. 27.

³⁴⁸ Idem. p. 14.

superar uma limitação comum do pesquisador americano que trabalha quase exclusivamente com documentos diplomáticos dos Estados Unidos, o que acaba prejudicando interpretações³⁴⁹. Além de documentos de Estado europeus, Hilton teve acesso a muitos arquivos privados, sendo mais um expoente da reconhecida capacidade “brasilianista” de amplo trabalho com fontes. Seu trabalho de pesquisador lhe fez ter contatos próximos com pessoas de poder como Alzira Vargas, General Pantaleão Pessoa (a quem dedicaria seu livro seguinte, o considerando como “*patriota e amante da verdade histórica*”), entre outros³⁵⁰. Epistemologicamente, o autor várias vezes coloca que é isento de julgamentos de valor e pela objetividade histórica, muito embora expresse simpatia pelos brasileiros responsáveis pela defesa dos interesses nacionais³⁵¹. Também, Hilton coloca que, ao invés de trabalhar com categorias genéricas, procurou identificar personalidades e examinar suas atitudes e motivações, buscando assim, na expressão do autor, “*humanizar*” a formulação política³⁵². Uma “base cultural” dos agentes também é considerada pelo autor, que entende o “personalismo” como um traço dominante nas relações públicas e políticas no Brasil³⁵³.

Para a abordagem da década de 1930, o autor tem como uma das hipóteses centrais que: “*Se o realismo e o interesse próprio guiavam o comportamento internacional num mundo que se dirigia para a catástrofe, a essência desse realismo, o*

³⁴⁹ Idem. p. 21. Pelas listas de agradecimento e prefácios, a relação de Hilton com muitos atores históricos ou seus familiares foi próxima. Em artigo de 2009, Tiago Losso teve essa questão como objeto observando como categorias elaboradas por ideólogos do Estado Novo adentraram na historiografia, levando em conta a relação, também pessoal, de descendentes de personagens históricos e de historiadores biógrafos. Uns dos pontos de atenção do autor é atuação de Alzira Vargas e o livro de Stanely Hilton lançado em 1994, “Oswaldo Aranha – uma biografia”, que para Losso tem continuidade com o discurso oficial sobre o período. LOSSO, Tiago. “Um olhar estrangeiro na História do Brasil: a influência das pesquisas norte-americanas na historiografia sobre o Brasil” IN: *ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009*. <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.1501.pdf>

³⁵⁰ HILTON, Stanley. *O Brasil e as...* p. 17-20.

³⁵¹ Idem. p. 11-2

³⁵² Idem. p. 27

³⁵³ Idem. p. 75

Zeitgeist, parecia ser de natureza econômica”³⁵⁴. Seria a economia, portanto, o centro das questões diplomáticas. Em capítulos como os que se intitulam “*Influência militar na política econômica (1934-1937)*” e “*Comércio, armamentos e política internacional (1937-1939)*”, Hilton procura analisar como eram percebidas as questões internacionais (proximidade de conflito bélico, acordos comerciais) pelos agentes e que propostas eram então gestadas como respostas à situação (estímulos à industrialização, protecionismo, compra de armas, etc.).

Vale por último mencionar a perspectiva de Hilton sobre a “economia política” na era Vargas. Além de ter sido tema de uma de suas disciplinas, também o foi de duas dissertações orientadas, conforme veremos. Em uma coleção de artigos lançada em 1975 (edição nacional de 1977)³⁵⁵, temos uma abordagem do autor para o período de 1930-1945. Hilton trabalha com muitos dados econômicos, extraídos de fontes primárias e secundárias, que são usadas para construir um quadro geral da dinâmica da economia brasileira. Seu grande ponto, entretanto, é analisar, como em outros temas de que trata, a forma como os agentes (principalmente os de Estado) percebem as situações e quais são suas propostas. Procura então principalmente demonstrar (e nisso entra em polêmica historiográfica) que Vargas e outros homens de poder tinham a industrialização como um objetivo central mesmo antes do Estado Novo. O autor vai construindo o seu texto mostrando, então, como essas ideias eram formuladas, seus graus de irradiação e suas possibilidades de concretização. Em suma, a “história econômica” de Hilton, se assim quisermos chamá-la, tem como horizonte ser uma história da decisão política dos homens de poder.

³⁵⁴ Idem. p. 38

³⁵⁵ HILTON, Stanley. “Vargas e o desenvolvimento econômico brasileiro, 1930-1945: uma reavaliação de sua posição sobre industrialização e planejamento.” IN: *O Brasil e a crise internacional (1930-1945)*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1977.

Assim como Graham, a Hilton é também reconhecido como importante para o aprendizado do trabalho com fontes³⁵⁶, dando sequência ao que foi iniciado com a professora Luz.

Atuando de 1973 a 1975, Pedro Demo foi um dos três professores que mais lecionou disciplinas na pós de História até 1979, um total de 10. As principais matérias ministradas foram Metodologia I e Metodologia II (8), em que, de acordo com as ementas, buscava fornecer uma visão geral de metodologia em ciências sociais e dar uma matéria instrumental, *“a saber, serve [que sirva] à pesquisa, juntamente com as técnicas de coleta de dados e sua mensuração quantitativa”*. A bibliografia desses cursos variava. Tivemos Engels (*“Do socialismo utópico ao socialismo científico”*), Piaget (*“A epistemologia genética”*) Viet, Reicheanbach, Bachelard, Nagel, Althusser, Bastide, Popper, Dahrendorf, além de textos próprios. As outras duas disciplinas, que fogem à ênfase em metodologia e epistemologia das anteriores, são *“Sociologia do desenvolvimento”* e *“Sociologia e estratificação social”*. Suas referências para a primeira são Sunkel, Marsal, Gasparian, Rostow e Duque, discutindo principalmente capitalismo e América Latina. Para a segunda, Giddens, Dahrendorf, Lukacs, além dos livros *“Teorias da estratificação social”* (organizado por Octávio Ianni) e *“Hierarquias em classe”* (organizado por A. Aguiar).

Pedro Demo começou sua formação superior no curso de Filosofia da Faculdade dos Franciscanos em Curitiba (1961-1963), estudando nos anos seguintes teologia e música. Doutorou-se em sociologia na Alemanha pela Universidade de Saarland, Saarbrücken (1967-1971), com uma tese premiada e publicada em alemão em 1973 que versava sobre Marcuse. Retornou ao Brasil em 1971 e trabalhou no Centro João XXIII

³⁵⁶ Entrevista de Vânia Fróes a CÔRREA, Maria. *De que lugares...* p. 153. Entrevista de Rachel Sohiet ao autor.

assessorando a CNBB, elaborando e publicando textos sobre a realidade socioeconômica brasileira para, em suas palavras, mostrar aos Bispos as condições de vida do povo brasileiro³⁵⁷. No começo da década de 70, era professor de pós-graduação do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), professor de Metodologia das Ciências Sociais na PUC-Rio e professor e pesquisador do IBRADES-Rio, tendo posteriormente uma longa vida acadêmica e atuação em cargos governamentais.

Nos cursos oferecidos, o marxismo estava presente entre as referências do professor, mas sem que este se considerasse, segundo suas palavras em entrevista que nos concedeu, um “filiado”:

Pedro Demo: [O marxismo] Era moda [entre os alunos]. Como havia feito tese de doutorado com vínculo com a Teoria Crítica (Escola de Frankfurt - tema foi sobre Marcuse), esperava-se algum alinhamento marxista, que nunca foi meu caso, porque aprendi na Teoria Crítica que "filiação" é pobreza. Sempre admirei os autores da Escola de Frankfurt que nunca se alinharam a nenhum cânone. Sempre usei o marxismo como ferramenta essencial da sociologia, mas não única, nem necessariamente "superior". A formação do espírito crítico supõe, como queria a Escola de Frankfurt, "autocrítica" (maiêutica) e liberdade de expressão, com base na autoridade do argumento, não do argumento de autoridade. Era forte do curso (se bem me lembro) a crítica ao positivismo, naturalmente”

Pergunta: Na bibliografia dos seus cursos temos textos de Engels e Althusser. É possível dizer em linhas gerais de que forma o marxismo era abordado em suas aulas?

Pedro Demo: Era, para mim, "marxismo autocrítico", mesmo sendo Althusser vaca sagrada. Bem olhando, o que Althusser estava fazendo, era explodir marxismos prévios superficiais, apressados, sem base interpretativa adequada. Sua tese era exagerada, retomando o "positivismo" de Marx (maduro) que adotou certa rigidez metodológica linear (infraestrutura econômica como determinante em última

³⁵⁷ <http://pedrodemo.blogspot.com.br/p/curriculum-vitae.html>

instância). Mas servia como exercício de teoria crítica.”³⁵⁸

Em texto de 1973, *“Conflito social: perspectivas teóricas e metodológicas”*³⁵⁹, vê-se que Demo explora outras referências além do marxismo. Baseando-se principalmente em Dahrendorf, procurar referenciar o conflito para além de uma questão de classe, rejeita a tentativa “utopista” de acabar com as raízes do conflito e dado o seu caráter inerente à dinâmica social, discute as suas formas de “regulação”.

Sua obra de maior relevância para nós, pois trata do tema de aulas que ministrou no mestrado, é *“Metodologia científica em Ciências Sociais”*³⁶⁰, cuja primeira edição é de 1980. Trata-se de um livro de introdução, mas também com largas discussões e bastante rigor conceitual. Algo bastante constante ao longo do texto é a insistência contra dogmas e ao caráter aberto da ciência: *“só pode ser respeitado como científico aquilo que se mantiver discutível”*³⁶¹ e *“Somente a violência é realmente “convicente”*”³⁶² A primeira parte de seu estudo, afastando-se logo de referenciais positivistas, refere-se ao “Débito social da ciência”, isto é,

*“A ciência está cercada de ideologia e senso comum, não apenas como circunstâncias externas, mas como algo que já está dentro do próprio processo científico, que é incapaz de produzir conhecimento puro, historicamente não contextualizado”*³⁶³.

Não há, então, dicotomia entre ciência e ideologia:

“Nas ciências sociais, o fenômeno ideológico é intrínseco, pois está no sujeito e no objeto. A própria realidade social é

³⁵⁸ Entrevista ao autor (05/03/2014)

³⁵⁹ DEMO, Pedro. *Conflito social: perspectivas teóricas e metodológicas*. Petrópolis. Editora Vozes, 1973.

³⁶⁰ DEMO, Pedro. *Metodologia científica em Ciências Sociais*. São Paulo. Atlas, 1992.

³⁶¹ Idem p. 14

³⁶² Idem, p. 40

³⁶³ Idem, p. 18

ideológica, porque é produto histórico no contexto da unidade de contrários, em parte feita por atores políticos, que não poderiam – mesmo que o quisessem – ser neutros. Não existe história neutra como não existe ator social neutro. É possível controlar a ideologia, mas não suprimi-la.”³⁶⁴

Assim, o conhecimento estaria marcado por uma qualidade formal e por uma qualidade política. Pela primeira, entende-se a propriedade lógica, tecnicamente instrumentada que compreende domínio de técnicas de coleta, manuseio de dados, versatilidade na discussão teórica, etc.³⁶⁵. A segunda qualidade, a política, coloca a questão dos fins, dos conteúdos e da prática histórica. Ela aponta para a dimensão do cientista social como cidadão, como ator político, que inevitavelmente influencia e é influenciado. *“A qualidade política não substitui nem é maior que a qualidade formal.”*³⁶⁶ e *“...não surge dos escombros da qualidade formal, e vice-versa”*³⁶⁷

O autor então adota a “posição histórico-estrutural” que

“Significa um equilíbrio crítico e autocrítico entre condições objetivas e subjetivas. A realidade social em parte é dada, em parte é feita. Não há sujeito objetivo, mas é fundamental controlar a ideologia, não pelo distanciamento farsante, mas pelo enfrentamento aberto, no espaço da estratégia da discutibilidade.

Qualidade formal e política estão no mesmo patamar de relevância, bem como teoria e prática.”³⁶⁸

No capítulo *“Dialética – Processualidade de Estruturas Históricas”*, o autor considera a dialética *“a metodologia mais conveniente para a realidade social...”*. Como há varias formas de dialética, o autor argumenta em favor da dialética histórico-estrutural, *“...que nos parece a mais consentânea com a realidade histórica, porque*

³⁶⁴ Idem, p. 19

³⁶⁵ Idem, p. 21

³⁶⁶ Idem, p. 25

³⁶⁷ Idem, p. 84

³⁶⁸ Idem, p. 84

equilibra a contento o jogo das condições objetivas e subjetivas”³⁶⁹. Ou seja, sua visão entende tanto os aspectos de condicionamento social quanto a possibilidade de agir humano. Demo valoriza a historicidade como o locus próprio da dialética e como a principal marca dessa historicidade o conflito³⁷⁰. Retomando esses pontos, temos:

“À diferença do estruturalismo francês, que destaca estruturas que esfriam a história e a tornam meramente repetitiva, a dialética histórico-estrutural tenta colocar estruturas da dinâmica, precisamente porque dinâmica, não é contingência, mas algo da essência histórica, algo estrutural.

*Por outra, não significa que estrutura seja “superior”, “mais importante”, mais “essencial” que a história, porquanto os conteúdos históricos é que fazem a vida concreta. A vida social não se dá sem formas, mas acontece no concreto histórico. Assim, conflito social é estrutura, porque está na própria constituição da realidade social, mas pela estrutura de seu acontecer, de sua dinâmica.”*³⁷¹

O primeiro semestre de 1974, quando termina o período em que a maior parte dos alunos da primeira geração concluiu suas disciplinas, ainda teve um curso sobre Brasil Colonial do professor Bailley Diffie, o único que este ministrou no programa. Contaria também com o primeiro curso da professora Ismênia Martins, a quem nos referiremos com mais detalhe no próximo capítulo.

³⁶⁹ Idem, p. 88

³⁷⁰ Idem, p. 89

³⁷¹ Idem, p. 95

O quadro dos professores que deram as disciplinas da primeira geração é o seguinte:

Pedro Freire Ribeiro	5
Pedro Demo	5
Stanley Hilton	5
Richard Graham	3
Nicia Villela Luz	2
Baliley Diffie	1
Ismênia Martins	1
TOTAL	22

Dividimos em 4 os temas das disciplinas:

História do Brasil	12
História da América	5
Metodologia	4
Sociologia	1
TOTAL	22

Estamos excluindo das contagens a disciplina Estudos de Problemas Brasileiros (EPB), que por vezes nem constava no histórico dos alunos.

Todas as disciplinas de História da América ficaram a cargo de Pedro Freire Ribeiro.

Algumas disciplinas de História do Brasil são voltadas para técnicas de pesquisa.

Em relação ao recorte cronológico das disciplinas, temos predominância dos séculos XIX e XX (trabalhados em 5 disciplinas cada um e sendo abordados juntos em outras 3). Outras duas disciplinas referem-se ao “período colonial”, mas em suas ementas não há maiores precisões quanto ao recorte.

Em relação ao “eixo temático”, existe um equilíbrio entre o “econômico” e o “político”, com muitas disciplinas abordando ambas as esferas. Não podemos ter maior

precisão na contagem, entretanto, por nos faltarem as ementas da maioria.

Em relação ao número de orientando de cada orientador da primeira geração, temos os seguintes números:

Richard Graham	5
Arthur Cezar Ferreira Reis	5
Stanley Hilton	3
Pedro Freire Ribeiro	3
Total	16

Graham e Hilton ficaram responsáveis por orientar as dissertações daqueles que defenderam seus trabalhos até agosto de 1974, isto é, que concluíram seus mestrados em pouco mais de 2,5 anos³⁷². Com o fim de seus contratos, os dois norte-americanos deixaram o curso e alguns alunos que haviam iniciado trabalhos sob suas orientações passaram a ter outros orientadores³⁷³ e defenderam suas dissertações nos anos subsequentes.

Pedro Freire Ribeiro assumiu a orientação das 3 dissertações que abordavam países latino-americanos. As outras 5 ficaram a cargo de Arthur Cezar Ferreira Reis, professor que não ministrou disciplinas para a primeira geração mas que se tornaria numericamente³⁷⁴ um dos mais importantes do curso na década de 1970. Sobre ele, discutiremos posteriormente.

³⁷² O encurtamento do tempo de curso de mestrado, que à época tinha 4 anos como padrão, pode ter se dado por conta da urgente necessidade de título para aqueles que pretendiam prestar concurso a professor assistente na graduação (Entrevista de El-Kareh ao autor – 26/02/2015). De qualquer forma, os já citados planejamentos do curso previam que ele poderia ser concluído entre 2 e 4 anos

³⁷³ Universidade Federal Fluminense. *Memória dos Cursos de Pós-Graduação. Perfil do Mestrado em História e sinopse das dissertações apresentadas para a obtenção do grau de Mestre em História*. Niterói. Eduff, 1986., p. 12

³⁷⁴ A importância de salientar a palavra “numericamente” está no fato de que o volume das atividades de lecionar, orientar ou publicar de um profissional pode não corresponder ao seu prestígio e influência intelectuais.

2.3 Dissertações

Quadro 4. Dissertações da primeira turma.	
1M	MAGALHÃES, Marize Arcuri. <i>O desenvolvimento econômico na época Vargas</i> . Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1974. Orientada por Stanley Hilton.
2M	OLIVEIRA, Geraldo de Beauclair Mendes de. <i>A evolução do sistema financeiro na época Vargas</i> . Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1974. Orientada por Stanley Hilton.
3M	SOHIET, Rachel. <i>Bertha Lutz e a ascensão social da mulher, 1919-1937</i> . Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1974. Orientada por Stanley Hilton.
4M	MOLITERNO, Dylva Araújo. <i>A Constituinte de 1823: uma interpretação</i> . Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1974. Orientada por Richard Graham.
5M	VIANA, Sônia Bayão Rodrigues. <i>A Fazenda de Santa Cruz e as transformações da política real e imperial em relação ao desenvolvimento brasileiro 1790-1850</i> . Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1974. Orientada por Richard Graham.
6M	BRAGANÇA, Vânia Fróes. <i>Município de Estrela – 1846- 1892</i> . Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal Fluminense, 1974. Orientada por Richard Graham.
7M	SANTOS, Ana Maria dos. <i>Vida econômica de Itaboraí no século XIX</i> . Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1974. Orientada por Richard Graham.
8M	ALBUQUERQUE Júnior, Hildiberto Ramos Cavalcanti. <i>O republicanismo fluminense: 1887 -1891</i> . Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1974.
9M	BRANDÃO, Berenice Cavalcante. <i>O movimento católico leigo no Brasil (as relações entre Igreja e Estado – 1930/1937)</i> . Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1975. Orientada por Arthur Reis.
10M	AZEVEDO, Maria Nazareth Capiberibe. <i>Imprensa republicana antes de 15 de novembro</i> . Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1976. Orientada por Arthur Reis.
11M	El-Kareh, Almir Chaiban. <i>Atividades capitalistas em sociedade escravista. Estudo de um caso: A Companhia da Estrada de Ferro de D. Pedro II de 1855 a 1865</i> . Dissertação de Mestrado. UFF, 1976. Orientada por Arthur Reis.
12M	SILVA, Marinete dos Santos. <i>A educação brasileira no Estado Novo (1937/1945)</i> . Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1976. Orientada por Arthur Reis.
13M	CARVALHO, Maria Celia Freire de. <i>O Clube 3 de Outubro</i> . Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1975. Orientada por Arthur Reis.
14M	TEIXEIRA, Francisco Vinhosa. <i>A diplomacia brasileira e a revolução mexicana 1913-1915</i> . Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1976. Orientada por Pedro Freire Ribeiro.

15M	KORTCHMAR, Nair Klinger. <i>A evolução política no Chile: seu significado (1879-1925)</i> . Dissertação de Mestrado. UFF, 1976. Orientada por Pedro Freire Ribeiro.
16M	SILVA, Célio Pereira da. <i>A experiência liberal na Colômbia 1848-1886</i> . Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1977. Orientada por Pedro Freire Ribeiro.

2.3.1 Desenvolvimento e crédito (1m e 2m)

O objetivo do trabalho de Oliveira (2m)³⁷⁵ é mostrar a evolução do sistema de crédito entre 1930 e 1944 e sua importância para a transferência de recursos para o setor industrial, isto é, o desenvolvimento de mecanismos bancários para atender à demanda crescente de crédito por parte do setor da produção voltado para o mercado interno. A importância desse crédito bancário se deu pela pouca possibilidade dos industriais de obterem recursos tanto através de venda de ações como através de recepção de capitais estrangeiros.

Um ponto de inovação historiográfica a que se pretende Oliveira é fundamentar que, ao contrário do que alguns colocam, a evolução do sistema bancário fez parte da prática política de Vargas, assim como seu estímulo para a industrialização. Além disso, a historiografia não teria ainda dado a devida atenção ao estudo do crédito.

No primeiro capítulo, o autor expõe os traços gerais da atuação dos diferentes ministros da Fazenda, desde 1930, procurando construir a problemática econômica brasileira e suas escolhas referentes à política cambial, a déficits orçamentários, etc.. Oliveira demonstra que desde o Governo Provisório havia a consciência por parte de Vargas e seus gestores de que o desenvolvimento da indústria nacional só poderia assentar-se se fosse estabelecido um eficiente sistema de crédito³⁷⁶. Gradativamente, o

³⁷⁵ OLIVEIRA, Geraldo de Beauclair Mendes de. *A evolução do sistema financeiro na época Vargas*. Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1974. 67p. Orientado por Stanley Hilton.

³⁷⁶ p. 17

governo vai adotando medidas: em 1932 é autorizado, pela Carteira de Redescontos do Banco do Brasil criada em 1930, o redesconto de títulos destinados ao financiamento dos setores da produção industrial. Outra medida seria a Caixa de Mobilização Bancária que assegurava aos bancos maior capacidade de mobilizar seus ativos para fazer face a necessidades gerais da economia. Pode-se concluir portanto contra a tese advogada por Boris Fausto, em “A Revolução de 1930”, de que o Governo Provisório tinha uma linha contrária aos interesses industriais, opinião que se possibilita apenas pela limitação da análise à política cambial³⁷⁷. Neste primeiro capítulo, a Celso Furtado o autor também coloca suas críticas, essas mais pontuais, sobre a dinâmica das importações e o desenvolvimento da indústria têxtil³⁷⁸.

No segundo capítulo, Oliveira põe a questão “fundamental”, da qual já sabemos a resposta, de qual seria a fonte do aquecimento da produção voltada para o mercado interno. É contestada a tese de Furtado que põe ênfase “*quase exclusiva*” nos capitais advindos da exportação e que explica a industrialização por meio da transferência dos recursos do setor do café para as atividades urbano-industriais. Também, para esta dissertação, tampouco Peláez, que se opõe a Furtado, consegue explicar a alimentação do investimento industrial com a sua colocação de que mais provavelmente os recursos do setor do café se dirigiram para a produção de algodão. O autor segue então para demonstrar a formação e a evolução de um sistema financeiro mais capaz de dar conta das necessidades da indústria, por parte do governo e principalmente através do Banco do Brasil. Importante ressaltar nesse processo a Criação da Carteira de Crédito Agrícola Industrial, em 1936, que fazia uso de recursos de contribuições previdenciárias³⁷⁹.

Para uma suma, agora nas palavras do autor na conclusão, temos:

³⁷⁷ p. 20 e 34.

³⁷⁸ p. 35-6.

³⁷⁹ Idem. p. 4

“Os recursos carreados para o setor industrial entre 1930 e 1940 não se originaram do setor do café, como assevera Celso Furtado. O que podemos admitir, no máximo, é que fundos formados anteriormente poderiam eventualmente e em pequena escala contribuir para aquela destinação.

Conquanto Carlos Manoel Peláez desenvolva a tese de que os fatores aplicados na produção do café foram naquele período deslocados para o algodão – e que os recursos financeiros, se existissem, seriam ínfimos para a transferência – ele não nos apresenta, em última instância, quais seriam os recursos estimuladores do setor voltado para o mercado interno.

A nossa ponderação é que o sistema bancário, carreando capilarmente de toda economia recursos em dinheiro, desempenhou um papel apreciável, como faz certo o comportamento do sistema financeiro nacional na época Vargas.

Principalmente aos bancos comerciais brasileiros e ao Banco do Brasil coube a tarefa de atender à intensa demanda de crédito de parte da produção voltada para o mercado interno.”³⁸⁰

“A evolução do sistema financeiro na época Vargas” tem como principais fontes documentos oficiais como relatórios e decretos e faz pouco recurso a fontes secundárias, parte das quais são alvo de críticas do autor. Assim, a dissertação apresenta-se como bastante original na escolha da problemática, no levantamento de dados a partir de fontes primárias e na interpretação advogada.

Por sua vez, a dissertação de Marize Arcuri Magalhães, “O desenvolvimento econômico na época Vargas, 1930-1939”³⁸¹ (1m) coloca que seu “objetivo é, com base em vasto material empírico, mostrar que Vargas, de plena consciência, exerceu uma política econômica desenvolvimentista.”³⁸². O texto de Magalhães não se ocupará unicamente com as expressões do estadista, mas a cada capítulo vai explorar alguma faceta da política econômica. No primeiro e no quarto, trará um quadro geral,

³⁸⁰ Idem. p. 60

³⁸¹ MAGALHÃES, Marize Arcuri. *O desenvolvimento econômico na época Vargas*. Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1974. 67p. Orientado por Stanley Hinton

³⁸² Idem. p. 4

respectivamente, da atuação de Vargas face a problemas econômicos e do crescimento industrial nos anos 30 considerando diferentes setores (borracha, combustíveis, etc.). No segundo capítulo, de maior mergulho empírico, *“descemos às minúcias do Inquérito Industrial de 1936, até então só citado, de leve, por Humberto Bastos e colocado em sua devida importância por Stanley Hilton”*³⁸³. No terceiro, trata das discussões da década de 30 sobre o problema siderúrgico nacional.

Magalhães reforça o coro contra as hipóteses, como a de Warren Dean, que defendem que *“...até o fim da década dos trinta, inexistia no país uma ideologia desenvolvimentista e “qualquer estímulo oficial compreensivo e consciente” à industrialização*”³⁸⁴. Também mira em Otávio Ianni (*“Estado e planejamento econômico no Brasil”*) que, *“embora reconhecendo uma fase nova nas relações entre o Estado e o sistema político-econômico, nega que isso tenha sido resultado de um plano pré-estabelecido.”*³⁸⁵ Magalhães vai demonstrando como a indústria foi o setor onde se processaram as modificações mais substanciais, em um processo em que a ação estatal *“assumiu proporções jamais representadas, realizando crescente intervenção na ordem econômica e social”*, o que iria ao encontro *“da vontade da classe industrial”*³⁸⁶. No primeiro capítulo, cita alguns desses estímulos referentes a transportes, tarifas alfandegárias, etc.. (sem contudo discutir o aspecto trazido pelo seu colega Oliveira, da importância do crédito bancário). As principais fontes aqui são relatórios do Ministério da Fazenda e avaliações de comissões estatais e personagens contemporâneos como, além do próprio Vargas, Roberto Simonsen.

No capítulo seguinte fala do Inquérito Industrial, um esforço de Vargas para

³⁸³ Idem. p. 4

³⁸⁴ Idem, p. 6

³⁸⁵ Idem, p. 53

³⁸⁶ Idem, p. 18

melhor diagnosticar a situação industrial no Brasil e suas possibilidades de expansão. Participariam do inquérito órgãos estatais e privados nos diferentes estados e havia uma campanha para que houvesse uma sensibilidade da sua importância e exatidão. O inquérito se debruçaria em temas como valor das instalações e capacidade máxima da produção, tipos e qualidades da produção, preços dos produtos, impostos e cargos, etc.. Magalhães registra que houve problemas tanto pelo atraso da entrega dos relatórios quanto pela qualidade de suas informações. As respostas apontavam a carência de transportes, de financiamento, a necessidade de estabelecer uma preferência pelo consumo de produtos nacionais, etc.. De São Paulo, veio o relatório mais completo, capitaneado pela FIESP que, entre outras coisas, ressentia-se dos encargos trabalhistas. A conclusão da autora é que *“boa parte das reivindicações contidas no inquérito sobre as possibilidades de expansão da indústria brasileira tendiam a coincidir com políticas governamentais já em desenvolvimento, servindo para reforçar suas convicções nas metas projetadas.”*³⁸⁷. No capítulo posterior sobre o plano siderúrgico, a autora fala de recorrente intenção de Vargas para com seu desenvolvimento, as dificuldades percebidas para sua execução e as discussões sobre diferentes propostas (como por exemplo a trazida pela empresa Itabira Iron Ore Company).

Sua conclusão, concentrada em um único parágrafo, diz o seguinte:

“O Brasil, sob o governo revolucionário de Vargas, procedeu à sua primeira transformação estrutural. As circunstâncias históricas limitadoras do desenvolvimento econômico foram atacadas de frente e, dentro das possibilidades do momento, iniciou-se a marcha em busca de sua superação. A industrialização passou a ser uma preocupação básica da política econômica governamental e o Estado procurou coordenar os esforços em prol de sua

³⁸⁷ Idem, p. 32

realização efetiva.”³⁸⁸

2.3.2 Município (6m e 7m)

O trabalho de Vânia Fóes Bragança, “*Município de Estrela – 1846-1892*”³⁸⁹ (6m), pela eleição de um espaço como objeto, poderia ter sido defendido também em um programa de Geografia, inclusive envolvendo bastante imersão nos aspectos físicos da localidade. Aqui o incluímos como “história econômica” dada a atenção por aspectos do desenvolvimento na região estudada.

Comentando sobre a historiografia produzida então sobre o tema, a historiadora ressalta seu caráter bastante restrito:

*“Os estudos específicos de história urbana no Brasil são raros e na maioria das vezes limitam-se ao período colonial. A industrialização e a conseqüente intensificação do processo de urbanização tem despertado o interesse de alguns sociólogos e historiadores brasileiros. Mas, o século XIX, tão marcante na evolução do Brasil, permanece praticamente sem um estudo de caráter geral que pudesse servir de referência às abordagens de casos específicos. Uma síntese da evolução urbana nesse período dar-nos-ia uma perspectiva nova de análise.”*³⁹⁰

Outra dificuldade levantada pela autora é a da ausência de uma história regional para o local estudado³⁹¹. Assim, o trabalho foi feito com bastante recurso a fontes primárias, como fontes cartoriais e coleção de documentos da Secretaria de Obras Públicas da Província do Rio de Janeiro, além de descrições de relatos de viajantes do século XIX. Isso permitiu à autora a construção de mapas e tabelas estatísticas sobre Estrela e original contribuição informativa.

³⁸⁸ Idem. p. 52

³⁸⁹ BRAGANÇA, Vânia Fróes. *Município de Estrela – 1846- 1892*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal Fluminense, 1974. 118p. Orientada por Richard Graham.

³⁹⁰ Idem, p.9

³⁹¹ Idem p. 10

A autora procura sempre situar a história de Estrela dentro do quadro de transformações gerais do século XIX. Esse exercício de contextualização é realizado principalmente no capítulo 3, “*As transformações econômicas do século XIX no Brasil e sua importância para Estrela*”. Aqui é explicitada a principal função do município, a de entreposto comercial e suas articulações com o sistema de exportação. No capítulo seguinte, que nos parece o principal do trabalho, “*Estrela, uma comunidade urbana em entroncamento de rotas*”, a autora observa o desenvolvimento material de Estrela e sua inserção em certa dinâmica econômica e de infra-estrutura. São destrinchadas questões relativas à evolução da produção cafeeira, das estradas, dos portos da região, da construção da Estrada de Ferro D. Pedro II, etc.. Não é trazido a primeiro plano, em especificidade, os agentes sociais, muito embora não estejam de todo ausentes³⁹². O objeto é o próprio espaço e como ele sofre e repercute ações econômicas e materiais, tendo como pano de fundo a evolução do momento de sua maior importância para o sistema produtivo até o momento de seu declínio nesse mesmo sentido.

No capítulo VII, “*Considerações acerca da crise*”, a autora discute empiricamente as explicações dadas para a crise que culminou na extinção do município de Estrela (que compreendia áreas hoje pertencentes a Caxias, Nova Iguaçu, Petrópolis e Magé):

1. *o desequilíbrio causado no município pela Estrada de Ferro Mauá;*
2. *as febres que resultaram na obstrução dos rios e pântanos abandonados sem saneamento;*
3. *a D. Pedro II*
4. *a abolição da escravatura*”³⁹³

Contrariando hipóteses, a autora prefere situar a explicação no contexto mais amplo de declínio do café fluminense, muito embora entenda que a explicação depende

³⁹² Ver, por exemplo, p. 39.

³⁹³ Idem p. 83.

do próprio conceito de cidade que se adote.³⁹⁴

Ao longo do texto, a dissertação tem uma preocupação conceitual recorrente: a definição de “cidade” ou “espaço urbano”. A autora vai debater principalmente as propostas de definição de Henri Pirenne e Max Weber. O primeiro deles, o medievalista belga, *“compreende a cidade basicamente dentro do quadro do desenvolvimento do comércio e portanto faz da cidade uma verdadeira comunidade de mercadores.”*³⁹⁵ Já Weber, segundo Fróes, *“caracteriza o aparecimento da cidade quando existe uma comunidade urbana e relaciona o conceito de economia urbana ao de mercado. No entanto, não vincula a ideia de mercado apenas à existência do grande comércio como Pirenne o faz.”*³⁹⁶ Weber também envolveria mais elementos para caracterizar uma cidade como: fortaleza, autonomia política, existência de um direito urbano, etc., e a partir disso estabelece subtipos de acordo com o traço dominante em cada cidade³⁹⁷. Depois de expor as diferenças entre as propostas desses autores, a dissertação coloca:

“Dentro do raciocínio acima exposto teríamos que colocar algumas questões fundamentais em relação à Estrela:

- 1. o que nos autorizaria a chamá-la ou incluí-la dentro da categoria de comunidade urbana que Weber nos traça?*
- 2. caso a incluíssemos em tal categoria a que tipo corresponderia dentre aqueles descritos por Weber?*
- 3. A comunidade urbana conservou-se em todo o período mais expressivo de sua história, dentro de uma mesma tipologia ou transformou-se no decorrer desse período?”*³⁹⁸

A partir dos dados levantados, conclui que, tomando décadas diferentes, Estrela corresponderia a uma tipologia mista, englobando três tipos distintos: a cidade de consumidores, de produtores e a cidade agrária³⁹⁹. Vê-se então que o objetivo do

³⁹⁴ Idem, p.89

³⁹⁵ Idem p. 7

³⁹⁶ Idem p. 68

³⁹⁷ Idem. p. 69

³⁹⁸ Idem. p. 69

³⁹⁹ Idem. p.72

capítulo, e da discussão conceitual na dissertação, é fundamentalmente classificativa.

Em sua conclusão, é feita uma colocação epistemológica com base em Léon-E Halkin: a de que o trabalho do historiador, muito embora envolva um nível subjetivo concernente à opção metodológica, não exclui a possibilidade de um caráter científico. Conclui também dizendo que a explicação dos fenômenos históricos depende das premissas, que no caso são os conceitos de urbanização, sem indicar predileção por algum dos trabalhados⁴⁰⁰.

Passando agora ao trabalho de Ana Maria dos Santos, “*Vida econômica da Itaboraí no século XIX*” (7m)⁴⁰¹, temos grande semelhança metodológica com a anterior: a eleição de um espaço como objeto e a descrição de suas características econômicas. Aqui também não toma relevância os agentes humanos e suas atuações políticas e econômicas, mas a abordagem de um município como um todo que evolui ou involui em produtividade, em infra-estrutura, etc..

Historiograficamente, a preocupação da autora se coloca em trazer a primeiro plano a especificidade da dinâmica interna do município para que esta não esteja confundida com as linhas das explicações generalizantes sobre o Recôncavo da Guanabara e em especial sobre a temática de seu declínio no século XIX. A autora demonstrará que havia certa diversificação na economia de Itaboraí, inclusive com certo mercado interno, e, por não ser tão estruturada a partir de produção monocultora para mercado externo (café), ela pode ser mais resistente aos fatores conjunturais que levavam à decadência algumas regiões do Recôncavo da Guanabara⁴⁰². Segundo a autora, Itaboraí não confirma as proposições gerais para o declínio econômico do

⁴⁰⁰ Idem p. 93-5.

⁴⁰¹ SANTOS, Ana Maria dos. *Vida econômica de Itaboraí no século XIX*. Dissertação de Mestrado. UFF, 1974. 124p. Orientada por Richard Graham.

⁴⁰² Idem. p. IX

Recôncavo, mostrando uma situação menos problemática e algumas vezes até crescimento⁴⁰³. Santos mobilizou uma quantidade grande de fontes, boa parte delas estatísticas, para a descrição da dinâmica econômica do município. Fez uso de relatórios de presidentes de províncias, anais de assembleia legislativa, almanaques, inventários de cartórios, etc.. Seu valor historiográfico foi, além de procurar fornecer uma diferenciação entre Itaboraí e o resto do Recôncavo, o de fazer descrições bastante informadas sobre as atividades produtivas. À exceção da introdução onde comenta algumas das leituras generalistas sobre o Recôncavo, seu trabalho é quase que exclusivamente derivado de fontes primárias.

No capítulo III, “*O café*”, estuda as flutuações dessa produção em Itaboraí contabilizando o número de lavradores e o volume de sua exportação, bem como descrevendo algumas características de sua cultura, como métodos de cultivo, as instalações da fazenda, etc.. Termina concluindo que “*O café em Itaboraí, apesar de um período de superioridade em relação à cana, não chegou a marcar demasiadamente o município com seus efeitos de sua decadência, posto que a dependência exclusiva da monocultura cafeeira não existia em Itaboraí.*”⁴⁰⁴

O capítulo seguinte, “*A cana-de-açúcar*”, é semelhante ao anterior: a autora expõe o volume de sua produção, da variação de seu preço, as principais localidades em que se dava, as instalações da fazenda, os instrumentos utilizados, a presença de olarias, etc.. Santos coloca que a importância da cana para o município é que ela o permitiu maior estabilidade de rendas e, ao lado do café, significou uma diversificação que lhe tornava menos sujeita às flutuações do mercado internacional⁴⁰⁵. No capítulo seguinte, a dissertação abordará a problemática da mão-de-obra no município. Mas isto não dará ao

⁴⁰³ Idem. p. 4

⁴⁰⁴ Idem. p. 38

⁴⁰⁵ Idem. p. 60

seu trabalho um caráter mais “social”: a escravidão e o trabalho livre aparecem como elementos econômicos, figurando neste capítulo ao lado das descrições da produção de gêneros e das atividades industriais, podendo assim chegar ao conhecimento do seu objeto principal, o município de Itaboraí. Dessa forma, arremata ao final:

“A crise observada no fornecimento de mão-de-obra escrava estava afetando a vida econômica do município nos setores direta ou indiretamente ligados à exportação. Mas a própria crise e a não renovação dos braços permitiam orientações no sentido de superá-las, através do trabalho livre e da produção para o mercado interno. Se esta reorientação não concedia ao município a prosperidade do início do século, quando a produção para exportação se incrementava, pelo menos se refletia em menor dependência e, portanto, maior capacidade de resistir aos impactos externos e a perda de funções econômicas. Contribuía, enfim, para dar certa estabilidade às rendas municipais em um período de crise para a maioria dos municípios do fundo da baía. A situação condicionante da economia provincial – a dependência da produção para exportação – teria seus efeitos atenuados em Itaboraí graças a uma produção mais diversificada e a essa possibilidade de produzir para consumo interno.”⁴⁰⁶.

Quase inteiramente baseada em fontes primárias, a dissertação de Santos se dedicará ainda aos capítulos “Transportes e comunicações” e “O comércio”.

Esses dois trabalhos, “Município de Estrela...” e “Vida econômica de Itaboraí...” , comungam, assim, de uma mesma identidade metodológica, com a diferença que a primeira busca conceituações sobre o urbano. Que tipo de significado e limitação tem essas dissertações nas quais os municípios, e não os homens, plantam, transportam, rendem, resistem e declinam?

2.3.3 Produção e empresa (5m e 11m)

⁴⁰⁶ Idem.p. 76

A dissertação 5m, “*A Fazenda de Santa Cruz e as transformações da política real e imperial em relação ao desenvolvimento brasileiro 1790-1850*”⁴⁰⁷, de Sônia Bayão Rodrigues Viana, elege como objeto principal uma unidade produtiva. Seus capítulos são “*Histórico*”, “*Tentativas de inserção no sistema de exportação*”, “*O suprimento das necessidades urbanas*” e “*Aspectos gerais da Fazenda de Santa Cruz*”.

O contexto a que alude diz respeito fundamentalmente à “*crise que atravessava o sistema colonial com a emergência do capitalismo industrial*”⁴⁰⁸. Isso significa que a administração da Fazenda de Santa Cruz, que antes fora jesuíta e que depois passou a ser propriedade real, seria um exemplo de iniciativa da Coroa Portuguesa para superar seu atraso em relação às nações europeias que se industrializavam⁴⁰⁹.

A primeira iniciativa nesse sentido seria a tentativa de inserção da fazenda no sistema exportador com a produção de engenhos de açúcar, além do desenvolvimento de outras culturas cujos sucessos e reveses nos são apresentados no capítulo II. A autora observa as avaliações de diferentes agentes sobre a fazenda, as motivações para certos investimentos, as discussões sobre se seria melhor ou não a venda de Santa Cruz para algum particular, etc., trazendo assim uma história das questões administrativas da unidade. Como exemplo, sobre a questão de sua possível venda no começo do XIX, a dissertação traz os argumentos principais dos que se mostravam favoráveis à negociação de Santa Cruz: a possibilidade de abatimento da dívida real na capitania do Rio de Janeiro e a má administração vigente naquela propriedade devido à incapacidade do corpo administrativo. Os argumentos contrários à venda de Santa Cruz mostrados pela autora são, por exemplo, a consideração de que sua alienação tornaria mais fácil uma

⁴⁰⁷ VIANA, Sônia Bayão Rodrigues. *A Fazenda de Santa Cruz e as transformações da política real e imperial em relação ao desenvolvimento brasileiro 1790-1850*. Dissertação de Mestrado. UFF, 1974. 104 p. Orientada por Richard Graham.

⁴⁰⁸ Idem, p.1

⁴⁰⁹ Idem. Ibidem

invasão estrangeira⁴¹⁰.

Prevalecendo como propriedade da Coroa e depois dos insucessos em se tornar uma unidade exportadora (além de tantos outros como a não instalação de uma manufatura de lã na fazenda⁴¹¹), a importância de Santa Cruz veio se concretizar como supridora para as crescentes necessidades de gêneros alimentícios para a população urbana do Rio de Janeiro, em especial de carne verde: *“Desta forma, embora por meios indiretos, Santa Cruz relacionava-se com a economia internacional uma vez que a cidade do Rio de Janeiro crescia em função de sua relação com aquela economia”*⁴¹² O capítulo 3, então, é sobre o crescimento urbano do Rio, a pecuária na história econômica do Brasil e na fazenda de Santa Cruz. Nesta última parte, nos são relatados então suas características geográficas, seu histórico de servir de pasto para boiadas vindas de fora, o fato de que a produção pecuária exigia menos investimento de capital que a produção agrícola, as expressões de interesse dos administradores para com essa produção, a importância como receita do arrendamento de pastos, etc.. Ainda neste capítulo, a autora explora características de outras produções da fazenda como a mandioca e sua importância para a alimentação dos escravos, o algodão, etc..

“Aspectos gerais da Fazenda de Santa Cruz”, o capítulo 4, começa abordando a questão de posseiros que se instalaram no interior da fazenda e as medidas da administração em relação a eles. *“Ocupações ilegais, concessão de título de posse sem cumprimento da exigência da demarcação e mediação dos terrenos concedidos foram problemas que a Coroa procurou resolver não só em relação ao país em geral como também relativamente às suas propriedades em particular. Daí, o surgimento de vários*

⁴¹⁰ Idem. p. 29

⁴¹¹ Idem. p. 63-4

⁴¹² Idem. p.37

*decretos...*⁴¹³ Apesar de choques com intrusos, a fazenda poderia incentivar sua permanência mediante a legalização da ocupação e compensação financeira. Um exemplo de disputa se deu na primeira metade do século XIX quando, depois da independência, a Fazenda de Santa Cruz passou a fazer parte dos bens pessoais de D. Pedro I. O imperador fez uma nova delimitação das terras, concluída em 1827, que gerou muitos protestos de particulares que viram partes de suas propriedades incluídas nos terrenos daquele patrimônio real. Em 1839, D. Pedro I recuaria com uma resolução declarando que a Fazenda de Santa Cruz somente compreendia os terrenos em cuja legítima e efetiva posse ele, D. Pedro I, se achava no dia 25 de março de 1824. As discussões sobre a delimitação das terras, entretanto, adentrariam o século XX.

Passando ao tema da mão-de-obra, este último capítulo a aborda principalmente sob o prisma administrativo e produtivo, como com a consideração de que após 1790 havia uma preocupação para que houvesse uma utilização mais racional dos escravos, como: uma divisão de tarefas, melhor escolha dos lugares de construção das senzalas para que se evitasse cansaço em deslocamentos, treinamento em vários ofícios, etc.⁴¹⁴. Ainda considerando o que o escravo significava produtiva e administrativamente para a fazenda, Viana traz que o regime concedia uma margem a uma parcela de cativos para que tivessem uma produção própria, visando assim minimizar os custos de manutenção por parte dos proprietários. Essa prática, entretanto, não era vantajosa pois deixava o escravo subalimentado e em 1869, o superintendente João Saldanha da Gama recebeu ordem de Pedro II para que fosse eliminada⁴¹⁵. O item seguinte é “*Comunicações e Transportes*” e “*Administração*”, mostrando mais uma vez o sentido fundamental desta dissertação que é explicitar o funcionamento de uma unidade produtiva no século XIX.

⁴¹³ Idem. p. 74

⁴¹⁴ Idem. p. 78

⁴¹⁵ Idem. p.81

Trata-se novamente de uma dissertação com grande mergulho empírico. Explora fontes estatísticas, de legislação e boletins administrativos. Fundamentalmente, além de mostrar aspectos da produção na Fazenda de Santa Cruz, a dissertação de Viana aborda os dilemas administrativos – tanto os internos da Fazenda quanto os da Coroa e do estado imperial frente à economia internacional. Apesar de fazer referências a alguns conceitos como “*antigo sistema colonial*”, “*capitalismo comercial*”, “*capitalismo industrial*”, etc., eles não são objeto específico de reflexão da autora. O mesmo pode-se dizer das fontes secundárias, com as quais não se trava discussão historiográfica, antes sendo utilizadas como fontes de informação principalmente para a construção do contexto histórico. Assim como outras dissertações, como as acima sobre municípios, Viana justifica seu objeto específico como parte de um processo mais amplo: “*Pois o estudo da história da Fazenda de Santa Cruz só se revela importante para nós na medida em que pode ser relacionado com a análise da estrutura brasileira em geral da qual ela é apenas uma pequena parte.*”⁴¹⁶. Trata-se mais propriamente de um exercício de contextualização que de um estudo holístico que integre diferentes níveis de análise, prevalecendo o mergulho empírico sobre as dinâmicas do objeto principal, a fazenda.

A dissertação 11m é “*Atividades capitalistas em sociedade escravista. Estudo de um caso: A Companhia da Estrada de Ferro de D. Pedro II de 1855 a 1865.*”⁴¹⁷, de Almir Chaiban El-Kareh. O grosso dessa dissertação é, semelhante a de Viana que analisamos acima, uma narrativa de questões administrativas, financeiras e políticas de uma empresa nos seus dez primeiros anos (enquanto foi privada pois logo passaria a ser propriedade estatal). Com amplo registro de fontes, temos a exposição de dificuldades

⁴¹⁶ Idem. p. II

⁴¹⁷ EL-KAREH, Almir Chaiban. “*Atividades capitalistas em sociedade escravista. Estudo de um caso: A Companhia da Estrada de Ferro de D. Pedro II de 1855 a 1865.*”. Dissertação de Mestrado. UFF, 1976. 191p. Orientado por Arthur César Ferreira Reis.

técnicas das obras de construção, questões salariais com os trabalhadores, questões contratuais com bancos e o Estado, organizações e intrigas na cúpula diretora, fiscalizações, prestações de conta, dinâmicas acionárias, etc.. Esses são assuntos de que se ocupam principalmente o capítulo II, “*A Companhia da Estrada de Ferro de D. Pedro II de 1855 a 1865.*”, que é mais de dois terços das páginas de texto da dissertação. Trata-se assim de um profundo mergulho na dinâmica interna de uma empresa no século XIX, explorando com densidade de informação os variados aspectos econômicos, técnicos e políticos da entidade. Mas El-Kareh vai além, diferenciando-se do trabalho de Viana à medida em que aprofunda reflexões sobre a “*formação econômica e social brasileira*”.

Uma das problemáticas principais, que consta no título, é o funcionamento de empresas capitalistas em uma sociedade escravista. O autor entende que só é possível entender a formação econômica e social escravista em sua relação com o modo de produção capitalista. Essa relação tem duas facetas: por um lado, ela estava subordinada ao capitalismo mundial; e por outro, e por consequência, e este é o assunto principal de Kareh, ela desenvolvia o capitalismo brasileiro o subordinando. Ou seja, existia uma “*subordinação formal*” da produção escravista ao capital industrial que resulta no surgimento de empresas capitalistas no interior da “*formação social e econômica*” do escravismo⁴¹⁸:

“A “plantation” se acomodava ao mercado mundial, preservando seu conteúdo escravista, mas adotando uma nova forma pela modernização daqueles setores que a articulavam com o mundo capitalista: basicamente os setores de serviço ferroviário e bancário. Deste ponto de vista, o papel destas atividades capitalistas era fundamentalmente diverso aqui do que num país à dominante capitalista: na sociedade escravista

⁴¹⁸ Idem, p. 38

*as empresas capitalistas atuavam em função dos interesses dela.*⁴¹⁹

O interessante então é que, subordinado ao capitalismo mundial, o escravismo deve, até por uma questão de sobrevivência como senhor de escravos⁴²⁰, reagir progressivamente modernizando sua infra-estrutura e assim promovendo um capitalismo brasileiro subordinado seu⁴²¹. E cabe aqui mencionar a magnitude do empreendimento que foi a Companhia, só comparável em tamanho ao Banco do Brasil⁴²². Concluírá o autor que no interior do Brasil, *“fora não só possível a união entre os modos de produção escravista e capitalista, como também a subordinação deste àquele”*, não havendo entre eles incompatibilidade profunda⁴²³.

El-Kareh também envolverá em sua análise o Estado brasileiro, o agente principal da organização da Companhia da Estrada de Ferro e que se tornaria seu proprietário em 1865 (quando se encerra o recorte do autor).

*“Desta forma, o modo de produção escravista, incapaz por suas próprias limitações estruturais de realizar o aparelhamento ferroviário do país, e mais especialmente de sua produção, transferia para o Estado o ônus de tal empreendimento”*⁴²⁴.

O Estado se envolve com o empreendimento tanto para não perder o controle sobre o conjunto das atividades econômicas quanto para viabilizá-lo diante da debilidade orçamentária⁴²⁵. Sendo fundamentalmente uma expressão da classe escravocrata, *“aos poucos, o Estado escravista se transformava em empresário*

⁴¹⁹ Idem. p.148

⁴²⁰ Idem. p.53

⁴²¹ Idem. p.22

⁴²² Idem. p.55

⁴²³ Idem. p. 149

⁴²⁴ Idem. p. 146

⁴²⁵ Idem. p. 25

capitalista.”⁴²⁶ “A Companhia da Estrada de Ferro D. Pedro II foi, por isso mesmo, por mim chamada “filha branca de mãe preta.”⁴²⁷. É uma “empresa capitalista de um Estado escravista. Estado escravista empresário capitalista.”⁴²⁸ Em sua detalhada narrativa mostra como o Estado imperial vai aprendendo os negócios e se agigantando enquanto administrador capitalista, e ao final absorvendo a Companhia e se tornando o principal empresário, ao mesmo tempo em que marcado por ser um instrumento dos senhores escravistas do café.

Se quisermos sintetizar, talvez um pouco rudemente, as ideias trabalhadas pelo autor, poderíamos dizer que ela compreende uma cadeia: os escravistas dominam o Estado que domina a Companhia, de onde conclui-se que a empresa capitalista está subordinada ao escravismo. Mas El-Kareh vislumbra também as contradições:

“Construída a estrada e inaugurado o tráfego, as relações entre a Companhia e o governo se tornaram mais complicadas. Era difícil conciliar os interesses dela com o do público, pois o aumento dos de seus lucros se chocava com a redução dos fretes.(...) Não faltava quem gritasse: “baixai a tarifa: para que vos serve a garantia de juros, senão para beneficiar a lavoura e o comércio? As estradas de ferro não são especulações mercantis, mas estabelecimentos nacionais.” Era o grito dos fazendeiros que expressava em parte sua frustração. O Estado ficava dividido entre seus interesses próprios, de garantidor dos lucros da Companhia até 7%, querendo se ver livre deste fardo o mais rapidamente possível, e os interesses da agricultura, que ele mesmo representava.”⁴²⁹

Vê-se que a dissertação de El-Kareh tem substantivo investimento teórico, visando sempre uma síntese econômica e política sobre o Brasil do século XIX. E o faz sem se descuidar do trabalho com fontes, sem dúvida o principal estofado da dissertação, onde dá relevo tanto a agentes quanto a estatísticas. Aborda uma miríade de questões

⁴²⁶ Idem. p. 36

⁴²⁷ Idem p. 26

⁴²⁸ Idem p. 137-8

⁴²⁹ Idem. p. 146

pormenorizadas como a inexperiência da gestão empresarial no Brasil⁴³⁰; a relação dos empreiteiros com a direção da companhia, por exemplo, mostrando como aqueles iludiam a fiscalização⁴³¹; querelas com as desapropriações necessárias para a construção do caminho da ferrovia⁴³²; as diferentes estratégias do governo que primeiramente pensou na alternativa de entregar a empresa ao capital estrangeiro e, em seguida, abandonou essa ideia ao vislumbrar a possibilidade de se conciliar uma direção nacional com o aliciamento de capitais estrangeiros; a dificuldade de mão-de-obra especializada para o trabalho no tráfego; impressões de funcionários da diretoria e da imprensa; questões tecnológicas, lucros e movimentos acionários, etc..

Os principais conceitos trabalhados por El-Kareh são os de “*subordinação formal do trabalho ao capital*”, de Karl Marx; “*modo de produção colonial escravista*” (formulado por Ciro Cardoso) e “*formação econômica e social*” (empregado por Roger Bartra). Para fins laterais, falará também de mais-valia absoluta e relativa⁴³³.

Sobre como se percebe inserido na historiografia, El-Kareh diz:

“muito pouco se produziu sobre a estrutura econômico-social do 2º Reinado. Os estudos existentes – alguns muito bons – se referem mais que nada à estrutura escravista de produção. Era natural que as demais formas de produção – todas secundárias – tivessem sido relegadas.”

(...)

“A ausência quase completa de trabalhos monográficos sobre empresas no período estudado aliada à inexistência em nossa historiografia desta preocupação, que é a minha, me levou à execução de uma obra sem diálogos. Faltou-me críticas, não tive em quem me apoiar. Restou-me a pequena, mas muito útil, orientação bibliográfica de meu amigo Ciro Flamarion Santana Cardoso, que permitiu que este trabalho tivesse um alcance teórico-metodológico maior que meu ensaio anterior;

⁴³⁰ Idem. p. 57

⁴³¹ Idem. p. 64

⁴³² Idem p. 85

⁴³³ Idem p. 2 e p. 18-20.

sobre o mesmo assunto.”⁴³⁴

2.3.4 Militância feminista (3m)

A dissertação de número 3 foi escrita por Rachel Sohiet e é intitulada “*Bertha Lutz e a ascensão social da mulher (1919-1937)*”⁴³⁵. Ela está dividida em três capítulos. O primeiro, “*Introdução*”, nos traz aspectos da condição da mulher desde a antiguidade. O segundo, “*Os primeiros anos do feminismo no Brasil*” observa os primeiros passos da militância de Bertha Lutz. O terceiro capítulo, “*O feminismo e a Revolução de 1930*”, aborda esta década considerada um marco para a efetivação de muitos direitos da mulher. Trata-se de um trabalho de história política com enfoque nas concepções feministas e nas ações militantes de Bertha Lutz.

A dissertação considera Bertha Lutz como “*o principal agente da modificação da condição feminina em nosso país.*”⁴³⁶ e em alguns momentos pontua as características pessoais de Lutz: “*Espírito idealista, batalhador...*”⁴³⁷. No capítulo 2, Sohiet nos fala das principais ideias de Bertha Lutz sobre temas como sua concepção de luta feminista, o trabalho feminino, direitos políticos (voto e direito de ocupação de cargos públicos) e educação. Temos também nesse capítulo 2, alguns passos organizativos da militância feminista de Lutz, bem como elementos do contexto sobre algumas questões que ela discutiu.

Para Lutz, em uma de suas primeiras “*manifestações feministas*”, “*Cabia, portanto, à própria mulher empreender todos os esforços e sacrifícios para que sua*

⁴³⁴ Idem p 1-2.

⁴³⁵ SOHIET, Rachel. *Bertha Lutz e a ascensão social da mulher, 1919-1937*. Dissertação de Mestrado. UFF, 1974. 88p. Orientada por Stanley Hilton.

⁴³⁶ Idem. p.7

⁴³⁷ Idem. p. 8

capacidade fosse reconhecida.”⁴³⁸ Lutz era a favor da criação de associações que pudessem fazer pressão para romper tabus e preconceitos relativos à libertação da mulher⁴³⁹. Lutz também rejeitava a violência nas manifestações, preferindo atuar de “*forma moderada e serena*” Acreditava também que “*a ascensão social da mulher resultaria em benefícios, não só pessoais dando-lhe oportunidade de realização, como também contribuiria para o progresso do país.*”, para a elevação cultural do contexto familiar e social, além das vantagens decorrentes da participação esclarecida da mulher na vida pública. Bertha Lutz participava de atividades de associações feministas internacionais e funda, em 1922, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) e mais tarde a Aliança Brasileira pelo Sufrágio Feminino. Em sua atuação em prol do trabalho feminino, Lutz pleiteou representação proporcional feminina entre os membros do Conselho Nacional de Trabalho, instituído por Arthur Bernardes; e a inclusão de uma representante da FBPF no Conselho de Assistência à Infância, obtendo êxito dessa vez⁴⁴⁰. Para as várias dessas questões nas quais Lutz se envolveu (educação, trabalho, direitos políticos), a dissertação nos oferece informações sobre a situação feminina.

No terceiro e último capítulo, a autora entende que a Revolução de 1930 deu margem para que fosse institucionalizada a grande maioria das reivindicações femininas. Sohiet mostra a participação de Bertha Lutz em discussões legislativas e constitucionais como, por exemplo, sobre a criação do Departamento Nacional da Mulher e o direito de voto.

“Ao final da luta, as feministas tiveram suas

⁴³⁸ Idem. p. 9

⁴³⁹ Idem. p. 9-10.

⁴⁴⁰ Idem. p. 24

reivindicações concretizadas na Constituição de 1934, comemorando o triunfo com a “Festa da Vitória”. Resultaram das sugestões formuladas por Bertha os artigos que estabeleciam o assessoramento dos ministérios por especialistas, que formariam os Conselhos Técnicos; a igualdade de direitos, sem distinção de sexo à nacionalidade, ao voto, à elegibilidade e ao exercício de cargos públicos. Também, aqueles que estipulavam garantias individuais, a organização da vida econômica, visando possibilitar a todos uma existência digna e a proibição da usura. No que tange à organização do trabalho decorriam de suas proposições a proibição de diferença salarial para um mesmo trabalho por motivo de idade, sexo, nacionalidade ou estado civil; a garantia de um mínimo de conforto e bem estar para o trabalhador; a instituição do lazer; a preferência por mulheres habilitadas para serviços referentes à maternidade, infância, lar e trabalho feminino. Ainda, foram inspirados por Bertha os artigos que instituíam o amparo à maternidade, a proteção da juventude, a isenção feminina do serviço militar, a licença remunerada às funcionárias públicas gestantes.”⁴⁴¹

A autora aborda ainda outras iniciativas de Bertha Lutz na Câmara Federal, algumas das quais não envolviam o feminismo. A dissertação termina nos dizendo que a dissolução do Congresso em 1937 impediu que o Estatuto da Mulher entrasse em vigor, atrasando em décadas algumas conquistas femininas⁴⁴².

Na conclusão, Sohiet faz alguns juízos políticos. Sobre o feminismo internacional, fala de suas “limitações”: *“Ainda que pretendesse a libertação da mulher, o feminismo em foco não incluiu um aspecto fundamental de uma sociedade capitalista. Não questionou a estrutura econômica, verificando o mercado de trabalho, com vistas a um aproveitamento equitativo de ambos os sexos.”⁴⁴³* Sobre o movimento liderado por Bertha, a autora aponta criticamente o apelo feito para o *“cavalheirismo inato dos brasileiros”* E ainda: *“Importa assinalar que evidenciando a presença de tabus oriundos do patriarcalismo, não observa-se das feministas em pauta, sequer*

⁴⁴¹ p. 49

⁴⁴² Idem. p. 54

⁴⁴³ Idem. p. 56

menção à sexualidade feminina”. Conclui também que, mesmo com essas limitações, e, “*em que pese alguns laivos de liberalismo romântico*”, foram importantes as ideias reformistas de Bertha.

Esta dissertação trabalhou muito com fontes primárias. São bem poucos os títulos da bibliografia que versam sobre a mulher e o feminismo, e nenhum deles aborda diretamente Bertha Lutz (a julgar pelos títulos). A autora fez uso de arquivos, inclusive o arquivo privado de Bertha Lutz com quem pode se encontrar⁴⁴⁴ (sem entretanto, citar essa entrevista no corpo do texto). Foram ainda utilizados os arquivos da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (particular), da União Universitária Feminina, documentos oficiais legislativos, e documentos de imprensa. A dissertação não faz discussão historiográfica ou teórica. Temos algo próximo de um discussão conceitual apenas na penúltima nota de rodapé, que fala sobre a conceituação de Juliet Mitchell, para quem, “*com base no conceitual de Superdeterminação de Luiz Althusser, condiciona a libertação da mulher à transformação das quatro estruturas em que ela está integrada: produção, reprodução, socialização, sexualidade.*”⁴⁴⁵. Sohiet, entretanto, faz uso de algumas colocações de Engels e Simone de Beauvoir principalmente na introdução.

2.3.5 Republicanismo (8m e 10m)

Duas dissertações se debruçam sobre o tema do republicanismo no século XIX. A escrita por Hildiberto Albuquerque Júnior chama-se “*O Republicanismo Fluminense: 1887-1891*”⁴⁴⁶(8m). O autor entende que o republicanismo na província do Rio de

⁴⁴⁴ Idem. p. IV

⁴⁴⁵ Idem. p. 75

⁴⁴⁶ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Hildiberto Ramos Cavalcanti. *O republicanismo fluminense: 1887-1891*. Dissertação de Mestrado. UFF, 1974. 114p. Orientada por Richard Graham.

Janeiro é um assunto pouco estudado e que as poucas referências sobre o tema limitam-se a afirmar que o movimento foi fraco e mal orientado na região. O autor, então, procura demonstrar que, na verdade, a província fluminense não teria sido refratária às novas ideias. Suas fontes primárias principais são os jornais partidários e os anais da Assembleia Fluminense⁴⁴⁷. Trata-se de uma história política com ênfase nas ideias, centrada em fontes primárias e sem a presença de discussão conceitual ou teórica.

No seu capítulo 2, *“Histórico geral do movimento na província”*, o autor avalia a força da propaganda republicana, buscando contrapontos à hipótese de que o movimento foi fraco no Rio de Janeiro. Fala de signatários de forte projeção, surgimento de organizações republicanas nos municípios, representação dos ideais republicanos em Assembleia, e atuação destacada de personagens como Silva Jardim. Conclui então que o movimento republicano foi *“regular”* antes da Abolição, tendo prosperado depois deste evento⁴⁴⁸.

O capítulo 3, *“Republicanos fluminenses e a escravidão”*, é dividido em duas partes: *“republicanos perante a escravidão”* e *“republicanos e a indenização”*. O autor expõe as posições dos personagens, mostrando que

“Após a abolição, os republicanos procuraram agravar as consequências do fato, explorando politicamente o descontentamento dos grandes proprietários. Em posição coerente com o próprio partido em todo o país, continuou[aram] defendendo a indenização como um direito legítimo do ex-proprietário, embora não houvesse unidade entre os deputados republicanos da província.”⁴⁴⁹

Analisando documentos do Partido, discursos de políticos e jornais, a dissertação vai demonstrando elementos como *“De um modo geral, até a promulgação da lei da*

⁴⁴⁷ Idem. p. III e IV

⁴⁴⁸ Idem. p. 21-22

⁴⁴⁹ Idem. p. 25

abolição, o Partido Republicano se opôs oficialmente à ideia de emancipação imediata.”⁴⁵⁰; e “Em regra geral, não se concebia nessa Província, antes de 1888, a existência de um republicano que não fosse também abolicionista.” A situação é diferente em São Paulo, onde “nunca se julgará essencial a condição para ser republicano”⁴⁵¹. Fala ainda da situação na Assembleia Provincial Fluminense, onde os republicanos eram abolicionistas moderados, com exceção de Francisco Portella; e de estratégias do Partido Republicano no pós-abolição. Em relação à indenização, o autor mostra como os republicanos a procuraram explorar politicamente, procurando assim congregiar fazendeiros contra a Monarquia. Ao concluir, o autor classifica os republicanos como “ardorosos defensores da compensação”, com a exceção de Francisco Portella que omitiu-se sobre o assunto⁴⁵².

No capítulo seguinte, “*Republicanos e a Monarquia*”, o autor mostra as discussões sobre o federalismo, as discussões empreendidas contra o Poder Moderador e contra o “*poder pessoal*” de D. Pedro II que “*anulava o caráter nacional, viciando e perturbando o sistema representativo, erguendo-se como única realidade diante das intuições.*”⁴⁵³, ao mesmo tempo em que se combatia o Partido Liberal como alternativa⁴⁵⁴. Em “*O movimento republicano nos municípios*”, o capítulo seguinte, o autor avalia a força desses políticos através de menções à existência de clubes, jornais e personalidades proeminentes, concluindo que a Província desenvolveu “*intensa propaganda republicana*” em que não faltaram teóricos e lideranças. O capítulo final, “*Republicanos no poder*” tem uma diferença em relação aos demais pois privilegia a abordagem das alianças e estratégias políticas, das eleições e de outros tipos de disputas

⁴⁵⁰ Idem. p. 27

⁴⁵¹ Idem. p. 31

⁴⁵² Idem. p. 59

⁴⁵³ Idem. p. 76

⁴⁵⁴ Idem. p. 81

partidárias, com a especial atenção do autor voltada para Francisco Portella. Entende por fim que após o golpe houve uma marginalização do Partido Republicano⁴⁵⁵.

A outra dissertação que trata do republicanismo foi escrita por Maria de Nazareh Capiberibe Azevedo, *“Imprensa republicana antes do 15 de novembro (introdução ao estudo de suas formas e conteúdo ideológico)”*⁴⁵⁶ (10m). Em grande parte, esta dissertação é semelhante a anterior: dedica-se a expor aspectos do pensamento dos republicanos. Azevedo observa, no capítulo *“A ideologia”*, as opiniões do grupo, expressas em vários periódicos, sobre federação, trabalho escravo e abolição, Estado e Igreja, e estratégias para o fim da monarquia. Sobre a federação, mostra que ela era o núcleo central da pregação republicana⁴⁵⁷ e as propostas expressas no jornal sobre como efetivá-la, etc.; sobre o trabalho escravo (ou “trabalho servil”) entende que as divergências sobre o tema no interior do republicanismo refletem as diferenças de classes sociais que se expressavam nos periódicos. Conclui que *“os setores ligados à classe rural avivam a sua resistência em vista da espoliação de que se declaram ou consideram vítimas; a classe média urbana ao contrário, faz da campanha pela abolição um elemento de erosão do poder da monarquia.”*⁴⁵⁸; no terceiro tópico, apresenta os ataques à Igreja por ser um sustentáculo do regime e a defesa por um Estado laico; no último, demonstra como a maior parte do movimento republicano queria atingir seus objetivos de forma pacífica *“pela educação, pela evolução, pela transição”*, mas que alguns pregavam a ação direta, como Silva Jardim e a maioria do Partido Republicano do Rio de Janeiro⁴⁵⁹.

⁴⁵⁵ Idem. p. 137

⁴⁵⁶ AZEVEDO, Maria Nazareth Capiberibe. *Imprensa republicana antes de 15 de novembro (Introdução ao estudo de suas formas e conteúdo ideológico)*. Dissertação de mestrado. UFF, 1976. 127p. Orientado por Arthur César Ferreira Reis.

⁴⁵⁷ Idem, p. 70

⁴⁵⁸ Idem. p. 117

⁴⁵⁹ Idem. p. 112

Mas esta dissertação conserva outras pretensões analíticas. Quer “*mostrar as condições econômicas e políticas que geraram a ideia republicana e influíram para que ela ganhasse força.*”⁴⁶⁰ Isto é realizado no subcapítulo “*Uma sociedade em mudança*”, onde Azevedo entende que todos os aspectos da “*modernização*” são incompatíveis com a Monarquia, tais como o aparecimento da burguesia e da classe média, novas exigências de mão-de-obra e de ensino, industrialização e urbanização:

*“Com os núcleos urbano-industriais, formados à base do trabalho assalariado e livre, com formas de produção mais modernas, convivem instituições anacrônicas, retrógradas, que não permitem a expansão das forças produtivas. Instituições como a vitaliciedade do Senado, a centralização do Governo, com seu imobilismo, são incompatíveis com o processo de evolução do Império. A monarquia, sustentáculo das soluções e dos mecanismos anacrônicos, está em crise irreversível.”*⁴⁶¹

A autora observa essas questões através principalmente da imprensa republicana e assume com pouca distância a perspectiva ali expressa de que a “*derrubada da monarquia é essencial para o progresso*”⁴⁶².

Azevedo procura também “*levantar como se comportaram as diferentes classes e setores sociais diante da campanha e como esta posição se refletia no apoio aos órgãos que difundiam suas proposições e suas ideias.*”⁴⁶³ A autora sublinha que participavam das atividades republicanas principalmente a classe média urbana formada pela “*elite universitária, por elementos militares, funcionários públicos e profissionais liberais*”⁴⁶⁴, conforme registro nos jornais e em outros documentos do movimento. Apesar da presença da burguesia e de setores da “*classe rural*” sensibilizados pela necessidade de reformas, a imprensa republicana seria principalmente uma expressão da

⁴⁶⁰ Idem. p. 1

⁴⁶¹ Idem. p. 24-5

⁴⁶² Idem. p. 25

⁴⁶³ Idem. p. 1

⁴⁶⁴ Idem. p. 29

classe média urbana⁴⁶⁵.

Outros assuntos que abordados são a manutenção financeira dos periódicos, observando que a receita vinha de assinantes, vendas avulsas e publicidade e os considerando pobres de recursos⁴⁶⁶; a composição tipográfica nos diferentes jornais, concluindo que eles não tinham “*audácias de concepção gráfica*”⁴⁶⁷; os ocasionais ataques sofridos em oficinas que impossibilitavam sua circulação e produção⁴⁶⁸; e o conteúdo e o papel financeiro dos classificados nas edições dos jornais⁴⁶⁹.

O estudo de Azevedo também é prioritariamente fundamentado em fontes primárias, os jornais (que além de fonte, figuram também como objeto). A bibliografia secundária aparece como apoio e também não há registro de discussão teórica ou conceitual mais ampla. A dissertação de Azevedo, contudo, procura ancorar seu objeto em um contexto histórico e com isso tem mais pretensão explicativa sobre o republicanismo que o trabalho anterior de Albuquerque Júnior.

2.3.6 Constituintes (4m)

A dissertação 4m foi escrita por Dylva Araújo Moliterno: “*A constituinte de 1823: uma interpretação*”⁴⁷⁰. Em seu prefácio, a autora faz uma consideração teórica: coloca que, muito embora os fatores econômicos tenham uma posição marcante e até determinante nos acontecimentos, há necessidade de se dar ênfase aos estudos políticos “*porque eles são capazes de esclarecer pontos essenciais que não ficariam totalmente desvendados com uma análise [econômica] unilateral*”⁴⁷¹. Sua análise é centrada na

⁴⁶⁵ Idem. p. 115

⁴⁶⁶ Idem. p. 35-43; p. 116

⁴⁶⁷ Idem. p. 48-53; p. 116

⁴⁶⁸ Idem. p. 45-7

⁴⁶⁹ Idem. p. 55-64.

⁴⁷⁰ MOLITERNO, Dylva Araújo. *A Constituinte de 1823: uma interpretação*. Dissertação de Mestrado. UFF, 1974. 121p. Orientada por Richard Graham.

⁴⁷¹ Idem. p. III e IV

atuação de periódicos e políticos de Estado (imperador, presidentes de província, deputados) fazendo apenas uma breve referência ao contexto econômico da ruptura com Portugal (envolvendo crise do sistema colonial e desenvolvimento do capitalismo internacional)⁴⁷² que não toma maiores significados no restante da análise.

O primeiro assunto de que se ocupa é o processo de descolonização, retendo sua atenção em quatro tópicos: a tensão criada pelo debate sobre a união ou separação em relação a Portugal; as forças centralizadoras dentro do Brasil e seu choque com as forças centrífugas; o crescente partidarismo e desconfiança entre conservadores, liberais e republicanos; e a luta entre “liberdade” (que poderia degenerar em anarquia) e a ordem (que poderia levar ao autoritarismo e ao absolutismo). Ela observa a repercussão desses temas em periódicos⁴⁷³, nas expressões e posturas de D. Pedro e nas disposições das províncias em relação ao poder central, dando um clima das agitações nos diferentes personagens e lugares. Uma de suas conclusões é a de que não havia unanimidade de opinião quanto à independência em relação a Portugal quando esta ocorreu, mas uma grande preocupação quanto a uma possível divisão interna no Brasil. A fórmula encontrada para se atingir a “coesão” foi a reunião de representantes no Rio.

No capítulo seguinte, sobre a Constituinte propriamente, a autora tem como objetivo dar uma visão geral da Assembleia, concluir sobre a existência ou não de partidarismo na Assembleia; e se posicionar sobre as razões envolvendo sua dissolução⁴⁷⁴. A autora entende, assim como o próprio D. Pedro, que a convocação da Assembleia foi uma tentativa de impedir a ruptura em relação a Portugal e a dispersão das províncias. Contrapõe-se assim à tese de que a convocação da Constituinte já

⁴⁷² Idem. p. 14-6

⁴⁷³ Idem. p. 28

⁴⁷⁴ Idem. p. 44

significava uma declaração de direito de independência⁴⁷⁵.

Em relação à questão da existência de partidarismo na Assembleia, a autora começa afirmando que sobre o tema existe um grande desencontro de opiniões entre os historiadores e a imprensa contemporânea. Alguns entendem que não havia alianças significativas de deputados e outros apontam para a existência de facções e grupos políticos no interior da Constituinte (divididos diferentemente, de acordo com cada leitura, mas pela maioria sendo classificados como conservadores, moderados, democratas e exaltados). Para se posicionar nesse ponto, a autora entende que o principal é enxergar a posição dos deputados em torno de alguns projetos principais. Demonstra e conclui que não havia consistência partidária entre os integrantes da Assembleia porque *“tanto os deputados tidos como liberais quanto os admitidos como conservadores e mesmo aqueles que eram considerados como moderados, não manifestavam persistência de posição ou mesmo firmeza ideológica quando de suas participações.”*⁴⁷⁶

A autora também trabalha a hipótese de que os deputados não prioritariamente defendiam os interesses das regiões que representavam, mas que predominavam os interesses e as posições puramente individuais. Em relação à “propriedade” e “educação e profissão” dos deputados, a autora discute que a partir desses elementos não existe uma identificação com as posições ideológicas demonstradas na Assembleia. Por fim, discutindo sobre a dissolução da Assembleia, a dissertação observa as interpretações de historiadores que argumentam que a origem da dissolução está nas rixas entre portugueses e brasileiros mas também tendo sua parcela de contribuição a imprensa e a personalidade de D. Pedro, com o que a autora concorda⁴⁷⁷. Ao final de sua dissertação,

⁴⁷⁵ Idem. p. 45-6

⁴⁷⁶ Idem. p. 62

⁴⁷⁷ Idem. p. 106

coloca que a Assembleia foi “*uma voz livre conclamando contra o autoritarismo*”, muito embora este assunto não tenha dado o tom ao longo da tese⁴⁷⁸.

O trabalho de Dylva Moliterno tem como uma de suas características algo que não é comum entre as dissertações vistas até aqui, uma contínua apreciação de diferentes posições de historiadores sobre temas específicos da história Constituinte. Alguns dos principais citados são: Tobias Monteiro, Américo Jacobina Lacombe, Austricliano de Carvalho, Oliveira Lima e Aurelino Leal. Ao longo do trabalho, Moliterno mapeia leituras, toma posições e procura sustentá-las empiricamente. Seu trabalho de história política é focado em agentes do Estado, em especial os deputados e D. Pedro, e em fontes primárias oficiais e de imprensa.

2.3.7 Católicos e tenentes (9m e 13m)

A nona dissertação a ser defendida no programa foi “*O movimento católico leigo no Brasil (as relações entre Igreja e Estado – 1930/1937)*” (9m), de Berenice Cavalcante Brandão⁴⁷⁹. As “bases” sobre as quais se desenvolveu o trabalho foram a de que a Igreja é uma instituição integrante da sociedade, não sendo possível desvinculá-la do processo socio-político, sobre o qual, ao mesmo tempo em que age, recebe influxos. Assim, a dissertação analisa como os integrantes do movimento se comportaram em relação às diferentes classes sociais⁴⁸⁰. A autora procura definir como os teóricos católicos interpretaram aquela época e que tipo de influência tiveram. Também estuda a atuação da Igreja sobre operários, através do movimento leigo e suas organizações. Entre suas fontes, estão artigos de revistas católicas e depoimentos pessoais colhidos

⁴⁷⁸ Idem.

⁴⁷⁹ BRANDÃO, Berenice Cavalcante. “*O movimento católico leigo no Brasil (as relações entre Igreja e Estado – 1930/1937)*” Dissertação de Mestrado. UFF, 1975. 157p. Orientado por Arthur César Ferreira Reis.

⁴⁸⁰ Idem. p. 4

pela própria autora. Ela lamenta não ter tido acesso a certa documentação referente a questões internas do Centro D. Vital e da Conferência Nacional dos Trabalhadores Católicos⁴⁸¹.

No início do estudo, a autora mostra as posições políticas da Igreja no plano internacional de crise do liberalismo e avanço das perspectivas revolucionárias de esquerda. Conclui que a Santa Sé estaria sobretudo interessada na manutenção do status quo, fazendo apenas algumas críticas pontuais ao capitalismo mas o defendendo ao final⁴⁸², como o demonstra sua relação com o fascismo europeu. Referindo-se ao plano nacional, a autora aponta que a década de 20 é um momento de inflexão do catolicismo em relação à política, quando haverá maior vinculação entre religião e participação da vida pública⁴⁸³. Ela observará essas questões principalmente através de duas lideranças, Jackson de Figueiredo e de D. Sebastião Leme⁴⁸⁴. No contexto de crise política, criticava-se o regime democrático e o liberalismo. O movimento tenentista também foi alvo do movimento católico, que combatia aquilo que fazia oposição às oligarquias dominantes com a qual a cúpula eclesiástica estava ligada⁴⁸⁵.

Sobre o contexto histórico de seu objeto, a “revolução” de 1930 é entendida, com base na tese de Bóris Fausto e de Edgar Carone, como um momento de mudanças, mas apenas no âmbito da “super-estrutura”. Houve um colapso político do café e a abertura de uma espécie de “vazio de poder”, permitindo “*uma participação mais ampla das classes sociais no processo político*”⁴⁸⁶. Diante da “Segunda República”, a Igreja “*algumas vezes, numa atitude que refletia ambiguidade, assumia uma posição conciliatória para com o novo regime. Contudo predominou, durante o ano de 1931, a*

⁴⁸¹ Idem. p. 5,6.

⁴⁸² Idem. p. 24

⁴⁸³ Idem. p. 26

⁴⁸⁴ Idem. p. 27

⁴⁸⁵ Idem. p. 35

⁴⁸⁶ Idem. p. 16; p. 46-51

insegurança e a intranquilidade. Os líderes católicos preocuparam-se então em definir teorias sobre as formas de poder.”⁴⁸⁷ Duas de suas questões básicas foram o problema do laicismo (que não deixava de estar ligado ao da “questão social” pois incutia nos homens uma mentalidade material e não espiritual⁴⁸⁸) e a da falta de autoridade⁴⁸⁹. A atuação católica nesse momento era pensada para se dar na imprensa e nos debates no Congresso.

A iniciativa da mobilização de leigos iniciada na década de 20 se ampliará a partir da década de 30⁴⁹⁰, e pode ser definida como uma oposição sistemática às ideias comunistas⁴⁹¹. Algumas das organizações através das quais a Igreja procurou gerar engajamentos foram: o Centro D. Vital, Ação universitária, Confederação Nacional de Operários Católicos, Liga Eleitoral Católica, Instituto de Estudos Superiores, Confederação de Imprensa e Associação das Bibliotecas Católicas. A análise será mais detida sobre a Confederação Nacional dos Operários Católicos (à qual dedicará um capítulo inteiro) e a Liga Eleitoral Católica. Esta última construiu uma expressiva bancada na Assembleia Constituinte e sentiu-se vitoriosa com a aprovação de artigos que reconheciam a indissolubilidade do casamento e o ensino religioso, além da invocação do nome de Deus no preâmbulo da Constituição e a consagração do direito de colaboração recíproca entre Estado e Igreja. Brandão coloca que neste momento, findaram-se os temores da Igreja face às tendências laicistas do novo Estado brasileiro, em quem ela pode inclusive reconhecer um parceiro na luta anti-comunista. A inclusão do programa católico na Constituinte também inaugurou uma nova etapa da participação da Igreja na evolução brasileira. Completa Brandão que “*Sua vitória*

⁴⁸⁷ Idem. p. 51

⁴⁸⁸ Idem. p. 53-4

⁴⁸⁹ Idem. p. 52

⁴⁹⁰ Idem. p. 66

⁴⁹¹ Idem. p. 75

mostrou o grau de mobilização a que chegaram os católicos e deu uma medida de suas possibilidades.”⁴⁹² Esta dissertação também mostra que, opondo-se a socialistas no tocante à “Questão Social”, a Igreja aumentará sua ligação política com o Estado: *“Concluimos, pois que, por essa identificação de princípios e pelas posições assumidas, a Igreja integrou-se, após 1934, no Estado de Compromisso.”*⁴⁹³

No seu último capítulo, a autora estuda os “Círculos Operários”, perguntando-se como se conciliou a ideologia católica, de caráter burguês e conservador, aos interesses dos trabalhadores; qual a atitude para com a política trabalhista no período Vargas e quais os resultados obtidos⁴⁹⁴. A autora dá um panorama da situação trabalhista entendendo, como Carone, que a política de Vargas para com os operários tinha duas posturas básicas: uma tendência conciliatória e outra repressora⁴⁹⁵. A forma com que o governo conduziu sua política com os trabalhadores foi, nos primeiros momentos da década de 1930, inquietante para a Igreja⁴⁹⁶ pois ela não o teria compreendido bem ao interpretar a *“legislação trabalhista, emanada do Ministério do Trabalho e o movimento sindicalista por ela despertado”* como fatores responsáveis pela “ruína” e “anarquia” que se instalara no país. *“Não foram capazes de perceber, na ocasião, o real sentido daquelas medidas e, conseqüentemente, temeram-na por acreditarem ser ela um passo adiante na socialização do regime.”*⁴⁹⁷

A atuação católica entre os operários aconteceu, conforme os próprios líderes reconhecem, em função da difusão das ideologias de tendência socializante. A autora investiga os “Círculos Operários” mostrando alguns aspectos de sua estrutura como os tipos de sócios, as contribuições, as eleições internas (que eram “ilusórias” pois a

⁴⁹² Idem. p. 89

⁴⁹³ Idem. p. 94

⁴⁹⁴ Idem. p. 99

⁴⁹⁵ Idem. p. 103

⁴⁹⁶ Idem. p. 105

⁴⁹⁷ Idem. p. 106

organização básica era controlada pela cúpula). A Igreja atuava junto aos operários organizando serviços de saúde, habitação (em que tentavam conseguir doações de terrenos) e lazer. A autora observa que os operários dos “círculos” não compactuaram com a onda grevista durante o Governo Provisório: para as reivindicações, o grupo católico optou pelas nomeações de comissões que negociavam com patrões. Não parece também que o circulismo tenha marcado intensamente o meio social, sendo restrito ao ambiente confessional (outro estudo poderia averiguar melhor as relações do circulismo e do sindicalismo⁴⁹⁸).

Conclui a autora que o “circulismo” acabou por atender aos interesses da burguesia e de Vargas. *“Dessa forma, as relações entre o poder temporal e o espiritual, relativamente tensas durante o Governo Provisório, tenderam a se afirmar em torno deste identidade de posições.”*, inclusive com cumplicidade de pessoas do governo para com a atuação católica. Na conclusão do trabalho, há uma sistematização da periodização da autora apontando, entre outros marcos, que o ano de 1934 foi um divisor de águas, havendo modificações no comportamento da hierarquia católica para com o governo⁴⁹⁹, com o qual permaneceria coesa também a partir de 1937.

Nesse trabalho de história política, Brandão dá conta tanto dos aspectos ideológicos quanto das estratégias e atuações institucionais do movimento leigo da Igreja Católica. Consegue atender plenamente sua intenção de situar seu objeto política e socialmente, observando as transformações na sociedade e nos agentes que estuda, ressaltando sempre o caráter conservador e controlador do governo e da Igreja sobre os trabalhadores. Apesar do trabalho rico, a autora aponta constantemente para os limites interpretativos e empíricos do seu trabalho impostos principalmente por

⁴⁹⁸ Idem. p. 131

⁴⁹⁹ Idem. p. 136-7

impossibilidades de acessos a certas fontes.

A outra dissertação que aborda política na era Vargas é “*O Clube 3 de Outubro*”, de Maria Célia Freire de Carvalho⁵⁰⁰ (13m). Dentro de cada tópico em que a dissertação é dividida, a autora analisa estratégias, alianças, objetivos e visões de grupos políticos com os quais o tenentismo travava relações. Em sua conclusão, o Clube 3 de outubro é colocado como um grupo de “*nítidas influências fascistas*”⁵⁰¹, muito embora também tenha influência de um “*socialismo mal interpretado*”⁵⁰²; e como oriundo do setor médio urbano que tentava o afastamento das oligarquias do poder (ou os “políticos” que há muito dominavam a máquina partidária e estatal)⁵⁰³. Dois dos pontos básicos da atuação do outubrismo seriam a manutenção do estado de ditadura e o adiamento da promulgação de qualquer constituição. É entendido que o Clube tinha uma “*atitude ingênua de isolamento*” pois queriam para si “*a pureza imaculada que os políticos corruptos e sempre prontos a conchavos não possuíam.*”⁵⁰⁴ A autora mostrará que “*O Clube 3 de Outubro nada realiza de concreto para deter a normalização do país*”, pois lhe faltaria penetração na opinião pública. Seria derrotado em um momento que passam a tomar corpo radicalismos “*envolvendo realmente a massa*”, o Integralismo e as teses comunistas⁵⁰⁵.

No primeiro capítulo, “O ambiente revolucionário”, a autora observa coisas como “*os tenentes foram usados pelo políticos como único grupo preparado para, através da Revolução [de 1930], como grupo treinado nas lutas, realizar as mudanças necessárias na ordem estabelecida.*”⁵⁰⁶ e que após a “Revolução”, os tenentes se

⁵⁰⁰ CARVALHO, Maria Celia Freire de. *O Clube 3 de Outubro*. Dissertação de Mestrado. UFF, 1975. 75 p. Orientado por Arthur César Ferreira Reis.

⁵⁰¹ Idem. p. 66

⁵⁰² Idem. p. 37

⁵⁰³ Idem. p. 66-7

⁵⁰⁴ Idem. p. 68

⁵⁰⁵ Idem. p. 68

⁵⁰⁶ Idem. p. 10

dividirão em dois grupos: os que a apoiarão inclusive participando do governo e os que a negarão se aproximando do pensamento de Prestes⁵⁰⁷.

O segundo capítulo é propriamente sobre o Clube 3 de Outubro. Sua razão de ser “*era defender a Revolução*”, o que “*consistia no isolamento dos políticos, cheios dos vícios do regime deposto*” e dessa forma atraindo os interesses da classe média, onde buscava apoio⁵⁰⁸. No tópico em que se dedica ao “Relacionamento com Getúlio Vargas”, Carvalho diz que “*o ponto mais evidente da ligação Getúlio/Tenentes foi, sem dúvida, a entrega das Interventorias*”⁵⁰⁹. Em seguida, seu assunto é “A posição dos oficiais superiores” sobre o Clube, onde mostra a reação dos oficiais contra o outubrismo por conta de indisciplina militar e que poucos oficiais eram favoráveis ao movimento e dá uma atenção especial às ligações de Goés Monteiro com o Clube, para quem era uma referência. No último e mais extenso ponto, “Ação política do outubrismo”, Carvalho analisa a atuação política do grupo que visa principalmente a defesa da ditadura e a campanha contra uma nova Constituição: perpassa discussões na imprensa em torno do tenentismo, a posição de alguns interventores sobre questões pontuais, as relações com Vargas, a atuação na Constituinte de representantes do Clube, etc..

O trabalho é bastante amparado em fontes primárias, como periódicos, e registros políticos dos agentes (tirados de arquivos da FGV) e algumas memórias, e é rico empiricamente. Dentro de cada tópico em que é dividido, a dissertação prioriza a narrativa de ordem cronológica e não faz recursos conceituais ou teóricos.

2.3.8 Diplomacia (14m)

Francisco Vinhosa Teixeira escreveu o trabalho “*A diplomacia brasileira e a*

⁵⁰⁷ Idem. p. 11

⁵⁰⁸ Idem. p. 19

⁵⁰⁹ Idem. p. 25

revolução mexicana 1913-1915”⁵¹⁰ (14m). Seu estudo, depois de iniciar-se com um panorama da Revolução Mexicana através de alguns eventos marcantes e seus antecedentes, concentra-se na atuação de dois diplomatas em particular, Cardoso de Oliveira e Domício da Gama. Para construir sua narrativa cronologicamente estruturada, Teixeira vale-se principalmente de telegramas e ofícios diplomáticos. Uma das primeiras questões que atravessaram a atuação do diplomata Cardoso de Oliveira, descritas no capítulo 2, foi o reconhecimento do Governo de Huerta, ao qual era favorável pois lhe significava uma possibilidade de pacificação do país⁵¹¹. Essa também era a leitura do embaixador norte-americano no México. Entretanto, o presidente Woodrow Wilson pensava diferente pois Huerta teria chegado ao poder de forma violenta⁵¹², e essa posição era seguida pelo próprio Itamarati. Teixeira vai mostrando o impasse, que chegou a um enfrentamento bélico entre EUA e México⁵¹³, através da documentação que mostra a comunicação entre os diferentes agentes, concluindo este segundo capítulo com uma mudança de atuação do diplomata Cardoso de Oliveira, agora orientado para ser um representante dos interesses norte-americanos no México⁵¹⁴.

No terceiro capítulo, tem destaque a atuação do diplomata para garantir a liberdade de cidadãos americanos presos; e suas posições entre diferentes grupos políticos como os constitucionalistas liderados por Carranza; os convencionalistas liderados por Villa; e os zapatistas⁵¹⁵. Destaca-se no relato de Teixeira que Cardoso de Oliveira intermediou com muito sucesso junto aos zapatistas uma entrada pacífica e ordeira na Cidade do México⁵¹⁶. A dissertação também relata outros feitos do diplomata

⁵¹⁰ TEIXEIRA, Francisco Vinhosa. *A diplomacia brasileira e a revolução mexicana 1913-1915*. Dissertação de Mestrado. UFF, 1976. 124p. Orientada por Pedro Freire Ribeiro.

⁵¹¹ Idem. p. 34

⁵¹² Idem. p. 35

⁵¹³ Idem. p. 51

⁵¹⁴ Idem. p. 53

⁵¹⁵ Idem. p. 69

⁵¹⁶ Idem. p. 75

como sua a conquista de uma indenização por parte do governo mexicano a uma viúva que teve seu marido estado-unidense assassinado por uma “orda” zapatista⁵¹⁷. Este terceiro capítulo termina com a retirada de Cardoso de Oliveira para os EUA em 1915 porque seu trabalho havia atraído para si “toda fúria anti-americanista de Carranza e seus partidários”⁵¹⁸.

O último capítulo aborda a atuação de Domício da Gama que era contrário a qualquer ideia de intervenção dos Estados Unidos no México. O Itamarati, conforme mostra o trabalho, procurou dar ênfase ao panamericanismo, buscando uma ação conjunta com os Estados Unidos, a Argentina e o Chile antes de tomar qualquer atitude sobre a situação mexicana. Essa postura de cooperação panamericana, que vinha se construindo havia alguns anos, materializou-se com o reconhecimento de Carranza como presidente do México através de uma ação conjunta de várias nações do continente⁵¹⁹. A dissertação de Vinhosa é um estudo de história política tradicional, voltado para narração de fatos e sem preocupação teórica ou conceitual.

2.3.9 Chile e Colômbia (15m e 16m)

“*A evolução política no Chile: seu significado (1879-1925)*”⁵²⁰ (15m) de Nair Klinger Kortchmar. O texto aborda muitas décadas da política e da sociedade chilena mas tem enfoque no governo de Alessandri nos anos 1920. A análise política de Kortchmar observa as dinâmicas estatais e institucionais e as associa com classes sociais e transformações econômico-sociais e culturais passadas no país ao longo dos anos.

Seu primeiro capítulo traz um retrospecto do predomínio da oligarquia

⁵¹⁷ Idem. p. 79

⁵¹⁸ Idem. p. 81

⁵¹⁹ Idem. p. 110

⁵²⁰ KORTCHMAR, Nair Klinger.. “*A evolução política no Chile: seu significado (1879-1925)*”. Dissertação de Mestrado. UFF, 1976. Orientada por Pedro Freire Ribeiro.

conservadora, sua união com a burguesia e da política desenvolvimentista do século XIX, perpassando assuntos como influência da Igreja, sistema eleitoral, constituições e ideias econômicas. O segundo capítulo, “O Liberalismo no Chile”, mostra a penetração do ideário liberal no país e suas repercussões, estando atento também às transformações econômicas referentes à indústria do salitre e do crescimento da classe média e obreira. Verifica-se que o liberalismo expressou-se através do comprometimento com o livre-cambismo⁵²¹, e que essa filosofia econômica tem relação com influência do capitalismo inglês sobre o país⁵²². Houve uma reação nacionalista através do governo de Balmaceda, no final do XIX, mas este foi derrotado⁵²³. No plano político, Kortchmar aborda ainda a atuação dos partidos Radical e Democrata, o primeiro de caráter liberal e o segundo associados a reivindicações dos pobres⁵²⁴. Outros aspectos são abordados como população, industrialização e ferrovias, influência da Igreja, sistemas eleitorais.

O terceiro e mais extenso capítulo é sobre o governo de Alessandri, momento que marca a “incorporação da classe média ao governo”, o atendimento de reivindicações da classe trabalhadora e a diminuição do predomínio oligárquico. A autora aborda as disputas que culminaram na implementação do parlamentarismo e apresenta perfis de diferentes partidos e suas ligações com setores de classe sociais: por exemplo, enquanto o Partido Conservador era formado por antigos proprietários de terra e pela Igreja, o Partido Liberal não representava nenhuma posição ideológica particular, mas na prática eram os protetores dos interesses dos proprietários de uvas, do nitrato e da indústria⁵²⁵. Kortchmar também parte para a caracterização de “problemas sociais” chilenos como o desemprego, os baixos salários, a exploração patronal, o

⁵²¹ Idem. p. 14-8

⁵²² Idem. p. 23

⁵²³ Idem. p. 40-3

⁵²⁴ Idem. p. 55-9

⁵²⁵ Idem. p. 69-72

abastecimento de água, a inflação⁵²⁶ e anota a existência de greves e reivindicações e do surgimento de uma legislação social⁵²⁷. Este capítulo também enfatiza a influência da Primeira Guerra Mundial sobre a economia chilena e a evolução das organizações políticas dos trabalhadores. Mais propriamente sobre o governo de Alessandri, a dissertação mostra os temas de sua campanha para a presidência (que atraía as pautas dos trabalhadores)⁵²⁸, e a incorporação da classe média, expressa na presença de pessoas oriundas dessa classe nos cargos do governo. Por fim, a dissertação se dedica ao exame da constituição de 1925 notando que o poder da oligarquia foi diminuído pelo estabelecimento do sufrágio universal e da eleição direta para presidente; que ali tinham disposições que procuravam melhorar as condições de vida da classe assalariada⁵²⁹; a separação entre Igreja e Estado, entre outros⁵³⁰. A autora sublinha na conclusão que o governo de Alessandri (e a classe média que o compunha) não contestou os mecanismos fundamentais de poder da oligarquia e do imperialismo nem procurou produzir modificações infra-estruturais⁵³¹ e apenas posteriormente a classe trabalhadora teria condições de maior poder político através de suas organizações⁵³².

As referências de Nair Kortchmar para compor o texto equilibram-se numericamente entre fontes primárias e secundárias. Na bibliografia, estão presentes ainda trabalhos de cunho teórico e ensaios como os de Maurice Dobb, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto, Gunder Frank e Florestan Fernandes, mas a dissertação não se engaja em uma discussão ou exposição desses autores, limitando-se a alguma inserção de suas interpretações no texto. Também não há incursões teóricas ou

⁵²⁶ Idem. p. 77-87

⁵²⁷ Idem. p. 87-91

⁵²⁸ Idem. p. 110

⁵²⁹ Idem. p. 128

⁵³⁰ Idem. p. 132

⁵³¹ Idem. p. 137

⁵³² Idem. p. 138-9

conceituais, apesar desses referenciais. O trabalho é fundamentalmente de história política, mas analisa bastante questões sócio-econômicas (urbanização, industrialização) e ideológicas (o liberalismo).

A última dissertação defendida nesta geração foi “*A experiência liberal na Colômbia 1848-1886*”⁵³³(16m), de Célio Pereira da Silva. A observação mais fundamental a se fazer sobre este trabalho é que sua redação é muito confusa e mesmo incompreensível, principalmente pelo pomposo estilo de escrita do autor. São trazidos, seguidamente, vários assuntos e referências sem que muitas vezes se consiga observar algum nexo ordenador do fluxo do texto e, mais importante, do processo histórico analisado. O leitor se sente aquém da “*visão pioneira*” e do “*tema audacioso*”⁵³⁴ de Silva, sendo difícil até mesmo a assimilação de fatos básicos da história colombiana, para quem não a conhece de antemão.

Esse estudo de história política tem como foco disputas no interior do Estado. O conflito mais importante que perpassa a dissertação é aquele entre centralismo e federalismo. São vistos disputas partidárias, havendo inclusive alguma discussão conceitual sobre partido, sobretudo na conclusão, enfatizando algo como sua constituição fluida. O autor traz ainda para a análise demonstrações sobre influências culturais, educação, relações econômicas internacionais, geografia, urbanização, sufrágio, entre outros. Entretanto, o entendimento da articulação entre tantos elementos, como já pontuamos, é bastante comprometido.

As fontes principais do trabalho referem-se às agências dos homens de Estado e há bastante uso também de fontes secundárias. Entra as questões de fundo conceitual e teórico, destacamos, além da discussão sobre partido já aludida, uma consideração sobre

⁵³³ SILVA, Célio Pereira da. *A experiência liberal na Colômbia 1848-1886*. Dissertação de mestrado. UFF, 1977. p. 137. Orientado por Pedro Freire Ribeiro.

⁵³⁴ Os termos são do autor. p. 1

determinação geográfica no início de um capítulo; e, mais importante, a noção de que ideias ou problemas externos não são adequados para se pensar a história colombiana, que seria melhor compreendida a partir de suas próprias dinâmicas⁵³⁵.

2.3.10 Educação (12m)

A dissertação de Marinete dos Santos Silva, “*A educação brasileira no Estado Novo (1937/1945)*”⁵³⁶ (12m) é a única que trata de um tema que podemos classificar como “cultura”. A educação é aqui abordada como ideologia.

Silva coloca que, muito embora a época de Getúlio Vargas tenha recebido muitos estudos, a quase totalidade deles está relacionado com questões econômicas ou políticas. A autora entende que nenhum trabalho historiográfico “profundo” tenha se debruçado sobre o tema da educação⁵³⁷.

Seu objetivo é investigar até que ponto a emergência de um regime autoritário trouxe modificações para o campo da educação e quais seria suas “diretrizes ideológicas”. Por fim, pretende verificar se as “elites educadoras” compartilhavam dos ideais educativos da ditadura ou se possuíam alguma visão crítica. “Elites educadoras” é um conceito utilizado pela autora para se referir a “*algumas figuras que se notabilizaram pela sua produção intelectual em assuntos educacionais e, também, pelo fato de ocuparem cargos na administração pública ligados à educação*”. A autora toma como expoentes dessa elite Lourenço Filho, Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo⁵³⁸.

A autora entende, baseada em Althusser, que a educação é um aparelho ideológico de estado. Isso significa levar em conta diferentes “níveis de realidade”: a

⁵³⁵ Idem.P . 118

⁵³⁶ SILVA, Marinete dos Santos. *A educação brasileira no Estado Novo (1937/1945)*. Dissertação de Mestrado. UFF, 1976. 73p. Orientado por Arthur César Ferreira Reis.

⁵³⁷ Idem. p.1

⁵³⁸ Idem. p. 1-2

estrutura econômica, sócio-política e ideológica de uma formação social historicamente determinada. Significa também considerar que a escola tem um papel na reprodução das relações de produção, preparando os indivíduos para ocupar determinada função na divisão social do trabalho e inculcando neles a sujeição à ideologia dominante: *“Na sociedade de classes não existe, portanto, educação neutra ou isenta. Os valores por ela transmitidos às gerações mais novas são sempre valores da classe dominante. Sua orientação está, em última análise, em consonância com as necessidades da classe que ocupa o poder e que se faz representar pelo Estado.”*⁵³⁹

As fontes primárias utilizadas foram os Anais do Ministério da Educação e Saúde, artigos de periódicos sobre educação e sobre o regime e jornais. A autora entende que seu trabalho ressurta de muitos dados, principalmente pela impossibilidade de acesso ao arquivo Capanema.⁵⁴⁰

Para a autora, no pós-30, a educação recebeu atenção especial por parte do Estado, principalmente por conta do avanço da industrialização. Isso é expresso, por exemplo, em capítulo da Constituição de 1934 que se dedica ao tema. Com a implantação da ditadura do Estado Novo, a política de educação tomará contornos mais precisos. Sua ideologia educacional valorizará o ensino cívico e os trabalhos manuais com valorização do ensino profissional, a exaltação da nacionalidade, as críticas ao liberalismo e ao comunismo. Procurou também inculcar um culto aos heróis nacionais, mas segundo a autora esse objetivo não logrou êxito. A ideologia educacional do Estado Novo terá franca inspiração fascista, como o demonstra, além de outros elementos, a criação pelo governo da Juventude Brasileira⁵⁴¹.

Foi com a Reforma Capanema, de 1942, que o Estado Novo pode concretizar

⁵³⁹ Idem.p.2

⁵⁴⁰ Idem. p.2-3

⁵⁴¹ Idem. p. 18-21

sua ideologia educacional, tentando colocar em ação mecanismos que garantissem a divulgação e a solidificação dos valores do Estado autoritário no seio das classes populares⁵⁴². A autora apresenta, como parte desta Reforma, a Lei Orgânica do Ensino Secundário, a Lei Orgânica do Ensino Industrial, e o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI) (que tinha também contribuição de indústrias). Para a autora, essa ênfase no ensino industrial beneficiava a burguesia, e não a classe trabalhadora, já que esse tipo de ensino a perpetuava em uma posição subordinada⁵⁴³. A Reforma tem uma relação profunda com o momento econômico e político do país: *“A Reforma Capanema foi no âmbito da educação o reflexo das transformações econômicas e políticas que se operaram no Brasil a partir de 1930. O aceleração do processo de industrialização e a instalação do estado autoritário tiveram na mesma sua expressão máxima”*⁵⁴⁴

A autora em seguir analisa a posição dos educadores no Estado Novo. Primeiramente, fala dos educadores em geral: *“O fato de que a maior parte dos educadores brasileiros desconhecia os limites do poder da educação formal e, ao mesmo tempo, a sua implicação e subordinação à estrutura sócio-econômica e política, levou a que inconscientemente servisse a propósitos totalmente descabidos”*⁵⁴⁵. Depois, analisa 3 educadores específicos que fazem parte da “elite educadora”. Sobre o Lourenço Filho, depois de mostrar a concordância que este tinha em relação ao regime, pontua que a razão para sua adesão foi a incapacidade de refletir sobre os problemas inerentes à formação social brasileira e de enxergar soluções fora do âmbito da educação⁵⁴⁶. Sobre o Fernando de Azevedo, mostra que este também foi um apoiador do

⁵⁴² Idem. p. 27

⁵⁴³ Idem. p. 32

⁵⁴⁴ Idem. p. 37

⁵⁴⁵ Idem. p. 39

⁵⁴⁶ Idem. p. 42

regime mas que parece haver um paradoxo em seu pensamento pois ao mesmo tempo em que condenava a escola e a pedagogia tradicionais, louvava as modificações educacionais do Estado Novo inspiradas no fascismo⁵⁴⁷. Por fim, a autora entende que Anísio Teixeira não esteve em concordância porque não foi encontrado nenhum escrito de sua autoria durante a vigência do Estado Novo, mas uma definição mais exata de sua posição dependeria de que novos documentos pudessem ser vistos⁵⁴⁸.

Outro ponto importante do trabalho é mostrar, com a utilização de vários dados, que é falsa a ideia de que a educação cresceu muito durante o Estado Novo (coisa que é propagada pelo discurso oficial)⁵⁴⁹; e que “*Das quatro modalidades de ensino [primário, secundário, superior e industrial], foi o industrial o único que talvez tenha conseguido um desenvolvimento relevante, sobretudo após 1942 com a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial*”⁵⁵⁰.

Na conclusão, Silva anota que a ideologia oficial não teve êxito ideológico porque a expansão do ensino não foi superior ao crescimento populacional; e que a Segunda Guerra Mundial, em que o Brasil se juntou aos aliados, funcionou como um freio para as veleidades ideológicas fascistas do Estado Novo no campo da educação⁵⁵¹.

2.4 Panorama e conclusões.

Em relação ao corte cronológico, os trabalhos resumiram-se aos séculos XIX e XX com bastante equilíbrio: o primeiro lhe teve dedicadas 8/16 dissertações; o segundo, 7/16; e ambos os períodos foram perpassados por uma outra dissertação. Entre os trabalhos que se dedicaram ao século XX, o primeiro governo Vargas é predominante.

⁵⁴⁷ Idem. p. 44

⁵⁴⁸ Idem. p. 45-6

⁵⁴⁹ Idem. p. 51

⁵⁵⁰ Idem. p. 55

⁵⁵¹ Idem. p. 66

Em relação ao corte geográfico, ressalta-se que foram feitos 6 estudos baseados na “província fluminense”, o que já ali valeu ao programa a marca de construtor de uma história regional⁵⁵². Registre-se também que houve um estudo sobre o Chile, outro sobre a Colômbia e um terceiro que envolve Brasil, México e EUA.

Quanto ao eixo temático, a maior parte dos trabalhos é dedicada à história política (9/16). Dois deles abordam o Estado e limitam-se ao estudo de seus agentes, buscando pouco referências externas ao universo de suas ações: “A Constituinte...” (4m) (sobre os políticos desta assembleia) e principalmente “A diplomacia...” (14m). Outras três dissertações são mais restritas em suas análises ao “político”: “O republicanismo...” (8m) (centrada nas ideias republicanas expressas em jornais), “Clube 3 de Outubro” (13m) (que tem uma narrativa linear sobre esse grupo), e “Bertha Lutz...” (3m) (que exhibe as concepções e a atuação militante feminista de Bertha Lutz e seu grupo).

As demais dissertações que classificamos como “História política” envolvem mais elementos em suas explicações: “Imprensa republicana...” (10m) que tem como objeto a imprensa republicana, reflete sobre sua relação com o contexto sócio-econômico, além de abordar a sustentação material dos jornais; “O movimento católico...” (9m), com maior nível de complexidade, analisa a ideologia e as associações políticas católicas ambientando-as nas disputas políticas da década 1930 e em seu sentido de dominação; “A evolução da política...” (15m), sobre política no Chile, não tem verticalidade empírica por conta do recorte amplo, mas traz para a análise muitos aspectos da realidade social, compondo um quadro articulado da dinâmica política daquele país; “A experiência liberal...” (16m), por fim, também traz muitos elementos,

⁵⁵² Como expressão dessa “identidade” que já na primeira geração se formava, temos a publicação de ensaios dos discentes em livro feito através de parceria entre a UFF e o Arquivo Nacional: GRAHAM, Hilton (org.) *Ensaio sobre a política e a economia fluminense no século XIX*. Rio de Janeiro. Arquivo Nacional, 1974.

como o de relações econômicas.

Os trabalhos de história econômica são 6/16 e podem ser divididos, como já o fizemos, em 3 pares: “O desenvolvimento...” (1m) e “A evolução do sistema...” (2m) pensam a atuação estatal na economia (em particular, uma certa intenção estatal), com a diferença de que 2m dedica-se mais ao entendimento de esquemas propriamente econômicos (o sistema de crédito); “Município de Estrela...” (6m) e “Vida econômica” (7m) abordam a dinâmica econômica de cidades, atentas a aspectos geográficos, de urbanização, infra-estrutura e produção, sem dar relevo a atores históricos concretos; “A fazenda de Santa Cruz...” (5m) e “Atividades capitalistas...” (11m) enfocam “unidades produtivas” do século XIX (a primeira, uma fazenda e a segunda, uma empresa) com bastante exploração empírica sobre questões administrativas internas. Ambas pensam a inserção de seus objetos no contexto econômico geral, com “Atividades capitalistas...” (11m) lançando-se com mais volume também à reflexão sobre modos-de-produção.

A única dissertação sobre cultura é “A educação brasileira...” (12m), que estuda educação encarando-a como ideologia e relacionando-a ao regime autoritário do Estado Novo, trazendo, dessa forma, forte sentido político para o estudo.

Tabela 6: Quantitativo das dissertações da primeira geração por eixo temático	
História política	9
História econômica	6
História cultural	1
Total	16

Todas as 16 dissertações envolveram bastante trabalho empírico. De forma geral, o trabalho com as fontes primárias é muito maior que o realizado com as fontes secundárias. Como vimos, a quase totalidade das dissertações se justifica justamente

pela contribuição empírica original, desbravando pontos não explorados pela historiografia.

Sobre as fontes secundárias, estas são mais utilizadas como fontes de informações do que como objeto de reflexão. Isto é, existe pouca discussão historiográfica e pouca justificação no sentido de diálogo ou confronto com leituras estabelecidas em outros trabalhos. As exceções mais visíveis são "A evolução do sistema..." (2m), que contraria vários autores ao demonstrar, entre outros pontos, a intencionalidade de Vargas, desde seus primeiros anos no poder, pela industrialização e pelo desenvolvimentismo; "A Constituinte de 1823..." (4m), que procede através de uma contínua apreciação da posição de vários historiadores sobre temas específicos da Constituinte de 1823; e "Município e Estrela..." (6m), que discorda de alguns autores no tocante às razões da crise que viveu o município de Estrela⁵⁵³.

Porém, se existe pouco diálogo com autores, há alguma referência ao estado da historiografia e à relevância do trabalho apresentado. Como vimos, vários mestrados apresentam quais seriam suas contribuições face a outros trabalhos produzidos. Segue abaixo os que comentam essa questão diretamente. "O desenvolvimento econômico..." (1m) e "A evolução do sistema..." (2m), como dito, veem a necessidade de revelar a preocupação básica da política de governo de Vargas com a industrialização, e esta última também entende que o tema do crédito como pouco explorado; "Município de Estrela..." (6m) coloca que há poucos trabalhos sobre urbanização no século XIX, a maioria dedicados ao período colonial, e nenhum sobre a cidade de Estrela em particular – o que faz de seu estudo "*sob todos os aspectos novo*"⁵⁵⁴; "Vida econômica de Itaboraí..." (7m) diz que é importante trazer a especificidade interna do município de

⁵⁵³ "Município de Estrela..." (6m), p. 81-3.

⁵⁵⁴ "Município de Estrela..." (6m), p III

Itaboraí para que esta não seja confundida com as linhas de explicação generalizantes sobre o Recôncavo da Guanabara, em especial sobre seu declínio; "O republicanismo..." (8m) queixa-se que o republicanismo na cidade do Rio de Janeiro foi pouco estudado, com trabalhos que limitam-se a colocar que ele foi fraco e mal orientado na província (leitura que o autor questionará); para "O desenvolvimento econômico..." (1m), pouco se produziu sobre a estrutura econômico-social no segundo reinado, com uma ausência quase completa de trabalhos sobre empresas; "A educação brasileira..." (12m) aponta que a grande maioria dos trabalhos sobre a era Vargas aborda questões políticas e econômicas, deixando a educação sem uma devida análise historiográfica. Note-se que a maioria dos trabalhos, ao comentar a historiografia, fala de lacunas empíricas (que eles estariam em algum nível preenchendo).

A discussão conceitual e teórica pouco ocupou os mestrados, estando na maior parte das dissertações quase ou completamente ausente. Os dois trabalhos que tem o maior volume de reflexão teórica e conceitual são: "Município de Estrela..." (6m), que procura uma definição de cidade, e que também faz um comentário de fundo epistemológico sobre subjetividade e cientificidade que, mesmo breve, destaca-se no conjunto das dissertações produzidas; e, principalmente, "Atividades capitalistas..." (11m), que tem como um dos problemas centrais o "modo-de-produção", também lançando mão de conceitos como "subordinação formal do trabalho ao capital" (Karl Marx), "modo de produção colonial escravista" (Ciro Cardoso) e "formação econômico-social" (Roger Bartra). Vale citar ainda "A educação brasileira..." (12m), que invoca Althusser e seu "aparelho ideológico" para falar do papel da educação na reprodução das relações de produção e dominação classistas, usando também como conceito "elites educadoras".

Uma colocação de sentido teórico mais comum é a de que o objeto específico deve ser compreendido em um contexto mais amplo. Isso está presente em "A Constituinte de 1823..." (4m), com a Constituinte sendo associada ao processo mais geral de descolonização; "A fazenda de Santa Cruz..." (5m), que situa a Fazenda de Santa Cruz em situações da economia e da política colonial; "Município de Estrela..." (6m) e "Vida econômica de Itaboraí...", que abordam suas cidades como parte de um sistema comercial abrangente⁵⁵⁵, como menção, por esta última, a uma divisão internacional do trabalho; "O movimento católico..." (9m), que compreende a atuação da Igreja no contexto político de dominação classista que se expressa material e ideologicamente; e "Imprensa republicana..." (10m), para quem o contexto econômico e político influencia a dinâmica das ideias. Vale, por fim, o registro de uma colocação de "A Constituinte de 1823..." (4m): a análise econômica "unilateral" não é suficiente, sendo necessário também o estudo do político.

Também são pouquíssimas as elucubrações sobre metodologia e sobre as próprias fontes. As expressões mais comuns são uma descrição breve, que aparece sobretudo nas introduções, das fontes utilizadas, dos arquivos em que se encontram, suas condições de acesso, sua incompletude e os limites informativos que tal acarreta. Isso está presente em 7/16 dissertações. Temos, assim, que mais da metade das dissertações (9/16) não expõe as problematizações do fazer historiográfico. Isso não significa, necessariamente, baixo rigor metodológico nem muito menos uma "falta de metodologia", mas tão somente uma ausência de discussão explícita nesse campo. Destaca-se aqui colocação epistemológica de "Município de Estrela..." (6m) que, em sua conclusão diz que, com base em Léon-E Halkin, que o trabalho do historiador, muito embora envolva um nível subjetivo concernente à opção metodológica, não

⁵⁵⁵ "Município de Estrela..." (6m): p. 93; "Vida econômica de Itaboraí...": p. II.

exclui a possibilidade de um caráter científico. Pontua também que a explicação dos fenômenos históricos depende das premissas, que no caso são os conceitos de urbanização, sem indicar predileção por algum dos trabalhos.

As fontes mais importantes para os trabalhos são aquelas referentes ao governo de Estado como: relatórios de presidentes de províncias, anais de assembleias, relatórios e anais de ministérios e secretarias, legislações, diários de governos, discursos oficiais, documentos administrativos de empresas estatais e documentos diplomáticos. Eles são os documentos principais em 12/16 dissertações e deixam de figurar em apenas 2 ("O movimento católico..." (9m) e "Imprensa republicana..." (10m)). O segundo tipo de fonte mais presente são os jornais, que são as fontes mais importantes de 2 dissertações ("O republicanismo..." (8m) e "Imprensa republicana..." (10m)), mas figuram em outras 7.

Documentos diversos de arquivos pessoais, institucionais e de movimentos, foram centrais para "Bertha Lutz..." (3m) (arquivo pessoal de Bertha Lutz e de organizações feministas), "O movimento católico..." (9m) (referentes a Igreja Católica e a militância ligada a ela) e 13m (sobre o Clube 3 de Outubro). Vale ainda menção às fontes cartoriais e o Almanaque Laemmert (com dados mercantis e industriais), aparecendo em 4 trabalhos ("A fazenda de Santa Cruz..." (5m), "Município de Estrela..." (6m), "Vida econômica de Itaboraí..." e "Atividades capitalistas..." (11m)); as memórias impressas e relatos de viagem, figurando com alguma importância em 3 trabalhos ("A fazenda de Santa Cruz..." (5m), "Município de Estrela..." (6m) e "Clube 3 de Outubro" (13m)); e o recurso a entrevistas originais, em dois trabalhos ("Bertha Lutz..." (3m) e "O movimento católico..." (9m)).

O autor mais presente nas bibliografias foi Celso Furtado: 8/16. Em segundo

lugar, Caio Prado Jr., 7/16. Livros de Edgar Carone, Hélio Silva, Nelson Werneck Sodré e Boris Fausto aparecem em 6/16 dissertações. Fernando Henrique Cardoso, Stanley Stein e Raymundo Faoro estão em 5 dissertações.

Rank	Author	Count
1º	Celso Furtado	8
2º	Caio Prado Jr.	7
3º	Hélio Silva	6
	Nelson Werneck Sodré	6
	Edgar Carone	6
	Boris Fausto	6
4º	Fernando Henrique Cardoso	5
	Stanley Stein	5
	Raymundo Faoro	5

Apesar de ser o autor que mais aparece nas bibliografias, a importância de Celso Furtado não pode ser superestimada. Ele simplesmente não consta em nenhuma nota de rodapé de 6 das 8⁵⁵⁶ dissertações que o listam na bibliografia – isto é, sem nenhuma importância direta para o texto. Seu estudo aparece citado em "Município de Estrela..." (6m), que usa uma consideração sobre a economia de exportação brasileira no início do XIX⁵⁵⁷. E encontra maior presença apenas em "A evolução do sistema..." (2m), onde há um confronto de ideias de maior relevo que expusemos acima.

Caio Prado Jr., por sua vez, não consta em nenhuma nota de rodapé de 5 dissertações⁵⁵⁸ que o incorporam na bibliografia, figurando em outras duas apenas como uma breve referência sobre técnica de agricultura⁵⁵⁹ e sobre mercado de escravos⁵⁶⁰. De

⁵⁵⁶ "O desenvolvimento econômico..." (1m), "A evolução do sistema..." (2m), "Bertha Lutz..." (3m), "A fazenda de Santa Cruz..." (5m), "Município de Estrela..." (6m), "Vida econômica de Itaboraí...", "Atividades capitalistas..." (11m) e "A evolução política no Chile..." (15m).

⁵⁵⁷ Bragança, p. 16-7.

⁵⁵⁸ "A evolução do sistema..." (2m), "Bertha Lutz..." (3m), "Município de Estrela..." (6m), "Vida econômica de Itaboraí..." e "Atividades capitalistas..." (11m).

⁵⁵⁹ "A fazenda de Santa Cruz..." (5m), p. 60-1.

⁵⁶⁰ "Imprensa republicana..." (10m), p. 13

forma semelhante estão Hélio Silva e Nelson Werneck Sodré, cujas contribuições diretas nos textos das dissertações são pontuais: o primeiro é fonte de informação ou breve consideração sobre Vargas, a Liga Eleitoral Católica e a hierarquia católica na República Velha⁵⁶¹; o segundo contribui sobre imprensa, militares e política externa⁵⁶². O historiador paulista Edgar Carone é trabalhado diretamente em 3 dissertações⁵⁶³. Aparece uma vez como referência sobre política econômica⁵⁶⁴ e sobre crise política na “República Velha”⁵⁶⁵, e seu trabalho de organizador e divulgador de fontes foi central para "Clube 3 de Outubro" (13m) que estuda o tenentismo. Para "O movimento católico..." (9m), Carone terá uma importância de outra dimensão: suas teses foram utilizadas para a definição das posições e da ideologia das classes sociais brasileiras na década de 1930 (a burguesia, o proletariado, as oligarquias e as classes médias)⁵⁶⁶; para a caracterização da política de Vargas para com os operários (que teria uma face conciliatória e outra repressora)⁵⁶⁷; e sobre o caráter das reivindicações dos trabalhadores⁵⁶⁸.

Boris Fausto é criticado por "A evolução do sistema..." (2m) por considerar que o desenvolvimento industrial não era um objetivo de Vargas⁵⁶⁹; serviu como base para "O movimento católico..." (9m) sobre a “Revolução de 30”⁵⁷⁰; e para "A educação

⁵⁶¹ Cf. "A evolução do sistema..." (2m), p. 10; "O movimento católico..." (9m), p. 15, 42, 88, 93. Em "O desenvolvimento econômico..." (1m), "Bertha Lutz..." (3m) e "A Constituinte de 1823..." (4m), Hélio Silva não aparece em nenhuma nota de rodapé. Em "A educação brasileira..." (12m), apenas é dito que o autor fez um estudo recente sobre Vargas. (p. 12)

⁵⁶² Cf. "Imprensa republicana..." (10m), p. 4-5, 30,33 e 43; e "A educação brasileira..." (12m), p. 47. Sodré não consta no rodapé de "O desenvolvimento econômico..." (1m), "A evolução do sistema..." (2m), "Bertha Lutz..." (3m) e "Município de Estrela..." (6m).

⁵⁶³ As outras dissertações que tem Carone na bibliografia mas que não o citam são: "Bertha Lutz..." (3m), "O republicanismo..." (8m) e "Imprensa republicana..." (10m)

⁵⁶⁴ "O desenvolvimento econômico..." (1m), p. 14 e 24

⁵⁶⁵ "Clube 3 de Outubro" (13m), p. 3 e 4

⁵⁶⁶ "O movimento católico..." (9m), p. 46-51

⁵⁶⁷ "O movimento católico..." (9m), p. 103-105

⁵⁶⁸ "O movimento católico..." (9m), p. 14 e 121.

⁵⁶⁹ "A evolução do sistema..." (2m), p. 34

⁵⁷⁰ "O movimento católico..." (9m), p. 16

brasileira..." (12m) sobre desenvolvimento de indústria e classe operária⁵⁷¹ e sobre ideologia do Estado Novo⁵⁷². Em outros três trabalhos, o autor não consta diretamente no texto⁵⁷³.

Fernando Henrique Cardoso aparece em "Atividades capitalistas..." (11m) como referência sobre política e economia na época regencial e sobre a pressão inglesa para a extinção do tráfico; em "A experiência liberal na Colômbia..." (16m), é fonte de comentário sobre a falta de uma nítida divisão social na composição partidária⁵⁷⁴; em "A evolução política no Chile..." (15m), sobre produção e mercado externo⁵⁷⁵ e sobre classe e economia no pós Primeira Guerra⁵⁷⁶; consta ainda uma nota de Cardoso em "Vida econômica de Itaboraí...", mas que não foi localizada no corpo do texto⁵⁷⁷. O americano Stanley Stein foi fonte sobre indústria têxtil ("O desenvolvimento econômico..." (1m)), entrada de escravos, Vale do Paraíba, impacto econômico da abolição ("Município de Estrela..." (6m)) e casas comissionárias ("Vida econômica de Itaboraí...")⁵⁷⁸. Raimundo Faoro foi base para a ideia de que movimentos políticos de países atrasados tem evoluções diferentes se comparados com os países avançados ("Bertha Lutz..." (3m))⁵⁷⁹; e para se pensar a formação de partidos na Constituinte ("A Constituinte de 1823..." (4m))⁵⁸⁰.

A presença desses autores no texto se dá, sobretudo, como já colocamos, como fontes de informações ou considerações localizadas e breves. Apenas em alguns casos

⁵⁷¹ "A educação brasileira..." (12m), p. 6

⁵⁷² "A educação brasileira..." (12m), p. 16

⁵⁷³ "O desenvolvimento econômico..." (1m), "Bertha Lutz..." (3m) e "Clube 3 de Outubro" (13m)

⁵⁷⁴ "A experiência liberal na Colômbia..." (16m), p. 116

⁵⁷⁵ "A evolução política no Chile..." (15m), p. 26

⁵⁷⁶ "A evolução política no Chile..." (15m), p. 97

⁵⁷⁷ A outra dissertação que contém Cardoso na bibliografia é "Município de Estrela..." (6m).

⁵⁷⁸ Buscar as páginas. Stein consta ainda em "O republicanismo..." (8m) e "Atividades capitalistas..." (11m).

⁵⁷⁹ "Bertha Lutz..." (3m), p. 58

⁵⁸⁰ "A Constituinte de 1823..." (4m), p. 53. Faoro consta ainda em "O desenvolvimento econômico..." (1m), "O republicanismo..." (8m) e "Clube 3 de Outubro" (13m).

eles são referência para algum quadro interpretativo e de contextualização maior (como é o caso de Carone para "O movimento católico..." (9m)) ou objeto de reflexão (como é o caso de vários autores para "A evolução do sistema..." (2m)⁵⁸¹). Se pudermos dizer dessa forma, eles são mais "usados" do que debatidos. Reafirma-se então a característica já apontada por nós de que as dissertações se dedicam sobretudo às fontes primárias tentando a construção do conhecimento empírico, secundarizando ou ignorando o debate historiográfico no tocante às diferenças interpretativas, conceituais ou teóricas do espectro de autores.

Por fim, merece menção que teóricos centrais do marxismo aparecem, cada um, em apenas uma dissertação: Karl Marx e Rosa Luxemburgo em "Atividades capitalistas..." (11m), Antonio Gramsci e Louis Althusser em "A educação brasileira..." (12m), e Frederich Engels em "Bertha Lutz..." (3m). Max Weber também está presente apenas em uma, "Bertha Lutz..." (3m). Outros nomes das ciências humanas brasileiras que merecem registro são: Sérgio Buarque de Holanda e Florestan Fernandes em 3 dissertações, e Gilberto Freyre em apenas 1.

A média do número de páginas das dissertações da primeira geração é de 118, com 5 delas tendo menos de 90. A comparação é comprometida, entretanto, já que a formatação dos textos varia muito em cada dissertação.

Como conclusões dessa etapa temos:

1) De forma geral, os temas e recortes desenvolvidos nas dissertações remetem àqueles trabalhados pelos professores em suas pesquisas e aulas. Isto é, os discentes viriam a trabalhar (repetindo, de forma geral) com aquilo que seus professores promoviam. Nesse sentido, é fundamental notar a correspondência na proporção dos

⁵⁸¹ Há o curioso de que certa parte da discussão historiográfica de "A evolução do sistema..." (2m) é feita em notas de rodapé, o que indica, mesmo para esse caso, seu menor significado se comparada à exploração empírica.

cortes cronológico e temático entre as disciplinas ofertadas e as dissertações: ênfase e divisão equilibrada entre os séculos XIX e XX; ênfase e divisão equilibrada entre o “econômico” e “político”. Quanto ao corte geográfico, a correspondência é menor, mas digna de nota: entre as disciplinas, 12 foram de História do Brasil e 5 de História da América; entre as dissertações, respectivamente, os números são 13 e 3⁵⁸².

Mas se de forma geral o que era ofertado pelo Programa refletia-se nas dissertações, por outro lado, havia alguma diversidade em seus conteúdos e de forma alguma se pode supor que os professores foram sempre decisivos nas escolhas dos objetos específicos. Mais notavelmente, temos o estudo de 3m sobre a militância de Bertha Lutz, motivado pelas preocupações feministas da autora Rachel Sohiet⁵⁸³. Outros temas como o papel político da Igreja Católica ("O movimento católico..." (9m)), educação ("A educação brasileira..." (12m)) e diplomacia ("A diplomacia brasileira..." (14m)), parecem também indicá-lo. Sublinhe-se também que algumas dissertações buscaram referências bibliográficas distintas daquelas mais trabalhadas pelos professores historiadores em suas pesquisas, como é o caso de "Município de Estrela..." (6m), "O movimento católico..." (9m), "Atividades capitalistas..." (11m), "A educação brasileira..." (12m), e "A evolução política no Chile..." (15m).

2) Na primeira geração, o professor que mais se preocupou em dar conta de desenvolver questões teóricas e epistemológicas foi Pedro Demo, sintomaticamente o único que não era historiador no corpo docente. Como vimos acima, essas reflexões, que já não faziam parte da formação acadêmica prévia dos discentes de forma substancial, não tiveram, apesar do número expressivo de disciplinas a cargo de Demo,

⁵⁸² Estamos aqui contando "A diplomacia brasileira..." (14m) como História da América, posto que o espaço em que se movem os agentes estudados é o México, mas este estudo também envolve política brasileira.

⁵⁸³ Segundo Sohiet, o tema foi bem recebido à época, mas não faltaram aqueles que consideraram a temática secundária. Ver entrevista ao autor (04/07/2013).

relevância no texto das dissertações, com brevíssima exceção.

3) Através da atuação dos professores Graham, Hilton e Ribeiro, o curso de mestrado promove majoritariamente para seus alunos um perfil historiográfico distinto daquele da maioria dos discentes, cujas referências maiores seriam “marxista” ou “europeia”. De acordo com algumas falas, a valorização empírica trazida principalmente pelos americanos teria sido importante, então, como contrabalanço de uma formação historiográfica que se concentrava, por exemplo, em “grandes sínteses”⁵⁸⁴. Entretanto, o cotidiano do curso não parece ter sido marcado por algo como disputa entre paradigmas e, mais importante para nós, também não há nenhum reflexo dessa questão nas dissertações.

4) Identificamos apenas um diálogo entre dissertações e a pesquisa de um professor. Trata-se de "O desenvolvimento econômico..." (1m) e "A evolução do sistema..." (2m), dissertações orientadas por Stanley Hilton e que vão ao encontro de uma preocupação historiográfica deste brasilianista, condensada em texto lançado originalmente em 1975, que é a de demonstrar que mesmo antes do Estado Novo o governo de Vargas tinha fortes intenções industrialistas⁵⁸⁵. Além de comungarem desta preocupação factual de que Vargas e seu governo tinham planos e atuações pró-indústria desde o começo, "O desenvolvimento econômico..." (1m), "A evolução do sistema..." (2m) e Hilton também consideram que dizê-lo é uma necessária revisão historiográfica, para superar aquilo que o brasilianista inclusive chama de mitos da história econômica brasileira⁵⁸⁶. Como representantes desse erro, Hilton aponta para Warren Dean e John D. Wirth, a que os autores brasileiros somam Boris Fausto e Otávio Ianni. Os trabalhos de

⁵⁸⁴ Entrevista de Richard Graham ao autor (25/02/2014). Entrevista de Rachel Sohiet ao autor (04/07/2013). Entrevista de Vânia a Correa, p. 153.

⁵⁸⁵ HILTON, Stanley. “Vargas e o desenvolvimento econômico brasileiro, 1930-1945: uma reavaliação de sua posição sobre industrialização e planejamento.” IN: *O Brasil e a crise internacional (1930-1945)*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1977. Neste artigo, Hilton cita o estudo de Oliveira.

⁵⁸⁶ Idem. p. 94

"O desenvolvimento econômico..." (1m), "A evolução do sistema..." (2m) e Hilton também tem em comum o enfoque (homens de estado e agências estatais) e as fontes utilizadas (oficiais ou pertencentes a esses agentes). Porém, uma diferença fundamental é que as dissertações se circunscrevem mais ao tema do econômico: Magalhães quer observar a “marcha” que superou as circunstâncias históricas que entravavam a “transformação estrutural” para por fim demonstrar, no seu último capítulo, os triunfos da indústria; e Oliveira mergulha com mais detalhe nos mecanismos capitalistas para entender as formas que puderam concretizar essa modernização. Ao passo que, para Hilton, como já colocamos, o horizonte é a história política. É importante ressaltar que o conjunto de reflexões sobre o período que empreende o norte-americano tem fundamentalmente preocupações geopolíticas, de forma que o estudo e a conclusão sobre a opção pela industrialização teriam sua relevância pois ela era considerada, para Vargas e seus conselheiros, *“uma condição sine qua non para a realização de seus objetivos de política externa no continente sul-americano – um aspecto crucial, mas até agora não reconhecido, do pensamento e política brasileiros durante o período.”*⁵⁸⁷

5) Em suma, podemos dizer que, para a primeira geração, o sentido maior de desenvolvimento historiográfico no curso, considerando aqui tanto o grosso das dissertações quanto do trabalho dos professores, foi a valorização e o desbravamento empíricos, no que se deve considerar também negligências com discussões conceituais e historiográficas.

⁵⁸⁷ HILTON, Stanley. “Vargas e o desenvolvimento....” p. 94.

Capítulo 3 - A segunda turma (1974-1977/9)

3.1 Discentes

Como não houve entrada de novos estudantes em 1973, provavelmente por conta da fragilidade material do curso, a segunda geração é aquela que iniciou em 1974 e que cursou disciplinas neste ano e no seguinte, salvo algumas exceções⁵⁸⁸. A maior parte desses alunos defendeu suas dissertações em 1978, mas alguns deles o fizeram um ano antes ou um ano depois. Nos catálogos⁵⁸⁹ em que nos referenciamos, se tratam das dissertações de número 17-32 e 44-5⁵⁹⁰. Esta segunda geração tem um total de 18 historiadores, número do qual se exclui os que entraram em 1974 mas que ou não concluíram o curso ou defenderam depois de 1980.

O perfil desta geração é bem distinto da anterior em vários pontos. Se as mulheres eram cerca de 75%, agora há praticamente equilíbrio numérico: dez mulheres e oito homens.

Outra diferença é que a idade média desses alunos na época do início do curso é bem maior: 39 anos (contra 31 da anterior), com o mais velho tendo 47 anos no momento de ingresso no curso, e a mais nova, 22.

Na primeira geração os residentes em Niterói eram grande maioria, mas na segunda são uma minoria (quatro) junto com um morador de Nilópolis: todos os demais (treze) vem da cidade do Rio de Janeiro.

⁵⁸⁸ Alguns cursaram uma parte das disciplinas em 1976 ou 1977. Novamente, essas informações são baseadas na “Ficha Cadastral” e no histórico dos alunos.

⁵⁸⁹ UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. *Memória dos Cursos de Pós-Graduação. Perfil do Mestrado em História e sinopse das dissertações apresentadas para a obtenção do grau de Mestre em História*. Niterói. Eduff, 1986. UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. *Programa de Pós-Graduação em História. Catálogo de Teses e Dissertações, 1974-1995/ Vânia Leite Frôes, coordenação geral*. Niterói: UFF; Brasília: CNPQ, 1996.

⁵⁹⁰ Há descontinuidade nos números porque alguns alunos da terceira e mesmo da quarta turma puderam defender suas dissertações antes de alguns da segunda.

Sobre a graduação, um é formado pela Gama Filho, dois pela Universidade do Estado da Guanabara (UEG)⁵⁹¹, cinco pela FNF/IFCS da UB/UFRJ; e seis pela UFF. Dois são formados em Ciências Sociais pela UEG, e para outros dois não temos informação. Repare-se que UEG, UB/UFRJ e UFF aparecem com números pouco discrepantes. Em comparação com a primeira turma, temos que o número de formados pela UFF cai bastante, ressalvando-se que para essa segunda turma temos menos dados nas fichas.

A informação sobre experiência docente no magistério superior não necessariamente era registrada no momento do cadastro no curso, podendo ser acrescentada posteriormente. Dos dezoito mestrandos, dez tinham essa atuação – proporção menor que a apresentada na primeira turma. São eles: Marieta Ferreira (Assistente de História do Brasil na Faculdade Santa Doroteia, em Friburgo); Sonia Mendonça (Auxiliar de Ensino em História Antiga e Medieval na UFF); Abner Júnior (Adjunto de História Moderna e Contemporânea na Faculdade Simonsen); Almir Oliveira (Assistente na Faculdade de Formação de Professores CETRERJ lecionando Fundamentos das Ciências Sociais e Geografia Humana); Cleia Weyrauch (Auxiliar de Ensino de Metodologia na UERJ); Orlando de Barros (Auxiliar de Ensino na UEG e na UFF, e Titular na Faculdade Santa Isabel, na Fundação Souza Marques e na Faculdade Humanidades Pedro II, lecionando nessas instituições Sociologia e História Econômica); Stela Damiani (Assistente na Fundação Souza Marques, lecionando História Econômica Geral); Waldir Ribeiro (Adjunto de Antiga e Medieval e História do Pensamento Econômico, Político e Social na Faculdade Simonsen, e Titular de Estudos de Problemas Brasileiros na Faculdade Nuno Lisboa); Martha Chiarizia (Assistente de

⁵⁹¹ A UEG passará a se chamar Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em 1975, por conta da fusão entre os Estados da Guanabara e Rio de Janeiro. http://www.uerj.br/institucional/decada_1970.php (acessado em maio de 2017).

História Antiga e Medieval na Faculdade de Formação de Professores (FACEN); e Reynaldo Pompeu (Assistente de Estudos de Problemas Brasileiros na Estácio de Sá). Salta aos olhos que se na primeira geração quase todos os professores universitários atuavam na UFF, agora estes são uma minoria (dois), com faculdades particulares diversas marcando a maior presença nos currículos.

Na “Ficha Cadastral” desses alunos, consta que apenas um deles tinha produção acadêmica: Orlando de Barros publicara em 3 revistas diferentes. Na primeira geração, dois alunos apresentavam publicação – o que evidencia que esse tipo de atividade continuava bem pequena.

Não nos é possível conhecer intelectualmente esses discentes no momento em que iniciaram o curso de Mestrado. Primeiramente, por conta do praticamente inexistente histórico de publicações. Segundo, porque carecemos de uma mais sólida história dos cursos de graduação em que se formaram, muito embora haja um número razoável de estudos sobre a FNFi/IFCS da UB/UFRJ. Também, em alguns casos não sabemos em que momento o discente se graduou, o que seria um dado relevante uma vez que em intervalo relativamente curto houve mudanças significativas pelo menos na UFF e na UB/UFRJ, conforme discutimos no primeiro capítulo. Entretanto, é seguro afirmar que também essa geração não era íntima do trabalho de pesquisa. Pelo textos de suas dissertações, parecem ter tido em seus bacharelados influências intelectuais diversas, que se repetiram também nos docentes do curso de Mestrado.

3.2 Docentes, disciplinas e orientações

Cada aluno desta segunda geração fez entre 8 e 10 cursos⁵⁹². No período, foram

⁵⁹² Lembramos novamente que está excluída dessa contagem Estudos de Problemas Brasileiros (EPB).

um total de 29 disciplinas oferecidas⁵⁹³, que assim dividimos:

Tabela 8: Quantitativo de disciplinas oferecidas no período 1974-1975	
História do Brasil	8
História da América	7
Metodologia	5
Sociologia	4
Historiografia	3
Geografia	2
Total	29

As disciplinas de História do Brasil ficaram a cargo de Richard Graham, Bailey Diffie, Ismênia Martins, Victor Vincent Valla e Arthur César Ferreira Reis. Todos ministraram 1 disciplina, à exceção de Ismênia Martins que aplicou 4. Os cursos dessa professora versaram um sobre escravidão e tráfico e os outros três sobre teoria e prática de pesquisa nas épocas colonial, imperial e republicana. Graham aplicou um curso já citado sobre imperialismo inglês no Brasil⁵⁹⁴. Diffie, sobre o Brasil colonial (não há registros de maiores especificações). Valla, sobre teoria e técnica de pesquisa em Brasil colonial. Ferreira Reis, sobre diplomacia brasileira

As matérias de História da América foram da responsabilidade de Pedro Freire Ribeiro (4), Michael Morris (1), Richard Morse (1) e Carlos Esparza (1). Morse ensinou sobre urbanização na América Latina. Morris, sobre direito internacional com ênfase em assuntos marítimos e, a julgar pela bibliografia, abordando principalmente a relação dos EUA com a América Latina. O curso de Carlos Esparza foi sobre a história do Peru, da época “bourbônica” à emancipação. Os cursos de Pedro Ribeiro sobre a América Latina, a que já fizemos referência no outro capítulo, vão desde a situação colonial,

⁵⁹³ A relação das disciplinas foi obtida através de arquivo eletrônico do PPGH-UFF.

⁵⁹⁴ Estamos considerando uma interseção entre o momento da primeira e da segunda gerações. Ou seja, alunos da primeira e da segunda turma fizeram cursos no primeiro semestre de 1974.

passando pelos processos de independência e chegando até as primeiras décadas do século XX.

Todas as disciplinas de metodologia foram ofertadas por Pedro Demo, professor que abordamos anteriormente.

As disciplinas de sociologia foram ministradas por Pedro Demo e Luiz de Castro Faria⁵⁹⁵. Demo abordou os temas do “desenvolvimento” (em que trata principalmente da América Latina) e da “estratificação social”. Os cursos de Castro Faria, apesar de se chamarem “pensamento social brasileiro”, traziam em sua bibliografia Bourdieu, Foucault e Manheim.

O mestrado instituiu disciplinas intituladas “Historiografia”. Uma delas foi promovida por Hilton, mas não há registro de ementa e de bibliografia. Outras duas ficaram a cargo de José Honório Rodrigues. A bibliografia do primeiro curso de Rodrigues era sobre questões regionais do Brasil. A do segundo curso era propriamente sobre historiografia, incluindo a italiana e a inglesa.

Por fim, foram oferecidos dois cursos sobre geografia, ambos de Lysia Cavalcanti Bernardes. Eles abordam uma série de problemas, como bases naturais, urbanização, desequilíbrios regionais, geopolítica, utilização do solo, etc.. Um dos cursos dedica-se também à América Latina.

Temos duas importantes diferenças entre estas disciplinas e aquelas disponíveis à primeira geração: há um aumento absoluto e relativo muito grande das ofertas em História da América, que praticamente iguala História do Brasil em número; e passam a ser significativas as ofertas em “sociologia”, “geografia” e “historiografia”.

Sobre o recorte cronológico das disciplinas, há alguma dificuldade na contagem já que mesmo em alguns casos em que dispomos da ementa ou bibliografia, não

⁵⁹⁵ As disciplinas de Castro Faria foram oficialmente classificadas como “Antropologia Social”.

podemos ser precisos em relação ao período que abarcam. Podemos, entretanto, com segurança, inferir que o século XIX foi o mais trabalhado, estando presente em pelo menos sete matérias. O período que sem maiores precisões é chamado em nossas fontes “colonial” (cobrindo do século XVI ao XIX) passa a figurar em pelo menos 5 disciplinas. Também o século XX é matéria de mais ou menos essa quantidade. Em comparação com o recorte cronológico das disciplinas cursadas pela primeira turma, há um enfoque um pouco maior no período “colonial” e um pouco menor no século XX.

Sobre o “eixo temático” das disciplinas, as lacunas de informação nas ementas e bibliografias de disciplinas nos levam novamente a uma contagem vacilante. Considerando as disciplinas de História, há, provavelmente mais trabalho em “política” (7) que em “economia” (4), havendo também interseção entre elas. Não há registro de trabalho sobre “cultura”.

Abaixo temos a lista dos docentes que lecionaram para a segunda geração acompanhada do número de disciplinas que ofertaram.

Tabela 9: Quantitativo de disciplinas oferecidas por docentes no período 1974/1975	
Pedro Demo	7
Ismênia Martins	4
Pedro Freire Ribeiro	4
Luiz de Castro Faria	2
José Honório Rodrigues	2
Lysia Cavalcanti	2
Richard Graham	1
Stanley Hilton	1
Bailey Diffie	1
Victor Vincent Valla	1
Arthur César Ferreira Reis	1
Richard Morse	1
Michael Morris	1
Carlos Esparza	1
Total	29

É importante perceber a discrepância entre os números de Pedro Demo, Pedro Freire Ribeiro e Ismênia Martins frente a todos os outros docentes, que ofertaram apenas duas ou uma disciplina.

Os números de Pedro Demo, contudo, não podem ser superdimensionados, já que se explicam pela repetição de um mesmo curso, Metodologia I, oferecido 4 vezes.

A professora Ismênia Martins é, numericamente, a principal referência docente em História do Brasil. Já em relação à História da América, Pedro Freire Ribeiro.

Destaca-se a novidade da presença de Luiz de Castro Faria, José Honório Rodrigues e Lysia Cavalcanti, responsáveis por desenvolver no curso reflexões sobre sociologia, historiografia e geografia.

Em relação ao quadro da primeira geração, as principais continuidades são as

fortes presenças de Pedro Demo (metodologia) e Pedro Ribeiro (América).

Entre as principais diferenças, temos que Ismênia Martins substituiu Graham e Hilton como principal referência numérica em ofertas de cursos em História do Brasil. Há também o dobro do número de professores que havia anteriormente (7 x 14), mas sem um aumento proporcional no número de disciplinas oferecidas (22 x 29).⁵⁹⁶

Os estrangeiros Bailey Diffie, Richard Morse, Michael Morris e Carlos Esparza foram contratados apenas para oferecer um curso em Niterói. Outros iniciantes nesse período 74/75, Ismênia Martins, José Honório Rodrigues, Victor Valla e Arthur Cézar Ferreira Reis, fizeram parte do quadro estável de professores que perdurou até pelo menos 1979. Graham e Hilton, que contabilizam apenas 1 disciplina no período (74-75) estavam ao final de seus contratos que haviam sido iniciados em 1972. Ribeiro e Demo foram importantes de 1972 a 1975, mas saíram depois disso.

Abaixo segue o quadro dos docentes que orientaram os trabalhos da segunda geração:

Tabela 10: Quantitativo de orientandos por orientador da segunda geração	
Pedro Freire Ribeiro	8
Ismênia Martins	5
Arthur Cézar Ferreira Reis	2
José Honório Rodrigues	2
Francis Morton	1
Total	18

Além de uma forte referência na oferta de disciplinas, Pedro Freire Ribeiro é também o principal orientador no curso de Mestrado até aqui, acumulando onze trabalhos. Nesta segunda turma, sem exceção orienta dissertações de História da

⁵⁹⁶ Lembrando que o primeiro semestre de 1974 é uma interseção entre a primeira e a segunda gerações.

América, que perpassam por temas, países e orientações políticas variadas. Arthur Cézar Ferreira Reis orientou dois trabalhos sobre o “civilismo” no Peru. Sua atividade de orientação, muito embora agora menor, acumula um total de oito. Seus números já justificariam que fizéssemos uma análise desse historiador nesta seção, mas o deixaremos para a seguinte quando sua contribuição numérica como orientador se torna ainda maior.

Ismênia Martins, que não atuou no curso antes de 1974, agora se mostra uma profissional importante no número de disciplinas ofertadas e orientações. As dissertações que orientou se dedicam principalmente a aspectos econômicos e políticos da agricultura fluminense. Temas de ideologia e conflito social aparecem também nos trabalhos que auxiliou. Como outros professores relevantes numericamente já foram analisados na seção anterior, nos cabe agora apenas um olhar mais detido sobre esta que foi a principal referência de História do Brasil para a segunda geração.

Martins, depois de estudar na PUC-RJ, concluiu sua graduação no curso de História da UFF. Logo depois, antes mesmo de se tornar professora de ensino superior, iniciou seu doutoramento pela USP, ainda nos marcos do “antigo regime” da pós-graduação. Além de destacada produção bibliográfica e atividade docente em uma trajetória longa⁵⁹⁷, Martins teve atuação política na universidade – tinha articulação com o PCB, atuou na ADUFF, integrou posteriormente os quadros do MDB, concorreu ao cargo de reitora, etc.- e se envolveu também em atividades de extensão na UFF. Para conhecermos seu perfil historiográfico, analisaremos sua tese de doutoramento orientada por José Sebastião Witter e defendida em 1972 na USP, *“Problemas da extinção do tráfico africano na província do Rio de Janeiro. Uma tentativa de análise*

⁵⁹⁷ No presente momento, 2018, a professora continua suas atividades na pós-graduação em História.

das dificuldades de reposição de mão de obra na grande lavoura fluminense”⁵⁹⁸.

Martins se dedica ao estudo da lavoura fluminense que, segundo a mesma, não é tratada em trabalhos importantes como os de Viotti e Stein. Em realidade, sua tese é uma abordagem da escravidão como um problema econômico dos escravistas. Em seu primeiro capítulo, sobre a “realidade econômica do tráfico”, suas principais referências são Caio Prado Jr. e Celso Furtado. No capítulo seguinte, onde se desenvolve seu trabalho empírico, demonstra, através de escritos de várias personagens do século XIX, que a abolição do tráfico era vista como um terrível desastre por todos os que se achavam ligados aos interesses da grande lavoura: mesmo aqueles que sugerem transformações na economia do país, justificam a sua permanência. Por ser o tráfico vital para a lavoura, os argumentos em defesa do tráfico serão fortes para mantê-lo mesmo depois de legalmente extinto e mesmo com a pressão inglesa⁵⁹⁹

No terceiro capítulo, sobre o contrabando de 1831 a 1850, nos diz que a luta para exterminar o tráfico foi renhida, e que ela tem sido bastante omitida nas análises. Sobre o tema, parte das seguintes hipóteses: que as atividades jurídicas, legislativas e diplomáticas obedecem às condições econômicas do Império; que o movimento partidário e do governo encontram limites e justificativas no jogo das forças econômicas; que cada tratado feito, cada lei anti escravista promulgada trazem a partir de sua elaboração um conjunto intenso de mecanismos que permitem a imediata anulação de seus termos jurídicos sob o aspecto da atuação na validade prática, ficando confinados a uma utopia só identificável na teoria; que há descuido e ignorância proposital em relação ao contrabando; e que a cada medida tomada pela Inglaterra,

⁵⁹⁸ MARTINS, Ismênia. “*Problemas da extinção do tráfico africano na província do Rio de Janeiro. Uma tentativa de análise das dificuldades de reposição de mão de obra na grande lavoura fluminense*” Tese de doutorado. USP, 1972.

⁵⁹⁹ p. 47-8

aperfeiçoava-se o contrabando. Neste capítulo, sustentado por fontes primárias e secundárias, discute diversas ações e posicionamentos de traficantes, de ingleses, do executivo, legislativo e judiciário, dos abolicionistas e dos latifundiários.

Por fim, no último capítulo, faz uma análise da reposição de mão de obra nas três décadas posteriores à abolição do tráfico. Aqui perpassa temas como as dificuldades para a contratação de braços livres, crescimento vegetativo da população escrava, o contrabando (que teria sido grande, mas sem configurar uma solução para o problema); o aumento do preço do escravo; o peso do tráfico interprovincial, o endividamento dos senhores, etc.. Na conclusão, nos coloca que a lavoura fluminense, ao invés de se preparar para transformações estruturais, das quais a mais importante seria a introdução do trabalho livre, apenas procurou se ajustar à nova situação que o término do tráfico provocou, tornando irregular o abastecimento de escravos. Dessa forma, o que fez foi protelar a crise por 4 décadas. A prosperidade existiu por algum tempo mas os esforços feitos para mantê-la com o trabalho escravo levaram a grande lavoura fluminense a um estado de crise generalizado do qual não iria se recuperar.

Martins trabalhou com um amplo número de fontes: ofícios e relatórios de Estado, imprensa e inclusive memórias. No início e ao final da tese, a autora faz comentários sobre as fontes e sua metodologia: lamenta a escassez de informações e critica bibliotecas e arquivos; critica a forma como as autoridades da época lidavam com os dados e a falta de rigor dos levantamentos e estimativas por parte de autores; aponta conflitos de dados, falta de continuidade e diferença nas apresentações de informações nas fontes; e entende que algumas fontes querem justificar ou glorificar alguma posição ou medida política. Defende, entretanto, que em alguns casos se pode trabalhar com grande margem de certeza. Ao final da tese, apresenta um grande número

de gráficos e tabelas. Adverte que os números não podem ser tomados com exatidão, valendo seu caráter relativo e não absoluto.

Em sua tese de doutoramento na USP, Martins se mostra uma profissional consciente de problemáticas do trabalho com fontes primárias, da relação do estudo com a historiografia estabelecida e valorizadora do trabalho empírico original. Na entrevista que nos concedeu, lembra que em suas aulas valorizava o marxismo e o trabalho empírico⁶⁰⁰. Mas muitos outros profissionais lecionaram e orientaram no período, com seus perfis intelectuais, temas e abordagens diversos.

3.3. Dissertações

Quadro 5. Dissertações da segunda turma	
17M	MENDONÇA, Sonia Regina de. <i>A primeira política de valorização do café e sua vinculação com a economia agrícola do Estado do Rio de Janeiro</i> . Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1977. Orientada por Ismênia Martins.
18M	FERREIRA, Marieta de Moraes. <i>A crise dos comissários de café do Rio de Janeiro</i> . Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1977. Orientada por Ismênia Martins.
19M	SARAIVA, Luiza Maria Magalhães. <i>O petróleo venezuelano na época de Juan Vicente Gómez (1908-1935)</i> . Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1977. Orientada por Pedro Freire Ribeiro.
20M	TELLES, Marcus Vinícius. <i>A influência da maçonaria na independência do Prata: as relações da maçonaria platina com a brasileira</i> . Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1978. Orientada por Pedro Freire Ribeiro.
21M	WEYRAUCH, Cleia Schiavo. <i>O processo de consolidação do Estado uruguaio (1830-1890)</i> . Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1977. Orientada por Pedro Freire Ribeiro.
22M	BAPTISTA Júnior, Abner Simões. <i>O guano e o salitre (o surgimento do civilismo no Peru)</i> . Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1978. Orientada por Arthur Reis.
23M	OLIVEIRA, Almir da Silva. <i>O civilismo equatoriano no período de 1860-1875: o garcianismo</i> . Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1978. Orientada por Arthur Reis.

⁶⁰⁰ Entrevista ao autor. Julho de 2017.

24M	RIBEIRO, Waldir de Vita. <i>O Banco Mauá no Uruguai</i> . Dissertação de Mestrado em. UFF, 1978. Orientada por Pedro Freire Ribeiro.
25M	MONTEIRO, Adilson Pinto. <i>Argentina: economia e sociedade (1890/1922)</i> . Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1978. Orientada por Francis Morton.
26M	BARBOSA, Marilena Ramos. <i>O problema indigenista peruano na primeira metade do século XX</i> . Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1978. Orientada por Pedro Freire Ribeiro.
27M	DAMIANI, Stela Maria. <i>O índio na literatura peruana: José Maria Arguedas</i> . Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1978. Orientada por Pedro Freire Ribeiro.
28M	BARROS, Orlando de. <i>Paraguai: a transição política e suas bases</i> . Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1978. Orientada por Pedro Freire Ribeiro.
29M	PINTO FILHO, João Delduck. <i>O sentido do governo Balmaceda (1881-1891)</i> . Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1978. Orientada por Pedro Freire Ribeiro.
30M	LIMA, Lana Lage da Gama. <i>A rebeldia negra em Campos na última década da escravidão</i> . Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1978. Orientada por Ismênia Martins.
31M	FERNANDES, Sylvia Padilha. <i>Da monocultura à diversificação econômica. Um estudo de caso: Vassouras, 1880-1930</i> . Dissertação de Mestrado. UFF, 1978. Orientada por Ismênia Martins.
32M	MENANDRO, Heloisa Fesch. <i>A ideia de nação e o pensamento nacionalista na imprensa da Corte 1840-1860</i> . Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1978. Orientada por Ismênia Martins.
44M	CHIARIZIA, Martha. <i>Itabira Iron Ore Company</i> . Dissertação de Mestrado. UFF, 1979. Orientada por José Honório Rodrigues.
45M	CAMPOS, Reynaldo Pompeu. <i>O Tribunal de Segurança Nacional: 1936-1945</i> . Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1979. Orientada por José Honório Rodrigues.

3.3.1 Café (17m, 18m, 31m)

O trabalho de Sonia Regina de Mendonça, “*A primeira política de valorização do café e sua vinculação com a economia agrícola do Estado do Rio de Janeiro*”⁶⁰¹ (17m), tem como recorte o período de 1890 a 1914, compreende a “*área cafeeira decadente*”, e trabalha com quantificação. A autora entende que a Política de

⁶⁰¹ MENDONÇA, Sonia Regina de. *A primeira política de valorização do café e sua vinculação com a economia agrícola do Estado do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1977. Orientada por Ismênia Martins.

Valorização do Café, apesar de ser um tema bem discutido, não foi esclarecido cabalmente. Mendonça se abstém de fazer um estudo crítico ou comparativo de cada autor sobre o tema, mas observa que, em trabalhos de estudiosos como Celso Furtado, Villela e Susigan, Delfim Neto, Carlos Manuel Peláez e Antônio Barros de Castro, há restrição de dados a São Paulo. A dissertação tem então como valor historiográfico abordar uma região não privilegiada pela historiografia pois *“as conclusões generalizantes tradicionalmente elaboradas quanto ao tema em questão dizem respeito ao núcleo cafeeiro dinâmico – em especial o Oeste paulista”*. Valoriza então como objeto o Estado do Rio que *“- superada a fase de grandeza e apogeu de sua cafeicultura, tão explorada pelos que trataram do período imperial – deixou de motivar estudos de história econômica, em especial na fase imediatamente subsequente à Abolição, golpe mortal no comprometimento de sua economia e dele mesmo enquanto objeto de estudo, segundo parece”*⁶⁰² A crítica à generalização das conclusões para todo o setor cafeeiro nacional a autora deve a Antônio Barros de Castro.⁶⁰³

A dissertação trabalha com duas hipóteses importantes:

*“1º- que a 1ª Valorização não atuou no sentido de minimizar a crise da cafeicultura (e portanto da economia) fluminense; 2º- que esta crise econômica – apesar de insolúvel no período estudado – contará com a atuação de outros elementos no sentido de atenuá-la: nos referimos à acentuação da tendência à diversificação da agricultura fluminense, em detrimento do setor cafeeiro, no período posterior ao Convênio de Taubaté. Na medida em que os efeitos da 1ª operação valorizadora podem ser apreciados até por volta de 1913/14, delimitamos aí também nossa análise.”*⁶⁰⁴.

Na introdução, a autora ainda faz importantes considerações sobre as fontes pesquisadas: a absoluta inexistência de estatísticas primárias sobre as variáveis de

⁶⁰² p. 1

⁶⁰³ p. 3

⁶⁰⁴ p. 5

produção e renda; a falta de homogeneidade quanto ao tipo de informação oferecida a cada ano pelas fontes oficiais, *“implicando num trabalho redobrado, quase que de montagem para se compor uma série mesmo pequena.”*⁶⁰⁵; a restrição de dados sobre exportação ao café, açúcar, aguardente e madeiras para os anos anteriores a 1903; entre outras. *“Nossas conclusões serão, face a esse problema, indicativos do que deve ter ocorrido, respaldadas por informações qualitativas, mais precisas e abundantes.”*⁶⁰⁶

No primeiro capítulo, Mendonça aborda a conjuntura econômico-financeira no período de 1890 a 1905, onde observa o comportamento do setor cafeeiro e as orientações econômico-financeiras dos primeiros governos republicanos⁶⁰⁷, levando em conta a afirmação econômica e política da burguesia paulista do café⁶⁰⁸. Trata-se de um panorama da dinâmica econômica bastante fundamentada na literatura especializada, revelando a conjuntura da crise da cafeicultura naquele período.

O capítulo 2 foca o Convênio de Taubaté e resulta em um panorama do pensamento econômico de então. Não deixando de mobilizar dados econômicos numéricos, a autora também discute as leituras (prognósticos, soluções) que diferentes agentes faziam da conjuntura e do Convênio. Por exemplo,

*“Fica patente pelas observações feitas pelos defensores do Convênio, que estes também se achavam imbuídos da premissa da solução da crise do café a partir da atuação a nível da circulação, quando na verdade o âmago da questão se encontrava na esfera da produção em si mesma. Sabemos que a raiz última desses problemas se instala no próprio tipo de crescimento extensivo do setor agro-exportador e suas contradições (especialmente ligadas à desconexão entre o mercado de fatores produtivos e o mercado cafeeiro), mas tal perspectiva crítica dificilmente caberia no “pensamento econômico” da época, posto que implicaria na contestação da própria estrutura da economia nacional...”*⁶⁰⁹

⁶⁰⁵ p. 6

⁶⁰⁶ p.6

⁶⁰⁷ p. 12

⁶⁰⁸ p. 20

⁶⁰⁹ p. 69-70

O terceiro capítulo passa a abordar o Rio de Janeiro, compreendido pela autora como área cafeeira decadente. Aqui, dedica-se a compreender localmente a crise do café, trazendo à análise fatores como mão-de-obra, regime de trabalho e produtividade, considerando aí o fim do trabalho escravo, o regime de parceria e o colonato e seus significados para a lucratividade do setor e também para as receitas estatais. O quadro que demonstra a leva a concluir que o Rio de Janeiro é uma zona mais especialmente afetada pela crise, onde tendências críticas se fizeram mais graves⁶¹⁰. Em seguida, observa que, como reação à crise do café, houve uma tendência à diversificação agrícola no Estado. Mendonça observa a atuação do governo nesse sentido e faz uma análise quantitativa dessa diversificação, ao considerar dados sobre exportação e receitas do Estado.

O cerne de sua análise é o último capítulo, *“A Economia Agrícola do Estado do Rio de Janeiro e a Primeira Valorização do Café (1906-1914)”*, que faz um balanço geral dos resultados da diversificação da economia, checando esta tendência com o próprio funcionamento da primeira operação valorizadora do café. Aqui novamente ganha relevo um das preocupações principais do trabalho que é salientar o caráter específico do Rio de Janeiro. Mendonça demonstra assim, por exemplo, as diferentes posições dos cafeicultores de São Paulo e do Rio de Janeiro frente à política de valorização do café, que lhes eram de significados distintos, e as oposições surgidas em torno (por exemplo, sobre taxas). Naturalmente, analisa-se também as diferenças de resultados da política de valorização:

“Logo, os efeitos positivos que a 1ª operação Valorizadora teve para regiões cafeeiras consolidadas ou novas, não só não se reproduziram nas retaguardas da

⁶¹⁰ p. 111

cafeicultura nacional, como também não foram suficientes sequer para sustar o seu operante declínio, declínio este que se refletia tanto na renda do produtor, como nas receitas públicas.”⁶¹¹

Em sua dissertação, Mendonça fez uma análise extensa, mobilizando muitas fontes primárias, e baseando-se também nas análises de vários autores para construir sua leitura da crise e das políticas para o café. Construiu sua argumentação principalmente em bases estatísticas, que resultaram na construção de várias tabelas, mas também trabalhou bastante com discursos de políticos, colhendo suas fontes em registros oficiais de Estado, de entidades privadas e em periódicos.

Também estudando as dinâmicas econômicas do café, temos o trabalho de Marieta de Moraes Ferreira, “*A crise dos comissários de café do Rio de Janeiro*”⁶¹² (18m). Os comissários, cujas funções mudavam com o tempo, eram responsáveis por empréstimos aos produtores e atuavam também organizando vendas e intermediando a relação com exportadores estrangeiros⁶¹³, chegando inclusive a exercer tutela econômica sobre os fazendeiros⁶¹⁴. Sua relevância como tema estaria em que inexistia na bibliografia brasileira sobre café no século XIX estudos sobre os mecanismos de crédito e financiamento, o que se explicaria pela ausência de fontes documentais das firmas responsáveis pela venda de café. Sua análise restringe-se aos comissários fluminenses, ao que a autora sublinha sua especificidade. O recorte cronológico, as décadas de 1880 e 1890, é justificado por ser um período de grandes transformações para a lavoura fluminense e também a nível estrutural⁶¹⁵.

Com base em Caio Prado Júnior, a autora considera que “*a quantificação*

⁶¹¹ p. 162

⁶¹² FERREIRA, Marieta de Moraes. *A crise dos comissários de café do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1977. Orientada por Ismênia Martins.

⁶¹³ p. 1

⁶¹⁴ p. 53

⁶¹⁵ p. 2-5

funciona apenas em caráter de complementariedade à análise qualitativa preliminar.”⁶¹⁶ Curiosamente, a maior parte da discussão metodológica da autora será feita em um longo texto apresentado como apêndice após a conclusão da dissertação. Ali, expõe a dinâmica dos registros dos contratos das firmas comissárias, justificando sua utilização como fontes apesar de deficiências; problematiza os critérios de seleção das firmas que foram estudadas; reflete sobre a representatividade das informações coletadas; e mostra os cálculos que fez para lidar com a variação do preço da moeda e a deflação⁶¹⁷.

A primeira parte do trabalho, compreendida pelos capítulos 1 e 2, é dedicada ao estudo da gênese do comissário do café e sua participação quanto ao crédito agrícola. Considerando também o período anterior ao que estuda, Ferreira explica que papéis desempenhavam os comissários, (por exemplo, na recepção e na venda do café) e sua crescente importância como emprestadores. Ao longo dos anos, os comissários passaram de agentes de compras para financiadores da produção, processo que se firmou na década de 1850. Mostra também que, se no começo os empréstimos eram feitos tendo por base relações pessoais, mais à frente eles foram ficando mais formais e complexos, passando também a envolver instituições bancárias, a quem os comissários passaram a recorrer.

O capítulo 2 nos conta uma história do crédito agrícola no século XIX, analisando legislação, a atuação dos bancos (com atenção à política de bancos ingleses), dos cafeicultores e dos comissários. Tal como faz a autora, é importante sublinhar que o alto comércio comissário estava nas mãos dos grandes fazendeiros: *“Na realidade, o que acontecia é que os grandes cafeicultores acumulavam concomitantemente funções*

⁶¹⁶ p. 4

⁶¹⁷ p. 112-7

agrícolas e comerciais, o que lhes permitia exercer uma exploração sobre seus companheiros menos poderosos, donos de capitais médios.”⁶¹⁸

O capítulo 3 nos fala da crise da economia escravista cafeeira (que, em suma, significa “*a incapacidade do escravismo de adequar-se à racionalidade da empresa capitalista de produção...*”⁶¹⁹), para, em seguida, refletir sobre suas consequências junto aos comissários, concluindo que a prática dos comissários do Rio de Janeiro promovia uma descapitalização da lavoura cafeeira, pois esta lhe era subordinada economicamente. Neste sentido, mostra-se que, como os lucros dos comissários fluminenses diminuía, também escasseavam seus reinvestimentos na lavoura, questão que é exposta pela autora com detalhe de dados. A crise dos comissários se intensificou com a extinção do trabalho escravo, já que os escravos eram a principal garantia para a concessão de créditos para a lavoura do Vale do Paraíba⁶²⁰

O capítulo 4 dedica-se a mostrar como os comissários procuraram combater a crise: através de associações políticas e de mudanças em sua organização interna e conduta econômica. A autora analisa duas associações políticas dos comissários. A primeira é o Club da Lavoura e do Comércio, que fazia propaganda antiabolicionista e tinha intenção de reprimir “rebeldias” dos escravos⁶²¹. O outro órgão, estudado no capítulo, foi o Centro da Lavoura e do Comércio do Café, que intencionava participar e influenciar a vida econômica do país, discutindo uma série de questões como tarifas de estradas de ferro, tratados de comércio com outros países, etc., detalhadamente expostas por Ferreira. Em relação às mudanças nas condutas econômicas dos comissários por conta da crise, a autora analisa a abertura de agências no interior, a não especialização

⁶¹⁸ p. 45

⁶¹⁹ p. 50

⁶²⁰ p.55-63

⁶²¹ p. 65

absoluta no comércio de café (ou seja, uma diversificação nos negócios), e investimentos em aluguéis de imóveis.

O capítulo 5 analisa o aprofundamento da crise dos comissários, com a penetração de firmas exportadoras estrangeiras, que foram deslocando os comissários de suas funções e lidando mais diretamente com os produtores de café. Isso foi possível graças ao desenvolvimento de ferrovias, o avanço das telecomunicações, as maiores facilidades para obtenção de crédito por conta do Encilhamento⁶²².

Ao longo de todo o texto, Ferreira tem uma preocupação constante com a relação de seu objeto com o quadro geral da economia, trazendo leituras sobre o estado do capitalismo. Isso inclui discussão sobre modo-de-produção, sobre capitalismo monopolista e sobre relação entre países capitalistas avançados e atrasados. A ligação entre os comissários e os fazendeiros também é vista conceitualmente através da relação entre “capital comercial” e esfera produtiva, que para a autora tem a ver com a “subordinação do trabalho ao capital”⁶²³. Há ainda uma reflexão sobre princípios liberais e desenvolvimento burguês⁶²⁴. Entre as referências da autora para esses temas estão Maurice Dobb, Ciro Cardoso, João Manoel Cardoso de Mello, Karl Marx, Paul Sweezy e Francisco Falcon.

O trabalho com fontes de desta dissertação foi extenso, com grande dedicação a vários aspectos específicos da prática comissária (para citar mais um, o regime de trabalho dentro das firmas). Sua principal fonte foram os livros de registros de contratos de firmas da Junta Comercial do Rio de Janeiro, mas muitas outras foram trabalhadas, como aquelas sobre as associações políticas dos comissários. Há também grande apoio em fontes secundárias, tanto para uma compreensão das estruturas sociais quanto para

⁶²² p. 99

⁶²³ p. 55

⁶²⁴ p. 81-2

as especificidades do objeto.

“*Da monocultura à diversificação econômica. Um estudo de caso: Vassouras, 1880-1930*”⁶²⁵ (31m), de Sylvia Padilha Fernandes, aborda o café e a diversificação da produção em um município específico. Para a autora, a diversificação para o mercado interno foi uma alternativa para a crise da cafeicultura fluminense e fruto de uma política dos governos fluminenses. Segundo Padilha, para a definição de seu tema duas leituras foram fundamentais: “Grandeza e Decadência do Café no Vale do Paraíba”, de Stanley Stein, e “O café: auge, sobrevida e superação”, de Antônio de Barros de Castro.

Atenta ao confronto entre suposições generalizantes sobre a crise da cafeicultura no estado e a “*realidade concreta e historicamente determinada*”⁶²⁶, a autora justifica a importância em centrar os estudos na região de Vassouras. Outra importância historiográfica do estudo é que não se encontram com facilidade trabalhos sobre os setores da economia voltados para o mercado interno.

Sobre a historiografia específica à Vassouras, a autora, indo além do já colocado por outros autores, diz que mais do que a criação do gado, outras lavouras desenvolveram-se no município, gerando um quadro econômico que não se trata de uma simples fase de decadência no município. Trata-se de estudo importante também porque a região deixou de interessar os estudiosos a partir do momento em que decaí sua importância para o mercado exterior.

Em relação às fontes, a autora nos fala da dificuldade de trabalhar com dados quantitativos, dada a carência das informações que não permitiam armar sequências estatísticas. Algumas tabelas numéricas, entretanto, são trabalhadas ao longo da dissertação. Os principais documentos utilizados são os relatórios de presidentes de

⁶²⁵ FERNANDES, Sylvia Padilha. “*Da monocultura à diversificação econômica. Um estudo de caso: Vassouras, 1880-1930*”. Dissertação de Mestrado. UFF, 1978. Orientada por Ismênia de Lima Martins.

⁶²⁶ Ver o sumário.

província e depois do Estado do Rio de Janeiro, de seus auxiliares e de mensagens desses presidentes à Assembleia Legislativa do Estado; dados demográficos de censo; fontes cartoriais das principais famílias locais; atas da assembleia municipal de Vassoura; e entrevistas com “*representantes dos vários grupos da sociedade vassourense*” (essas com bem pouca importância para o texto)⁶²⁷

No capítulo 1, depois de caracterizar a crise do café fluminense, estudando a atuação do governo do estado (ou província), 31m verificou que não havia “*medidas acidentais*” visando a diversificação, mas uma política bastante orientada nesse sentido, o que aconteceu mesmo em momentos em que o café estava em alta⁶²⁸. Observa-se as concepções dos presidentes, que vão na direção de uma crescente consciência de que a especialização em uma única cultura é um risco econômico⁶²⁹. E também as diversas ações de diferentes governos, como a distribuição gratuita de sementes de milho, algodão, feijão, cebola, etc.; estímulos ao transporte de produtos e utensílios agrícolas; assistência veterinária; estímulos à contratação de estrangeiros; educação agrícola, etc..⁶³⁰ Um dado trazido são as receitas do Estado, onde se compara aquelas trazidas pelo café com as de outras culturas, notando-se a crescente importância destas.

Segundo Padilha, para entender como áreas dedicadas ao café se transformaram em produtoras de gênero para consumo interno, é necessário entender a dinâmica econômica da cidade do Rio de Janeiro. Por isso, o segundo capítulo é “O Distrito Federal: um mercado em expansão”. Ali, se demonstra como principalmente o desenvolvimento industrial da cidade e o aumento populacional a fizeram um local de grande demanda por produtos (cuja importação em certos momentos ficava prejudicada,

⁶²⁷ p. 1-6

⁶²⁸ p. 18

⁶²⁹ Ver, por exemplo, p. 23

⁶³⁰ p. 12, 22.

abrindo margem para a produção interna). Nesse capítulo, Padilha faz um histórico da evolução da indústria na cidade, observa sua qualidade de entreposto, e faz uma análise demográfica mostrando como o DF se constituiu um mercado consumidor que estimulou a produção interna das regiões vizinhas.

A concretização da política de diversificação econômica a nível local só foi possível graças à existência de uma anterior rede de transportes entre o DF e outras localidades, incluída, obviamente, Vassouras. Assim, o terceiro capítulo dedica-se ao estudo do aproveitamento da rede ferroviária existente desde os tempos da grande produção de café, à ampliação que esta foi sofrendo, e até os anos trinta quando rodovias se tornam o caminho mais importante⁶³¹. Com base em fontes secundárias e primárias, Padilha faz uma história dos empreendimentos ferroviários e rodoviários e de sua importância econômica para Vassouras, destacando a rede pela facilidade de escoamento e para o bom desenvolvimento de várias produções no município.

O último capítulo é “*A economia vassourense e a sua vinculação ao mercado interno*”. Primeiramente, Padilha expõe em linhas gerais a crise da produção cafeeira na cidade (e que era comum a outras do Rio de Janeiro), cujos principais componentes seriam o esgotamento do solo, as pragas, e o problema de mão-de-obra com a crise do trabalho escravo. Padilha pontua sobre alguns fatores que permitiram ao município diversificar sua economia, como melhoramentos técnicos e a mão-de-obra abundante resultante do número populacional da própria cidade. Ressaltando o sucesso da diversificação, a autora aborda a evolução de diferentes culturas do município, o que foi bem sucedido já que, em 1920, de 670 estabelecimentos recenseados, apenas 237 se dedicavam ao café, sendo o milho e o feijão culturas mais importantes. O município de

⁶³¹ p. 40.

Vassouras evidenciaria seu sucesso também pela sua notável capacidade de receita⁶³². Sobre os diversos elementos abordados no capítulo, a argumentação é criada pinçando informações de várias fontes diferentes.

Na conclusão, ressalta-se a importância da conjuntura internacional para as definições das estruturas econômicas no Brasil. Essa conjuntura é sublinhada porque o país tinha “*sua produção condicionada pelas necessidades dos países capitalistas*”.⁶³³ Mas o que marca mesmo a análise é a evidência de que Vassouras conseguiu encontrar sua solução na diversificação das atividades produtivas, e que tal não ocorreu ao acaso ou sendo apenas fruto de eventuais circunstâncias locais, mas foi possível a partir de medidas de uma política econômica governamental⁶³⁴.

3.3.2. Petróleo (19m)

“*O petróleo venezuelano na época de Juan Vicente Gómez 1908/1935*”⁶³⁵ (19m) é o trabalho de Luiza Maria Magalhães Saraiva. Seu recorte justifica-se pelo período do governo ditatorial de Gomes e parte da compreensão de que o petróleo é fundamental para entender as dimensões política e econômica da Venezuela. Em seu trabalho, a história econômica está profundamente ligada à história política do país. Há a exposição de uma grande variedade de fontes: comunicação diplomática, estatísticas demográficas, legislação, contrato entre empresas e Estado, etc.. Isso resulta em um trabalho muito recheado de informação. Cabe salientar que essas fontes, largamente expostas no texto, são mormente extraídas de outros estudos. Na parte de fontes primárias de sua bibliografia, estão apenas alguns números datados de 1974 e 1975 do boletim de um

⁶³² p. 66- 71

⁶³³ p. 77

⁶³⁴ p. 81

⁶³⁵ SARAIVA, Luiza Maria Magalhães. *O petróleo venezuelano na época de Juan Vicente Gómez (1908-1935)*. Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1977. Orientada por Pedro Freire Ribeiro.

arquivo venezuelano. Ainda em relação às fontes, a autora comenta que, por conta de estudar um período ditatorial, elas estão muito marcadas por silenciamentos ou elogios a Gómez⁶³⁶. A compreensão de Saraiva sobre seus objetos também está muito baseada em referências bibliográficas, inclusive fazendo muito uso de citações.

É perceptível que a autora faz vários juízos políticos sobre a situação histórica que aborda e, em especial, sobre Gómez. Critica a censura, a repressão, a ausência de eleições, a subserviência do congresso, a espionagem e se sai com frases como *“Se o povo estivesse satisfeito não teria havido movimentos armados, visando derrubá-lo do poder”*⁶³⁷ e *“Daí muitos terem preferido emigrar ou morrer, a terem o “privilégio” de poderem gozar de tal paz”*.⁶³⁸ Por várias vezes, a autora faz referências a analistas (geralmente não citados) que são defensores de Gómez, e os procura rebater com argumentos: aos que colocam que Gómez criou paz na Venezuela, a autora relembra episódios de repressão; aos que apontam que seu governo criou muitas rodovias, a dissertação ressalta que foram caras e só beneficiaram poucas áreas do país⁶³⁹; etc.. Criticará ainda a submissão do petróleo venezuelano às forças imperialistas, a dependência da economia a um único produto, o fato de povo e o congresso estarem completamente afastados de tudo que se relacionasse diretamente com o petróleo, etc..⁶⁴⁰

Outra preocupação constante de "O petróleo venezuelano..." (19m) é ressaltar a importância do petróleo: foi ele que deu sustentação à “sólida posição” de Gómez, que o permitiu derrotar politicamente o caudilhismo (e não seu carisma, como acreditariam outros autores), que o permitiu montar um exército forte para construir sua ditadura, e

⁶³⁶

⁶³⁷ p. 138

⁶³⁸ Idem

⁶³⁹ p. 139-0.

⁶⁴⁰ Ver p.59, 64-5

que explica as transformações políticas e econômicas da Venezuela.

Em seu primeiro capítulo, dedica-se à geografia e à geologia do petróleo venezuelano. No segundo, faz um histórico da indústria petrolífera, nos informando sobre descobertas ao longo do tempo, as concessões, a instalação de refinarias, vias férreas, dados sobre o volume da produção, etc.. No terceiro capítulo, veicula principalmente a ideia de que Gómez, e não seu antecessor, foi quem criou as melhores condições para os investidores externos do petróleo, sendo-lhes mais submissos: rebaixa impostos, diminui o valor dos royalties, concede isenção de taxas sobre importação de máquinas, etc.. Aqui analisa contratos firmados com diferentes empresas. O capítulo analisa ainda a legislação sobre a exploração do petróleo, observando elementos como duração de contratos, valor de royalties, mudanças na legislação e as opiniões dos diferentes agentes sobre ela. Ao final, sentencia que *“em nenhum outro lugar foram as condições tão favoráveis aos inversionistas estrangeiros...”*⁶⁴¹

O quarto capítulo observa a relação do petróleo com a agricultura. Aqui, se ressalta que as indústrias petrolíferas vão se apossando de terras antes dedicadas à pecuária e à agricultura, que o petróleo favorece a concentração agrária, e que outras atividades econômicas perdem na concorrência econômica porque não conseguem pagar salários mais altos como os ligados ao petróleo. Conclui que Gómez favoreceu com terras seus aliados e empresas petrolíferas, ao mesmo tempo em que prejudicou antigos senhores de terra⁶⁴². O capítulo 5 afirma que a indústria petrolífera fez surgir uma nova classe social, o proletariado. Expõe dados sobre demografia, migração (ressaltando que camponeses foram para a indústria do petróleo), origem regional desses trabalhadores, surgimento de greves e sindicatos, condições de vida. A “legislação para o trabalhador

⁶⁴¹ p. 51

⁶⁴² p. 79

venezuelano”, que figura no título deste capítulo 5, pouco figura no seu texto. O último capítulo observa os investimentos estrangeiros, os entendendo como penetração imperialista. Faz associação entre imperialismo, capitalismo monopolista e exploração de matérias-primas em países subdesenvolvidos. Usa algumas fontes diplomáticas e de contratos com empresas para defender a tese de que Gomez atendia aos interesses de empresas dos EUA e da Inglaterra, se equilibrando entre os “dois imperialismos”⁶⁴³.

3.3.3 Banco (24m)

“*O Banco Mauá no Uruguai*”⁶⁴⁴ (24m), de Waldir de Vita Ribeiro, estuda a criação, o desenvolvimento e o encerramento das atividades da Organização Bancária Mauá & Cia em território uruguaio, período que vai de 1857 a 1878. O objetivo é compreender as causas da existência desse estabelecimento bancário, os fatores condicionantes dessa escolha e as possibilidades do seu desenvolvimento⁶⁴⁵. O autor considera na análise elementos como impasses da economia uruguaia (por exemplo, dívida e sua capacidade de pagamento, efeitos do crack da bolsa de Londres, etc.), disputas internas de poder, etc., mas tudo de forma pouco sistemática, em que o texto não apresenta e sustenta as ideias e hipóteses de forma clara concatenando as diversas informações e avaliações feitas.

A dissertação é marcada por leituras elogiosas a Mauá como a de que sua atuação no país “...*foi sempre norteadada no sentido de demonstrar seus esforços pela paz e progresso, bem como seus financiamentos, tudo voltado para a causa uruguaia.*”⁶⁴⁶, de que sua preocupação básica era o saneamento econômico uruguaio,

⁶⁴³ p. 120-1.

⁶⁴⁴ RIBEIRO, Waldir de Vita. *O Banco Mauá no Uruguai*. Dissertação de Mestrado. UFF, 1978. Orientada por Pedro Freire Ribeiro.

⁶⁴⁵ p. 1-2

⁶⁴⁶ p. 2

que não havia empresa útil em que seu gênio não se envolvia⁶⁴⁷, que na história política e na prosperidade econômica do Uruguai nunca se apagará o nome de Mauá⁶⁴⁸, que sua glória consolidou o prestígio político do Brasil na região⁶⁴⁹, etc.. .

Apesar de suas proclamadas altas intenções, o empreendimento de Mauá teria sofrido por certas causas expostas no parágrafo abaixo que apresenta a principal conclusão do trabalho:

“Concluimos que foi o Banco Mauá, a despeito de tudo, das naturais hostilidades dos concorrentes, de preconceitos nativistas, de esporádicas perseguições políticas, o principal Banco do Uruguai, durante o largo período que vai de 1857 a 1869, declinando por força de leis absurdas, leis pessoais, que a Diplomacia brasileira qualificara de ataques à propriedade. Proclamamos que o Empreendedor serviu aos Governos Uruguaios e à Política Internacional do Brasil com recursos de tal ordem que ninguém teria condições de oferecer iguais, na época. Por outro lado, reconhecemos que na análise das iniciativas de Mauá, como de suas dificuldades e de suas lutas e a evocação do ambiente em que viveu, alheio, senão hostil às suas ideias, fazem ressaltar o espírito empreendedor, a audácia refletida e a tenacidade desse homem”⁶⁵⁰

Na argumentação, o autor trabalha dados sobre a legislação bancária do Uruguai, apresenta a situação econômica geral do país, dados sobre bancos, capitais ingleses, governos e sua relação com a política bancária e outros. Como fontes, usa correspondência de Mauá com parceiros uruguaios, escritos deste em jornais, documentos de Estado (executivo e legislativo). Sua principal referência secundária é o historiador uruguaio Eduardo Acevedo.

⁶⁴⁷ p. 5

⁶⁴⁸ p. 12-3

⁶⁴⁹ p. 120

⁶⁵⁰ p. 118

3.3.4 Minério (44m)

Em “*Itabira Iron Ore Compoany Limited*”⁶⁵¹ (44m), o objeto de Martha Chiarizia é “*reconstituir os principais fatos que dinamizaram as questões em torno da Itabira Iron, desde sua fundação até a suspensão definitiva do seu contrato, período de três décadas no qual a empresa liderada por Percival Farquhar tentou, por todos os meios, dominar a exportação dos minérios de ferro da região de Itabira, em Minas Gerais, tida como das mais ricas reservas mundiais*”⁶⁵² Os acontecimentos que aborda são referentes às atividades da empresa, a atuação do seu diretor, seu contrato monopolístico, suas ligações com os grupos de investidores e siderúrgicos no exterior, as reações ao empreendimento na década de 1920, os grupos políticos que se envolveram, a situação da empresa após a revolução de 1930 e o cancelamento de seu contrato. A análise procura considerar o Brasil no contexto quadro político e econômico internacional. A nota metodológica da autora é de que faz uma “*observação rigorosa das fontes primárias e outras necessárias a concretização da reconstituição dos fatos*”. A autora avisa que não vai “*apresentar um trabalho de nível teórico*”, o que para ela deixa em aberto certas questões. A dissertação se justifica pelo fato de que não há na bibliografia brasileira trabalho sobre Itabira, à exceção de dois que não são elucidativos: “*o enorme e excelente acervo sobre Itabira estava à espera de um pesquisador brasileiro*” na Biblioteca Nacional e no Arquivo Nacional⁶⁵³

Em um texto essencialmente factualista, “Itabira Iron Ore...” tem como principal mote a disputa entre interesses monopolísticos de capitais estrangeiros consubstanciados na Itabira Company e a reação nacionalista que se lhe opôs. Elementos relevantes nessa

⁶⁵¹ CHIARIZIA, Martha. *Itabira Iron Ore Company*. Dissertação de Mestrado. UFF, 1979. Orientada por José Honório Rodrigues.

⁶⁵² p. 1

⁶⁵³ p.1-3

narrativa são, entre outros, a concepção de capitais estrangeiros de que deveriam controlar, além das jazidas, o transporte pelo Vale do Rio Doce; o temor por parte de imprensa e parlamento brasileiros de que, de forma geral estrangeiros controlassem o subsolo do país, e, particularmente de que Percival Farquhar concentrasse muitos recursos na siderurgia brasileira; a associação entre capitais ingleses e norte-americanos como forma de o Brasil evitar maior concentração de poder; o favorecimento inicial à Itabira Company por parte do governo brasileiro que executou o contrato estabelecido mesmo com a reprovação por parte do Tribunal de Contas; a ampliação do favorecimento do governo brasileiro à Itabira por compreender no pós-Guerra a necessidade de fomentar indústria de bens de produção; as resistências diversas a essa postura, entre elas as de setores da indústria nacional e competidores estrangeiros; as dificuldades de Farquhar para investir à época da crise de 1929 e ao longo da década de 1930 por conta de instabilidades políticas no Brasil; por último, destacamos a profunda alteração na relação do governo brasileiro com a empresa a partir de 1930 com uma tendência à nacionalização das atividades ligadas à siderurgia e ao monopólio por parte da União do comércio de exportação dos minérios de ferro brasileiros.

"Itabira Iron Ore..." (44m) recorre a muitas fontes secundárias e primárias. Entre estas, estão boletins e relatórios de empresarias e estatais; documentos do legislativo e de conselhos e departamentos ligados a minérios nacionais; além de muitos periódicos, alguns deles especializados em siderurgia.

3.3.5 Economia e operariado (25m)

Em seu prefácio, "*Argentina: economia e sociedade (1890/1922)*"⁶⁵⁴ (25m), de

⁶⁵⁴ MONTEIRO, Adilson Pinto. *Argentina: economia e sociedade (1890/1922)*. Dissertação de Mestrado. UFF, 1978. Orientada por Francis Morton.

Adilson Pinto Monteiro, entende-se como “história do trabalho”, tendência historiográfica que só recentemente estaria sendo estudada na universidade (apesar da pequena produção na América Latina e no Brasil). Na realidade, apenas a segunda metade do seu trabalho poderia assim ser atendida, já que a primeira se dedica à economia. Muito embora classificado aqui por nós como “história econômica”, o estudo tem claramente duas faces independentes e bem delineadas, uma política e outra econômica. São dois os assuntos de que trata: a economia argentina em termos gerais (onde principal mensagem é de que ela se desenvolveu bem apesar da dependência do comércio externo⁶⁵⁵) e a mobilização operária (onde se ressalta sobretudo sua alta politização). A opção temática pela Argentina é justificada pelo caráter forte de seu movimento trabalhista-sindical.

É já na primeira página do primeiro capítulo sobre a formação econômica argentina que o autor começa a discussão sobre conceitos. O primeiro deles é o “modelo teórico do produto básico”, reflexões de origem canadense que se difundiram na América, e que tem como seu principal nome Robert Baldwin. O modelo serve para observar o encadeamento da relação crescimento exportador, diversidades e crescimento econômico: “...um produto básico como setor exportador é a célula nuclear das cadeias formadoras de uma estrutura de produção em desenvolvimento”⁶⁵⁶. Uma conclusão desses autores é que “seria melhor nunca estas áreas terem exportado produtos básicos, simplesmente pelo fraco encadeamento aí encontrado”⁶⁵⁷. Ou seja, o setor exportador não se integra ao setor de subsistência e isto não promove melhoria nas condições reais dos trabalhadores. O outro modelo teórico é o “Furtado-Cepal”, que segundo o autor deriva do anterior. A partir da leitura desse modelo, o relevante para a

⁶⁵⁵ p. 81

⁶⁵⁶ p. 2

⁶⁵⁷ p. 4

análise desta dissertação “*é a grande desigualdade social como fator inibidor do encadeamento do setor exportador e o setor doméstico através da expressão da oferta ilimitada do trabalho como obstrução da demanda final, vinculada aos fatores internos. Com as crises do setor exportador teremos o processo de substituição da importação, mas não resulta na mudança das condições gerais desta estrutura da produção.*”⁶⁵⁸

Ao abordar no primeiro capítulo a economia argentina no período 1890-1930, o autor se utiliza de fontes secundárias e faz um contínuo paralelo com a brasileira. Traz muitos dados numéricos, recolhidos da bibliografia, sobre exportação e importação, urbanização, demografia, indústria, distribuição da força-de-trabalho, fontes de energia, etc.. Sua conclusão mais importante é a de que há um grau menor na desigualdade no interior e maiores chances de ascensão social⁶⁵⁹. Em relação à propriedade da terra, coloca que a concentração não sufoca “*as novas oportunidades de produtores independentes que se renovam, diversificam e esboçam um mercado doméstico*”⁶⁶⁰ - situação esta que se diferencia de outras regiões da América Latina. Em relação ao trabalho, destaca os altos salários no setor rural e urbano – o que também diferencia o país de outros latinos. Para contemplar a diversificação da economia argentina, nos apresenta dados e a história sobre a indústria da farinha, do açúcar, das oleaginosas, ervateiras e tabaqueiras. Sua análise da dinâmica econômica da Argentina envolve implicações políticas com observações sobre classes sociais, como por exemplo, a afirmação de que com a introdução de relações de produção capitalistas tem-se a formação do proletariado e das burguesias nacional e estrangeira articuladas com suas soberanias jurídico-política e ideológica⁶⁶¹. Este capítulo ocupa cerca de metade do texto

⁶⁵⁸ p. 8-9

⁶⁵⁹ p. 29

⁶⁶⁰ p. 31

⁶⁶¹ p. 41

da dissertação.

O segundo capítulo abre a metade dedicada à política e se chama “Formação social”. Também é baseado em fontes secundárias, fazendo um constante uso de longas citações de autores. A primeira parte, “grêmios e artesãos” nos traz afirmações como a de que no século XIX o trabalhador era tratado como propriedade do patrão, que no momento pré-capitalista havia a dependência e a servidão, etc., e intercala essas informações com observações sobre estrutura econômica. Na parte sobre a elite, temos dados demográficos, de indústria, de investimento estrangeiro, e também de estrutura sócio-econômica. Na parte sobre operariado, informações sobre índios, imigrantes, salários, desemprego, moradia, etc.. A análise nos soa inconsistente, faltando um nexo forte entre as diversas informações trazidas ao longo do texto, algo que é comum a outras partes do trabalho.

O terceiro e bem curto (5 páginas) capítulo é “Idéias políticas no movimento operário”, que traz informações sobre influência do anarco-sindicalismo e do socialismo, o papel das associações mútuas, algumas posições dos sindicatos ao longo do tempo, etc.. O autor pretende enfatizar que havia forte politização entre o operariado argentino e conclui o capítulo lamentando alguns confrontos entre anarquistas e socialistas que prejudicaram a unificação. O capítulo seguinte, “As organizações sindicais”, cuja escrita é quase inteiramente baseada em um único livro, fala do aparecimento de grêmios, ligas, federações, influências de ideias socialistas, congressos e partidos, observando algumas reivindicações das entidades, estatutos, opiniões em jornais, a emergência de greves em certos períodos e alguns fatos relevantes da luta operária.

As fontes primárias trabalhadas ao longo de “Argentina: economia e

sociedade...” são praticamente todas extraídas de bibliografia secundária, como é o caso do livro “Historia del movimiento sindical” de Rubens Iscaro, carecendo a dissertação de qualquer nova contribuição empírica. A análise dos dados também não nos levou a perceber qualquer originalidade relevante deste trabalho. Destaca-se, entretanto, o empenho de discussão conceitual (modelo teórico do produto básico e modelo Furtado-Cepal) pouco comum nas dissertações observadas até aqui. Aparecem ao longo do texto termos comuns ao marxismo como capital constante e variável, aparelho ideológico de estado, acumulação primitiva de capital, mas sem que representassem maiores significados na análise.

3.3.6 Estadistas e maçons (20m, 23m e 29m)

Em “*A influência da maçonaria na independência do Prata: as relações da maçonaria platina com a brasileira*”⁶⁶² (20m), Marcus Vinicius Telles justifica seu tema pelo fato de que teria sido clara a participação da maçonaria nos movimentos emancipadores da América Latina.⁶⁶³ Supõe também o autor que “*O único veículo de eficiência para que a ideia política da emancipação prosperasse e fizesse desencadear o movimento de independência eram as Lojas Maçônicas.*”⁶⁶⁴ e que seria possível “... *demonstrar que os movimentos emancipacionistas das colônias espanholas da América tiveram o mesmo foco de irradiação, que foi a maçonaria estabelecida na Inglaterra*”⁶⁶⁵ Esta dissertação é um estudo de história política que sobrevaloriza a maçonaria, com reflexões fomentadas pelo fascínio do autor pela entidade. Sua análise se dá principalmente em observar as relações pessoais e políticas de atores maçons,

⁶⁶² TELLES, Marcus Vinicius. “*A influência da maçonaria na independência do Prata: as relações da maçonaria platina com a brasileira*”. Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1978. Orientada por Pedro Freire Ribeiro.

⁶⁶³ p. 2

⁶⁶⁴ p. 2

⁶⁶⁵ p. 5

demonstrando que se conheciam, que trocavam certas ideias, etc..

Em seu primeiro capítulo, traça um histórico da maçonaria começando pelo século V. Aborda, principalmente para os séculos XVII e XVIII, as relações pessoais e políticas que haviam entre maçons. Aponta, entre outras coisas, que os criollos e brasileiros que iam para a Europa se irmanavam pela maçonaria; que a maçonaria propiciou a implantação das ideias liberais no continente americano; e que foi instrumento de política externa da Inglaterra.

No segundo capítulo, sobre a maçonaria no Prata, parte para questões do tipo “*Qual seria a primeira loja maçônica das Américas?*”, evidenciando que as especificidades internas das entidades que estuda tem mais relevo que o contexto em que elas estão inseridas, muito embora haja no texto uma caracterização econômica, política e administrativa do Prata. Interessa-se pela ligação de alguns personagens com a maçonaria (como Tupac Amaru). Sobre as sociedades secretas, pergunta-se sobre quem fundou e quando foram fundadas, debate a própria existência de algumas, quem fazia parte delas, quantos membros havia, quais eram seus codinomes, etc.. Sobre San Martin, que tem relevo no capítulo, defende que era, sim, da maçonaria, e que não era monarquista, posto que era maçom e a maçonaria defendia ideais republicanos⁶⁶⁶. Sobre a Loja Lautaro, depois de discutir se era realmente maçônica, aponta que “*.foi o motor que movimentou o povo portenho na hora da indecisão em que se encontrava para a Emancipação. Teve homens à altura dessa responsabilidade...*”⁶⁶⁷ e que “*foi o fator de consolidação da Libertação e a mola mestra para tornar o Prata emancipado.*”⁶⁶⁸ Põe assim novamente a centralidade maçônica para explicar os rumos políticos no continente, pois seriam nesses espaços que os homens se articulariam, se organizariam e

⁶⁶⁶ p. 75-6

⁶⁶⁷ p. 87

⁶⁶⁸ p. 3

a partir dali difundiriam suas ideias.⁶⁶⁹

No capítulo sobre o clero na maçonaria, defende que a maçonaria não pode ser acusada de anti religiosa porque muitos clérigos participaram dela⁶⁷⁰. O capítulo seguinte, sobre as relações da maçonaria platina com a brasileira, é dividido em duas partes: maçons platinos no Brasil e maçons brasileiros no Prata. A questão que o impulsiona nessa parte é se houve contato entre os maçons dessas diferentes regiões. Consegue confirmar que sim, e isso é apresentado como um triunfo da pesquisa. Aqui, observa aspectos da permanência dessas pessoas na região, que trocavam cartas, que compartilhavam perspectivas, etc..

"A influência da maçonaria..." (20m) avalia o argumento, muitas vezes conflitante, de vários historiadores e se posiciona sobre as questões que são, como vimos, quase sempre sobre as minúcias da maçonaria. Algo próximo de um comentário metodológico há quando o autor considera que a maçonaria é algo secreto, sendo suas questões, portanto, de aproximação difícil⁶⁷¹.

O estudo de Almir da Silva Oliveira, "*O civilismo equatoriano no período de 1860-1875: o garcianismo*"⁶⁷² (23m) é centrado na figura do homem Garcia Moreno, estadista equatoriano. O autor acredita na "*análise imparcial das fontes históricas*" para um melhor conhecimento sobre a personagem, e acredita chegar em um conhecimento equilibrado, sem "denegri-lo" como fazem os "*ferozes detratores do Civilismo Equatoriano que, levados pela cegueira oposicionista, aniquilam os mínimos aspectos positivos do garcianismo*", e sem acreditar na exaltação feita pelos partidários do garcianismo que suprimem seus defeitos, ocultam seus erros e atribuem-lhe qualidades

⁶⁶⁹ p. 3-4

⁶⁷⁰ p. 72-3

⁶⁷¹ p. 4

⁶⁷² OLIVEIRA, Almir da Silva. *O civilismo equatoriano no período de 1860-1875: o garcianismo*. Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1978. Orientada por Arthur César Ferreira Reis.

quase sobre-humanas”⁶⁷³. O intento de neutralidade não impediu o autor de colocar que Garcia Moreno foi *“homem de qualidades indiscutíveis, de impulsos extraordinários e de uma visão e atuação preclaras. Sua obra revela como traço característico essencial: a vontade férrea, que o fazia seguir o caminho traçado, sem recuo nem desânimo.”*⁶⁷⁴. Sempre levando em conta o indivíduo, afirma, por exemplo, que a conquista do apoio do clero não foi fruto de uma beatice dissimulada de Garcia Moreno para conquistar o poder, mas foi apenas quando este já estava no poder que teria criado um clero vigoroso. Seu catolicismo, pelo contrário, o teria privado de receber adesões fáceis e lhe impôs um trabalho hercúleo de organização nacional⁶⁷⁵.

Para o autor, o problema máximo vivido pelo Equador naqueles tempos era o da *“harmonização da ordem com a liberdade, do dever com o direito”*⁶⁷⁶. Diante dessa circunstância, com o Equador vivendo um dilema entre autoritarismo e anarquismo, e com a Nação ameaçada de invasão, de regionalismo e do prosseguimento de um *“regime da intriga, do afrouxamento dos valores cívicos e da irresponsabilidade do cidadão”*, Garcia Moreno teria encaminhado uma solução que era um regime autoritário, entendido pelo autor, entretanto, como um *“mal menor, uma necessidade ineludível”*⁶⁷⁷. A ação de Garcia Moreno *“obedecia a um plano realista de necessidades genuínas do meio e atendia a etapas completas de desenvolvimento: pacificação e unificação nacional, progresso material, reconstrução moral e consolidação.”*⁶⁷⁸. Garcia realizou seu programa com – e diante da necessidade histórica nacional não há tanto pudor do autor em dizê-lo - *“energia implacável e por meios cruéis, passando por*

⁶⁷³ Ver “resumo”

⁶⁷⁴ p. 159

⁶⁷⁵ 159-160

⁶⁷⁶ p. 160

⁶⁷⁷ p. 161

⁶⁷⁸ p. 161

cima da lei”⁶⁷⁹.

Ressalta-se a fundação de instituições de ensino, a realização de obras públicas prioritárias, a promoção do fomento da riqueza industrial e da agricultura. Foi um administrador inteligente e de “*inigualável honestidade*”, e isso é reconhecido mesmo pelos seus adversários⁶⁸⁰.

Quanto aos erros de Garcia Moreno, o primeiro que o autor destaca é que o estadista não criou “*estruturas sólidas para a perduração do regime*” (autoritário e cruel, lembramos). Outro erro de Garcia Moreno foi ter dependido muito de si mesmo, “*sem ter plena confiança em ninguém*” e não ter educado civicamente o povo equatoriano de forma suficiente para que este não voltasse a cair em erro depois que saísse do cenário nacional⁶⁸¹. É claro que “cair em erro” significa eleger pessoa de característica diferente de Garcia Moreno, problema que existia também porque “*morto Garcia Moreno, faltou aos seus partidários o homem bem dotado, capaz de continuar o programa.*”⁶⁸²

Outra questão relevante para o autor é que, mesmo Garcia Moreno tendo sido um rigoroso católico não teria entrado em luta contra as luzes do século, nem impedido a ilustração acadêmica. Se restringiu a divulgação de certas ideias, justifica-se porque estas eram dissociadoras⁶⁸³.

A dissertação termina com a citação de um historiador peruano que afirma que Garcia Moreno não foi um tirano sem doutrina, sendo estoico, justo, organizador e criador. Este estudo é uma história política factual com forte ênfase em um indivíduo, Garcia Moreno, a quem são dedicados 2 capítulos, inclusive fazendo incursões sobre

⁶⁷⁹ p. 162

⁶⁸⁰ p.162-3

⁶⁸¹ p. 164

⁶⁸² p. 165

⁶⁸³ p. 165

sua vida privada. No plano da política equatoriana, observa a disputa entre militares e civis pelo controle do Estado, levando em conta também a atuação política da Igreja e do exército. A dissertação trata ainda do período antecedente a Garcia Moreno e faz exposições sobre características diversas do Equador (geografia, demografia, etc.). Trabalha basicamente com fontes secundárias, mas também faz referências a primárias como cartas e discursos publicados de Garcia Moreno.

O trabalho de João Delduck Pinto Filho, *O sentido do governo Balmaceda (1881-1891)*⁶⁸⁴ (29m), tem como um de seus principais objetivos a avaliação de sua personagem central através de questões como:

*“Por que esse período [o de Balmaceda no poder] de básicas realizações culminou com triste desfecho: um infrutuosa revolução armada e o suicídio de Balmaceda? Não foi Balmaceda um patriota? Omitiu-se Balmaceda na hora de atender aos anseios populares? Teria sido Balmaceda um traidor da causa liberal? Não procurou Balmaceda conviver com os conservadores e fazer voltar a paz com a Igreja?”*⁶⁸⁵

O autor menciona que há duas correntes historiográficas chilenas que procuram a primeira explicar o período através da disputa entre clericalistas e anticlericalistas e entre conservadores e liberais, e a segunda ressaltar o peso capitalismo inglês⁶⁸⁶. O autor diz reconhecer a validade de ambas, mas que o mais importante seria localizar a figura de Balmaceda, descrito laudativamente ao longo da dissertação como patriota, trabalhador, convicto, qualificado, etc..

Na introdução, o autor coloca que se esquivará de debater o caráter ditatorial do governo de Balmaceda, preferindo *“fugir à polêmica”*⁶⁸⁷. Entretanto, a ditadura de Balmaceda aparece reconhecida e justificada em outros trechos, como na página 78 em

⁶⁸⁴ PINTO FILHO, João Delduck. *O sentido do governo Balmaceda (1881-1891)*. Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1978. Orientada por Pedro Freire Ribeiro.

⁶⁸⁵ p. 3

⁶⁸⁶ p. 3-4

⁶⁸⁷ p. 4

que, depois de afirmar que o estadista, por transgredir a constituição, havia se tornado um ditador, o reabilita por este seguir não interesses particulares, mas os elevados interesses da nação, ao contrário de seus opositores que *“se apoiavam senão numa legalidade aparente.”*⁶⁸⁸ Em suma, o autor da dissertação condena os atos ditatoriais de Balmaceda, mas justifica o homem através de colocações como a de que não tinha a real intenção de se perpetuar no poder, etc.. O autor também coloca que consegue chegar a uma leitura equilibrada sobre Balmaceda por não ser movido por paixão na análise⁶⁸⁹.

Sobre os 10 anos que Balmaceda esteve ao poder, o autor destaca, com dados, seu “pulso firme” na defesa dos interesses nacionais e seu sucesso em reduzir a dívida pública; suas obras públicas, em que *“a paz e o conforto da sociedade foram buscados de todas as formas”*⁶⁹⁰, a pacificação da relação entre Estado e Igreja, etc.. Destaca ainda que Balmaceda não conseguia contentar a todos da elite liberal, gerando muita rotatividade nos ministérios. Descreve no capítulo dedicado ao governo de Balmaceda, algumas ações da reação e do conflito armado que viriam a retirar a personagem principal do poder, pontuando no último parágrafo que *“A imaturidade do povo chileno não chegou a alcançar os intentos patrióticos de seu chefe...”*⁶⁹¹.

A dissertação tem ainda um capítulo sobre o governo anterior a Balmaceda, um outro dedicado à guerra civil de 1891 e algumas consequências dela para o país (*“as mais funestas possíveis”*). 29m é um curto trabalho baseado em fontes secundárias (muito embora o autor tenha recorrido a algumas fontes primárias) e referente a ações estatais e homens de Estado.

⁶⁸⁸ p. 78

⁶⁸⁹ Ver 79-80

⁶⁹⁰ p. 31

⁶⁹¹ p. 48-9;

3.3.7 Estado e disputa (21m, 22m e 28m)

O principal objetivo da dissertação de Cleia Weyrauch, “*O processo de consolidação do Estado uruguaio (1830-1890)*”⁶⁹² (21m) é mostrar que o regime militarista foi responsável pelo fortalecimento do poder central e pelo surgimento do Estado Nacional de fato. É um trabalho de história política que leva em conta não apenas elementos referentes ao Estado, mas também a dinâmica econômica uruguaia e a atuação classista de diferentes agentes ligados a certas atividades econômicas. É um estudo que, apesar de suas poucas páginas (85), mobiliza vários fatores como demografia, atividade empresarial, capital estrangeiro, legislação, discursos políticos, atuação partidária, etc..

Segundo a autora, “*Não pretendemos provar nada de novo face à literatura existente sobre o assunto, mas apresentar algumas deduções sobre determinadas configurações históricas...*”⁶⁹³ As fontes primárias trabalhadas no texto provém de fontes secundárias ou de compilações publicadas no Uruguai. Não há debate de autores, conceitual ou metodológico nas páginas de 21m e sua bibliografia trata quase exclusivamente da história uruguaia.

Após um histórico do passado colonial da região, sua análise se inicia com a descrição da debilidade estatal no país entre 1830 e 1872, devida às lutas entre comerciantes e caudilhos (produtores bovinos) e às intervenções da Argentina e do Brasil. Em capítulo seguinte, debruça-se sobre as causas da instalação do novo regime, onde trabalha a ideia de que, em meio a problemas político financeiros, instituições novas como Associação Rural e Bolsa de Comércio, estas com maior integração ao sistema capitalista, iniciaram mobilização por uma nova ordem no país.

⁶⁹² WEYRAUCH, Cleia Schiavo. *O processo de consolidação do Estado uruguaio (1830-1890)*. Dissertação de Mestrado. UFF, 1977. Orientada por Pero Freire Ribeiro.

⁶⁹³ p. 7

A última parte do seu estudo é dedicada ao desenvolvimento do exército, observado como um canal através do qual novas classes fortes economicamente afirmaram seus projetos baseados no direito de propriedade privada e em uma política financeira favorável aos interesses do alto comércio e aliados ingleses: *“Na realidade, o exército nada mais foi do que um instrumento das classes favorecidas economicamente, na medida em que, fortalecendo o poder central, superou a debilidade constante do Estado que arriscava seus interesses.”*⁶⁹⁴ Um dos resultados foi o desenvolvimento do capitalismo na região, principalmente no meio rural.

*“O guano e o salitre (o surgimento do civilismo no Perú)”*⁶⁹⁵ (22m) é a dissertação escrita por Abner Simões Baptista Júnior. O principal de sua análise é a disputa entre dois grupos, o de militares e o de civis. O primeiro controlava o Estado fazendo uso das rendas geradas pela venda do guano (substituído mais tarde e com menos sucesso pelo salitre). Em um primeiro momento, os militares se associaram com civis no Estado e dividiam com eles, ainda que de forma desigual, a renda gerada pelo guano. Mais tarde, porém, a oligarquia civil reagiu contra a apropriação do poder político e das rendas do guano por parte dos militares e se organizou em um movimento chamado civilismo cujo principal órgão era o Partido Civil. A disputa entre a oligarquia civil e os militares fez a Inglaterra ficar mais forte e por isso 22m *“pretende ser um alerta contra as radicalizações de movimentos políticos que em última instância só servem ao dominador alienígena (qualquer que seja sua nacionalidade)...”*⁶⁹⁶

Esta dissertação é rica em dados sobre muitos atores da política peruana, mormente os que ocupam posições estatais. Apesar de considerar muitas ações

⁶⁹⁴ p. 74-5

⁶⁹⁵ BAPTISTA Júnior, Abner Simões. *O guano e o salitre (o surgimento do civilismo no Perú)*. Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1978. Orientada por Arthur César Ferreira Reis.

⁶⁹⁶ p. 1

individuais, não deixa de fazer referência a classes sociais. Na dissertação, também há muita informação sobre a administração estatal sobre o guano, além de páginas sobre geografia, comércio do guano, uma síntese da economia colonial peruana baseada no historiador Emilio Romero e uma avaliação sobre a influência da Guerra do Pacífico sobre o país.

“*O guano e o salitre...*” trabalha com muitas fontes secundárias e primárias, estas publicadas no Peru e referentes principalmente ao Estado peruano. Trata-se de um estudo sobre disputas político-partidárias quem põe em relevo as bases econômicas do país (o guano e o salitre).

A intenção do estudo de Orlando de Barros, “*Paraguai: a transição política e suas bases (1869-1880)*”⁶⁹⁷ (28m) é “*procurar as origens da elite política que participou da história nacional nos dez anos posteriores à guerra, mostrar suas ações e contradições, tentar esclarecer as circunstâncias que condicionaram interna e externamente o exercício das atividades políticas, comparar as novas estruturas com as bases que sustentaram as ditaduras...*”⁶⁹⁸ Seu foco principal é o período posterior à guerra, com o país bastante debilitado em vários sentidos (demográfico, econômico, etc.). Entretanto, estuda também o período anterior, em que o Paraguai esteve marcado por regimes autoritários (ao passo que o resto do continente estaria sendo influenciado pelo liberalismo). Seu primeiro capítulo é dedicado à estrutura política das ditaduras (1814-1870), O primeiro momento de sua análise é sobre o ditador Francia, onde observa o controle político sobre militares, a relação com o congresso, com a Igreja, a vitória sobre adversários, o isolacionismo de sua economia, os atos repressivos

⁶⁹⁷ BARROS, Orlando de. *Paraguai: a transição política e suas bases*. Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1978. Orientada por Pedro Freire Ribeiro.

⁶⁹⁸ p. 7

(julgamentos sumários, execuções, terror⁶⁹⁹) etc.. Barros discute seu caráter autoritário trazendo autores que afirmam que as ações de Francia ocorriam em função do perigo da anarquia e da ameaça externa, e outros que negam que sua atitude tenha a ver com necessidades nacionais⁷⁰⁰. No geral, o autor centra muito a explicação na figura de Francia, mas não o faz de forma absoluta. Com os ditadores que assumiram posteriormente, os López, não houve mudança substancial do regime⁷⁰¹, seguindo a corrupção e a repressão contra adversários. O autor repara, entretanto, níveis diferentes de violência perpetrados pelo Estado⁷⁰².

O seu segundo capítulo trata das “*Origens do governo constitucional*”. Estuda longamente emigrados que se articularam politicamente, inclusive incentivando ações da Argentina e do Brasil junto ao Paraguai, além de conspirações para assassinatos. Uma das questões que atravessa essas páginas é se os emigrados estariam sendo manipulados ou resistiam à manipulação por parte dos governos estrangeiros⁷⁰³

O capítulo 3, chamado “*As questões internacionais*” se concentra sobre as relações com os aliados, considerando o Prata uma região sensível, por exemplo, em relação a limites de navegação. O autor conclui o capítulo considerando que o Paraguai, apesar de mutilado no seu território, conseguiu ter vitórias diplomáticas e salvar sua “expressão nacional”. O período seria positivo quando comparado ao momento em que vigoravam as ditaduras, que teriam conduzido questões diplomáticas em bases personalistas; e teria marcado para o Paraguai uma elite mais madura. Para o período de 1870 a 1880, tema do último capítulo, o autor entende que houve uma luta permanente entre tendências liberais e autoritárias. Entende, porém, que a circulação do poder, a

⁶⁹⁹ p. 27

⁷⁰⁰ p. 20

⁷⁰¹ p. 28

⁷⁰² p. 44-6

⁷⁰³ p. 72-3

vida partidária e os elementos fundamentais da vida democrática foram mantidos, apesar da “tentação autoritária” constante. Neste seu último capítulo, centra a análise na definição da nova constituição, e na política econômica do país (onde também observa problemas sociais advindos do problema da propriedade da terra).

O estudo de Orlando Barros é extenso e rico factualmente. Concentra-se nas “elites políticas”, na organização e no poder de Estado, e nas relações internacionais e diplomáticas que tiveram grande peso naquele momento da história paraguaia. Utilizou fontes diplomáticas brasileiras, da Coleção Visconde do Rio Branco e do Arquivo do Ministério das Relações Exteriores, além de outras duas coleções de documentos paraguaios.

3.3.8 Opressão e luta (26m e 30m)

A dissertação de Marilena Ramos Barbosa, “*O problema indigenista peruano na primeira metade do século XX*”⁷⁰⁴ (26m), nos apresenta uma história geral do Peru com ênfase na opressão contra os indígenas e em sua resistência, que vai do período incaico até o século XX. É uma dissertação muito extensa abordando temas como relações de produção, estrutura socioeconômica e organização classista. Identifica que o valor do trabalho é “*contribuir para divulgar, com mais profundidade, o conhecimento de importantíssimos problemas sociais latino-americanos...*”⁷⁰⁵. Seu primeiro capítulo se dedica à descrição do estado inca, à conquista espanhola e à dominação colonial, não deixando de registrar reações indígenas, onde pontua que teriam limites de organização e liderança. No segundo capítulo, em que aborda a situação indígena no século XIX, entende que ela piora quando comparada a do período colonial (por exemplo, em função

⁷⁰⁴ BARBOSA, Marilena Ramos. *O problema indigenista peruano na primeira metade do século XX*. Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1978. Orientada por Arthur César Ferreira Reis.

⁷⁰⁵ p. 11

da diminuição de terras indígenas e do desrespeito a certas leis que os poupavam de impostos, etc.) e que só começa a se alterar na década de 20 do século XX⁷⁰⁶. Destaca entretanto o que chamou de “primeiras atitudes pró-indígenas” que são trabalhos de diversos intelectuais que denunciam a situação daquele povo. No capítulo 3, a autora faz uma apresentação muito extensa de transformações socioeconômicas no país destacando temas como aumento do capital estrangeiro, propriedade fundiária e contratos de trabalho com indígenas, etc.. Aqui também traz as reações dos oprimidos à situação que viviam, em especial as sublevações, e a violência reacionária que se abatia sobre eles com massacres. Para a autora, a situação conflituosa levou à legislação que trazia alguns benefícios. As violações às leis, entretanto, foram frequentes e a violência prosseguiu⁷⁰⁷. O capítulo também traz informações sobre os primeiros “movimentos obreiros”, onde apresenta organizações de trabalhadores e suas reivindicações.

Nos dois capítulos seguintes, temos uma análise sobre a legislação sobre comunidades indígenas, que diz respeito à posse da terra e conflitos sobre isso; e uma apresentação de obras “indigenistas”, isto é, de intelectuais peruanos que se dedicaram a estudar e analisar a situação do povo. A produção intelectual, que havia aparecido em capítulo anterior, teria lugar ainda em outro momento da dissertação quando discute o “indigenismo literário”. O último capítulo se dedica às décadas de 1930 a 1950, observando os mesmos tipos de questões que apareceram previamente, como situação jurídica da terra, legislação sobre trabalho, demografia, etc.. A conclusão de Barbosa é, na realidade, um resumo em que apresenta em 24 tópicos os fatos e leituras mais importantes trabalhados ao longo da dissertação.

Entre as fontes primárias trabalhadas por Barbosa estão publicações do

⁷⁰⁶ p. 23-5

⁷⁰⁷ p. 83

legislativo e alguns documentos de ministérios do governo. Mas a base do seu trabalho são as fontes secundárias, entre elas José Mariátegui, que abordam desde o século XVI até a primeira metade do século XX.

Em “*A rebeldia negra em Campos na última década da escravidão*”⁷⁰⁸ (30m), Lana Lage de Gama Lima se afasta do que considera duas tendências historiográficas sobre o negro: uma que o vê o negro como dócil e positiva sua escravização; e outra que romantiza a sua rebeldia lhe imputando heroísmo. O melhor seria abordar a rebeldia negra considerando as relações de produção, as condições conjunturais de manifestações rebeldes e a conscientização do negro sobre sua condição. Sua análise empírica se dedica à cidade de Campos, e principalmente ao seu movimento abolicionista, a que criticará apontando que este tem como intenção manter o negro como mão-de-obra barata no pós-abolição.

Em seu primeiro capítulo, Lima se dedica longamente a mostrar (através de legislação, castigos, formas de resistências, etc.) que a escravidão é uma relação de produção permeada pela violência, e que, com toda essa degradação sobre o escravo, este assume sua condição humana apenas ao rebelar-se (através da fuga, formação de quilombos, etc.)⁷⁰⁹. No seu segundo capítulo, aponta o que considera os limites da rebeldia escrava, que não toma uma forma revolucionária. Isso se daria pela dificuldade material do escravo para se rebelar (se organizar, se armar, etc.); e por dificuldades subjetivas, já que o escravo não atinge uma conscientização profunda do sistema em que está inserido, ora se entendendo como coisa do senhor, ora sofrendo dissimulação pelas íntimas relações patriarcais. Assim, por conta da incidência da ideologia branca dominante, existe um limite para a autoconscientização do negro e para o conhecimento

⁷⁰⁸ LIMA, Lana Lage da Gama. *A rebeldia negra em Campos na última década da escravidão*. Dissertação de Mestrado. UFF, 1978. Orientada por Ismênia Martins.

⁷⁰⁹ p. 58

do sistema em que está inserido⁷¹⁰. Esses limites de consciência e rebeldia guardam relação com a estrutura de produção brasileira: uma vez que o escravismo estava subordinado ao capitalismo, a relação senhor e escravo não era a contradição fundamental do regime de produção, ou seja, se liberto, o negro seria explorado pelo dono da capital (*“É preciso não esquecer que trabalhador livre significa fundamentalmente trabalhador despojado dos meios de produção”*⁷¹¹) A revolta do escravo, portanto, é “parcial e imediatista”.

Haveria, entretanto, dois fatores que permitiriam ao negro ultrapassar limites da rebeldia. A primeira é a preservação da cultura africana, com a qual ele consegue se conceber como pessoa, adquirindo uma identidade que o permite se pensar fora do sistema escravista. Aqui, os malês e sua revolta são o exemplo. O segundo fator é que o negro consegue se aproveitar de conturbações sistêmicas que ocorrem no país: isso significa que em episódios como a independência, a revolta dos cabanos, a guerra do Paraguai, a guerra farroupilha, etc., a luta negra conseguiu maior amplitude política⁷¹². O movimento abolicionista seria um desses momentos que *“vai abrir para o negro rebelde um futuro diferente da simples marginalidade”*⁷¹³, estabelecendo um novo horizonte.

É no terceiro capítulo que a autora traz sua contribuição empírica original, estudando a interação entre rebeldia negra e abolicionismo na cidade de Campos, no norte fluminense. Relata episódios de luta, resistência e opressão (fugas, castigos, assassinatos, linchamentos etc.) e observa a relação entre escravocratas, a polícia e a justiça. Mas o principal de sua análise é o movimento abolicionista, através da figura de

⁷¹⁰ p. 66-8

⁷¹¹ p. 64

⁷¹² p. 74

⁷¹³ p. 155

Carlos de Lacerda e do jornal Vinte e Cinco de Março. O estudo culmina com o argumento de que o abolicionismo impõe sérios limites à rebeldia negra porque, apesar de lutar contra a escravidão, não procurará modificar “*o lugar ocupado pelo negro no processo produtivo*”⁷¹⁴. Na verdade, através do exemplo dos abolicionistas de Campos, mostra que se esperará que o negro se discipline enquanto mão de obra livre. O jornal Vinte e Cinco de Março que fora abolicionista passa a investir discursivamente contra os negros que não se adequam ao trabalho.

O trabalho de Lima é muito informado e organizado, indo de uma leitura geral da escravidão no Brasil até os acontecimentos da cidade de Campos com base em fontes secundárias e primárias. As leituras sobre relações de produção escravistas e capitalistas são informadas por Karl Marx, a principal referência teórica da autora (sublinhe-se que essa referência, não se estende à questão da agência rebelde do escravo ou do abolicionista). Suas fontes primárias, das quais lamenta-se a autora por não lhe permitirem a colocar em contato mais direto com o escravo, são diversas: relatório e correspondência de presidentes de províncias, ministros de justiça e chefes de polícia; inquérito e processos criminais, jornais, anais do Senado, pronunciamento de abolicionistas.

3.3.9 Tribunal (45m)

“*O Tribunal de Segurança Nacional: 1936-1945*” (45m), de Reynaldo Pompeu Campos⁷¹⁵ se justifica pelas referências “*sempre passageiras*” que a instituição tem em estudos, com a exceção do livro de um estrangeiro que, ciceroneado pelo governo Vargas, se dedicou a negar semelhanças com tribunais do nazi-fascismo. O objetivo

⁷¹⁴ p. 155

⁷¹⁵ CAMPOS, Reynaldo Pompeu. *O Tribunal de Segurança Nacional: 1936-1945*. Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1979. Orientada por José Honório Rodrigues.

neste estudo é narrar de forma cronológica a história do Tribunal, ressaltando por que foi criado, modo de agir e transformações, evidenciando que era instrumento do grupo que mantinha o poder. A narrativa é organizada pelos ciclos de alvos que teve o Tribunal (TSN): primeiro, comunistas, e depois, integralistas, seguidos de crimes contra a economia popular e casos de espionagem no contexto da Grande Guerra. A dissertação é recheada de denúncias e críticas contra a atuação do órgão judiciário: *“Dela tresandam intolerância, preconceito, ausência de serenidade, espírito de casta e a triste evidência de que o uso da toga nem sempre transmite em quem a usa equilíbrio e ponderação”*⁷¹⁶

O TSN não teria sido criado para ministrar justiça, mas para distribuir condenações, sendo assim um *“temível precedente”* na história. Ao longo do trabalho, procura mostrar o caráter de perseguição política do Tribunal ao, por exemplo, trazer que juízes agiam contra a evidência dos autos. Suas fontes principais são os processos judiciais localizados no Arquivo Nacional, mas trabalha também com outras referências extraídas de vários arquivos, incluindo imprensa, cartas pessoais, legislação, depoimentos (em especial um colhido pelo próprio autor, o de Sobral Pinto *“que foi e continua sendo o grande advogado dos perseguidos políticos”*⁷¹⁷ e *“é a autoridade maior sobre os eventos do tribunal”*⁷¹⁸). Faz também bastante uso de fontes secundárias para contextualizar o período que aborda. Diz que os instrumentos metodológicos foram a análise crítica da documentação, a preocupação com o rigor históricos e a observância da cronologia.

O primeiro capítulo é dedicado a cenário político da década de 1920 e 1930 com seus diversos movimentos políticos contestatórios. Ao focar o contexto de repressão de Vargas em que o Tribunal é criado, o caracteriza como “guerra santa”, “terror”,

⁷¹⁶ p. 93

⁷¹⁷ p.3

⁷¹⁸ p.79

“intolerância” e “ridículo”⁷¹⁹. Seu segundo capítulo se refere às movimentações para a criação do Tribunal, onde observa as opiniões de vários atores (deputados, generais, etc.) sobre punição. Ao olhar para as discussões que aconteciam no parlamento, o autor, que apresenta seus juízos políticos ao longo da tese, elogia os parlamentares que lutaram contra o projeto (“*dignificaram os mandatos que receberam*”⁷²⁰). Apresentando a lei que acabou criando o Tribunal, destaca seu caráter autoritário e o cerceamento das capacidades de defesa dos réus.

O terceiro capítulo é sobre a fase vermelha, isto é, aquela dedicada a combater comunistas. A própria criação do Tribunal havia sido justificada contra esses alvos⁷²¹. A dissertação nos apresenta diversos julgados, suas condenações, movimentação da defesa, etc.. Destaca que juízes fazem ali uso de “livre convicção”, o que significa que na prática o juiz pode desprezar as provas dos autos. Apresenta aqui também sua ideia de que o tribunal iria se prestar ao jogo de interesses políticos, como é o caso da condenação do prefeito Pedro Ernesto e do governador Lima Cavalcanti. Nesse capítulo, o autor também enfoca a situação das torturas nas prisões e a mobilização para a libertação dos presos políticos. Aqui, critica a interpretação de Skidmore sobre as motivações da libertação de prisioneiros, porque confundiria cronologia e também aponta erro factual em trabalho de Hélio Silva, que erroneamente indicou que Berger e Prestes foram condenados a 16 anos de prisão. Segundo Campos, na “fase vermelha”, o Tribunal estava marcado por “*histerismo anticomunista*” e “*anticomunismo ressentido, obtuso e vulgar*”⁷²².

Boa parte deste capítulo e sua conclusão se dedicam a algo que não tem a ver

⁷¹⁹ p. 19

⁷²⁰ p.36

⁷²¹ p. 54

⁷²² p. 121

diretamente com o Tribunal, a história de que os revoltosos militares de 1935 assassinaram companheiros de farda que estavam dormindo. Preocupa o autor que um antigo vice-diretor da CIA justificasse o golpe de 1964 mencionando o caso de 1935. A dissertação se dedica a evidenciar que o episódio não é verídico, principalmente com o argumento de que não há registro nas condenações do Tribunal sobre isso, sendo o único condenado por crime de morte do levante do Rio ter sido contra alguém desarmado, mas acordado (o que coloca salientando que não pretende justificar a ação dos revoltosos)⁷²³.

O capítulo 4 analisa a atuação do Tribunal no Estado Novo, onde primeiramente mostra as mudanças no cenário político e nos procedimentos da entidade. O Tribunal nesse momento começa a “fase verde”, ou seja, o julgamento de integralistas. À semelhança da discussão que empreendera sobre a veracidade de assassinato praticado por comunistas de 1935, discute a intenção dos verdes em matar Vargas. Nega novamente a veracidade dessa informação, argumentando novamente que esta não encontra amparo na sentença do TSN. Sobre os julgamentos, apresenta os argumentos de defesa dos integralistas e expõe suas sentenças. Como houve penas relativamente pequenas e algumas absolvições, discute a ideia de que teria havido suborno. Apesar de não ser conclusivo nesse ponto, faz pesar as palavras de Sobral Pinto, também advogado de integralistas, que nega ter havido pagamento de dinheiro a juízes⁷²⁴. Ainda neste capítulo aborda o assassinato da jovem conhecida como “menina” por parte de membros do Partido Comunista, que a consideravam uma espiã da polícia; e nota casos de pessoas que entende como “*sem nenhuma coloração política*”⁷²⁵ (isto é, nem comunistas, nem integralistas) atingidas pelo tribunal, como foi o caso de Gilberto

⁷²³ p. 56-66

⁷²⁴ p. 78-86

⁷²⁵ p. 98

Freyre, sustentando novamente ideia de que o Tribunal era instrumento para atacar vários adversários políticos. Segundo o autor, já em fins de 1938, o Tribunal ia ficando sem réus por conta do medo que a ditadura foi gerando. Nesse momento, passa a investir em crimes contra a economia popular, tema do capítulo seguinte.

Campos coloca que, ao contrário do divulgado pela imprensa controlada pelo DIP (de que iria investir contra tubarões que lesam o povo brasileiro), o Tribunal processou quitandeiros, feirantes e pequenos comerciantes que venderam ovos pobres, pão sem peso, manteiga rançosa, etc., sendo os processos contra grandes empresas em sua maioria arquivados ou tendo sentenças absolutórias⁷²⁶. Um outro momento do Tribunal se inicia a partir do momento em que o país declarou guerra ao Eixo, e também por pressão de Washington, passou a combater os espões alemães e germanófilos que atuavam no território. O Tribunal atuou com arbítrio e pesadas condenações – nesses processos, 2 ex-integralistas pegaram 30 anos de prisão. Sobre esse ponto, Campos faz uma crítica historiográfica a Stanley Hilton porque este infere que os 2 ex-integralistas continuaram a trabalhar para a Alemanha mesmo após a declaração de guerra do Brasil contra o Eixo. Campos acusa Hilton de omitir dados sobre o julgamento de forma a justificar a atuação do Tribunal (*“Hilton não cita as alegações da defesa uma única vez, o que transforma essa parte do seu livro numa simples versão policial dos acontecimentos”*⁷²⁷), que na realidade teria condenado os 2 por atividades realizadas antes da adesão brasileira aos Aliados. Nesse capítulo, outros casos nos são apresentados como os dos lavradores japoneses que tentavam impedir, com ameaças e depredações, que compatriotas plantassem amoreiras para que não houvesse a produção de seda para paraquedas de aliados – aqui, 20 camponeses pegaram de 6 a 10 anos de

⁷²⁶ p. 109

⁷²⁷ p. 112

prisão por isso.

Na conclusão de seu estudo se pergunta se o tribunal teve inspiração nazifascista. Diz que não pode comparar as legislações por falta de conhecimento jurídico, mas que há semelhanças na forma e nos objetivos, sendo um tribunal como este típico de um país “totalitário”⁷²⁸.

3.3.10 Literatura (27m)

“*O índio na literatura peruana: José Maria Arguedas*”⁷²⁹ (27m), de Stela Maria Damiani, aborda vários literatos peruanos para demonstrar como a “realidade peruana”, em especial sobre os índios, foi por eles retratada. Parte do princípio de que os intelectuais são o espelho de uma época e instrumento de conscientização de problemas, de onde se vê que História e Cultura estão intimamente ligadas. A cultura refletiria o estágio de adiantamento ou atraso de um povo, e não haveria ninguém melhor que o intelectual para mostrar os problemas sociais e para trazer a consciência desses problemas a um povo. Daí viria a importância do intelectual para o historiador.⁷³⁰ “*A razão dessa dissertação é examinar o valor histórico das obras de José Maria Arguedas e de que maneira a denúncia feita por ele foi importante para promover mudanças no setor social.*”⁷³¹ Não apenas de Arguedas se ocupará a dissertação, mas também de outros escritores, apresentando suas obras e dados biográficos.

Depois de um primeiro capítulo dedicado à “situação do índio”, sua análise começa com autores do século XIX, onde haveria maiores denúncias da realidade dos indígenas que antes. Essa produção literária, entretanto, teria torcido a figura do índio⁷³²

⁷²⁸ p. 121-2

⁷²⁹ DAMIANI, Stela Maria. *O índio na literatura peruana: José Maria Arguedas*. Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1978. Orientada por Pedro Freire Ribeiro.

⁷³⁰ p. 1-2

⁷³¹ p. 5

⁷³² p. 24

Esse é o caso do escritor Rosada, que via a situação do índio de forma amena, tranquila, se esquecendo dos problemas sociais. Por sua vez, Manuel Gonzalez Prada já inauguraria uma literatura de denúncia da situação do índio e questionaria o racismo.

O estudo de Damiani dá grande destaque a José Carlos Mariategui, escritor da geração dos anos 20 do século passado. Aqui, apresenta principalmente os argumentos do peruano expostos no livro *“Sete ensaios sobre a realidade peruana”*, que tem a ênfase de que a raiz do problema indígena era econômico (a terra)⁷³³ e contribui para se ver a figura do índio “de forma mais real”.⁷³⁴ Outros autores trabalhados são Cesar Vallejo e Ciro Alegria, literatos que também trataram o tema indígena. Esses dois, por terem estado em contato com os índios, puderam *“não falsear a verdade”*⁷³⁵

Por fim, a dissertação chega a José Manuel Arguedas que escreve em um momento em que a vida cultural peruana estaria muito influenciada pelo marxismo. Era vista como centro do problema também era a terra e sua posse⁷³⁶. Em sua obra, também o autor apostaria na organização coletiva indígena, apontando que um problema para tal era a falta de conscientização dos problemas. Para Damiani, Arguedas seria um desses autores que não idealiza o índio, mas o descreve como “realmente é”⁷³⁷

Nos livros de Arguedas trabalha-se ideias como a de que *“aquele que se revolta contra a opressão do branco não consegue sobreviver”*⁷³⁸; a perda de terras de comunidades indígenas; o sentimento de forasteiro dos índios que perderam suas terras⁷³⁹; a repressão a festas indígenas e suas articulações em associações culturais; revoltas, inclusive salientando protagonismo feminino.⁷⁴⁰

⁷³³ p. 36

⁷³⁴ p. 41

⁷³⁵ p. 42

⁷³⁶ p. 56

⁷³⁷ p. 85

⁷³⁸ p. 67

⁷³⁹ p. 68

⁷⁴⁰ p. 72-3

Damiani mostra a leitura que Arguedas tem do comunismo apresentada na novela “El sexto” que narra a vida numa prisão onde há presos políticos. Para Arguedas, os comunistas seriam mais firmes, serenos e determinados em sua oposição ao governo do que outros grupos⁷⁴¹ No que a autora considera o principal romance de Arguedas por retratar melhor a realidade social peruana, “Todas las sangres”, vê-se opressão indígena sofrida no campo e na cidade. Nesse romance, Arguedas dá relevo à atuação do capital estrangeiro no Peru e como este causa impacto na vida do índio, ressaltando também a questão da posse da terra, da corrupção de funcionários, da competição entre grandes consórcios e fazendeiros pequenos, etc.. Nesse romance, como em outros escritos de Arguedas, há a temática de índios que, em contato com ideias de esquerda, ganham consciência de seus problemas e tentam se articular coletivamente⁷⁴².

A autora por fim destaca em um tópico o que Arguedas considera como solução dos problemas indígenas em sua literatura, onde um dos principais seria os índios agindo como um todo. Destaca também que Arguedas, no final de sua vida renega o “comunismo internacional” (não estando claro o que isso significa) e o “capitalismo estrangeiro”, apostando que *“os conflitos poderiam ser resolvidos através de um modelo de socialismo inteiramente voltado para as potencialidades nacionais”*⁷⁴³ Esse socialismo não seria o mesmo que haveria tido na sociedade incaica, mas um adaptado à economia moderna.

Como está claro, o principal objeto da dissertação são as ficções de diversos escritores peruanos. Essas ficções, além de objetos, são também fontes porque a autora também tem interesse em contar a história social peruana através da literatura.

⁷⁴¹ p. 60

⁷⁴² p. 77

⁷⁴³ p. 80.

3.3.11 Nacionalismo (32m)

A segunda dissertação a se concentrar em um aspecto da cultura é a de Heloísa Fesch Menandro, “*A ideia de nação e o pensamento nacionalista na imprensa da Corte 1840-1860*”⁷⁴⁴ (32m). O objetivo central do trabalho é, uma vez havendo muitas referências à “nação” em publicações de políticos e jornalistas, ver até que ponto houve uma tomada de consciência nacional. Trata-se em sua própria concepção de uma história das ideias. A autora não investiga apenas a “elite”, mas também os jornais de maior circulação. Com isso, pretende preencher uma lacuna historiográfica, já que os poucos estudos historiográficos existentes sobre nacionalismo abordam o século XX e não trabalham com periódicos.⁷⁴⁵

A autora tem o cuidado de, em várias páginas, explicar a documentação com que trabalha fornecendo dados sobre a imprensa do período. Justifica a escolha do periodismo na corte apontando que esta teria diversas camadas sociais se expressando no jornalismo, ou seja, não apenas os proprietários de terras, mas também comerciantes, burocratas, liberais, etc.. Considera a imprensa livre, talvez o único lugar em que o liberalismo fosse aplicado na prática, e a divide fundamentalmente em conservadora e liberal⁷⁴⁶.

Sobre o trato com as fontes, além de registrar o cuidado de não se incorrer em anacronismo atribuindo aos contemporâneos visões que hoje se tem daquele passado, também diz: “*O procedimento escolhido para essa análise será o de interrogar as fontes primárias, no sentido de tentar extrair delas o seu conteúdo ideológico, muitas vezes encoberto pelas causas ou pelos objetivos mais próximos que geram as*

⁷⁴⁴ MENANDRO, Heloisa Fesch. *A ideia de nação e o pensamento nacionalista na imprensa da Corte 1840-1860*. Dissertação de Mestrado. UFF, 1978. Orientada por Ismênia Martins.

⁷⁴⁵ p. 1-5

⁷⁴⁶ p. 7-9

manifestações.”⁷⁴⁷ Como os periódicos estão comprometidos com objetivos políticos de partidos, “*torna-se necessária preocupação de extrair dessas manifestações o que muitas vezes está implícito, filtrando os interesses imediatistas e subjetivos que as fazem emergir.*”⁷⁴⁸ Dessa forma, poderia realizar a sua análise que consiste em associar o discurso aos “*setores sociais de onde provinham, a conjuntura política ou econômica que os motivava...*”: a autora procura em vários jornais as expressões de nacionalismo no século XIX, entendendo que essas expressões tem conexões classistas: “*As estruturas econômico-sociais dão a essência dos conteúdos ideológicos*”.

A classe dominante fundiária expressa seu nacionalismo, por exemplo, com a xenofobia anti-inglesa já que este país combatia o tráfico de escravos e assim afetava seu poder político e econômico. Seu nacionalismo era cioso de resguardar sua posição política adquirida no processo de independência. Um outro nacionalismo, de “*camadas não privilegiadas*”, ou de classe média, era orientado para maior igualdade social, e procurava garantir a representação e a participação dos integrantes da nação. Podia se manifestar também de forma xenófoba (ou “*defensiva*”, como prefere a autora) quando, por exemplo, trabalhadores discriminavam estrangeiros pobres recém-chegados que lhes eram concorrentes.

Em momento em que sistematiza suas premissas sobre o que é a nação, assim coloca: “*Assim como nos contextos capitalistas, as nações [de economia periférica] são formadas por várias classes sociais lideradas pela burguesia (...). A unidade nacional é justamente essa coalizão de classes, que embora artificial, vê sua unidade na ideia de nação.*” E trata-se de uma coalizão de classes “*sob a égide de um Estado instituído por uma delas – que lhe dá o conteúdo*”⁷⁴⁹. Note-se que ao sistematizar seu conceito de

⁷⁴⁷ p. 11

⁷⁴⁸ p. 11

⁷⁴⁹ p. 52-3

nação neste trecho, a autora não inclui propriamente o que expomos no parágrafo acima (que classes diferentes tem expressões de nacionalismo diferentes) – não ficando claro como a ideia de nação de classes não dominantes se relaciona com a efetiva constituição histórica da nação. De qualquer forma, o principal é que a autora tem uma percepção de que “nação” e “nacionalismo” tem significados classistas.

O seu primeiro capítulo é todo dedicado à historiografia e aos conceitos de nação e nacionalismo. Apresenta vários autores fazendo alguns apontamentos, por exemplo, de que a maior parte da historiografia é europeia, sendo portanto eurocêntrica e colonizadora. A porção brasileira da historiografia no Brasil (Nelson Werneck Sodré, Helio Jaguaribe, Emília Viotti da Costa e Nícia Vilela Luz) seria imprecisa conceitualmente. Muitos autores são apresentados sem que haja apreciações críticas da autora. Esse é o caso por exemplo de Marx, Engels, Lenin e Stálin, cujas ideias foram conhecidas através do livro de Julio Busquets. Menandro também se dedica às ideias do marxista Emmanuel Terray (através do artigo “*O conceito de nação e as transformações do capitalismo*”), não ficando evidente se é seu conceito de nação que autora entende estar adotando ou que juízo faz dele. Mas vê-se que é próximo daquele com que trabalha. Terray se afasta de uma concepção essencialista de nação, considerando-a historicamente como um conglomerado de classes⁷⁵⁰. A sua apreciação de diversas referências bibliográficas, ressalta um lado reacionário e outro revolucionário no nacionalismo. Ao final do capítulo, quando expõe quais seriam as premissas fundamentais do trabalho, afirma que a unidade nacional é marcada por uma coalizão de classes que, se bem entendemos, tem a liderança da burguesia⁷⁵¹.

Os outros três capítulos que compõem sua dissertação são todos muito marcados

⁷⁵⁰ p. 28-32

⁷⁵¹ p. 52-3

por extenso uso de fontes e pelo esforço anunciado de associar as ideias às situações econômico-sociais. Coloca que o sentimento nacional nos primeiros momentos do Império vai se dar por conta da ameaça externa de recolonização portuguesa. Por isso, a xenofobia será um elemento comum no pensamento das classes dominantes⁷⁵². Posteriormente, a xenofobia anti-inglesa acontecerá por parte dos setores ligados à atividade fundiária, incomodados com a pressão inglesa pelo fim do tráfico de escravos⁷⁵³. O nacionalismo também encontrará diferentes formulações em face às diferentes propostas sobre desenvolvimento manufatureiro, protecionismo no comércio (e suas reivindicações contra concorrência estrangeira), etc..⁷⁵⁴ Como parte do mergulho intenso nas fontes jornalísticas, a autora explora a discussão sobre o tráfico, como eram vistas as posições do Executivo em relação à Inglaterra; as características do pensamento liberal no Brasil sobre desenvolvimento manufatureiro, legislação e tratados de comércio; as manifestações das diferenças partidárias, etc..

É parte central do argumento nesta dissertação que a ideia de nação apregoada pelas camadas dominantes é diferente daquela de outras camadas. Se uma é elitista e europeizada, a outra fundamentava-se entre o nacional e o popular buscando encontrar igualdade, além de combater influência estrangeira. Dessa forma, desenvolvem nacionalismo os trabalhadores que viam como concorrentes portugueses despossuídos que aqui chegavam⁷⁵⁵. As camadas sociais mais baixas vão ter também diferentes considerações sobre a Câmara, o Senado e o Imperador, marcadas pelas ideias de Nação que tinham, onde aparecem críticas ao Estado imperial, que, mensagem importante da dissertação, não tinha o patrimônio exclusivo do nacionalismo⁷⁵⁶.

⁷⁵² p.75

⁷⁵³ p. 118

⁷⁵⁴ Ver capítulo 4.

⁷⁵⁵ p. 113-5

⁷⁵⁶ p. 216

3.4. Panorama e conclusões

Em relação ao recorte cronológico, há mais atenção sobre o século XIX, 10/18. O século XX foi abordado em 5/18, e outros três abordavam ambos os períodos.

Em relação ao recorte geográfico, outros países da América Latina receberam mais atenção (9/18) que o Brasil (7/18). Outras duas dissertações abordaram conjuntamente o Brasil e países da América Latina. Sobre os trabalhos de História do Brasil, observa-se que novamente a região fluminense é privilegiada como tema: o Estado do Rio de Janeiro foi o espaço considerado em dois trabalhos e as cidades do Rio de Janeiro, Vassouras e Campos foram temas, cada uma, de uma pesquisa.

Sobre os eixos temáticos, apesar de algumas dissertações abarcarem mais de um domínio, assim as classificamos

Tabela 11: Quantitativo da divisão por eixo temático das dissertações de segunda geração	
História Política	9
História Econômica	7
História Cultural	2
Total	18

Alguns desses trabalhos de História Política tem foco bastante restrito em ações e pensamentos individuais de alguns personagens, por vezes destacando questões morais e subjetivas, fazendo disso o objeto da análise: este é o caso de "O sentido do governo Balmaceda..." (29m), sobre o chileno Balmaceda; "A influência da maçonaria..." (20m), sobre maçons na América Latina; e "O civilismo equatoriano..." (23m), sobre o equatoriano Garcia Moreno.

Sem o enfoque individualista destas três e com maior atenção à definição de um

contexto político, "Paraguai: a transição..." (28m) vai abordar a elite paraguaia trazendo perfis de ditadores, articulações de grupos políticos e atuações diplomáticas. Por sua vez, "O processo de consolidação uruguaio..." (21m) e "O guano e o salitre..." (22m) analisam disputas em torno dos Estados uruguaio e peruano (respectivamente) levando em conta também ações classistas e dinâmicas econômicas de grupos da elite desses países.

"O problema indigenista..." (26m) e "A rebeldia negra..." (30m) abordam a situação e a luta política de grupos oprimidos na sociedade peruana (indígenas) e brasileira (escravos (mas também abolicionistas brancos)), trabalhando com uma concepção de luta classista.

"O Tribunal de Segurança..." (45m) estuda a atuação de um tribunal que perseguia diversos adversários da ditadura instalada.

Em relação às 7/18 dissertações que se dedicaram à economia, temos:

"A primeira política de valorização..." (17m) e "Da monocultura à diversificação..." (31m) que caracterizam a dinâmica cafeeira e analisam a agência estatal face à sua crise;

"O Banco Mauá no Uruguai" (24m) e "Itabira Iron Ore..." (44m) abordam empreendimentos capitalistas: a primeira quer entender sucessos e reveses de um empreendimento bancário pinçando alguns elementos da política e da economia uruguaias, e do gênio e das intenções do banqueiro; a segunda, mobilizando informações com mais qualidade e quantidade, analisa uma empresa de capital internacional observando suas conexões políticas no Brasil e a reação nacionalista contra ela;

"A crise dos comissários..." (18m) aborda um grupo econômico específico, os

comissários, discutindo a questão do financiamento e crédito da produção do café e também caracterizando o capitalismo.

"O petróleo venezuelano..." (19m) nos informa sobre a economia petroleira na Venezuela articulando-a em sua caracterização política do país marcado pela ditadura, pela submissão a interesses externos e disputas com oligarquia rural.

"Argentina: economia e sociedade..." (25m), apesar do engajamento em um discussão conceitual rebuscada, oferece basicamente informações gerais sobre a economia argentina, que pouco articula na segunda metade do trabalho em que se dedica ao operariado.

Entre as 2/18 que se dedicaram a temas de cultura, "O índio na literatura peruana..." (27m) aborda vários literatos peruanos para demonstrar como a "realidade peruana", em especial sobre os índios, foi por eles retratada, procedendo dessa forma a uma história social do país através da literatura; e "A ideia de nação..." (32m) que estuda expressões de nacionalismo na imprensa procurando entendê-lo a partir de posições socioeconômicas e políticas.

Em relação ao trabalho com fontes primárias, há uma diferença sensível em relação à primeira geração: se antes o ineditismo empírico (isto é, a mobilização de fontes primárias que não haviam sido trabalhadas anteriormente) era uma marca de praticamente todas as dissertações, agora vemos que essa característica é forte em apenas em 7/18⁷⁵⁷. Se os trabalhos da segunda geração perdem muito o sentido de desbravamento empírico que era perceptível nos textos da primeira turma, de forma alguma isso significa que as fontes primárias não estejam sendo mobilizadas. O que acontece agora é que elas majoritariamente são extraídas de outros estudos ou a partir de

⁷⁵⁷ "A primeira política de valorização..." (17m), "A crise dos comissários..." (18m), "A rebeldia negra..." (30m), "Da monocultura à diversificação..." (31m), "A ideia de nação..." (32m), "Itabira Iron Ore..." (44m) e "O Tribunal de Segurança..." (45m)

publicações de documentos.

De qualquer forma, o trabalho com fontes secundárias cresce bastante em importância para as dissertações da segunda geração e são predominantes em pelo menos 3/18⁷⁵⁸ trabalhos. Em muitas outras, divide com as primárias a referência das informações com que os mestrandos produziram.

Mantém-se a característica de serem estudos sobretudo voltados ao conteúdo empírico, tendo pouco peso a discussão historiográfica, metodológica, teórica, epistemológica ou conceitual de forma geral.

Sobre o debate com autores e avaliação historiográfica nas dissertações, o principal destaque é "A ideia de nação..." (32m) que dedica um capítulo inteiro à historiografia que trabalha os conceitos de nação e nacionalismo, procedimento com escala até então inédita nas dissertações do curso. Temos ainda: "A primeira política de valorização..." (17m) e "Da monocultura à diversificação..." (31m) se queixam de conclusões generalizantes presentes em autores que ignoram aspectos das regiões que as dissertações estudam; "O sentido do governo Balmaceda..." (29m) entende que há duas correntes historiográficas sobre seu tema, uma procurando explicar o período através de certas disputas políticas, e outra ressaltando o capitalismo inglês. O autor vê validade em ambas, mas afirma que o mais importante seria enfatizar a figura de Balmaceda; também ressaltando a existência de duas tendências historiográficas, "A rebeldia negra..." (30m) afirma que há aquela que entende o negro como dócil e positiva sua escravização, e outra que romantiza a sua rebeldia lhe imputando heroísmo, sendo o adequado abordar a rebeldia negra considerando as relações de produção, entre outros elementos; "A crise dos comissários..." (18m), "Argentina: economia e sociedade..."

⁷⁵⁸ "O civilismo equatoriano..." (23m), "O problema indigenista..." (26m) e "O sentido do governo Balmaceda..." (29m).

(25m), "Da monocultura à diversificação..." (31m), "Itabira Iron Ore..." (44m) e "O Tribunal de Segurança..." (45m) afirmam que abordam elementos pouco ou inexplorados pela historiografia, o financiamento e crédito do café, a "história do trabalho", o mercado interno fluminense, a Itabira Company e o TSN, respectivamente.

Discussões historiográficas laterais são as realizadas por "O petróleo venezuelano..." (19m), que procura contrariar os argumentos dos defensores do ditador Gómez; "O civilismo equatoriano..." (23m) que pretende (sem lográ-lo) ter um postura equilibrada entre os defensores e detratores de Garcia Moreno; "A influência da maçonaria..." (20m), sobre minúcias da maçonaria; "Paraguai: a transição..." (28m), trazendo alguma discussão sobre certas ações do Francia; e "O Tribunal de Segurança..." (45m) que critica Thomas Skidmore sobre motivação de Vargas em certo episódio, Stanley Hilton por omitir dados e justificar ação do TSN em certo caso, e Hélio Silva por erro factual.

Discussões conceituais e teóricas são feitas com volume considerável em apenas 4/18 dissertações: "A crise dos comissários..." (18m), que se ocupa em momentos do estudo com a caracterização de "modo-de-produção"; "Argentina: economia e sociedade..." (25m), explicando o que são o "modelo teórico de produto básico", de Robert Baldwin, e o "modelo Furtado-Cepal"; "A rebeldia negra..." (30m), que entende que a consciência política e atos rebeldes de escravos tem profundos limites pois a principal relação de produção no momento abordado não seria mais a que envolve senhor e escravo; e "A ideia de nação..." (32m), que tem um longo esforço de mostrar os conceitos de nação e nacionalismo em vários autores, e advogando que eles tem significados classistas pois as ideologias recebem seus conteúdos a partir de estruturas econômico-sociais. Ainda que feita com muita brevidade, registramos também a

colocação de "O índio na literatura peruana..." (27m) de que os intelectuais são o espelho de uma época e instrumento de conscientização de problemas, sendo a cultura e a história dessa forma muito relacionadas. Vale lembrar também "Itabira Iron Ore..." (44m) que colocou que não realizaria trabalho teórico, e entendeu que isto traria limite à sua análise.

Discussões metodológicas encontraram maior dedicação em "A crise dos comissários..." (18m) e "A ideia de nação..." (32m). A primeira, além de pontuar com base em Caio Prado Jr. que a quantificação deve ter caráter de complementariedade em relação à análise qualitativa, tem um longo texto onde justifica uso de fontes, problematiza os critérios de seleção, reflete sobre a representatividade das informações coletadas; e exhibe os procedimentos para lidar com a variação monetária. A segunda explica a documentação com que trabalha fornecendo dados sobre a imprensa do período, justifica sua escolha face ao objetivo do estudo e diz que o conteúdo ideológico que se procura nelas pode estar encoberto por interesses imediatistas e subjetivos. Também comenta suas fontes "A primeira política de valorização..." (17m), para quem há restrição e falta de homogeneidade nos dados numéricos, precisando a análise ser respaldada em registros qualitativos mais precisos e abundantes. Mais sucintamente, apontam dificuldades nas informações "Da monocultura à diversificação..." (31m) (ausências de dados quantitativos), "O petróleo venezuelano..." (19m) (por as fontes, de um período ditatorial, estarem marcadas por silêncios e elogios ao ditador), "A influência da maçonaria..." (20m) (por seu objeto de estudo, a maçonaria, ser algo secreto) e "A rebeldia negra..." (30m) (por as fontes não a colocarem em contato direto com o escravo). Sobre seu procedimento metodológico, "Itabira Iron Ore..." (44m) se limita a colocar que fará "*observação rigorosa*". E "O Tribunal de Segurança..." (45m)

diz ter como “*instrumentos metodológicos*” a análise crítica da documentação, a preocupação com o rigor histórico e a observância da cronologia. Note-se que metade das dissertações não faz nem um mínimo de referência, problematizadora ou não, sobre suas fontes e métodos.

Há sumaríssimas considerações epistemológicas em 3 dissertações: "O civilismo equatoriano..." (23m) e "O sentido do governo Balmaceda..." (29m) que dizem fazer análise imparcial e não movida a paixões; e "A ideia de nação..." (32m), que afirma ter o cuidado de não incorrer em anacronismo atribuindo a atores históricos a concepção que a historiadora tem do passado.

Sobre os documentos utilizados, os mais comuns continuam a ser os produzidos pelo Estado: relatórios, leis, atas, comunicações diplomáticas, etc.. Eles estão presentes em 13 trabalhos⁷⁵⁹. Apesar da variabilidade de sua importância em cada trabalho, com segurança pode-se dizer que são os principais documentos dos historiadores. Somando no esforço de se entender as atividades estatais e dos estadistas, vemos também uso de discursos e correspondências em 9 outras dissertações⁷⁶⁰.

Periódicos foram fontes para 7⁷⁶¹ dissertações, com grau de importância também bem diferentes. Documentos de entidades privadas, empresas e sobre propriedades estão em 6 trabalhos⁷⁶².

⁷⁵⁹ "A primeira política de valorização..." (17m), "A crise dos comissários..." (18m), "O petróleo venezuelano..." (19m), "O processo de consolidação uruguaio..." (21m), "O guano e o salitre..." (22m), 24m, "O problema indigenista..." (26m), "Paraguai: a transição..." (28m), "A rebeldia negra..." (30m), "Da monocultura à diversificação..." (31m) "A ideia de nação..." (32m), "Itabira Iron Ore..." (44m) e "O Tribunal de Segurança..." (45m).

⁷⁶⁰ "A primeira política de valorização..." (17m), "A influência da maçonaria..." (20m), "O processo de consolidação uruguaio..." (21m), "O civilismo equatoriano..." (23m), 24m, "O sentido do governo Balmaceda..." (29m), "A rebeldia negra..." (30m), "A ideia de nação..." (32m), "O Tribunal de Segurança..." (45m)

⁷⁶¹ "A primeira política de valorização..." (17m), "A crise dos comissários..." (18m), 24m, "A rebeldia negra..." (30m), "A ideia de nação..." (32m), "Itabira Iron Ore..." (44m), "O Tribunal de Segurança..." (45m)

⁷⁶² "A primeira política de valorização..." (17m), "A crise dos comissários..." (18m), "O petróleo venezuelano..." (19m), "O processo de consolidação uruguaio..." (21m) (bem diminuto aqui), "Da monocultura à diversificação..." (31m), "Itabira Iron Ore..." (44m).

Rank	Nome	Quantidade
1º	Celso Furtado	7
2º	Caio Prado Jr.	6
	José Belmonte	6
	Nícia Vilela Luz	6
3º	Emília Viotti da Costa	5
	Ricardo Levene	5
	Fernando Henrique Cardoso	5
	Edgar Carone	5
	Paula Beiguelman	5
	Wilson Suzigan	5

Na lista acima a característica que mais chama a atenção, e também a principal diferença em relação à lista da primeira turma, é a presença do espanhol José Belmonte (1922-2015) e do argentino Ricardo Levene (1885-1959), ambos historiadores com formação jurídica que foram fontes para os que estudaram História da América⁷⁶³. Podemos dizer que não há outros nomes recorrentemente citados da historiografia sobre a América “espanhola” porque os mestrados se dedicaram a vários países diferentes, havendo dessa forma dispersão numérica.

Em relação às continuidades em relação à lista da primeira turma, temos a “liderança” de Celso Furtado e Caio Prado Jr., além das presenças de Cardoso e Carone. Apesar do restante desta lista ser diferente daquela da primeira, tratam-se de nomes bem comuns nos estudos dos mestrados que passaram pelas duas turmas.

⁷⁶³ Sobre José Belmonte, notícia sobre seu falecimento: RODRIGUEZ, F. J.. “Fallece en Vizcaya el historiador abulense José Belmonte Díaz” IN <http://www.diariodeavila.es/noticia/Z008E578A-D085-05B7-95486B68B739210C/20150825/fallece/vizcaya/historiador/abulense/jose/belmonte/diaz> . 25 de agosto de 2015 (acessado em maio de 2017). Sobre Ricardo Levene, uma pequena biografia http://www.unlp.edu.ar/articulo/2012/9/6/vidas_y_retratos_ricardo_levene. (acessado em maio de 2017).

Quase exclusivamente esses autores de maior presença nas bibliografias constam nas dissertações como fontes de informações pontuais ou, de forma menos comum, para a caracterização geral de algum período ou tendência histórica. Em boa parte, nem mesmo estão em nenhuma nota de rodapé das dissertações que os tem como referência. Aqui, novamente notamos a pouquíssima frequente prática de se debater as concepções de um autor tomando-o como objeto de reflexão do estudo, inserindo-o historiográfica e teoricamente ou polemizando. Em relação aos acima listados, há duas exceções bem pouco significantes em notas de rodapé: uma ("Da monocultura à diversificação..." (31m)) apontando que Suzigan é um dos que se opõe à tese de Prado Jr. e Luz de que a primeira guerra tivesse favorecido a industrialização no Brasil; a outra ("A rebeldia negra..." (30m)) lembrando que Cardoso faz parte de uma tendência de estudos que "destruiu" mitos da democracia racial.

Referências consideradas hoje importantes da historiografia brasileira, Raymundo Faoro foi leitura para duas dissertações e Sérgio Buarque de Hollanda e Gilberto Freyre, para apenas uma. Max Weber foi totalmente ignorado nos trabalhos. Entre os marxistas, Karl Marx constou como referência para apenas dois autores, "A crise dos comissários..." (18m) e "A rebeldia negra..." (30m), mas com relevância teórica, e José Carlos Mariátegui foi importante como fonte e objeto para 3 dissertações que se dedicaram à História do Peru.

A média de páginas é 155, mas é importante novamente lembrar que não havia padrão para a formatação dos textos, sendo grande a variedade com que eram apresentados.

Como principais conclusões sobre a segunda geração temos:

- 1) Dados apontam novamente para a ideia de que recortes e temas do corpo

docente se repetiram nas dissertações - influência que, obviamente, não se deu de forma total, nem com perfeita correspondência numérica. O mais notável é o aumento das dissertações dedicadas à História da América que remetem ao aumento de disciplinas com este recorte geográfico. Considerando que não podemos supor que interesse tão grande por história americana – que na segunda geração supera inclusive o por história brasileira- tenha se gestado espontânea ou anteriormente ao ingresso dos discentes no mestrado, fica óbvio que é o curso que promove, e com grande força, essa temática. Além do recorte geográfico, também podemos notar a influência em relação ao cronológico: a predominância do século XIX seguido de século XX é comum tanto às disciplinas quanto às dissertações. Ainda que com menor correspondência, o mesmo pode-se dizer dos “eixos temáticos”: maior atenção ao “político” que ao “econômico” e baixa atenção ao “cultural”.

2) O marxismo⁷⁶⁴ ganha algum estímulo entre o corpo docente através da professora Ismênia Martins que, entretanto, não deve ter tido um grande impacto na formação dos mestrandos: os números em orientações e disciplinas de Martins são expressivos relativamente, mas não são grandes comparados ao total.⁷⁶⁵ De qualquer forma, entre as dissertações reparamos que há algum aumento das que valorizam a questão da opressão ou da resistência: antes, tínhamos apenas 9m (sobre a atuação católica entre operários), e, em escala bem menor, "A evolução política no Chile..." (15m) (que conta a história do Chile). Na segunda geração, temos principalmente "A rebeldia negra..." (30m), "O problema indigenista..." (26m), "O Tribunal de

⁷⁶⁴ As complicações com a definição de marxismo e sua presença nas dissertações serão estudados com mais detalhe posteriormente nesta tese. Uma leitura do marxismo em quase todas as dissertações escritas pela primeira e pela segunda gerações pode ser encontrado em CARVALHO, Wesley Rodrigues de. “O marxismo (ou o “marxismo”) no curso de mestrado em história da Universidade Federal Fluminense (1974-1978)” IN: *Anais do Colóquio Internacional Marx e marxismo 2017. De O Capital à Revolução de Outubro 1867-1967*. <http://www.niepmarx.blog.br/MM2017/anais2017.htm>

⁷⁶⁵ Ver os quadros na seção 2.2

Segurança..." (45m), mas também "O índio na literatura peruana..." (27m) e "Argentina: economia e sociedade..." (25m)⁷⁶⁶.

3) A grande dedicação à História da América é responsável por uma mudança importante nas dissertações da segunda turma se comparada à primeira: a menor exploração empírica original em arquivos, com o aumento de referências em fontes secundárias ou publicações de documentos. Mas sublinhe-se que isso não significará menor atenção ao conteúdo empírico da História, que continua sendo a tônica principal dos trabalhos produzidos em Niterói.

⁷⁶⁶ Além da temática da opressão e da resistência, há outras duas que poderiam ser consideradas como marxistas: a que associa ideias a classes sociais ("Imprensa republicana..." (10m), "A educação brasileira..." (12m) e "A ideia de nação..." (32m)) e a que discute modo de produção ("Atividades capitalistas..." (11m) e "A crise dos comissários..." (18m)). Aqui, entretanto, não há grande variação entre uma geração e outra. Ver Carvalho, 2017, op. cit..

Capítulo 4 A terceira turma (1975-1978/9)

4.1 Discentes

São 17 os mestres desta terceira turma. Todos iniciaram suas aulas no segundo semestre de 1975, e a maior parte concluiu suas disciplinas no primeiro semestre de 1977. Esse é o período de aulas que consideraremos, apesar de outros terem chegado inclusive a cursar no segundo semestre de 1978. Três defenderam suas dissertações em 1978 e os demais, em 1979 (lembrando, não consideramos em nossa tese os que defenderam dissertações depois de 1980). Nos catálogos em que nos referenciamos, são as dissertações de número 33-34, 38-43, 46-51, e 53-55.

Novidade em relação às turmas anteriores é que o número de homens, 10, ultrapassa o de mulheres, 7. A média de idade no momento da entrada no curso é de 30 anos. A pessoa mais velha tinha 43 anos quando ingressou no curso. A mais nova, 23.

Pela primeira vez, o curso será concluído por pessoas formadas fora do estado do Rio: duas foram graduadas pela UFG, uma pela UFPA, uma pela UFSE. A UFRJ (ou UB)⁷⁶⁷ e a UFF são as que mais geraram alunos, 5 cada. UEG, PUC/RJ e Faculdade de Filosofia de Campo Grande deram um aluno cada para o mestrado. O local principal de residência dos mestrandos é a cidade do Rio de Janeiro, em bairros de diversos pontos. Cinco se inscreveram como residentes em Niterói, uma em Barra do Piraí (RJ) e outra em Sergipe.

Dos 17, 8 são professores do ensino superior, proporção semelhante à da turma anterior: Geraldo Coelho na UFPA, Ledonias Franco na UFG, Lenalda Santos na UFSE, Célia Muniz na Faculdade de Filosofia de Barra do Piraí, Eduardo da Silva na Faculdade de Filosofia Santa Dorotéia de Nova Friburgo, Maria Toribio na Associação

⁷⁶⁷ ANPUH. “Nota biográfica – José Luiz Werneck da Silva - 1932-1995”
www.rj.anpuh.org/download/download?ID_DOWNLOAD=580. Sem autoria. Acessado em janeiro de 2017

Universitária Santa Úrsula, Daniel Sadler na Sociedade Universitária Augusto Motta, na Sociedade Universitária Madeira de Lei e na Organização Brasileira de Cultura e Educação. Não temos certeza onde José Luiz Werneck da Silva atuava quando ingressou no mestrado, mas o professor teve passagem pela UFRJ e pela PUC/RJ.

Há poucos registros de publicações dos mestrandos na “Ficha Cadastral”: Ledonias aparece como o autor do “Caderno número 15 do MEC”, de 1973. Não sabemos do que se trata. Toribio foi autora do verbete “Oceania” na Enciclopédia Mirador, de 1974, e também de “População negra do Gurui”. Sadler escreveu um artigo na Revista Pesquisa chamado “Ghandi, o Mahtma”; e um fascículo da Editora Bloch chamado “A transmigração da família real para o Brasil”. Na ficha de Zenaide Leite está que produziu “artigo publicado no Jornal da Light.”

4.2. Docentes, disciplinas e orientações

Foram 39 as disciplinas oferecidas entre o segundo semestre de 1975 e o primeiro de 1977. Treze se dedicam à História do Brasil, 10 se dedicam à História da América e outras 3 combinam os dois recortes geográficos. As disciplinas de Historiografia, que tem formalmente esse nome, foram 4. Outras agrupamos como Teoria e Metodologia e são 8. Por fim, há uma de Geografia.

História do Brasil	13
História da América	10
Teoria e Metodologia	8
Historiografia	4
História da América e do Brasil	3
Geografia	1
Total	39

Novamente, por falta de informações completas, é difícil indicar com precisão os recortes temáticos (“política”, “economia” e “cultura”) e cronológicos promovidos nas disciplinas que tem a história como foco. Entretanto, seguramente, “política” é o eixo mais trabalhado em 9 disciplinas, considerando aquelas em que foi possível definir. “Economia” não vem muito atrás (7). Assim como para as turmas anteriores, não temos registro de docentes trabalhando temas de cultura na história. Para o recorte cronológico, o século XIX (14) tem o dobro de referências do século XX (7), sendo em alguns casos ambos os períodos abordados no mesmo curso. Em menor número, temos atenção ao século XVIII e ao período chamado “colonial”.

Em História do Brasil, o principal professor foi Victor Valla (5 disciplinas). A julgar pela ementa e bibliografia, em dois cursos o conteúdo também era de questões de teoria e método. Arthur César Ferreira Reis (4) se dedicou à Amazônia e a questões diplomáticas. Ismênia Martins trabalhou 2 cursos de economia da Primeira República, um deles focado em “esforços industrializantes”. Ronny Seckinger também deu 2 disciplinas, uma como foco no primeiro, a outra no segundo reinado. Note-se com isso que as principais referências numericamente em História do Brasil mudam muito de turma para turma ao longo da década: primeiro, Graham e Hilton; depois, Ismênia Martins; agora, Valla e Reis.

Em História da América, o canadense Francis Morton trabalhou com 4 disciplinas que perpassavam os temas da independência, do liberalismo e da industrialização. O peruano Carlos Daniel Valcarcel Esparza trabalhou, em 3, com o período borbônico e independência, enfatizando a história do Peru. Roy Glasgow falou sobre o período colonial e sobre o século XIX em duas oportunidades. Pedro Freire Ribeiro deu um curso do período que compreende como o de “regimes oligárquicos” até

o da “ascensão das classes médias”. Na turma anterior, este professor era o que mais tinha ensinado América. Na primeira turma, havia sido superado por Reis e nesta terceira, por Morton. Assim como para História do Brasil, as três turmas têm experiências distintas de formação em América, uma vez que se alternam as principais referências docentes ao longo dos anos.

Richard Graham voltou ao curso para comparar os EUA e o Brasil exportadores e escravocratas no século XIX. Outras duas disciplinas que trabalharam o Brasil junto com outros países da América foram as que Francis Morton ministrou sobre industrialização.

Como “teoria e metodologia”, reunimos algumas disciplinas. O antropólogo Luiz de Castro Faria reservou um período para trabalhar Pierre Bourdieu. Em outro semestre, além do sociólogo francês, figuraram também Michel Foucault e Karl Mannheim. Salma Muchail em “Metodologia” propôs reflexões entre Filosofia e História. Em outro curso, o centro era o “método arqueológico” e em sua bibliografia constavam Foucault, Ricouer e Merleau-Ponty. Pedro Demo investiu em Filosofia da Ciência. Victor Valla, entre disciplinas mais propriamente instrumentais e outras em que este conteúdo era repartido com o de Brasil, trouxe Louis Althusser, Lucien Goldman, Fernand Braudel, Patrick Gardiner (com um livro sobre teorias da história), Max Weber, Edward Carr, entre outros. Assumindo as disciplinas de “Historiografia”, novamente José Honório Rodrigues aparece com bibliografia sobre historiografia italiana, inglesa e brasileira, principalmente regional.

Tabela 14 Quantitativo de disciplinas oferecidas por docentes no período 2/1975-1/1977	
Victor Valla	6
Francis Morton	6
José Honório Rodrigues	4
Arthur Cézar Ferreira Reis	4
Luiz Castro Faria	3
Carlos Daniel Esparza	3
Salma Muchail	3
Ismênia de Lima Martins	2
Roy Glasgow	2
Ronny Seckinger	2
Pedro Freire Ribeiro	1
Pedro Demo	1
Richard Graham	1
Nilo Bernardes	1
Total	39

Para os orientadores desse grupo, temos o seguinte quadro

Tabela 15 Quantitativo de orientações por orientador da terceira turma	
Arthur Cézar Ferreira Reis	9
Victor Valla	5
Francis Morton	2
Francisco Falcon	1
Total	17

Destacaremos 4 professores aqui: Arthur Cézar Ferreira Reis, José Honório Rodrigues, Victor Valla e Francis Morton.

Como se vê pelas tabelas acima, Arthur Cézar Ferreira Reis novamente é um dos docentes mais expressivos do curso. Até 1979, ele orientou 16 dissertações, sendo o principal profissional nessa função, apesar de o número de disciplinas ministradas não

ser tão destacado. Nascido no Amazonas em 1906, Artur César atuou como jornalista no Jornal do Comércio amazonense, que era propriedade de sua família, e foi professor de História em Manaus. Parte de sua formação se deu no Rio de Janeiro, onde inclusive teve Capistrano de Abreu como preceptor. Quando dos eventos de 1930, participou da junta governativa revolucionária no seu estado. Em 1935, se tornou sócio do Instituto Histórico-Geográfico Brasileiro. Nos anos 1940 e 1950, teve vários cargos estatais: no governo de Eurico Dutra, assumiu a chefia da Divisão de Expansão Econômica do Departamento Nacional de Indústria e Comércio do Ministério do Trabalho. Em 1948, foi diretor-geral do Departamento Estadual do Trabalho de São Paulo no governo de Ademar de Barros e desse ano a 1949 integrou a Comissão de Mão-de-obra da Comissão Mista Brasileiro-Americana de Estudos Econômicos. Secretariou ainda a comissão técnica que, por determinação do presidente Getúlio Vargas, estudou em 1951 os programas de trabalho a serem executados na Amazônia. Em 1953, assumiu a presidência da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). Em 1956, tornou-se diretor do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, cargo que desempenhou até junho de 1958. Em 1961 dirigiu o Departamento de História e Divulgação do estado da Guanabara, no governo de Carlos Lacerda (1960-1965). Foi diretor-geral do Departamento Nacional da Indústria em 1963 e delegado do Brasil à Conferência de Comércio e Desenvolvimento da ONU, realizada em Genebra, na Suíça, em 1964. Nesse mesmo ano, foi indicado pelo ditador Humberto Castelo Branco - e referendado pela Assembleia Legislativa - ao governo do Amazonas, cargo que ocupou até janeiro de 1967. De acordo com nossas referências, sua gestão foi marcada por críticas a empreendimentos estrangeiros na região. Presidiu a Câmara de Ciências Humanas do Conselho Federal de Cultura entre 1967 e 1968. Além de lecionar no

mestrado em História da UFF, trabalhou também na PUC e na Fundação Getúlio Vargas, ambas no Rio de Janeiro. Faleceu em 1993⁷⁶⁸.

A produção bibliográfica de Reis foi enorme e privilegia questões políticas da região amazônica: História do Amazonas (1931), A explosão cívica de 1832 (1932), Manaus e outras vilas (1934), O ensino da história do Amazonas na escola primária (1934), A questão do Acre (1937), A política de Portugal no vale amazônico (1939), Lobo D'Almada, um estadista colonial (1940), Paulistas na Amazônia e outros ensaios (1941), Síntese da história do Pará (1942), A conquista espiritual da Amazônia (1942), O processo histórico da economia amazonense (1942), História de Óbidos (1945), Limites e demarcações na Amazônia brasileira (1947), Estadistas portugueses na Amazônia (1948), História da imigração e colonização do continente americano (1948), Território do Amapá, perfil histórico (1948), Monte Alegre, aspectos de sua formação (1950), O seringal e o seringueiro, tentativa de interpretação (1953), A Amazônia que os portugueses revelaram (1957), Guia histórico dos municípios do Pará (1958), A expansão portuguesa na Amazônia nos séculos XVII e XVIII (1959), A Amazônia e a cobiça internacional (1960), Súmula de história do Amazonas (1965), Rotina e dinâmica na vida brasileira (1965), A autonomia do Amazonas (1965), Tempo e vida na Amazônia (1965), A Amazônia e a independência do Brasil (1966), Épocas e visões regionais do Brasil (1966), A Amazônia e a integridade do Brasil (1966), Aspectos da experiência portuguesa na Amazônia (1966), Como governei o Amazonas (1967), Amazônia e o mundo atual (1967), O impacto amazônico na civilização brasileira (1972) e O ensino da história do Brasil⁷⁶⁹. É interessante que Reis tenha sido o segundo autor que mais

⁷⁶⁸ LOBATO, Sidnei. "Estado, nação e região na obra de Arthur César Ferreira Reis". IN: Diálogos, DHI/PPH/UEM, v. 13, n. 3, p. 625-642, 2009. "Reis, Artur César Ferreira." IN: ABREU, Alzira de Alves (coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasil*. <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/reis-artur-cesar-ferreira> (acessado em fevereiro de 2018). A considerar todas as referências, o Dicionário citado grafou errado os primeiros nomes de Ferreira Reis.

⁷⁶⁹ Sidnei Lobato. "Estado, nação...".

contribuiu com a História Geral da Civilização Brasileira, importante empreendimento historiográfico brasileiro, nos volumes dedicados ao momento colonial e imperial, produzidos entre 1960 e 1972. Apenas Sérgio Buarque de Holanda, organizador da coleção, escreveu mais artigos⁷⁷⁰.

Segundo o pesquisador Sidnei da Silva Lobato, a obra de Reis tem uma primeira fase que valorizou muito a pesquisa documental, principalmente realizada no Arquivo do Pará, e uma segunda fase em que não se registra conhecimento empírico novo. Ainda segundo Lobato, o trabalho de Reis chama a atenção para a importância de uma ação estatal desenvolvimentista para a região amazônica, está em consonância com o pensamento nacionalista autoritário e percebe a nação brasileira como um ente carente da ação civilizadora do Estado. Sua obra é marcada pelo elogio da colonização portuguesa na Amazônia onde, além dos êxitos do empreendimento estatal, houve também uma *“política de convivência harmônica”* e *“um equilíbrio magnífico de grupos étnicos”*, argumentos esses aplaudidos por Gilberto Freyre⁷⁷¹. De acordo com a análise de Alexandre Pacheco, Arthur Reis considerou portugueses e luso-brasileiros

*“...como verdadeiros heróis. Neste sentido, os fatos relacionados a essas ações seriam apreendidos a partir da observação deles como dados para uma investigação histórica objetiva, que verificados e comprovados revelariam ensinamentos patrióticos para a Nação brasileira, sobretudo em relação à manutenção de nossa soberania sobre a Amazônia em meio aos anos de 1960.”*⁷⁷².

Sua obra estaria marcada também pela compreensão de que raça e meio

⁷⁷⁰ VENÂNCIO, Giselle; FURTADO, André Carlos. “Brasília & História Geral da Civilização Brasileira: escrita da História, disputas editoriais e processos de especialização acadêmica (1956-1972)” IN: *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n.9, jan./jun. 2013. p. 05 - 23.

⁷⁷¹ Lobato, 2009.

⁷⁷² PACHECO, Alexandre. “A narrativa heroico-nacionalista de Arthur Reis na representação da defesa da Amazônia pelos portugueses e luso-brasileiros em A Amazônia e a cobiça internacional - anos de 1960” IN: *História da historiografia*. Ouro Preto, número 10, dezembro de 2012.

geográfico são elementos determinantes do desenvolvimento histórico.

Conforme mencionamos no primeiro capítulo, Falcon lembra Reis como alguém que, tendo trânsito entre militares, atuava no sentido de proteger alguns perseguidos⁷⁷³. Como orientador, há relatos positivos⁷⁷⁴, mas há também aqueles que apontam que o professor não cumpria um papel relevante no processo⁷⁷⁵.

José Honório Rodrigues foi um dos professores de maior atuação dentro do curso na década de 1970. Apesar de ter orientado apenas duas dissertações até 1979, ofertou dez disciplinas, sendo um dos três docentes que assim mais trabalharam. No período que consideramos para a terceira turma (e para a segunda), sua presença não é tão volumosa, mas justifica o olhar mais detido sobre esse historiador.

A bibliografia de Rodrigues é farta. Destaca-se sua preocupação de intensidade pioneira ao tema da historiografia, além de teoria e metodologia. Formou-se em Direito, e entre 1939 e 1944 trabalhou com Sérgio Buarque de Holanda no Instituto Nacional do Livro e por essa época já publicava textos de História. Com bolsas da Fundação Rockefeller ou do Conselho Britânico, aprendeu sobre o trabalho historiográfico, arquivos e outras instituições dedicadas à História de diversas partes da Europa e dos EUA. Atuando como Diretor de Obras Raras da Biblioteca Nacional entre 1946 e 1958, acentuou seus estudos no acervo da instituição. De 1946 a 1956, foi professor do Instituto Rio Branco, dando aulas de formação para o pessoal do Itamarati. Também

⁷⁷³ “Mas também gosto de citar o falecido professor Arthur Cézár Ferreira Reis, que sempre apostou em mim embora soubesse que nossas idéias não se conjugavam. Mas foi um professor que sempre esteve a disposição para intervir junto aos militares em favor de algumas pessoas, pois era muito respeitado. Eu e o José Luís Werneck costumávamos dizer “Olha se nós escapamos foi sem dúvida graças ao Ferreira Reis”. E foi ele também que me auxiliou em minha primeira viagem para Lisboa.. Eu me lembro que o Ferreira Reis às vezes dava carona para mim e outras pessoas lá da PUC para o Centro, e no início de dezembro de 68, uns dez dias antes do AI-5, ele disse “Olha, vocês tomem cuidado, vocês estão cutucando a onça com vara curta, não sabem o que vem por aí, vocês se protejam porque eu não vou poder salvar todo mundo não”. Uns dez dias depois não deu outra coisa: era o AI-5. Quando fizeram as cassações de 69 o Ferreira Reis estava presente, e provavelmente, graças a ele os nomes de algumas pessoas foram retirados.”

⁷⁷⁴ Entrevista de Ubiratan Rocha ao autor.

⁷⁷⁵ Entrevista de Almir El-Kareh ao autor. Entrevista de Francisco Falcon ao autor.

trabalhou no arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Entre 1958 e 1964, foi diretor do Arquivo Nacional, impulsionando o conhecimento sobre arquivística no Brasil. Como docente, esteve na Escola Superior de Guerra, na UFRJ, na UnB, na Faculdade de Ciências Econômicas do Estado da Guanabara, na Universidade do Texas e na Universidade de Columbia. Foi membro de várias instituições científicas brasileiras e estrangeiras. Faleceu em 1987.

Desde cedo, Rodrigues tinha a intenção de renovar a historiografia brasileira, que para ele era regida fortemente pelo amadorismo, pelo autodidatismo e por um “*tradicionalismo nostálgico e estéril*”, o que não contribuiria para o bom desenvolvimento do país. As cátedras dos cursos de História estariam marcadas por esse tipo de atraso. Um avanço do fazer historiográfico seria a pesquisa documental bem fundamentada metodologicamente, marcada pela crítica rigorosa às fontes, e a principal referência de Rodrigues é a “escola alemã” do século XIX. A discussão sobre teorias, métodos, filosofias da história e “história da história” eram para esse historiador, desde os anos 1940, domínios fundamentais a serem desenvolvidos na área, assim como a descoberta de fatos e fontes inéditos⁷⁷⁶.

Para citar uma de suas obras do período em que atuou em Niterói, temos “Independência: revolução e contra-revolução.” Foi editado em 1976 em 5 volumes perfazendo quase 1500 páginas em que, com um trabalho empírico extenso e abordando diferentes assuntos, se critica o caráter conservador do processo brasileiro, quando se teria perdido a oportunidade de fundar o país sob bases populares e liberais. Segundo o historiador Francisco Iglésias, de forma geral, a obra de José Honório Rodrigues apontaria, na história brasileira, para a crítica ao conservadorismo, à conciliação entre

⁷⁷⁶ FREIXO, André de Lemos. “Um ‘arquiteto’ da historiografia brasileira: história e historiadores em José Honório Rodrigues” IN: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 31, nº 62, p. 143-172 - 2011

elites que exclui o povo, à falta de representatividade e ao caráter “cruento”. De teor nacionalista e atento aos interesses estrangeiros no país, Rodrigues também tinha a ideia de uma “história combatente” - título de um de seus trabalhos. Criticava o factualismo, muito embora seu trabalho empírico de arquivo fosse volumoso⁷⁷⁷.

O terceiro professor que destacamos é Victor Vincent Valla, que começou a trabalhar no curso de mestrado em História da UFF em 1975 e logo assumiu uma posição importante: foi um dos professores que mais lecionou na década de 1970, e também compareceu com um importante número de orientações. Norte-americano nascido em 1937 em uma família fortemente religiosa, chegou ao Brasil em 1964 para trabalho missionário e logo esteve próximo do movimento clandestino católico de resistência à ditadura. Fez seu mestrado em História na USP, concluído em 1969, com a dissertação “*Os Estados Unidos e a influência estrangeira na economia brasileira: um período de transição, 1904-1928*”. Também em São Paulo, fez seu doutorado com a tese “*A penetração norte-americana na economia brasileira, 1898-1928*”, defendida em 1972 sob a orientação de Nícea Villela Luz. Depois de uma temporada na Bahia fazendo trabalho político de base junto à igreja, passou a ser professor na UFF e também em favelas do Rio. Nesse momento, esteve articulado com a Ação Popular, organização da esquerda católica. Na década de 1980, além de seu trabalho na História da UFF, foi docente no Departamento de Ciências Sociais da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) e, mais tarde, seria um dos criadores do Centro de Estudos da População da Leopoldina (CEPEL), que atuava no bairro carioca da Penha para assessorar a população na luta por direitos. Valla teve uma grande contribuição teórica e prática no campo da educação popular e da saúde pública, área na qual é mais

⁷⁷⁷ IGLÉSIAS, Francisco. “José Honório Rodrigues e a historiografia brasileira” IN: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. I, 1988 p. 55-78.

reconhecido⁷⁷⁸. Essa trajetória de Valla, distinta da maioria dos intelectuais estrangeiros que chegaram aqui nos anos 1960 e 1970, fez com que alguns não o considerassem um “brasilianista” como os outros⁷⁷⁹.

Na década de 1970, Valla teve uma produção variada de artigos publicados em espaços acadêmicos da História e da Educação: “Desenvolvimento, tecnologia e História”; “ Os Estados Unidos e a influência estrangeira na economia brasileira: um período de transição (1904-1928)”; “Fatores relacionados com a distribuição fundiária na região cacauzeira da Bahia”; “Subsídios para uma melhor compreensão da entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial”; “Educação extra-escolar no Brasil: revisão de conceitos básicos”; “Educação não-formal: novidade do século XX? O fenômeno visto de uma abordagem histórica”; “A evolução da política e do planejamento científico e tecnológico brasileiro”. “Questionando a sociedade brasileira através da ciência e da tecnologia”; “Reconstrução história da educação popular no Brasil”. Para um maior conhecimento intelectual de Valla, nos valem da publicação de sua tese de doutorado, “*A penetração norte-americana na economia brasileira, 1898-1928. Sempre de acordo ou nobre emulação?*”⁷⁸⁰, que saiu em 1978 em coleção editorial coordenada por José Luiz Werneck da Silva, naquele momento orientando de Valla no curso de mestrado da UFF.

Para Werneck da Silva, que prefaciou o livro, trata-se de um divisor de águas na historiografia das relações internacionais entre Brasil e EUA, em que predominavam dois tipos de abordagem: uma tendo como base a diplomacia e envolvendo contatos e negociações para a defesa de interesses nacionais e uma outra em que as ideais de

⁷⁷⁸ GARCIA, Regina Leite (org.). *Victor Vincent Valla: companheiro de lutas, de ideias, de vida*. Recife: Gráfica J. Luiz Vasconcelos Editora, 2009.

⁷⁷⁹ Entrevista de Francisco Falcon ao autor. SILVA, José Luiz Werneck. “Prefácio” In: VALLA, Victor Vincent. *A penetração norte-americana na economia brasileira 1898-1928. Sempre de acordo ou nobre emulação?*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978.

⁷⁸⁰ Valla, op. cit..

cooperação e amizade eram centrais. Uma preocupação básica do texto de Valla seriam os mecanismos de subordinação das áreas de economias periféricas às áreas de economias “cêntricas”. Ainda segundo Silva, Valla mobiliza dados e fontes sem ser “neo-positivista”.

Valla compreende com base em Edward Carr e José Honório Rodrigues que o passado só é inteligível a partir do presente, havendo relação entre os dois momentos na construção do conhecimento histórico. Consoante com a ideia de que o que deve mover o cientista social são problemas de sua sociedade, a escolha do tópico de estudo se daria pela influência preponderante dos EUA na vida brasileira no momento então atual. Seu livro leva em conta principalmente as atividades comerciais, movidas inicialmente em torno do café e da borracha. Para o autor, ainda que nos últimos anos do século XIX a balança comercial entre os dois países favorecesse o Brasil, a maior força e as vantagens a longo prazo estariam com os EUA que, na condição de principal mercado para o café brasileiro, estabeleceram acordos para a venda de seus produtos manufaturados e, posteriormente, de capitais. Na análise de Valla, a Primeira Guerra deu aos EUA uma oportunidade de conquistar mais mercados sul-americanos e aumentar sua “penetração” na região. Nesse quadro, o autor observa o Brasil como uma nação em situação de dependência, com pouca margem de atuação política e econômica no cenário internacional e impossibilitada de desenvolver suas indústrias. Comparada com a posição de outros países do continente sul-americano, o Brasil estaria muito mais integrado aos EUA a ponto de se formar, como diz o título de um de seus capítulos, *“Enfim, uma aliança com benefícios quase unilaterais”* - acentuada quando os EUA passaram a disponibilizar créditos a longo prazo como também forma de estreitamento de sua influência. Sua pesquisa é de pouco investimento conceitual e operou com

diversidade de fontes e assuntos: dados comerciais – que vão desde movimentação de navios a investimentos financeiros -, políticas de taxações, declarações de políticos de diversas esferas, ações e incidentes diplomáticos, análises de periódicos, entre outros. A publicação recheada de tabelas e charges da época, demonstra um grande aprofundamento do trabalho empírico, com referências dos dois hemisférios.

Por fim, tratemos do professor Francis Morton, que na década de setenta foi orientador de três dissertações no programa, além de, como vimos, ter sido o maior responsável por disciplinas sobre História da América nessa terceira turma. Morton serviu na embaixada canadense no Rio de Janeiro de 1965 a 1968. No período seguinte, doutorou-se em Oxford com uma tese chamada *“The conservative revolution of independence: economy, society and politics in Bahia, 1790-1840”*. Ensinou na Universidade de Calgary (Canadá) e retornou ao Brasil para atuar como executivo de uma grande corporação canadense, a Brascan Limited. Possivelmente, foi em paralelo a essa atividade que Morton se dedicou ao programa de pós-graduação que estudamos. Em sua biografia, também destacamos que foi presidente da Câmara de Comércio Brasil-Canadá e professor de História do Brasil na Universidade de Toronto⁷⁸¹. Em artigo publicado em 1975 no *Journal of Latin American Studies*, *“The military and society in Bahia, 1800-1821”*⁷⁸², temos uma parte daquilo que foi seu objeto no doutorado. Morton faz um levantamento de informações que demonstram diferença entre a “tropa paga” que trabalhava integralmente e as “ordenanças” que trabalhavam meio período; o contingente; o salário; as origens econômicas, regionais e étnicas dos

⁷⁸¹ Há informações biográficas em MORTON, Francis William Orde. “Brazil's emergence on the world stage” IN: *International Journal*. Vol. 37, No. 1, Latin America (Winter, 1981/1982). E também no site da loja Amazon, em página de divulgação de livro sobre o Rio de Janeiro lançado em 2015: https://www.amazon.com/Orde-Morton/e/B00VRXC2QY/ref=sr_ntt_srch_lnk_2?qid=1537140210&sr=1-2

⁷⁸² MORTON, Francis William Orde. “The military and society in Bahia, 1800-1821” IN: *Journal of Latin American Studies*. Vol. 7, N.2 (Nov. 1975)

militares; suas chances de promoção; a lógica de petição à Coroa para promoções; as condições de trabalho; e as numerosas deserções. Morton destaca que no escalão mais baixo, ao contrário do que acontecia na camada superior da instituição, os militares eram predominantemente pobres, negros e baianos. Enquanto o recrutamento forçado poupava ricos e brancos na parte inferior da hierarquia, os oficiais eram nascidos em Portugal, motivo de sua lealdade à Coroa. O estudo, de amplo mergulho empírico sobre a forma da instituição militar, faz menção a levantes de militares de baixa patente e à influência dos proprietários de terra sobre a corporação, o que teria sido decisivo no momento da ruptura política acontecida a partir de 1822. A divisão de poder na instituição militar entre a Coroa portuguesa e as elites locais é algo sublinhado pelo autor, que também se interessa pelo fato de o formato do exército constituído na colônia ser de tipo europeu.

Pouco depois de ter atuado no curso de História da UFF, Morton publicou um artigo de análise sobre a política externa brasileira, contendo alusões à história do país⁷⁸³. Para o autor, houve uma emergência do Brasil no cenário internacional na década de 1970, depois de ter tido no pós-guerra o mais rápido crescimento entre os países em desenvolvimento. Morton traça um panorama de relações comerciais internacionais do país, afirmando que há uma diversificação dos parceiros: muito embora o alinhamento principal seja com os EUA (o que teria sido reforçado no pós-1964), os contatos com o exterior (Canadá, países da África, do Oriente Médio, etc.) estariam se expandindo. O artigo também se dedica à relação que o Brasil tem com os EUA em diversas matérias (questões nucleares, direitos humanos, etc.). Com algumas caracterizações sobre o regime militar (explica sua doutrina de segurança nacional, a contestação que a classe média tem à falta de democracia, a dependência que a

⁷⁸³ MORTON, F. “Brazil's emergence...”

economia tem de petróleo importado, etc.), o artigo é uma espécie de introdução para autores de relações internacionais. Mencionemos por fim artigo de Morton com co-autoria de Ron Seckinger (que também foi docente do mestrado da UFF) sobre bibliotecas no Grande Rio. Depois de um texto em que destacam a falta e má formação de pessoal e recursos materiais, os autores se dedicam a breves descrições sobre uma série de bibliotecas, públicas e privadas. Sobre a biblioteca do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da UFF, informa que possui 17 mil volumes, e que seria uma coleção fraca apesar de a instituição estar comprando livros num ritmo rápido⁷⁸⁴.

4.3 Dissertações

Quadro 6. Dissertações da terceira turma	
33M	TORIBIO, Maria Teresa. <i>O café no contexto econômico da Colômbia e a atuação da Federação Nacional dos Cafeicultores (1927-1962)</i> . Dissertação de mestrado em História. UFF, 1978. Orientada por Francis Morton.
34M	GARCIA, Ledonias. <i>Sociedade e educação na Bolívia Liberal (1899-1920)</i> . Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1978. Orientada por Francis Morton.
38M	COELHO, Geraldo Martins. <i>Ação e reação na província do Pará: o conflito político-social de 1823</i> . Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1978. Orientada por Arthur César Ferreira Reis.
39M	MACIEL, Dulce. <i>Congresso do Panamá de 1826</i> . Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1979. Orientada por Arthur César Ferreira Reis
40M	CARDOSO, Zenaide. <i>Política econômica de Juan M. De Rosas</i> . Dissertação de mestrado em História. UFF, 1979. Orientada por Arthur César Ferreira Reis.
41M	CALIXTO, Valdir de Oliveira. <i>O clero secular em Minas Gerais (1745-1792). Sua participação na Conjuração de 1789</i> . Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1979. Orientada por Arthur César Ferreira Reis.
42M	SILVA, Eduardo da. <i>O cancro roedor do Império do Brasil. Barões do café e crise da estrutura escravista no Rio de Janeiro. Um estudo de caso: o ramo Peixoto de Lacerda Werneck, 1850-1900</i> . Dissertação de Mestrado. UFF, 1979. Orientada por Victor Valla.
43M	ROCHA, Ubiratan. <i>A ALALC e a integração econômica da América Latina</i> . Dissertação de mestrado em História. UFF, 1979. Orientada por Arthur César

⁷⁸⁴ MORTON, Francis William Orde & SECKINGER, Ron. "Social Science Libraries in Greater Rio de Janeiro. IN: *Latin American Research Review*. Vol. 14, N. 3 (1979).

	Ferreira Reis.
46M	MUNIZ, Celia. <i>Os donos da terra: um estudo sobre a estrutura fundiária no Vale do Paraíba fluminense (século XIX)</i> . Dissertação de mestrado em História. UFF, 1979. Orientada por Victor Vincent Valla.
47M	El-JAICK, Sérgio. <i>O pensamento político de Simón Bolívar</i> . Dissertação de mestrado em História. UFF, 1979. Orientada por Arthur César Ferreira Reis.
48M	PEÇANHA, Jorge. <i>A abertura do Paraguai: raiz de uma guerra. Dissertação de Mestrado em História</i> . UFF, 1979. Orientada por Arthur César Ferreira Reis.
49M	PEDROSA, Ulianov. <i>O problema indígena na Argentina na segunda metade do século XIX</i> . Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1979. Orientada por Arthur César Ferreira Reis.
50M	SADLER, Daniel Vieira. <i>O pensamento de Sarmiento</i> . Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1979. Orientada por Arthur César Ferreira Reis.
51M	SEREJO, Tereza Cirstina Leal de. <i>Coronéis sem patente: a modernização conservadora no sertão pernambucano</i> . Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1979. Orientada por Francisco Falcon.
53M	GOMES, Francisco José da Silva. <i>O sistema de cristandade colonial. O reino de Deus rebaixado a Colônia</i> . Dissertação de mestrado em História. UFF, 1979. Orientada por Victor Vincent Valla.
54M	SANTOS, Lenalda Andrade. <i>A oligarquia açucareira e a crise: Sergipe 1855-1890</i> . Dissertação de mestrado em História. UFF, 1979. Orientada por Victor Vincent Valla.
55M	SILVA, José Luiz Werneck da. <i>Isto é o que me parece. A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (1827-1904) na formação social brasileira: a conjuntura de 1871 a 1877</i> . Dissertação de mestrado em História. UFF, 1979. Orientada por Victor Vincent Valla. ⁷⁸⁵

4.3.1 Café (33m, 42m)

“*O café no contexto econômico da Colômbia e a atuação da Federação Nacional dos Cafeicultores (1927-1962)*”⁷⁸⁶ (33m) é de autoria de Maria Teresa Toribio. Entre as fontes primárias da autora estão boletins e periódicos da Federação Nacional dos Cafeicultores da Colômbia; documentos do arquivo do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, sediado no Rio de Janeiro, que continha relatórios e recortes de

⁷⁸⁵ A primeira frase do título da dissertação não consta nos catálogos da UFF em que nos referenciamos.

⁷⁸⁶ TORIBIO, Maria Teresa. *O café no contexto econômico da Colômbia e a atuação da Federação Nacional dos Cafeicultores (1927-1962)*. Dissertação de mestrado em História. UFF, 1978. Orientada por Francis Morton

jornal sobre a Colômbia; jornais e periódicos colombianos; e pesquisas da CEPAL e da FAO. A autora contou com a colaboração de um ex-representante da Federação Nacional dos Cafeicultores da Colômbia no Brasil que lhe disponibilizou documentos. Há dois parágrafos dedicados à metodologia que nos informam as fontes utilizadas e que *“o método consistiu na análise e crítica da documentação consultada, obedecendo o rigor histórico, a cronologia e a citação dos dados com precisão e exatidão...”*⁷⁸⁷

O primeiro capítulo do seu estudo, baseado em fontes secundárias, é sobre aspectos naturais e geográficos da Colômbia, como relevo, clima e hidrografia. Ressalta aqui as áreas de altitude e o fato de o café colombiano ter duas colheitas anuais. O segundo capítulo nos dá um panorama da história da Colômbia da época colonial até a década de 1960. Aqui se ressalta que só o café conseguiu assegurar à Colômbia *“o seu lugar no contexto econômico mundial”*, já que foram sem êxito as tentativas de ampliar a exportação de tabaco, anil e quina. A autora expõe generalidades sobre a situação colonial, o avanço do liberalismo no pós-independência, e sobre a política econômica entre os anos 1920 e 1950. Escreve sobre a evolução das culturas de tabaco, anil e quina que não deram à Colômbia peso no comércio internacional. E faz um panorama da política econômica do país para o mesmo período com base principalmente em fonte secundária, abordando temas como comércio externo e industrialização.

O terceiro capítulo tem dados sobre cultivo do café, as características naturais do grão, a evolução das plantações nas diferentes regiões da Colômbia, a questão da altitude para o plantio, a importância do sombreamento para a conservação dos solos, o tratamento do grão pós-colheita etc.. Expõe também dados sobre comércio exterior para atestar a importância do grão, fala de seus destinos, problemas que havia com o transporte, diferenças nos preços ao longo do tempo. O capítulo ressalta que na

⁷⁸⁷ p. 8

Colômbia as propriedades agrícolas eram principalmente pequenas e médias, o que se explica pelo fato de que sua principal atividade colonial fora a mineração. Nota-se também que essas propriedades tinham uma tendência a se fragmentar ainda mais principalmente por causa do aumento populacional (imigração), e que o Estado lutava contra essa tendência porque ela atrapalhava a produtividade.

É o último capítulo que trata da Federação Nacional de Cafeicultores. Nele menciona as mais diversas ações da entidade: a propaganda no exterior sobre o café colombiano, textos em jornais que orientavam os produtores do país, iniciativas para programas de financiamento para cafeicultores, criação de um banco cafeeiro, demanda por leis sobre taxaço, acordos internacionais sobre preços, importação de máquinas, censos e pesquisas para melhorar a cultura. Trata-se de organização poderosa que era alimentada pelo governo com os impostos colhidos pelo próprio Estado. A Federação comprava o café colombiano e o revendia no exterior; classificava os tipos de café e estipulava quais deveriam ser exportados, impedindo assim a venda de certos grãos. O capítulo ainda expõe dados sobre sua organização interna (eleições, congressos, comitês, etc.).

A autora entende a produção de café na Colômbia através da leitura de dependência de Cardoso e Falleto. Essa problemática, entretanto, não é trabalhada significativamente ao longo da dissertação, nem aquela, exposta no resumo, que menciona uma aliança entre a burguesia agro-exportadora e as oligarquias locais. O estudo de Toribio é basicamente a exposição de aspectos da produção de café e da atuação da Federação.

Em uma perspectiva bem diferente, temos o trabalho de Eduardo da Silva, “*O cancro roedor do Império do Brasil. Barões do café e crise da estrutura escravista no*

Rio de Janeiro. Um estudo de caso: o ramo Peixoto de Lacerda Werneck, 1850-1900”⁷⁸⁸

(42m). Trata de barões em meio à crise da cafeicultura, da estrutura escravista e à transição para novas formas de trabalho. É um estudo de caso sobre uma família, Werneck, que para o autor é ilustrativa da influência de fazendeiros nas formulações políticas, econômicas e sociais no Brasil do século XIX. A família Werneck foi uma das principais proprietárias brasileiras, e sobre ela se dispõe de um dos maiores conjuntos de documentos familiares no Arquivo Nacional. Abarcando três gerações, entre 1850 e 1900, Silva espera contribuir para que se faça generalizações a partir de casos concretos. Como aponta, a preocupação principal que norteia sua pesquisa é a crise do escravismo colonial e a transição para o capitalismo dependente em uma área de cafeicultura antiga.

O seu primeiro capítulo é teórico-metodológico: caracteriza a estrutura escravista no Brasil e a problemática das classes sociais. Afirma a importância de pensar teoricamente, uma vez que dados em si nada significam se não postos em contexto teórico. Sobre escravismo colonial, apresenta 2 vertentes. Uma é eurocêntrica e tem alguns autores apontando o caráter feudal do passado brasileiro, enquanto outros advogam que o momento colonial já é capitalista. Silva então critica esta segunda tendência ao defender um conceito de capitalismo que não foque na circulação. Também como um ramo dessa visão eurocêntrica estaria o etapismo de Sodré, que o faria associar o escravismo brasileiro ao escravismo antigo, o que seria uma anomalia. Silva ainda critica autores que entendem a escravidão como algo não central, “circunstancial”, para a caracterização socioeconômica do Brasil. Aos que a entendem como mista (feudal, escravista e capitalista) diz se tratar de “*uma posição empiricista mal*

⁷⁸⁸ SILVA, Eduardo da. “*O cancro roedor do Império do Brasil. Barões do café e crise da estrutura escravista no Rio de Janeiro. Um estudo de caso: o ramo Peixoto de Lacerda Werneck, 1850-1900*”. Dissertação de Mestrado. UFF, 1979. Orientada por Victor Valla.

assumida”⁷⁸⁹ Silva defende então uma perspectiva não eurocêntrica, ou seja, o escravismo colonial como formação específica, tendo como base para sua reflexão escritos de Ciro Cardoso. Ressalta se tratar de uma economia dependente, escravista, inserida no mercado internacional capitalista. Perpassando suas características, aponta o escravo ter sido reduzido à “coisa”, a independência não ter alterado a estrutura de dominação; a divisão internacional do trabalho e a penetração inglesa.

Engajando-se na definição de classe social diz:

*“categoria histórica, isto é, define-se no interior de estruturas econômico-sociais concretas. O critério fundamental para a constituição de uma classe social não é exatamente a ocupação, rendimentos ou estilo de vida de um indivíduo em particular, mas as diferentes posições de grandes grupos humanos frente à propriedade dos meios de produção dentro de um sistema historicamente definido.”*⁷⁹⁰

Estruturalmente, as principais classes são senhores e escravos. Apenas os senhores são “*classe para si*”. Os escravos, embrutecidos pela sua condição, “*não conseguem formular um plano próprio de transformação desta sociedade em termos globais. Por isso, as “revoluções” se dão unicamente no âmbito da classe dominante.*”⁷⁹¹ Discutindo o conceito de sociedade estamental, que enfatizaria tradição, religião, raça, honra, etc., afirma que elementos socioculturais seriam importantes, mas o fundamental seria perceber a propriedade dos meios de produção. Nesse capítulo, se baseia principalmente em Ciro Cardoso, Fernando Henrique Cardoso, Celso Furtado e Oswaldo Sunkel.

No segundo capítulo, traz dados biográficos da família para períodos bem anteriores ao século XIX. Informa sobre a ocupação do Vale do Paraíba por pioneiros

⁷⁸⁹ p. 30

⁷⁹⁰ p. 59

⁷⁹¹ p. 61

(sesmeiros e posseiro), a situação demográfica e tamanho de propriedades em Vassouras, a endogenia dos casamentos da família e o processo de concentração de terras. Além de fontes secundárias, Silva faz uso de memórias familiares e outros documentos dispostos no conjunto da família no Arquivo Nacional. O capítulo três é focado nas três personagens principais da família no período estudado. Em um texto bastante fluido e embasado em fontes, com muitas citações, é construído o retrato dessa poderosa família cafeicultora, em aspectos privados e públicos. Há a exposição de manifestações políticas como o apoio e a crítica à monarquia; a fundação de empreendimentos como a Sociedade Promotora da Civilização e Indústria da Vila de Vassouras, que se dedicava, por exemplo, à construção de estradas; a atuação de um deles como diretor da Companhia Estrada de Ferro Pedro II e cônsul. Temos o trabalho desses membros da família como deputados, em que discutem na Câmara o fim da escravidão e a necessidade de o Império se preparar para uma transição na mão-de-obra; formulam planos sobre imigração, criação de núcleo colonial, reforma fiscal que incluía diminuição de imposto sobre o café, etc.. Em artigos publicados em jornais, se verifica que políticos eram apoiados pela família, e o que pensavam da situação econômica e política de distintas regiões do país. Silva repara que a família vai assumindo “valores capitalistas” (por exemplo, a valorização do comércio).

Vários outros elementos de suas vidas são explorados: empréstimos tomados a comissários; lista de bens da família; formação educacional; doações realizadas; apadrinhamento de pessoas (através, por exemplo, do financiamento de estudos, do empréstimo de dinheiro, da intercessão para que credor desista de execução de dívida). Sobre bens e diversos gastos ostentatórios da família (títulos de nobreza, palácios, igrejas), comenta que não seriam “improdutivos” como dizem alguns autores, mas,

tendo a ver com “representação”, essenciais para a manutenção da classe social. As fontes primárias, largamente exploradas nesse capítulo, são correspondências, escritos de jornais e anais do legislativo.

Em capítulo dedicado a “manifestações da crise” da lavoura, o autor explora a produção intelectual da família Werneck, além de sua correspondência. Somos informados das características das diferentes fazendas desses barões, suas colheitas e bens possuídos. Como elementos da crise, temos as considerações dos barões sobre o esgotamento do solo, dada a utilização de técnicas primitivas; o alto preço de escravos que representavam a parte mais importante dos investimentos totais da cafeicultura; a questão das fugas, doenças e mortes (sobre isso, por exemplo, Silva expõe correspondência entre o cafeicultor e comissário, onde aquele anseia para que logo chegue encomenda de cobertores para aplacar o frio que os escravos sentiam, o que poderia comprometer sua saúde, logo, sua capacidade de trabalho). O capítulo mostra contatos dos escravocratas para trazer cativos que haviam fugido e que se encontravam presos; ordens para castigá-los; expressões de temor da violência reativa dos escravos; estratégia de usar a religião (ouvir missa, confessar-se) para disciplina, fazendo-o ter amor ao trabalho e à obediência; reflexões sobre permissão ao escravo de ter uma margem de economia própria e esquema de premiação. Entre as opiniões da família Werneck, está também a de que nem sempre o escravo é inimigo do senhor, que não se deve tratá-lo nem com muita frouxidão, nem com severidade excessiva. A carestia nas fazendas também ocupou muitos escritos dos barões, entre a expectativa de se ter tudo na propriedade para uma alimentação “esplêndida” e a realidade de não consegui-lo (a que um deles atribui a mudanças meteorológicas, e contra a qual recorre a comissários para compras). Pragas e dívidas são outros dois assuntos que ocuparam bastante os

barões da família em seus escritos. Neste capítulo, chama a atenção que Silva formula novamente a ideia de que escravo é “coisa”, embrutecido pela violência que sofre, pelo tratamento que dispensa a animais na produção, e pela violência com que reage.

No capítulo 5, em procedimento idêntico ao realizado no anterior, Silva analisa a posição da classe dominante frente à escravatura, considerando as diferentes conjunturas do recorte. Aproveitando novamente os largos registros escritos de três gerações da família Werneck, o autor os combina com dados extraídos de outras fontes, primárias e secundárias, de forma a compreender o processo econômico-social brasileiro e, principalmente, o pensamento e a agência de cafeicultores escravocratas da província do Rio de Janeiro. São explorados no capítulo a flutuação de preços; o processo de endividamento da oligarquia rural; a relação com os comissários a quem escravos eram dados como garantias; justificativas da existência da escravidão; a dificuldade de atração de imigrantes (cuja melhor forma, de acordo com o pensamento da oligarquia cafeeira, seria a maior possibilidade de acesso à pequena propriedade, o que, por outro lado, entrava em contradição com a finalidade de submetê-los ao trabalho na grande lavoura). Entre a produção intelectual da família Werneck, está uma discussão demográfica, onde se pretende “aumentar a raça escrava” através de mais higiene e melhor nutrição. Observando ser a carestia de alimentos um problema para o aumento demográfico, o cafeeiro Luiz Werneck aponta como causas, além de outras, o monopólio da terra e a hipertrofia do setor exportador da economia. Uma vez que isso significaria ataque ao direito de propriedade, a colonização seria solução. Nesse momento, ressalta Silva, os cafeeiros brasileiros não pensam a colonização como substituta da escravidão, mas como uma garantidora: ela produziria alimentos que barateariam a reprodução escrava e estimulariam o aumento de sua população. Para

Silva, esse é um momento em que

“A classe dominante no Brasil, senhores de escravos, começa a enfrentar, pela primeira vez, o problema de uma mão-de-obra que, exatamente por ser livre de “ir e vir” só atenderia às exigências do latifúndio, em algumas regiões, quando igualmente “livre” de qualquer propriedade”⁷⁹²

Outro ponto importante, diz Silva, é que, à medida em que se aprofunda a crise da cafeicultura escravista, a oligarquia abandona a justificativa de que o sistema era um bem para o africano e passa a considerá-lo um mal inegável, mas que deve ser mantido evitando-se interferência no direito de propriedade e evitando riscos de catástrofes sociais. As discussões sobre mão de obra nesse contexto de crise do escravismo passam ainda sobre que povo deveria vir ao Brasil. André Werneck se põe contra a imigração chinesa, por preconceitos em relação a esse povo e clama a necessidade de propaganda na Europa para atrair germânicos. Vivendo no final do século XIX, André Werneck associa manumissões à desorganização agrícola e critica o abolicionismo como gritaria demagógica. Também,

“...André, nos artigos que escreve sobre a questão, condenava tanto os abolicionistas quanto os fazendeiros escravocratas mais empedernidos, manifestando, entretanto, uma indisfarçada simpatia pelos últimos.”⁷⁹³

No pós-abolição, continuará pensando questões da mão de obra. Ao se queixar da insubordinação na lavoura, defende a importância da educação para formação do proletariado brasileiro. É enfático ao considerar que essa educação não deveria tratar de leitura e escrita, mas dizer ao indivíduo quais seriam seus deveres.

Silva retoma questões de teoria e historiografia na sua conclusão. Haveria pouco debate historiográfico, com posições pouco explicitadas. Ao caracterizar seu trabalho

⁷⁹² p. 308

⁷⁹³ p. 324.

como um que se esforça por discussões conceituais e trabalho com fontes, afirma que teoria sem empiria é ensaísmo, que pode ser brilhante, mas não está embasado na realidade concreta. Por outro lado, a empiria sem teoria acumula fatos sem lhes revelar o sentido profundo. Por fim, são mencionados mitos da historiografia (sem, entretanto, que os autores responsáveis por eles sejam identificados): que a cafeicultura fluminense estava em plena prosperidade até 1888, entrando em decadência apenas em função da abolição; que a abolição foi uma outorga imperial ou de fazendeiros; que o fazendeiro foi um ser isolado em seu latifúndio. A dissertação de Eduardo Silva explora um conjunto grande de fontes: vários livros publicados por membros da família, artigos de jornais e outros periódicos, relato de viagem, anais do legislativo e correspondências.

4.3.2 Economia nacional (40m)

Zenaide Leite Cardoso concluiu sua dissertação *Política econômica de Juan M. De Rosas* em 1979, sob a orientação de Arthur César Ferreira Reis.⁷⁹⁴ Declara que seu objetivo é expor uma visão da economia com comércio, indústria, agricultura e pecuária. “Dissemos uma “visão porque vinte anos de governo é um período extenso e para uma análise de maior profundidade precisaria de mais tempo para pesquisa.”⁷⁹⁵ Podemos acrescentar que elementos da política de Rosas (por exemplo, a questão da relação do governo central com as províncias) também tomam relevo nesse curto trabalho. A autora se valeu de uma compilação de documentos argentinos encontrada na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Mas suas fontes principais são secundárias. Avaliando essa bibliografia diz que “Difícil foi realizar tal tarefa, porque a maior parte dos historiadores argentinos ou louvam, como Ernesto Quesada, ou detestam, como

⁷⁹⁴ CARDOSO, Zenaide. *Política econômica de Juan M. De Rosas*. Dissertação de mestrado em História. UFF, 1979. Orientada por Arthur César Ferreira Reis.

⁷⁹⁵ p. 1

Vicente Fidel lopes, a figura de Rosas. Daí a dificuldade para se separar o fato, a verdade história, da paixão do historiador.”⁷⁹⁶

Nesse seu trabalho descritivo, Cardoso caracteriza a Argentina do primeiro governo Rosas (1829-1832) como marcada por caudilhos, “*verdadeiros senhores feudais*”. Rosas teria atuado dominando e reduzindo a caudilhagem local, reprimindo partidos e condensando-os em Unitário e Federal. Em seu governo, Rosas adotava medidas desses dois partidos: “*Foi livre cambista até certo ponto, monopolista em defesa da primazia portenha, fechou rios e interveio nas Províncias. Era a realização de uma política unitária por um federalista.*”⁷⁹⁷ Aqui também o presidente assumiu poderes ditatoriais, governando como um tirano.

Sobre o segundo governo de Rosas (1835-1852), Cardoso dedica uma seção a cada ramo da economia (comércio externo e contrabando, comércio interno, indústria e artesanato, pecuária, agricultura e finanças). Para a autora, o centro da atenção de Rosas era “*quase exclusivamente*” os criadores de gado com a indústria do pastoreio, deixando em segundo plano o chacareiro e o industrial. Dessa forma, não se produz significativa mudança na economia argentina, que conserva a criação de gado com destaque, exporta carne, couros e chifres e depende de manufaturados. Com Rosas, Buenos Aires se mantém intermediária entre o comércio externo e as províncias do interior e do litoral. Seu governo, entretanto, é marcado por forte tensão entre a presidência e a elite portenha⁷⁹⁸. O trabalho de Cardoso também procura enumerar os fatores que contribuíram para a queda de Rosas, como a oposição de caudilhos e campanhas de imprensa⁷⁹⁹.

⁷⁹⁶ p.1

⁷⁹⁷ p. 13

⁷⁹⁸ p. 73

⁷⁹⁹ p. 65-70.

4.3.3 Propriedade fundiária (46m)

O trabalho de Celia Maria Loureiro Muniz, *“Os donos da terra: um estudo sobre a estrutura fundiária no Vale do Paraíba fluminense (século XIX)”*, entende que a historiografia não considera com devida atenção a pequena propriedade, ignorando-a ou limitando-se a citá-la⁸⁰⁰. Por ter identificado nas fontes cartoriais um grande número de inventários e escrituras de compra e venda referentes à pequena propriedade, Muniz se colocará em contraponto a essa tendência historiográfica uma vez que estudar apenas o grande cafeeiro e o escravo seria *“simplificar a realidade”*. Esta dissertação segue o exemplo de outros trabalhos que, dedicados ao Vale do Paraíba Paulista, valorizaram a existência da pequena propriedade. Para a autora, uma das origens do erro é que historiadores consideram em geral fazendas de café como grandes, sem a devida atenção à real medida das terras. Em Vassouras, por exemplo, poucas fazendas teriam grande extensão.

Questão que aparece ao longo do trabalho é também a crítica a autores que enxergam no Brasil do século XIX um modo de produção feudal ou escravista e feudal. Para Muniz, pensar assim significa *“transpor uma realidade europeia”*. Seria necessário considerar as especificidades do modo-de-produção. Dessa forma, *“As demandas entre fazendeiros e posseiros serão estudadas não como luta de classes mas como questões surgidas entre dois proprietários de terras que, como tal, possuíam interesses comuns.”*⁸⁰¹. A autora reivindica o conceito de “modo de produção escravista colonial”, tendo como base principalmente Ciro Cardoso. Entre os elementos que o definem estão a escravidão e caráter dependente da economia. Também faz uso do

⁸⁰⁰ MUNIZ, Celia. *“Os donos da terra: um estudo sobre a estrutura fundiária no Vale do Paraíba fluminense (século XIX)”*. Dissertação de mestrado em História. UFF, 1979. Orientada por Victor Vincent Valla. p.1

⁸⁰¹ p.7

conceito de “formação econômico-social”, para indicar que pode haver mais de um modo de produção na sociedade. Destaca a importância de se pensar não apenas os aspectos infraestruturais, mas também os superestruturais. Suas fontes primárias, largamente exploradas ao longo do estudo, são registros cartoriais sobre propriedades de Valença. Documentos legislativos também são analisados por Muniz. Seu recorte, 1801-1860, se justifica por abarcar o intervalo entre a a formação da aldeia de Valença e o momento de “apogeu” da região.

No seu primeiro capítulo, “Aspectos legais da ocupação do solo”, sublinha que as leis brasileiras possuíam aspectos feudais por ter sua origem na metrópole. A autora explora com minúcia as medidas usadas legalmente e as problemáticas medições, a classificação legal dos bens e a contagem de árvores. Explora ainda a legislação sobre doação de sesmarias desde a época colonial, mencionando casos de irregularidades (sesmarias vendidas sem que se começasse a fazer plantações; fraudes em que pessoas recebem mais de uma doação, etc.). A doação de sesmarias (formalmente extintas em 1822) foi uma das origens das propriedades no Brasil junto com a “*posse “mansa e pacífica”*”. A posse, como define Muniz, é o uso da terra sem um direito anterior que a fundamente⁸⁰². A autora se dedica a traçar um histórico das ocupações de posseiros e das formas de legalização de posse - que, no início do XIX, é a principal forma de ocupação do solo. Atenta nesse capítulo aos aspectos legais da questão, nos informa que entre 1822 (ano em que se proíbem as sesmarias) e a Lei de Terras de 1850, a situação jurídica é muito confusa. Dedicando-se a esta lei que é um marco na questão, aponta que surgiu pela necessidade de se legitimar as posses e resolver o problema do abastecimento. Muniz traz as discussões na Câmara sobre o projeto de Lei de Terras, nos informando sobre as diferentes posições e os artigos. Entende que esta lei de 1850

⁸⁰² p. 31

beneficiou o posseiro que tem bens para medi-las e registrá-las. Para Muniz, conquanto a Lei de Terras tivesse dificuldade de aplicação no Brasil, no Vale do Paraíba ela se validou na prática. *“E poderíamos dizer que esta lei correspondeu às necessidades da região do café (Minas, São Paulo e Rio de Janeiro), onde todas as terras já se achavam ocupadas”*⁸⁰³. Este capítulo se baseia de forma equilibrada entre referências primárias e secundárias. O segundo capítulo do trabalho, chamado “Roça de mantimentos”, traça um histórico do povoamento da região com abertura de estradas e instalação de roças. Suas fontes aqui são principalmente relatos de viajantes, de onde extrai informações sobre produção e comércio, principalmente, mas também a expulsão que grandes proprietários promoviam contra pequenos posseiros.

O terceiro capítulo se dedica ao início das fazendas de café da região, que tem origem com sesmarias. Muniz explora a questão da expulsão do índio, principalmente através de fontes cartoriais sobre processos onde há discussão sobre sesmarias pertencerem a índios e os reclamos por elas. Também observa nas fontes cartoriais de Valença processos em que sesmeiros pediam a expulsão de posseiros. Muniz analisa mais de perto três deles, em que posseiros contrataram advogados para se defender. Em um desses processos, cujo desfecho não é conhecido, alegando má-fé dos posseiros em se instalar na terra, o sesmeiro pretendia se apoderar de todos os seus bens (uma das divergências do litígio era sobre quais bens tinham os posseiros) sem dar indenização. Em um outro caso, os posseiros conseguem provar seus direitos e são transformados em foreiros (o domínio continua com o sesmeiro, mas a posse é dos sitiantes), porque eles provaram estar no local antes de iniciada medição ou cultura ali. Para a autora, quando em 1850 foi promulgada a Lei de Terras todas as terras estavam ocupadas na região. Foi então definida a propriedade de terra e aqueles que possuíam meios a registraram e

⁸⁰³ p.43

garantiram suas propriedades. *“Inicia-se então uma época de coexistência entre a grande e a pequena propriedade, onde a dominação do grande fazendeiro sobre o pequeno proprietário é exercida de formas menos violentas.”*⁸⁰⁴

O capítulo quatro é sobre a pequena propriedade observada nos registros cartoriais. Analisa processos de compra que reuniram propriedades menores; a origem de uma pequena propriedade como sesmaria; as formas de classificação dessa pequena propriedade: situação, sítio ou sorte de terras; como eram habitações nos sítios, seus móveis, ferramentas, plantações e animais; as possíveis formas de se beneficiar o café nessa pequena propriedade; a dinâmica de comercialização dos produtos desses sítios em cidades vizinhas. Dedicase também a pensar a relação da pequena propriedade com o grande fazendeiro, salientando que em 1850 estavam findos os litígios pelo domínio de terra no Vale do Paraíba, com o posseiro tendo garantida sua pequena propriedade. A relação entre fazendeiro e sitiante a partir de então seria “cordial”, marcada (essa suposição é baseada no estudo de Maria Sylvia de Carvalho Franco para a região paulista) por compadrio, no pedido de favores, de emprego e dinheiro. Muniz sublinha casos de perda de propriedade por conta de dívida e, pondo de forma diferente do que havia posto páginas atrás, observa assim que era grande o domínio que o grande fazendeiro exercia sobre o sitiante⁸⁰⁵. Também com base em Maria Sylvia de Carvalho Franco aponta que o grande proprietário, por conta do voto, “dependia” do pequeno.

No capítulo 5, “A fazenda de café” o objetivo é entender como a grande propriedade de Valença se formou e se organizou para produzir. Aqui dá informações sobre a doação de sesmarias na região e o problema da definição das propriedades, onde se observa conflitos (Muniz aponta que entre dois grandes fazendeiros a situação era

⁸⁰⁴ p. 87

⁸⁰⁵ p. 119-22

resolvida de forma mais cordial que entre fazendeiro e posseiro). Explorando as fontes cartoriais, a dissertação nos mostra processos de compra de sítios menores; cita vários nomes de proprietários e características de suas terras (por exemplo, o número de pés que havia ali ou as casas). Para Muniz, essas fazendas não poderiam ser muito grandes porque seria difícil nesse caso controlar os escravos. Esse capítulo também estuda a questão do crédito, onde nos informa sobre uma família, Teixeira Leite, que emprestava em troca de hipoteca. Comenta a legislação sobre o tema que, antes de 1850, protegia o devedor contra a perda de propriedade – dessa forma ela tinha fundo patrimonialista e dificultava haver mais hipotecas. Demonstrando as discussões legislativas sobre o tema, aponta que a partir de 1850 com a Lei de Terras e de 1864 com a Lei Hipotecária a situação mudou promovendo maior articulação entre o modo de produção escravista colonial com o modo de produção capitalista. Por fim, nos mostra que fazendeiros tinham necessidade muito grande de crédito, ao mesmo tempo que seus bens se desvalorizavam. A última temática trabalhada, sempre tendo como fonte principal o que encontrou nos cartórios de Valença, é a da herança. Muniz informa que até 1835 a Lei dos Morgados, de origem feudal, prescrevia que toda herança seria do primogênito. Em 1835, a Lei de Partilhas apontava a divisão entre vários herdeiros. Muniz, então, depois, de perceber essa divisão da propriedade pela herança, com base em Lucilla Hermann, aponta que isso fragiliza a situação dos pequenos e aumenta a pressão dos grandes sobre eles. Mostra também que alguns cafeicultores formaram companhias para administrar o patrimônio herdado e mantê-lo indiviso.

4.3.4. Comércio internacional (43m)

Ubiratan Rocha escreveu “*A ALALC e a integração econômica da América*

Latina”(43m)⁸⁰⁶. Seu primeiro empreendimento é caracterizar a dinâmica capitalista do pós-guerra, onde se observa uma queda da participação de países da América Latina nas trocas internacionais, que ao mesmo tempo passam a ser maiores recebedores de empréstimos. Essa questão é trabalhada no primeiro capítulo onde, através de fontes secundárias, Rocha dá atenção principalmente a organismos internacionais como a ONU, o FMI, a OEA e a CEPAL. Ela também é tema do capítulo 3 que, também fundamentado em fontes secundárias, nos traz dados sobre o comércio exterior latino-americano. A Associação Latino-Americana de Livre-Comércio estudada pelo autor responde ao quadro do período recortado, tendo como culminância o Tratado de Montevideú, que prevê a formação de uma zona de livre comércio que pudesse formar um contraponto à situação então experimentada de forma a estimular a industrialização através do processo de substituição de importações. As propostas e leituras que acompanharam a ALALC e o Tratado de Montevideú são exploradas nos dois capítulos subsequentes. Seu último capítulo estuda as consequências desse Tratado para a economia latino-americana, observando sua influência para a reversão das tendências do comércio exterior da América Latina então observadas.

No geral, seu estudo é muito rico em informações, várias delas expostas em tabelas estatísticas. Como fontes primárias, Rocha se valeu de documentos da ALALC, do Ministério das Relações Exteriores, da CEPAL, da Confederação Nacional da Indústria, da OEA e da ONU. Fez parte da reflexão do autor considerações políticas concernentes a recursos de capitais estrangeiros, influência dos EUA na região, o que diz respeito à também a situação interna dos países americanos. Situa o surgimento de ditaduras latino-americanas nesse contexto, marcado pelo antisocialismo e pela

⁸⁰⁶ ROCHA, Ubiratan. *A ALALC e a integração econômica da América Latina*. Dissertação de mestrado em História. UFF, 1979. Orientada por Arthur César Ferreira Reis.

afinidade entre política norte-americana e interesses de minorias dominantes na América subdesenvolvida. Rocha salienta que a ALALC não chegou a por em questão a hegemonia norte-americana na região, pelo contrário, ela poderia inclusive fortalecê-la. Como avaliação política sobre seu objeto temos que

“A ALALC [...] poderia significar uma alternativa para o processo de industrialização da América latina sem a necessidade de se realizar reformas internas profundas, em que se viesse a redistribuir a renda em favor das camadas menos favorecidas, preservando-se, desse modo, os tradicionais privilégios das elites dominantes e as tendências favoráveis à manutenção de modelos de desenvolvimento associados aos polos dominantes do sistema.”⁸⁰⁷

4.3.5 Açucareiros e industriais (54m e 55m)

Em “*A oligarquia açucareira e a crise: Sergipe 1855-1890*”⁸⁰⁸ (54m), Lenalda Andrade Santos quis estudar os antecedentes no século XIX do conflito de classes que marcava o momento em que a dissertação foi escrita (1979). Consultando fontes (“*em mau estado de conservação*”) no Arquivo Público do Estado e na Biblioteca Pública do Sergipe, o trabalho baseia-se principalmente em discursos oficiais e tem o objetivo bem definido de observar como a elite entendeu e reagiu à crise da conjuntura a fim de se manter no poder. Os elementos dessa crise seriam a decadência do trabalho escravo, a disputa de jurisdição com a Bahia e a perda de espaço da agro-indústria açucareira nordestina em relação aos centros europeus. Manifestando-se teoricamente, a autora entende não existir clara delimitação entre oligarquia latifundiária, Estado e igreja. Haveria sobredeterminação de funções econômicas, ideológicas e políticas e grande coesão entre esses – algo necessário para se fortalecer ante o antagonismo de classes.

Em suma,

⁸⁰⁷ p.97-8

⁸⁰⁸ SANTOS, Lenalda Andrade. *A oligarquia açucareira e a crise: Sergipe 1855-1890*. Dissertação de mestrado em História. UFF, 1979. Orientada por Victor Vincent Valla.

“Assim, o que tentaremos ver aqui é como a crise econômica, originada da contradição entre a grande lavoura local, e a conjuntura econômica internacional, foi manobrada pela oligarquia latifundiária, para assegurar a continuidade ao seu poder de grupo dominante. E o papel exercido pelo Estado e pela Igreja, como forças básicas na defesa dos interesses daquele grupo, e na repressão do conflito de classes.”⁸⁰⁹

Seu primeiro capítulo traça um histórico do Sergipe. Faz uso de algumas referências bibliográficas sobre o Estado, mas sua principal base são fontes primárias, com muita contribuição original, gerando um estudo denso e cheio de dados. Para sua compreensão do quadro colonial, se apoia em Celso Furtado e Fernando Novais. Perpassa temas como as relações de trabalho dentro dos engenhos, mas sua atenção especial é sobre a dependência de Sergipe em relação à Bahia. Para Santos, mesmo depois de conquistada a autonomia política, Sergipe se mantinha em situação de dependência porque havia influência baiana sobre seus preços, por de lá vir capitais, por ser intermediária com os centros capitalistas e pelo transporte ser monopolizado por companhia baiana. A autora traz também que através da acusação de que era na dependência de Sergipe ao comércio da Bahia que residia a causa fundamental das suas dificuldades econômico-financeiras, a elite dominante encontrou uma maneira de explicar os problemas da província – cujas piores consequências eram sentidas pelo povo - impedindo assim que fossem vistos de forma mais complexa, contemplando a falta de saída para a atividade econômica básica aí estabelecida.

O segundo capítulo trata da crise do Nordeste açucareiro devido à concorrência de outros centros produtores e problemas com a força de trabalho (evasão, propaganda abolicionista, rebeliões). A documentação oficial do período está marcada pela ideia de que a província estava em crise – e sua superação é condicionada pelo fortalecimento da

⁸⁰⁹ p.3

lavoura como única forma de salvar a Província. Através de relatórios de presidentes de província, discursos de políticos e artigos de jornal, entende que a elite operava para se beneficiar nessa situação de crise, apontando que suas soluções passavam por beneficiar a lavoura no tocante à mão-de-obra, capitais e “modernização”. Esses três elementos são explorados pela autora com detalhe.

Analisando a política da elite em relação à mão-de-obra, Lenalda Santos, depois de expor dados demográficos sobre escravos, apresenta algumas iniciativas. Diante da enorme venda de escravos para o sul do país, e na intenção de reter essa força de trabalho no Sergipe, foi aumentado o valor do imposto de transação. A ação não deu certo por conta da ampliação do contrabando e conseqüente queda na receita. A campanha antiabolicionista de jornais era uma outra forma de atuação sobre a questão. Essa elite também respondeu ao problema de mão de obra encontrando formas de incentivar o trabalho livre. Dessa forma, os discursos apontam para criação de leis contra a preguiça, a vadiagem e a ociosidade, e a Igreja também participa com intervenções nesse sentido. Sobre a questão dos capitais, a segunda destacada pela autora, a elite reage com reclamo contra as formas de empréstimo à lavoura, discute leis hipotecárias e expressa que a culpa pela decadência do açúcar estaria nas casas exportadoras. Muito embora as fontes principais de Santos sejam os discursos dessa elite, seu trabalho traz um volume grande de dados sobre os assuntos que aborda.

A terceira questão abordada pela elite sobre a crise é “modernização”, que a autora optou por abordar no último capítulo, o quarto. Para Santos, *“Impossibilitada de alterar as condições de mercado para seus produtos, a elite dominante procurava modificar as da fase de produção. E para isso, uma intensa campanha é desenvolvida, em torno da criação de Associações de Estabelecimentos de Crédito, Escolas*

Agrícolas, Colonização, Vias de Comunicação e Maquinários, elementos com os quais se contava conseguiriam retirar a grande lavoura da crise em que se encontrava.” A autora então perpassa as colocações da elite sobre cada um desses temas. Sobre o primeiro ponto da modernização, as associações de crédito, estuda dois órgãos criados no Sergipe – destacando seus estatutos e algumas de suas ações e posições sobre assuntos variados. Em relação às escolas agrícolas demonstra que essa oligarquia desejava que houvesse uma mudança de mentalidade no campo, para que fossem promovidas inovações animadas de caráter científico e novas práticas agrícolas. Os planejamentos para vinda de imigrantes (aliás, fracassados) são assuntos da seção chamada “colonização”, onde se observa projetos de criação de colônias e de contratos e iniciativas de divulgação para atraí-los. Por fim, e seguindo o mesmo procedimento de verificação das formulações da oligarquia sobre cada tema, Santos observa a temática da infra-estrutura de máquinas e transporte. Suas fontes aqui são novamente relatórios de presidentes de província, discursos, algumas cartas particulares e registros de imprensa.

Falta mencionarmos o seu trabalho do terceiro capítulo intitulado “povo”. Aborda várias questões da vida escrava como alimentação, condições de trabalho e formação de quilombos. Tendo estudado fontes policiais (por exemplo, relatórios de delegados), a autora aborda a ação repressiva sobre quilombolas ou sobre manifestações culturais (proibição de batuques) Novamente observando quais seriam as colocações da elite sobre os temas, aponta que *“Tudo o que de ruim acontecia na província – assassinatos, roubos, ataques às propriedades – era atribuído aos escravos fugitivos.”*⁸¹⁰ A autora também analisa a ação dessa oligarquia em relação ao *“fundo de emancipação”* que a partir de suas fontes de receita acumulava para comprar alforrias.

⁸¹⁰ p.74

Santos coloca que os senhores se beneficiavam desse fundo porque, desrespeitando os critérios que eram usados para determinar que escravo teria prioridade no direito à liberdade, acabavam vendendo escravos seus já inutilizados para o trabalho. Com o valor das indenizações estabelecidas pelos próprios senhores estes geravam altos lucros. Ainda neste terceiro capítulo, mostra que a oligarquia pretendia criar lei que obrigasse todo cidadão a trabalhar em algo útil, como forma de melhorar o abastecimento de gêneros alimentícios. Aqui também menciona a elevação de preços e consequente piora de vida do funcionalismo público, as condições de trabalho de produtores rurais, e as posições e opiniões de homens de governo e higienistas sobre epidemias.

Como conclusão, a autora destaca que, uma vez que no final do período estudado houve maior concentração de terras, “...a aristocracia da cana-de-açúcar de Sergipe pode superar a fase mais difícil de regressão da economia açucareira do Nordeste”⁸¹¹.

“Isto é o que me parece. *A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (1827-1904) na formação social brasileira: a conjuntura de 1871 a 1877*”⁸¹² é o extenso (489 páginas) estudo de José Luiz Werneck da Silva. O primeiro esforço do autor, na introdução, é explicar seu interesse sobre o tema. Silva coloca que era parte de uma geração que pensava o subdesenvolvimento, e entendia ser a industrialização o eixo das transformações sociais. Essa pesquisa se iniciou como doutoramento (interrompido) na USP, onde o autor se guiava pela Escola dos Annales. Logo, mudou sua posição lendo Marx (o que o fez “abandonar” Althusser). Aqui não há clareza sobre o que essas mudanças intelectuais realmente significaram.

⁸¹¹ p. 176

⁸¹² SILVA, José Luiz Werneck da. “*Isto é o que me parece. A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (1827-1904) na formação social brasileira: a conjuntura de 1871 a 1877*” Dissertação de mestrado em História. UFF, 1979. Orientada por Victor Vincent Valla.

A primeira frase do título da dissertação não consta nos catálogos da UFF em que nos referenciamos.

O primeiro capítulo discute a cientificidade da História. Mesmo tendo uma redação difícil de acompanhar, se pode reter afirmações e definições importantes para Silva. Para o autor, não faz sentido opor fato à estrutura – pode-se chegar à essência do real sem se ater à aparência. A estrutura não seria estática, e para essa compreensão o Estruturalismo Genético de Lucien Goldmann o auxilia. Menciona a importância de se estudar as contradições entre relações de produção e forças produtivas, e assim define o materialismo histórico que defende: *“tudo na realidade se relaciona, relacionando-se tudo se move, movendo-se tudo se opõe, opondo-se tudo se transforma quantitativa e depois qualitativamente, a matéria precedendo a consciência.”*⁸¹³ Silva destaca o papel ativo que tem o historiador na construção da história, bem como a importância de situar a si próprio como um intelectual no capitalismo periférico. Reivindica o conceito de formação social, trazendo colocações como a de que *“Nenhuma formação social desaparece plenamente antes que se desenvolvam por completo todas as forças produtivas nela contidas.”* Voltando a se referir à situação do intelectual, informa que este sofre tentativa de cooptação por parte da burguesia. Ela pode agir sobre o intelectual na sociedade civil através de consenso ou na sociedade política através de coerção, e o historiador corre o risco de veicular as ideias da classe dominante. Os intelectuais, que formam um grupo pequeno-burguês, muitas vezes têm dificuldade de entender a estrutura social polarizada pelas duas classes fundamentais, burguesia e proletariado. Nesse seu primeiro capítulo, as principais referências que aparecem nas notas são Lucien Goldmann, Marx e Engels e Leo Kofler. Mas há muitos outros autores em que as várias colocações de Silva se baseiam: Bourdieu, Levi-Strauss, Caio Prado Júnior, Karl Mannheim, Carlos Nelson Coutinho, entre outros. Apesar de não constar nas notas desse capítulo, se nota que Silva usa bastante o léxico gramsciano.

⁸¹³ p.31

É no seu segundo capítulo que conhecemos de que trata a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, que será explorada através de seus estatutos e de seu principal veículo midiático, o “Auxiliador”. Antes de trabalhar esses elementos empíricos, Silva nos avisa que atuará no “*nível da aparência*”, ou seja, deixará, nas suas palavras, o objeto produzir seu próprio discurso, para só depois problematizar em torno dele. Ao final do capítulo, dirá que esse capítulo não reforça um positivismo sacralizador dos fatos, posto que há consciência de que foi o próprio autor que os selecionou⁸¹⁴. O volume de informações trazidas pela dissertação é enorme, o que se nota também pelo grande número de citações diretas das fontes. Nesse capítulo são contadas as iniciativas da Sociedade, que priorizava a indústria agrária, para a aquisição de máquinas para a agricultura; a organização de exposições de produtos industriais e agrícolas que organizava; pareceres que emitia por conta de consultas governamentais; a fundação, por sua iniciativa, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; a criação de escolas. Suas ideias também são exploradas: a importância das máquinas na agricultura, a tradução de textos pertinentes às atividades produtivas; a necessidade de se seguir o exemplo da Inglaterra; sua opinião sobre protecionismo e fim do tráfico negreiro. Passamos a conhecer também a biografia de membros da Sociedade, as menções do Imperador a ela, as solenidades de posse, seus vários estatutos e organização interna. O final do século XIX traz mudanças para a Sociedade que vai perdendo presença junto ao Império. Em 1892, subsídios do governo lhe são cortados e industriais que faziam parte da Sociedade se retiram e fundam o Centro Industrial do Brasil.

Seu terceiro capítulo pretende verificar como a Sociedade foi abordada na historiografia brasileira, atento também a questão de ela ter sido “*intelectual simplesmente*” ou “*ligada ao campo econômico*”. Silva perpassa vários estudos

⁸¹⁴ p.233

demonstrando o quanto a historiografia foi omissa em relação à Sociedade, não a considerando para responder suas questões sobre a história brasileira (estudos com atenção especial ao órgão só surgiriam em 1977 e 1978, da autoria de Edgar Carone). Isso significaria também uma subutilização do *Auxiliador*, periódico da entidade, como fonte primária: para Silva este seria até mesmo mais importante que a revista do IHGB para se contar a história econômica e social do Brasil. Ao demonstrar em várias obras a referência diminuta à Sociedade e a seu periódico, Silva tece comentários que lamentam não haver maiores aprofundamentos. Por exemplo, o estudo sobre o abolicionismo deveria consultar os registros da Sociedade porque uma série de políticos que debateram o tema eram sócios da entidade. O capítulo é principalmente formado por digressões e colocações laterais. Por exemplo, quando trava uma reflexão sobre o Visconde de Rio Branco a partir de formulações de Plekhanov sobre o indivíduo na história; ou quando elogia Nicea Vilela Luz por levar em consideração o pensamento econômico brasileiro quando faz a história da industrialização no país. Explora a biografia de alguns sócios da entidade (citando, por exemplo, ligação com negócios norte-americanos); e as discussões da entidade sobre patentes e invenções, protecionismo alfandegário, pensamento fisiocrata, entre outros. A discussão tarifária era uma que, para Silva, dividia a Sociedade e a própria classe dominante brasileira entre os que eram protecionistas e os que eram liberais-comercialistas – o que seria expressão de uma contradição no desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Em sua conclusão, Silva aponta que a modernização proposta pela Sociedade Auxiliadora não era revolucionária, já que projetava um Brasil predominantemente agrícola e não descolado do capitalismo estrangeiro. Critica também o nacionalismo como uma ideologia que favoreceria apenas o grupo dominante.

O estudo de Silva contém referências do léxico gramsciano, como “bloco de poder” e “intelectual orgânico” e “intelectual tradicional”. Silva caracteriza o Estado imperial como instrumento de coerção das frações hegemônicas que constituíam o bloco de poder. Essas frações são os proprietários de terras, de escravos e implementos agrícolas, assim como comissários, exportadores e “capitalistas”. À Sociedade Auxiliadora teria cabido racionalizar o processo produtivo, sob cooptação do Estado, enquanto sua ação atendeu às frações hegemônicas da classe dominante. Sua principal fonte primária foi o periódico *Auxiliador da Indústria Nacional*. Utilizou-se também de Relatórios de Ministros e Secretários; Almanagues Laemmert-Sauert; Anais da Câmara e do Senado.

4.3.6 Estadistas (39m, 47m, 48m, 50m)

Passamos a analisar “*Congresso do Panamá de 1826*”, dissertação de Dulce Maciel (39m)⁸¹⁵. Esse estudo se utilizou de atas que estão no arquivo do ministério das relações exteriores brasileiro, além de coleções de documentos publicadas em outros países americanos. A pretensão do trabalho é descritiva sobre os passos para a realização do evento, o desenvolvimento das suas assembleias, seus tratados e convênios resultantes. A dissertação está bem dividida em duas partes: uma primeira que apresenta um histórico para contextualização, e a segunda que se dedica propriamente ao Congresso do Panamá de 1826.

O primeiro capítulo, intitulado “*Término da dominação espanhola na América*”, versa sobre guerras de independência e à política internacional junto aos novos Estados da América com ênfase na política europeia (que não fez ação efetiva para recolonizar a

⁸¹⁵ MACIEL, Dulce. *Congresso do Panamá de 1826*. Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1979. Orientada por Arthur César Ferreira Reis

América), dos Estados Unidos (que teve uma política dúbia que refletia divergências de planos internos) e do império brasileiro (que enquanto monarquia tinha com as repúblicas latinas uma relação de distância e desconfiança). Trata-se de uma narrativa factualista com ênfase em ações diplomáticas, considerando também interesses e desenvolvimentos econômicos. Apesar do uso de algumas fontes primárias, prevalecem como referências principais estudos publicados tendo destaque Pierre Chaunu, Celso Furtado e Arthur Preston Whitaker.

O capítulo 2, o principal, mantém as características do anterior. A autora traz um estudo factualista de muito detalhe, indo às minúcias dos assuntos que levanta, como se nenhuma informação de que dispunha nas fontes primárias pudesse ficar de fora. Os subtemas dos capítulos são “A iniciativa: gestão de Bolívar”, onde traça um histórico das ideias de criação de uma confederação de estados americanos; “Reação dos Estados à convocação” relata as respostas e movimentações diplomáticas sobre a iniciativa do Congresso; “Instalação e funcionamento” visita discussões e resoluções de conferências e assembleias; “A mediação inglesa”, onde se verifica atuação diplomática da Grã-Bretanha que, segundo a autora, se posicionou para que fossem garantidos a autonomia e o respeito internacional, ganhando a confiança dos estados. A Inglaterra defendia a não intervenção na América como forma de estabelecer relações que favorecessem expansão de seus mercados.; em “A situação de Cuba e Porto Rico”, se destaca passos diplomáticos dos Estados Unidos e da Inglaterra para manter os dois países como possessões espanholas; “A transferência para Tacubaya” traz em poucas páginas que os esforços iniciados no Congresso do Panamá não tiveram boa continuidade, já que “...os ideais de solidariedade e fraternidade continental [sic] haviam cedido lugar à desconfiança mútua entre os Estados...”⁸¹⁶

⁸¹⁶ p. 120

Dulce Maciel salienta que lutas e rivalidades entre países, marcados pelo estreito regionalismo e pelo caudilhismo, impossibilitaram maior união e a concretização de um plano que unificasse as novas nações. O próprio Bolívar, que animava a ideia, vai desistindo dela. Nenhuma das decisões do Congresso foram colocadas em vigor. Discussões conceituais, historiográficas e metodológicas não foram empreendidas. Há, entretanto, um comentário epistemológico que deixamos registrado:

“Sabemos que a percepção é seletiva. O historiador não levanta fatos puros, mas constrói um objeto a partir de uma postura teórica fundamental. Assim sendo, preocupa-nos a explicação concreta do jogo de interesses e as reais motivações dos vários países em relação aos acontecimentos americanos no período e, mais especificamente, ao Congresso do Panamá. Isto significa que a análise dos documentos necessitou de um esclarecimento do contexto econômico-político para, desta forma, entender o que realmente motivou tanto a participação dos diferentes países e, por fim, a explicação de seu fracasso.”⁸¹⁷

“*O pensamento político de Simón Bolívar*” (47m) é o trabalho de Sérgio El-Jaick orientado por Arthur César Ferreira Reis⁸¹⁸. Justifica seu tema por ser a personagem pouco conhecida dos brasileiros. Centrado nas ações individuais, tem como objetivo, de fato realizado, de “*abranger o homem, o momento histórico-político e a ideologia.*”⁸¹⁹ El-Jaick tem algumas notas metodológicas e teóricas: “*A metodologia utilizada foi a de crítica histórica interna dos documentos. Sempre que possível deixamos o próprio Libertador falar através dos seus escritos, numa tentativa de impedir um entendimento impreciso...*”⁸²⁰ O texto é sustentado em fontes secundárias e também explora fontes primárias que são três compilações de textos de Bolívar. Em meio aos vários escritos originais do “Libertador”, justifica sua atenção maior a alguns

⁸¹⁷ p. 8-9.

⁸¹⁸ EL-JAICK, Sérgio. *O pensamento político de Simón Bolívar*. Dissertação de mestrado em História. UFF, 1979. Orientada por Arthur César Ferreira Reis.

⁸¹⁹ Ver “Resumo”

⁸²⁰ Idem. p. 5

dizendo que há os documentos essenciais para o conhecimento político de Bolívar, e outros “...que parecem contradizer ideias anteriormente defendidas por ele, podem[ndo] ser atribuídos a circunstâncias especiais e transitórias, não devendo portanto serem utilizados em nível teórico da mesma expressão que os documentos maiores já citados, apesar de constituírem objeto de estudo e reflexão.”⁸²¹

Em seu capítulo principal, o último, nos apresenta as ideias contidas nesses documentos essenciais, que são principalmente “*Manifesto de Cartagena*”, “*Carta da Jamaica*” e “*Discurso de Angostura*”. Faz um sumário do pensamento de Bolívar sobre temas como escravidão, monarquia, república, unidade territorial e política, as propostas para educação, política indígena, entre outros. El-Jaick tece avaliações que ressaltam a hesitação da personagem em criar instituições democráticas⁸²² e que seu governo redundou em uma ditadura⁸²³. A crítica do autor aparece também quando em sua conclusão afirma que Bolívar deixou intactas as estruturas econômicas que produziam desigualdades. A última frase, apesar de faltar nela clareza e desenvolvimento, aponta criticamente um limite no pensamento de Bolívar “...precedeu no tempo ao equacionamento sistemático das questões relativas aos antagonismos econômicos e de classe, que culminaram no surgimento do socialismo e na formação das teorias de mudança social, motivo pelo qual ele não conseguiu atingir os seus ideais mais elevados.”⁸²⁴

A análise de El-Jaick se inicia com “*traços biográficos de Bolívar*”, onde são explorados suas “*origens familiares*”, “*os mestres*”, “*as viagens*” e “*as leituras*”. Como evidência de que trata de elementos individuais, temos frases como “*Como*

⁸²¹ Idem. p.55

⁸²² Idem. p. 60

⁸²³ Idem. p. 88

⁸²⁴ Idem. p.94

complemento de sua educação, a esgrima, a equitação e as longas caminhadas serviram-lhe para forjar as qualidades indispensáveis de um soldado.”⁸²⁵ O capítulo 2 explora as atividades político-militares e o foco é sempre a trajetória e ações de Bolívar em uma perspectiva factualista, o que é intercalado com algumas avaliações pontuais sobre o cenário político e social na América Latina. O capítulo seguinte descreve a Venezuela em termos demográficos, econômicos, com menções às atividades comerciais e agrícolas, questões étnicas e influência da Igreja. Depois, trazendo dados sobre interesses políticos e econômicos internacionais, aborda a exploração espanhola e o interesse britânico e estado-unidense em assegurar a independência das novas nações latinas. O capítulo quinto é sobre o Iluminismo, destacando como principal elemento a crença no poder da Razão e da Ciência para reorganizar a sociedade. Dedicar parágrafos a alguns pensadores, destacando Montesquieu, Rousseau, Adam Smith e Thomas Jefferson. Referindo-se ao iluminismo espanhol, a tônica é que ali ele se desenvolveu pouco, sendo a principal característica uma oposição à religião católica⁸²⁶. O trabalho das últimas páginas dessa dissertação é a organização de cronologia e mapas. Por fim, notemos que há uma menção à leitura de Marx sobre Bolívar, conhecida pelo autor de forma indireta e julgada como marcada por falhas históricas⁸²⁷. Há também uma citação a Gramsci, do livro “Introdução à filosofia da práxis”, publicação portuguesa de 1978, de onde se extrai somente que não se deve estudar o pensamento político de uma personagem a partir de fragmentos, mas de sua obra como um todo.

Outra dissertação com enfoque em estadistas é “*A abertura do Paraguai: raiz de uma guerra*”⁸²⁸ (48m), de Luiz Carlos Jorge Peçanha. Trata-se de um estudo bem curto,

⁸²⁵ Idem. p. 11

⁸²⁶ Idem. p. 49

⁸²⁷ Idem. p. 2

⁸²⁸ PEÇANHA, Jorge. *A abertura do Paraguai: raiz de uma guerra*. Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1979. Orientada por Arthur César Ferreira Reis.

com um total de setenta páginas. Faz uma divisão em 3 capítulos, onde o primeiro se dedica ao “Paraguai colonial”, o segundo ao governo de Francia no pós-independência; e o terceiro ao governo de Carlos Antonio López. É um estudo de história política sem maiores pretensões, centrado em ação de estadistas, com atenção especial à diplomacia. Fontes primárias utilizadas são da Coleção Visconde do Rio Branco, do Arquivo do Ministério das Relações Exteriores do Brasil e da Coleção Vásquez, que compilou documentos referentes ao Paraguai. Depois de um panorama da época colonial, caracteriza o governo de Francia como um que perseguiu as classes privilegiadas e as destituiu de riquezas – por exemplo, nacionalizando bens da Igreja. Sob Francia, o Estado estaria a serviço das classes menos favorecidas que eram sua sustentação política. O governo também foi marcado pela prática da perseguição e do terror, sendo tirânico, cruel, despótico e totalitário. Avisando que não pretende justificar o governo duro de Francia, Peçanha pontua que as nações em volta do Paraguai estavam aplicando um liberalismo que apenas atendia à classe dominante e os caudilhos. Face a interesses da Coroa Portuguesa e da Argentina, promoveu o isolamento do Paraguai e consolidou sua independência. Com os López, o Paraguai teria evoluído sensivelmente. O nível de vida subiu e o país se modernizou, apesar de ter seguido autoritário através do personalismo e do monopólio de atividades econômicas. Nesse período, foram feitas concessões às classes privilegiadas. Entretanto, tensões e apreensões culminariam na guerra. Sobre isso, o autor, com ênfase sobre relações diplomáticas, explora disputas envolvendo limites de território, permissões de navegação, reconhecimento de independência. Utiliza-se também de dados econômicos.

Outra dissertação com foco em um estadista foi escrita por Daniel Vieira Sadler.

Em “*O pensamento de Sarmiento*”⁸²⁹ (50m), aponta que seu objetivo é contribuir com o

⁸²⁹ SADLER, Daniel Vieira. *O pensamento de Sarmiento*. Dissertação de Mestrado em História. UFF,

conhecimento sobre a vida de Domingo Sarmiento. Com efeito, trata-se de um estudo sobre o indivíduo em que, por exemplo, a própria história política da Argentina aparece apenas como figurante na dissertação, quando não é ignorada. A sua redação é marcada por parágrafos curtos, muitos deles como unidades em si telegrafando informações algumas das vezes sem conexão direta com o seguinte do texto. Nesse pequeno estudo de 84 páginas, Sadler afirma que as fontes principais estão mais nos livros que nos arquivos, ou seja, são os próprios escritos de Sarmiento. O autor justifica a escolha colocando que a principal fonte para estudar Sarmiento é ele próprio através de suas obras completas, partes das quais publicada em vida⁸³⁰. Das referências de pesquisa, apenas duas não são trabalhos diretamente sobre ou escritos por Sarmiento. O texto está dividido em capítulos chamados “*Histórico*”, “*Sua personalidade*”, “*O homem de ação*”, “*A obra literária*”, “*A obra doutrinária*”, “*A obra educacional*” e “*A obra pedagógica*”, além de uma longa cronologia apresentada no início. São temas de atenção as atividades profissionais, políticas e intelectuais de Sarmiento, com passagens de sua vida privada – por exemplo, visitas que fez quando esteve no Rio de Janeiro. Politicamente, um dos pontos salientados é o combate de Sarmiento ao caudilhismo.

Salta aos olhos o quanto o trabalho é acrítico metodologicamente e empenhado no elogio de seu objeto. Isso é especialmente notável no capítulo sobre a personalidade de Sarmiento, mas está presente na obra inteira: “*Não ama as ideias por elas mesmas, reclama pensamentos dinâmicos que persigam um propósito, o bem, a felicidade dos homens*”⁸³¹; da Argentina, foi um dos “*mais brilhantes filhos*”; “*Foi gênio...*”; “*Foi o maior sintetizador dos anseios e sentimentos da nacionalidade argentina*”⁸³², etc..

1979. Orientada por Arthur Cézár Ferreira Reis

⁸³⁰ p. 3-4

⁸³¹ p. 3

⁸³² p. 80.

4.3.7 Indígenas (49m)

“*O problema indígena na Argentina na segunda metade do século XIX*”⁸³³ (49m) é o estudo de Ulianov Pedrosa. A dissertação tem pouca exploração de fonte primária e também não se dedica a discussões conceituais ou historiográficas. Um problema metodológico é que as informações ou interpretações trazidas não são referenciadas por notas, apesar de o autor indicar para cada capítulo qual bibliografia utilizou. Muito embora seu título indique a Argentina no século XIX, sua dissertação trata de um espectro muito mais amplo de regiões (América do Norte e outros países da América Latina) e tempos (desde o século XVI). Este estudo de Pedrosa é um apanhado sobre violência, espoliação, disputas territoriais com brancos, visões racistas, a figuração de índios na constituição, opiniões de estadistas sobre a necessidade de extermínio. Propriamente sobre a Argentina, expõe a dificuldade de integração do índio na sociedade por esta estar dividida em classes. A propriedade comum caracterizou os indígenas no igualitarismo, mas na sociedade argentina esses passaram a ser proletariado rural. Pedrosa também traz informações sobre o histórico dos índios iamanas, nos mostrando aspectos de sua economia, dieta, habitação e indumentária. Sobre os índios borogas, traz sua relação com caudilhos locais e com membros do Partido Unitário. Em um texto que destaca os ataques realizados contra os índios, Pedrosa afirma que pretende que seu estudo contribua para que não haja mais violência, para um mundo mais justo.

4.3.8 Conflito social (38m)

Em “*Ação e repressão na província do Pará: o conflito político-social de*

⁸³³ PEDROSA, Ulianov. *O problema indígena na Argentina na segunda metade do século XIX*. Dissertação de mestrado. UFF, 1979. Orientada por Arthur César Ferreira Reis.

1823”⁸³⁴ (38m), Geraldo Coelho afirma a intenção de uma revisão historiográfica ao trazer novas questões e novos elementos teóricos e metodológicos para os eventos ocorridos no Pará, que é definido como um levante de parte dos distintos segmentos marginais do poder contra um grupo instalado no governo da Província. Para essa leitura inovadora, pretende investigar as condições econômicas e sociais dominantes para situar a atuação dos principais líderes do conflito de 1823 e analisar os “...objetivos dos agentes, sua composição social e instrumentos de luta e a retórica”. Seu trabalho tem ampla base em fontes primárias que são narrativas de períodos próximos ao acontecido, fontes de governo, (inclusive levantamento estatístico), discursos, documentos da diplomacia britânica, documentos legislativos, periódicos. Apesar da exploração factual, seu texto é bastante interpretativo, não raro com tom ensaístico. Sua escrita é rebuscada e empolada, às vezes carecendo de clareza.

O autor faz várias considerações de ordem teórica e metodológica, que estão concentradas em seu primeiro capítulo mas que também aparecem ao longo da obra. Entende que os dados empíricos não falam por si mesmos, mas dependem de interrogação, e que o conhecimento depende de uma relação entre sujeito e objeto. A história, ou seja, a historiografia, não seria mais “o que realmente aconteceu”. Com base em E. H. Carr, entende que há uma relação entre passado e presente, e é a partir desse que se conhece a história. Menciona na tradição historiográfica brasileira o predomínio do empírico sobre o teórico, do factual sobre o analítico, o que faz com que ela não tenha forte caráter científico⁸³⁵. Mas percebe também a historiografia em um momento positivo, pois estaria “revitalizada”, deixando o positivismo para trás, e entendendo que

⁸³⁴ COELHO, Geraldo Martins. *Ação e reação na província do Pará: o conflito político-social de 1823*. Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1978. Orientada por Arthur César Ferreira Reis. Geraldo Martires Coelho.

⁸³⁵ p. 16

o passado não é algo acabado, mas que precisa ser repensado⁸³⁶.

O autor entende que o trabalho historiográfico deve abarcar o aspecto teórico e empírico, sem que um esteja em detrimento do outro. Procurando apoio em Paul Veyne e Louis Althusser, afirma que o conhecimento histórico, conquanto se dedique a questões teóricas, não prescinde do factual: “*os fatos não falam independentes dos esquemas teóricos ou dos instrumentos metodológicos...*”⁸³⁷; que a discussão conceitual é importante, mas não se pode menosprezar a história política e militar e que, portanto, o autor não terá “*posição adversa ao dado empírico*”.

Em um debate com as referências marxistas afirma que não se conseguiu perceber um modo de produção definido no Pará, assim como não estaria ali configurada uma sociedade de classes. A crítica do autor ao marxismo também se encontra na seguinte formulação:

*“Um comodismo metodológico de mais aberta conotação ideológica acabou optando pelo uso indiscriminado de conceitos como “classe”, “interesse de classe” e “consciência de classe”. A aplicação desse instrumental à história brasileira, principalmente pelo mecanicismo que comporta, estabeleceu generalizações inadequadas ao nosso processo de organização social no começo do século XIX, sobretudo devido ao caráter específico da formação histórica brasileira já ressaltada.”*⁸³⁸

Assim, “*...tornou-se inviável a análise dos antagonismos sociais do Pará de 1823 através de esquemas como o da luta de classes*”⁸³⁹. Dessa forma, o termo “grupo social” seria preferível ao de “classe social”. O Pará escaparia de uma “realidade de classes”, se aproximando da “coletividade nominal” apontada por Sorokim no texto “O que é uma classe social?”. O conceito de inspiração marxista não serviria a Coelho

⁸³⁶ p. 13

⁸³⁷ p. 14

⁸³⁸ p. 68-9

⁸³⁹ p. 5

porque os componentes dos grupos em luta no Pará não tinham “*identidade na posição ocupacional, econômica e legal*”:

“A partir desses pressupostos, como conceituar, por exemplo, por classe dominada um contingente composto de soldados assalariados, libertos, homens livres mas não absorvidos pelo processo produtivo, e escravos, todos inorganizados em 1823? Ou ainda, de que forma tomar como classe dominante a associação entre os comerciantes portugueses, verdadeiros detentores do poder econômico, e a pequena burocracia da Província?”

Em certo momento, nos informa que vai pensar a história sem dogmatismos geradores de fanatismo⁸⁴⁰. Nessa passagem, não temos certo ao que se refere, mas possivelmente o alvo de sua crítica é o marxismo.

O autor se vale de formulações da Teoria da Dependência, nos alertando, entretanto que

“A simples referência ao conceito de modo de produção ou das relações de dependência ao mercado externo, segundo certos princípios consagrados em nossa tradição historiográfica, poderia parecer, embora a priori, que recorreremos a um tipo de modelo decalcado no marxismo formal para ajustá-lo à produção de nosso pensar histórico. Contudo, hoje questiona-se a validade dos conceitos oriundos da teoria marxista da História quando aplicados a realidades específicas.”

Para Coelho, a Teoria da Dependência não está comprometida com a visão stalinista e se põe contra o economicismo dogmático dos estágios do marxismo formal⁸⁴¹. Como exemplo da qualidade dessa corrente, coloca que para teóricos como Fernando Henrique Cardoso, “*o econômico é dominante mas não determinante, pois faz parte de um todo composto pelo político, cultural, social e ideológico.*”⁸⁴² Coelho

⁸⁴⁰ p. 10

⁸⁴¹ p. 20

⁸⁴² p. 18

também cita Ciro Cardoso pra colocar que não se deve usar os esquemas de Marx como uma verdade transcendental. O caráter europeu do marxismo o faria impróprio para ser aplicado na América Latina⁸⁴³. A Teoria da Dependência teria a qualidade de pensar a especificidade. A corrente também contribui para superar o político como elemento central da historiografia⁸⁴⁴.

Coelho localiza sua dissertação a diferenciando da historiografia “*oficial, monótona e institucional*” que teria vigorado no país. A historiografia tradicional paraense vê o fato em si mesmo, sem procurar pensar o Império. Assim, acabou-se por “*mais por traduzir a ação do governo do que a essência do próprio movimento.*”⁸⁴⁵ A historiografia brasileira se limitou a pensar os movimentos como dissidências que comprometiam a unidade do regime imperial, como que se fossem desprovidos de outras significações. Outro ponto é que a tradição historiográfica viu o problema mais sob o prisma do grupo dominante que sob o prisma do povo. No Pará e no restante do Brasil os levantes eram entendidos como um mal das massas na ânsia de perturbar a tranquilidade e o bem estar da sociedade. Ao longo do seu texto, Coelho faz crítica à historiografia paraense que, reproduzindo discursos da época, usava as categorias de anarquia, desordem e indisciplina para se referir ao movimento popular⁸⁴⁶. Por exemplo, ao comentar as referências “oficiais” de alguns registros que mencionam soldados “insubordinados” e “indisciplinados”, Coelho os justifica mostrando que estavam em condições precárias de vida⁸⁴⁷.

No seu empreendimento de contextualização dos eventos ocorridos no Pará em 1823, se dedica a analisar a Independência do Brasil. De um lado, estudos de história

⁸⁴³ Idem.

⁸⁴⁴ p. 20

⁸⁴⁵ p. 35

⁸⁴⁶ p. 64

⁸⁴⁷ p. 162-3

econômica tenderiam a minimizar o significado da emancipação política brasileira, reduzindo a questão à simples substituição da ascendência lusitana pela britânica. Por sua vez, a tradição historiográfica nacional teria atribuído uma dimensão elástica ao fato da independência, supondo o Império por demais isolado do mundo moderno. Para Coelho, essas são duas leituras extremas que devem ser evitadas: a do economicismo formal e do simplismo político. Coelho salienta que a instituição do Império brasileiro foi apenas uma ruptura formal e - com base em textos de Florestan Fernandes, Caio Prado Jr., Celso Furtado, Emília Viotti da Costa – esteve marcado pelo conservadorismo na estrutura social⁸⁴⁸. Caracterizando o liberalismo do império, aponta que este teria incidido apenas sobre a superfície e promoveria elitização⁸⁴⁹. Com referência a movimentos de caráter popular que sucederam a 1822, salienta que não tinham um programa político definido nem contaram com doutrina clara. O denominador comum era que o Império lesava os interesses da nacionalidade em formação. A necessidade de repressão a esses movimentos gerava aliança entre poder imperial e grupos regionais ligados aos antigos interesses metropolitanos⁸⁵⁰.

Coelho perpassa vários assuntos, a crise econômica no Pará; medidas administrativas pra controle populacional, por exemplo, proibição de venda de pólvora a escravos; as manifestações sobre evasão de escravos como problema administrativo e político; o contexto de crise de mão de obra escrava, que para o autor é parte do processo de adesão ao império e de crise do poder lusitano na região; dados demográficos; o enfoque especial em duas figuras, Batista Campos e Grenfell etc..

Para o entendimento do conflito político-social de 1823, revela brigas pelo poder interno no contexto de 1822-3, entendendo duas facções no grupo dominante paraense:

⁸⁴⁸ p. 46-9

⁸⁴⁹ p. 41

⁸⁵⁰ p. 56-8

uma a favor da integração ao império e outra pela continuidade do compromisso colonial:

“...o governo comportava duas linhas de ação, sendo uma conservadora e colonialista, aglutinada em torno do presidente da Junta, Giraldo José de Abreu, e a outra mobilizante e nacionalista, reunida pela ação de Batista Campos e Clemente Malcher. Essa divisão se projetaria no levante iniciado em 15 de outubro, primeira grande contestação à continuidade dos elementos “europeus” no governo e na administração militar, mas revelando uma situação bem mais profunda do que uma crise a nível político...”

Mais profunda porque setores pobres e marginalizados também tomariam parte no conflito. O fechamento à mobilidade social seria um dos elementos centrais do levante ocorrido em 1823. A Cabanagem, que ocorreria em 1835, seria uma outra expressão dessa mesma situação. No Pará, a independência brasileira a Portugal chegaria com a possibilidade de rompimento com o status opressor⁸⁵¹.

“...o levante iniciado a 15 de outubro de 1823 , assim nos parece, não pode ser visto apenas como um conflito localizado na crise de autoridade, mas como a representação de um espírito contrário à dependência econômica e social imposta pelo europeu aos grupos da sociedade destituídos de rendas e posses.”⁸⁵²

Apona ter havido aliança, ainda que não formal, entre os brasileiros do grupo dominante e as camadas baixas da população, aí incluídos o soldado, o escravo, o liberto, o desertor⁸⁵³. Sobre a arregimentação do negro durante a revolta por parte de um líder,

“Não se trataria [...] em efetivamente promover a abolição do trabalho escravo e a conseqüente ruptura de parte do sistema produtivo regional, mas de utilizar a importância da inquietação negra como instrumento de desequilíbrio do poder

⁸⁵¹ p.97

⁸⁵² p. 174

⁸⁵³ p. 118

colonial.”⁸⁵⁴

Para a descrição do conflito também temos:

*“Como podemos observar, mesmo considerando que existiam diferenças de objetivos e interesses entre a capital e certas áreas do interior, a situação do Pará de 1823 revelava em seu todo a natureza de um conflito social. Componentes dos grupos da sociedade paraense lutavam contra a ordem político-social dominante, representada, em tese, pela permanência do europeu nos postos principais da administração civil e militar. Aproximaram-se o escravo, o soldado, o liberto, o desertor gerando uma composição de elementos sociais heterogêneos dificilmente enquadrados na conceituação de classe.”*⁸⁵⁵

Na conclusão, diz que 1823 não tem a ver apenas com Pará, mas com a história brasileira, o e a permanência da estrutura social da colônia⁸⁵⁶

Empiricamente, a dissertação de Coelho nos informa sobre o pensamento de líderes da revolta (por exemplo, o medo face à mobilização negra); sobre a circulação de notícias e ideias no Pará; sobre as ações da Junta Provisória; a movimentação de soldados; a deposição do presidente da Junta; a reflexão e ação inglesas no processo; as ações de repressão com prisões e fuzilamentos, salientando o evento mais conhecido desse levante que foi o massacre de presos no brigue Palhaço, em 20 de outubro.

4.3.9 Coronéis (51m)

A dissertação de Tereza Serejo, *“Coronéis sem patente: a modernização conservadora no sertão pernambucano”*⁸⁵⁷ depois de caracterizar historicamente o município de Petrolina com ênfase em sua estrutura econômica, se dedica a analisar a hipótese, presente em literatura especializada, de que a indústria (desenvolvida na

⁸⁵⁴ p. 94

⁸⁵⁵ p. 184

⁸⁵⁶ p. 220.

⁸⁵⁷ SEREJO, Tereza Cirstina Leal de. *Coronéis sem patente: a modernização conservadora no sertão pernambucano*. Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1979. Orientada por Francisco Falcon.

cidade na década de 1950) seria responsável pela extinção do coronelismo. Contrapondo-se a essa leitura, a autora pretende demonstrar como a oligarquia local conseguiu amoldar-se ao sistema capitalista mantendo características do coronelismo, e também como essa oligarquia se utiliza da política desenvolvimentista para reforçar seu poder contando para isto com ajuda dos poderes estadual e federal. Assim, o recorte privilegiado em seu trabalho se inicia na década de 1950 (quando o desenvolvimentismo toma maior volume) e vai até 1976 (quando é empossado um novo governo municipal)

A autora inicia o texto com uma longa “introdução metodológica”, em que nos fornece vários dados sobre a execução do trabalho. Serejo fez 4 viagens ao Nordeste e acompanhou de perto o período eleitoral. Nascida na cidade que estuda (seria graduada pela UFRJ), teve familiares e amigos ajudando na coleta dados. Seu parentesco, entretanto, lhe causou problema em um cartório eleitoral onde um funcionário lhe negou documentos – que foram conseguidos apenas depois de um juiz ter ido pessoalmente ao local. Como também parte desse ambiente truncado em que se desenvolveu a pesquisa, Serejo menciona pessoas que tiveram medo de sofrer represálias por fornecer informações. Por isso, a historiadora omitiu nomes consultados.

Destacou em sua pesquisa dois periódicos petrolinenses, abordados através da técnica da amostragem – ou seja, à época dos pleitos eleitorais. Visitou arquivos de cartório de imóveis e do INCRA pra entender a estrutura fundiária da região. Através de dados do IBGE trouxe características geográficas. Fez uso também de registro da Câmara de vereadores e de dados dispostos no Tribunal Regional Eleitoral. No Arquivo Público Estadual, pesquisou sobre a evolução jurídica e administrativa de Petrolina nos séculos XIX e XX. Arquivos da prefeitura e da Comissão de Desenvolvimento Econômico de São Francisco também foram utilizados. Esse trabalho empírico também

se valeu de visitas às principais indústrias locais pertencentes à oligarquia predominante, e a sindicatos. Entrevistas cumpriram papel no levantamento de dados: foram contatados trabalhadores rurais e urbanos, membros da “oligarquia dominante” e do “grupo dominante”, funcionários da prefeitura, familiares dos coronéis, técnicos da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, da EMBRAPA e do INCRA. Foram mais de 60 as pessoas entrevistadas e, nos principais capítulos de sua dissertação, a História Oral cumpre papel primordial. A autora também nos informa que participou do I Seminário de Irrigação e Agro-indústria em Juazeiro em 1978 e outro em Campinas sobre Estrutura Agrária e Política de Desenvolvimento.

Para esse estudo, Serejo criou conceitos originais: oligarquia predominante, grupo dominante, clientela real e clientela em potencial. A oligarquia predominante é a parentela que detém primordialmente a liderança política local. O poderio dessa parentela vem da preponderância que tem sobre as forças produtivas. O grupo dominante tem controle sobre forças produtivas, mas não de forma tão decisiva quanto a oligarquia. A clientela real é formada por vaqueiros, agricultores, operários, cabos eleitorais e está sob controle direto de uma camada superior. A clientela em potencial, que pode ser o caso das camadas médias, escapa a esse controle direto. Outros termos apresentados são “submissão” (que tem a ver com paternalismo e favores), “solidariedade” (voto seria uma de suas expressões – e também remete a favores) e “dominação” (violência física, disputa de terras, questões trabalhistas).

O primeiro esforço da dissertação é uma caracterização de Petrolina em perspectiva histórica, onde se observa uma discussão historiográfica sobre o povoamento do sertão pernambucano; condições climáticas da região; suas divisões territoriais (cuja dinâmica teria a ver principalmente com movimentos revoltosos), entre

outras. As origens de Petrolina enquanto cidade também são definidas. Descrições sobre agropecuário, indústria, comércio, transportes, comunicações, entre outros, ocupam a autora, que para tanto se utiliza de trabalho empírico original e volumoso, além de mergulho em muitas fontes secundárias

A seção que trata da “estrutura social” de Petrolina é aquela que servirá melhor de base para a reflexão que a autora empreende sobre coronelismo entre as décadas de 1950 e 1970. Sobre estrutura fundiária, com base em dados do INCRA e do IBGE, nos informa sobre números de minifúndios e latifúndios, e “estabelecimentos” agrícolas entre os anos 40 e 70. Anota que com a *“quase duplicação do número de estabelecimentos entre 1950 e 1960, poderíamos supor, num primeiro momento, uma divisão de terra entre um número maior de pessoas. Esta interpretação, porém, é errônea, tendo em vista a diferença da área recenseada nas duas décadas”*⁸⁵⁸ Aqui também são explorados temas como títulos de propriedade na cidade, formas de financiamento rural, e o fato de posseiros não saberem exatamente a terra que lhes pertence. Sobre as relações de trabalho no campo, duas seriam as principais: o arrendamento e a parceria (que é a predominante). Para a melhor compreensão dessa relação de parceria, ela apresentou entrevista realizada com um parceiro sem carteira assinada e sindicalizado (não deixando de mencionar uma situação de greve, vitória trabalhista e prisão). Uma das expressões da parceria é a quarteação (que é o ato de pagar a vaqueiros um bezerro a cada quatro nascidos no ano). Serejo analisa que

“[...] a substituição da quarteação pelo assalariamento [...] constitui uma das formas de exploração da força de trabalho, beneficiando o proprietário na medida em que aumenta seu capital constante. Além disso, representa uma maneira de impedir o vaqueiro de acumular capital, não

⁸⁵⁸ p. 59-60

permitindo sua “independência econômica”, isto é, o acesso à idealizada autonomia.”⁸⁵⁹

Esta avaliação da autora veio principalmente através de uma entrevista com um vaqueiro. Para destacar o caráter de exploração das relações, a autora recheia o texto com informações como a de que esse vaqueiro deixou de receber indenização a que tinha direito e teve seu cavalo possivelmente morto por envenenamento. Nesse mesmo sentido, informa que a classe patronal petrolinense atua para impedir a construção e desenvolvimento de sindicatos. Marcante nas relações de trabalho no campo é também que poucos empregados tem de fato direito à carteira assinada, com a competitividade por ela promovendo uma associação com os patrões, o que favorece o controle desses últimos⁸⁶⁰. Relevante no quadro que Serejo fornece sobre o campo em Petrolina é que:

“A concessão ao trabalhador rural de um lote de terra para que aí desenvolva seu roçado, sua economia de “subsistência”, constitui um aspecto da forma de controle dominação [sic] a que está submetido, pois significa que estará sujeito a uma série de fatores que podem implicar em uma má colheita [...] como, por outro lado, este lote de terra representa parte de seu salário que não foi recebido em dinheiro. Assim, a extensão da jornada de trabalho representada pela cultura do roçado após as horas de trabalho nas terras do proprietário constitui a extração de mais valia absoluta”⁸⁶¹

Sobre as relações de trabalho na cidade, a autora parte de entrevista com um empregado de indústria que no seu entender defende a ideologia empresarial (com dizeres de que a empresa é uma família, e que ali se trabalhava com gosto). Anota que a força industrial local não tem sindicato, Tribunal da Justiça do Trabalho, “nem qualquer associação que reúna e defenda os interesses da classe”⁸⁶². Por conta de sua origem

⁸⁵⁹ p. 68-9.

⁸⁶⁰ p.72

⁸⁶¹ p. 70.

⁸⁶² p. 73

rural, teria dificuldade de se adaptar ao regime fabril (disciplina de horário, ritmo de trabalho), havendo portanto a necessidade de treinamento. Uma das marcas desse trabalho é a alta rotatividade, que se dá por conta da volta para o campo, da emigração para São Paulo e de baixos salários. Há tentativas das empresas em reter mão de obra através de investimento em seguro de vida, assistência médica, atividades de recreação, entre outros.

O segundo capítulo é dedicado ao “coronelismo”. Primeiramente, a autora explora concepções de vários estudiosos sobre o tema (Victor Nunes Leal, Edgar Carone, Maria Isaura Pereira de Queiroz estão entre os principais). Serejo insiste que o coronel não deve ser pensado apenas em associação com a grande propriedade fundiária, mas também com o comércio e a indústria. Para a compreensão do fenômeno, salienta a importância de se considerar a parentela e as alianças matrimoniais e o compadrio (intra-classe e entre classes diferentes) que acontece através do batismo de crianças. Para conseguir o voto, o coronel faz uso de opressão e de presentes. Outro elemento fundamental da leitura construída nesta dissertação é que verbas estaduais são fundamentais para a manutenção do poder dos coronéis junto ao seu eleitorado.

O coronelismo em Petrolina é primeiramente entendido em período anterior (dos anos dez ao final dos anos quarenta) àquele que é o principal recorte do estudo. Salienta que o grupo dominante em Petrolina é formado por proprietários territoriais e grandes comerciantes. Nos informa sobre parentes, casamentos, eleições, que legendas abrigavam quais pessoas, relações com interventores, morte de cabos eleitorais, assédio a eleitores, alianças entre famílias. A família preponderante nesse momento, os Padilha, perdeu sua posição depois que de seu grupo um coronel, o mais abastado, se mudou para Salvador, e um outro teve problemas de saúde. Um novo prefeito, o coronel João

Barracão, na falta de base política na Câmara dos Vereadores e sem apoio do governo estadual, tirou recursos de seu próprio bolso para fazer obras públicas. Nesse momento, uma nova família, os Coelho, foram se firmando e criando grandes empresas como a Construtora Coelho S/A e as Indústrias Coelho S/A. Para esses relatos, as principais fontes são as entrevistas, o que faz a História Oral a principal base do seu trabalho. Em notas de rodapé, a autora empreende discussões conceituais sobre parentela e patrimonialismo.

O capítulo 3 é aquele que dá o título ao trabalho, “Coronéis sem patente”. Esse novo coronelismo é situado entre os anos 1955 e 1976, e está relacionado com a política desenvolvimentista da época. Sendo mais um exemplo da atenção conceitual da autora, define-se desenvolvimentismo como expressão de uma política que visa crescimento econômico em termos quantitativos como meio de impedir movimentos de inquietação social. A autora se dedica a enumerar projetos desenvolvimentistas na região, encampados pela SUDENE e outras entidades: irrigação, estímulo a microempresas, urbanização, entre outros. Cita projetos originariamente voltados para colonos, mas desviados para incentivar médias e grandes empresas, além de grandes propriedades de terra, o que seria força da influência da oligarquia predominante local.

A questão do declínio do coronelismo é iniciada com a apreciação de colocações de vários autores. Elementos como urbanização e crescimento demográfico estão presentes na bibliografia especializada para indicar uma tendência de declínio do poder dos coronéis. A autora, entretanto, como já indicamos, trabalhará com a ideia de persistência do coronelismo, analisando Petrolina a partir de 1955. Esse ano seria o primeiro em que um membro da oligarquia predominante, a dos Coelho, teria assumido o executivo municipal.

A oligarquia predominante nesse momento em Petrolina é composta pelos sete filhos do coronel Quelé. A autora investe em dados biográficos sobre eles, que empresas administram, que cargos eletivos já ocuparam, suas profissões, formações, seus casamentos (com esposas pertencentes a famílias de projeção política) e até mesmo traços de suas personalidades: “...*Paulo Coelho, que herdou algumas características paternas, desempenha o papel de elemento repressor. Augusto Coelho, afável e acessível, além de cuidar de obras assistenciais, é o relações públicas local da parentela, aquele que presta as informações*”⁸⁶³. Assim como no capítulo anterior, nos traz um denso quadro factual tendo como base principal as numerosas entrevistas que fez. Para essa família que dominava a prefeitura municipal de 1955 até os “dias atuais” (finais da década de 1970, quando a dissertação é escrita), temos um longo histórico das alianças eleitorais com a esfera estadual e nacional (às vezes, por exemplo, irmãos se dividiam no apoio a candidatos para governador).

No grupo dominante (categoria definida acima) da cidade, uma parte apoiava os Coelho, e outra apoiava a família Barracão. A concorrência no nível econômico se manifestava como concorrência política por conta dos “favores oficiais” que podem beneficiar as empresas. Sobre a clientela real e a clientela em potencial, menciona pessoas de baixa classe média mas que procuram frequentar os espaços e adotar os padrões de comportamento de grupos superiores. Como representativo da dinâmica coronelista, Serejo cita entrevista que realizou com uma empregada doméstica: ali é mostrado que um candidato a prefeito providenciou a ela os documentos necessários para que votasse. Como exemplar das relações coronelistas com a clientela, temos também um coronel que deu condições para uma trabalhadora comprar uma máquina de costura em 50 prestações. Para Serejo,

⁸⁶³ p. 189

*“Todos estes motivos apontados não expressam uma tomada de consciência ideológica diante do processo político ou, pelo menos, tais posições são enganosas, na medida em que não revelam em si mesmas aspirações de classe, assim, ao nosso ver, estes são “votos de cabresto””.*⁸⁶⁴

Como elemento da política que se verificava no momento da pesquisa, a autora comenta a então tímida penetração que o MDB estava tendo na cidade, avaliando que o sucesso eleitoral depende das relações que sustentam o coronelismo:

*“Assim, por falta de recursos econômico-financeiros e de poder político, o MDB local não tem condições de possuir sua própria clientela real. Desta forma, acreditamos que, enquanto persistir o sistema de “troca de favores”, será bastante difícil ao MDB ou a outro partido oposicionista que por ventura venha a existir, conseguir derrubar politicamente os Coelho.”*⁸⁶⁵

Vale destacar a última frase da conclusão da dissertação de Serejo, que nos mostra as perspectivas políticas da autora:

*“Para isso é necessário que eles tenham condições de perceber mais claramente as formas de controle a que estão submetidos para que possam a elas se opor. A conscientização de classe, se processando em meio ao sistema capitalista, originará um novo tipo de poder mais condizente com este sistema, onde provavelmente até os próprios atuais “coronéis sem patente” tenham participação.”*⁸⁶⁶

O estudo do Serejo foi resultado de um investimento de pesquisa bem maior do que o normalmente verificado nessas dissertações que analisamos, com grande diversidade de fontes primárias e secundárias. O trabalho reúne muita informação, além de constantes discussões historiográficas e conceituais. Destaque-se ao longo do texto citações e leituras realizadas a partir de “O Capital” de Karl Marx, de onde a autora traz os conceitos de mais valia absoluta, relativa, capital constante, entre outros.

⁸⁶⁴ p. 207

⁸⁶⁵ p. 209

⁸⁶⁶ p. 243

4.3.10 Igreja (41m, 53m)

“*O clero secular em Minas Gerais (1745-1792). Sua participação na Conjuração de 1789*” (41m)⁸⁶⁷ foi escrito por Valdir de Oliveira Calixto. O primeiro capítulo, antecipando o objeto principal de sua análise, versa sobre clero secular em Portugal do século XVIII, procurando trazer suas características básicas. Mostra dados em relação à sua riqueza, à jurisdição de bispados, à organização da administração de bens eclesiásticos, às imunidades fiscais, os critérios de seleção do clero e sua formação intelectual. Mas a principal mensagem do capítulo é a de que a monarquia portuguesa ampliava seu controle sobre a Igreja, centralizando tesourarias eclesiásticas, expulsando jesuítas defensores da supremacia papal e renovando produções intelectuais e de ensino para que fossem consoantes com o poder estatal.

O segundo capítulo, este voltado para a região das minas, nos traz uma sequência de informações sobre número de sacerdotes, dados demográficos, organização de freguesias, etc.. Com maior atenção ao bispado de Mariana, nos mostra sua organização em 51 paróquias, revelando aspectos burocráticos e administrativos. Caracterizando o clero da região, aponta que ocupavam várias atividades como a medicina, fazenda de gado e engenho de açúcar. Destaca as posses auríferas desse clero, fazendo uso de muitos dados expostos em gráficos e tabelas. Esse clero é então entendido pelo autor “...como importante segmento da oligarquia dominante nesta Capitania.”⁸⁶⁸ Parte das rendas do clero eram as cômguas pagas pela monarquia que, segundo o autor demonstra com dados comparativos, eram de pouco valor. Outras

⁸⁶⁷ CALIXTO, Valdir de Oliveira. *O clero secular em Minas Gerais (1745-1792). Sua participação na Conjuração de 1789*. Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1979. Orientada por Arthur Cêzar Ferreira Reis.

⁸⁶⁸ p. 34

fontes de renda são destacadas: em Mariana, por exemplo, cada pessoa livre que confessava ou comungava pagava uma oitava de ouro. Abordando a questão dos dízimos, o autor nos traz documentos que falam da obrigatoriedade de seu pagamento sob pena de excomunhão. Também dando tratamento estatístico ao tema e o expondo em tabelas e gráficos, afirma que variações brutas dos rendimentos dos dízimos “...refletem bem o estado precário em que se encontrava a organização e rentabilidade dos setores produtivos na Capitania de Minas Gerais...”⁸⁶⁹ Sublinha o autor que o clero proprietário não estava isento do pagamento de dízimo. Ao abordar a criação do Seminário de Mariana, o autor se pergunta que teologia e que filosofia eram ali ensinadas e aponta que elas estavam afinadas com as reformas processadas por Portugal desde a expulsão dos jesuítas (abordada no primeiro capítulo). Para o autor, nesse seminário preparou-se o clero cuja missão seria a de ampliar o controle sobre a população. Sobre a relação entre clérigos e autoridades de foro civil, coleta fontes que demonstram “...a dependência em que se encontravam os representantes da Igreja.”⁸⁷⁰: “Os Bispos e membros do Cabido eram admoestados pelo soberano, ou pela Mesa de Consciência e Ordem, às vezes em tom que não deixava dúvidas sobre quem deveria cumprir ordens.”⁸⁷¹

A partir de seu terceiro capítulo, o autor passa a pensar o clero secular e seu envolvimento na “conjuração de 1789”. No movimento, haviam 5 padres, que eram membros das “melhores famílias da Capitania”⁸⁷² Calixto se dedica a evidenciar as posses desses padres, a jurisdição em que atuavam, as condições de suas propriedades. Depois de criticar os trabalhos de Vidigal de Carvalho (“Ideologia e raízes sociais do

⁸⁶⁹ p. 42

⁸⁷⁰ p.45

⁸⁷¹ Idem

⁸⁷² p. 48

clero da Conjuração”) e de Kenneth Maxwell (“A devassa da devassa”), por terem perdido a oportunidade de aprofundar a análise sobre as implicações do movimento conjuratório com a igreja, utiliza a categorização deste último historiador a respeito dos “três níveis de apoio” que teriam havido em relação ao movimento de 1789: “*ativistas*”, “*ideológicos*” e “*grupos ligados a interesses financeiros*”. Os dois primeiros tipos são destacados: os clérigos foram ativistas porque, por exemplo, forneceram pólvora e cavalo. E foram também ideológicos porque pensavam em soluções, se inspirando na “revolução americana” e lendo Rousseau, Voltaire, entre outros. O capítulo seguinte, que trata da defesa dos réus eclesiásticos, destaca que esses não tinham privilégio de foro; e que a linha de defesa dos advogados foi enaltecer o Estado e a rainha e afirmar que os réus teriam agido por impulsos psicológicos isolados. O fato de o julgamento dos clérigos ter sido secreto foi interpretado por Calixto como uma tentativa de resguardar a imagem da igreja em sua relação com o Estado. Por fim, analisa posturas ideológicas dos réus. Identificando a presença de um “*lusofobismo radical*”, entende que este “...pode ser interpretado como revolucionário, à medida em que era a expressão de uma conscientização da posição inferior em que se encontravam os grandes proprietários face à dominação portuguesa”⁸⁷³. Dois outros elementos indicativos das posições ideológicas dos clérigos réus do movimento de 1789 são a inspiração vinda da formação dos Estados Unidos e a posição favorável à libertação de escravos expressa por dois deles. Havia diversidade de opinião entre esses cinco clérigos. Enquanto um projetava instalar a corte no Brasil, outro queria a morte de todos os europeus. Alguns padres seriam mais moderados, e Calixto o afirma com base na presença de livros em sua biblioteca. A maioria deles era favorável à liberdade de culto. Calixto procura definir que tipo de Igreja esses clérigos pretendiam fundar caso fosse erguida uma

⁸⁷³ p. 61-2

república: a igreja estaria no controle da arrecadação dos dízimos comprometendo-se a dar assistência espiritual e médica à população.

Apesar de ser um trabalho curto, totalizando 85 páginas, esse estudo é rico no levantamento de informações, baseado em uma consulta a numerosas fontes primárias. Entre essas, se destacam os registros eclesiásticos, mas também correspondências de autoridades, periódicos e documentos administrativos. As fontes secundárias também tiveram uma contribuição direta para o texto. Dados quantitativos foram organizados com atenção pelo autor. Sobressai uma postura crítica ao clero, “*desvirtuado de suas verdadeiras finalidades*”⁸⁷⁴, expressa em colocações como a de que a principal preocupação da igreja era recensear a população para receber os dízimos devidos ao soberano. Ao comentar várias produções historiográficas sobre o tema da Igreja em sua introdução, coloca que historiografia da década então atual estava buscando uma interpretação a partir dos oprimidos. O autor valoriza uma reflexão que procure associar a conexão entre igreja e as relações escravistas de produção, questão para a qual seu trabalho contribui ao caracterizar o clero como grupo inserido como proprietário em atividades econômicas. O autor não se engaja em discussões teóricas e conceituais, mas registre-se que, em uma nota de rodapé, cita conceito de ideologia de Marx e Engels expresso no livro “A Ideologia Alemã”.

Outra dissertação centrada na instituição eclesiástica católica é *O sistema de cristandade colonial. O reino de Deus rebaixado a Colônia* (53m), trabalho escrito por Francisco José Silva Gomes⁸⁷⁵. Nesse estudo extenso de 349 páginas, metade versa sobre a história da Igreja Católica no Brasil. A outra metade traça o desenvolvimento da religião desde os primórdios sob o Império Romano até a época contemporânea. Como

⁸⁷⁴ p. 70

⁸⁷⁵ GOMES, Francisco José da Silva. *O sistema de cristandade colonial. O reino de Deus rebaixado a Colônia*. Dissertação de mestrado em História. UFF, 1979. Orientada por Victor Vincent Valla.

o próprio autor afirma, ele não se dedicou a fontes primárias para trazer dados novos⁸⁷⁶, mas procurou enquadrar as informações disponíveis em um certo quadro teórico. Com efeito, sua dissertação investe muito na discussão conceitual e abstrata. No geral, seu tom é ensaístico e filosófico, com pouca atenção aos aspectos factuais do seu objeto.

Para Gomes, parte da historiografia sobre a Igreja Católica é triunfalista. Uma outra parte seria realizada por historiadores que se contentam apenas com a desmistificação ideológica da instituição⁸⁷⁷. O autor pretende não seguir esses dois tipos de abordagem, e acredita fazer parte de uma tendência da academia que se pergunta melhor sobre a religião no contexto em que amplos setores da Igreja Católica passam a se identificar mais com os pobres. Assim, Gomes pretende fazer uma releitura do passado eclesial “...*que dê aos cristãos uma consciência histórica para empreenderem escolha ético-política e instrumental de análise adequado.*”⁸⁷⁸ Dessa forma, esse estudo vai contribuir pra Igreja ser pensada de forma científica, “...*e não meramente como adversário a liquidar.*”. Essa sua postura está ligada, como o autor faz questão de deixar claro, com sua própria posição de católico engajado em causas sociais.

A discussão teórica empreendida no seu primeiro capítulo (“Pressupostos teórico-metodológicos”) diz respeito não apenas ao seu objeto específico de estudo, mas se dirige às questões mais fundamentais do conhecimento histórico passeando por muitas formulações. Gomes entende que o conhecimento tem um sentido ideológico; traz o conceito de concreto-pensado para indicar que o conhecimento sobre a coisa estudada não é o mesmo que a própria coisa, não havendo portanto uma objetividade absoluta; afirma que toda escrita da história tem uma teoria, que dá a estrutura do conhecimento, e que a produção histórica leva a marca da sociedade em que é produzida

⁸⁷⁶ p. 38

⁸⁷⁷ p. 11

⁸⁷⁸ p. 11-3

(destaca nesse sentido o capitalismo dependente). Gomes contempla o engajamento político do historiador: *“Pode-se aliar rigoroso método de investigação (como se faz história), com paixão por aquilo que se faz...”*⁸⁷⁹; Por fim, entende que nas ciências sociais há duas teorias fundamentais: uma é organicista e a outra é dialética. A primeira tem a ver com harmonia e pertence às classes dominantes. A outra é própria da visão das classes dominadas⁸⁸⁰. Enquanto, intelectual, Gomes põe que faz parte da super-estrutura ideológica, mas como assalariado está na infraestrutura econômica, vivendo assim uma contradição. Ainda sobre sua posição intelectual, diz ser parte de uma fração dominada da classe dominante. Em termos mais concretos, nos faz saber que tem engajamento com comunidades cristãs e que é católico⁸⁸¹. Voltando a comentar sobre historiografia, entende que desde os anos 1930 se processa no Brasil uma perspectiva crítica que se contrapõe ao objetivismo da neutralidade científica. Ainda nesse extenso primeiro capítulo, extrapolando ao que tinha prefigurado no início, se põe a debater teologia, refletindo sobre o que significa ter fé em um mundo científico; o que um cristão deve compreender ser um Reino de Deus: (o projeto escatológico (o Reino de Deus) deve ser um projeto histórico); e elogia a teologia da libertação pelo seu trabalho junto aos oprimidos. Para a exposição empreendida nessas páginas, tem como referências principais Louis Althusser e Michel de Certeau, mas também passa por outros autores como Pierre Bourdieu, H. F. Japiassu, Lucien Goldmann, Pedro Demo, Clodovis Boff, entre outros.

O seu segundo capítulo, com grande investimento de páginas, faz um histórico do cristianismo desde as origens (onde discute mentalidade grega e hebraica, por exemplo), passando pela conversão do imperador Constantino. Trata-se de um processo

⁸⁷⁹ p. 32

⁸⁸⁰ p. 21- 35

⁸⁸¹ p.39

que marca “...a passagem de uma comunidade eclesial mais fundada na autoridade do mistério para uma comunidade eclesial mais fundada no poder da Instituição.”⁸⁸² Para Gomes, com o desenvolvimento da sociedade burguesa e do capitalismo, a Igreja perde monopólio dos aparelhos ideológicos, e vai se tornando um aparelho ideológico secundário. Expressando teoricamente a relação entre Igreja e Estado, diz se tratar de uma simbiose. Entre ambos, os conflitos se daria apenas ao nível superestrutural. As duas esferas seriam determinadas em última instância pelo econômico.

No seu terceiro capítulo (“A cristandade colonial no Brasil”), define cristandade colonial como aquela que está em uma situação de dependência em relação à cristandade lusitana e ligada à empresa colonizadora brasileira e à economia colonial. Antes de tratar da história da instituição no Brasil, traça um histórico medieval da igreja. Para Gomes, a instituição do padroado foi responsável por deixar as igrejas dependentes da empresa colonizadora. No Brasil, teria se desenvolvido um “catolicismo guerreiro” que tem a ver com colonizadores, guerra contra índios e contra “hereges” franceses e holandeses. Argumenta que o sistema de cristandade serve para legitimar a posse de terra dos sesmeiros e para combater os indígenas. Sobre a igreja teria havido a influência de escravocratas que criou um clero submisso e “familista”. Caracteriza o catolicismo do povo como desfalcado da prática habitual e do conhecimento aprofundado da escritura. Esse catolicismo seria marcado pelo medo da repressão, pelo conformismo e pelo fatalismo. Para Gomes, ponto central na história da Igreja é a expulsão dos jesuítas do Brasil no fim do século XVIII. Essa crise, no entanto, será em parte revertida a partir de 1822 com a associação da Igreja com o império – mantendo-se, portanto, o “sistema de cristandade” que se define pela relação da Igreja com o Estado

⁸⁸² p. 137

A sua conclusão é calcada em conceitos gramscianos (que já apareciam ao longo da obra) como bloco histórico e hegemonia. Para o autor, a Igreja Católica é intelectual orgânico que quer cimentar a hegemonia ideológica da classe dominante. Aponta que Gramsci sublinha o peso da superestrutura (onde deve ser localizada a Igreja pelo seu caráter ideológico e simbólico na sociedade). Salienta também que o intelectual não seria reflexo da estrutura, tendo também autonomia.

4.3.11 Educação (34m)

No estudo de Ledonias Franco Garcia, “*Sociedade e educação na Bolívia Liberal (1899-1920)*”(34m)⁸⁸³, o período estudado é definido pelo autor como o áureo das tentativas da educação pública, mas sem que houvesse ocasionado mudanças significativas por causa das heranças históricas. Dificultaram o processo de reformas educacionais fatores como as divisões étnicas e linguísticas, o regionalismo e a “*realidade do mundo indígena*”. Mas um dos pontos mais enfatizados na dissertação é o da relutância do grupo dominante em permitir a ascensão dos indígenas. Garcia observa a história da educação na Bolívia sublinhando a não incorporação da população indígena pobre nas instituições escolares. Para o autor, o sistema educacional é um elemento de controle dos grupos oligárquicos:

“...a instrução recebida não era suficiente e adequada para a sua incorporação no processo político nacional.” [...]

“Nessa situação de dependência a educação foi livremente manejada pelos interesses das camadas superiores, sendo as massas mantidas afastadas das escolas ou escolarizadas de acordo com interesses ideologicamente condicionados no sentido de aceitação e conservação do “*status quo*”.”⁸⁸⁴

⁸⁸³ GARCIA, Ledonias. *Sociedade e educação na Bolívia Liberal (1899-1920)*. Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1978. Orientada por Francis Morton.

⁸⁸⁴ p. 15-6

O autor também encaminha uma discussão sobre o papel da educação em uma sociedade dependente economicamente, com base em textos da coletânea de Manfredo Berger, *“Educação e dependência”* e fazendo uma articulação entre educação, capitalismo e relações internacionais. O ponto principal é que se precisou de poucos técnicos os quais podiam ser trazidos de fora, resultando na marginalização do índio na educação formal⁸⁸⁵.

Considerações críticas sobre a sociedade boliviana perpassam todo o estudo. Entende como básico na análise da sociedade boliviana que há dois grupos: uma maioria indígena e mestiça excluída e um grupo branco dominante e dependente das “metrópoles”⁸⁸⁶. A independência em relação à Espanha não teria significado democracia, mas o domínio de uma elite criolla arbitrária. As tantas sucessões presidenciais e as derrubadas de governo no século XIX representavam na maioria das vezes conflitos no interior da própria oligarquia branca. Sua visão panorâmica sobre a história da Bolívia desde os tempos incaicos inclui descrições de atividades econômicas (envolvendo minas, guano, estanho). Na parte em que se dedica ao aspecto “social” da história, destaca o desaparecimento das “propriedades comunais”, a situação difícil do índio enquanto trabalhador e a formação de uma classe média de mestiços.

Na sua caracterização “política” da história boliviana, menciona o regionalismo; o fato de as constituições bolivianas com influências liberais não se coadunarem com a realidade concreta do país (que teria elementos de “feudalismo” e escravidão)⁸⁸⁷; o boom da prata e o surgimento de uma nova oligarquia no oitocentos⁸⁸⁸; a atuação dos partidos conservador e liberal, com o domínio deste último a partir do final do século

⁸⁸⁵ p. 3-4

⁸⁸⁶ p. 10

⁸⁸⁷ p. 35-6

⁸⁸⁸ p. 39

XIX (recorte privilegiado pela dissertação), sua política de acentuação do federalismo e inserção subordinada no mercado internacional.

As partes do estudo que versam sobre educação no período republicano também são de caráter panorâmico e privilegiam as ideias e ações de estadistas sobre o tema. Menciona a tensão de projetos republicanos com a Igreja católica. Critica que o governo tenha feito universidade ao invés de investir mais em ensino básico. Dessa forma, haveria universidade para os ricos e falta de escola para a massa. (aqui, novamente, aparece como central para o autor a questão do acesso às instituições escolares). Como marca de uma nova fase pós 1845, há mais criação de escolas. Seriam, entretanto, medidas isoladas. Ainda assim, um marco desse momento é que o Estado boliviano assume a instrução “primária” e “secundária”, deixando, entretanto, o ensino superior a cargo de esforços particulares. Ainda sobre o século XIX, Garcia também releva as propostas de que o ensino deveria ser voltado para a aplicação em indústria.

Um dos capítulos de Garcia é dedicado ao momento em que o Partido Liberal assume o poder, nas primeiras décadas do século XX. Para o autor, isso significa avanço da burguesia frente à oligarquia. Seu texto novamente assume o formato de uma sequência de informações, de apresentação de diversas características: o que seria o liberalismo; a influência do positivismo; a divisão da política boliviana em um grupo conservador e católico e outro positivista e livre pensador; as grandes discussões marcadas pelas relações entre Igreja e Estado, lei do divórcio e liberdades públicas. Há ainda descrição de atividades econômicas – por exemplo, construção de linha férrea, e a tensão envolvendo o federalismo. Sua mensagem nesse capítulo, assim como em outros, é a da existência de uma minoria privilegiada e uma maioria ignorada⁸⁸⁹

O principal capítulo desta dissertação coloca que o período liberal é um

⁸⁸⁹ p. 92

momento especial do investimento material do governo em educação⁸⁹⁰, onde pela primeira vez era dada ênfase à educação popular, às escolas rurais e à educação do índio. Garcia menciona a criação das escolas, o pensamento de alguns agentes estatais sobre educação, o processo de contratação de professores chilenos, e a educação de meninos e meninas juntos pela primeira vez, o que despertava reação de conservadores. Esses esforços do Partido Liberal na educação básica teriam fim com a deposição do presidente Gutiérrez Guerra.⁸⁹¹ Sobre o ensino universitário, comenta movimento de estudantes influenciados pelo anarquismo e a falta de acesso da população aos cursos superiores. Aqui Garcia também retoma a reflexão de que a educação deve ser pensada no quadro do capitalismo. Isso redundava na afirmação de que grupos dominantes na Bolívia tinham interesse em desenvolver ensino profissional que seria coerente com o espírito capitalista⁸⁹². Não é desenvolvida, para além disso, a reflexão sobre a relação entre essa postura dos grupos dominantes para a educação e o quadro de dependência (a referência aqui é a teoria da dependência de Cardoso e Falleto) da Bolívia no cenário internacional. Um último comentário do autor é que, muito embora o índio não tenha sido favorecido com o ensino superior, dessas instituições saíram pensadores que se dedicaram às causas dos oprimidos. Assim, o autor introduz seu último capítulo, que não guarda relação direta com o restante de seu estudo. Trata de intelectuais indigenistas, que passaram a combater ideias racistas e a veicular uma imagem positiva do índio, denunciando a sua situação.

Além de se basear bastante em fontes secundárias, o estudo de Garcia trabalha fontes primárias variadas: dados administrativos de governo com referências a atividades econômicas e demográficas. Faz também bastante uso de discursos

⁸⁹⁰ p. 109

⁸⁹¹ p. 117

⁸⁹² p. 114

presidenciais.

4.4 Panorama e conclusões

Há uma grande predominância em estudos com recorte estrito no século XIX (11/17). Outros dois abordaram o oitocentos em conjunto com outros períodos. Apenas 3 dissertações se centraram no século XX.

Na divisão geográfica, temos que, novamente, outros países da América foram mais contemplados nos estudos que o Brasil (9x8).

Há um estudo centrado no Sergipe, um em Pernambuco, um em Minas e um no Pará. Dois se dedicam ao Rio de Janeiro, e outros dois tem temas de amplitude nacional. Essa atenção geograficamente mais dispersa nos estudos de História do Brasil é uma novidade na produção discente do programa, que antes vinha se concentrando no Rio de Janeiro como objeto.

Considerando a nossa divisão temática, temos o seguinte quadro, que é bastante similar ao verificado nas outras duas turmas:

Tabela 16 Quantitativo das dissertações da terceira turma por eixo temático	
Política	10
Economia	5
Cultura	2
Total	17

Entre as dez dissertações que classificamos tematicamente como “políticas”, temos 4 delas (“Congresso do Panamá...” (39m), “O pensamento político...” (47m), “A abertura do Paraguai...” (48m), “O pensamento de Sarmiento” (50m)) centradas nas ações de estadistas, com ênfase em ações diplomáticas, sendo estudos factualistas e com

sua atenção para características de indivíduos.

O trabalho de Ulianov Pedrosa sobre indígenas na Argentina ("O problema indígena na Argentina..." (49m)) é um amontoado de referências factuais que destacam, sobretudo, a violência vivida por esses grupos.

Os outros 5 trabalhos têm a característica de situar os agentes que estudam em contextos, onde são levados em conta questões como estrutura e dinâmica econômica, classes ou grupos sociais, ideologias, entre outros. As análises possuem relativa complexidade pelo espectro maior de elementos que envolvem, além de se engajarem em discussão conceitual e teórica. As dissertações sobre a oligarquia açucareira no Sergipe ("A oligarquia açucareira..." (54m)) e sobre a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional ("Isto é o que parece..." (55m)) enquadram a agência e o pensamento políticos de proprietários agrícolas do século XIX com referências ao desenvolvimento econômico e à estrutura das relações sociais no país. O mesmo se pode dizer do estudo de Calixto sobre a Igreja em Minas ("O clero secular..." (41m)), que o autor entende como um segmento da classe dominante proprietária. O coronelismo estudado por Serejo ("Coronéis sem patente..." (51m)) é abordado levando em conta a política desenvolvimentista, relações de trabalho, e estrutura fundiária. O único deste grupo que não se identifica com o referencial marxista é Geraldo Coelho ("Ação e reação..." (38m)). Sua dissertação sobre conflitos político-sociais no Pará, entretanto, dialoga abertamente com uma perspectiva marxista (a qual critica), reivindica formulações da Teoria da Dependência e tem subjacente a ideia de luta entre grupos dominantes e dominados.

Foram 5/17 as dissertações que classificamos como "economia". O trabalho sobre a federação de cafeicultores colombianos escrito por Toribio ("O café no

contexto..." (33m)) perpassa aspectos vários da produção e do comércio de café e nos informa das medidas da entidade em busca de maior lucratividade. É possível fazer um paralelo entre essa dissertação e outras duas. O trabalho escrito por Ubiratan Rocha ("A ALAC e a integração..." (43m)) desenha o cenário de comércio externo latino-americano e analisa as propostas e leituras da Associação Latino-Americana de Livre-Comércio e do Tratado de Montevideu frente o quadro de tendências econômicas internacionais observado. O estudo de Zenaide Cardoso ("Política econômica de Juan M. Rosas" (39m)) sobre política econômica na Argentina traz as características de diversos ramos da produção no país (gado, comércio, artesanato, agricultura, etc.), observando as medidas de um estadista em especial, que teria valorizado a pecuária e mantido o país dependente de manufaturados estrangeiros. Ou seja, a estrutura dessas três dissertações tem o comum de evidenciar certo cenário e demonstrar as medidas econômicas de entidade ou governo frente a ele.

Por sua vez, o estudo de Célia Muniz sobre estrutura fundiária ("Os donos da terra..." (46m)) revela a organização da propriedade em uma região fluminense, tirando dali reflexões sobre modo-de-produção e atritos políticos (entre pequenos e grandes proprietários; posseiros e sesmeiros; sesmeiros e indígenas, etc.).

Em "O cancro roedor...", de Eduardo Silva (42m), temos um estudo de cunho econômico e social sobre a cafeicultura e a escravidão, com foco na atuação e no pensamento da oligarquia e atento a transformações estruturais na segunda metade do XIX.

Por fim, são dois os estudos cuja temática principal é cultura. O escrito por Francisco Gomes sobre o "sistema de cristandade colonial" (53m) salienta os efeitos sobre a religiosidade de uma instituição, a Igreja Católica, ligada a poderes estatais e

interesses econômicos. O estudo de Ledonias Garcia sobre educação na Bolívia (34m) destaca a desigualdade e a exploração havidas na história desse país, apontando a exclusão de indígenas pobres nas instituições de ensino.

Das 17 dissertações, 9 trazem contribuição empírica original⁸⁹³. O ineditismo empírico (que entendemos aqui como a mobilização de fontes primárias que não exploradas anteriormente) dessa terceira turma é próximo daquele verificado na segunda, mas bem inferior ao da primeira. Isso está ligado à proporção de estudos de História da América, que sem deixar de se valer de fontes primárias, as tem a partir de compilações publicadas. Há outra característica, difícil de ser contabilizada, mas que inferimos: nesta terceira turma, assim como na segunda, as fontes secundárias parecem ser iguais às primárias em importância como referência de informações. O importante aqui é fazer o contraste com as dissertações produzidas pela primeira turma, em que claramente a base do texto era a documentação primária explorada originalmente.

Discussões historiográficas, teóricas e conceituais tem mais presença nessa terceira turma se comparada às turmas precedentes.

Entre os trabalhos que se dedicaram à avaliação da obra de outros historiadores, temos o de Célia Muniz ("Os donos da terra..." (46m)) que, para conhecer a região de Vassouras, se inspira mantendo grande diálogo com uma nova historiografia sobre o Vale do Paraíba paulista que demonstrou a relevância da pequena propriedade e explorou a relação entre o pequeno e o grande proprietários. A dissertação de Werneck da Silva sobre a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional ("Isto é o que parece..." (55m)) tem um extenso capítulo dedicado a uma varredura sobre como seu objeto aparece na historiografia. Geraldo Coelho, em sua pesquisa sobre conflitos no Pará

⁸⁹³ "O café no contexto..." (33m), "Ação e reação..." (38m), "Congresso do Panamá..." (39m), "O clero secular..." (41m), "O cancro roedor..." (42m), "Os donos da terra..." ("Os donos da terra..." (46m)), "Coronéis sem patente..." (51m), "A oligarquia açucareira..." (54m), "Isto é o que parece..." (55m),

("Ação e reação..." (38m)), pretende combater a visão historiográfica "oficial" que expressava a visão do governo contra os rebeldes. Essa historiografia também se limitaria ao nível factual, sem explorar contextos mais amplos, marcados pelas condições econômicas e sociais. Para Coelho, a historiografia brasileira seria marcada pela predominância do empírico sobre o teórico, do factual sobre o analítico. Não seria portanto genuinamente científica. Essa produção estaria, entretanto, em um momento positivo, pois o positivismo estaria sendo deixado para trás. Especificamente sobre os historiadores que tratam do processo de independência, Coelho valoriza aqueles que fogem ao "economicismo formal" e ao "simplismo político". Em "O cancro roedor..." (42m), Eduardo Silva faz objeção a interpretações eurocêntricas sobre o período escravista brasileiro. Ao longo do seu trabalho, também, sem entrar em detalhes, faz menções a leituras equivocadas que existiram na historiografia: sobre o significado de gastos ostentatórios da oligarquia, a prosperidade da cafeicultura fluminense, a abolição como outorga; e o fazendeiro como uma pessoa isolada em sua propriedade. Queixa-se também de existir pouco debate historiográfico. Serejo, em seu trabalho sobre coronéis de Petrolina ("Coronéis sem patente..." (51m)), se engaja em uma polêmica historiográfica sobre povoamento do litoral. Outros historiadores desta turma fizeram crítica historiográfica de menor monta: Valdir Calixto ("O clero secular..." (41m)) se queixa de trabalhos que não pensaram o papel da Igreja no movimento conjuratório de 1789, e afirma que a historiografia da década quando escreve estaria buscando interpretações a partir dos oprimidos. A dissertação de Francisco Gomes ("O sistema de cristandade..." (53m)) faz menção a uma historiografia triunfalista sobre a Igreja, e outra que se limitaria à sua desmistificação ideológica, não se identificando o trabalho com nenhuma das duas. Gomes também coloca que a historiografia brasileira estaria vivendo

um momento crítico contra o objetivismo da neutralidade científica.

Temos discussões conceituais em Eduardo da Silva ("O cancro roedor..." (42m)) a respeito de modos de produção, classes sociais, sociedade estamental e capitalismo. Célia Muniz ("Os donos da terra..." (46m)), sobre que modo-de-produção vigoraria no Brasil do século XIX (escravista colonial, de acordo com a autora, em oposição aos que advogavam ser o Brasil o país ainda feudal naquele momento). Geraldo Coelho ("Ação e reação..." (38m)), pensando o conceito de modo-de-produção e classe social, coloca que estes não se aplicam à realidade paraense do século XIX, sendo "grupo social" termo mais adequado. Tereza Serejo ("Coronéis sem patente..." (51m)) observa como a concepção de coronelismo esteve presente em vários estudiosos e advoga a necessidade de pensá-la em associação ao capitalismo. Esta autora cria uma série de conceitos originais sobre "oligarquia" e "clientela", e recorre ao longo do texto a categorias desenvolvidas em *O capital* de Marx. Francisco Gomes ("O sistema de cristandade..." (53m)) opera principalmente com os conceitos marxistas de "estrutura" e "superestrutura", e, a partir de Gramsci, "bloco histórico" e "hegemonia". Diferentemente dos trabalhos supracitados neste parágrafo, que tem um engajamento substantivo no debate conceitual, temos a breve menção de Valdir Calixto ("O clero secular..." (41m)) ao conceito de ideologia de Marx e Engels em *A Ideologia Alemã*.

Alguns trabalhos nos apresentam um volume enorme de reflexões teóricas, em alguns casos lhes tendo capítulos inteiros dedicados. Foram extensas as reflexões de Werneck da Silva ("Isto é o que parece..." (55m)) sobre a cientificidade da História; a relação entre fato e estrutura; a defesa do materialismo histórico; o papel ativo do historiador na construção do conhecimento; a importância do contexto de onde se expressa o intelectual; e a relação entre Estado, classes e intelectualidade. Geraldo

Coelho ("Ação e reação..." (38m)), destacando que os dados não falam por si próprios, mas dependem dos historiadores, coloca que no estudo histórico não se trata do que "realmente aconteceu". Com base em E.H. Carr, salienta a conexão entre presente e passado no conhecimento histórico. Coelho aponta ainda que a centralidade da política na compreensão histórica precisa ser superada, e reivindica a Teoria da Dependência já que ela indicaria que a economia faz parte de um todo com os aspectos político, cultural, social e ideológico. O estudo de Gomes ("O sistema de cristandade..." (53m)) é fartamente conceitual. Há um capítulo inteiro dedicado à teoria e metodologia, onde traz o conceito marxista de "concreto pensado". Coloca que todo conhecimento é ideológico; que o historiador é influenciado pela sua sociedade, mas que tem autonomia, apesar de ser reflexo da estrutura; que o intelectual é uma fração dominada da classe dominante; que toda historiografia tem uma teoria; que há as teorias harmônicas e as conflituosas; que há simbiose entre Igreja e Estado; que a superestrutura tem peso importante nas definições históricas; que em última instância a economia é determinante. Em "O cancro roedor" (42m), Silva discute a estrutura escravista no Brasil e a problemática das classes sociais. Critica concepções como a de Nelson Sodré ("etapista") e defende o conceito de modo de produ o escravista colonial, de Ciro Cardoso, apontando que não seria eurocêntrica, mas afinada com as especificidades brasileiras. Refletindo sobre classes sociais, conceitua a oligarquia como "classe para si", enquanto defende que a estrutura reduz escravos a "coisas" comprometendo suas capacidades de agência e mesmo sua humanidade. Aponta ainda a necessidade de se pensar centralmente a questão dos meios de produ o, ao invés de elementos da cultura. Como reflexão de fundo epistemológico, coloca que um estudo não deve ser empiricista, por um lado, ou ensaísta sem base concreta, por outro, devendo os dados

serem postos em “contexto teórico”.

Com um nível bem menor de dedicação a esses elementos teóricos, temos o estudo de Lenalda Santos ("A oligarquia açucareira..." (54m)) para o qual há sobredeterminação de funções econômicas, ideológicas e políticas entre oligarquia, Estado e Igreja, que atuam juntos em seus interesses de classe. Também, Dulce Maciel ("Congresso do Panamá..") comenta que o historiador seleciona os dados com que atua, e que estes são articulados em certa perspectiva teórica.

Com uma longa “introdução metodológica”, o trabalho de Tereza Serejo sobre coronéis em Petrolina ("Coronéis sem patente..." (51m)) é o que mais se dedica a expor esse domínio do fazer historiográfico. Parte dessa discussão trouxe as dificuldades políticas de se buscar informação na cidade. Explica critérios para a escolha de periódicos consultados, a dinâmica das entrevistas que realizou, e as entidades e arquivos que acessou para realizar a pesquisa. As outras dissertações discutiram metodologia de forma apenas pontual, e esse é o caso mesmo entre aquelas que se dedicaram bastante a conceito e teoria. Toríbio ("O café no contexto..." (33m)) apenas anota que foi crítica com a documentação e que tratou os dados com precisão. Zenaide Cardoso ("Política econômica de Juan M. Rosas" (39m)) aponta “...*a dificuldade para se separar o fato, a verdade histórica, da paixão do historiador.*”⁸⁹⁴ Na dissertação de Werrneck da Silva ("Isto é o que parece..." (55m)), o autor planeja que seu texto em um primeiro momento atue no “nível da aparência”, para depois aprofundar a análise. Dulce Maciel, que estudou o Congresso do Panamá (39m), ressaltou que a análise dos documentos necessita de contextualização econômico-política. El-Jaick ("O pensamento político..." (47m)), que estudou Bolívar, trouxe que os escritos do estadista são a melhor

⁸⁹⁴ CARDOSO, Zenaide. *Política econômica...*p.1

fonte já que é por elas “...deixamos o próprio Libertador falar...”⁸⁹⁵ Esse autor justifica sua atenção maior a alguns escritos dizendo que há os documentos essenciais para o conhecimento político de Bolívar, e outros “...que parecem contradizer ideias anteriormente defendidas por ele, podem[ndo] ser atribuídos a circunstâncias especiais e transitórias...”⁸⁹⁶ Diz também que para conhecer uma personagem, não se deve estudar os fragmentos de sua obra, mas ela como um todo. Na dissertação de Daniel Sadler ("O pensamento de Sarmiento" (50m)), temos que a principal fonte para estudar Sarmiento é ele próprio através de suas obras completas. Francisco Gomes ("O sistema de cristandade..." (53m)) coloca que não se dedicou a fontes primárias para trazer dados novos, mas procurou enquadrar as informações disponíveis em um certo quadro teórico.

Documentos produzidos pelo Estado e chefes de governo continuam sendo os principais para os estudos, estando presentes em 13 das 17 dissertações⁸⁹⁷ São registros diplomáticos, relatórios de presidentes de província, secretários e ministros, anais legislativos, registros eleitorais e discursos de lideranças. Menos comuns nas pesquisas do mestrado dessa época, foram explorados também processos judiciais ("Os donos da terra..." (46m)) e fontes policiais ("A oligarquia açucareira..." (54m)).

Foram centrais para 5 estudos⁸⁹⁸ fontes de entidades não-estatais (algumas delas, entretanto, profundamente imbricadas em governos) como Federação de Cafeicultores da Colômbia, Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), Confederação Nacional da Indústria (CNI), Associação de Livre-Comércio da América Latina (ALALC), Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), Congresso do

⁸⁹⁵ EL-JAICK, Sérgio. *O pensamento...* p. 5

⁸⁹⁶ EL-JAICK, Sérgio. *O pensamento...* p.55

⁸⁹⁷ "O café no contexto..." (33m), "Sociedade e educação..." (34m), "Ação e reação..." (38m), "Política econômica de Juan M. Rosas" (39m), "A ALAC e a integração..." (43m), "Os donos da terra..." (46m), "O pensamento político..." (47m), "A abertura do Paraguai..." (48m), "O pensamento de Sarmiento" (50m), "Coronéis sem patente..." (51m), "A oligarquia açucareira..." (54m) e "Isto é o que parece..." (55m).

⁸⁹⁸ "O café no contexto..." (33m), "Congresso do Panamá..." (39m), "O clero secular..." (41m), "A ALAC e a integração..." (43m), "Isto é o que parece..." (55m),

Panamá e Igreja Católica.

Periódicos estiveram presentes em 6 estudos⁸⁹⁹. Fontes cartoriais foram centrais para o estudo de Célia Muniz sobre propriedade fundiária ("Os donos da terra..." (46m)), e o de Tereza Serejo sobre coronelismo ("Coronéis sem patente..." (51m)). Relatos de viagem foram trabalhados por Muniz ("Os donos da terra..." (46m)) e Silva ("O cancro roedor..." (42m)). Para este historiador foram centrais também livros de memórias familiares, e de observações agrícolas e econômicas. Por fim, mencione-se que dezenas de entrevistas foram utilizadas também por Tereza Serejo ("Coronéis sem patente..." (51m)).

1º	Celso Furtado	10
2º	Caio Prado Jr.	9
	Fernando Henrique Cardoso	
3º	Florestan Fernandes	7
4º	Arthur Cézar Ferreira Reis	5
	Carlos Guilherme Motta	

Comparando essa lista de autores à da segunda turma, não temos mais a projeção de autores dedicados à América. Por outro lado, mantém-se Furtado, Prado Jr. e Cardoso como três das principais referências bibliográficas dos estudantes.

Ainda que essa turma tenha se engajado mais em debates com autores, temos que os dois intelectuais que encabeçam a lista aparecem, novamente, mais como fonte de informações do que como inspiração teórica. Porém, não é tanto o caso com Fernando Henrique Cardoso, já que sua teoria da dependência teve algumas menções,

⁸⁹⁹ "O café no contexto..." (33m), "Ação e reação..." (38m), "O clero secular..." (41m), "Coronéis sem patente..." (51m), "A oligarquia açucareira..." (54m),

como vimos.

Para citar alguns clássicos autores nacionais, Raymundo Faoro e Sérgio Buarque de Hollanda foram fontes para 4 trabalhos cada. Gilberto Freyre, para 2. Entre o cânone sociológico, Max Weber e Émile Durkheim não constam em nenhuma bibliografia. Karl Marx, em 5; Antonio Gramsci em 4. Pierre Bourdieu aparece em 3 trabalhos, e Louis Althusser em 2.

O número de páginas das dissertações é muito variável. A menor tem 70. A maior, 489. A média de páginas é 188.

Retenções importantes sobre essa terceira turma são:

1) Os temas e recortes das dissertações continuam acompanhando aqueles desenvolvidos pelos professores no curso, ainda que menos proximamente. Por exemplo, o século XX, proporcionalmente, recebeu mais atenção dos docentes nas ementas de seus cursos que dos discentes no momento da escolha de seus assuntos de pesquisa. O mesmo se pode dizer sobre História do Brasil em relação à História da América. De qualquer forma, como para o argumento não se trata de correspondências numéricas perfeitas, continuamos tendo que, em linhas gerais, recortes e temas promovidos por docentes serão aqueles também desenvolvidos por estudantes, a saber, predominância do século XIX; “política” mais privilegiada que “economia”; e “América” e “Brasil” recebendo, praticamente, o mesmo nível de atenção. Assim, reafirma-se o que vínhamos colocando desde o primeiro capítulo: em um nível imediato e geral, características da produção historiográfica discente são tributárias daquelas de seus professores.

2) Dos estudos que podemos chamar de “regionais” (6), uma minoria (2) se dedica a espaços do Rio de Janeiro. Entre os outros 4, a escolha pelo recorte geográfico

se deu principalmente por se tratar da região de origem ou formação dos estudantes (Sergipe, Pernambuco e Pará).

3) Comparada às duas primeiras turmas, a terceira se engaja mais em discussões teóricas, metodológicas e historiográficas. Não apenas é maior o número de dissertações com essas marcas, mas também há muito mais densidade e volume nos autores que se dispuseram nesse sentido.

É temerário quantificar as dissertações nesse quesito: uma contagem que considerasse qualquer menção conceitual ou teórica seria enganosa pois há dissertações em que literalmente só consta uma frase relacionada a esses domínios. Entretanto, aumentar o critério para a contagem significa se ver às voltas com classificar o que seria pouca ou muita discussão teórica, metodológica ou historiográfica. Dado esse alerta contra o objetivismo numérico, deve-se expressar de alguma forma a notável progressividade com que as turmas que são nosso objeto vão se ocupando das formulações não empíricas. Diríamos então que se na primeira turma são 2 ou 3 as dissertações com exposições substantivas nessas esferas ("Município de Estrela..." (6m), "Atividades capitalistas..." (11m) e "A educação brasileira..." (12m)), a segunda turma teria 4 ("A crise dos comissários..." (18m), "Argentina: economia e sociedade..." (25m), "A rebeldia negra..." (30m) e "A ideia de nação..." (32m)) e a terceira, 6 ("Ação e reação..." (38m), "O cancro roedor..." (42m), "Os donos da terra..." (46m), "Coronéis sem patente..." (51m), "O sistema de cristandade..." (53m), e "Isto é o que parece..." (55m)) – com a diferença que nesse último grupo o número de páginas dedicadas é muito maior, inclusive havendo capítulos inteiros dedicados à teoria e a conceitos. É difícil precisar a que isso se deve, porque ignoramos a trajetória de formação da maior parte dos estudantes, bem como o clima intelectual de que participavam fora do curso. É

de se salientar, porém, que o professor Victor Valla parece ter sido um interlocutor ou estimulador dos que mais se projetavam em debates, visto que foi orientador da maior parte das dissertações destacadas.

Por outro lado, note-se que se trata ainda de uma minoria (6 entre 17). A maior parte dos trabalhos continua quase exclusivamente dedicada à empiria.

4) Em algumas dissertações, há referências a disputas de paradigmas historiográficos e visões epistemológicas. Objetividade e subjetividade, teoria e empiria e cientificidade são alguns de seus temas, enquadrados em uma perspectiva de que uma historiografia melhor estaria superando uma outra tradicional.

5) O marxismo, teoricamente, se desenvolve mais entre as dissertações. Na segunda turma, formulações com volume embasadas nos referenciais marxistas são encontradas em 2 dissertações ("A crise dos comissários..." (18m) e "A ideia de nação..." (32m)). Nesta terceira turma, em 6 ("Ação e reação..." (38m), "O cancro roedor..." (42m), "Os donos da terra..." (46m), "Coronéis sem patente..." (51m), "O sistema de cristandade..." (53m) e "Isto é o que parece..." (55m)). Também crescem as leituras que enfatizam as questões da opressão e da resistência. Entre os docentes, além de Ismênia Martins, Victor Valla deve ter desenvolvido essa perspectiva entre os estudantes.

Parte 3 - História da historiografia

Capítulo 5 - Historiadores, intelectuais

*“Sentou-se bêbado à mesa e escreveu um fundo
Do Times, claro, inclassificável, lido
Supondo (coitado!) que ia ter influência no mundo...*

*.....
Santo Deus!...E talvez a tenha tido!”
(Álvaro Campos (Fernando Pessoa))*

5.1 Esperando Marc Bloch

Na leitura de Pierre Bourdieu, a definição do que é boa e correta ciência é objeto de disputa no campo:

“Na luta em que cada um dos agentes deve engajar-se para impor o valor de seus produtos e de sua própria autoridade de produtor legítimo está sempre em jogo o poder de impor uma definição de ciência [...] que mais esteja de acordo com seus interesses específicos. A definição mais apropriada será a que lhe permita ocupar legitimamente a posição dominante e a que assegure, aos talentos científicos de que ele é detentor a título pessoal ou institucional, a mais alta posição na hierarquia dos valores científicos [...].

Assim, a definição do que está em jogo na luta científica faz parte do jogo da luta científica: os dominantes são aqueles que conseguem impor uma definição da ciência segunda a qual a realização mais perfeita consiste em ter, ser e fazer aquilo que eles têm, são e fazem.”⁹⁰⁰

Trabalharemos com a hipótese de que no meio acadêmico da História duas propostas historiográficas concorriam. Tal como aparecem em fontes primárias e em estudos dedicados à história da historiografia, a essas propostas historiográficas nos referiremos como sendo uma “antiga” ou “tradicional” e outra “nova” ou “moderna”. Assim o faremos por falta de termos melhores e a despeito da consciência de que classificar dessa forma uma oposição parece assumir acriticamente a narrativa do lado vencedor que carrega a alcunha do moderno – veja-se, por exemplo, trabalhos de

⁹⁰⁰ BOURDIEU, P. *O campo científico...* Aspectos fundamentais da compreensão de campo de Bourdieu foram apresentados no nosso primeiro capítulo.

François Dosse já citados nessa tese que mostram justamente que o discurso de renovação historiográfica que os Annales apresentavam continha deturpações: a fim de acentuar a ruptura intelectual que estariam promovendo, acabaram, por exemplo, por encobrir que elementos “novos” já poderiam ser encontrado nos historiadores “antigos”. Em “*A história em migalhas*”, Dosse nos aponta que as propostas epistemológicas dos Annales já tinham difusão no meio intelectual francês, sendo a grande realização de Marc Bloch e Lucien Febvre não a invenção de ideias, mas a mobilização delas em um projeto de luta e conquista institucionais⁹⁰¹. Outro problema de operar com termos que marcam a dicotomia “novo” e “velho” é que eles espremem em rótulos pensamentos que possuem diversidade de características. Não obstante – e essa é a dimensão que interessa para o argumento e que pretendemos demonstrar - se tratam das principais noções sob as quais acadêmicos se orientaram simbolicamente nas décadas de 1960 e 1970.

Uma importante fonte para se entender as tensões dos intelectuais dos cursos de História são os anais do I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior que, reunindo docentes de diversas partes do país, aconteceu em Marília, no ano de 1961, onde foram dados os primeiros passos para a construção da futura Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH) – primeiramente chamada Associação dos Professores Universitários de História (APUH). Além de debaterem a reforma universitária, então assunto político sensível a ponto de certo grupo de professores quererem excluí-lo da pauta, o Simpósio também se dedicou a pensar os currículos dos cursos de História. Várias vezes se colocaram demandando uma inovação das características do que era ensinado. Professores como Cecília Westphalen, Maria

⁹⁰¹ DOSSE, F. *A História em migalhas...*; DELACROIX, C., GARCIA, P.; DOSSE, F.. *Correntes históricas...*

Yedda Linhares, Francisco Falcon, José Olegário de Castro, entre outros, falaram da importância do estudo da Economia, da ênfase que se deveria ter em História Econômica e Social, de que a História tivesse maior entrosamento e adotasse os métodos de outras Ciências Sociais⁹⁰². Colocavam-se contra o conteudismo, ou seja, uma História que primasse pela veiculação de informações. Em seu lugar, deveria se trabalhar novos métodos e técnicas. Para Cecília Westphalen,

*“A História não tem necessidade de continuar utilizando o método da História Tradicional. Há lugar para aplicar os métodos e técnicas das demais ciências sociais. Já que não é possível ensinar tudo, o mais importante é a transmissão de técnicas de trabalho.”*⁹⁰³

Vai no mesmo sentido a colocação de Eduardo França:

*“É preciso renunciar a dar matéria ou toda a matéria; e em lugar da matéria dar técnica de trabalho. O professor deve procurar levar o aluno à reflexão [...] A matéria deve ser dada como pretexto para transmitir uma técnica, desenvolver o espírito crítico do aluno; a aula como maneira de despejar conhecimento é discutível e sua utilização deve ser revista.”*⁹⁰⁴

Nas palavras de Eremildo Viana, a História corria o risco de se tornar enciclopedismo medíocre e barato.⁹⁰⁵ Para Alice Canabrava, a História como uma ciência ainda se encontrava na “*infância*” pois estaria “*apenas transpondo a sua fase empírica – a fase do relato, do arrolamento dos fatos registrados – e que acaba de chegar ao campo do conhecimento racional.*”⁹⁰⁶. Canabrava também opõe a história narrativa (que chama “*evenementielle*” ou história “*historizante*”) a uma outra, que é aprofundada com o concurso de outras ciências e onde se destacariam as análises

⁹⁰² SIMPÓSIO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA DO ENSINO SUPERIOR, 1961, Marília. *Anais* São Paulo: 1962. 89-90; 98;138.

⁹⁰³ Idem. Ibidem. p.112

⁹⁰⁴ Idem. Ibidem. p. 104

⁹⁰⁵ Idem. Ibidem. p. 145

⁹⁰⁶ Idem. Ibidem. p. 121

quantitativas.⁹⁰⁷

Em oposição a esses que demandavam novas abordagens nos cursos, temos, por exemplo, Pedro Calmon afirmando que a narrativa e a descrição – assim como a explicação e a interpretação – devem fazer parte da História. Por sua vez, Olga Pantaleão, questiona a integração da História com outras Ciências Humanas tal como proposto por “...*certas correntes existentes entre nós, que querem modificar-lhe a posição e dar-lhe novo conteúdo...*”⁹⁰⁸

A relação entre o estudo da História e as questões do presente também ocupou os professores cujas manifestações foram registradas nos anais. Eduardo França apontou que pesquisas sobre o passado são suscitadas por questões da atualidade, de forma que a História deve corresponder às solicitações em torno dos problemas sociais, e no mesmo sentido se posicionou Francisco Iglésias⁹⁰⁹. Maria Yedda Linhares seria mais enfática na sua posição apontando a educação como instrumento de mudança social para se trabalhar as questões da “*autodeterminação política*”, “*independência econômica*” e “*justiça social*”:

*“Julgamos apenas conveniente lembrar aqui a nossa posição como educadores e o nosso dever de participar nos acontecimentos, colocando nossas ideias em sintonia com os tempos que vivemos. Do contrário, ficaremos à margem da História, como no passado.”*⁹¹⁰

Diferentemente, Olga Pantaleão se mostrou refratária à ideia de que a História deve servir para explicações sobre os momentos atuais do Brasil: “*No tocante a esta questão, devemos ensinar a História como uma ciência independente, sem pensar na sua sujeição a interesses do momento.*”⁹¹¹

⁹⁰⁷ Idem. Ibidem. p. 124

⁹⁰⁸ Idem. Ibidem. p. 232

⁹⁰⁹ Idem. Ibidem. p. 104

⁹¹⁰ Idem. Ibidem. p. 163.

⁹¹¹ Idem. Ibidem. p.229-0.

Permearam esse encontro muitas outras discussões que denotam a concorrência de propostas. O professor e padre Emilio Silva colocaria que “*São as ideias que governam o mundo, não a produção ou a economia.*”⁹¹². Os participantes do simpósio refletiram com diferentes posições sobre a presença nos currículos de cursos como Tupi, Paleografia, Numismática, Pré-História, Economia, Sociologia, História Eclesiástica, Introdução aos Estudos Históricos e outros. Ponto de debate também foi o papel dos cursos de graduação no tocante às pesquisas – referidas por alguns através do termo “especialização”. Enquanto certos docentes queriam, por variados motivos, reforçar a ênfase das Faculdades de Filosofia na formação de professores para o ensino secundário, outros entendiam a necessidade de estudantes se voltarem com mais volume às fontes primárias⁹¹³. Entre as conclusões do simpósio, se apontou que os currículos deveriam cuidar mais de História Contemporânea; que História da América e do Brasil deveriam abordar assuntos de economia, sociedade e cultura, e não apenas a narrativa cronológica de aspectos político-administrativos; o Tupi deveria ser retirado dos currículos; e os alunos deveriam ter “*treinamento no campo da técnica do trabalho do historiador*”⁹¹⁴

Como colocou Olga Pantaleão neste simpósio de 1961, o sentimento geral era o de que ninguém estava satisfeito com os cursos, sendo inclusive esta uma motivação para acontecer o encontro⁹¹⁵. A profusão de propostas e diferenças nos indica haver naquele momento uma crise de capital simbólico entre os professores universitários. Ou seja, não havia consenso sobre o que seria cientificamente válido, superior, correto (o que em seu léxico conceitual Bourdieu chama de “ortodoxia”). Se é evidente que no

⁹¹² Idem. Ibidem. p. 129.

⁹¹³ Idem. Ibidem. p. 207, 209, 215, 235.

⁹¹⁴ Idem. Ibidem.p. 302-3.

⁹¹⁵ Idem. Ibidem.p. 220-1.

campo das ciências – talvez mais especialmente o das humanas – verifica-se sempre divergências entre os agentes, o que se nos apresenta nesse início da década de 1960 nos parece uma especial situação. Isto não porque se versava sobre as características mais elementares do ofício profissional de professor de História e historiador – ou seja, por meramente se tratar de conteúdos importantes. Mas principalmente pelo fato de os “novos” estarem em ofensiva reformadora nas instituições, pautando a caducidade de uma certa produção científica, procurando estabelecer a autoridade das referências que carregavam e promovendo choques (situação, aliás, potencializada pelo engajamento e as incertezas do cenário político nacional)⁹¹⁶. Suas propostas científicas, *naquele contexto*, alterariam as bases de prestígio (poder simbólico) acadêmico, o que redefiniria dominantes e dominados no interior do campo.

Estudando não apenas este primeiro simpósio de professores, mas tendo como objeto a APUH/ANPUH nas décadas de 1960 e 1970, uma das questões do trabalho de Paulo da Silva é justamente a problemática que aqui levantamos, onde procura entender como se estabeleceu o predomínio de um certo grupo e suas orientações e regras quanto à definição do perfil profissional e do modelo de História a ser escrita e ensinada⁹¹⁷. Para o autor, os primeiros anos da instituição estão divididos entre os que defendem e os que combatem mudanças nos estudos históricos⁹¹⁸. Acabou vigorando um ideal de modernização que “...*evidencia-se nas propostas e discussões relatadas nos Anais dos simpósios, cuja memória selecionou e conferiu visibilidade e destaque, construindo*

⁹¹⁶ Essa é a tônica da já citada dissertação de Pereira (“O historiador...”) que se debruça sobre a FNFi e também aborda este encontro de Marília. Como observado na tese de doutorado de Paulo da Silva, o registro de Francisco Falcon sobre os simpósios, se comparado com a frieza dos anais, apresenta com mais cores as tensões presentes nos dois primeiros encontros nacionais. Não é o caso de dizer que o relato de Falcon é mais fiel ao que realmente aconteceu, mas que ele põe melhor em evidência a existência de disputas e desconforto no meio acadêmico. Ver SILVA, Paulo. *A Associação Nacional dos Professores Universitários de História: espaço de identificação profissional e legitimação do saber (1961–1977)*. Tese de doutorado. UNB, 2014.

⁹¹⁷ Idem. Ibidem. p. 10

⁹¹⁸ Idem. Ibidem. p. 10

silêncios em torno de outras propostas, orientações e modos de ver a história.”⁹¹⁹.

Apesar de certa diversidade de significados, de maneira geral essa História “nova” era compreendida por estar sintonizada com o tempo presente, com estímulo à prática da interdisciplinaridade, pelo diálogo com as ciências sociais e identificada predominantemente com as orientações dos Annales. (A APUH/ANPUH também ajudaria a cristalizar a hierarquia entre saberes compreendendo o professor do ensino básico como vulgarizador do conhecimento produzido academicamente).⁹²⁰ Se os dois primeiros simpósios da instituição demonstram um grande nível de embate, a partir do III Simpósio passam a dominar a entidade professores de São Paulo (os do Rio foram mais diretamente atingidos pelo golpe de 1964) influenciados pelos franceses ligados às propostas dos Annales.⁹²¹

Em uma das colocações trazidas pelo estudo de Silva, Francisco Carrión da UFRGS, no IV Simpósio em 1967, menciona negativamente os historiadores dos acontecimentos superficiais que fazem o “jogo estético” ao invés do conhecimento científico⁹²². Pronunciando-se por ocasião dos dez anos da Associação, Alice Canabrava aponta que o “*amadorismo*”, outro elemento dos “antigos”, preocupado com nomes e datas, e presente nos anos 1960, estaria desaparecendo no início da nova década⁹²³. Assim também coloca Eurípedes Simões de Paula, influente docente da USP e presidente da ANPUH até 1977, quando de seu falecimento. Como demonstra Silva, a retórica do antigo versus novo, tradicional versus moderno, foi fundamento na definição da identidade construída na APUH/ANPUH para a História e seus profissionais, em que se valorizava principalmente, ainda que não exclusivamente, referências dos Annales e

⁹¹⁹ Idem. Ibidem. p. 15

⁹²⁰ Idem. Ibidem. p. 16

⁹²¹ Idem. Ibidem. p. 217

⁹²² Idem. Ibidem. p. 288

⁹²³ Idem. Ibidem. p. 285

da USP⁹²⁴.

Relembramos que aqui não estamos supondo que características do conhecimento histórico possam ser meramente identificadas em bloco como “influenciada pelos Annales” ou “tradicional”. Elementos do que se entendia como “antigo” e “novo” se interpenetram, e podemos até mesmo imaginar a existência de historiadores que tenham um discurso de vanguarda, mas que produzam uma História “tradicional”. O nosso ponto é evidenciar que havia balizas para que os intelectuais se situassem simbolicamente.

Outra fonte importante para nós é o livro *Métodos da História*, escrito por Ciro Cardoso e Héctor Brignoli no início dos anos 1970 (e publicado em 1976)⁹²⁵. Como vimos em nosso primeiro capítulo, a chegada de Ciro Cardoso à Niterói em 1979 seria uma das marcas de uma mudança dos rumos científicos no curso. Tendo se formado na FNFfi em 1965, concluído pesquisa na França, atuado na Costa Rica e no México, e se tornado historiador de influência mesmo antes de sua volta ao Brasil, a visão de Ciro Cardoso sobre a historiografia se mostra relevante para compreendermos o que estava em jogo quando historiadores faziam História naquele momento.

Para Cardoso e seu co-autor, Brignoli, se em muitos lugares não faria mais sentido combater a “*velha história*”, “*Desgraçadamente não podemos dizer o mesmo da Ibero-America, onde só o atraso cultural continua a justificar a vigência, e até o predomínio, de uma visão positivista e anacrônica da história.*”⁹²⁶. O primeiro capítulo trata da evolução então recente da História, onde resume que o caminho percorrido tem seu início na História linear dos fatos singulares até chegar na História das estruturas, onde se deixa para trás as noções de imparcialidade e neutralidade. Em colocação

⁹²⁴ Idem. Ibidem. p. 315.

⁹²⁵ CARDOSO, Ciro & BRIGNOLI, Héctor. *Os métodos da História*. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

⁹²⁶ Idem. Ibidem. p. 15.

lapidar, temos que *“Um certo número de termos resume o essencial da nova problemática e metodologia que a história veio adotando nos últimos quarenta anos: quantificação, conjuntura, estrutura, modelo.”*⁹²⁷ A quantificação e a ideia de totalidade tem grande significado nesse movimento que vai *“Do acontecimento à estrutura; da curta à longa duração; do individual ao coletivo.”*⁹²⁸ Haveria também um grande ganho epistemológico, uma vez que os historiadores tem exposto suas hipóteses antes implícitas e não confessadas: *“as certezas ou verdades “definitivas” da historiografia positivista pertencem ao passado”*⁹²⁹

O próprio *Métodos da História* faria parte desse movimento de renovação historiográfica que estaria em curso mesmo na *“atrasada”* América Latina:

*“Claude Lévi-Strauss descreve-nos as ciências sociais e/ou humanas como disciplinas ainda em sua “pré-história”, ciências em processo de construção, cujo ponto de referência e modelo é constituído pelas verdadeiras ciências: matemática, física, etc.. De modo análogo, a história surge como uma disciplina que, ao contato com outras ciências sociais torna-se, pouco a pouco, uma ciência social afastando-se cada vez mais de seu passado filosófico e literário e das ilusões cientificistas do positivismo.”*⁹³⁰

Com o que trazemos de referências, não estamos supondo que essa tensão “tradicional” e “moderna” fosse a única existente ou relevante no debate sobre as concepções de historiografia nesse momento que estudamos. Através dos estudos de Rebeca Gontijo, Fábio Franzini e Maria Glória de Oliveira, vemos que outros debates eram feitos pelos pesquisadores e docentes enfatizando o caráter ideológico dos estudos, a questão do nacionalismo, a relação entre historiografia e desenvolvimento, entre

⁹²⁷ Idem. Ibidem p. 25.

⁹²⁸ Idem. Ibidem. p. 29.

⁹²⁹ Existe uma controvérsia em classificar a história “tradicional” como positivista, já que um traço forte dos que assim foram reconhecidos era supor a existência de leis sociais objetivas, algo não necessariamente encontrável nos metódicos franceses, por exemplo.

⁹³⁰ CARDOSO, C. & BRIGNOLI, H. *Os métodos.....* p. 44

outros⁹³¹. Contudo, nos registros sobressai a ideia de que estaria ou deveria estar em processo uma renovação intelectual, uma superação de um modo de ser historiador e docente, um real progresso sobre aquilo considerado atrasado, e sua forma é uma réplica do discurso de afirmação de Marc Bloch e Lucien Febvre na França da primeira metade do século XX. Como vimos em nosso primeiro capítulo, essa tensão “antigo” e “novo” foi pano de fundo de uma disputa científica (também necessariamente uma disputa política no campo em suas dimensões específica e temporal)⁹³² no interior do curso de mestrado que estudamos no momento de definição de suas áreas de concentração. Na leitura de Francisco Falcon, que participou de planejamentos para o início do curso em 1970 e foi docente a partir de 1977, por conta dos “brasilianistas” o mestrado foi dominado por uma perspectiva “tradicional” que gerou dissertações de má qualidade. Naquele primeiro capítulo, questionamos a ideia de Falcon de um curso dominado por “brasilianistas” (mais correto seria identificá-los como estrangeiros), muito embora sua presença tenha sido mesmo expressiva. Aqui, nos cabe uma outra reflexão. Se estiver correta a nossa suposição de que “antigo” e “moderno”, como definições imprecisas mesmo, eram as principais classificações da historiografia universitária, categorias que mediavam o discurso legitimador de uma certa prática científica, como essa tensão teria se processado nas dissertações de História da UFF?

Percebamos primeiramente a descontinuidade entre o verificado no mestrado da UFF nos anos 1970 e as disputas intelectuais vividas no curso de História da FNF de finais de 1950 e primeira metade da década seguinte. Conforme apresentamos no

⁹³¹ OLIVEIRA, Maria da Glória de & GONTIJO, Rebeca. Sobre a História da Historiografia brasileira: um breve panorama. R. IHGB, Rio de Janeiro, a. 177 (472):13-37, jul./set. 2016. FRANZINI, Fábio & GONTIJO, Rebeca. “Memória e História da historiografia no Brasil: a invenção de uma moderna tradição, anos 1940-1960.” IN: SOHNET, Rachel; ALMEIDA, Maria Regina Celestino; AZEVEDO, Cecília & GONTIJO, Rebeca. *Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

⁹³² Esses conceitos são apresentados em nosso capítulo 1.

primeiro capítulo, esse curso de História da cidade Rio de Janeiro é fundamental para a compreensão histórica do mestrado da UFF, apesar da diferença geográfica. Na FNFi, através de seu vibrante alunado e de alguns docentes, se mantinha no debate público uma postura que podemos identificar como vanguardista, renovadora. Pautavam-se por uma necessidade de mudar a forma do ensino de História, universitário e secundário, que estaria segundo o seu discurso dedicada ao factualismo, alheia às questões do presente e com pretensões de neutralidade. Reclamavam também a necessidade de novos temas, valorizando, por exemplo, aspectos econômicos. Suas formulações estiveram expressas sobretudo no Boletim de História - publicação de iniciativa estudantil de finais dos anos 50 - e no sintomaticamente chamado História Nova, livro didático construído nos escritórios do ISEB, mas com a participação de formados pela FNFi (e membros do PCB). Como parte de uma juventude daquele período que projetava o futuro com anseios de mudanças sociais profundas, suas leituras sobre a História acadêmica e escolar carregavam uma concepção de destruição do antigo e de desenvolvimento de algo superior, de maiores densidade intelectual e direcionamento político. Seu engajamento em torno do conhecimento histórico tinha na mira aspectos organizativos e institucionais do curso de História, além de ressoar com a política nacional. Esse movimento foi dissipado pelo golpe de 1964 e seria de bem menor agitação contestatória o ambiente onde nasceu o curso de mestrado da UFF. Isso não significa, de forma alguma, dizer que os cursos fluminenses de História da década de 1970 não projetassem evoluções científicas, mas que, no Rio de Janeiro, o principal motor e estímulo para a reflexão historiográfica renovadora, o movimento estudantil e alguns docentes engajados, tiveram suas ações embarreiradas com a emergência da ditadura.

Porém, obviamente, não seria a luta social a única fonte de historiadores, estudantes e professores de História. Para avançar na compreensão do quadro das disputas científicas que levantamos, observemos agora as especificidades da evolução científica de outras instituições, considerando aspectos políticos, administrativos e a tradição intelectual. Nossas observações se concentrarão ao produzido na USP e na UFPR porque temos em relação a estas universidades maior base de informações em fontes secundárias e também porque junto com a UFF respondem por mais de 70% da produção acadêmica até 1979. Entender política e academicamente o acontecido em outras regiões do país nos subsidiará para melhor definir e compreender a evolução historiográfica na UFF, à qual retornaremos.

Tabela 18 - Quantitativo de trabalhos discentes defendidos até 1979 nas pós-graduações de História depois da Reforma Universitária ⁹³³		
USP	132	43,80%
UFF	56	18,60%
UFPR	33	10,90%
UFSC	22	7,30%
PUC/RS	19	6,30%
UFPE	17	5,60%
UFG	14	4,60%
PUC/SP	8	2,60%
UnB		
TOTAL	301	100,00%

Tabela 19 – Ano de início das defesas de dissertações e teses em História das universidades no pós-reforma universitária até 1979. ⁹³⁴	
USP	1973
UFF UFPR UFG	1974
PUC/SP PUC/RS UFPE UFSC	1977
UnB	1978

Não conhecemos ainda muitas histórias dos cursos de História que contemplem as diversas regiões do país e, muito menos, uma síntese embasada que abarque a historiografia produzida nas diferentes pós-graduações da década que estudamos. Entretanto, em relação ao curso de Mestrado da UFPR, encontramos referências para nossas questões na pesquisa realizada por Daiane Machado. Em 1938, Curitiba recebeu

⁹³³ CÔRREA, C. *Catálogo...*

⁹³⁴ Idem. A Unicamp e a UFRJ iniciaram suas defesas em 1980. A UNESP de Franca, em 1983 e a UNESP de Assis em 1985.

o terceiro curso de História e Geografia criado no Brasil (os primeiros foram em São Paulo e no Rio de Janeiro). As definições científicas que veio a ter esse curso tem como uma de suas referências centrais a figura de Cecília Westphalen. Os primeiros estudos dessa historiadora, um dedicado ao Paraná outro a Carlos V, tem preocupação com fatos e cronologias, em uma historiografia semelhante à feita nos institutos históricos e geográficos. Em relação ao trabalho sobre Carlos V, destaca-se o aspecto biográfico em que a ação política é a chave de compreensão do processo histórico. A leitura de Westphalen mudaria decisivamente a partir de contatos com estudiosos europeus, entre eles Fernand Braudel. A historiadora então se lançou a pesquisar o porto de Paranaguá, pensando a economia paranaense do século XIX através de métodos quantitativos⁹³⁵. Já na década de 1960, Westphalen projeta na graduação o trabalho de arquivos com fontes quantitativas com financiamento do Estado do Paraná a partir de órgão do governo de que a própria professora participava⁹³⁶. Estudantes de graduação então teriam o trabalho com fontes como parte de sua formação. Em 1972, a pós-graduação da UFPR foi instituída. As linhas de História Econômica e História Demográfica remetiam a planos que se originaram em 1959, de forma que o mestrado pode ser compreendido como extensão da graduação, uma continuação do que ali já era pensado e produzido⁹³⁷. Consolidou-se na instituição um pensamento matemático, com disciplina obrigatória voltada para a estatística e o processamento de dados e uma prática historiográfica que inclusive contava com uso de computador IBM. Um slogan mobilizado por Westphalen era “*pas des chiffres, pas d'histoire*” (sem cifras, sem história)⁹³⁸.

⁹³⁵ MACHADO, Daiane. “Modo de ser historiadora: Cecília Westphalen no campo historiográfico brasileiro da segunda metade do século XX” IN: *História da historiografia*. Ouro Preto, n. 22. Dezembro de 2016.

⁹³⁶ MACHADO, Daiane. *POR UMA “CIÊNCIA HISTÓRICA”: o percurso intelectual de Cecília Westphalen, 1950 – 1998*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista. Assis, 2016. p. 157

⁹³⁷ Idem. p. 158 e 169.

⁹³⁸ Idem. p. 159

Alguns elementos nos indicam que o curso de Mestrado da UFPR, tanto em relação ao seu corpo docente quanto à sua produção discente, foi muito mais homogêneo e coeso intelectualmente que aquele da UFF. Até 1979, período em que se encerra nosso recorte, a UFPR produziu 33 trabalhos dos quais apenas 4 docentes foram orientadores, os principais intelectuais do programa: além de Westphalen, Altiva Balhana, Oksana Boruszenko, e Pinheiro Machado⁹³⁹. Havia consenso bibliográfico em torno dos *Annales* e das proposições de Braudel⁹⁴⁰, e ao longo da década de 1970, professores foram à França obter seu doutorado junto a referências do trabalho quantitativo e serial que tinham relações com Westphalen e seu grupo. Os títulos das dissertações produzidas são também indicativos da atenção bastante centrada em estudos populacionais e de atividade econômica. Como aponta Machado, havia “*enlace*” entre projetos de pesquisa docente, ensino na graduação e formação do docente para o mestrado, e estabilidade desse quadro historiográfico dentro do curso. Apenas na década de 1980 passariam a chegar mais significativamente na UFPR leituras de Michel Foucault, Eric Hobsbawn e E. P. Thompson, fazendo frente ao que Westphalen havia impresso na instituição⁹⁴¹. Sob a liderança de Westphalen, profissional com projeto científico de fôlego e com entrada e contatos com órgãos governamentais brasileiros e intelectuais europeus, afirmou-se em Curitiba, de forma hegemônica, uma certa prática historiográfica. Se comparamos vários dados do mestrado da UFPR e da UFF como número e perfil de orientadores e docentes e a exploração temática das disciplinas e dissertações, temos que o programa de Niterói é bem mais diverso, ou disperso (além do primeiro ter sido, assim o depreendemos de nossa leitura de Machado, também mais organizado e planejado intelectual e institucionalmente,

⁹³⁹ Idem. p. 160 e 164.

⁹⁴⁰ Idem. p. 170

⁹⁴¹ MACHADO, D. “Modo de ser...” p. 140

enquanto que o da UFF era marcado bastante por improviso e casuísmo, como demonstramos no primeiro capítulo). Se retomarmos o binômio “velha” e “nova” historiografia presente no I Simpósio dos Professores Universitários - e, aliás, presente também na biografia de Westphalen que se deslocou de uma forma para outra – temos que a tensão foi resolvida categoricamente em Curitiba, já nos anos 1960. A década seguinte, quando se inicia a pós, encontrou profissionais afinados pelas mesmas referências e objetivos, além de solidez institucional, um dos frutos da atuação da historiadora que circulava por espaços de poder.

Além da UFPR, a Universidade de São Paulo também foi um espaço de difusão das perspectivas francesas. Local onde se primeiro criou um curso de História no país e principal centro de produção de pesquisas no período que analisamos, é, pelo seu volume, a principal porta de entrada da inovadora escola dos *Annales* no Brasil. Desde a década de 1930, quando de sua criação, ela teve em seus quadros professores que faziam parte do círculo da influente revista francesa, como Emile Coornaert, Fernand Braudel, Jean Gajé, Emile Leonard e Jean Glénisson. Em seus cursos, esses profissionais privilegiavam estudos econômicos e sociais e tiveram grande influência na formação de novos quadros. O artigo de Capelato, Glezer e Ferlini cita a influência francesa das pesquisas de docentes brasileiros da instituição, como Eurípedes Simões de Paula, Pedro Moacir Campos, Eduardo d'Oliveira França, Alice Canabrava, Astrogildo Rodrigues de Mello e Olga Pantaleão⁹⁴². Para os pesquisadores Diogo Roiz e Jonas dos Santos, a USP abalaria o domínio dos Institutos Históricos e Geográficos afinados pela “historiografia metódica”⁹⁴³. Outro elemento que marca a influência francesa foi a criação da Revista de História em 1950, pensada por uspianos para ser uma versão

⁹⁴² CAPELATO, M. et al. “A escola uspiana...”

⁹⁴³ ROIZ, Diogo & SANTOS, Jonas. *As transferências culturais na historiografia brasileira. Leituras e apropriação do movimento dos Annales no Brasil*. Jundiaí: Paco Editorial, 2012. p. 143.

brasileira dos Annales⁹⁴⁴. Não obstante, encontravam-se presentes no curso professores que eram identificados como “tradicional” como Afonso Taunay e Alfredo Ellis Jr.. A memória deste último professor esteve associada ao conservadorismo, à desatualização e ao positivismo, o que novamente evidencia a tensão que estamos destacando.⁹⁴⁵ (porém, e como sinal de que não resiste à análise supor que o “tradicional” comporte algumas atribuições fixas, temos que Ellis Jr. pautava a determinação econômica - traço geralmente associado ao marxismo e à renovação - além de supor que o historiador deva tomar partido, muito embora paradoxalmente também compreendesse a necessidade de imparcialidade de relatos.)⁹⁴⁶. Se, pela presença deste professor, se observava na faculdade paulista que, junto à tradição dos Annales, havia uma outra “nacional” e ligada genericamente à escola metódica e ao autodidatismo, esse quadro sofreria desequilíbrio no ano de 1956 quando Ellis Jr. é substituído por Sérgio Buarque de Hollanda na cátedra de História da Civilização Brasileira⁹⁴⁷. É notável que apesar de ter feito parte de sua formação na Alemanha onde teve influência weberiana, Hollanda encampe o discurso dos Annales, como o demonstra artigo publicado na Folha da Manhã em que elogia o livro póstumo de Marc Bloch. Em outra ocasião, em 1973, o a essa altura pai do Chico publicou texto para O Estado de São Paulo chamado *Sobre uma doença infantil da historiografia*, onde disse que “*Em nossos dias parece definitivamente condenada a história unicamente factual, fundada na pressuposição de que existem fatos “puros”, isolados das condições tantas vezes complexas em que se situam.*”⁹⁴⁸

⁹⁴⁴ Idem. 181-6.

⁹⁴⁵ ROIZ, Diogo. *Os caminhos (da escrita da História e os descaminhos de seu ensino: a institucionalização do ensino universitário de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1934-1968)* Curitiba: Appris, 2012. p. 120

⁹⁴⁶ Idem. p. 133-4

⁹⁴⁷ ROIZ, D. & SANTOS, J. *As transferências...* p. 166-7

⁹⁴⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque. *Para uma nova história*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. Apud. ROIZ, D. & SANTOS, J. *As transferências...*p. 177.

Em relação à produção acadêmica discente da USP, Laima Mesgravis conta que desde 1939 as teses da USP já eram uma reação contra a História tradicional que se fazia nos Institutos Históricos⁹⁴⁹. Se nos fiarmos à síntese que fizeram Capelato, Glezer e Ferlini sobre os 83 estudos de pós-graduação defendidos na USP entre 1951 e 1973, temos a que a influência dos *Annales* foi “*persistente*”, havendo também uma significativa incorporação de reflexões marxistas⁹⁵⁰. Aponta no mesmo sentido Marcia Mansor D'Allessio, que teve como corpo documental de seu artigo todos os trabalhos acadêmicos entre 1930 e 1970 realizados na USP e na PUC/SP. Nos informa D'Allessio que nos primeiros anos da década de 60, enquanto a referência a Marx é pequena, começam a surgir com frequência na bibliografia obras de historiadores franceses como Marc Bloch, Lucien Febvre, Fernand Braudel, Ernest Labrousse e Pierre Vilar, fomentando abordagens que pensem “estrutura”, “conjuntura” e “fato”. Na década seguinte, se somariam a esses Delumeau, Le Goff e Soboul.⁹⁵¹

Enquanto em Curitiba e em São Paulo, as referências francesas dos *Annales* ocupam centralidade, em Niterói elas são menos que residuais. Frederic Mauro aparece na bibliografia de 3 dissertações. Fernand Braudel, Jacques Le Goff, Georges Duby e Robert Mandrou, em apenas uma. Marc Bloch e Lucien Febvre em nenhuma. Quem tem presença relativamente maior, em 4 dissertações, é Pierre Chaunu, por ser autor dedicado à História da América, uma das áreas de concentração do mestrado. Dado interessante é que na Revista de História da USP, evidenciando a filiação francesa de

⁹⁴⁹ MESGRAVIS, Laima. “O curso de pós-graduação do departamento de História da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo” IN: *Revista brasileira de História*. São Paulo. Março de 1983.

⁹⁵⁰ Capelato et al. “A escola...” p. 20.

⁹⁵¹ D'ALESSIO, Marcia. “Os *Annales* no Brasil. Algumas reflexões” IN: *Anos 90*. Porto Alegre, 1994. Registre-se que nenhum desses dois artigos citados traz evidência empírica compatível com o volume de fontes sobre as quais dissertam. A contagem das autoras tanto em relação à bibliografia quanto em relação aos perfis historiográficos dos trabalhos pode ter sido realizada de diversas maneiras (por amostragem, por exemplo) e, na falta da explicitação de seus métodos, é prudente a dúvida em relação a suas conclusões.

seus profissionais, entre 1950 e 1977, foram resenhados 46 livros franceses. Dos Estados Unidos, que chegou a ser o principal centro de produção historiográfica sobre História do Brasil⁹⁵², foram resenhados 12 trabalhos, mesma quantidade dedicada a livros produzidos no restante da América Latina. Ora, se por um acaso docentes do mestrado da UFF, boa parte deles estadunidenses e americanistas, organizassem uma revista, seria de esperar esses números invertidos.

A produção de Niterói está também bastante marcada pela historiografia que, sob influência do discurso dos *Annales*, seria identificada como “tradicional”: foco nos documentos e agentes de Estado, com uma abordagem factualista. Assim são os trabalhos sobre a Constituinte de 1823 (4m), sobre a diplomacia brasileira no México (“A diplomacia brasileira...” (14m)), sobre figuras maçônicas (ou provavelmente maçônicas) na política latina (“A influência da maçonaria...” (20m)). Outros desses estudos são fortemente centrados em indivíduos, explorando suas subjetividades, levantando elementos como firmeza de caráter, boas intenções patrióticas, genialidade, etc.: “O civilismo equatoriano...” (23m) sobre García Moreno; “O sentido do governo...” (29m) sobre o chileno Balmaceda; “O pensamento político...” (47m) sobre Bolívar; “O pensamento de Sarmiento” (50m) sobre o argentino Domingo Sarmiento. Essas 4 dissertações tem também colocações epistemológicas e metodológicas que apontam para o objetivismo, isto é, não entendendo que o historiador tenha um papel ativo na construção do conhecimento: “O civilismo equatoriano...” (23m) e “O sentido do governo Balmaceda...” (29m) nos informam empreender análise imparcial não movida a paixões, enquanto “O pensamento político...” (47m) e “O pensamento de Sarmiento” (50m) explicitam que seu método é deixar suas personagens falarem sem interferências. Os estudos citados nesse parágrafo seriam os que melhor se encaixam no

⁹⁵² Ver nosso capítulo 1

modelo de historiografia “antiga” que, como vimos, uma parte substantiva dos acadêmicos brasileiros estava combatendo. Características “antigas”, entretanto, podem ser encontradas difusamente em muitos outros trabalhos: narrativas estritas à esfera do político de Estado ou a ideias de certos políticos, factualismo sem referências às dimensões conceituais e metodológicas que acabam por naturalizar a história que contam e linearidade cronológica. Assim, a considerar a UFF, não caberia a ideia expressa por Hebe Castro, conforme já reparado por Paulo da Silva⁹⁵³, de que “...a historiografia universitária no Brasil já nasceria “nova””, marcada que estaria por abordagens econômicas e sociológicas⁹⁵⁴.

Há bem poucos registros de dissertações de Niterói que tenham realizado algum debate sobre as disputas entre uma historiografia tradicional a ser superada e uma outra nova a se afirmar. Em entrevista a Corrêa, Vânia Leite Fróes, que foi da primeira turma de mestrado e professora da graduação a partir de 1968, conta que a área de “Econômico-Social” era vista de vanguarda, e a de “Política” tida como tradicional⁹⁵⁵. Isto indica que estudantes podiam pensar nestes termos, mas a rigor, apenas duas dissertações colocam a questão de uma forma que poderíamos identificar como de conflito entre paradigmas (“Ação e reação...” (38m) e “O sistema de cristandade...” (53m)). Apesar disso, como vimos, um certo grupo em especial da terceira turma nos passa uma ideia de avanço historiográfico principalmente com suas reflexões contra o objetivismo e o empiricismo. Entretanto, a marca maior é, conforme salientamos nos capítulos anteriores, a de serem bem poucos os estudos desses novos historiadores de Niterói que, mesmo em rápidas passagens, se referissem a um debate historiográfico de

⁹⁵³ SILVA, P. *A Associação Nacional...*

⁹⁵⁴ CASTRO, Hebe. “História social” IN: CARDOSO, Ciro & VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História. Ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

⁹⁵⁵ CORRÊA, Maria. *De que lugares...*p.52

maior escopo.

Há duas conclusões que gostaríamos de sublinhar. A primeira é a de que na pós de Niterói, durante os anos 1970, não estava resolvida a tensão científica verificada em 1961 no primeiro encontro brasileiros de professores universitários de História e na FNFi entre finais da década de 1950 e início dos anos 1960. Ou seja, não havia ainda o estabelecimento da nova “ortodoxia” (Bourdieu) – o que, ao que tudo indica, como vimos no capítulo 1, vai acontecer a partir de 1979 com o retorno dos “exilados” (mesmo sendo repetitivos, lembramos que a evolução na graduação é diferente). Para o período que estudamos, quando lembramos que os docentes Arthur César Ferreira Reis e Pedro Ribeiro (analisados em capítulos anteriores) orientaram mais da metade das dissertações (ver tabela 2), e do recurso à contratação de professores norte-americanos, vemos aí fontes da persistência da historiografia “tradicional”. O fato de nos textos das próprias dissertações haver pouca referência a uma disputa de paradigmas, discussões historiográficas, teóricas e metodológicas, é um sintoma da baixa capilaridade das leituras não assentadas no factualismo e no objetivismo.

A segunda conclusão é que para pensar a história da historiografia acadêmica é necessário considerar as especificidades regionais e institucionais. A força que os *Annales* tinham nas pós-graduações de Curitiba e de São Paulo não será verificada em Niterói. A UFF ainda levará um tempo para, na construção de uma memória disciplinar, identificar em Bloch, Febvre e companhia a paternidade da historiografia moderna (muito embora possamos perceber semelhanças em algumas dissertações com o que era produzido na historiografia francesa)⁹⁵⁶. A incorporação de referenciais teóricos e metodológicos franceses será fomentada no pós-1979 a partir de historiadores que

⁹⁵⁶ Ver, por exemplo, MUNIZ, Célia. *Os donos da terra...*(46m), BRAGANÇA, Vânia. "Município de Estrela..." (6m) e SANTOS, Ana Maria. "Vida econômica de Itaboraí..." (7m).

tiveram passagem pela França (Ciro Cardoso, Maria Yedda Leite Linhares e Maria Bárbara Levy) e pelo conjunto de profissionais do Rio de Janeiro que farão doutorado na USP na década de 1980.

A renitência da historiografia “tradicional” verifica-se em outros tempos e espaços. Para a UnB, “...*não há como não associar à vocação primeira do programa marcas do legado da cultura historiográfica oitocentista...*”⁹⁵⁷. E estudando extensamente a historiografia brasileira da década de 1980, e o que foi naquele momento vinculado como uma nova renovação historiográfica, Fico e Polito trouxeram que

*“Por outro lado, é um pouco enganoso tomar-se a produtividade crescente dos cursos de pós-graduação como um indicador seguro desta “renovação” ou “virada”. Na verdade, nossos levantamentos dão mostras muito seguras de que a grande maioria dos trabalhos segue ainda os caminhos que seriam considerados “tradicionais”. A História Política, de viés bastante clássico, ainda continua, por exemplo, muito presente. Do ponto de vista da produção de conhecimento histórico essa mudança ainda está por acontecer, e talvez aconteça nos anos 90.”*⁹⁵⁸

5.2 Marxismo (ou “marxismo”)

Muitos estudos apontam que as principais tendências desenvolvidas na historiografia brasileira desde os anos 1960 ou 1970 seriam os Annales e o marxismo. As duas perspectivas estariam presentes nas dissertações e teses de História da USP⁹⁵⁹. Na UFF, há em algumas dissertações características pelas quais ficou conhecida a historiografia dos Annales, como o diálogo com outras ciências sociais e a discussão sobre estrutura e acontecimento. Não foi, entretanto, a bibliografia francesa que deu o tom dessas discussões, e nem foram tais características numerosas considerando o

⁹⁵⁷ MUNIZ, Diva & SALES, Eric de. “Cultura historiográfica e história: a produção acadêmica do Programa de Pós-Graduação em História da Universidad de Brasília (1976-2006)” IN: *Textos de História*. Vol. 15, nº 1/2 2007.

⁹⁵⁸ FICO, Carlos & POLITO, Ronald. *A História no Brasil...*p. 161-2

⁹⁵⁹ CAPELATO et all. “A escola uspiana...”

conjunto dos trabalhos – conforme vimos anteriormente. Foi com referências marxistas que uma parte dos mestrandos da UFF pensou a história com recursos conceituais e para além do factualismo e de enfoques individualistas. Apontaremos a seguir que, apesar de essas referências terem uma presença quantitativa significativa, elas não foram acompanhadas, com exceções, de uma discussão teórica e metodológica de maior profundidade.

Um dos primeiros problemas que nos se coloca é o da definição de marxismo, em que se poderia enfatizar elementos diversos: estaria o marxismo caracterizado centralmente por alguma noção de luta de classes ou fundamentalmente pelo método histórico e dialético? O problema não se encerraria nesta pergunta e pode se vislumbrar uma outra dificuldade quando lembramos de profundas divergências entre aqueles que se referenciam em Marx. Para citar algo que envolve dois dos mais influentes marxistas do século XX, temos o trabalho de E. P. Thompson contra Louis Althusser⁹⁶⁰ em que o inglês faz uma crítica radical que chega a por em xeque a própria identificação do filósofo francês como um materialista histórico (além de indicar que sua teoria era politicamente conservadora). A definição de marxismo também passa por disputas de capital simbólico do campo acadêmico, como o vemos em episódio na USP analisado por Lidiane Rodrigues: na introdução de sua tese defendida em 1961, Fernando Henrique Cardoso “*afrota*” Florestan Fernandes, de quem fora pupilo, por não o considerar marxista, mas um “funcionalista”, assim reservando ao “seminário” (grupo de estudo de “O Capital”, do qual fez parte entre 1958 e 1964) a autoridade da definição sobre marxismo⁹⁶¹.

⁹⁶⁰ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Edição de Cap. Swing e os Ludistas Sensuais, 2009 (copyleft).

⁹⁶¹ RODRIGUES, Lidiane Soares. “Leitores e leituras acadêmicas de Karl Marx (São Paulo, 1958-1964)” IN: *Intelligere. Revista de História Intelectual*. São Paulo, v.2, n.1.2016. Relevante também é que, segundo a autora, uma das marcas do “marxismo universitário” desenvolvido no “seminário” seria o fechamento a membros politizados e ativistas partidários, mantendo uma feição “scholar”, profissional,

Entretanto, nós podemos contornar estes problemas em grande parte. Para os fins do nosso trabalho, nos é suficiente localizar em nossas fontes a presença de conceitos e autores identificados tradicionalmente como marxistas, independentemente de que juízos se possa fazer sobre eles e das diferenças teóricas dentro dos que se entendem ou são entendidos como marxistas. Assim, qualquer menção a, por exemplo, “modo de produção” seria registrada por nós como marxista, bem como alguma citação de, digamos, Mao Tse Tung. Em adição a isso, estaremos atentos também às dissertações que envolvem uma noção de dominação, exploração, resistência e luta classistas, ainda que não trabalhem com o termo “luta de classes” de forma explícita, ou não envolvam conceitos ou autores identificados com o marxismo. Aqui assumimos que a utilização de algum conceito marxista não necessariamente faz a análise ser marcada por alguma ideia de conflito social, assim como uma análise que supõe conflito não necessariamente se apoia em leitura dialética ou materialista. Ao colocar o termo com aspas (“marxismo”), pretendemos justamente sinalizar a diversidade de noções e definições existente.

Assim, nossa leitura identificou 3 principais temas marxistas (ou próximos ao marxismo) na escrita discente: a) classe social e luta de classes b) ideias e classes sociais c) modos de produção.

a) classe social e luta de classes

Aqui agrupamos a maior parte das dissertações que classificamos como marxistas (ou “marxistas”).

“O problema indigenista...” (26m), “O índio na literatura peruana...” (27m), “Sociedade e educação na Bolívia...” (34m) e “O problema indígena na Argentina” (49m) nos contam sobre a opressão, a exclusão e a resistência dos povos indígenas da

 com foco no desenvolvimento da carreira de seus integrantes.

Argentina, do Peru e da Bolívia, relevando temas como a questão da posse da terra, reivindicações coletivas, sublevações, massacres e educação; “Argentina: economia e sociedade” (25m) mostra condições de trabalhadores, suas associações e ideias políticas e alguns episódios de sua luta; “A evolução política no Chile...” (15m) anota a existência de greves, reivindicações e legislação social, mas com pouca densidade, se dedicando mais a indicar uma maior expressão da classe média no Estado em detrimento do tradicional domínio oligárquico. Entendemos que o principal significado historiográfico dessas dissertações é o de valorizar o tema da opressão classista, do conflito social e da luta coletiva. O momento em que foram formuladas é um em que a “história do trabalho” não era um campo forte, principalmente se contarmos os historiadores. Em relação à história da classe operária, depois de ser marcada por “sínteses sociológicas” na década de 1960, é na segunda metade da década de 1970 que vai ganhar corpo no meio acadêmico. Para evidenciá-lo, o balanço historiográfico de Claudio Batalha cita 5 trabalhos. Entre os historiadores, o principal deles é “*Trabalho urbano e conflito social*” (1976), de Bóris Fausto. Mas é apenas na década de 1980 que o tema ganhará maior expressão no meio acadêmico de uma forma geral e também entre os historiadores: nesse sentido contribuiu a mobilização sindical a partir de 1978, a diminuição da vigilância e da repressão nos meios universitários e a influência dos trabalhos de Thompson e Hobsbawn e outros⁹⁶². As dissertações "O problema indigenista..." (26m), "O índio na literatura peruana..." (27m), "Sociedade e educação..." (34m), "O problema indígena na Argentina..." (49m), "Argentina: economia e sociedade..." (25m) e "A evolução política no Chile..." (15m), ao mesmo tempo em que fazem parte do início de uma preocupação intelectual entre historiadores brasileiros,

⁹⁶² BATALHA, Claudio. “A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências” IN: FREITAS, Marcos Cezar (org.) *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo, Contexto, 2001.

contribuem limitadamente à historiografia: voltadas a outros países da América, com limites de acesso à documentação que não seja a oficial e publicada, não trazem contribuições empíricas relevantes (o que seria uma das principais marcas da historiografia brasileira que passou a se dedicar ao tema), nem procuram fazer referências à situação brasileira, e tampouco contribuem teórica e metodologicamente para a discussão.

É diferente a situação de “A rebeldia negra em Campos...” (30m) e “Ação e reação na província do Pará...” (38m). Voltando o olhar para grupos subalternos, esses estudos têm investimento conceitual e exploração empírica original. “A rebeldia...” (30m), de Lana Lage, estuda a violência sobre o negro, suas várias formas de rebeldia, sua consciência política, e sua condição desfavorável também no pós-abolicionismo. “Ação e reação...” (38m), de Geraldo Coelho é sobre revolta no século XIX, que, conquanto critique o marxismo por supô-lo um modelo não apropriado para sociedades não europeias, e rejeite o conceito de “classe” para a realidade que aborda, é um estudo sobre conflito social que identifica na história os dominados e os dominantes e enfatiza seu contraponto a uma história oficial, favorável aos poderosos da região e desqualificadora dos movimentos populares.

Em outros estudos a luta de classes é abordada a partir da classe dominante. “Coronéis sem patente...” (51m), dentre os muitos assuntos que aborda, traz vários aspectos do domínio (eleitoral, patronal, econômico) de coronéis sobre a população de Petrolina. Mesmo tendo como foco de seu estudo os coronéis, a autora deste trabalho não deixa de nos apresentar a classe trabalhadora da região: seus locais de labuta, suas relações de trabalho, sua capacidade de agência política, suas rendas e posses, etc.. Elementos da luta de classes também são explorados em “O cancro roedor...” (42m)

que, tendo como foco o pensamento e a ação de uma família oligárquica, observa sua relação com os escravos de sua fazenda e a escravidão de forma geral, contratos e relações com a mão de obra imigrante e projetos de educação para trabalhadores. Em “O movimento católico leigo...” (9m), temos um estudo da atuação católica sobre os operários e sua ligação com a burguesia, Vargas e a defesa do capitalismo de uma forma geral. Neste trabalho, a classe operária aparece principalmente como objeto da ação política da Igreja, tanto ideológica quanto organizativamente. “A oligarquia açucareira...” (54m) se dedica a estratégias da oligarquia latifundiária do Sergipe “*para assegurar a continuidade de seu poder de grupo dominante...*” (política de mão-de-obra, atividades financeiras, repressão) diante de vários elementos de sua crise. Com menos ênfase nos aspectos da luta e da dominação, temos mais três trabalhos: “O sistema de cristandade...” (53m) estuda a igreja católica e sua religiosidade em suas relações com interesses econômicos e estatais, considerando séculos de sua história. O estudo de Werneck da Silva, “Isto é o que me parece...” (55m), mostra a posição da oligarquia rural brasileira articulada na Sociedade Brasileira da Indústria Nacional sobre diversos assuntos do Brasil do século XIX. Por sua vez, Valdir Calixto, em “O clero secular” (41m) caracteriza a igreja católica como proprietária e, portanto, parte da classe dominante.

Há outros dois estudos os quais não cabe agrupar com outros: “Os donos da terra...” (46m), cujo principal objetivo é conhecer a estrutura fundiária no Vale do Paraíba Fluminense, anota conflitos entre pequenos e grandes proprietários em relação à terra na região fazendo uso de fontes cartoriais e judiciais. E “O Tribunal de Segurança Nacional (1936-1945)” (45m), de Reynaldo de Campos, que estuda o caráter autoritário e repressivo dessas instituição principalmente contra comunistas, ainda que não trabalhe

exatamente com o conceito de classes.

b) ideias e classes sociais

A segunda reflexão que destacamos é aquela que associa ideias a classes sociais. Isso está em “A educação brasileira no Estado Novo” (12m), que, fazendo referência ao conceito de “aparelho ideológico” de Althusser, aborda educação como ideologia destacando seu papel para a reprodução das pessoas em certa relação de produção e sua sujeição à ideologia dominante (no caso, marcada pela ditadura do Estado Novo). Outro exemplo é “Ideia de nação...” (32m), para quem o nacionalismo tem conexões classistas, sendo assim expresso diferentemente pela camada dominante e pela camada não privilegiada de acordo com seus diferentes interesses sociais. É notável que a problemática trabalhada por essa última encontra semelhança no pensamento de Gramsci, que não lhe era conhecido. Em “Imprensa republicana...” (10m) (este um estudo de história política mais que história das ideias), quando entende que as divergências no interior do republicanismo refletem as diferenças de classes sociais que se expressavam nos periódicos, onde classe média urbana e proprietários rurais divergem sobre a abolição.

c) modos de produção

A terceira reflexão é aquela que se debruça sobre modos de produção. Duas dissertações se destacam pelo engajamento nessa discussão. “O cancro roedor...” (42m), de Eduardo da Silva, tem como preocupação principal norteadora da pesquisa a crise do escravismo e a transição para o capitalismo. Em um capítulo teórico critica os que veem os modos de produção sob uma perspectiva etapista (esse seria o caso de Sodré), bem como os que destacam o caráter feudal do passado brasileiro. Silva defende então uma perspectiva não eurocêntrica, ou seja, o escravismo colonial como formação específica,

tendo como base para sua reflexão escritos de Ciro Cardoso. Ressalta se tratar de uma economia dependente, escravista, inserida no mercado internacional capitalista.

A outra dissertação que se dedica à temática é “Atividades capitalistas em sociedade escravista...” (“Atividades capitalistas...” (11m)), de Almir El-Kareh, que tem como centro de sua análise o funcionamento de uma empresa ferroviária no XIX, e pensa teoricamente a situação de um Estado escravista ter se engajado em um empreendimento capitalista de grande porte. Para o autor, isto resulta em que o escravismo, subordinado ao capitalismo internacional, desenvolvia um capitalismo brasileiro subordinado seu.

O tema é bem menor em outras dissertações. “A crise dos comissários...” (18m), de Marieta Ferreira, defenderá que um modo de produção deve ser determinado a partir da esfera da produção, e não da circulação, de onde se deve concluir que não houve no Brasil o modo de produção capitalista no momento que estuda, ou, como dirá em outro momento, as relações capitalistas no Brasil se encontravam muito limitadas. Dessa forma, a prática comissária não poderia significar subordinação do escravismo ao capitalismo. Assim como “Atividades capitalistas...” (11m) e “A crise dos comissários...” (18m), “Os donos da terra...” (46m), de Célia Muniz, entende que mais de um modo de produção pode existir em uma sociedade. A autora também rejeita a ideia de que o Brasil foi feudal.

A temática dos modos de produção ocupou papel pequeno nas dissertações sobre economia do curso mas foi importante no pensamento da esquerda brasileira. Em especial, a reflexão sobre a transição de um pré-capitalismo ao capitalismo foi uma das principais questões teóricas da esquerda revolucionária entre 1950 e 1970. Era parte das elucubrações do PCB e tinha entres seus debatedores principais Ignácio Rangel, Nelson

Werneck Sodré, Caio Prado Jr. e Celso Furtado (ainda que este não seja um marxista⁹⁶³). Esses três últimos constam numericamente entre as principais referências bibliográficas das dissertações, mas não estão no centro do debate sobre modo de produção. Essa posição é ocupada por Ciro Cardoso e seu conceito de “modo de produção escravista colonial” (reivindicado por "Atividades capitalistas..." (11m), "O cancro roedor..." (42m) e "Os donos da terra..." (46m)) que indicava as especificidades da América e o imbricamento entre capitalismo e escravismo. Em entrevista a nós, Almir Chaiban El-Kareh, autor de "Atividades capitalistas..." (11m), diz que passou a conhecer o conceito de modo de produção através de contato epistolar com Ciro Cardoso (que estava entre a Europa e a América Central), ainda na década de 1960. Segundo El-Kareh foi ele próprio quem introduziu essa discussão no Grande Rio⁹⁶⁴.

Entre as décadas de 1930 e 1950, nos prestigiosos empreendimentos historiográficos da Companhia Editora Nacional (a Coleção Brasileira) e da Livraria José Olympio Editora (Coleção Documentos Brasileiros) “...as análises e interpretações da história e da realidade brasileiras formuladas sob o referencial da teoria marxista nunca encontraram lugar...”⁹⁶⁵ Nas teses de História da USP, autores marxistas ocupam maior espaço na bibliografia apenas na década de 1970, segundo D'Alessio, enquanto autores dos *Annales* já figuravam na década anterior⁹⁶⁶. Não temos maiores elementos quantitativos e demais informações para realizar com propriedade uma comparação entre o marxismo presente na UFF e aquele nas publicações editoriais e em outros programas de pós-graduação. De qualquer forma, sendo 22 as dissertações

⁹⁶³ MANTEGA, Guido. “Marxismo na economia brasileira” IN: MORAES, João Quartim de. *História do marxismo no Brasil. Os influxos teóricos*. Editora da Unicamp, 2007.

⁹⁶⁴ Entrevista ao autor.

⁹⁶⁵ FRANZINI, Fábio. “Interpretações do Brasil, marxismo e coleções brasileiras: quando a ausência diz muito (1931-1959)” IN: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011*.

⁹⁶⁶ D'ALESSIO, Márcia. “Os *Annales*...”

que enumeramos acima, num total de 51 que formam o nosso objeto, temos que autores e categorias do marxismo tem uma presença significativa como referências desses trabalhos.

Entretanto, é outra a caracterização realizada por Côrrea em seu estudo sobre o programa de pós-graduação em História da UFF. Ainda que o objeto desta autora sejam dissertações de época bem posterior a que estudamos (1989-1996), ela lança a colocação de que “...*verifica-se a forte presença dos referenciais marxistas em quase toda a produção, principalmente no período inicial (1974-1988)*”⁹⁶⁷. A autora entende que há um declínio dessa perspectiva até 1982, o que se teria se acentuado depois de 1988. Notemos primeiramente que estas avaliações da autora carecem de demonstrações empíricas que acompanhem a sua abrangência. O período a que elas se reportam, 1974-1982/88, corresponde a 139 trabalhos e a dissertação de Côrrea em nenhum momento parece ter dado conta de número tão grande, com número pouco significativo de exemplos expostos no texto. Em segundo lugar, considerando as dissertações que são nosso objeto, observamos que são marxistas (ou “marxistas”) menos da metade – cifra distante portanto daquela que diz “*quase toda produção*”. Por fim, e nos arriscando em hipóteses para além do escopo de nossa pesquisa, não nos parece correta a suposição que entende a década de 1980 como de refluxo do marxismo. Conforme demonstramos nos capítulos anteriores em que separamos a análise das dissertações por turmas, vimos que, ao contrário, a perspectiva marxista crescia significativamente com o passar do tempo. Mudanças no corpo docente a partir de 1979, período que não compreende nosso recorte, nos indicam que o marxismo teria sido mais estimulado a partir de então. Mesmo que seja temerário julgar dissertações apenas pelos seus títulos, não podemos deixar de notar que temos nos primeiros anos da década de 1980 um volume maior de

⁹⁶⁷ CÔRREA, Maria. *De que lugares...*.p.66

estudos sobre “história do trabalho” e temas que valorizam o conflito social. Assim, salta aos olhos a diferença entre este momento e o que pesquisamos, a década de 1970, onde, como já demonstramos, há muitos estudos sobre estadistas e suas querelas de curta duração, ou dinâmicas econômicas sem a consideração de classes sociais. Dessa forma, os dados parecem apontar que em Niterói o marxismo vai progressivamente ganhando força, sendo pelo menos a primeira metade da década de 1980 não o momento de seu declínio, mas de seu fortalecimento relativo. Trata-se, entretanto, de uma suposição que precisa ser trabalhada à luz de uma maior pesquisa.

Observemos agora as referências bibliográficas das dissertações que estudamos:

Tabela 20: Presença de autores marxistas clássicos nas bibliografias das dissertações.	
Karl Marx	8
Antonio Gramsci	5
José Carlos Mariátegui	5
Friedrich Engels	3
Louis Althusser	3
Rosa Luxemburgo	3
Georges Lukacs	2
Lenin	1
E. P. Thompson	0

Das oito dissertações que tem Marx na bibliografia, apenas uma delas se apoia no mestre alemão com maior densidade: o estudo de Lana Lage, “*A rebeldia negra...*” (30m), pensa em relações de produção escravista e capitalista, e como aquela impõe limites à capacidade de agência política dos dominados. Sem a mesma centralidade, dois estudos mobilizam conceitos tendo por base Marx: “*A crise dos comissários...*” (18m), que pensa modos-de-produção; e “*Atividades capitalistas...*” (11m), que,

debruçando-se sobre o mesmo assunto, faz uso de “subordinação formal do trabalho ao capital”. Nas demais dissertações que tem Marx em sua bibliografia, conceitos são trazidos de forma lateral e sem maiores desenvolvimentos: “capital constante”, “capital variável”, “ideologia” e “concreto pensado”: “*Argentina: economia e sociedade*” (25m), “*O clero secular...*” (41m), “*Coronéis sem patente...*” (51m), “*O sistema de cristandade...*” (53m), “*Isto é o que parece...*” (55m).

Quanto a Gramsci, o autor tem uma influência decisiva no estudo de Werneck da Silva sobre a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (“Isto é o que parece...” (55m)). O texto é permeado com o léxico gramsciano, sendo as categorias de análise desse léxico mais importantes para o trabalho “bloco histórico”, “intelectual orgânico” e “intelectual tradicional”. O autor compreende haver frações na classe dominante, e os aspectos coercitivo e ideológico de seu poder. “*O sistema de cristandade...*” (53m), de Francisco Gomes, também é influenciada por Gramsci. Em sua conclusão, aponta que a Igreja Católica é intelectual orgânico que quer cimentar a hegemonia ideológica da classe dominante. Como o próprio autor da dissertação coloca, foi importante em seu estudo o “peso” da superestrutura (onde deve ser localizada a Igreja pelo seu caráter ideológico e simbólico na sociedade), sublinhado por Gramsci. Só em mais uma dissertação temos uma influência direta de Gramsci no texto: trata-se do texto de Sérgio El-Jaick (“O pensamento político...” (47m)) sobre Simón Bolívar. Apesar de se tratar de uma abordagem metodológica conservadora há uma citação do italiano, do livro “Introdução à filosofia da práxis”, publicação portuguesa de 1978 onde está colocado que não se deve estudar o pensamento político de uma personagem a partir de fragmentos, mas da obra como um todo. Vê-se que El-Jaick traz um elemento que não tem maior importância no pensamento de Gramsci, não fazendo parte da compreensão

teórica com a qual o italiano contribuiu originalmente. Por sua vez, o marxista latino-americano José Carlos Mariátegui figura no texto de apenas duas das cinco dissertações, onde consta como fonte de informação para a história peruana e com a indicação de que a raiz do problema indígena teria relação com a terra.

Ainda que consideremos que alguns mestrandos tenham tido algum nível de autocensura precavendo-se de expor influências de esquerda em um momento ditatorial, o quadro numérico que apresentamos não sofreria grandes alterações. Considerando o universo de 51 dissertações que estudamos, concluímos que é pequeno o recurso a autores clássicos do marxismo, e muito menor ainda as dissertações que discutiram fundamentos, ou o fizeram para além de um nível superficial. Esse quadro não muda se considerarmos os autores que mais serviram como fontes para os estudos nas dissertações das três primeiras turmas.

1	Celso Furtado	25
2	Caio Prado Jr.	22
3	Fernando Henrique Cardoso	19
4	Nelson Werneck Sodré	15
5	Edgar Carone	14
6	Emília Viotti da Costa	13
	Paula Beiguelman	13
7	Stanley Stein	12
	Nícea Vilela Luz	12

A maior parte dos autores acima são ou marxistas ou tem em sua produção influência do marxismo. Uma leitura apressada poderia ver no quadro uma evidência de uma forte presença do marxismo nos textos das dissertações. Entretanto, como

demonstramos ao longo dos últimos três capítulos, esses autores são utilizados principalmente como fontes de informação, sendo pouco comum a discussão de fundamentos de suas compreensões históricas. Em relação a Celso Furtado, destacamos que foi importante para o estudo “*Argentina: economia e sociedade (1890-1921)*” (25m) considerando que a desigualdade social inibe os setores doméstico e exportador. No estudo de Lenalda Santos sobre oligarquia açucareira no Sergipe (“A oligarquia açucareira...” (54m)), ele fornece um entendimento para o quadro colonial, e no estudo de Coelho sobre o Pará (“Ação e reação...” (38m)), indica conservadorismo da estrutura social no Império. Aparece como objeto da crítica de Geraldo Beauclair (“A evolução do sistema...” (2m)), Sonia Mendonça (“A primeira política de valorização...” (17m)), e Sylvia Padilha (“Da monocultura à diversificação...” (31m)) em relação à tese sobre origem de recursos fomentadores da industrialização brasileira, a restrição a São Paulo de dados da cafeicultura, e a influência da Primeira Guerra Mundial para o setor industrial do Brasil. Na maior parte dos estudos, entretanto, Furtado nem mesmo contribui direta ou explicitamente nos textos. Nesse sentido, Ciro Cardoso, que foi fonte para apenas 7 trabalhos, foi uma influência mais decisiva através de sua discussão sobre modos de produção. O colocado para Celso Furtado vale para os demais autores da lista, tal como indicamos em capítulos anteriores. Considerando os três principais autores enumerados, diríamos que, em síntese, suas contribuições são de uma noção difusa de exploração ou submissão econômica do Brasil a Portugal e Inglaterra, marcada pela monocultura exportadora e pela importação de capitais e produtos industrializados. Trata-se do fornecimento de uma chave importante de compreensão histórica, mas que foi mobilizada, salvo poucas exceções, sem maiores diálogos.

Retomando o discutido nesta seção, o marxismo (ou “marxismo”) tem uma

presença importante nas 51 dissertações das três primeiras turmas. Está longe, entretanto, de ter dominado o conjunto da produção – vimos que figurou em menos da metade dos trabalhos. Seu desenvolvimento teórico, com exceções, foi também bastante limitado. Numericamente, teve relevância indicando a abordagem histórica a partir de classes sociais e seus conflitos. Com menor monta, engendrou reflexão sobre modo de produção e ideologia.

5.3 Recortes, temas e fontes

Na introdução da segunda parte desta tese, destacamos a problemática de se classificar estudos em eixos temáticos (“política”, “economia” e “cultura”), e o critério que utilizamos para essa abordagem

Tabela 22 – Divisão das dissertações das três primeiras turmas em eixos temáticos		
Política	28	55,00%
Economia	18	35,00%
Cultura	5	10,00%
Total	51	100,00%

Ainda que nesse grupo tenhamos trabalhos que poderíamos abordar como “sociais” (resistência indígena e de escravizados, por exemplo), é marcante nessas dissertações de “política” aquelas voltados a figuras de Estado e seus grupos, não raro com enfoque individualista, factual, linear, compreendendo curta duração. Seria temerário, entretanto, colar o rótulo de “tradicional” ao conjunto desses estudos supondo que eles se encerram sob essa alcunha: neles ocasionalmente também estão apresentados, com volumes diferentes, análises econômicas e discussões com base no conceito de classe, por exemplo. Assim, a mistura de características que acontece em

uma mesma dissertação nos impede de etiquetá-la sob o risco de reduzi-la. De qualquer forma, salientamos que essas dissertações são diferentes dos estudos acadêmicos de diversas universidades brasileiras produzidos entre 1985 e 1994 que artigo de D'Alessio e Janotti classificou como “Estados e instituições” e “Classes e etnias”: para as autoras, essas 556 teses e dissertações, abordadas através de suas ementas, exploram a esfera do político em conexão a do econômico, utilizando ou não categorias marxianas, e tendo uma perspectiva de totalidade⁹⁶⁸. Muito embora esses elementos da síntese de D'Alessio e Janotti não sejam estranhos às pesquisas da UFF, salientamos que estas, como apontamos nos capítulos anteriores, tendem a ser mais restritas ao “político” e com análises menos complexas do que o sugerido pelas autoras sobre a produção da segunda metade dos anos 1980 e primeira dos anos 1990.

Ainda segundo essas autoras, os estudos políticos que envolvem classes sociais as abordam a partir de posições econômico-sociais e de situações de conflito com as noções de dominação e resistência. Essa historiografia teria como interlocutora uma “História oficial” pouco definida, mas que seria marcada por uma perspectiva de direita conservadora, de narrativa linear e ocultadora dos conflitos sociais. Vimos na seção anterior deste capítulo que esses elementos, apesar de não serem dominantes no conjunto das dissertações da UFF, são salientes e caracterizam alguns trabalhos tanto de História do Brasil (resistência negra (“A rebeldia negra...” (30m)), conflitos sociais no Pará (“Ação e reação...” (38m))) quanto de História da América Latina (sobretudo indígenas do Peru e da Argentina). Entretanto, a historiografia niteroiense da década de 1970, mesmo tendo dado alguns passos nesse sentido, ainda está longe do sólido quadro que se apresentará em diversas universidades nos anos 1980, com estudos que, tendo

⁹⁶⁸ As autoras estudaram um total 886 trabalhos, entre dissertações e teses. D'ALESSIO & JANOTTI “A esfera do político na produção acadêmica dos programas de pós-graduação (1985-1994)” IN: *Estudos históricos*. Vol. 9 N. 17. 1996.

por foco trabalhadores e escravizados, investigarão suas atuações políticas.

Para Janotti e D'Alessio, os estudos de “Ideologia e artes” no período 1985-1994 não se detém em análises estéticas, mas tem a dominação como grande tema, e a imprensa e o ensino como fontes privilegiadas. Isso corresponde, de forma variada, ao verificado nas 5 dissertações que classificamos como História Cultural, marcada pela associação de ideias a classes sociais (como vimos no item anterior), pela educação como espaço de domínio e exclusão ("A educação brasileira..." (12m) e "Sociedade e educação..." (34m)) e a literatura como registro da opressão social ("O índio na literatura peruana..." (27m)). Nada parecido aqui com algumas características que são atribuídas à História das Mentalidades e à Nova História Cultural, a despeito de suas heterogeneidades: influência da antropologia, culturalismo, ocultamento de conflitos de classe, afastamento de leituras de síntese, pequenos temas e valorização de conteúdos episódicos.

A proporção de estudos de História econômica nas três primeiras turmas é de 35%. Sobre a evolução da História econômica, é importante comentarmos a noção apresentada por João Fragoso e Manolo Florentino que, muito embora utilize dados corretos, induz a erro. No influente livro “Domínios da História”, os autores nos trazem que, considerando os anos de 1980 e 1981, a UFF e a UFRJ produziram 60% de suas dissertações em História econômica. Consultando catálogos, chegamos ao mesmo número. Entretanto, tratam-se de dois anos atípicos. Quando consideramos a produção da UFF entre 1980 e 1985, chegamos a número bem próximo ao que esta apresentava nos anos 1970: cerca de 35% (a UFRJ, que dá seus primeiros frutos em 1980, tem 50%⁹⁶⁹). O problema então é que, ao iniciar a contagem a partir de 1980/1, Fragoso e Florentino nos conduzem inadvertidamente ao equívoco de que se estava em um

⁹⁶⁹ CÔRREA, C. *Catálogo...*

momento de uma História econômica forte, dominante (60%), que estaria perdendo força já na primeira metade dos anos 1980 (cerca de 35%), até atingir um patamar mínimo em 1991/2 (cerca de 15%). Colocando os dados em melhor perspectiva, apontaríamos primeiramente para a importância de também se analisar os dois programas em separado: eles mostram pesos diferentes para História econômica, e a UFF produziu no geral mais que o dobro de trabalhos que a UFRJ. Em segundo lugar, e principalmente, é preciso considerar uma faixa maior de tempo para qualquer conclusão, já que o número de defesas é muito variável de ano para ano: em 1980/1, em que Fragoso e Florentino iniciaram a contagem, a UFF produziu 11 trabalhos, enquanto no biênio anterior, 1978/9, foram 37 (aliás, biênio que chegue perto desse número a UFF só teria na década de 1990). Em suma, tomando a produção acadêmica de historiadores do Rio de Janeiro, temos quadro diferente do apresentado em “Domínios da História”: considerando conjuntamente Rio e Niterói, a História econômica nunca foi predominante, e manteve seu peso relativo estável até o meio da década de 1980. Ou seja, com um escopo apenas um pouco maior de dados, temos assim não a inclinação negativa íngreme sugerida por Fragoso e Florentino (60%-35%), mas uma linha horizontal contínua (de cerca de 35%).

A maior parte desses estudos de História econômica procura entender a agência estatal ou de entidades face a certo cenário: Vargas em relação a desenvolvimento e crédito (1m e "A evolução do sistema..." (2m)); políticas de governo e especificidades fluminenses diante da crise da cafeicultura ("A primeira política de valorização..." (17m) e "Da monocultura à diversificação..." (31m)); medidas de uma federação de cafeicultores da Colômbia em busca de maior lucratividade ("O café no contexto..." (33m)), associação de comércio latino-americana procurando fazer frente ao cenário

internacional ("A ALAC e a integração..." (43m)); o governo Rosas na Argentina fazendo opções diante dos diferentes ramos de produção do país ("Política econômica de Juan M. Rosas" (39m)). Um outro grupo de trabalhos de História econômica tem como objeto empresas e outros empreendimentos produtivos ou financeiros: fazenda (5m), companhia ferroviária ("Atividades capitalistas..." (11m)), comissários de café ("A crise dos comissários..." (18m)), banco ("O Banco Mauá no Uruguai" (24m)), empresa mineradora ("Itabira Iron Ore..." (44m)). Temos aqui reflexões sobre a inserção brasileira no circuito internacional e também a temática dos modos de produção escravista e capitalista.

Muitos estudos de História econômica, e mesmo alguns de História política, se debruçam sobre dados estatísticos. É relativamente comum encontrarmos tabelas com dados numéricos expostas ao longo do texto ou como apêndices. Alguns deles são frutos de coletas originais, enquanto outros são reproduções de fontes publicadas. A História quantitativa tem assim uma marca importante na produção historiográfica da UFF. As contagens, entretanto, não aparecem como sendo o fim das pesquisas (como parece ser o caso das primeiras dissertações formuladas na UFPR), mas são mobilizadas em questões que ultrapassam o caráter quantitativo. Apesar de termos sublinhado a existência de duas dissertações, "Município de Estrela..." (6m) e "Vida econômica de Itaboraí..." (7m), que tematizam desenvolvimento de municípios sem a análise de atores sociais, tal não é o característico do conjunto de trabalhos do curso.

Século XIX	29	57,00%
Século XX	15	29,00%
Séculos XIX e XX	5	10,00%
Período Colonial	2	4,00%
TOTAL	51	100,00%

Salta aos olhos as poucas pesquisas sobre período colonial, tanto de Brasil quanto América, o que guarda relação com o recorte cronológico promovido pelos docentes do curso, bem poucos deles dedicados ao período anterior ao oitocentos. É diferente o que vemos entre pesquisadores que visitaram o Arquivo Nacional entre 1970-1979: muito embora o registro dos dados tenha sido problemático, o período colonial é 5 vezes mais visitado (20%). Nas teses de doutoramento da USP frutos da estrutura anterior à reforma universitária (1934-1973), “colônia” ocupa 43,5% das pesquisas⁹⁷⁰. De 1973 a 1979, esse número na USP cairia para 13%, ainda assim uma proporção relativamente alta quando comparada à da UFF.

O estudo do período contemporâneo era tradicionalmente não contemplado por historiadores e professores de História. Ismênia Martins conta que na sua graduação em Niterói na década de 1960, chegava-se no máximo ao governo Vargas, e mesmo assim com muita “cerimônia”⁹⁷¹. José Lapa referindo-se ao espaço acadêmico da História usa como expressão “*conspiração anticontemporânea*”. Isso se daria como forma de se distanciar de tensões e paixões políticas no presente (e teria como uma de suas consequências uma ausência de crítica aos poderes vigentes)⁹⁷². Esse quadro sofreria uma alteração. Ocupando-se de 835 teses e dissertações de diversos programas da

⁹⁷⁰ LAPA, José. *História e historiografia Brasil pós 64*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 72-3

⁹⁷¹ Entrevista ao autor.

⁹⁷² LAPA, José. *Historiografia brasileira contemporânea. A História em Questão*. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 40-1.

década de 1980, Carlos Fico e Ronald Polito anotam que o interesse pelo Brasil Republicano, desde a década de 1970, cresceu bastante atingindo um total de 59,2% na década de 1980⁹⁷³. Para Lapa, esse crescimento teria a ver com a influência de outras áreas das Ciências Humanas, que se lançaram a estudos de temas contemporâneos antes da História; ao perfil politicamente mais engajado do profissional; e a uma reformulação da visão sobre o passado que incorpora o presente como objeto⁹⁷⁴. Esses elementos nos parecem fundamentais, mas a porcentagem de estudos do século XX das dissertações que estudamos deve também ser tributada, conforme demonstramos nos capítulos anteriores, à influência dos docentes (geralmente estrangeiros) do curso que tinham o recorte mais contemporâneo de suas pesquisas e de suas aulas. Em relação aos estudos de Brasil contemporâneo nas universidades dos anos 80, temos que a maior parte deles se concentrou em “República Velha”⁹⁷⁵, período bem pouco visitado pelos historiadores de Niterói que, ao tratar do período “republicano”, se concentraram no primeiro governo Vargas. Novamente, estamos diante de uma especificidade.

América Latina	20	39,50%
Brasil	14	27,00%
Rio de Janeiro (província, estado)	10	19,50%
Outras regiões brasileiras	4	8,00%
América Latina e Brasil	3	6,00%
TOTAL	51	100,00%

Como demonstramos em nosso primeiro capítulo, o volume de estudos de

⁹⁷³ FICO, Carlos & POLITO, Ronald. *A História no Brasil*....p.52-4.

⁹⁷⁴ LAPA, José. *Historiografia*...p. 52

⁹⁷⁵ FICO, Carlos & POLITO, Ronald. *A História no Brasil*....p.52-4.

“História da América”, cerca de 40%, é uma idiossincrasia do curso de Niterói devida à criação da área de concentração voltada ao tema; à posição do professor Pedro Freire Ribeiro, especialista que teve uma presença constante em um quadro de professores marcado por alta rotatividade (ver quadro 1); e a opção pela contratação de professores estrangeiros especialistas no continente. Alteradas essas condições, o número de trabalhos dedicados à América Latina terá uma diminuição drástica: representam apenas 3% nos 16 anos posteriores ao nosso recorte. Quase todos os estudos de América Latina geralmente são abordagens de história nacional, apesar de termos também alguns transnacionais. Vários países da América do Sul foram contemplados pelas dissertações: Chile, Colômbia, Venezuela, Uruguai, Peru, Equador, Paraguai, Bolívia e Argentina. Os estudos que classificamos como “outras regiões brasileiras” são referentes ao Pará, Minas Gerais, Pernambuco e Sergipe. Pelo menos três deles são a região de origem ou de formação dos pesquisadores: evidência de que os discentes também traziam questões historiográficas consigo, não sendo todas elas propostas pelo próprio curso (como é o caso de História da América).

Tabela 25 Fontes mais frequentes nas dissertações	
Fontes de Estado e estadistas	38
Periódicos	22
Entidades não-estatais	14
Cartoriais	6
Relatos de viagens	5
Memórias	4
Entrevistas	3

As fontes de Estado e estadistas, de muito longe as mais utilizadas, são relatórios

de diversas esferas do governo (presidências de províncias, ministérios), anais do legislativo, leis, discursos, registros diplomáticos. Entre “entidades não-governamentais”, incluímos a Igreja Católica, muito embora, e isto foi objeto de reflexão das dissertações, esta tenha tido relações estreitas com o Estado. Nesse grupo, também estão incluídas as documentações de empresas e associações de empresas. As fontes cartoriais foram importantes para as pesquisas que pensaram propriedades e produções agrícolas.

A produção discente da UFF é mais diversa em suas temáticas quando comparada a de outros programas. A Unicamp, que teve suas primeiras dissertações defendidas em 1980, está fortemente marcada pela “história do trabalho”. De forma similar, a UFPR concentra estudos demográficos e outros elementos quantitativos, como preços. Para esses dois casos, não seria difícil estabelecer um perfil historiográfico do conjunto de trabalhos defendidos. O mesmo não vale se pretendemos em uma síntese apontar que História foi a contada pelos pós-graduandos de Niterói da década de 1970. Entretanto, a partir de uma observação panorâmica julgamos sobressair três conjuntos de dissertações que seriam numericamente a expressão historiográfica do curso de mestrado em História da UFF nos anos 1970: uma história política de países da América Latina (excluído o Brasil) no século XIX; uma história regional majoritariamente econômica da província do Rio de Janeiro também no século XIX; e o governo Vargas em temáticas diversas.

Tabela 26 Principais conjuntos de temáticas e recortes das dissertações	
Política na América Latina (excluído o Brasil) no século XIX	18
Província do Rio de Janeiro no século XIX	10
O primeiro governo Vargas em temáticas diversas	8

Entre esses estudos de política na América Latina, não deixaram de ser contemplados temas “sociais”, principalmente envolvendo opressão e resistências indígenas, bem como temas econômicos, sobretudo abordados de forma panorâmica. Entretanto, o que mais aparece é o foco em indivíduos e grupos partidários em torno do Estado, construindo uma historiografia nacional calcada nos fatos singulares e na curta duração. É bem distinto o quadro da História da América na USP na década de 1970, que tem dois terços de sua produção dedicadas à História Econômica, e promovem “*explicações estruturais do passado.*”⁹⁷⁶. Os estudos americanistas de Niterói, tendo como fontes primárias, na maior parte dos casos, conjuntos de documentos publicados, e repisando a temática mais explorada pela historiografia oficial, não foram, no geral, marcados pela originalidade, e, portanto, não expressam como conjunto uma contribuição relevante.

O outro grupo de dissertações que destacamos é aquele voltado a uma história regional da antiga província do Rio de Janeiro. Tratam-se de dez dissertações, sobretudo voltadas à História Econômica (5m, 6m, 7m, 8m, 17m, 18m 30m, 31m, 42m e 46m). Muitas delas colocam a necessidade de se estudar a especificidade regional, seja porque existiriam generalizações incorretas sobre a economia cafeeira calcadas apenas na

⁹⁷⁶ BEIRED, José Luis Bendicho. “A pesquisa de História da América no Brasil durante as últimas décadas” IN: *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, Dossiê Especial, p.50-72, jan. Jun. 2013

experiência paulista, seja porque haveria diversidade de desenvolvimento dentro da própria província do Rio de Janeiro. Elemento que aparece nas análises é também a crise da cafeicultura e a diversificação da produção. Dentro desse grupo, também podemos observar diferenças: enquanto os estudos sobre Estrela (6m) e Itaboraí (7m) tematizam desenvolvimento econômico com poucas referências à agência social, outros estudos como o de Sonia Mendonça sobre política de valorização do café ("A primeira política de valorização..." (17m)), de Marieta Ferreira sobre comissários ("A crise dos comissários..." (18m)), e o de Eduardo da Silva sobre barões ("O cancro roedor..." (42m)) colocam em relevo a atuação de agentes sociais. Questões de estrutura, capitalismo e escravismo também mereceram atenção de alguns autores. Richard Graham, Ismênia Martins e Victor Valla foram os orientadores desse grupo. Essa História regional não tem relação com os "Estudos Fluminenses", curso de extensão da década de 1950 abrigado pela Faculdade Fluminense de Filosofia (instituição que posteriormente seria federalizada no que se tornou a UFF): aqui, a História tinha uma "função prática", que era apresentar a tradição local, reafirmar os valores "vocacionais" do estado do Rio de Janeiro, e fornecer conhecimento para a recuperação econômica fluminense⁹⁷⁷.

Entre os estudos localizados no primeiro governo Vargas, há bastante diversidade temática e metodológica, mantendo em comum apenas mesmo o recorte cronológico: política econômica, partido, movimento feminista, atuação política da Igreja Católica, empresa, educação e repressão estatal.

O número médio de páginas das dissertações é 154. Essa média foi crescendo progressivamente a cada turma: na primeira, 118 e na última, 188. Apesar de oito

⁹⁷⁷ FERNANDES, Rui. "“Estudos fluminenses”: a Faculdade Fluminense de Filosofia e sua identidade regional" IN: NEVES, Lúcia; GUIMARÃES, Lúcia; GONÇALVES, Márcia; GONTIJO, Rebeca. *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

pesquisadores da primeira turma terem concluído seus trabalhos em 2,5 anos (tempo assim curto provavelmente por terem prazos para serem titulados e permanecerem como docentes da graduação⁹⁷⁸), a média de tempo entre o início das disciplinas e a defesa da dissertação foi de pouco menos de 4 anos. Entre 1980 e 1989, no âmbito nacional, mestrandos levariam em média 5 anos e 8 meses⁹⁷⁹.

5.4 Política

Diferentes autores formularam as relações que o conhecimento sobre o passado tem com o presente do historiador. Haveria uma não dissociação, de cujos termos mais precisos podemos passar ao largo, entre a compreensão sobre o passado e a sobre o presente, de forma que não haveria algum refúgio de neutralidade de onde se pudesse dissertar sobre o primeiro sem que isso não fosse também, de alguma forma, dissertar sobre o segundo. E este presente seria necessariamente carregado de política: pensando as ciências sociais, Bourdieu formulou que o que está em jogo em sua produção científica é o mesmo o que está em jogo entre as classes na política: produzir e difundir uma representação legítima do mundo social⁹⁸⁰. A historiografia seria assim incapaz de escapar da política contemporânea. Há algo trágico nas memórias de Marc Bloch quando este reflete sobre o grupo de intelectuais de que fez parte. Justamente por ter identificado ali uma fuga de questões políticas em um momento de ascensão do fascismo, realizou uma autocrítica não apenas pela interpretação de história que tinham, mas também uma de sentido ético, esperando por isso que seus “herdeiros” pudessem *“perdoar-nos o sangue que está sobre nossas mãos.”*⁹⁸¹

⁹⁷⁸ Ver nosso primeiro capítulo.

⁹⁷⁹ FICO, Carlos & POLITO, Ronald. *A História no Brasil...*

⁹⁸⁰ BOURDIEU, Pierre. *O campo científico...*

⁹⁸¹ DOSSE, François. *A História em migalhas...*p.96.

Um primeiro passo de nossa análise pode ser observar que temas políticos de conexão com suas épocas nossos autores formularam explicitamente. Duas dissertações fazem referência a essa ditadura então contemporânea. O estudo de Ubiratan Rocha, “A ALAC e a integração econômica...” (43m), sobre arranjos e entidades econômicas internacionais, é iluminado de sentido quando o autor pontua ao final que recursos a capitais estrangeiros e influência dos EUA na América Latina no pós-guerra fazem parte do contexto de surgimento de ditaduras latino-americanas, marcadas pelo antissocialismo e pela afinidade entre política norte-americana e interesses de minorias dominantes na América subdesenvolvida. A organização estudada por Rocha, a Associação Latino-americana de Livre Comércio (ALALC), não chegou, segundo o autor, a por em questão a hegemonia norte-americana na região - pelo contrário, ela poderia inclusive fortalecê-la, uma vez que poderia significar uma alternativa ao processo de industrialização que não passasse por reformas internas profundas e mantivesse os tradicionais privilégios das elites dominantes. Muito embora sejam bem poucas as páginas dessa dissertação voltadas à temática da ditadura, vemos que o objeto de estudo é justificado pela consequência ou contexto político de que faz parte, com ditadura significando manutenção de desigualdade e dominação de classe. O outro estudo que reflete sobre a contemporaneidade foi o escrito por Teresa Serejo sobre coronelismo em Petrolina (“Coronéis sem patente...” (51m)), que tem como recorte cronológico 1950-1976. Serejo não apresenta sua dissertação como um estudo sobre a ditadura. Mas ao abordar o coronelismo, o vincula às características nacionais como o desenvolvimentismo, o domínio eleitoral, arranjos partidários, o controle político e a exploração econômica sobre a classe trabalhadora. Dessa forma, há um retrato agudo e crítico da vida política e econômica nacional, apesar do olhar fixo sobre uma cidade do

interior.

Outros estudos, apesar de não se referirem a ditaduras contemporâneas, abordam, a partir de outros tempos e lugares, seu traços mais destacados. “O petróleo venezuelano...” (19m), de Saraiva, por exemplo, apresenta um esforço contínuo ao longo do texto de acusação e crítica ao governo ditatorial de Gómez na Venezuela, apontando o alheamento do povo e do congresso em relação à condução do país, a insatisfação da população que fez haver movimentos armados, e a preferência de muitos pela emigração e a morte à vida sob o regime. A autora dialoga com defensores do regime de Gómez enfatizando os limites de suas realizações (por exemplo, sobre infraestrutura), a condução da economia à dependência de um único produto e o alinhamento a forças imperialistas. A dissertação de Reynaldo de Campos, “O Tribunal...” (45m), tem uma conexão direta com uma das características mais significativas da ditadura brasileira: a repressão. Estudando o Tribunal de Segurança Nacional de Vargas, mostra que a Justiça foi instrumentalizada pelo poder ditatorial, e mirou sobretudo pessoas de esquerda através de um “histerismo anticomunista” mobilizado em tons de “guerra santa”. As decisões judiciais, contrariando evidências dos autos e motivadas pela perseguição, empreendiam o “terror” de uma forma até “ridícula”.

Outras dissertações trazem a temática da ditadura ou da tirania sem, entretanto, o mesmo tom de denúncia. Orlando de Barros, em “Paraguai: a transição...” (28m), estudo que se concentra nas “elites políticas”, na organização e no poder de Estado, é atento a uma tensão entre “*elementos fundamentais da vida democrática*” e uma “*tentação autoritária*” constante, que o autor registra como julgamentos sumários, execuções e terror. O estudo de El-Jaick, “O pensamento político...” (47m), centrado na ação e pensamento de um indivíduo, Símon Bolívar, aponta a “hesitação” desta personagem

em criar instituições democráticas e do resultado ditatorial de sua prática política. E no arremate de seu texto, afirma que Bolívar deixou intactas as estruturas econômicas que produziam as desigualdades. “A consolidação do estado..” (21m), sobre o Uruguai, tem como um dos pontos principais de seu texto que o exército foi um canal através do qual novas classes fortes economicamente afirmaram seus projetos baseados no direito de propriedade privada e em uma política financeira favorável aos interesses do alto comércio e aliados ingleses. O estudo de Peçanha, “A abertura do Paraguai...” (48m), quando trata do governo de Francia, o aponta como marcado pela perseguição e pelo terror, sendo tirânico, cruel, despótico e totalitário. O autor quando traz elementos que identifica como positivos nesse governo (atenção às classes pobres, aumento do nível de vida, modernização) – o que contrastaria com o liberalismo que apenas atendia à classe dominante e aos caudilhos - não deixa de afirmar que não pretende com isso de forma alguma justificar o governo de Francia – aqui há semelhanças com o “milagre brasileiro” dos anos 1970 que, mesmo não tendo significado uma política de atenção a pobres, como foi identificado pelo autor no caso paraguaio, se tratou de crescimento econômico capaz de gerar consenso e visões positivas ao governo brasileiro que poderiam compensar seu lado negativo e autoritário. Temos também a dissertação de Zenaide Cardoso, “Política econômica...” (40m), sobre o governo de Rosas na Argentina, que registra esta personagem se tratar de um tirano que se equilibra entre vários interesses econômicos e grupos políticos.

Mas também tivemos dissertações que justificam a ditadura. Em “O civilismo equatoriano...” (23m), nos é dito que García Moreno, sendo homem honesto e justo, construiu seu regime autoritário tendo por objetivo a pacificação, o progresso material e a reconstrução moral. O autor, Almir da Silva Oliveira, não nos oculta que houve

“energia implacável”, “meios cruéis”, censura e que Garcia Moreno passou por cima da lei, mas positiva a ação desse estadista diante de um ambiente nacional de “intriga”, “afrouxamento dos valores cívicos”, “ideias desassociadoras” e “irresponsabilidade do cidadão”. Havendo um dilema entre anarquismo e autoritarismo, esse segundo seria um “mal menor”. Apesar de não ser tão incisivo quanto Oliveira, Pinto Filho em “O sentido do governo...” (29m) também justifica uma figura autoritária: o chileno Balmaceda transgrediu a Constituição se tornando um ditador, mas isso não teria sido motivado por interesses particulares, já que sua intenção não era se perpetuar no poder. Seu “pulso firme” estaria a favor da busca da “paz” e do “conforto” da sociedade.

Identificamos assim 11 estudos que põem em evidência, mais ou menos diretamente, a questão da ditadura (ou como aparece em alguns trabalhos, da “tirania”), com dois deles defendendo formas ditatoriais de governo. Há outros estudos que colocam em tela questões candentes da época em que foram escritas. No contexto de Guerra Fria, o alinhamento a potências internacionais era assunto muito visitado, com um efetivo entrosamento – político, econômico e ideológico - do governo brasileiro com os EUA acentuado no pós-1964, sendo isto expresso inclusive na política universitária nacional. E para citar outra questão que envolve o universo intelectual de que tratamos, a mídia de uma forma geral via com maus olhos o fato de tantos historiadores norte-americanos se dedicarem à História do Brasil (além de transladarem fontes primárias para seu país de origem)⁹⁸². Por setores da esquerda as relações internacionais eram abordadas com referências ao imperialismo, indicando controle político, exploração econômica e influência ideológica principalmente por parte dos EUA em tempos mais recentes e da Inglaterra e Portugal (colonização) para períodos mais remotos.

Esse assunto da relação do Brasil e de outros países da América Latina com as

⁹⁸² Comentamos a questão em nosso capítulo 1.

nações “centrais” aparece em várias das nossas dissertações, mas por vezes se restringe a comentários solitários: esse é o caso de “O café no contexto...” (33m), “A fazenda...” (5m), “Da monocultura à diversificação...” (31m), “Política econômica...” (40m), “Argentina: economia...” (25m). Existe nelas uma ideia de que há desigualdade nas relações econômicas internacionais em que a parte mais fraca está marcada pela monocultura e é importadora de manufaturados dos centros industrializados. “O petróleo venezuelano” (19m) e “A consolidação do Estado..” (21m), que já evocamos nesta seção, tem tom mais incisivo ao associar ditadura na Venezuela e poder de militares no Uruguai à submissão a interesses estrangeiros. Supomos que tais noções estejam difundidas em outros trabalhos – algo do qual, entretanto, não teríamos tomado nota dada a sua localização marginal nos textos. Com mais dedicação sobre este ponto de relação interpaíses, em uma parte de “A crise dos comissários...” (18m), Ferreira estuda a penetração de firmas estrangeiras nos negócios do café e sublinha a existência de capital monopolista. Mas são em outras cinco dissertações que o assunto tem centralidade. O estudo de Gomes, “O sistema de cristandade...” (53m) no seu estilo ensaístico e abstrato, avalia que a Igreja e a cristandade brasileira devem suas características ao contexto da colonização exercida por Portugal. Como vimos, a dissertação de Ubiratan Rocha sobre a ALALC (43m) contempla justamente relações econômicas internacionais, realizando, em dado momento, sua crítica à configuração então atual de entrada de recursos estrangeiros e influência dos EUA, o que faria parte do contexto de surgimento de ditaduras. “Itabira Iron Ore Company” (44m) é um estudo rico que tem como mote a disputa entre interesses monopolísticos de capitais estrangeiros consubstanciados na Itabira Company e a reação nacionalista que se lhe opôs. Nesse trabalho de Chiarizia, são abordadas a problemática de capital estrangeiro

deter recursos naturais brasileiros e estratégias e discussões de agentes nacionais frente à esta situação. Temos ainda o texto de Francisco Teixeira, “A diplomacia brasileira...” (14m). A sua pesquisa abarca a revolução mexicana do início do século XX, o conflito que o México teve com os EUA e, principalmente, a atuação de diplomatas brasileiros nesse contexto (um deles bem favorável aos EUA). Apesar de seu objeto guardar relação com pontos candentes da política dos anos 1970, o texto nos é apresentado sem colorações políticas não sendo óbvia a localização do autor nos debates que aconteciam na época em que escreveu. O mesmo vale para o estudo de Dulce Maciel sobre o “Congresso do Panamá de 1826” (39m)

Por fim, citemos outros dois estudos cujos objetos tem fortes pontos de contato com vivido nos anos 1970: “O guano e o salitre...” (22m) enfoca disputas entre civis e militares no Peru. É um estudo de história política abordado através de agentes em posições estatais e partidárias relacionados a classes sociais, e que evidencia que a economia do guano e do salitre gera renda que sustenta o poder dos governos. O que nos interessa aqui é a questão civil versus militar do estudo que, por motivo óbvio, tem paralelismo com o cenário brasileiro de então. O texto de Abner Baptista Júnior conduz sua análise sem que se possa remeter diretamente os episódios da história peruana à política brasileira sob a ditadura (por exemplo, pondo a democracia em debate, identificando “vilões” ou pensando o significado de militares se imiscuírem na política). Há uma colocação do autor, entretanto, que faz emergir sua leitura política e sua intenção de que sua dissertação seja uma lição para o presente: uma vez que a disputa entre a oligarquia civil e os militares no Peru teria apenas fortalecido a Inglaterra, seu estudo “...pretende ser [é] um alerta contra as radicalizações de movimentos políticos que em última instância só servem ao dominador alienígena (qualquer que seja sua

nacionalidade)...”⁹⁸³ Dessa forma, o autor eleva à principal questão política a colocação dos interesses nacionais frente a uma potência estrangeira (o que não chega a ser objeto em sua narrativa da história peruana), tendo a moderação como horizonte positivo para grupos internos em disputa. Nos parece que há aqui uma desvalorização dos significados políticos graves do governo brasileiro dos anos 1970, bem como das oposições ao regime. A segunda dissertação é a que versa sobre nacionalismo no século XIX, “A ideia de nação...” (32m). A propaganda ufanista foi uma grande marca do governo brasileiro na primeira metade da década de 1970, principalmente. Essa dissertação de Heloísa Menandro, ao colocar que o nacionalismo pode ser expresso de diversas maneiras, por diferentes classes e em função de interesses também diversos, e entendendo também que o Estado é dominado por uma classe em especial, promove uma tácita rejeição ao nacionalismo fomentado pela ditadura empresarial-militar que supõe abarcar em um mesmo projeto grupos sociais diversos que formariam coesamente o Brasil.

A problemática desta seção de nossa tese pode se desenvolver para além da análise dos temas das dissertações que poderiam encontrar paralelos com os assuntos em evidência no contexto dos anos 1970 em que viviam os mestrados. Para um esforço de síntese, gostaríamos de classificar quatro grupos de trabalhos em suas manifestações políticas. Precisamos salientar que pensar politicamente essa historiografia da década de 1970 não deve supor que seus significados estejam contidos apenas nela própria, bastando que nós os revelássemos como se tivéssemos descoberto a essência das obras. Trata-se na realidade, como é necessariamente o caso em toda pesquisa histórica, de uma operação dialógica entre a nossa fonte e o nosso interesse de historiador – e, portanto, também a nossa política. Outro cuidado teórico e metodológico é aquele a que

⁹⁸³ BAPTISTA JÚNIOR, Abner. *O guano e o salitre...* p. 1

já fizemos referência em vários momentos de nossa tese, o da problemática de categorizar dissertações qualitativa e quantitativamente, posto que isto tende a enclausurá-las em um certo sentido, ocultando sua diversidade. Além disso, é claro, há o risco de eventuais deslizes nossos ao não computar algum elemento das dissertações, ou fazê-lo equivocadamente. Por outro lado, só podemos conhecê-las – caso seja de fato viável o propósito desta tese de analisar 51 dissertações – a partir de uma relativa abstração de suas diferenças, já que uma consideração mais acentuada de suas especificidades perderia força analítica: impossível não remeter aqui a “Funes, o memorioso”, personagem de Borges que, justamente por considerar um alto volume de informações, era incapaz de pensar adequadamente⁹⁸⁴. É nesse sentido heurístico então que temos classificado as dissertações, sem que isso signifique suas reduções a “tipos”.

O primeiro desses grupos, o menor, é aquele que justifica o ataque à democracia e a formas de violência. São dois trabalhos, que citamos acima: “O civilismo equatoriano...” (23m) e “O sentido do governo Balmaceda (1881-1891). O segundo são estudos carregados de uma visão acrítica, expressando-se em admiração em relação ao Estado, a homens de poder e a empreendimentos econômicos. Esse é o caso de “O banco Mauá...” (24m), que afirma que os financiamentos realizados por esta personagem no século XIX, descrita como gloriosa, tenaz e audaz, foram norteados pela paz, pelo progresso e pela causa uruguaia. O estudo de Daniel Sadler, “O pensamento de Sarmiento” (50m) é hiperbólico na sua admiração pelo político argentino – e na sua dissertação isso é mais importante que a própria história política do país. Em “A influência da maçonaria...” (20m), temos também um autor entusiasta da entidade, que observa políticos que teriam feito parte dela como agentes de ideais elevados. Seria proveitoso comparar com mais detalhe esses estudos com aqueles produzidos na UnB

⁹⁸⁴ BORGES, Jorge Luís. 'Funes, o memorioso' IN: *Ficções*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2007.

que estavam centrados “...na tarefa de legitimar, em nome da ciência, o projeto e construção nacional e de internalização da monarquia.”⁹⁸⁵

Um terceiro grupo é composto de pesquisas em História econômica e História política, que muitas vezes são análises agudas e originais. No geral, não deixam de contemplar o conflito, por exemplo, entre partidos em torno do Estado, entre centralistas e federalistas, monarquistas e republicanos, e ações políticas e econômicas em relação à crise da cafeicultura, problemas de abastecimento, crédito, industrialização, urbanização e desenvolvimento. Suas temáticas, entretanto, não dão relevo a noções de dominação, exploração e resistência, aparecendo estas de forma ocasional, sem marcar o texto, quando não é o caso, não raro, de totalmente ignorarem as ignorarem. Nesse grupo, estariam: “O desenvolvimento econômico...” (1m). “A evolução do sistema financeiro...” (2m); “A Constituinte de 1823...” (4m); “A fazenda de Santa Cruz...” (5m), “Município de Estrela...” (6m), “Vida econômica de Itaboraí...” (7m), “O republicanismo fluminense...” (8m), “A diplomacia brasileira...” (14m), “A experiência liberal na Colômbia...” (16m), “A primeira política...” (17m), “Da monocultura à diversificação...” (31m), “O café no contexto...” (33m), “Congresso do Panamá de 1826” (39m).

Por fim, o último grupo é daqueles que incluem noções de domínio, exploração e resistência. Obviamente, isto aparece de forma bastante variada: às vezes, ocupam centralidade na mensagem principal da dissertação. Em outras, surgem em colocações laterais, secundárias. No total, são um pouco menos de 30 trabalhos. Já nos referimos à parte destas dissertações (aquelas que trabalhavam com o conceito de classe social) em nossa seção sobre marxismo. Outra parte foi citada aqui, como aquelas que tematizam a ditadura ou temas candentes da época em que foram escritas. A exceção é “Bertha Lutz

⁹⁸⁵ MUNIZ, Diva & SALES, Eric. “Cultura historiográfica...”

e a ascensão social da mulher (1919-1937)”, estudo que se destaca não apenas por tematizar a história de uma militância, como também por abordar o feminismo. A temática ganharia força apenas na década seguinte, e nos anos 2000 a pós-graduação da UnB criaria uma área de concentração chamada “Estudos Feministas e de Gênero”. A autora Rachel Sohiet nos informa que quando escreveu o trabalho, houve quem considerasse a temática secundária, mas no geral a recepção foi positiva sendo ela convidada para muitas palestras⁹⁸⁶. Na conclusão de seu estudo, Sohiet faz alguns juízos políticos sobre o feminismo de Bertha Lutz: sua falta de olhar sobre a questão do mercado de trabalho visando aproveitamento equitativo de “ambos os sexos”; o apelo do movimento feminista ao “*cavalheirismo inato dos brasileiros*”, e não terem sequer mencionado o problema da sexualidade feminina.

Poderíamos indicar então, como uma síntese, que pouco mais da metade dos trabalhos apresentam uma visão crítica que indica principalmente a repressão de Estado; a associação do Estado ao escravismo; relações econômicas internacionais desiguais e exploração econômica de países estrangeiros; papel da educação e da Igreja em dinâmicas de controle e exclusão; exploração vivida por trabalhadores e indígenas e suas lutas; atuações políticas, econômicas e projetos de poderosos sobre populações. Os de um segundo conjunto, que são em torno de 30%, não trazem a mesma mensagem crítica, muito embora a maior parte observe outros tipos de disputas políticas e problemáticas de dinâmicas econômicas. Um terceiro e um quarto grupos são um pouco mais de 10% do total de trabalhos e veiculam, respectivamente, uma visão acrítica e admiradora em relação a poderosos e seus empreendimentos e uma normalização da repressão do Estado.

Desta classificação política que fizemos das dissertações, obviamente não deve

⁹⁸⁶ Entrevista ao autor.

derivar automaticamente uma outra que ajuíze sobre o pensamento político de seus autores. Geraldo Beauclair, por exemplo, que foi docente da graduação e mestrando da primeira turma, era considerado politicamente ofensivo por órgão de segurança da UFF⁹⁸⁷, mas em sua produção, sobre crédito no governo Vargas, não há juízo de contestação política. Almir El-Kareh era um forte incentivador de discussões teóricas marxistas, mas procurava deixar claro em sala de aula que não tinha ligação partidária⁹⁸⁸. Estudar ações e reflexões políticas desses mestrandos em outras áreas de suas vidas seria sem dúvida profícuo nesse sentido de entender a prática historiográfica sociologicamente (além de aspectos como origem familiar, renda, cor da pele, etc.). Mas este é um terreno em que esta tese não pode avançar muito. No arquivo da vigilância política da UFF que citamos no capítulo 1, temos docentes e discentes observados como subversivos, e outros que os órgãos de espionagem entenderam como politicamente aceitáveis para trabalhar na gestão da universidade. O mestrando Francisco Gomes, em sua dissertação, se localiza e discute uma política de esquerda contemporânea, e os professores Victor Valla e Ismênia Martins tinham militância de resistência à ditadura. Por outro lado, em entrevistas a este trabalho, pelo menos dois estrangeiros foram citados como possíveis informantes⁹⁸⁹, além de termos como um dos docentes mais atuantes do curso alguém que fora, poucos anos antes, feito governador de Estado pelo processo ditatorial, Arthur Reis, e outro, Pedro Ribeiro, alguém com visão francamente antidemocrática⁹⁹⁰. Temos assim uma diversidade de posturas e forças localizadas nas posições universitárias, o que não deixa de refletir, também como diversidade, nas dissertações. Como pensar essas características em relação ao quadro geral da

⁹⁸⁷ Ver nosso capítulo 1.

⁹⁸⁸ Entrevista ao autor.

⁹⁸⁹ A espionagem norte-americana sobre intelectuais brasileiros, inclusive historiadores, é inclusive anterior a 1964. Ver nosso capítulo 1.

⁹⁹⁰ Ver capítulos 2 e 4.

historiografia acadêmica e da intelectualidade brasileira?

Essa é uma questão difícil de responder, porque há pouca bibliografia com a qual dialogar, principalmente se considerarmos a necessidade de as análises abraçarem volume grande de produção acadêmica, as especificidades político-institucionais regionais, e a atuação pública dos historiadores em outras esferas. Entretanto, gostaríamos de levantar algumas referências.

Os dois primeiros simpósios da APUH/ANPUH em 1961 e 1962 foram espaços tensos não apenas por conta das questões historiográficas que comentamos no início deste capítulo, mas também pelas discussões sobre reforma universitária e reforma agrária que agitavam o cenário nacional. Entre os professores acadêmicos de História presentes, havia aqueles que pretendiam dar centralidade a esse debate. Outros o procuravam interditar, alegando que isso comprometeria a cientificidade do campo fundada nos pressupostos de neutralidade e imparcialidade. Essa discussão inclusive se manifestava no combate entre os que defendiam e os que rejeitavam maior ênfase de estudos em História do Brasil, o que politizaria a área, principalmente com a abordagem do período contemporâneo. A posição que predominou foi expressa no estatuto da APUH, que definiu a associação como uma que não tomaria parte em manifestações políticas⁹⁹¹. No final da década de 1970, a (a partir de 1971 chamada) ANPUH passou por discussões fortes. Ela havia se definido, como indica o estudo de Paulo Silva, hierarquizando saberes de professores do ensino básico e estudantes de graduação

⁹⁹¹ SILVA, Paulo. *A Associação Nacional dos Professores...*p.210. Relatando os debates em 1963, Francisco Falcon dividiu os simposistas entre progressistas e alienados. Deve-se ter cuidado a não associar como politicamente progressistas aqueles que reivindicavam maior destaque a estudos de História do Brasil e sobre o presente. Eremildo Viana e Cecilia Westphalen manifestaram posição historiográfica “moderna” no encontro da APUH de 1962, mas foram dois notórios associados dos governos militares que se instalaram em 1964. É claro que pode ser o caso de ter havido uma mutação política de um momento para outro (com efeito, Viana fora um aliado de estudantes de esquerda no início dos anos 1960). De qualquer forma, fica a ressalva para que não pensemos as personagens através de automatismos entre suas posições científicas e políticas. Sobre Eremildo Viana e Cecilia Westphalen, ver, respectivamente, PEREIRA, Ludmila. *O agente da História...*, e MACHADO, Daiane. “Modos de ser...”

(ambos abaixo do professor do ensino superior). E também os excluindo de maior participação, apesar de ter incentivado com o decurso dos anos suas presenças como ouvintes⁹⁹². Na segunda metade da década de 1970, então, houve proposta de incluir docentes do ensino básico e estudantes para que pudessem ter papel ativo nas sessões, e isso tinha a ver com potencializar a instituição como opositora da ditadura. A Associação foi democratizada e, com moções de repúdio à censura, manifestava um inédito engajamento em 1977, quando antes havia predominado o silêncio⁹⁹³.

O acontecido na ANPUH tem correspondência no observado por alguns autores na produção acadêmica de História: afirmam que a partir de metade dos anos 1970, ou início da década de 1980, houve uma “politização” na produção acadêmica. Rodrigo Oliveira, em referência aos anos de 1975 a 1979, sugere haver tido entre os historiadores um intenso engajamento manifestado tematicamente (porém não acompanhado de participação forte em esferas políticas) na abordagem de “novos sujeitos” (trabalhadores rurais e urbanos)⁹⁹⁴. José Lapa comentou “*um processo de lenta conscientização dos intelectuais latino-americanos*”. Na historiografia, isso significaria maior atenção à temática da luta social e política, em detrimento daquela que se dedicava a pensar desenvolvimento e subdesenvolvimento⁹⁹⁵. D'Alessio avalia haver a

⁹⁹² MACHADO, Daiane. “Modos de ser...”

⁹⁹³ Um grupo fundou então uma nova entidade, a Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH) que definiu pela rejeição a manifestações de caráter político, tal como era antes a ANPUH. Idem. p. 14-4. Embates similares na ANPUH continuariam. Fico e Polito nos contam que em 1991 havia uma tensão - que, entretanto, não chegou a “explodir” no encontro nacional – envolvendo grupo que proporia “...a configuração da entidade nos moldes da ANPOCS, com uma postura apolítica, visando organizar pesquisadores e carrear recursos, em detrimento da participação de professores de primeiro e segundo graus que, com suas questões relacionadas à rotina massacrante do ensino no Brasil, estariam bloqueando aqueles destinos “mais nobres” da pesquisa. Como se vê, um confronto entre “pesquisadores elitistas” e “profissionais socialmente engajados”” FICO, Carlos & POLITO, Ronald. *A História no Brasil...* p.87-8. Para os autores deste livro publicado em 1992, poderia ser vista na ANPUH uma típica “...ojeriza nacional de nossas elites à explicitação das diferenças e de sua tendência à conciliação a todo custo.” Idem. p. 87.

⁹⁹⁴ OLIVEIRA, Rodrigo. “O engajamento político e historiográfico no ofício dos historiadores brasileiros: uma reflexão sobre a fundação da historiografia brasileira contemporânea (1975-1979)” IN: *História da historiografia*.

⁹⁹⁵ LAPA, José. *História e historiografia...*p.69

partir da década de 1980 uma “cumplicidade” entre intelectuais e setores desfavorecidos, que passaram a ser valorizados enquanto objetos⁹⁹⁶. Em outro artigo desta autora, assinado com Janotti, onde estudam 886 produções acadêmicas de pós-graduação entre 1985 e 1994, conclui-se que a historiografia, em sua maioria, tematizava na história brasileira “...*projetos ferozes visando a dominação que, partindo do Estado, das classes ou das elites, tem como objetivo perseguir, excluir enganar.*”⁹⁹⁷.

Em suma, então, haveria maior engajamento na produção acadêmica, em sintonia com a movimentação social de contestação à ditadura. Não deixa de ser correspondente a esse quadro geral o que observamos nos escritos da UFF. No entanto, eles também nos revelam a existência de outras características políticas que impedem generalizações. Se nessas nossas dissertações defendidas entre 1974 e 1979 há marcas da agitação social e das novidades temáticas despontadas na chamada redemocratização, há também as marcas do início da década, anos de chumbo e de depressão de forças democráticas.

Há um último aspecto político a ser destacado, referente a gênero. Considerando a tradicional divisão binária, houve nas três primeiras turmas mais mulheres que homens entre discentes: 27 x 24. Essa porcentagem não é distante da observada por Fico e Polito nos anos 1970 e 1980, cerca de 60% de autoria feminina em trabalhos de pós em História no Brasil⁹⁹⁸. Entretanto, a situação é diferente quando observamos o corpo docente: de 35 professores que passaram pelo curso da UFF até 1979 (nenhum por concurso, aliás), só 6 são mulheres. De 11 orientadores que atuaram nesse mesmo

⁹⁹⁶ D’ALESSIO, Marcia. “Os Annales no Brasil...”

⁹⁹⁷ D’ALESSIO & JANOTTI “A esfera do político...” p. 148

⁹⁹⁸ Dados de 2016, entretanto, apontam uma pequena maioria masculina entre mestres e doutores de História. ALMEIDA, Rodolfo & ZANLORENSSI, Gabriel. “Qual o gênero e idade dos mestres e doutores” IN Nexo Jornal. <https://www.nexojornal.com.br/grafico/2018/05/23/Qual-o-g%C3%AAnero-e-a-idade-de-mestres-e-doutores-no-Brasil> Publicado em 23 de maio de 2018 e atualizado em 26 de julho de 2018. Acessado em janeiro de 2019.

período, há apenas uma mulher, Ismênia Martins, também a única que se destaca entre os que mais ofereceram disciplina no período⁹⁹⁹. Nas 51 dissertações que estudamos, dos 9 autores que mais constam em bibliografia, 3 são mulheres, localizadas na parte mais baixa da lista. Apesar de a coordenação do curso ter ficado, em todo o período que estudamos, a cargo de uma mulher, Aydil Preis, e de serem mulheres a maioria discente, vemos que os espaços de prestígio científico são marcados por desigualdade.

Em entrevista a nós, Martins relatou desestímulos ao seu progresso na carreira (o doutorado na USP concluído em 1972 e o ingresso como docente universitária na UFF). Dentro e fora da universidade lhe foi colocado que ou seria melhor socialmente que ela se restringisse aos papéis de mãe e esposa, ou que esses papéis seriam limitadores do seu desenvolvimento acadêmico. Alice Canabrava, na USP, atribuiu a uma questão de gênero sua não aprovação para cátedra de História da América, mesmo depois de ter tido a média mais alta que seus concorrentes nas provas¹⁰⁰⁰. Estudando também a USP, Roiz aponta que a maioria das pessoas que se formavam eram mulheres, mas não eram elas que galgavam as posições docentes¹⁰⁰¹. Pensando a História da historiografia, Maria da Glória Oliveira aponta em artigo casos, de diferentes espaços e tempos, de ocultação de mulheres na configuração de cânones historiográficos e na memória disciplinar¹⁰⁰². Na produção da UFF que estudamos, vimos que há uma solitária dissertação sobre o tema da desigualdade de gênero, que, no entanto, ganharia força nos anos seguintes.

⁹⁹⁹ Ver tabelas 2 e 3. Em relação a orientadores (isto é, sem referência ao conjunto total de professores), a situação na UFF melhoraria muito, pois de 1980 a 1989 o número de homens e mulheres é praticamente igual, enquanto o quadro brasileiro, nesse mesmo período, aponta uma predominância masculina de 58%. UFF. *Catálogo...*; FICO, Carlos & POLITO, Ronald. *A História no Brasil...*p.50.

¹⁰⁰⁰ SILVA, Paulo. *A Associação...*p.232

¹⁰⁰¹ ROIZ, Diogo. *Os caminhos (da escrita)...*p.177

¹⁰⁰² OLIVEIRA, Maria da Glória. “Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à história da historiografia.” IN: *História da historiografia*. v. 11, n.28 set-dez 2018.

5.5 Conclusão

Neste capítulo, trabalhamos a hipótese de acadêmicos de História, nos anos 1960 e 1970, considerarem haver uma forma tradicional e outra moderna de se compreender o passado, dessa forma balizando simbolicamente suas discussões. Na APUH/ANPUH, USP e UFPR, o “novo” era pensado a partir de historiadores franceses. No mestrado da UFF, entretanto, os *Annales* não tiveram contribuição de relevo para os textos das dissertações no período estudado. Essa é apenas uma evidência de que a historiografia acadêmica brasileira deve ser considerada a partir das especificidades dos diferentes cursos universitários. Demonstramos também que características que podem ser identificadas como tradicionais figuravam em muitas dissertações e em membros do corpo docente de Niterói.

Evidenciando certa diversidade do mestrado da UFF na década de 1970, observamos que em cerca de metade dos trabalhos havia a presença de teóricos, conceitos ou perspectivas marxistas, entre os quais destacamos a noção de classes em conflito. Avaliamos que essa presença não resultou, salvo exceções, em maior desenvolvimento historiográfico dos pressupostos marxistas, devendo ser questionadas assim as leituras (de contemporâneos ou da historiografia) que supõem ter sido o marxismo dominante no curso. Os depoimentos que colhemos mostram impressões contraditórias sobre a proporção dessa influência intelectual. A nossa análise vai ao encontro do que colocaram Almir El-Kareh e Francisco Falcon: o marxismo não teria prevalecido no mestrado e o que haveria eram visões “genericamente marxistas”¹⁰⁰³. É importante, contudo, a ressalva de que o que foi registrado nas dissertações não condensa tudo o que pensavam e liam aqueles novos historiadores de Niterói. A partir de dados colhidos em entrevistas, podemos supor que alguns mestrandos se

¹⁰⁰³ Entrevistas ao autor.

identificavam como marxistas sem que, entretanto, essa perspectiva fosse desenvolvida nos textos de suas pesquisas. As razões para tal podem ser apenas especuladas: algum nível de autocensura considerando o contexto ditatorial, mas, principalmente, o não estímulo para suas perspectivas em orientações e disciplinas do mestrado (que significavam àquele momento não uma mera continuação de suas formações, mas algo novo posto que voltado para pesquisa).

A ideia de que o corpo docente influenciava as temáticas e recortes dos discentes foi trabalhada ao longo de toda a tese. Essa influência (nunca de forma exclusiva, claro esteja) foi facilmente verificada através de expressões numéricas. Nesse capítulo, sintetizamos essas características procurando determinar que História teria sobressaído neste conjunto de 51 dissertações. O estudo político de países da América Latina no século XIX foi o recorte mais trabalhado, o que deve ser tributado à atuação de Pedro Freire Ribeiro, um dos professores mais frequentes do curso, e de um conjunto de estrangeiros especialistas no continente. Mas a diversidade temática, cronológica e geográfica foi outra marca das dissertações - ela também, em grande parte, um reflexo da diversidade do corpo docente.

Uma análise das visões políticas das dissertações nos indicou que cerca de metade veiculou uma mensagem crítica ao Estado e grupos dominantes, tematizando experiências de dominação e exploração sobre setores subalternos. Alguns inclusive abordavam diretamente a temática da ditadura, estabelecendo um óbvio paralelo com o momento vivido na época da escrita. Essa postura crítica, entretanto, não parece ter sido tão frequente quanto seria na historiografia brasileira a partir dos anos 1980: de acordo com nossas fontes secundárias, houve uma politização dos intelectuais que se expressou, por exemplo, através de estudos sobre trabalhadores e sobre dinâmicas de

dominação. Além disso, nas dissertações que estudamos, posições políticas à direita, ainda que minoritárias, não deixaram de marcar presença.

A contribuição deste nosso capítulo está menos na articulação de hipóteses explicativas sobre a história da historiografia do que no levantamento de dados sobre espaço e tempo específicos, o curso de mestrado em História da UFF dos anos 1970. Poderemos avançar no conhecimento da dinâmica das ideias através da incorporação de mais elementos à análise. Por exemplo, um estudo sobre a historiografia certamente não deve estar restrito aos identificados institucionalmente como cursos de História, mas também abarcar Ciência Política, Sociologia, Antropologia, Filosofia, Economia, e outros que não apenas construíram conhecimento sobre o passado, mas também se expressaram no debate público. Tratar-se-ia não apenas de verificar suas formulações, mas de trazer a primeiro plano as condições institucionais e políticas em que produziram.

A evolução do pensamento historiográfico também carece de maiores pesquisas que envolvam os cursos de graduação. Vimos no nosso primeiro capítulo que transformações rápidas aconteceram tanto no Rio quanto em Niterói entre os anos 1960 e 1970. Os mestrandos que estudamos se formaram principalmente na UFF e, em menor medida, na UB/UFRJ e Universidade do Estado da Guanabara (UEG). Como nos faltam informações sobre as datas das conclusões das graduações, não é possível estipular que tipo de formação tiveram: se, por exemplo, marcada pelo factualismo (e inclusive pela memorização e recitação de passagens de livros) ou com maiores contatos conceituais e “modernos”. De qualquer forma, as dissertações que estudamos parecem indicar um real progresso científico: apesar da renitência dos elementos “tradicionais” da historiografia, parecia estar em curso uma maior preocupação teórica, metodológica e conceitual. Ou

seja, se o conhecimento sobre o passado tem necessariamente raízes nas questões do presente, e se não é o caso de reconstruir a história tal como ela realmente foi, mas de a construir a partir de hipóteses e limites metodológicos, então é um efetivo progresso se historiadores passam a ser conscientes dessas questões e a pautá-las em seus trabalhos. Assim, é sintomática a excelente dissertação de Martha Chiarizia, *Itabira Iron Ore Company*: mesmo realizando um rico estudo factual, a autora lamenta não ter desenvolvido uma reflexão teórica que pudesse enriquecer seu trabalho.

Considerações finais

Parafrazeando um grande livro do século XIX, são os homens e as mulheres quem escrevem a História, mas não sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam, legadas do passado. Esse estudo procurou definir as forças que condicionaram a produção historiográfica acadêmica da UFF. Em um nível imediato, verificamos que temas e recortes promovidos por docentes em suas disciplinas eram, em grande medida, aqueles também desenvolvidos pelos mestrandos. Assim, por exemplo, as dissertações tiveram como seu assunto mais trabalhado a política de países latino-americanos (à exceção do Brasil) no século XIX, enquanto que o “Brasil colonial” quase não foi visitado. Em um momento em que fontes primárias da história brasileira haviam sido pouquíssimo exploradas e em que a prática da pesquisa não era difundida¹⁰⁰⁴, uma parte significativa da produção de Niterói se restringiu a trabalhos de pouca contribuição empírica original, em grande medida repisando generalidades de bibliografia secundária sobre países e personagens os quais é difícil imaginar que tenham sido os primeiros objetos do interesse dos que pretendiam avançar na vida acadêmica. Tal, entretanto, não é o que resume o curso: os docentes foram muitos, 23 em 5 anos, e também de perfis muito diversos. Se tivemos entre os de maior presença Arthur César Ferreira Reis e Pedro Freire Ribeiro, “tradicionais”, nacionalistas e conservadores, também tivemos Pedro Demo e Victor Valla, progressistas e influenciados pelo marxismo. Assim, encontramos dissertações que colapsam sua compreensão histórica nas ações e pensamentos de algum estadista, enquanto outras

¹⁰⁰⁴ Como vimos, USP e UFPR seriam exceções. O curso de História da FNF, apesar dos esforços de alguns docentes e discentes, permaneceu no período que estudamos sem uma cultura relevante de pesquisa. Sobre o curso de graduação em História de Niterói, nos contou Ismênia Martins que, quando aluna nos anos 1960, se aproximou de um professor lhe comunicando sua intenção de pesquisar sobre escravidão tendo recebido como resposta que tal não seria possível posto que Rui Barbosa havia destruído os documentos. Entrevista ao autor.

procuram definir estruturas sociais ou tematizar a exploração. Umam proclamam objetivismo ou não escrevem nenhuma linha teórico-metodológica, enquanto outras chegam a dedicar capítulos a discussões conceituais e teorizam sobre influências subjetivas na construção do conhecimento histórico. Em nosso argumento, não se tratou de estabelecer uma linha reta de determinação mecânica entre docentes e discentes, e é fácil localizar casos de diferenças intelectuais entre orientadores e orientandos, ou de assuntos de estudo que não foram trabalhados em disciplinas. Mas demonstramos através de expressões numéricas e enfatizamos que temas, recortes e perspectivas promovidos nas disciplinas eram também aqueles desenvolvidos nas dissertações. Parece-nos que a questão do poder e da influência docentes merece a atenção dos que se ocupam em explicar (e não apenas contemplar) a produção historiográfica acadêmica, tanto no passado quanto hoje.¹⁰⁰⁵

Os primeiros anos do curso são muito identificados pela forte presença de professores estrangeiros. De forma geral, o trabalho de “brasilianistas” era bastante rechaçado e lhes havia uma crítica de base política realizada não apenas por setores da esquerda. Hoje, há diferentes registros de contemporâneos que justificam a vinda desses profissionais a Niterói. São unânimes em considerar que o recurso a eles se deu num período de carência de diplomados. Nossa tese não avançou muito empiricamente sobre esse assunto, mas o suficiente para relativizar o argumento em tela. Por conta das agências financiadoras externas ao programa, diz-se, teria sido mais fácil trazer estrangeiros que paulistas. Mas o curso de pós-graduação de Goiás se estruturou tendo como docentes pessoal da USP. O curso da UFPR, por sua vez, recorreu a estrangeiros,

¹⁰⁰⁵ Com os referenciais de Bourdieu, Clóvis de Barros Filho, professor da Escola de Comunicações e Artes (ECA) da USP, trata da questão enfatizando as restrições científicas que docentes e programas de pós-graduação impõem a pesquisas que não lhes geram lucro simbólico, bem como formas de controle na seleção de pós-graduandos. Ver: https://www.facebook.com/causaliberdade/videos/1430155027020152/UzpfSTeWMDAwMTgzODQwNjgyOTpWSzoxNzE2MDg5NTIxNzgyNzY5/?epa=SEARCH_BOX Acessado em fevereiro de 2019.

mas não americanos, e sim franceses que faziam parte do círculo de contatos de Westphalen. Assim, a presença de norte-americanos não deve ser naturalizada. Nesse mesmo sentido, foram importantes contrapontos que trouxemos ao discurso da coordenadora Aydil Preis de que a escolha de professores estrangeiros partia da CAPES. Apesar da heteronomia do processo de contratação, já que salários eram pagos pela agência e não pelo próprio programa, evidenciamos no nosso texto a possibilidade de a coordenação escolher o pessoal que trabalharia no mestrado, alargada também pelo fato de não haver necessidade de se organizar concurso público.

Mesmo com a política repressiva por parte do governo, com amplo controle sobre a hierarquia temporal e sobre intelectuais, o curso de mestrado abrigou professores e estudantes que tinham uma leitura (e, em alguns casos, uma militância) contrária à ditadura. Em uma visão com que polemizamos, isso se deveria à “cultura política” brasileira que estaria aberta a conciliações e a abrigar opositores. Para nós, entretanto, a presença de intelectuais críticos como quadros da universidade deve ser entendida com referência a outros elementos. Entre eles, a dificuldade de se encontrar profissionais que não tivessem alguma marca de esquerda em um momento de pouca oferta de diplomados para preencher as vagas; e a impossibilidade de uma política de restrição ideológica total, que poderia gerar reações políticas indesejáveis, sendo, portanto, parte da dinâmica de domínio um certo nível de concessão, tolerável também devido à baixa repercussão política do programa. As referências teóricas que mobilizamos nos permitem compreender a relativa diversidade política que teve o curso, ao mesmo tempo em que considerando os efeitos de uma política autoritária e conservadora para as instituições de História. A violência e a heteronomia se imprimiram sobre o campo historiográfico desde os anos 1930, com claras

consequências para o desenvolvimento científico. Nas fissuras de um campo que, mesmo marcado pelo autoritarismo, era disputado por diferentes grupos e forças, pôde-se também ter a presença daqueles com mensagens opositoras aos que estavam no poder. Não se trataria, entretanto, de equilíbrio, e demonstramos que o mestrado de Niterói aparece depois de uma retumbante derrota política e científica de profissionais e estudantes de História da cidade do Rio de Janeiro nos anos 1960. Evidenciando também a relação entre o campo acadêmico e a configuração estatal, temos que uma certa retração do autoritarismo em 1979 mudou forte e rapidamente as feições científicas do mestrado.

O caráter centralista e autoritário do processo também se viu no próprio motivo da existência do curso: o cumprimento de uma exigência de titulação para os que pretendiam seguir carreira universitária. A pós de História se definia então com o objetivo principal de formação de quadros para o ensino superior, tendo em seu impulso inicial as características de um empreendimento burocrático. É importante a compreensão histórica sobre esse momento levar em conta que ficaram à margem outros destinos possíveis da expansão institucional da História (dos quais, por exemplo, a FNFi pré-ditadura estava prenhe) e refletir sobre como essa forma de ser acadêmico engendrada na ditadura contribuiu para a atual característica ensimesmada das pós-graduações, distantes do ensino básico e de diversos setores sociais¹⁰⁰⁶.

¹⁰⁰⁶ A questão das atuais baixas comunicabilidade e relevância sociais da produção acadêmica de História é analisada por Valdeci Araújo, ao observando como consequências, entre outros fatores, dos modelos avaliativos metrificáveis da pós-graduação. ARAÚJO, Valdeci. "O regime de autonomia avaliativo no Sistema Nacional de Pós-Graduação e o futuro das relações entre historiografia, ensino e experiência da história" IN: *Anos 90*. Porto Alegre, v.23, n.44, dez. 2016. O problema também é contemplado por Rodrigo Oliveira, que compreende que a dificuldade de mobilização do conhecimento histórico no debate público e político guarda relação com a hiperespecialização e o empirismo desenvolvidos no processo de institucionalização da produção historiográfica dos anos 1970. OLIVEIRA, Rodrigo. "O engajamento...". Sobre as pontes comunicativas entre a produção acadêmica e setores sociais, Bourdieu traz ainda outros elementos: "*Quem quer a verdade sobre o mundo social? [...] A maioria dos sociólogos, sendo pagos pelo Estado, sendo funcionários, não precisam se colocar a questão. [...] É raro que aqueles que têm condições de pagar estejam realmente interessados em empatar dinheiro quando se trata de verdade científica sobre o mundo social; quanto àqueles que tem interesse no desvendamento dos mecanismos de*

Se há estruturas e determinações sobre a produção historiográfica acadêmica, o conhecimento sobre elas nos possibilitará ações mais conscientes e livres¹⁰⁰⁷. E essas estruturas e determinações, construídas pelo agir humano, também podem ser transformadas por ele em um sentido que fomente uma historiografia distinta daquela denunciada pelo Nietzsche epigrafado por Benjamim, de historiadores que passeiam nos jardins da ciência, mas uma em que se possa tematizar nosso sofrimento e nossas perspectivas de luta e liberdade.

*dominação, eles quase não lêem sociologia e, em todo caso, não podem pagar por ela. No fundo, a sociologia é uma ciência sem base social [...]”*BOURDIEU, Pierre. “Pontos de referência” IN: *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 68.

¹⁰⁰⁷ *“Mas, contrariando as aparências, é elevando o grau de necessidade percebida e dando um melhor conhecimento das leis do mundo social que a ciência social dá mais liberdade. Todo o progresso no conhecimento da necessidade é um progresso na liberdade possível. Enquanto o desconhecimento da necessidade encerra uma forma de reconhecimento da necessidade, e sem dúvida a mais absoluta, a mais total, uma vez que se ignora como tal, o conhecimento da necessidade não implica de maneira nenhuma a necessidade desse reconhecimento. Pelo contrário, faz aparecer a possibilidade de escolha que está inscrita em toda relação do tipo se temos isto, então teremos aquilo: a liberdade que consiste em escolher aceitar o se ou recusá-lo é desprovida de sentido enquanto se ignorar a relação que o une a um então. O expor à luz do dia as leis que supõem o *laisser-faire* (quer dizer a aceitação inconsciente das condições de realização dos efeitos previstos) estende o domínio da liberdade. Uma lei ignorada é uma natureza, um destino (é o caso da relação entre o capital cultural herdado e os sistema escolar); uma lei conhecida aparece como a possibilidade de uma liberdade.”* BOURDIEU, Pierre. “O sociólogo em questão” IN: *Questões de sociologia....* p.49

Bibliografia

ABREU, Alzira de Alves (coord.). “Reis, Artur César Ferreira.” IN Dicionário Histórico-Biográfico Brasil. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/reis-artur-cesar-ferreira> (acessado em fevereiro de 2018).

ADUFF-SSind. *Ditadura e resistências. A rebeldia dos professores da UFF. Do golpe de Estado à formação da ADUFF-SSind.* Niterói, 2016.

ALMEIDA, Rodolfo & ZANLORENSSI, Gabriel. “Qual o gênero e idade dos mestres e doutores?” IN Nexo Jornal. <https://www.nexojornal.com.br/grafico/2018/05/23/Qual-o-g%C3%AAnero-e-a-idade-de-mestres-e-doutores-no-Brasil> Publicado em 23 de maio de 2018 e atualizado em 26 de julho de 2018. Acessado em janeiro de 2019.

ANPUH. “Nota biográfica – José Luiz Werneck da Silva - 1932-1995” www.rj.anpuh.org/download/download?ID_DOWNLOAD=580. Sem autoria. Acessado em janeiro de 2017

ALVES, Flamarion Dutra. “História da Geografia Agrária brasileira: Nilo Bernardes” IN: *R. Ra'eGa*. Curitiba. Vol. 36. Abril de 2016.

ANKERSMIT, Frank. “Historiografia e pós-modernismo” IN: *Topoi*. Rio de Janeiro, março de 2011.

ARANTES, Paulo. *Um departamento francês de Ultramar. Estudos sobre a formação da cultura filosófica uspiana. (Uma experiência nos anos 60)*. Rio de Janeiro. Paz e

Terra, 1994.

ARAÚJO, Valdei. "O regime de autonomia avaliativo no Sistema Nacional de Pós-Graduação e o futuro das relações entre historiografia, ensino e experiência da história" IN: *Anos 90*. Porto Alegre, v.23, n.44, dez. 2016.

BATALHA, Claudio, "A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências", in Freitas, Marcos Cezar (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2001.

BARBOSA, Caio. *Ciência em transe: a História da Capes nos anos 1970*. Dissertação de Mestrado em História. UFBA, 2013.

BEIRED, José Luis Bendicho. "A pesquisa de História da América no Brasil durante as últimas décadas" IN: *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, Dossiê Especial, p.50-72, jan. Jun. 2013

BORGES, Jorge Luís. "Funes, o memorioso" IN: *Ficções*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2007.

BORGES, Simone. *Os cursos de História da Universidade Católica de Goiás e da Universidade Federal de Goiás: um olhar histórico*. Dissertação. Faculdade de Educação. Universidade Federal de Goiás, 2006

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência. Por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo. Editora UNESP, 2004.

_____. *Para uma sociologia da ciência*. Lisboa: Edições 70, 2004a.

_____. “O campo científico” IN: ORTIZ, Renato (org.). *Bourdieu – Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

_____. “Como liberar os intelectuais livres”; “O sociólogo em questão” IN: *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983a.

_____. “Pontos de referência” IN: *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Produção histórica no Brasil 1985-1994. Catálogo de dissertações e teses dos programas de cursos de pós-graduação em História*. Volume 2. São Paulo: Xamã, 1995.

_____; GLEZER, Raquel; FERLINI, Vera Lucia Amaral. “A escola uspiana de História.” IN: CAPELATO, Maria Helena Rolim (coord.) *Produção histórica no Brasil 1985-1994. Catálogo de dissertações e teses dos programas de cursos de pós-graduação em História*. Volume 1. São Paulo: Xamã, 1995.

CARDOSO, Ciro. *Uma Introdução à História*. São Paulo. Brasiliense, 1981

_____. & BRIGNOLI, Héctor. *Os métodos da História*. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

CARVALHO, Wesley Rodrigues de. “O marxismo (ou o “marxismo”) no curso de mestrado em história da Universidade Federal Fluminense (1974-1978)” IN: *Anais do Colóquio Internacional Marx e marxismo 2017. De O Capital à Revolução de Outubro 1867-1917*. <http://www.niepmarx.blog.br/MM2017/anais2017.htm>

CASTRO, Hebe. “História social” IN: CARDOSO, Ciro & VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História. Ensaio de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

COBAIN, Ian. “Historian EP Thompson denounced Communist party chiefs, files show” IN: *The Guardian*. 26 de setembro de 2016. <https://www.theguardian.com/uk-news/2016/sep/28/historian-ep-thompson-denounced-communist-party-chiefs-files-show>. Acessado em janeiro de 2019.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Relatório*. Volume II. Eixos Temáticos. Abril de 2014: <http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/Volume%202%20-%20Texto%206.pdf> (Acessado em fevereiro de 2017).

CÔRREA, Carlos Humberto org.. *Catálogo das dissertações e teses dos Cursos de Pós-graduação em História. 1973-1988*. Florianópolis. Editora da UFSC, 1987.

CORRÊA, Anna Maria Martinez. “Curso de Pós-Graduação de História da América Latina” IN: *Revista brasileira de História*. São Paulo, março de 1983.

CORRÊA, Maria Amelia Ayd. *De que lugares fala essa história? As matrizes teórico-metodológicas da produção discente do programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História da UFF (1989-1996)*. Dissertação (Mestrado em História Social). Rio de Janeiro. UFRJ, 2001.

CUNHA, Luiz Antônio. “O legado da ditadura para a educação brasileira” IN: *Revista Educação e Sociedade*, v. 35, n. 127, abr-jun 2014.

_____. *A universidade reformanda. O golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

_____. & Góes, Moacyr. *O golpe na educação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

D'ALESSIO, Marcia. “Os Annales no Brasil. Algumas reflexões” IN: *Anos 90*. Porto Alegre, 1994.

_____. & JANOTTI, Maria. “A esfera do político na produção acadêmica dos programas de pós-graduação (1985-1994)” IN: *Estudos históricos*. Vol. 9 N. 17. 1996.

DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick. “O momento metódico” IN: *Correntes históricas na França. Séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

DOSSE, François. *A História em migalhas. Dos Annales à Nova História*. Bauru: EDUSC, 2003.

FALCON, Francisco. “História e memória: origens e desenvolvimento do programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense”. IN: *História da historiografia*. n. 11. Ouro Preto, 2013.

_____. “A Pós-Graduação como objeto histórico” *Revista Maracanan*, ano 1, n.1, UERJ, 1999/2000

FÁVERO, Maria Lourdes de Albuquerque. “Da cátedra universitária ao departamento: subsídios para discussão.” Disponível em <http://23reuniao.anped.org.br/textos/1118t.PDF> Acessado em janeiro de 2018.

FERNANDES, Florestan. *Universidade brasileira: reforma ou revolução?* São Paulo: Alfa e Ômega, 1975.

FERNANDES, Rui. ““Estudos fluminenses”: a Faculdade Fluminense de Filosofia e sua identidade regional” IN: NEVES, Lúcia; GUIMARÃES, Lúcia; GONÇALVES, Márcia; GONTIJO, Rebeca. *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

FERREIRA, Marieta. *A História como ofício. A Constituição de um campo disciplinar*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2013.

_____. “O ensino da história, a formação de professores e a Pós-Graduação” IN: *Anos 90*, Porto Alegre, v. 23, n. 44, p. 21-49, dez. 2016.

FICO, Carlos & POLITO, Ronald. *A História no Brasil (1980-1989). Elementos para uma avaliação historiográfica*. Ouro Preto, Editora UFOP, 1992.

FONSECA, Selva Guimarães. “Revisitando a história da disciplina” IN: *Didática e prática de ensino de História. Experiências, reflexões e aprendizados*. Campinas: Papyrus, 2012.

FONTANA, Josep. *História depois do fim da História*. Bauru: Edusc, 1998.

FORTES, Alexandre, NEGRO, Antonio & FONTES, Paulo. “Peculiaridades de E.P. Thompson” IN: THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora Unicamp, 2001

FRANZINI, Fábio & GONTIJO, Rebeca. “Memória e História da historiografia no Brasil: a invenção de uma moderna tradição, anos 1940-1960.” IN: SOHIET, Rachel; ALMEIDA, Maria Regina Celestino; AZEVEDO, Cecília & GONTIJO, Rebeca. *Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

FRANZINI, Fábio. “Interpretações do Brasil, marxismo e coleções brasileiras: quando a ausência diz muito (1931-1959)” IN: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011*.

FREIXO, André de Lemos. “Um ‘arquiteto’ da historiografia brasileira: história e historiadores em José Honório Rodrigues” IN: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 31, nº 62, p. 143-172 – 2011

GARCIA, Regina Leite (org.). *Victor Vincent Valla: companheiro de lutas, de ideias, de vida*. Recife: Gráfica J. Luiz Vasconcelos Editora, 2009.

GRAHAM, Richard. *Britain and the onset of modernization in Brazil 1850-1914*. Cambridge University Press, 1972.

_____. *Escravidão, reforma e imperialismo*. São Paulo. Editora Perspectiva, 1979.

_____. (org.) *Ensaio sobre a política e a economia fluminense no século XIX*. Rio de Janeiro. Arquivo Nacional, 1974.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Volume 3. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2000.

HELLER, Henry. *The capitalist university. The transformations of higher education in the United States, 1945-2016*. Londres: Pluto Press, 2016.

HILTON, Stanley. *O Brasil e as Grandes Potências. Os aspectos políticos da rivalidade comercial. 1930-1939*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1977.

_____. “Vargas e o desenvolvimento econômico brasileiro, 1930-1945: uma reavaliação de sua posição sobre industrialização e planejamento.” IN: *O Brasil e a crise internacional (1930-1945)*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1977.

HOBBSAWN, Eric. “A história progrediu?” IN: *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

IGLÉSIAS, Francisco. “A pesquisa histórica no Brasil” IN: *Revista de História* n. 88. USP, 1971.

_____. “José Honório Rodrigues e a historiografia brasileira” IN: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. I, 1988 p. 55-78.

JANOTTI, Maria. “Alguns problemas do curso de pós-graduação em História na Universidade de São Paulo.” IN: *Revista de História da USP*, N. 110, Segundo semestre de 1977.

JUREMA, Aderbal. “O pesquisador e o professor pesquisador no magistério superior” IN: *Revista de Informações Legislativas*. Ano 21, Número 81, Janeiro/Março de 1984.
[http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/181502/000406297.pdf?
sequence=3](http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/181502/000406297.pdf?sequence=3)

LAPA, José. *História e historiografia Brasil pós 64*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. *Historiografia brasileira contemporânea. A História em Questão*.

Petrópolis: Vozes, 1981.

LEHER, Renato. “Ditadura de 1964: uma universidade para o capitalismo dependente.”
IN: IASI, Mauro & COUTINHO, Eduardo Granja. (orgs.) *Ecos do golpe. A persistência da ditadura 50 anos depois*. Rio de Janeiro: Mórula, 2014.

LINHARES, Maria Yedda Leite. “40 anos da ANPUH – Balanço de uma professora.”
IN: Silva, Francisco Carlos Teixeira da; Mattos, Hebe Maria; Fragoso, João (org.). *Escritos sobre história e educação – Homenagem à Maria Yedda Leite Linhares*. Rio de Janeiro: Mauad; FAPERJ, 2001.

LOBATO, Sidnei. “Estado, nação e região na obra de Arthur César Ferreira Reis”. IN:
Diálogos, DHI/PPH/UEM, v. 13, n. 3, p. 625-642, 2009.

LOURENÇO, Eliane. “História Nova do Brasil: revisitando uma obra polêmica” IN:
Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 28, nº 56, p. 385-406 – 2008

LOSSO, Tiago. “Um olhar estrangeiro na História do Brasil: a influência das pesquisas norte-americanas na historiografia sobre o Brasil” IN: *ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA* – Fortaleza, 2009. <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.1501.pdf>

MACHADO, Daiane. “Modo de ser historiadora: Cecília Westphalen no campo historiográfico brasileiro da segunda metade do século XX” IN: *História da historiografia*. Ouro Preto, n. 22. Dezembro de 2016.

_____. *POR UMA “CIÊNCIA HISTÓRICA”: o percurso intelectual de Cecília Westphalen, 1950 – 1998*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista. Assis, 2016.

MALERBA, Jurandir. “Em busca de um conceito de historiografia. Elementos para uma discussão” IN: *Varia Historia*. n. 27, julho de 2002.

MANTEGA, Guido. “Marxismo na economia brasileira” IN: MORAES, João Quartim de. *História do marxismo no Brasil. Os influxos teóricos*. Editora da Unicamp, 2007.

MARTINS, Ismênia. *Problemas da extinção do tráfico africano na província do Rio de Janeiro. Uma tentativa de análise das dificuldades de reposição de mão de obra na grande lavoura fluminense*. Tese de doutorado. USP, 1972.

MASSI, Fernanda Peixoto. “Brazilianismos, “brazilianists”, e discursos brasileiros” IN: *Revista Estudos Históricos*. v.3, n. 5, 1990.

MATTOS, Marcelo. *E. P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2012.

MESGRAVIS, Laima. “O curso de pós-graduação do departamento de História da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo” IN: *Revista brasileira de História*. São Paulo. Março de 1983.

MORTON, Francis William Orde. “Brazil's emergence on the world stage” IN:

International Journal. Vol. 37, No. 1, Latin America (Winter, 1981/1982)

_____. “The military and society in Bahia, 1800-1821” IN:
Journal of Latin American Studies. Vol. 7, N.2 (Nov. 1975)

_____. & SECKINGER, Ron. “Social Science Libraries in
Greater Rio de Janeiro”. IN: *Latin American Research Review*. Vol. 14, N. 3 (1979).

MOTTA, Rodrigo. *As universidades e o regime militar. Cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014

MORAES, José Geraldo Vinci de & REGO, José Márcio. *Conversas com historiadores brasileiros*. São Paulo: Ed. 34, 2002.

MELO, Demian. “O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão” IN: Melo, Demian (org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MUNIZ, Diva & SALES, Eric de. “Cultura historiográfica e história: a produção acadêmica do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (1976-2006)” IN: *Textos de História*. Vol. 15, nº 1/2 2007.

NORTON-TAYLOR, Richard. “MI5 spied on leading British historians for decades, secret files reveal” IN: *The Guardian*. 24 de outubro de 2014.
<https://www.theguardian.com/world/2014/oct/24/mi5-spied-historians-eric-hobsbawm->

[christopher-hill-secret-files](#). Acessado em janeiro de 2019

OLIVEIRA, Maria da Glória. “Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à história da historiografia.” IN: *História da historiografia*. v. 11, n.28 set-dez 2018.

_____. & GONTIJO, Rebeca. *Sobre a História da Historiografia brasileira: um breve panorama*. R. IHGB, Rio de Janeiro, a. 177 (472):13-37, jul./set. 2016.

OLIVEIRA, Rodrigo. “O engajamento político e historiográfico no ofício dos historiadores brasileiros: uma reflexão sobre a fundação da historiografia brasileira contemporânea (1975-1979)” IN: *História da historiografia*. v. 11, n.28 set-dez 2018.

PACHECO, Alexandre. “A narrativa heroico-nacionalista de Arthur Reis na representação da defesa da Amazônia pelos portugueses e luso-brasileiros em A Amazônia e a cobiça internacional - anos de 1960” IN: *História da historiografia*. Ouro Preto, número 10, dezembro de 2012.

PEREIRA, Daniel Mesquita. *Boletim de História: uma experiência de vanguarda na Faculdade Nacional de Filosofia - 1958-1963. Dissertação (Mestrado) - Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1998.*

PEREIRA, Ludmila Gama. *Nenhuma ilha da liberdade: vigilância, controle e repressão na Universidade Federal Fluminense (1964-1987)*. Tese de Doutorado. UFF, 2016.

_____. *O historiador e o agente da história: os embates políticos travados no curso de história da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (1959-1969)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 2010.

_____. “Perseguição e Vigilância na UFF (1964-1987)”. IN: *Marx e o Marxismo - Revista do NIEP-Marx*, [S.l.], v. 4, n. 6, p. 182-186, aug. 2016. ISSN 2318-9657. Disponível em: <<http://www.niepmarx.com.br/revistadoniep/index.php/MM/article/view/165>>. Acesso em: 26 de abril de 2017.

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

RIBEIRO, Pedro Freire. *Raízes do pensamento político na América Espanhola (1780-1826)*. EdUFF. Niterói, 1995.

RODRIGUES, José Honório. “Os estudos brasileiros e os brazilianists” IN: (Separata da) *Revista de História*, n 107. São Paulo, 1976.

RODRIGUES, Lidiane Soares. “Leitores e leituras acadêmicas de Karl Marx (São Paulo, 1958-1964)” IN: *Intelligere. Revista de História Intelectual*. São Paulo, v.2, n.1.2016.

RODRIGUEZ, F.J. “Fallece en Vizcaya el historiador abulense José Belmonte Díaz” IN <http://www.diariodeavila.es/noticia/Z008E578A-D085-05B7->

95486B68B739210C/20150825/fallece/vizcaya/historiador/abulense/jose/belmonte/diaz . 25 de agosto de 2015 (acessado em maio de 2017).

ROIZ, Diogo. *Os caminhos (da escrita da História e os descaminhos de seu ensino: a institucionalização do ensino universitário de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1934-1968))*. Curitiba: Appris, 2012.

_____ & SANTOS, Jonas. *As transferências culturais na historiografia brasileira. Leituras e apropriação do movimento dos Annales no Brasil*. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

SALLES, Gilka V. F. de ; FREITAS, Lena C. B. de. “O Mestrado em História das Sociedades Agrárias: uma abordagem histórica (1972–1995)”. IN: *História Revista – Revista do Departamento de História da UFG, Goiânia*, vol. 1, 1-18.

SCHWARZ, Roberto. “Cultura e política, 1964-1969.” IN: *Cultura e política*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

SILVA, José Luiz Werneck da. *A deformação da História ou Para não esquecer*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 1985.

_____. “Prefácio” In: VALLA, Victor Vincent. *A penetração norte-americana na economia brasileira 1898-1928. Sempre de acordo ou nobre emulação?*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978.

SILVA, Paulo. *A Associação Nacional dos Professores Universitários de História: espaço de identificação profissional e legitimação do saber (1961–1977)*. Tese de doutorado. UNB, 2014.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História e materialismo histórico no Brasil*. São Paulo. Global, 1987

_____. *História da História Nova*. Petrópolis: Vozes, 1986.

SOUZA, Maria Inez Salgado. *Os empresários e a educação. O Ipes e a política educacional após 1964*. Editora Vozes, 1981.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Edição de Cap. Swing e os Ludistas Sensuais, 2009 (copyleft).

VENÂNCIO, Giselle; FURTADO, André Carlos. “Brasília & História Geral da Civilização Brasileira: escrita da História, disputas editoriais e processos de especialização acadêmica (1956-1972)” IN: *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n.9, jan./jun. 2013. p. 05 - 23.

VIEIRA, Cleber Santos. *Ensino Superior e Regime Militar no Brasil: a trajetória da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca (1963-1976)*. Dissertação de Mestrado em História. UNESP, 2001.

VIEIRA, Rafael. “Monumento de cultura – monumento de barbárie: Uma crítica da leitura de Rodrigo Motta sobre as políticas para a universidade no Brasil durante a

ditadura empresarial-militar (1964-1985)” IN: *Anais do Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2017 De O capital à Revolução de Outubro (1867 – 1917)*.
<http://www.niepmarx.blog.br>.

WALLACE, David Foster. *Ficando longe do fato de já estar meio que longe de tudo*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2012.

WESTPHALEN, Cecília “Situação da Pós-Graduação em História” IN: *Revista de História da USP*, N. 110, Segundo semestre de 1977.

WILLIAMS, Raymond. “Determination” IN: *Marxism and Literature*. Oxford University Press, 1977.

_____. “Base e superestrutura na teoria da cultura marxista” IN: *Cultura e materialismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

WOOD, Ellen. “A separação entre o “político” e o “econômico” no capitalismo” IN: *Democracia contra capitalismo. A renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003.

Dissertações¹⁰⁰⁸:

1M

MAGALHÃES, Marize Arcuri. *O desenvolvimento econômico na época Vargas*. Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1974.

2M

OLIVEIRA, Geraldo de Beauclair Mendes de. *A evolução do sistema financeiro na época Vargas*. Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1974.

3M

SOHIET, Rachel. *Bertha Lutz e a ascensão social da mulher, 1919-1937*. Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1974.

4M

MOLITERNO, Dylva Araújo. *A Constituinte de 1823: uma interpretação*. Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1974.

5M

VIANA, Sônia Bayão Rodrigues. *A Fazenda de Santa Cruz e as transformações da política real e imperial em relação ao desenvolvimento brasileiro 1790-1850*. Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1974.

6M

BRAGANÇA, Vânia Fróes. *Município de Estrela – 1846- 1892*. Dissertação de

¹⁰⁰⁸As dissertações que fogem à nossa sequência, pois não pertencentes às três primeiras turmas, são as de número 35,36, 37 e 52.

Mestrado em História. Universidade Federal Fluminense, 1974.

7M

SANTOS, Ana Maria dos. *Vida econômica de Itaboraí no século XIX*. Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1974.

8M

ALBUQUERQUE Júnior, Hildiberto Ramos Cavalcanti. *O republicanismo fluminense: 1887-1891*. Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1974.

9M

BRANDÃO, Berenice Cavalcante. *O movimento católico leigo no Brasil (as relações entre Igreja e Estado – 1930/1937)*. Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1975.

10M

AZEVEDO, Maria Nazareth Capiberibe. *Imprensa republicana antes de 15 de novembro*. Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1976.

11M

El-Kareh, Almir Chaiban. *Atividades capitalistas em sociedade escravista. Estudo de um caso: A Companhia da Estrada de Ferro de D. Pedro II de 1855 a 1865*. Dissertação de Mestrado. UFF, 1976.

12M

SILVA, Marinete dos Santos. *A educação brasileira no Estado Novo (1937/1945)*. Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1976.

13M

CARVALHO, Maria Celia Freire de. *O Clube 3 de Outubro*. Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1975

14M

TEIXEIRA, Francisco Vinhosa. *A diplomacia brasileira e a revolução mexicana 1913-1915*. Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1976

15M

KORTCHMAR, Nair Klinger. *A evolução política no Chile: seu significado (1879-1925)*. Dissertação de Mestrado. UFF, 1976.

16M

SILVA, Célio Pereira da. *A experiência liberal na Colômbia 1848-1886*. Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1977.

17M

MENDONÇA, Sonia Regina de. *A primeira política de valorização do café e sua vinculação com a economia agrícola do Estado do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1977.

18M

FERREIRA, Marieta de Moraes. *A crise dos comissários de café do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1977.

19M

SARAIVA, Luiza Maria Magalhães. *O petróleo venezuelano na época de Juan Vicente Gómez (1908-1935)*. Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1977.

20M

TELLES, Marcus Vinícius. *A influência da maçonaria na independência do Prata: as relações da maçonaria platina com a brasileira*. Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1978.

21M

WEYRAUCH, Cleia Schiavo. *O processo de consolidação do Estado uruguaio (1830-1890)*. Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1977.

22M

BAPTISTA Júnior, Abner Simões. *O guano e o salitre (o surgimento do civilismo no Peru)*. Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1978.

23M

OLIVEIRA, Almir da Silva. *O civilismo equatoriano no período de 1860-1875: o garcianismo*. Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1978.

24M

RIBEIRO, Waldir de Vita. *O Banco Mauá no Uruguai*. Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1978.

25M

MONTEIRO, Adilson Pinto. *Argentina: economia e sociedade (1890/1922)*. Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1978

26M

BARBOSA, Marilena Ramos. *O problema indigenista peruano na primeira metade do século XX*. Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1978.

27M

DAMIANI, Stela Maria. *O índio na literatura peruana: José Maria Arguedas*. Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1978.

28M

BARROS, Orlando de. *Paraguai: a transição política e suas bases*. Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1978

29M

PINTO FILHO, João Delduck. *O sentido do governo Balmaceda (1881-1891)*. Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1978.

30M

LIMA, Lana Lage da Gama. *A rebelião negra em Campos na última década da escravidão*. Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1978.

31M

FERNANDES, Sylvia Padilha. *Da monocultura à diversificação econômica. Um estudo de caso: Vassouras, 1880-1930*. Dissertação de Mestrado. UFF, 1978.

32M

MENANDRO, Heloisa Fesch. *A ideia de nação e o pensamento nacionalista na imprensa da Corte 1840-1860*. Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1978.

33M

TORIBIO, Maria Teresa. *O café no contexto econômico da Colômbia e a atuação da Federação Nacional dos Cafeicultores (1927-1962)*. Dissertação de mestrado em História. UFF, 1978. Orientada por Francis Morton

34M

GARCIA, Ledonias. *Sociedade e educação na Bolívia Liberal (1899-1920)*. Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1978. Orientada por Francis Morton.

38M

COELHO, Geraldo Martins. *Ação e reação na província do Pará: o conflito político-social de 1823*. Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1978. Orientada por Arthur César Ferreira Reis.

39M

MACIEL, Dulce. *Congresso do Panamá de 1826*. Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1979. Orientada por Arthur César Ferreira Reis.

40M

CARDOSO, Zenaide. *Política econômica de Juan M. De Rosas*. Dissertação de mestrado em História. UFF, 1979. Orientada por Arthur César Ferreira Reis.

41M

CALIXTO, Valdir de Oliveira. *O clero secular em Minas Gerais (1745-1792). Sua participação na Conjuração de 1789*. Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1979. Orientada por Arthur César Ferreira Reis.

42M

SILVA, Eduardo da. *O cancro roedor do Império do Brasil. Barões do café e crise da estrutura escravista no Rio de Janeiro. Um estudo de caso: o ramo Peixoto de Lacerda Werneck, 1850-1900*. Dissertação de Mestrado. UFF, 1979. Orientada por Victor Valla.

43M

ROCHA, Ubiratan. *A ALALC e a integração econômica da América Latina*. Dissertação de mestrado em História. UFF, 1979. Orientada por Arthur César Ferreira Reis.

44M

CHIARIZIA, Martha. *Itabira Iron Ore Company*. Dissertação de Mestrado. UFF, 1979

45M

CAMPOS, Reynaldo Pompeu. *O Tribunal de Segurança Nacional: 1936-1945*. Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1979.

46M

MUNIZ, Celia. *Os donos da terra: um estudo sobre a estrutura fundiária no Vale do Paraíba fluminense (século XIX)*. Dissertação de mestrado em História. UFF, 1979. Orientada por Victor Vincent Valla.

47M

EL-JAICK, Sérgio. *O pensamento político de Simón Bolívar*. Dissertação de mestrado em História. UFF, 1979.

48M

PEÇANHA, Jorge. *A abertura do Paraguai: raiz de uma guerra. Dissertação de Mestrado em História*. UFF, 1979. Orientada por Arthur César Ferreira Reis.

49M

PEDROSA, Ulianov. *O problema indígena na Argentina na segunda metade do século XIX*. Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1979. Orientada por Arthur César Ferreira Reis.

50M

SADLER, Daniel Vieira. *O pensamento de Sarmiento*. Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1979. Orientada por Arthur César Ferreira Reis

51M

SEREJO, Tereza Cirstina Leal de. *Coronéis sem patente: a modernização conservadora no sertão pernambucano*. Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1979. Orientada

por Francisco Falcon.

53M

GOMES, Francisco José da Silva. *O sistema de cristandade colonial. O reino de Deus rebaixado a Colônia*. Dissertação de mestrado em História. UFF, 1979. Orientada por Victor Vincent Valla.

54M

SANTOS, Lenalda Andrade. *A oligarquia açucareira e a crise: Sergipe 1855-1890*. Dissertação de mestrado em História. UFF, 1979. Orientada por Victor Vincent Valla.

55M

SILVA, José Luiz Werneck da. *Isto é o que me parece. A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (1827-1904) na formação social brasileira: a conjuntura de 1871 a 1877*. Dissertação de mestrado em História. UFF, 1979. A primeira frase do título da dissertação não consta nos catálogos da UFF em que nos referenciamos.

Entrevistas ao autor:

Almir El-Kareh 26/02/2015.

Aydil Preis 7/11/2013.

Francisco Falcon 08/2013.

Ismênia Martins 13 e 22/07/2015.

Pedro Demo 5/5/2014.

Rachel Sohiet 4/7/2013.

Richard Graham 25/02/2014.

Sonia Mendonça. 28/04/2013 e 3/10/2013.

Vídeo:

“Homenagem à Prof^a Aydil” - LABHOI UFF e PPGH- UFF. Disponível em labhoi.uff.br. Acessado em janeiro de 2019.

Outras fontes:

ANAIS DO SIMPÓSIO DE PROFESSÔRES DE HISTÓRIA DO ENSINO SUPERIOR, 1961, Marília. Anais São Paulo: 1962.

SIMPÓSIO DE PROFESSÔRES DE HISTÓRIA DO ENSINO SUPERIOR, 1961, Marília. *Anais* São Paulo: 1962.

-Carta de Aydil de Carvalho Preis a Richard Graham de 1 de novembro de 1976. Do arquivo pessoal de Richard Graham.

-Carta de Aydil de Carvalho Preis a Richard Graham de 22 de agosto de 1974. Do arquivo pessoal de Richard Graham.

-CIA. *The defection of leftist intellectuals.*

<https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP86S00588R000300380001->

[5.PDF](#) Acessado em junho de 2017.

-Decreto-Lei n. 465, de 11 de fevereiro de 1969.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0465.htm#art10art3

-Ficha cadastral dos discentes do PPGH-UFF.

-Lei número 5.539 de 27 de novembro de 1968

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L5539.htm.

-Lista de disciplinas no arquivo eletrônico do PPGH-UFF.

-Seção de Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF.

-Universidade Federal Fluminense. *Memória dos Cursos de Pós-Graduação. Perfil do Mestrado em História e sinopse das dissertações apresentadas para a obtenção do grau de Mestre em História*. Niterói. Eduff, 1986.

-Universidade Federal Fluminense. *Programa de Pós-Graduação em História. Catálogo de Teses e Dissertações, 1974-1995/ Vânia Leite Fróes, coordenação geral*. Niterói: UFF; Brasília: CNPQ, 1996.

-Universidade Federal Fluminense. Regulamento do curso de pós-graduação em História do Departamento de História. Sem data. Do arquivo pessoal de Aydil Preis.

-Universidade Federal Fluminense. Ofício 15/71 de 15 de janeiro de 1971, do Arquivo pessoal da Professora Aydil Preis.